

METRÓPOLES:
TERRITÓRIO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

FORTALEZA:

TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM URBANA

Maria Clélia Lustosa Costa
Renato Pequeno
(editores)



Observatório
das Metrôpoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

LETR CAPITAL

Copyright © Maria Clélia Lustosa Costa, Renato Pequeno (Editores) 2015

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Flávia de Sousa Araújo

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Maria do Céu Vieira

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F84

Fortaleza [recurso eletrônico]: transformações na ordem urbana / [edição] Maria Clélia Lustosa Costa, Renato Pequeno. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015.

recurso digital : il. (Estudos comparativos)

Formato: ePUB

Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-370-0 (recurso eletrônico)

1. Planejamento urbano - Fortaleza (CE). 2. Urbanização - Fortaleza (CE). 3. Planejamento urbano - Fortaleza, Região Metropolitana de (CE). 4. Livros eletrônicos. I. Costa, Maria Clélia Lustosa. II. Pequeno, Renato. III. Série.

15-22238

CDD: 307.76098131

CDU: 316.334.56(813.1)

29/04/2015 06/05/2015

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

*O conteúdo deste livro
passou pela supervisão e avaliação de um
Comitê Gestor e Editorial
formado pelos seguintes pesquisadores:*

Comitê Gestor

Ana Lúcia Rodrigues
Luciana Corrêa do Lago
Luciana Teixeira de Andrade
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Maria do Livramento M. Clementino
Olga Firkowski
Orlando Alves dos Santos Júnior
Rosetta Mammarella
Sergio de Azevedo
Suzana Pasternak

Comitê Editorial

Adauto Lúcio Cardoso
André Ricardo Salata
Érica Tavares
Juciano Martins Rodrigues
Marcelo Gomes Ribeiro
Mariane Campelo Koslinski
Marley Deschamps
Nelson Rojas de Carvalho
Ricardo Antunes Dantas de Oliveira
Rosa Maria Ribeiro da Silva
Rosa Moura



IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional



Sumário

Apresentação	
Renato Pequeno	15
PARTE I	29
Capítulo 1 Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole	
Maria Clélia Lustosa Costa, Zenilde Baima Amora	31
Capítulo 2 Dinâmicas territoriais no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza - um olhar orientado pelo processo de industrialização	
Edilson Pereira Júnior	77
Capítulo 3 De ressignificação das cidades litorâneas à metropolização turística	
Eustogio Wanderley Correia Dantas	111
Capítulo 4 A dinâmica demográfica da Região Metropolitana de Fortaleza no início do século XXI	
Denise Cristina Bomtempo	142
PARTE II	185
Capítulo 5 Mudanças na estrutura socioespacial da metrópole: Fortaleza entre 2000 e 2010	
Renato Pequeno	187
Capítulo 6 Condições de moradia e desigualdades socioespaciais: o caso de Fortaleza	
Renato Pequeno	238
Capítulo 7 Região Metropolitana de Fortaleza: movimentos pendulares e configuração espacial	
Vera Mamede, Cleiton Marinho Lima Nogueira	283
Capítulo 8 Desigualdade, vulnerabilidade social e organização espacial na Região Metropolitana de Fortaleza	
Alexandre Queiroz Pereira, Maria Clélia Lustosa Costa	306
Capítulo 9 Desigualdade socioeconômica e espacialização dos homicídios na Região Metropolitana de Fortaleza	
Fabiano Lucas Freitas, Maria Clélia Lustosa Costa	332
Capítulo 10 Bem-estar urbano na Região Metropolitana de Fortaleza	
Alexandre Queiroz Pereira, Cleiton Marinho Lima Nogueira	357

PARTE III	375
Capítulo 11 Governança metropolitana em Fortaleza	
José Borzacchiello da Silva	377
Capítulo 12 Conexões eleitorais da representação política cearense: arranjos institucionais, processos e atores políticos	
Valmir Lopes, Brenda Cunha	398

Lista de Figuras, Quadros e Tabelas

Lista de Figuras

Figura 1.1 – Região de influência de Fortaleza	60
Figura 2.1 – Distribuição e expansão das zonas industriais em Fortaleza.....	83
Figura 2.2 – Ceará - estabelecimentos industriais financiados pelas políticas dos governos estaduais (1995-2010)	88
Figura 2.3 – Ceará - estabelecimentos industriais, por gênero, financiados pelas políticas dos governos estaduais (1995-2010).....	91
Figura 2.4 – RMF – unidades produtivas atraídas por incentivos fiscais dos governos do Ceará, consumo de energia elétrica na atividade industrial e estoque de empregos formais na indústria de transformação.....	95
Figura 2.5 – Configuração espacial da indústria na Região Metropolitana de Fortaleza	100
Figura 2.6 e 2.7 – Fluxo de veículos e algumas empresas do Distrito Industrial I de Maracanaú	102
Figuras 2.8 e 2.9 – Fábricas no Corredor Horizonte-Pacajus	103
Figuras 2.10 e 2.11 – Terminal de regaseificação e ampliação off-shore no Complexo Industrial e Portuário do Pecém.....	106
Figura 3.1 – Investimentos PRODETUR I e II nos estados nordestinos	120
Figura 3.2 – Especialização dos investimentos do PRODETUR I e II nos municípios litorâneos do Ceará	122
Figura 3.3 – 3.3 - Distribuição das residências secundárias nos municípios litorâneos do Ceará.....	127
Figura 3.4 – Sinopse do Censo 2010 - Domicílios particulares permanentes não ocupados - uso ocasional.....	131
Figura 3.5 – Complexos turísticos e resorts em operação nos municípios litorâneos do Ceará.....	134
Figura 4.1 – Mesorregiões Geográficas do Ceará	146
Figura 4.2 – Densidade demográfica hab/km ² (RMF)	151
Figura 4.3 – Taxa de crescimento geométrico da população (RMF).	153
Figura 4.4 – População residente total por faixa etária na RMF (2010)	156
Figura 4.5 – Homens e mulheres ocupadas (RMF).....	158
Figura 4.6 – Taxa de fecundidade total nos municípios da RMF.....	163
Figura 4.7 – Esperança de vida ao nascer dos municípios da RMF.....	164
Figura 4.8 – Saldo e taxa migratória entre os municípios da RMF (2000-2010).....	169
Figura 4.9 – Migração Periferia-Núcleo e Periferia – Periferia na RMF (2010).	173
Figura 4.10 – Taxa de atração para o trabalho – RMF (2010).	176
Figura 4.11 – Taxa de mobilidade – RMF (2010).....	177
Figura 4.12 – Principais fluxos migratórios de estrangeiros que possuem estabelecimentos registrados na Junta Comercial do Estado do Ceará (2012).	180

Figura 5.1 – Distribuição espacial do setor industrial na RMF	192
Figura 5.2 – Processo de expansão do setor terciário na RMF, destacando-se em sua estruturação: eixos ao longo de vias principais convergentes ao centro tradicional; polos vinculados a subcentros tradicionais e a implantação de shopping centers; eixos terciários voltados à agropecuária.	193
Figura 5.3 – Dinâmicas imobiliárias associadas à estruturação da RMF, evidenciando-se os recentes deslocamentos na direção oeste provenientes do eixo de segregação residencial ao sudeste.....	195
Figura 5.4 – Distribuição espacial dos conjuntos habitacionais de interesse social na RMF, contribuindo com a sua estruturação.	198
Figura 5.5 – Processo de favelização na Região Metropolitana de Fortaleza.....	199
Figura 5.6: Identificação e delimitação das APs para o recorte que abrange Fortaleza em detalhe	203
Figura 5.7 – Identificação e delimitação das APs para o recorte que abrange os demais municípios que compõem a RMF.....	204
Figura 5.8 – Tipologia socioespacial em 2010 para toda a RMF	208
Figura 5.9 – Tipologia socioespacial em 2000 para toda a RMF	209
Figura 5.10 – Tipologia socioespacial em 2010, recorte do intraurbano conurbado da RMF.....	209
Figura 5.11 – Tipologia socioespacial em 2000, recorte do intraurbano conurbado da RMF.....	210
Figura 5.12 – Tipo superior - 2010: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano.....	217
Figura 5.13 – Tipo superior - 2000: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano	218
Figura 5.14 – Tipo médio-superior - 2010: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano	220
Figura 5.15 – Tipo médio-superior - 2000: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano.....	221
Figura 5.16 – Tipo médio - 2010: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano.....	223
Figura 5.17 – Tipo médio - 2000: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano.....	224
Figura 5.18 – Tipo operário-popular – 2010: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano.....	226
Figura 5.19 – Tipo operário popular – 2000: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano.....	226
Figura 5.20 – Tipo popular – 2010: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano.....	229
Figura 5.21 – Tipo popular – 2000: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano.....	229
Figura 5.22 – Tipo operário rural – 2010: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano.....	231

Figura 5.23 – Tipo operário rural – 2000: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano	232
Figura 5.24 – Tipo rural – 2010: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano	234
Figura 5.25 – Tipo rural – 2000: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano	235
Figura 6.1 – Espécie de domicílio: percentual de casas unifamiliares em relação ao total de domicílios de cada AP	244
Figura 6.2 – Espécie de domicílio: percentual de apartamentos em relação ao total de domicílios de cada AP	244
Figura 6.3 – Espécie de domicílio: percentual de cortiços em relação ao total de domicílios de cada área de ponderação	245
Figura 6.4 – Tipo de domicílio: percentual de condomínios ou vilas em relação ao total de domicílios de cada AP	245
Figura 6.5 – Propriedade do domicílio - percentual de próprios em relação ao total de domicílios de cada AP	248
Figura 6.6 – Propriedade do domicílio - percentual de alugados em relação ao total de domicílios de cada AP	248
Figura 6.7 – Propriedade do domicílio - percentual de cedidos em relação ao total de domicílios de cada AP	249
Figura 6.8 – Propriedade do domicílios com aluguel inferior a um SM em relação ao total de domicílios de cada AP	249
Figura 6.9 – Percentual de domicílios com aluguel superior a três SM em relação ao total de domicílios de cada AP	250
Figura 6.10 – Percentual de domicílios em déficit habitacional em relação ao total de domicílios de cada AP	255
Figura 6.11 – Percentual de domicílios em situação de coabitação em relação ao total de domicílios de cada AP	255
Figura 6.12 – Percentual de domicílios improvisados em relação ao total de domicílios de cada AP	256
Figura 6.13 – Percentual de domicílios com ônus excessivo do aluguel em relação ao total de domicílios de cada AP	256
Figura 6.14 – Percentual de domicílios alugados com adensamento excessivo em relação ao total de domicílios de cada AP	257
Figura 6.15 – Percentual de domicílios com até três cômodos em relação ao total de domicílios de cada AP	264
Figura 6.16 – Percentual de domicílios com até cinco cômodos em relação ao total de domicílios de cada AP	264
Figura 6.17 – Percentual de domicílios sem banheiro em relação ao total de domicílios de cada Área de Ponderação	265
Figura 6.18 – Percentual de domicílios com três ou mais banheiros em relação ao total de domicílios de cada AP	265
Figura 6.19 – Percentual de domicílios com esgotamento em relação ao total de domicílios de cada AP	273

Figura 6.20 – Empreendimentos lançados por empresa imobiliária para renda média-alta em relação à tipologia socioespacial	275
Figura 6.21 – Programa Minha Casa Minha Vida segundo as faixas diferenciadas pela renda familiar em relação aos tipos socioespaciais da RMF	277
Figura 6.22 – Distribuição espacial da produção do PMCMV em suas diferentes faixas em relação às áreas de ponderação com maior déficit habitacional	278
Figura 6.23 – Distribuição espacial das favelas identificadas pelo IBGE sobre a tipologia socioespacial.....	280
Figura 6.24 – Ações da Fundação de Habitação Popular de Fortaleza em relação à tipologia socioespacial	280
Figura 7.1 – Fortaleza e os municípios conurbados do entorno: imagens Landsat. 3, 4 e 5 de 2005.....	288
Figura 7.2 – Percentual da população ocupada da RMF que realiza movimento pendular	300
Figura 10.1 – Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU local) – Região Metropolitana de Fortaleza.	362
Figura 10.2 – Mobilidade urbana – Região Metropolitana de Fortaleza – 2010	365
Figura 10.3 – Condições ambientais urbanas – Região Metropolitana de Fortaleza, 2010.....	366
Figura 10.4 – Condições habitacionais urbanas – Região Metropolitana de Fortaleza, 2010.....	368
Figura 10.5 – Atendimento de serviços coletivos urbanos – Região Metropolitana de Fortaleza, 2010.....	370
Figura 10.6 – Condições de infraestrutura urbana – Região Metropolitana de Fortaleza, 2010.....	372

Lista de Gráficos

Gráfico 3.1 – Investimentos estrangeiros diretos na BA, CE, RN e PE (200 a 2010) associados ao imobiliário turístico (mil U\$)	124
Gráfico 7.1 – RMF- Taxa de motorização (automóveis).....	293
Gráfico 7.2 – RMF- Taxa de motorização (moto).....	294
Gráfico 8.1 – Tipo superior. Renda média familiar per capita (%), 2010	316
Gráfico 8.2 – Tipo superior. Quantidade de banheiros por domicílios (%), 2010... ..	316
Gráfico 8.3 – Tipo superior. Nível de instrução do responsável pelo domicílio (%), 2010.....	316
Gráfico 8.4 – Tipo médio-superior. Renda média familiar per capita (%), 2010.....	318
Gráfico 8.5 – Tipo médio-superior. Nível de instrução do responsável pelo domicílio (%), 2010.....	318
Gráfico 8.6 – Tipo médio-superior. Quantidade de banheiros por domicílios (%), 2010	318
Gráfico 8.7 – Tipo médio. Renda média familiar per capita (%), 2010.....	321
Gráfico 8.8 – Tipo médio. Nível de instrução do responsável pelo domicílio (%), 2010.....	321

Gráfico 8.9 – Tipo médio. Quantidade de banheiros por domicílios (%), 2010.....	321
Gráfico 8.10 – Tipo popular operário. Renda média familiar per capita (%), 2010.....	323
Gráfico 8.11 – Tipo popular operário. Nível de instrução do responsável pelo domicílio (%), 2010	323
Gráfico 8.12 – Tipo popular operário. Quantidade de banheiros por domicílios (%), 2010	323
Gráfico 8.13 – Tipo popular. Renda média familiar per capita (%), 2010	324
Gráfico 8.14 – Tipo popular. Nível de instrução do responsável pelo domicílio (%), 2010.....	324
Gráfico 8.15 – Tipo popular. Quantidade de banheiros por domicílios (%), 2010 .	324
Gráfico 8.16 – Tipo operário rural. Renda média familiar per capita (%), 2010	326
Gráfico 8.17 – Tipo operário rural. Nível de instrução do responsável pelo domicílio (%), 2010	326
Gráfico 8.18 – Tipo popular rural. Quantidade de banheiros por domicílios (%), 2010	326
Gráfico 8.19 – Tipo rural. Renda média familiar per capita (%), 2010.....	328
Gráfico 8.20 – Tipo rural. Nível de instrução do responsável pelo domicílio (%), 2010.....	328
Gráfico 8.21 – Tipo rural. Quantidade de banheiros por domicílios (%), 2010	328
Gráfico 9.1 – Evolução da taxa de homicídios para o município de Fortaleza, Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará, Nordeste e Brasil (2000-2010).....	338
Gráfico 10.1 – Índice de Bem-Estar Urbano Global	360

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 – Níveis de integração à dinâmica metropolitana - municípios da RMF: dados demográficos e movimento pendular -2010	62
Tabela 1.2 – Níveis de integração à dinâmica metropolitana - municípios da RMF: dados econômicos – 2010	63
Tabela 4.1 – Ceará: população total, segundo mesorregiões, 2000 e 2010.....	145
Tabela 4.2 – População residente em 2000 e 2010, por situação do domicílio, com condição da população urbana residente na sede municipal, área total.	149
Tabela 4.3 – Taxa de crescimento geométrico da população (1991 - 2000 a 2000 - 2010).	152
Tabela 4.4 – População residente total na RMF, por faixa etária (2010).	155
Tabela 4.5 – Homens e mulheres ocupadas (2000 – 2010).....	159
Tabela 4.6 – Distribuição da população na RMF de acordo com a cor.	162
Tabela 4.7 – Mortalidade de 1 ano e mortalidade até 5 anos de idade (2000 – 2010).	165
Tabela 4.8 – Saldo e taxa migratória entre os municípios da RMF (2000 – 2010).....	168

Tabela 4.9 – migração núcleo-periferia; periferia-núcleo e periferia-periferia na RMF (2010)	171
Tabela 4.10 – Migrantes (2005 – 2010) que trabalham e fazem movimento pendular com destino ao município de origem.	173
Tabela 4.11 – Autorizações de trabalho permanente para o Brasil (2008 – 2011).....	177
Tabela 4.12 – Direcionamento dos migrantes estrangeiros por estado da federação.	179
Tabela 4.13 – Quantidade de estrangeiros no Estado do Ceará, 2013.	178
Tabela 5.1 – Comparativo das tipologias 2000 e 2010: população total e ocupada	206
Tabela 5.2 – Quadro comparativo entre as tipologias 2000 e 2010: superfície, densidade e APs	211
Tabela 5.3 – Distribuição % das CATs. em relação a cada um dos tipos socioespaciais – 2010	213
Tabela 5.4 – Densidade das Cats. nos tipos em relação ao total da população ocupada na RMF – 2010.....	214
Tabela 6.1 – Espécie de domicílio – percentual em relação ao total de domicílios em cada tipo socioespacial	243
Tabela 6.2 – Espécie de domicílio: percentual em relação total de domicílios em cada espécie de domicílio	243
Tabela 6.3 – Tipo de ocupação quanto à propriedade do domicílio - % em cada tipo socioespacial	247
Tabela 6.4 – Propriedade do domicílio - % em relação total de domicílios em cada tipo socioespacial.....	251
Tabela 6.5 – Distribuição do déficit em suas componentes em números absolutos e % nos tipos - 2000	251
Tabela 6.6 – Distribuição do déficit em suas componentes em números absolutos e % por tipos – 2000	251
Tabela 6.7 – Distribuição do déficit em suas componentes em números absolutos e percentual nos tipos – 2010	254
Tabela 6.8 – Distribuição do déficit em suas componentes em números absolutos e % por tipos – 2010	254
Tabela 6.9 – Distribuição da inadequação domiciliar em números absolutos e percentual nos tipos socioespaciais	259
Tabela 6.10 – Distribuição da inadequação domiciliar em números absolutos e percentual por tipos socioespaciais – 2000	260
Tabela 6.11 – Distribuição da inadequação domiciliar em números absolutos e percentual nos tipos socioespaciais – 2010	263
Tabela 6.12 – Distribuição da inadequação domiciliar em números absolutos e percentual por tipos socioespaciais – 2010	263
Tabela 6.13 – Inadequação de infraestrutura: % em relação ao total de domicílios nos tipos - 2000.....	271

Tabela 6.14 – Inadequação das redes de infraestrutura: distribuição % por tipos socioespaciais - 2000.....	271
Tabela 6.15 – Inadequação de infraestrutura: % em relação ao total de domicílios nos tipos - 2010	272
Tabela 6.16 – Inadequação das redes de infraestrutura: distribuição % por tipos socioespaciais - 2010	272
Tabela 7.1 – RMF- Movimentos pendulares intrametropolitanos	291
Tabela 7.2 – RMF- Tempo de trajeto casa-trabalho por tipologias socioespaciais... ..	301
Tabela 9.1 – Taxa de homicídios para o município de Fortaleza, Região Metropolitana de Fortaleza, estado do Ceará, região Nordeste e Brasil (2000-2010).	338
Tabela 9.2 – Dados populacionais, econômicos e taxas de homicídio dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (2000-2010).	340
Tabela 9.3 – População, número e taxa de homicídio por 10 mil habitantes segundo os tipos - Fortaleza, 2010.....	345
Tabela 9.4 – População, número e taxa de homicídios por 10 mil habitantes - tipo superior - Fortaleza, 2010.....	346
Tabela 9.5 – População, número e taxa de homicídios por 10 mil habitantes - tipo médio-superior - Fortaleza, 2010	348
Tabela 9.6 – População, número de homicídios e taxa de homicídios por 10 mil/habitantes - tipo médio - Fortaleza, 2010.....	349
Tabela 9.7 – População, número de homicídios e taxa de homicídios por 10 mil habitantes no tipo popular operário - Fortaleza, 2010	350
Tabela 9.8 – População, número de homicídios e taxa de homicídios por 10 mil habitantes no tipo inferior - Fortaleza, 2010	351

Apresentação

Neste livro pretende-se apresentar os resultados de pesquisas realizadas pelo Núcleo do Observatório das Metrôpoles de Fortaleza nos últimos anos. Ainda que o foco seja a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), é mister uma análise advinda de outras escalas, de modo a melhor compreender seu papel na rede urbana cearense, seus vínculos com algumas das atividades econômicas presentes no território cearense e em especial o quadro de disparidades socioespaciais que traduz seu processo de desenvolvimento desigual.

Fortaleza sobressai no cenário nacional pelo seu crescimento demográfico ocorrido ao longo da segunda metade do século XX. Composto com outros quatorze municípios, Fortaleza corresponde à quinta maior região metropolitana brasileira atingindo um contingente demográfico próximo a 3,5 milhões de habitantes. Outros números também surpreendem. Ao se pensar num território mais amplo, Fortaleza constitui região de influência com população superior a 20 milhões de pessoas abrangendo outros estados vizinhos. Ao mesmo tempo, ao se considerar apenas a capital cearense, esta mesma abriga mais de 2,6 milhões de indivíduos; assim, é considerada a mais densa capital brasileira e figura entre os dez municípios com maior densidade demográfica.

Estes dados quantitativos ganham mais importância quando se observa o processo de estruturação da sua rede urbana, historicamente atrelado a um quadro de macrocefalia segundo os seguintes aspectos: as disparidades socioespaciais entre a Região Metropolitana de Fortaleza e as demais regiões do estado do Ceará; a ampla diferença entre Fortaleza e outros municípios quanto ao total da população; a convergência do sistema viário em direção à RMF; a concentração de investimentos públicos e privados em detrimento das demais partes do estado, dentre outros.

Ao longo das últimas décadas, no cenário de globalização da economia, atesta-se um permanente processo de reestruturação produtiva, o qual ganha formas diversas desde a implementação de políticas governamentais inseridas num espectro que abrange do neoliberalismo ao neodesenvolvimentismo. Na concepção e na implementação

destas políticas, especialmente no referente às metrópoles brasileiras, ganha relevância a necessidade de uma instituição que comande o planejamento e a gestão destes territórios dotados de tantas e tamanhas especificidades. Fortaleza não foge à regra!

Desde a esfera estadual de governo, o Ceará foi e continua a ser alvo de políticas de crescimento econômico ao longo das últimas décadas, pautadas no velho discurso de que estas viessem a trazer no curto prazo o desenvolvimento socioeconômico pretendido, mediante a geração de emprego graças à atração de investidores privados, dos setores do agronegócio, da indústria, do turismo e dos serviços demandados por estas atividades. Para tanto, apostou-se num programa de desenvolvimento urbano com foco nas cidades chamadas estratégicas, estimulando-se a competitividade entre as cidades, em detrimento do desenvolvimento regional e da cooperação intermunicipal. Em decorrência destas políticas e programas, verifica-se todavia a ampliação das disparidades socioespaciais noutras dimensões notadamente entre municípios na escala intrarregional e entre o campo e a cidade.

Em relação à atividade agropecuária, historicamente associada às práticas extrativistas no semiárido, à produção de castanhas de caju, assim como à pesca de crustáceos, esta ganha novos contornos. Concentrado nos vales úmidos e diretamente associado à nova política estadual de gestão dos recursos hídricos, como apontam os estudos de Denise Elias realizados desde os anos 1990, o agronegócio da fruticultura tem sido um dos vetores do desenvolvimento econômico do Ceará, fazendo emergir novos centros regionais, com consequentes alterações no mercado de trabalho agrícola mediante sua formalização, trazendo disputas pelo acesso à terra e à água. Dentre os vínculos espaciais com a RMF destacam-se o escoamento da produção voltada para o mercado internacional globalizado através do Porto do Pecém, assim como o reconhecimento de Fortaleza como mercado consumidor, os quais demandaram melhorias nas infraestruturas viárias regionais.

O processo de industrialização ocorrido no estado nas últimas décadas, apesar da dispersão industrial por municípios com função de centro regional, tem reforçado o crescimento da importância da Região Metropolitana de Fortaleza e alterado profundamente sua configuração espacial em função do porte e da quantidade de empreendimentos do setor secundário instalados no período. Por um lado, nota-se a presença de concentrações industriais nos municípios da RMF periféricos à capital, com destaque para o Complexo Indus-

trial e Portuário do Pecém; por outro, as antigas localizações do setor secundário presentes no tecido urbano da capital passam a ser alvo de processos de renovação urbana.

No âmbito do turismo, é evidente sua expansão sobretudo com as facilidades e os serviços implementados na capital e nos atrativos dispersos ao longo do litoral, bem como as infraestruturas que viabilizam a conexão de Fortaleza aos destinos do turismo de sol e mar, inclusive extrapolando os limites político-administrativos da região metropolitana. A intensificação destes fluxos ganha maior intensidade em razão do histórico processo de implantação de loteamentos para segunda residência à beira-mar das famílias de classes mais abastadas desde os anos 1960. Neste caso, as pesquisas desenvolvidas por Eustógio Dantas ao longo dos últimos anos correspondem à referência que norteou nossas análises. Somados, estes processos corroboram a evidente especulação imobiliária que ameaça permanentemente comunidades tradicionais e suas práticas culturais. Com isso, a RMF cada vez mais tende a ser estendida ao longo do litoral, inclusive com a recente incorporação de novos quatro municípios à região metropolitana em 2014, no caso: Paracuru, Paraipaba, São Luís do Curu e Trairi.

À medida que estas atividades econômicas passam a ser dinamizadas, com amplo apoio do governo estadual sob a forma de incentivos fiscais, assim como fazendo uso dos recursos federais disponibilizados desde as políticas públicas federais, a análise dos dados do Censo Demográfico do IBGE no período de 2000 a 2010 indica um quadro de mudanças na distribuição da população do estado. Para além da predominância de Fortaleza, algumas dinâmicas merecem ser aqui enfatizadas na escala do estado: a concentração da população nos municípios de médio porte e nos centros regionais; o crescimento das taxas de urbanização nos municípios; o maior crescimento demográfico nos municípios situados ao longo do litoral, nas proximidades da RMF e mesmo daqueles periféricos a Fortaleza.

Além disso, em função destas atividades econômicas implementadas no Ceará ao longo das últimas décadas, muitas foram as transformações ocorridas na estrutura urbana das cidades. Todavia, grande parte delas mostra-se vinculada à implantação de projetos setoriais localizados, os quais não decorrem de processos de planejamento que tenham considerado a totalidade do território, muito menos uma abordagem intersetorial, trazendo à tona efeitos perversos sobre o espaço social. Apesar de denominados projetos estruturantes, mostram-se

muito mais associados às práticas excludentes, valorizando determinados recortes espaciais em detrimento da grande maioria do território intraurbano.

Na ausência de instrumentos de planejamento eficazes e de uma gestão eficiente, a maior parte das cidades remanesce enfrentando problemas no seu crescimento urbano, tais como: o adensamento de áreas melhor providas de serviços, o abandono de áreas estagnadas, a expansão urbana em direção às franjas periurbanas, a presença de glebas vazias entre os bairros próximos ao Centro e às periferias.

Deste crescimento desordenado, as cidades mostram-se cada vez mais impregnadas de conflitos de uso do solo e de ocupação do território. Disto torna-se visível a forma diferenciada como se dá o acesso às redes de infraestrutura urbana e aos equipamentos sociais, além de diversos problemas no âmbito da mobilidade. Contudo, é através das condições de moradia e acesso à terra urbanizada que se pode demonstrar o reduzido alcance social destas políticas de desenvolvimento econômico, trazendo à tona o acirramento das desigualdades como desafio a ser enfrentado.

Entretanto, quando se focaliza a Região Metropolitana de Fortaleza, estas questões ganham peso ainda maior dadas as condições de concentração demográfica, a intensidade tanto do uso do solo quanto de fluxos de pessoas e de mercadorias, as disparidades socioespaciais e as vulnerabilidades socioambientais. Com isso, revelam-se algumas macrodinâmicas que ganham cada vez mais relevância no cenário metropolitano, no caso, a segregação residencial e a fragmentação social e política.

Flávio Villaça ao final da década de 1990 sinalizava para a segregação como dinâmica que melhor explicaria o processo de estruturação das metrópoles, diferenciando no todo da região metropolitana o que ele denominou como intraurbano, reconhecido pelos fluxos diários voltados para a produção e o consumo. Numa perspectiva histórica e mediante a localização do processo de conurbação e das frentes de expansão urbana, dos grandes eixos viários, dos espaços produtivos secundários ou terciários e dos setores escolhidos pelo setor imobiliário para seus investimentos, o autor sugere um procedimento para reconhecer o processo de segregação residencial comandado pelas elites.

Ao mostrar um eixo ainda mais evidenciado em virtude da concentração das famílias de maior poder aquisitivo nos setores melhor providos de infraestrutura, os quais também abrigam as centralidades

onde se localizam os serviços com maior qualidade, a análise de Villaça sinaliza uma dicotomia entre esta parte e o restante da metrópole. Disto tem-se o desafio em identificar a presença de compartimentos distintos, decompondo uma parte maior supostamente homogênea em porções que assinalam a diferenciação e a segmentação social características do espaço metropolitano.

Neste sentido ao se considerar o espaço metropolitano como uma totalidade, os estudos realizados por Renato Pequeno no Núcleo do Observatório das Metrópoles de Fortaleza em 2006 adotando a metodologia da rede de pesquisa do mesmo nome trouxeram dentre outras contribuições a desmitificação da divisão simplificada entre ricos na porção leste e sudeste mais próximas da beira-mar e pobres nas demais partes da RMF.

No primeiro estudo feito para a RMF por este núcleo de pesquisa, no intuito de reconhecer a estrutura social da metrópole tendo a ocupação como principal variável, foram identificados sete tipos socioespaciais, diferenciados quanto aos padrões de concentração de determinadas categorias sócio-ocupacionais no espaço metropolitano, reconhecendo-se entre elas complementaridades e contraposições.

Tomando como referência os dados da amostra do Censo Demográfico de 2000 efetuado pelo IBGE, esta estrutura denotava dentre outras características: a concentração das categorias superiores em poucas áreas, definindo o tipo socioespacial superior marcado pela paisagem verticalizada e pela presença, intensidade e qualidade das infraestruturas e dos serviços. Também foram reconhecidos dois tipos intermediários, denominados como médio-superior e médio, marcados pela maior heterogeneidade da sua composição sócio-ocupacional porém com maior densidade das classes superiores que os demais que complementam a hierarquia socioespacial. Estes correspondem às áreas de transição entre a cidade autosssegurada e a cidade dos excluídos, com capacidade de absorver demandas territoriais não atendidas por grupos sociais melhor providos dada a maior disponibilidade de imóveis do mercado de locação e de terrenos vazios.

Outro a ser reconhecido foi o tipo operário popular vinculado à maior densidade de operários e de classes populares tendo como marca a existência de grandes conjuntos habitacionais, de favelas de maior porte já consolidadas e a proximidade das áreas industriais. Houve também a definição de um tipo considerado popular distinguido pela presença de pessoas inseridas no mercado de trabalho informal, onde

predominam formas precárias de moradia distribuídas em comunidades nas margens de rios e lagoas via de regra em situação de risco.

O tipo socioespacial operário rural também foi demarcado, mesclado pela presença de trabalhadores do setor secundário e pela densidade relativa de trabalhadores agrícolas reunindo poucas áreas periféricas da RMF próximas aos distritos industriais implementados nos municípios vizinhos a Fortaleza. Este se configurou num território em recente transformação no seu uso do solo e na sua composição social. Por fim, a determinação do tipo socioespacial rural abrigoando todo o restante da RMF, onde predomina o uso do solo de menor intensidade urbana e com características rurais ao qual se associa maior densidade das ocupações agrícolas.

Passados dez anos, é possível realizar uma nova leitura desta tipologia socioespacial. Algumas alterações podem ser percebidas, diante da presença dos mesmos tipos sociais, as quais serão discutidas mais detalhadamente neste livro. Tais mudanças refletem algumas dinâmicas que passam a se disseminar pelo espaço da metrópole com maiores intensidade e impacto, as quais se relacionam à outras, presentes e perceptíveis noutras escalas. Somadas essas transformações, verifica-se uma nova morfologia da estrutura social do espaço metropolitano. Vale aqui ressaltar a necessidade de recorrer à multiescalaridade, onde estes fenômenos podem vir a ser aprofundados em sua análise e compreensão.

No tocante aos espaços produtivos secundários, reforçam-se dois movimentos: a periferação e o direcionamento para o oeste. A indústria de transformação passa a se concentrar em função da logística trazida com o Complexo Industrial e Portuário do Pecém e a Zona de Processamento de Exportação, assim como pelas vantagens ofertadas pelos municípios e o próprio custo do terreno. Ademais, a indústria de bens de consumo se fragmenta em virtude da flexibilização da produção, disseminando-se pelos bairros periféricos e quase invadindo os diminutos espaços residenciais como nos casos das indústrias de confecção e da calçadista.

Os espaços terciários também ganham mais evidência, reconhecendo-se por um lado um leve deslocamento para a periferia da metrópole, mediante a implantação de shopping centers nos municípios conurbados a Fortaleza, como ocorreu em Maracanaú e Caucaia. Por outro, o Centro tradicional, que já havia se deslocado para o leste e sudeste, se expande nas demais direções através das mesmas formas,

com a construção de novos centros comerciais e a expansão de outros já existentes. Com isso, amplia-se substancialmente a centralidade da metrópole, cada vez mais concentrada. Revelam-se assim difíceis problemas de mobilidade urbana, cujas soluções viárias e de transporte coletivo até aqui expostas tendem a reforçar esta condição de centro expandido.

Transformações mais profundas podem ser percebidas pelas condições de moradia, na forma como se distribuem pelo espaço metropolitano. Remanesce todavia a apropriação destes espaços pelos agentes que comandam a cidade do mercado imobiliário, a qual se expandiu de modo intenso, contínuo e concentrado. Novos focos de verticalização passam a surgir na paisagem de Fortaleza nos bairros pericentrais e intermediários, notadamente nas direções oeste e sudoeste. Antigas indústrias vão sendo substituídas por centros comerciais, valorizando os imóveis vizinhos para futuros empreendimentos imobiliários residenciais. Nas direções sudeste e leste, justamente as mais valorizadas, a verticalização avança rumo aos bairros periféricos, apesar da existência de glebas vazias que aguardam ainda maior rentabilidade no mercado imobiliário. Os mapeamentos incluídos nos capítulos deste livro propiciarão mais ampla compreensão destes fenômenos.

A cidade das políticas públicas orientadas para a produção de moradia de interesse social volta-se às periferias ao sul e ao sudoeste. Dos novos conjuntos habitacionais, verifica-se, num primeiro momento, a presença de pequenos conjuntos situados nas proximidades das áreas de origem da população atendida. Contudo, cada vez mais se evidencia a tendência de retomada da produção de grandes conjuntos periféricos, preenchendo vazios remanescentes nas bordas da capital, aproximando-se de outros produzidos nos municípios vizinhos. O Programa Minha Casa Minha Vida na forma como vem sendo executado confirma essa constatação.

Por sua vez, a cidade informal e espontânea indica duas dinâmicas principais, a reproduzir uma situação vigente em grande parte dos espaços metropolitanos brasileiros. Primeiro, na ausência de novos espaços residuais melhor localizados a serem ocupados, verifica-se um adensamento cada vez maior nas áreas de ocupação presentes nos bairros pericentrais e intermediários. Estas inclusive chegam a ser alvo da expansão do mercado informal de aluguel e mesmo de encorajamento. Segundo, a favelização se desloca para a periferia onde se dissemina e avança em direção aos municípios conurbados, os quais

passam a abrigar irregularidades fundiárias e situações de risco, dada a fragilidade ambiental dos sítios disponíveis.

Recompondo-se o espaço metropolitano, ao se superpor as três cidades, algumas respostas podem ser obtidas no referente às alterações na composição sócio-ocupacional dos tipos socioespaciais, bem como a definição de novos contornos para estes.

Os tipos que concentram as ocupações superiores remanescem próximos às centralidades principais, e orientados para o leste e sudeste, justamente onde se concentram os maiores investimentos públicos e privados. Enquanto o tipo superior contém-se nas mesmas áreas, as quais se verticalizaram ainda mais, o que chega a comprometer a mobilidade urbana, o tipo médio-superior, além de permanecer pericentral, se expande e avança junto à periferia sul; abriga parte dos investimentos do mercado imobiliário, desloca seu público alvo para novas frentes de expansão do setor da construção, inclusive promovendo valorização dos terrenos. Por sua vez, o tipo médio se retrai e se desloca da periferia para o Centro, provavelmente em decorrência da precariedade urbanística dos municípios vizinhos ao leste e sudeste. Ao abrigar condomínios horizontais, permanece sua condição como tipo em que o conflito se exacerba, em face da justaposição destes com muitas ocupações irregulares precárias.

Quanto aos tipos nos quais predominam as ocupações consideradas inferiores na hierarquia social, observa-se uma divisão em face da presença do trabalhador informal e popular no chamado intraurbano e da maior densidade do trabalhador rural nas áreas de transição urbano-rural que complementam a metrópole. Uma leitura mais detalhada destes processos está incluída nos capítulos constantes da segunda parte deste livro.

Ao se levar em conta os tipos operário popular e popular verifica-se um deslocamento para o oeste e para a periferia, significando sua retirada da parte leste, seu adensamento e sua expansão junto às áreas ambientalmente mais sensíveis. O crescimento econômico é perceptível através de uma paisagem urbana onde a autoconstrução se destaca mediante a verticalização em condições de construção civil precárias e a intensificação da ocupação dos lotes tanto nos conjuntos habitacionais como nos loteamentos populares e nas ocupações irregulares.

Nos demais tipos, predominam os espaços periurbanos, e observa-se a expansão do tipo operário rural que passa a agregar outras áreas da RMF para as quais se deslocou o parque industrial, transformando

o espaço urbano e rural outrora ocupado por trabalhadores agrícolas tradicionais e sítios de veraneio. O tipo rural cresce em virtude da inserção de novos municípios na RMF; nele merece destaque a presença do turismo e da vilegiatura na faixa litorânea, visíveis na paisagem, mas quase imperceptíveis em termos de categoria sócio-ocupacional.

A análise evolutiva dos tipos socioespaciais considerando diversos indicadores socioeconômicos indica avanços no curto prazo no acesso às redes de infraestrutura e aos serviços urbanos, os quais chegam precariamente às diferentes partes componentes da RMF. Além disso, a redistribuição da população rumo às periferias, especialmente os mais pobres, traz novas demandas também em termos de mobilidade, tendo em vista que o distanciamento entre a moradia e o trabalho se dilatou.

Como é possível perceber as análises expostas neste livro sinalizam para o reconhecimento de macrodinâmicas que têm explicado o processo de crescimento urbano na RMF, os quais requerem a compreensão interescalar. Por um lado, a autossegregação residencial, numa escala mais ampla, considerando a metrópole em sua totalidade, e mesmo o intraurbano, reforçou-se sua importância como processo, acirrando-se as desigualdades entre o Centro e a periferia, e entre o leste e o oeste.

Com isso, intensificou-se a verticalização nos bairros mais valorizados, sobretudo ao aproximar o uso residencial e o terciário especializado voltado aos grupos mais abastados. Da mesma forma, o eixo de segregação sudeste se diferencia dos demais, estruturando o desenvolvimento do turístico imobiliário em direção aos principais atrativos ao leste, reunindo em suas bordas o terciário sob a forma de shopping centers.

Contribui para este processo a concentração de investimentos públicos e privados nos bairros onde predomina a verticalização e ao longo deste eixo de segregação ao sudeste. Entretanto, novas frentes são abertas para a expansão do mercado imobiliário graças à edificação de novos equipamentos e à melhoria nas condições de mobilidade urbana, as quais têm promovido deslocamentos e substituições de grupos sociais, num evidente processo de gentrificação.

Ademais, a fragmentação social e política ganha maior peso quando analisada numa escala menor. Em diversos setores da metrópole, verifica-se mediante a justaposição e a contiguidade entre diferentes grupos sociais, prevalecendo todavia, a implantação de barreiras que comprometem aproximações e realização de interações sociais.

Desta forma, passam a coexistir numa mesma porção da metrópole conjuntos habitacionais sob a forma de condomínios horizontais fechados, próximos aos grandes conjuntos do período do BNH, e a favelização que se alastra nos terrenos ainda vazios repletos de vulnerabilidades. Mais ainda, à medida que o setor imobiliário reconhece a nova classe média como público alvo, outros condomínios horizontais e verticais passam a complementar a paisagem periférica, redefinindo-a como espaço heterogêneo na sua composição, outrora sem tantas diferenciações.

Diante destes processos remanesce a metrópole sem um planejamento integrado do seu território. As discrepâncias entre Fortaleza e os demais municípios cada vez mais se aguçam; há uma clara transposição de seus grupos sociais para outros municípios, à proporção que a terra urbanizada se esgota. Para os municípios ao leste, tende a ocorrer de forma ainda mais acentuada a expansão de condomínios horizontais, favorecidos pela precariedade institucional e pela fragilidade dos seus instrumentos de controle urbano. Por sua vez, nas direções sul, sudoeste e oeste, a produção habitacional para a nova classe média se alastra e se aproxima da moradia de interesse social.

Com isso, a governança metropolitana se coloca como um desafio. Por um lado, a fragmentação política decorrente da sua divisão em quinze municípios tende a se acentuar com a provável inclusão de outros municípios. Por outro, não se verifica o interesse das esferas de governo superiores, a adoção de políticas que favoreçam o planejamento e a gestão do espaço metropolitano, que cada vez mais se coloca a mercê de processos decisórios oriundos de políticas setoriais.

Para discutir estes temas, esta publicação se organiza em três partes distintas. Fundamentada em uma abordagem histórica, a primeira destaca a RMF por seu papel na rede urbana brasileira, apresentando as atividades econômicas do Ceará com maior reatamento sobre a metrópole.

O primeiro capítulo de autoria das geógrafas Maria Clélia Lustosa Costa e Zenilde Baima Amora, apresenta Fortaleza segundo diferentes escalas, e para tal, analisa seu processo de formação como resultado de dinâmicas ocorridas em sua região de influência.

O segundo capítulo é produzido pelo geógrafo Edilson Alves Pereira Júnior, que situa a RMF no processo de industrialização do Ceará. Nele evidenciam-se os efeitos da reestruturação produtiva cearense na configuração urbana da metrópole. Numa perspectiva histórica, o

autor ressalta os recortes espaciais, onde a dinâmica industrial se apresenta mais evidente e intensa.

Ainda nesta primeira parte, o terceiro capítulo trata da resignificação das cidades litorâneas à metropolização turística. Neste, o geógrafo Eustógio Dantas insere Fortaleza numa dimensão mais ampla, no caso, o litoral nordestino, identificando similaridades com outras metrópoles da região. Algumas características são reconhecidas na sua morfologia e nas suas condições de crescimento urbano, as quais se intensificam em decorrência da forte presença do mercado imobiliário voltado para a vilegiatura e para o turismo.

No quarto e último capítulo desta parte, a geógrafa Denise Bomtempo fala sobre a dinâmica demográfica da RMF percebida no início do século XXI. Além de quantificar o grau de crescimento da população na RMF, a autora discorre sobre o perfil populacional e o analisa segundo diversos indicadores. Adota, então, o município como unidade espacial de análise. Faz parte do capítulo uma interessante análise referente aos movimentos migratórios recentes que associam a RMF ao mundo. Reflete-se, assim, um conjunto de mudanças relacionadas às atividades econômicas no seu território.

A segunda parte deste livro traz em seu conteúdo uma averiguação detalhada do quadro de desigualdades socioespaciais presentes na RMF, identificadas segundo estudo comparativo entre os Censos Demográficos dos anos 2000 e 2010, mediante vários indicadores compostos através de procedimentos diversos.

Inicialmente, no quinto capítulo, o arquiteto e urbanista Renato Pequeno desenvolve uma comparação entre as tipologias socioespaciais da RMF identificadas por meio da análise da composição sócio-ocupacional nas áreas de ponderação utilizadas pelo IBGE. Para tal, emprega a metodologia adotada pela Rede de Pesquisa Observatório das Metrópoles. De forma inédita para a RMF, a confrontação entre os tipos socioespaciais permite compreender as alterações ocorridas na distribuição espacial das diferentes categorias sócio-ocupacionais tanto em termos percentuais como relativas às densidades de cada categoria nos diferentes tipos em relação ao todo da metrópole. Movimentos como a retração, a expansão, a concentração numa mesma direção da RMF sugerem na sua totalidade o aumento da segregação. Além disso, a nova estrutura social favorece a realização de novos estudos temáticos, mediante seu cruzamento junto às muitas variáveis que adotam as mesmas unidades espaciais de análise.

Isto ocorre inicialmente no sexto capítulo, também de autoria de Renato Pequeno, no qual as condições desiguais de moradia e de direito à cidade foram investigadas segundo diferentes aspectos, dentre os quais: as características morfológicas; os tipos de ocupação considerando a propriedade; o déficit habitacional e a inadequação domiciliar; o acesso às redes de infraestrutura. As análises relativas a estes indicadores reforçam a percepção do quadro de desigualdades vigente na RMF, confirmando a compreensão da moradia como variável que melhor explicita as desigualdades socioespaciais. Faz parte do capítulo, de forma sintética, a análise da distribuição espacial da atual produção habitacional confrontada à tipologia socioespacial proposta no capítulo anterior. A análise se organiza em torno dos seguintes agentes: o setor imobiliário privado; o Estado mediante as políticas de interesse social; os grupos excluídos através da favelização. Destaque também é dado ao Programa Minha Casa Minha Vida nas suas primeiras fases.

Por sua vez, o sétimo capítulo, elaborado pela arquiteta Vera Mamede Accioly e o geógrafo Cleiton Marinho Lima Nogueira, mostra as desigualdades sob o ponto de vista da mobilidade urbana, com ênfase nas necessidades de deslocamento casa-trabalho sob a forma de movimentos pendulares que refletem a localização dos trabalhadores em relação às centralidades que concentram a maior parte dos empregos e dos serviços.

No oitavo capítulo, os geógrafos Alexandre Queiroz Pereira e Maria Clélia Lustosa Costa desenvolvem análise compreensiva das condições de vulnerabilidade social na RMF. Para tanto, num esforço metodológico, reúnem dentre outros indicadores, os socioeconômicos (renda média familiar, arranjo familiar, condições de moradia e nível educacional do chefe de família), os quais permitem evidenciar os setores da metrópole onde a população se encontra em condições de maior vulnerabilidade. O capítulo sinaliza dentre outras contradições essenciais à metrópole o fato de que apesar da concentração de estruturas de oportunidades mais intensamente disponíveis na RMF (instituições públicas e privadas, de empregos, centros de difusão de tecnologia, concentração do poder político), também está concentrado no espaço metropolitano um número significativo de grupos socialmente mais vulneráveis.

O nono capítulo enfatiza a análise da violência na metrópole segundo a distribuição espacial dos casos de homicídio, confrontando com a tipologia socioespacial. Trata-se de importante contribuição dos

autores, os geógrafos Fabiano Lucas da Silva Freitas e Maria Clélia Lustosa Costa, ao trazerem à tona elementos para uma discussão de problema dominante na Região Metropolitana de Fortaleza, recentemente considerada a segunda mais violenta do Brasil e integrante das dez mais violentas do mundo conforme estudos produzidos pela Organização das Nações Unidas. Os resultados obtidos pelos autores sinalizam a localização do problema em áreas de extrema pobreza, onde o Estado encontra-se ausente e/ou insuficiente, contribuindo para sua maior vulnerabilidade social.

O décimo capítulo reúne as análises referentes aos resultados obtidos com a aplicação do Índice de Bem-Estar Urbano formulado por pesquisadores vinculados à coordenação nacional da Rede Observatório das Metrôpoles. Com base nos resultados obtidos, os geógrafos Alexandre Queiroz Pereira e Cleiton Marinho Lima Nogueira situam Fortaleza em relação às demais regiões metropolitanas no Brasil no tocante ao indicador sintético resultante de diferentes variáveis. A análise espacial deste indicador sintético é aprofundada por meio da abordagem das suas cinco dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais, serviços coletivos e infraestrutura. Os autores demonstram a ampla disparidade entre o Centro e a periferia, reforçando a compreensão das iniquidades entre o município polo e os demais componentes da RMF. Ressaltam, ainda, a urgência na formulação de processos de planejamento capazes de enfrentar os problemas até aqui reconhecidos.

Por fim, a terceira parte deste livro reúne artigos sobre a questão da governança metropolitana e das representações políticas presentes no espaço da metrópole. No décimo primeiro capítulo, o geógrafo José Borzacchiello da Silva aborda a governança na RMF a partir de resgate histórico da constituição deste espaço mediante a análise dos seus elementos estruturantes, assim como das tentativas de implementação de processos de planejamento e gestão voltados para o ordenamento físico territorial do território metropolitano nos anos seguintes à sua criação, até outras pautadas no planejamento estratégico reunindo setores empresariais e o Estado, porém sem qualquer valor institucional. O autor destaca fragilidades no referente à integração dos municípios componentes da região metropolitana. Da mesma forma, destaca questões de caráter metropolitano numa perspectiva histórica, com realce para a questão dos transportes, da moradia, do saneamento ambiental e mesmo da distribuição espacial das atividades econômicas, as quais

cada vez mais ultrapassam os limites municipais. Com isso, revela a urgência na instalação de processo de planejamento para a RMF verdadeiramente participativo.

Por último, o décimo segundo capítulo desta publicação traz em seus conteúdos uma discussão a respeito da geografia do voto. Com suporte em estudos qualitativos, os cientistas sociais Valmir Lopes e Brenda Cunha apresentam o quadro político desde a escala estadual, resgatando mudanças associadas aos jogos de poder. Neste prisma, trazem ao debate importantes elementos sobre as representações políticas com destaque para o estabelecimento de uma classificação dos representantes, assim como para as mudanças no perfil dos componentes do Legislativo.

Este livro não contempla em seu final um texto conclusivo. Em face das questões levantadas a cada capítulo, conforme se depreende, sugerem-se de modo amplo novos debates sobre as transformações presentes na Região Metropolitana de Fortaleza. Tais debates requerem uma visão multidisciplinar e interescalar.

Renato Pequeno

PARTE I

Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole

*Maria Clélia Lustosa Costa
Zenilde Baima Amora*

Resumo: Este capítulo tem por objetivo discutir o papel de Fortaleza e da RMF na rede urbana brasileira, levando-se em conta suas transformações e a integração à dinâmica metropolitana. Inicialmente, o estudo trata da metrópole Fortaleza no contexto da formação socioespacial do estado do Ceará, considerando as fases que marcaram a produção do espaço cearense e apontaram para a passagem de cidade a metrópole. Fortaleza se insere na rede de cidades e apoiada no território sob sua influência exerce o papel de intermediária entre as regiões produtoras e os lugares globais. A gestão pública e empresarial e a complexidade das atividades comerciais e de serviços, presentes na metrópole, viabilizam a realização das atividades produtivas no território sob seu comando, típicas de espaços globalizados. Em continuidade, destaca-se a integração dos municípios à dinâmica metropolitana, ou seja, as relações entre os municípios, a distribuição e divisão funcional das atividades econômicas e a oferta diferencial de serviços.

Palavras-chaves: Rede urbana, espaço globalizado, capital local, metropolização, Fortaleza.

Abstract: This chapter aims to discuss the role of Fortaleza and RMF in the Brazilian urban network, taking into account its transformations and integration to the metropolitan dynamics. At first, the study deals with Fortaleza metropolis in the context of socio-spatial formation of the state of Ceará, figuring out the phases that marked the production of Ceará space and pointed out to the passage from city to metropolis. Fortaleza is included in the network of cities and supported in the territory under its influence plays the intermediary role between the producing regions and global locations. The public and corporate administration and the complexity of trade and service activities, found in the metropolis, allow the realization of productive activities, typical of globalized spaces in the territory under its command. Keeping on, there is the integration of the municipalities to the metropolitan dynamics, i.e. the relationships between municipalities, distribution and functional division of economic activities and the differential provision of services.

Keywords: Urban Network, globalized space, local capital, metropolization, Fortaleza.

1.1 Introdução

Considerada entre os doze polos metropolitanos, como mostram os estudos sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC), e compondo desde 1973 a lista das primeiras regiões metropolitanas criadas no Brasil, Fortaleza possui características comuns às demais metrópoles do país, e ao mesmo tempo apresenta particularidades decorrentes do processo histórico de formação do espaço cearense, que resultou em uma urbanização concentrada.

A metropolização, que tem Fortaleza como cidade principal, não ocorreu independente de processos mais gerais como a globalização e a reestruturação do capital, as quais dinamizaram a economia do Ceará, não obstante seu caráter fragmentário e excludente. Com a introdução de novas tecnologias e as alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização na economia brasileira e as novas formas de comunicação, mediante ampliação da organização em redes (produção e distribuição, prestação de serviços, gestão política e econômica), o Ceará se reinsere na divisão territorial do trabalho em novos moldes, repercutindo na organização da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

O processo de metropolização se deu em consonância com as ações planejadas direcionadas ao desenvolvimento industrial com a política de incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Mas é, sobretudo, a partir dos anos 1980 que se configura o extravasamento do polo Fortaleza para os municípios metropolitanos por via da implantação da indústria incentivada, construção dos conjuntos habitacionais na periferia e expansão do turismo litorâneo.

Outra racionalidade administrativa e política entra em ação com a chegada ao poder, em 1986, de empresários ligados ao Centro Industrial do Ceará (CIC). Altera-se a imagem do Ceará problema (seca e miséria) para a de um lugar propício ao desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo, lazer, agronegócio, tornando-se atrativo a investimentos de outras regiões. O *marketing* e a ação de governante empresário transformam o Ceará em quase uma empresa competitiva que se destaca na guerra fiscal, também chamada guerra dos lugares.

Desde os anos 1990, a RMF se amplia com a incorporação de novos municípios, modernização de infraestrutura rodoviária, aérea

e portuária, surgimento de outros eixos industriais, urbanização litorânea turística, implantação e a produção imobiliária, decorrentes da ação dos diferentes agentes. Além de empresas nacionais e internacionais, respondem pelo dinamismo do estado os empresários cearenses. Na indústria, no comércio e nos serviços, sobressaem-se grupos econômicos locais, cuja atuação ultrapassa os limites regionais, e mesmo nacional.

Estas mudanças econômicas favoreceram a expansão da classe média, que assume funções em órgãos públicos e privados, e se insere como consumidora não só de bens, mas também de atividades de lazer e cultura. Isto explica a entrada de Fortaleza na rota dos grandes eventos nacionais e internacionais. Ao lado das atividades culturais, os eventos esportivos têm colocado em destaque a capital do Ceará, uma das sedes da Copa do Mundo, em 2014. Como aconteceu com a dispersão das atividades produtivas e o controle das atividades comerciais por empresas multinacionais, também os eventos culturais e esportivos até então concentrados nos países centrais seguem esta mesma lógica, a exemplo das copas e das olimpíadas nos chamados BRICS.¹ Ainda no referente à condição de Fortaleza como centro de grandes eventos internacionais (feiras de negócios e de atividades culturais, congressos científicos, dentre outros), cabe ressaltar a reunião dos BRICS, em julho de 2014, na capital do Ceará.

A exemplo de outras regiões do mundo, o estado do Ceará também é afetado pela globalização, a qual se realiza de forma distinta em face das características naturais, sociais, econômicas e culturais locais.

Segundo enfatizam Hidalgo e Borsdorf (2011), todas as regiões do mundo foram afetadas pela globalização, no entanto de forma diferenciada, com seus atores incorporados a um sistema hierárquico, com diferentes opções de ações. Ao nível superior da hierarquia, os autores denominaram “lugares globais”, definidos pela presença de consórcios mundiais (*global player*), especialmente pelas sedes de empresas transnacionais, de centros de inovação tecnológica e eventualmente

¹ Sigla utilizada para representar um grupo de países emergentes, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Como um dos integrantes, o Brasil se alinha aos demais países deste grupo que passam a receber os principais eventos esportivos do planeta. Estes eventos no período de 2008 a 2018, à exceção das Olimpíadas de Londres de 2012, tiveram ou terão como sede um dos países do BRICS. A China recebeu as Olimpíadas de 2008, a África do Sul a Copa de 2010 e a Rússia sediará a Copa de 2018. O Brasil se destaca, neste contexto, ao sediar a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

nós de indústrias pós-fordista. Em seguida, os “lugares globalizados”, onde se encontram os atores globalizados. São centros do setor terciário, orientados para as empresas, centros *offshore*, locais de indústria de fabricação sem desenvolvimento tecnológico e de produção de massa, centros de produção mineira ou agrícola para o mercado mundial e destinações turísticas internacionais.

O terceiro nível da hierarquia é caracterizado pelo setor informal. Para os autores, é aí onde se reúnem “los perdedores de la globalización”, ou seja, “la ‘nueva periferia’ o el ‘mar de la pobreza’.” Estes lugares apresentam uma dinâmica excepcional, resultado da competição constante, com possibilidade da periferia subir ao mundo globalizado ou descer a um plano inferior (HIDALGO e BORSDORF, 2011, p. 125)

Neste prisma, o Ceará é principalmente a RMF, como centro de gestão pública e empresarial, apesar das suas especificidades, têm características de lugares globalizados, em virtude da presença de indústrias nacionais e multinacionais que empregam elevado contingente de mão de obra; o agronegócio voltado para a exportação; o turismo atraindo visitantes nacionais e internacionais; por ser um polo direcionado para o setor terciário (comércio, saúde, educação, informática e cultura); e pela existência de um Complexo Industrial Portuário, em processo de implantação e integrado à Zona de Processamento e Exportação.

Neste capítulo temos por objetivo discutir o papel de Fortaleza e da RMF na rede urbana brasileira, levando em conta suas transformações e integração à dinâmica metropolitana. Na primeira seção, tratamos da metrópole Fortaleza no contexto da formação socioespacial do estado do Ceará. Para facilitar o entendimento, dividimos a análise de acordo com as três fases que marcaram a produção do espaço cearense e apontaram para a passagem de cidade a metrópole. Concluímos este item com a apresentação do momento atual, ressaltando as características que lhe conferem condição de metrópole e seu papel na rede urbana brasileira. Na segunda seção, destacamos a integração à dinâmica metropolitana, enfatizando os aspectos demográficos, econômicos e de mobilidade urbana dos municípios componentes da RMF.

1.2 A formação socioespacial do Ceará e a metrópole Fortaleza

De modo geral a metrópole é definida como uma grande aglomeração multifuncional, com diversidade econômica, social e cultural, densidade elevada de pessoas, de comércio e serviços e infraestrutura que atendam a uma ampla área, além de manter relações com outras metrópoles nacionais e internacionais. Para Ascher

[...] ao desenvolvimento das metrópoles junta-se, agora, um fenômeno um pouco distinto: “a metropolização”, isto é, não somente o crescimento e a multiplicação das grandes aglomerações, mas também a progressiva concentração das populações, das atividades e das riquezas no seu interior”. (1998, p. 4)

No estudo do IBGE, Regiões de Influência das Cidades - REGIC-2007 (IBGE, 2008), foram considerados doze polos metropolitanos brasileiros, classificados de acordo com as variáveis a seguir: órgãos de gestão federal e gestão empresarial; equipamentos e serviços; comércio e serviços; instituições financeiras; escolas de ensino superior (graduação e pós-graduação e centros de excelência); serviços de saúde (complexidade dos serviços, número de atendimentos, número de internações hospitalares financiadas pelo SUS, tipos de equipamentos e especialidades); internet – cinturão digital e presença de redes de televisão aberta.

Fortaleza atende a estes requisitos e se distingue por sua intensa concentração populacional, com economia diversificada e como um centro de gestão do território onde se localizam órgãos públicos da administração municipal, estadual e federal. É sede de empresas privadas e detém elevado número de instituições financeiras e de ensino superior, com centros acadêmicos de excelência e de reconhecimento nacional. O comércio e a prestação de serviços, que lhe conferiram historicamente a condição de polo regional, ao extrapolar os limites administrativos do estado do Ceará, se expandiram, nas últimas décadas, gerando novos fluxos e impactando na diversificação e consolidação do espaço metropolitano. Complexifica suas funções, desenvolve os setores da sua econômica urbana, e, desse modo, se insere hierarquicamente no contexto nacional e internacional, à medida que se apoia em uma base territorial. Ademais, o desenvolvimento de ati-

vidades industriais, a modernização e a diversificação de serviços e comercialização de novos produtos, dentre eles os culturais, alteram o espaço metropolitano. De acordo com Guy Di Méo:

As metrópoles preenchem assim uma série de funções essenciais (políticas, econômicas, culturais ou ideológicas); aquelas que concernem, no mais alto nível, o governo dos homens, de suas atividades, de seus valores. Elas constroem uma rede mundial, um tipo de tecido de centralidades combinando lógicas hierárquicas e resilientes. De todo modo, elas se apoiam sobre conjuntos territoriais de porte variável, ligados entre si por seu indispensável papel de intermediários. Assim, trata-se de uma larga gama de áreas urbanas engendrando metrópoles assentadas no coração das regiões que dividem os territórios nacionais até as metrópoles mundiais e as cidades globais que governam o planeta (2008, s/p.).

A capital do Ceará se insere na rede de cidades, apoiada no território sob sua influência, exercendo o papel de intermediária entre as regiões produtoras e os lugares globais. Neste prisma, a gestão pública e empresarial e a complexidade das atividades comerciais e de serviços, presentes na metrópole, viabilizam a realização das atividades produtivas no território sob seu comando, típicas de espaços globalizados como classificaram Hidalgo e Borsdorf (2011).

Desse modo, para entender a RMF como espaço globalizado, é necessário situá-la no contexto da formação socioespacial do estado do Ceará, pois embora marcado pela globalização, ela não pode ser explicada sem se levar em conta o processo histórico e os fatores locais. Ribeiro chama atenção

[...] para a dificuldade de se concluir sobre tendências universais e inexoráveis da globalização, em razão das diferenças de trajetórias históricas entre as cidades no movimento de transformação de sua base econômica, ao serem incluídas nos macroprocessos de globalização. O que significa dizer que as condições econômicas, sociais, institucionais e culturais locais podem ser fatores importantes na compreensão dos resultados sociais, espaciais e políticos da transformação das bases econômicas das metrópoles brasileiras (2013, p.13).

Na análise desse processo estabeleceu-se uma periodização na

qual se consideraram três fases que marcaram a produção do espaço cearense e apontaram para a passagem da cidade à condição de metrópole. Em linhas gerais, a periodização adotada segue a proposta apresentada no estudo sobre as cidades médias cearenses de autoria de Amora e Costa (2007). Em cada período, busca-se relacionar as mudanças em Fortaleza e em sua região metropolitana com as ocorridas no Ceará e na rede urbana brasileira.

O primeiro período caracteriza-se pelo predomínio da economia agrário-exportadora surgida com a ocupação do Ceará pelos colonizadores e prolongada até o começo dos anos 1960, quando se inicia o planejamento em nível estadual e regional. Até esse momento a força polarizadora de Fortaleza estava mais atrelada à sua condição de centro coletor e exportador de produtos primários, contudo já sediava órgãos da administração estadual e federal e contava com setores urbanos mais desenvolvidos, a exemplo da Universidade Federal do Ceará (UFC) e de outros cursos superiores.

O segundo período, que começa ainda na década de 1960 e se estende até meados da década de 1980, é marcado por maior integração ao mercado nacional e pela atuação da Sudene, com sua política de industrialização do Nordeste. Nesse período, ocorre a instalação das primeiras indústrias incentivadas e conjuntos habitacionais na RMF, contribuindo para o surgimento de dinâmicas metropolitanas e ampliando as relações econômicas de Fortaleza com o resto do Brasil.

O terceiro período, iniciado na segunda metade dos anos 1980, caracteriza-se pelo fim da Sudene, pelo aumento da autonomia dos estados e pela emergência da guerra fiscal entre as unidades federativas, no contexto da reestruturação produtiva. Esse período marca não só a ampliação e consolidação da RMF, mas também sua maior articulação social, política e econômica nas escalas nacional e internacional.

Rochefort (1998), ao tratar das modificações no espaço urbano e regional, adverte:

Para interpretar uma cidade qualquer, já não basta ressitua-la em sua rede regional; é preciso entender os laços de estrutura que subordinam esta a uma unidade mais vasta, constituída pelo Estado ou pela zona de influência de alguns grandes trustes. A verdadeira unidade de estrutura para uma geografia comparada das cidades tende a ultrapassar o âmbito da rede urbana regional (1998, p.18).

Fortaleza mantém sua vasta área de influência, que lhe conferiu historicamente a condição de metrópole regional, e ainda a ultrapassa, porquanto nela se localizam grandes equipamentos, indústrias, sedes de empresas e serviços mais complexos. Sua força polarizadora aumentou em razão das mudanças econômicas que reestruturaram o espaço cearense, com a expansão dos serviços e do comércio, atraindo não só consumidores de bens e serviços (educação, lazer, produtos industriais, cultura), mas também capitais, que se deslocaram para o Ceará na esteira dos incentivos fiscais e que contribuíram, na expressão de Mattos (2005), para a formação de uma base econômica metropolitana.

1.2.1 Fortaleza na fase agroexportadora

Diferentemente de outras províncias do Nordeste do Brasil, que foram grandes produtoras de cana de açúcar, o Ceará demorou a se inserir na economia mundo. Durante muito tempo manteve-se no papel de produtor de carne, couro, alimentos e animais de tração para a zona da mata. Somente no século XIX, já província separada de Pernambuco (1799), passa a exportar algodão, produto de intensa demanda na Europa em processo de industrialização. Fortaleza, até então, não desempenhava papel econômico, pois ficava isolada dos caminhos do gado, restringindo-se às funções administrativa e de defesa. Desse modo, até o século XVIII, era considerada um centro de terceiro nível na rede urbana cearense, inferior a Sobral, Crato, Icó e Quixadá, considerados centros de primeiro e segundo nível (SOUZA, 1975).

Em meados do século XIX, a capital do Ceará assume a condição de primeiro nível, acompanhando as cidades de Sobral, Icó, Crato e Aracati. A política do Império de fortalecimento das capitais das províncias brasileiras favorece Fortaleza, que supera Aracati (LEMENHE, 1991). Assim, a produção de bens para o mercado internacional, sobretudo o algodão, e a condição de capital da província consolidam a hegemonia de Fortaleza. Crescem as exportações pelo porto da capital, atraindo comerciantes estrangeiros (Boris, Studart, Ellery), financiadores da produção e exportadores de produtos primários e importadores de bens industrializados.

Com a construção da ferrovia, iniciada no final do século XIX, atingindo o sul do Ceará, em 1925 (Missão Velha) e em 1926 (Juazeiro do Norte e Crato), amplia-se a força polarizadora de Fortaleza, capturando a região do Cariri, que mantinha relações mais frequentes com

Recife. Comandada por Sobral, a Zona Norte tinha mais autonomia, pois contava com uma ferrovia ligando o Ceará ao sul do Piauí, cuja produção era exportada pelo Porto de Camocim. O ramal Norte da estrada de ferro, ligando Fortaleza a Sobral, somente é concluído em 1950. Isto garante, até este momento, certa autonomia da Zona Norte do estado. Em 1953, o Porto do Mucuripe, em Fortaleza, cuja construção foi iniciada em 1939, teve o primeiro atracamento de navio de grande porte. A ligação com o porto se dava por meio de dois ramais ferroviários: Norte, ligando o Ceará ao Piauí, e Sul, o qual se estendia em direção a Paraíba e Pernambuco, além de rodovias federais e estaduais. Estas, apesar de precárias, integravam o Ceará, de modo a favorecer a circulação de mercadorias e população. Com o funcionamento do Porto do Mucuripe todas as exportações e importações passam por Fortaleza, aumentando sua força polarizadora (COSTA, 2005).

As secas periódicas, a concentração fundiária, a crise da agricultura nordestina, o impacto da competição agrícola e industrial do Sudeste e agrícola do Sul, a abertura de novas vias de circulação, bem como a melhoria das existentes e as medidas institucionais (quebra de barreiras alfandegárias) propiciam a maior integração do Nordeste ao território nacional, e assim ampliam-se as migrações para o Sudeste do país e capitais nordestinas. Ocorre o deslocamento tanto de população como de capitais que buscam o Sudeste, por falta de condições favoráveis de valorização na própria região Nordeste.

Fortaleza, a maior capital, localizada no semiárido, após a grande seca de 1958, apresenta na década de 1950-60 a mais expressiva taxa de crescimento populacional da sua história (90,5%). A cidade se expande, porém sem planejamento e carente em infraestrutura e serviços, com uma grande população de excluídos, fora do mercado de trabalho, vivendo na informalidade, abrigada em favelas e bairros distantes. Como revelam os dados do Censo do IBGE para 1960, 15,62 % da população do Ceará (3.337.856 habitantes) concentravam-se em sua capital (514.813 habitantes), e neste momento a segunda cidade do estado, Sobral, contava com 72.511 habitantes. Era, portanto, sete vezes menor do que a capital Fortaleza, caracterizando uma rede urbana denominada macrocefálica e considerada típica de regiões subdesenvolvidas.

O **Diagnóstico socioeconômico do estado do Ceará**, elaborado pela Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC) e publicado em 1964, traça um quadro da realidade do estado e constitui

um dos primeiros estudos sobre a hierarquia das suas cidades. Como critérios de classificação foram considerados: tipos de estabelecimentos comerciais; serviços médico-hospitalares e bancários; número de firmas atacadistas e varejistas; municípios que efetuaram transações econômicas com centros mais importantes; o papel de cada cidade como centro atacadista; a importância como centro agrícola; e finalmente o número de alunos e pessoas doentes procedentes de outros municípios. Fortaleza, neste estudo, classifica-se na categoria especial, devido à sua centralidade em relação às demais cidades do estado (SUDEC, 1964).

Em 1960, o Ceará contava com 4,6% da população brasileira e participava com 1,96% da renda nacional, a oitava do país, contudo sua renda *per capita* correspondia a apenas 44,6% da registrada no Brasil. Já em relação ao Nordeste, o estado contribuía com 13,2% da renda gerada, a terceira da região. No ano de 1963, respondeu por 2% das exportações brasileiras, sendo o principal produto da pauta, em valor, o algodão em pluma (47,51%), seguido pela cera de carnaúba (22,25%) e lagosta (6,86%). A agropecuária era responsável por 45,7% da renda estadual, proveniente, sobretudo, da lavoura do algodão. Com 2.233 estabelecimentos, a indústria ocupava 20.069 trabalhadores, mão de obra sem qualificação, correspondente a apenas 8,4% da renda da economia cearense, sendo 81,4% provenientes da indústria de transformação, liderada por têxteis (27,1%), seguida por produtos alimentares (15,8%) e produtos farmacêuticos (7,4%). Fortaleza concentrava 42% do valor adicionado do setor, com destaque para a indústria química (óleos), com 62% do valor adicionado, e a têxtil, com 21% (LIMA, 2008).

Quanto à infraestrutura, a capital cearense apresentava sérias deficiências, em especial, no quesito energia elétrica, por depender de termoelétricas municipais e privadas. A deficiência no fornecimento de energia elétrica era apontada pelos representantes das elites econômicas locais como entrave ao desenvolvimento do Ceará. A água ficava a cargo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Ceará (Saagec), que atendia a uma pequena parcela da população da cidade, sem contar a carência de estradas e outros meios de comunicações.

É ainda na década de 1960 que ocorre a implantação de obras estruturantes, consideradas pelos estudiosos como modernizantes e destinadas a colocar o Ceará no contexto desenvolvimentista brasileiro, como será discutido mais adiante. Entretanto, antes deste período,

o estado já contava com órgãos de abrangência nacional e regional sediados em Fortaleza: o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), desde 1909, e o Banco do Nordeste do Brasil, criado em 1952. No âmbito da educação superior, conforme o **Diagnóstico sócio-econômico do estado do Ceará** (1964), foram implantados na capital cearense cursos superiores de Engenharia, Agronomia, Medicina, Odontologia, Farmácia, Direito, Economia, Ciências Sociais e Filosofia, todos integrantes da Universidade Federal do Ceará (UFC), instituída em 1954, além da Faculdade de Filosofia Católica, a Escola de Veterinária e a de Serviço Social, as quais, em 1975, foram incorporadas à Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Ao mesmo tempo Fortaleza amplia sua condição de principal centro comercial e industrial do estado e sua área de influência, embora o Cariri, no sul do Ceará, fosse fortemente polarizado por Recife. O Mucuripe era o único porto organizado entre Natal e Belém e todas as companhias aéreas brasileiras faziam escala no Aeroporto Pinto Martins (LIMA, 2008).

A fase agroexportadora não se esgota, mas tem início nesta mesma década de 1960 uma nova fase, marcada pela criação da Sudene e pelo planejamento governamental nas escalas regional e estadual, que preconizavam a industrialização do Ceará como fator de desenvolvimento, e que tiveram fortes repercussões na produção do espaço cearense e no processo de metropolização.

1.2.2 A industrialização e a formação da metrópole

No Brasil, após a Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), o discurso e as práticas de planejamento transformaram-se em instrumentos para o desenvolvimento. No auge das teorias econômicas voltadas para explicar as causas do subdesenvolvimento, o planejamento surge como instrumento de racionalização das ações. Nesse sentido, é instituído o Plano de Metas, do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), o qual enfatiza grandes setores (energia, transporte, agricultura, alimentação e indústria de base). A industrialização do país é a grande meta para se alcançar padrões mais elevados de desenvolvimento.

Em dezembro de 1959, é instalada a Sudene, cujo objetivo era a industrialização do Nordeste, via incentivos fiscais. Para Ribeiro,

[...] as mudanças geoeconômicas e geopolíticas ocorridas na se-

gunda metade dos anos 1950 redesenharam a geografia da divisão mundial do trabalho em razão da descentralização do aparato produtivo industrial capitalista em direção a alguns países da periferia, surgindo novos centros de acumulação e valorização do capital internacional (2013, p. 10).

No Brasil, o Sudeste torna-se o lócus principal do aparato produtivo industrial capitalista. Desse modo, repercute na configuração territorial brasileira com a concentração de riqueza, população, serviços e infraestrutura nessa região, acirrando as desigualdades regionais, sobretudo entre Sudeste e Nordeste. Nesta última, verifica-se o aumento das pressões sociais (Ligas Camponesas, greves operárias, movimentos estudantis, dentre outros). Concomitantemente, a necessidade de reprodução do capital centralizado no Sudeste do país propiciou as condições para a criação da Sudene. Neste contexto e na esteira dos incentivos fiscais, a Sudene atrai indústrias para o Nordeste que vão se concentrar, em especial, nas três grandes capitais da região - Salvador, Recife e Fortaleza, acelerando o processo de urbanização.

No período do regime militar (1964-1984), com governadores eleitos indiretamente e prefeitos das capitais nomeados, há forte interferência do governo federal e estadual nos municípios, onde obras de infraestrutura e construção de conjuntos habitacionais, com recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH), redirecionam o crescimento das cidades. O Estado é o grande agente de transformação do território brasileiro.

Na esfera estadual, na administração de Virgílio Távora (1963-66), último governador eleito antes do regime militar, é instituído o Plano de Metas Governamentais do Ceará (Plameg). Assim, o Ceará é o primeiro estado nordestino a elaborar um plano de governo. Coordenado pelo economista Hélio Beltrão, com a participação de professores da UFC, técnicos do Banco do Nordeste e da Sudene, o plano tinha por subsídios o **Diagnóstico sócio-econômico do estado do Ceará** (SUDEC, 1964).

O Ceará segue o receituário desenvolvimentista sendo a industrialização eleita como uma das propostas do Plameg. Para viabilizar a industrialização preconizada pela Sudene, foi necessário dotar o estado, e principalmente sua capital, de infraestrutura e serviços, além de investimentos na educação, com vistas à qualificação de mão de obra.

Nesse governo são realizadas obras modernizantes fundamentais

à concretização do projeto desenvolvimentista no Ceará, tais como: infraestrutura viária, abastecimento de água, saneamento, expansão da telefonia e energia elétrica, proveniente da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso, que chega a Fortaleza em 1965. Também nessa administração foi criado o I Distrito Industrial do Ceará (1963), em Maracanaú, na época, distrito de Maranguape, servido pela rede ferroviária, ramal Sul. Em virtude da carência de energia elétrica, abastecimento de água e comunicações, o distrito demorou a vingar; somente na década de 1970 instalam-se as primeiras indústrias, as quais se fortalecem a partir da década de 1980.

Outros planos governamentais se seguiram, com maior capacidade de intervenção tanto no estado como na capital. Posteriormente, foram criadas companhias mistas de abastecimento de água e esgoto, serviços de telefonia e de fornecimento de energia elétrica (Cagece, Teleceará, Coelce) que possibilitaram maior dinamismo econômico ao estado, com a implantação de indústrias e o desenvolvimento do comércio e dos serviços.

As transformações no espaço cearense reforçaram o papel polarizador da capital, classificada como centro macrorregional, no documento intitulado **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**, publicado em 1972, pelo IBGE. Este estudo, iniciado em 1966, com assessoria do geógrafo francês Michel Rochefort, antecede a Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973, que instituiu as nove regiões metropolitanas brasileiras. Baseado em dados referentes à realidade dos anos 1960, o estudo revela uma Fortaleza classificada como centro macrorregional, mas denominada no texto como metrópole. No entanto, apresenta características marcantes da fase agrário-exportadora, conforme explicitado na citação a seguir:

Fortaleza é das metrópoles nordestinas a que tem maior percentagem de fluxos agrícolas, no total de relacionamentos com sua área, 49,0%, fato que se deve à sua importante função portuária, sobretudo na exportação de algodão e cera de carnaúba. O seu crescimento populacional rápido é recente, tendo tido na última década um aumento de 46,5% (IBGE, 1972).

Como exposto, o documento visava contribuir para um [...] “conhecimento mais aprofundado do comportamento das cidades no espaço nacional e a compreensão dos sistemas de cidades como função

do desenvolvimento econômico”. (IBGE, 1972, p. 9). Identificou-se vasta área de influência sob o comando de Fortaleza com 52 centros, correspondendo a 413.048 km², uma população de 7.506.537 habitantes e densidade demográfica de 18,1 habitantes/km². Esta extensa área compreendia metade norte dos estados do Maranhão e Piauí e todo o Ceará, aí incluídas duas capitais, Teresina e São Luís, embora a influência nesta última fosse muito reduzida. Referida constatação justificou a inserção de Fortaleza entre as primeiras regiões metropolitanas criadas no Brasil, em 1973, com cinco municípios, entre estes, a metrópole, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz. Posteriormente, alguns distritos foram emancipados e outros municípios incorporados. Em 2009, a RMF passa a congregiar quinze municípios, ou seja, além dos cinco já citados, Maracanaú, Guaiuba, Eusébio, Itaitinga, Pacajus, Horizonte, São Gonçalo do Amarante, Chorozinho, Pindoretama e Cascavel.²

Em 1972, lança-se o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (Plandirf), sob a direção do arquiteto paulista Jorge Wilhelm, estudo detalhado que antecede a institucionalização e define os limites da RMF. Como afirma Accioly (2008) em sua tese de doutorado, ao analisar a história do planejamento em Fortaleza:

Conforme os estudos de polarização e integração realizados pelo PLANDIRF em 1972, até aquele momento não se comprovava ainda um fenômeno de metropolização em Fortaleza, pois inexistiam indícios de conurbação, complementaridade nas relações econômicas intermunicipais, movimentos pendulares e continuidade da mancha urbana entre os municípios. Do mesmo modo que em Belém e em Porto Alegre, a institucionalização da RMF ocorreu com fins preventivos, configurando-se como uma “metropolização antecipada”, com reflexos no fenômeno de metropolização destas cidades (ACCIOLY, 2008, p. 93).

A década de 1970 assinala um crescimento significativo na economia nordestina e cearense, no contexto do chamado milagre eco-

² A RMF sofreu nova ampliação, passando de quinze para dezenove municípios, por meio da lei complementar nº 144 de 4 de setembro de 2014, sendo inseridos Paracuru, Paraipaba, Trairi e São Luís do Curu. Estes municípios ficam no litoral oeste, onde predominam atividades de veraneio e turismo, mas também sob a influência do porto do Pecém, em São Gonçalo do Amarante. Não foi possível analisá-los neste capítulo.

nômico brasileiro, marcada pela implantação de indústrias apoiadas nos incentivos fiscais da Sudene, que inaugura um novo período de industrialização no Ceará, com a implantação de novos estabelecimentos e modernização das unidades fabris existentes. No cômputo geral, estes investimentos industriais se dirigiram, sobretudo, para as cidades de Salvador, Recife e Fortaleza, reforçando o poder destas metrópoles nas suas respectivas redes urbanas. No Ceará, amplia-se o parque industrial, com a modernização dos ramos tradicionais (têxtil e alimentício) e com a instalação de novos gêneros industriais: metalurgia, confecção, produtos de embalagens, dentre outros. De acordo com Amora (1978), as indústrias implantadas no Ceará passaram a exportar produtos industrializados para outras regiões do país, no âmbito da nova divisão inter-regional do trabalho no Brasil. Inicialmente as plantas industriais concentraram-se em Fortaleza, mas em seguida passaram para o Distrito Industrial, em Maracanaú, que demorou a se consolidar em virtude das condições infraestruturais consideradas, naquele momento, não satisfatórias. A presença da indústria e logo depois, dos conjuntos habitacionais, fruto das políticas do BNH, conduziu a uma maior conurbação com Maracanaú e Caucaia, contribuindo para desencadear dinâmicas metropolitanas.

O final dos anos 1970 marca a exaustão do modelo brasileiro de desenvolvimento, impactado pela crise energética mundial, entre outros fatores. Ao contrário das décadas de 1950, 1960 e 1970, os anos 1980 se caracterizaram pelo baixo crescimento do país, com recessão, inflação elevada, déficit no balanço de pagamentos e aumento na dívida externa. “Esgota-se o modelo econômico do regime militar - cai a renda *per capita*, aumenta a dívida externa e explode a inflação. Entra-se na década perdida, que marca os anos 1980”. (LIMA, 2008, p. 254). Nesse contexto dá-se a abertura política brasileira, com o fim da ditadura e a redemocratização do país.

No Brasil, realiza-se a primeira eleição direta para governador depois do período autoritário. No Ceará, foi indicado pelos “coronéis”³ o secretário de Planejamento do governo Virgílio Távora e técnico do Banco do Nordeste, Gonzaga Mota, eleito para o período de 1982-86. Essa eleição se dá em meio à crise nacional caracterizada por recessão

³ No período da ditadura militar, três coronéis do exército se sucederam no governo do estado do Ceará. “O título de coronel é ambíguo, pois remete simultaneamente à patente de militar e à condição de chefe político [...] identificando-os as ‘forças do atraso’.” (CARVALHO, 2002, p.10).

e inflação, agravada no Ceará, em decorrência dos cinco anos consecutivos de seca – 1979-1983. Lima (2008) mostra uma drástica redução do PIB cearense que, em 1965, representava 2,23% do PIB nacional, e em 1980 cai para 1,55%.

A década de 1980 é marcada por períodos de expansão e crise, todavia o Ceará vivencia transformações, dentre as quais a expansão da classe média, que vinha assumindo importância desde os anos 1970, composta, sobretudo, por estratos assalariados, em grande parte, dependentes do Estado. Como exposto em Amora (1984), o peso dessa classe média pode ser constatado pelas transformações na estrutura social e na paisagem urbana de Fortaleza que se expande horizontal e verticalmente. Ainda nesse período, dinamizam-se os setores da economia urbana e amplia-se a base metropolitana. Em corolário, exacerbam-se as desigualdades sociais e a segregação espacial, com políticas de remoção de população para abertura de vias e construção de obras públicas. A população removida é transferida para a periferia de Fortaleza e municípios metropolitanos, carentes de infraestrutura e serviços. É neste contexto que crescem as mobilizações da população, se estruturam os movimentos sociais urbanos e criam-se as condições para alterações políticas substanciais no Ceará.

Em 1987, o IBGE atualiza seus estudos sobre a rede urbana brasileira. Intitulado **Regiões de influência das cidades** e coordenado por Roberto Lobato Corrêa, o novo estudo tem por base a teoria das centralidades de Walter Christaller na delimitação da área de influência das cidades. O REGIC, como ficou conhecido, utilizou técnicas mais sofisticadas, graças ao avanço científico e tecnológico. A pesquisa estabeleceu a hierarquia das cidades, identificando quatro níveis: centros de zona; centros sub-regionais; capitais regionais; e centros metropolitanos (onze metrópoles regionais e duas metrópoles nacionais). Fortaleza, pelos critérios adotados, foi classificada como metrópole regional.

1.2.3 Reestruturação produtiva no Ceará e metropolização

Corroboramos Silva ao ressaltar que para se explicar “a formação, estruturação e configuração da RMF”, faz-se necessário uma reflexão sobre a reestruturação espacial vivida pelo Ceará nos últimos anos (2005, p. 110). Desse modo, deve-se considerar o contexto brasileiro e mundial e as interconexões entre as diferentes escalas.

O final dos anos 1980 assinala um novo período não só para o

Brasil, mas também para o Ceará. No Brasil, é promulgada uma nova Constituição Federal, em 1988, garantindo maior autonomia dos estados e municípios. Iniciam-se também as ações com vistas à estabilização financeira, com vários planos econômicos, culminando com o Plano Real, em 1994. É o fim de órgãos regionais, a exemplo da Sudene, extinta em 2001, e de órgãos estaduais e metropolitanos, no caso do Ceará, a Autarquia Metropolitana de Fortaleza (AUMEF), criada em 1975 e extinta em 1992.

É o momento de maior dispersão da indústria pelo Brasil, cujas empresas, pressionadas pela organização sindical e favorecidas pelos incentivos fiscais, migram, instalando plantas industriais em outras regiões. A nova fase da industrialização é comandada pelos estados federados, os quais entram na chamada guerra fiscal, no intuito de atrair novos investimentos mediante isenção de ICMS concedidos pelos governos estaduais, aliado a fatores como a oferta de mão de obra barata e desorganizada e as vantagens disponibilizadas pelos municípios.

No Ceará, diante deste cenário, despontam novas lideranças políticas, oriundas do Centro Industrial do Ceará (CIC), dentre as quais destacou-se a do empresário Tasso Jereissati, eleito governador para o período 1987-1991. Tasso inicia um processo de mudanças com base em outra racionalidade política e econômica. Para tal enxuga a máquina administrativa, reduz os gastos e administra o estado numa lógica empresarial.

Essas alterações na política se dão em meio à globalização da produção e do consumo, que reestruturam a economia e o território cearense. Assim o Ceará assume um novo papel na divisão social e territorial do trabalho, resultado das novas exigências do sistema de produção. Nas últimas três décadas do século XX, o estado passou por uma reestruturação econômica e territorial, com vistas a se inserir na lógica da produção e do consumo globalizados.

Neste âmbito, as atividades econômicas ligadas ao agronegócio, indústria e turismo, desenvolvidas no Ceará, provocaram forte impacto no tecido metropolitano. Esse crescimento se deu, sobretudo, pela implantação de indústrias, no cernir da reestruturação do capital, pela difusão do agronegócio, pela expansão das atividades de turismo, pela construção de infraestrutura e ampliação da rede de serviços e comércio mais especializados, voltados para atender à demanda das novas atividades econômicas e da população.

Associado a esses fatores de ordem econômica e política, concebeu-se um projeto de mudança da imagem do Ceará. Substituiu-se, então, a imagem negativa do clima semiárido, como sinônimo de fome, seca, miséria e emigração, por uma positiva, onde o sol é vendido como atrativo turístico e também ideal para a produção de frutas tropicais. Ainda nessa perspectiva, a construção do Açude Castanhão e do Eixão das Águas viabilizou a modernização da agricultura irrigada em alguns pontos do território e o suprimento de água à população e às atividades econômicas na metrópole.

Para a atração de investimentos foi necessário melhorar os equipamentos, a infraestrutura e os serviços urbanos. Procedeu-se a construção de novas instalações e a internacionalização do Aeroporto Pinto Martins; a abertura, duplicação e ampliação de rodovias (CE-040, CE-060, CE-085, BR-116, BR-222, BR-020) e anéis viários e a expansão do sistema de comunicação. Dentre estes equipamentos, destacam-se na RMF a implantação da linha sul do Metrofor, que liga Fortaleza às cidades de Maracanaú e Pacatuba, além da construção do Porto do Pecém, em São Gonçalo do Amarante. Ademais, cabe ressaltar as condições técnicas contemporâneas, com a instalação de cabos submarinos, que entram no Brasil por Fortaleza, ligando-a a outras cidades do país e de outros continentes (Europa, África, América do Norte e Sul). A implantação do cinturão digital também conecta os municípios cearenses ao resto do mundo. As ações políticas e a posição estratégica de Fortaleza, por meio do porto e aeroporto, situados entre os mais próximos da Europa, África e América Central e do Norte, contribuem para inserir o Ceará na economia mundial.

Fica evidente a posição favorável de Fortaleza como vantagem natural, porém ela só se viabiliza pelos condicionantes técnicos e ações políticas implementadas nos últimos anos, que dotaram o Ceará de condições competitivas no contexto contemporâneo da reestruturação produtiva. Essa asserção confirma a pertinência do conceito de situação geográfica resgatado por Sposito (2001), ao considerar que as relações estão associadas “às possibilidades de circulação de pessoas, mercadorias, informações, valores e ideias”. Ainda como a autora ressalta, o conceito de situação deve “ser reconstituído à luz das condições técnicas contemporâneas e das ações políticas que se apropriam dessas condições e definem a forma de aplicação delas”. (SPOSITO, 2001, p. 628).

No tocante à produção agrícola, embora ocorra fora da RMF,

para se realizar necessita da intermediação da metrópole. Essa intermediação decorre da demanda das áreas agrícolas por serviços financeiros, jurídicos, de informática, além de assessorias e dos sistemas técnicos (portos, aeroportos, redes de informática) que asseguram a circulação de mercadorias e mobilizam a força de trabalho. O Porto do Pecém, maior exportador de frutas do Brasil, localizado em São Gonçalo do Amarante, ilustra a intermediação entre regiões agrícolas e região metropolitana.

Quanto à industrialização, nessa fase de reestruturação produtiva, muito embora se dê com a presença de capitais nacionais e internacionais, principalmente nos ramos têxtil e de calçados, os grupos econômicos originários do Ceará têm se destacado nesse processo, com maior inserção na economia brasileira, e no caso de algumas empresas, com investimentos no exterior. Rochefort, ao tratar dos atores da metropolização, ressalta o papel diferencial dos poderes locais:

Sem subestimar o peso do poder central e dos organismos nacionais que podem intervir na redistribuição dos fatores de metropolização, creio ser necessário sublinhar o papel diferencial dos poderes locais, segundo suas capacidades de iniciativa. Nas concorrências múltiplas, é quase sempre na escala dos atores municipais que se atam as relações com os dirigentes econômicos e que se pode assim encontrar e casar as estratégias dos empresários com os interesses das cidades. Num sistema menos determinado pelas coações técnicas e econômicas gerais, os atores dispõem de maior margem de manobra, que pode levar a conciliar intervenções que, de início, não se fazem nem nas mesmas escalas de tempo, nem nas mesmas escalas de espaço. Dessa capacidade de provocar convergências dependerão em muito o futuro das cidades e seu eventual acesso a categoria de metrópole (1998, p. 156-157).

Esta asserção do geógrafo francês pode ser evidenciada na realidade nordestina, tendo-se por base a afirmação de Tânia Bacelar de Araujo, segundo a qual o **Relatório de pesquisa sobre o desempenho da indústria incentivada do Nordeste**, realizado pela Sudene/BNB, em 1992, já revelava que no polo têxtil e de confecções do Ceará havia uma “forte articulação entre os capitais locais e os capitais de fora” (1995, p. 139). Conforme chamou atenção, 88% do capital integralizado pelos acionistas portadores de ações ordinárias nas empresas financiadas pela Sudene pertenciam a capitalistas cearenses. Essa

constatação é reafirmada por Amaral Filho, ao demonstrar existir no Ceará um “crescimento econômico endógeno, com forte presença dos agentes locais, que mobilizaram as instituições locais, possibilitando a inserção na economia nacional”. (2003, p. 380). Ademais, como salienta o referido autor:

[...] as transformações recentes no sistema produtivo são acompanhadas por modificações importantes no grau e no tipo de inserção desse sistema no contexto das economias nacional e internacional. Sobre este aspecto há que salientar a mobilidade de alguns grupos locais (Grupo Jereissati, Grupo J. Macedo, Grupo Master, Grupo BMC, Banco Pontual, Banfor), que ampliaram suas inserções na economia nacional corroborando assim uma tendência anterior, mas também o aumento de exportações de mercadorias e o papel do complexo do turismo que contribuíram para maior internacionalização da economia local (2003, p. 383).

A presença de grandes empresários cearenses, já destacados por Araujo (1995) e Amaral Filho (2003), explica, em parte, a dinâmica da economia cearense. Segundo a revista **Forbes** (ago 2014, p. 47-49), este estado conta com cinco bilionários (Francisco Ives de Sá Dias Branco, Carlos Francisco Ribeiro Jereissati & família, Francisco Deusmar Queirós e família, José de Bezerra Neto e família e Everardo Ferreira Telles e família). Isso demonstra a capacidade de iniciativa dos atores econômicos locais de se beneficiarem das oportunidades geradas pelo poder público. Como já afirmou Rochefort (1998), dessas convergências de interesses depende o futuro das cidades e sua transição para metrópole.

Das maiores empresas do estado do Ceará, incluindo as que atuam no comércio, na construção civil e na prestação de serviços, a maioria são de empreendedores locais. Entre estes se destacam: M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos, J. Macedo S.A. Alimentos, Norsa Refrigerantes Ltda., Esmaltec e Cascaju, do Grupo Edson Queiroz, Empreendimentos Pague Menos S/A, Têxtil Bezerra de Menezes, Marquise e Aço Cearense. Essas empresas compõem grupos cearenses que diversificaram seus negócios ao atuar em diversos setores econômicos, ultrapassando os limites estaduais e, portanto, sobressaindo no cenário nacional (O POVO, 16 dez. 2013)

Além de centro de gestão administrativa, estão presentes na metrópole e na RMF as sedes de grupos empresariais nacionais. As infor-

mações a seguir comprovam a dinâmica dos grupos empresariais cearenses que atuam não apenas na escala local, mas também na nacional e mesmo em alguns casos na internacional.

O Grupo M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos conta com quatorze indústrias espalhadas pelo Brasil e treze unidades de comercialização e distribuição. Lidera a fabricação e venda de biscoitos e massas alimentícias no país, e exerce atividades em outros segmentos: moagem de trigo, refino de óleo, gorduras, margarinas e cremes vegetais, bolos e *snacks*. Está presente em todo o território nacional. O grupo detém 63,1% das ações, estando 25,5% na Bovespa (www.mdiasbranco.com.br/industrias.html).

Outro grupo do gênero, o J. Macedo S/A, líder de mercado nos segmentos de farinha de trigo doméstica e de mistura para bolos, é a segunda maior empresa nacional no segmento de massas alimentícias e conta com moinhos em Niterói, Maceió, Salvador e Santos. A venda em supermercados da farinha de trigo da marca Dona Benta correspondeu, em 1999, a aproximadamente 30% do mercado brasileiro, de acordo com Oliveira (2002). Em 1991, a sede da empresa foi transferida para São Paulo (www.jmacedo.com.br)

A Norsa, indústria de bebidas, resultante da união dos franqueados da Coca-Cola, sob a direção do empresário e político Tasso Jereissati, exerce suas atividades nos estados do Ceará, Bahia, Piauí e Rio Grande do Norte, com cinco fábricas, uma na RMF (Maracanaú-CE) e as demais em Simões Filho (BA), Vitória da Conquista (BA), Teresina (PI) e Macaíba (RN). Conta com dez centros de distribuição e dois centros de vendas e abrange “uma área geográfica superior a 900 mil quilômetros quadrados, o que corresponde, aproximadamente, a 10% do território brasileiro” (www.norsa.com.br/). Este empresário responde também pelos shoppings Iguatemi de Fortaleza e de Campo Grande.

Outra indústria, a Esmaltec S/A, do Grupo Edson Queiroz, está presente no mercado brasileiro e de países da América do Sul, América Central, Caribe, Oceania, Oriente Médio e Estados Unidos. As exportações de eletrodomésticos pela Esmaltec alcançam mais de cinquenta países. O Grupo Edson Queiroz lidera a distribuição de gás no território nacional com a Nacional Gás, Brasilgas e Paragas. Ocupa o sétimo lugar no *ranking* mundial de águas minerais (Indaiá e Minalba). Tem empresas nos ramos de bebidas prontas (sucos, refrigerantes), tintas imobiliárias (Hipercor) e da agroindústria (Cascaju Agroin-

dustrial S/A). Atua ainda no setor de telecomunicações (emissoras de rádio, televisão e jornal) e no setor educacional com a propriedade da Universidade de Fortaleza (Unifor), fundada no início da década de 1970, situada entre as três principais universidades do Ceará (www.edsonqueiroz.com.br).

No setor de comércio, destaca-se o Grupo Farmácias Pague Menos, sediado em Fortaleza, constituído por uma rede de mais de 400 estabelecimentos espalhados por todos os estados do Brasil. Isto fortalece a argumentação do poder dos grupos locais e o fato de não se restringirem ao território cearense.

Em relação à indústria têxtil,⁴ um dos gêneros mais dinâmicos da atividade fabril cearense, destacam-se a empresa Santana Têxtil e o Grupo Bezerra de Menezes. A primeira conta com quatro fábricas no Brasil e uma na Argentina e é a segunda produtora nacional em tecidos *denim* (jeans), cuja sede fica na cidade metropolitana de Horizonte (www.santanatextiles.com) Quanto ao Grupo Bezerra de Menezes, sua atuação não se restringe ao setor industrial, uma vez que a família Bezerra de Menezes era acionista majoritária e controladora do Banco Industrial e Comercial S.A. (Bicbanco), adquirido em 2013 pelo China Construction Bank (CCB), segundo maior banco comercial da China e o quinto maior do mundo (O POVO, 1º nov.2013).

Com a indústria têxtil e de confecção do Ceará concentrada, sobretudo, na RMF, Fortaleza transformou-se em um importante polo da moda com vários eventos de divulgação e venda da produção local: Dragão Fashion Brasil, Festival da Moda de Fortaleza, Ceará Summer Fashion, Ceará Moda Íntima, Fortaleza 40 Graus, Ceará Mostra Moda.

A RMF tornou-se um polo da indústria de confecção no Brasil, mas também da produção e comércio informal deste setor, atraindo comerciantes de outros estados do Nordeste e das regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste do país (SILVA, 2013). Ademais os produtos de confecções cearenses atraem também compradores de países da África (Cabo Verde, Angola) e da América do Sul (Guiana Francesa, Suri-

⁴ O setor têxtil e confeccionista do Ceará ocupa o quinto lugar em mão de obra empregada no Brasil, atrás de São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná. Segundo Luiz Gastão Bittencourt, presidente da Federação do Comércio do Estado do Ceará (Fecomércio): “O Ceará oscila entre a 4ª e a 3ª posição no cenário nacional em polo de confecção e 5ª posição no *ranking* do PIB têxtil brasileiro”. (ANUÁRIO DA MODA 2010/11, p. 17). É também um dos setores mais representativos na formação do Produto Interno Bruto-PIB estadual, resultado de uma indústria têxtil com 128 anos de história, conforme Ivan Bezerra (IDEM, 2013, p. 14)).

name). Segundo, Régis Dias, titular da Secretaria Executiva Regional do Centro (Sercefór) da PMF, o centro da cidade, no sábado à noite, chega a receber 120 ônibus de fora, “o número de comerciantes pode passar de sete mil em algumas épocas do ano, como nas proximidades do Natal e Dia das Mães” e arrecadar, em alta temporada, de R\$ 5 milhões a R\$ 20 milhões (O POVO, 10 ago. 2013).

Mencionamos, ainda, o Grupo Marquise, o qual teve início com o setor da construção civil, mas diversificou suas atividades nas áreas ambiental, finanças, hotelaria, comunicação e shopping, atuando em dezessete estados brasileiros. Além da Construtora Marquise, o grupo tem a concessão de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos das cidades de Fortaleza (Ceará), Porto Velho (Rondônia) e Osasco (São Paulo). Investe no setor financeiro com a Múltipla Financeira, com sede na capital cearense, e atuação em Belo Horizonte, João Pessoa e Recife (www.grupomarquise.com.br).

Outro grupo a se destacar na construção civil é a BSPAR Incorporações, com investimentos no Ceará e Rio Grande do Norte. Empresa dirigida por Beto Studart, que iniciou a carreira em uma empresa da família, a Agripec, e se tornou o único acionário em 1979. Esta empresa chegou à condição de maior companhia brasileira de defensivos agrícolas, no auge da expansão do agronegócio, e em 2007 foi vendida para a australiana Nufarm (www.bspar.com.br). Em 2009, este grupo fundou outra importante empresa, a Studheart, segmento que investe na viabilização de pesquisas e experimentos científicos direcionados aos estudos do coração e projetos para o primeiro coração artificial brasileiro portátil, cujo investimento chegou a R\$ 25 milhões em quatro anos de pesquisa (O POVO, 7 maio 2013).

Como empreendimento local ainda se destaca no setor metalúrgico o Grupo Aço Cearense que conta com uma unidade industrial na cidade metropolitana de Caucaia e com a Siderúrgica Norte Brasil S.A. (Sinobras), em Marabá-Pará (www.acecearense.com.br).

Outro importante setor a inserir a economia local na esfera nacional e internacional é o turismo. A política de incentivo ao turismo, principalmente após a implantação do Prodeturis, em 1986, modelo para o Prodetur-Nordeste, em 1996, ampliou a demanda de turistas para o Ceará. Assim o litoral nordestino urbaniza-se com as atividades turísticas, o que Dantas (2013) chama de metropolização turística. Na capital, concentra-se o maior número de hotéis existentes no Ceará, sobretudo, os de melhor padrão. O espaço metropolitano foi sendo ocu-

pado com pousadas, hotéis, *resorts*, provocando enorme especulação imobiliária, com a compra de casas e apartamentos por estrangeiros e brasileiros de outros estados. Nesse contexto, Fortaleza concentra a maior parte das segundas residências do Ceará. Em 2010, de acordo com Pereira (2012), das 113.146 residências de veraneio do estado, 39.139, ou seja, 34,6%, concentravam-se na RMF. Só a metrópole contava com 14.976 domicílios de uso ocasional, o que equivalia a 13,2% do total do Ceará e a 38,2% do total da RMF. Esta metropolização litorânea ocorreu, também, mediante a expansão da classe média fortalezense, com a compra de lotes e/ou de casas pertencentes à população para segundas residências.

Além do turismo de sol e mar, o estado investiu na indústria cultural. Neste âmbito, é um marco a construção do Centro Dragão do Mar (1999) e do Instituto Dragão do Mar, escola de cinema e arte. Em 1991, iniciam-se os Festivais de Cinema do Ceará, e em 2006, transformam-se em mostra competitiva internacional, Cine Ceará-Festival Iberoamericano de Cinema. Outros destaques vão para a nona edição da Bienal Internacional da Dança do Ceará e para a Bienal do Livro do Ceará, com sua 14ª edição, em 2014. Ressaltam-se também o Centro Cultural da Caixa Econômica (Praia de Iracema), Espaço Cultural da Unifor (Bairro Edson Queiroz) e Centro Cultural do Banco do Nordeste (Centro).

Para a atração de feiras e congressos foi inaugurado, em 2012, o Centro de Feiras e Eventos do Ceará, um importante equipamento visando colocar Fortaleza na rota de grandes eventos nacionais e internacionais. A realização de eventos marca o calendário festivo e turístico da cidade, como o *réveillon* na Praia de Iracema, já referência nacional; o Fortal, carnaval fora de época, celebrado no mês de julho, e o pré-carnaval, já que durante o período carnavalesco a população de Fortaleza busca as cidades e praias do interior do Ceará.

Afora estes eventos, organizados pelo setor público, a metrópole tem atraído shows de artistas internacionais que se intensificaram com a inauguração de espaços voltados para um grande público, como a Arena Castelão, o Centro de Feiras e Eventos e também espaços privados como o Hotel Marina Park e as casas de shows Musique e Siará Hall. Desse modo, Fortaleza passa a sediar eventos internacionais,⁵

⁵ Fortaleza recebeu shows de artistas consagrados mundialmente como Jennifer Lopez, Paul McCartney, Beyoncé, Plácido Domingo, Elton John, além de outros, o que até bem pouco tempo seria menos provável, uma vez que entretenimentos desta natu-

mobilizando elevados recursos para pagamento dos artistas, com o surgimento de empresas voltadas a estes fins, em meio às carências e outras necessidades da população local.

Os negócios voltados para o setor de entretenimento contribuíram para a formação de empresas locais como a Arte Produções, em atuação no mercado cearense, desde 1984, e responsável, por exemplo, pela vinda do ex-Beatle Paul McCartney. Juntamente com a Grendene, ambas com faturamento acima de R\$ 90 milhões, receberam o prêmio Delmiro Gouveia, em dezembro de 2013, como as melhores empresas do Ceará em Desempenho Econômico-Financeiro (O POVO, 17 dez. 2013).

Estas atividades estão atreladas ao crescimento da classe média escolarizada, informada, conectada e consumidora, que tem forte peso no dinamismo da economia urbana das cidades brasileiras. Espaços públicos e privados são criados para suprir à sua demanda, ampliando a especulação imobiliária, a expansão da malha urbana, a verticalização, a proliferação de áreas de lazer e de consumo, com a construção de grandes shopping centers em Fortaleza e municípios da RMF, como Caucaia e Maracanaú.

No contexto da reestruturação produtiva, além da indústria incentivada, do agronegócio e do turismo no Ceará, houve investimentos significativos nos setores educacionais. Novos cursos universitários e de pós-graduação são abertos para atender à demanda do setor produtivo e oferecer apoio aos diversos setores da economia urbana. Estes cursos superiores atraem alunos de outros estados e até de países da África e da América Latina.

No campo da educação superior, Fortaleza constitui-se em um polo educacional, com duas universidades públicas (UFC e UECE), uma privada (Unifor) e um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Outras unidades do IFCE já estão presentes em municípios metropolitanos como Maracanaú e, em processo de instalação, em Caucaia e Horizonte. Vale ressaltar a expansão do ensino superior privado, com a instalação crescente de faculdades particulares, inclusive oferecendo cursos mais complexos como Medicina. A presença destas instituições superiores responde, em parte, pela mobilidade cotidiana que se estabelece no espaço metropolitano.

reza ficavam mais restritos às cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Esses shows ocorrem principalmente no Centro de Feiras e Eventos e na Arena Castelão, inaugurados em agosto e dezembro de 2012, respectivamente.

Fundada em 1954, a Universidade Federal do Ceará, com 100 cursos superiores, 22.690 alunos, é a terceira universidade do Nordeste, a 16ª do Brasil e a 53ª entre as ibero-americanas. É considerada um centro de excelência em desenvolvimento e pesquisa e referência no Norte-Nordeste, com 35 doutorados acadêmicos e cinco interinstitucional/em rede, 49 mestrados acadêmicos e sete profissionais. Das pós-graduações, cinco foram avaliadas pela CAPES com nota seis, e doze com nota cinco (www.ufc.br). De acordo com o *ranking* universitário da **Folha de São Paulo**, para 2013, a UFC, com 84,6 pontos, foi classificada como a 16ª melhor do país, com o 12º lugar em pesquisa (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013).

A Universidade Estadual do Ceará (UECE), instituição pública mantida pela Fundação Universidade Estadual do Ceará (FUNECE), conta com 67 cursos de graduação e 25 de pós-graduação. São quatro doutorados, quatorze mestrados acadêmicos e sete mestrados profissionais. Essa universidade tem mais de 23 mil alunos, incluídos seus *campi* instalados no interior do estado. É considerada a nona melhor instituição estadual de ensino superior do Brasil e a primeira entre suas similares do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de acordo com pesquisa do Instituto Datafolha, em 2012 (www.uece.br/uece).

Ainda na área da educação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará atende cerca de 20.500 estudantes, por meio da oferta de cursos regulares de formação técnica e tecnológica, nas modalidades presenciais e a distância. Ademais, congrega 23 unidades, distribuídas em todas as regiões do estado, sendo doze *campi* convencionais e onze avançados. Mantém 84 cursos técnicos e 64 cursos superiores, entre graduações tecnológicas, bacharelados e licenciaturas, além de doze pós-graduações, entre especializações e mestrados (www.ifce.edu.br).

No setor dos serviços de atendimento à saúde, conforme Carvalho (2003), as metrópoles nordestinas de Fortaleza, Recife e Salvador caracterizam-se também como importantes polos médicos. O Ceará conta com sete cursos de Medicina, sendo quatro na capital e os demais em Barbalha, Sobral e Juazeiro do Norte. Estes cursos oferecem pós-graduação e dispõem de centros de pesquisa. O Ceará é referência nacional em transplantes de fígado, rim, coração, pâncreas e pulmão, efetuados principalmente em hospitais públicos, ocupando o terceiro lugar entre os estados brasileiros que realizam estes procedimentos (www.ceara.gov.br). Além dos serviços altamente especializados como

os de transplantes, Fortaleza atrai pacientes não só do Ceará, como também das regiões Norte e Nordeste, que buscam tratamentos para o câncer e outros serviços médicos de alto nível de complexidade, como o de queimados e de traumatismos, realizados no Instituto Municipal José Frota (IJF). Salienta-se o papel polarizador do IJF, hospital de emergência de responsabilidade do município de Fortaleza, mas que recebe pacientes de todo o Ceará e até mesmo de estados vizinhos. No setor privado, os serviços ofertados atraem também pacientes de outros estados e até mesmo de outros países para realização de cirurgias plásticas e tratamentos dentários, mais especializados.

Cabe ressaltar que a diversificação da base produtiva de Fortaleza, por meio da expansão da sua economia urbana (indústria, comércio e serviços), não ocorre sem contradições, haja vista que na região metropolitana são registrados os mais elevados índices de riqueza e também de pobreza. Ao mesmo tempo em que a RMF sobressai como polo industrial e de serviços, o setor informal respondeu, em 2013, pela ocupação de 44% da força de trabalho (DIEESE, 2014). Destacam-se, neste contexto, a produção e a venda de artigos do vestuário que garantem a sobrevivência de vastos segmentos da população trabalhadora. Essas atividades se viabilizam por meio da ocupação do espaço público (praças, calçadas, ruas e avenidas), caracterizando-se como trabalho precarizado e sem encargos fiscais. Tal fato se configura na paisagem de Fortaleza, expressando o caráter diferenciado da metropolização denominada periférica.

Apesar do crescimento econômico, a participação do Ceará no PIB brasileiro é de apenas 2%, enquanto a população chega a 4,7% do total do Brasil (IBGE, 2010). Todavia, na última década as políticas públicas de transferência de renda via Programa Bolsa Família e a elevação do salário mínimo, que geraram também aumento nos valores dos benefícios previdenciários e assistenciais, contribuíram decisivamente para a redução da pobreza no Brasil. A melhoria da renda familiar e a contrapartida exigida da população de manter as crianças na escola e com ficha de vacinação em dia favoreceram o aumento do número de jovens apenas estudando e reduziram a desnutrição infantil. Investimentos também foram feitos em outros setores, ampliando o acesso aos serviços de educação, saúde e saneamento, com consequente redução das taxas de mortalidade. De acordo com Carlos Manso, do Laboratório de Estudos da Pobreza da UFC, ocorreu redução da desigualdade, com “mobilidade social de pessoas da classe E para a D

e da D para a C”. Cresceu a participação da classe C no Brasil, e no caso do Ceará, também da classe D. Porém o economista considera o estado muito pobre, pois a classe AB corresponde apenas a 4% do total da população do Ceará, situação esta “mantida desde 1995”. (O POVO, 6 jan. 2012).

Segundo pesquisa do Haliwell Bank, publicada na revista **Exame**, o Ceará ocupa no Brasil “a 13ª posição quanto ao total de milionários, com fortunas acima de R\$ 50 milhões, nas mãos de 1.309 pessoas”. A presença de grandes grupos econômicos locais, com destaque nacional, conforme já se evidenciou, explica a grande concentração de renda no Ceará. Ainda de acordo com dados do Laboratório de Estudos da Pobreza, “no outro extremo, 48% da população se enquadra na classe E (pessoas que têm renda familiar abaixo de 1,8 salários mínimo)”. (O POVO, 6 jan. 2012).

Outro elemento importante para reforçar este crescimento econômico contraditório diz respeito às isenções fiscais concedidas pelos governos estaduais. No âmbito das desonerações do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), consoante notícia veiculada no jornal **Diário do Nordeste**, os valores concedidos pelo governo do Ceará deverão chegar à cifra de R\$ 2 bilhões, em 2014.

Dentre todos os estados, o Ceará ocupa a décima segunda posição no ranking em valores resultantes da desoneração do imposto. No âmbito nacional a liderança fica com São Paulo (R\$ 10,5 bilhões), seguido dos estados de Goiás (R\$ 7,6 bi), Rio Grande do Sul (R\$ 5,8 bi), Amazonas (R\$ 5,7 bi), Santa Catarina (R\$ 5,01 bi), Rio de Janeiro (R\$ 4,9 bi), Paraná (4,8 bis), Minas Gerais (R\$ 4,7 bi), além de Bahia, Pernambuco, Distrito Federal (R\$ 2,4 bi) e o Ceará. Em todo o Brasil, a soma das desonerações de ICMS será de aproximadamente R\$ 66 bilhões neste ano. Sendo que as perdas dos municípios totalizarão cerca de R\$ 15,9 bilhões. (DIÁRIO DO NORDESTE, 15 fev. 2014).

As transformações deste período, ainda em curso, têm contribuído para a formação desta metrópole periférica, marcada por contradições, no âmbito da produção e da apropriação da riqueza, que se rebatem na sua base social e se expressam na morfologia urbana, evidenciada na heterogeneidade da paisagem, onde se mesclam condomínios horizontais e verticais de luxo com conjuntos habitacionais para a classe trabalhadora, favelas e áreas de risco. Lojas de cadeias

nacionais e internacionais, shopping centers convivem lado a lado com o comércio informal que ocupa os espaços públicos. As indústrias de confecções terceirizam sua produção por meio de fábricas, a denotar o trabalho precarizado. Na paisagem litorânea sobressaem *resorts* de luxo, parques aquáticos, casas de veraneio ao lado de comunidades tradicionais que foram descaracterizadas, com formação de favelas, e impactos, sobretudo, na população jovem mediante a incorporação de novos hábitos de consumo, que propiciam o envolvimento no comércio ilícito e na prostituição.

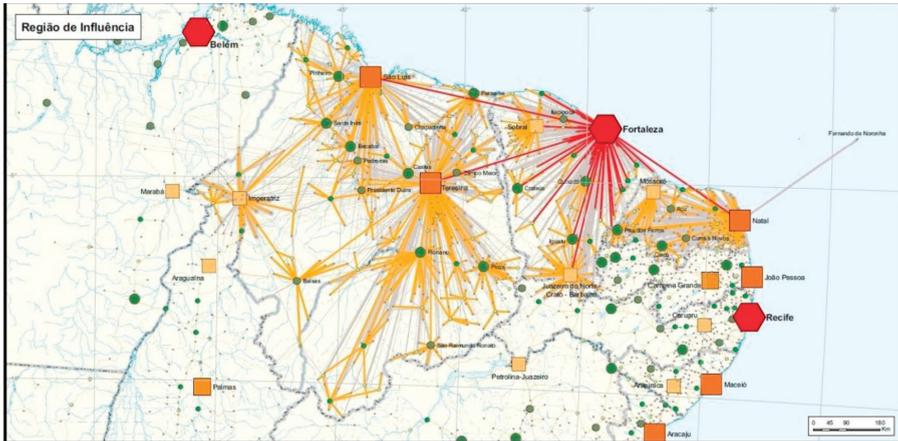
Fortaleza, como metrópole periférica, situada no Nordeste do Brasil, semiperiferia da economia mundo capitalista, dinamiza sua economia urbana, especialmente pela política econômica implementada pelo Estado nas últimas décadas. Tal política está associada às mudanças estruturais ocorridas no país, favorecendo o extravasamento de atividades para o espaço metropolitano que foi acompanhado da expansão dos serviços de educação e saúde, que tiveram impacto na sua área de influência, redefinindo seu papel na rede urbana brasileira. Conforme Ribeiro, criou-se no Brasil

[...] uma rede urbana complexa e diversificada que articula o nosso território nacional com esta dinâmica de expansão capitalista periférico-associada. Criamos, portanto, subcentros metropolitanos que exercem funções de satélites da metrópole primaz constituída por São Paulo (RIBEIRO, 2013, p.10).

Com base no REGIC-2007 (IBGE), a rede urbana comandada por Fortaleza abrange, além do Ceará, os estados do Piauí e Maranhão e compartilha o vizinho Rio Grande do Norte, com Recife. Seu alcance amplia-se tanto pela rede de Natal, a leste, quanto pela expansão das redes de São Luís e de Teresina (Figura 1.1). Tem sob sua influência três capitais regionais do tipo A (São Luís, Teresina e Natal) e quatro capitais regionais do tipo C (Imperatriz, Mossoró, Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha e Sobral). Engloba 21 centros sub-regionais, sendo doze do tipo A (Bacabal, Caxias, Pinheiro, Santa Inês, Floriano, Parnaíba, Picos, Caicó, Pau dos Ferros, Crateús, Iguatu e Quixadá); e nove do tipo B (Balsas, Açu, Chapadinha, Pedreiras, Presidente Dutra, Campo Maior, São Raimundo Nonato, Currais Novos e Itapipoca). Conta, ainda, com 86 centros de zona e 786 municípios, garantindo-lhe o terceiro lugar no *ranking* das metrópoles nacionais em população, ou

seja, com 11,2% da população do país. Essa população estava dispersa na rede, no entanto 15,8% do total concentravam-se em Fortaleza. Correspondeu apenas a 4,5% do PIB nacional, em 2005, e apresentou o menor PIB *per capita* entre as redes urbanas brasileiras, com R\$ 4,7 mil. Fortaleza registrou naquele ano um PIB *per capita* de R\$ 7,6 mil, enquanto o restante da rede R\$ 4,1 mil.

Figura 1.1 – Região de influência de Fortaleza



Fonte: REGIC 2007 (IBGE,2008)

No inerente à colocação da RMF no contexto nacional e considerando os doze polos metropolitanos brasileiros, chegou-se, conforme dados do IBGE-2010, à seguinte situação: em termos de população, Fortaleza situa-se em quinto lugar no *ranking* nacional com 2.452.185 habitantes. Entretanto, ao se classificar as dez maiores regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs)⁶ brasileiras, a RMF cai para sétimo lugar, não obstante seu contingente populacional de 3.615.767 habitantes.

Em termos de PIB e PIB *per capita*, a situação da RMF apresenta-se bem mais desfavorável, pois ocupava a décima posição entre as RM/RIDEs brasileiras, no ano de 2010. Já considerando apenas Fortaleza, tanto o PIB geral quanto o PIB *per capita* (R\$ 15.132,00) sobem para a nona posição.

⁶ Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) é uma região metropolitana composta por municípios pertencentes a mais de uma unidade da federação, criada por legislação federal específica.

1.3 Integração metropolitana na RMF

Entendida como manifestação da urbanização, a metropolização é um fenômeno mundial, porém não ocorre de igual forma em todos os lugares, nem mesmo considerando-se o território nacional. Desse modo, conforme podemos inferir, existem diferenciações internas no processo de metropolização dos espaços nacionais, como é o caso do Brasil em decorrência do seu processo histórico de ocupação, de urbanização e da divisão inter-regional do trabalho. Contudo, as diferenciações não se reduzem ao tamanho das aglomerações principais, mas às questões estruturais de desenvolvimento socioeconômico em face dos quais a metropolização ocorreu mais cedo em regiões mais desenvolvidas a exemplo do Sudeste, e mais tardiamente em outras regiões do país.

A Região Metropolitana de Fortaleza, cujo entendimento não deve ser reduzido ao recorte institucional, não obstante o peso que lhe é atribuído, não é homogênea. Ela apresenta diferentes graus de dinâmicas metropolitanas, que se dão através dos fluxos, resultantes do modo como aconteceu a formação socioespacial do Ceará, a modernização e sua inserção na globalização. De acordo com Lencioni, “o processo de metropolização dos espaços implica, portanto, em um território no qual os fluxos de pessoas de mercadorias ou de informações são múltiplos, intensos e permanentes”. (2006, p. 48).

Nas tabelas 1.1 e 1.2 evidenciamos a integração dos municípios da RMF às dinâmicas metropolitanas, tendo por base dados de 2010. Como variáveis incluíram-se: população, área, densidade populacional, população urbana, grau de urbanização densidade por setores urbanos de 1 a 4, produto interno bruto, população ocupada em atividades agrícolas e não agrícolas, renda domiciliar, movimentos de pessoas para trabalho e estudo. Com base nesses critérios, a Rede de Pesquisa do Observatório das Metrôpoles (RIBEIRO et al., 2012) chegou a cinco níveis de classificação: altíssimo, muito alto, alto, médio e baixo. Vale ressaltar que o nível altíssimo de integração não foi detectado na RMF. De acordo com os referidos dados, os municípios componentes da RMF apresentam níveis de integração diferenciados, resultado do maior ou menor peso das variáveis consideradas.

Tabela 1.1 – Níveis de integração à dinâmica metropolitana - municípios da RMF: dados demográficos e movimento pendular -2010

Município	Pop Total 2010	Área	Densidade hab./km ²	Pop. Urbana 2010	Gran Urbaniz. 2010	Pop Total Setores 1 a 4 2010	Área Setores 1 a 4	Densidade Setores 1 a 4 2010	Total pessoas do município que estudam e/ou trabalham	Entrada Pendular 2010	% Entrada e/ou trabalha /total estuda e/ou trabalha	Saída Pendular 2010	% Saída Total estuda e/ou trabalha	Nível de Integração
Aquiraz	72.628	482,6	150,5	67.083	92,37	67.083	361	186,0	50.187	3.379	6,73	7.414	14,77	Médio
Cascavel	66.142	837,3	78,99	56.157	84,90	56.157	300	187,3	46.662	1.990	4,26	3.660	7,84	Médio
Caucaia	325.441	1.223,8	265,93	290.220	89,18	290.220	192	1.508,6	240.060	6.146	2,56	61.705	25,70	Muito alto
Chorozinho	18.915	278,4	67,94	11.426	60,41	11.426	11	1.058,0	12.983	828	6,38	1.679	12,93	Muito baixo
Eusébio	46.033	79,0	582,64	46.033	100,00	46.033	83	555,6	35.471	6.664	18,79	6.384	18,00	Alto
Fortaleza	2.452.185	314,9	7.786,52	2.452.185	100,00	2.452.185	326	7.528,9	1.912.723	141.491	7,40	52.371	2,74	Polo
Guaiuba	24.091	254,0	94,83	18.877	78,36	18.877	14	1.369,6	16.246	675	4,16	2.008	12,36	Baixo
Horizonte	55.187	160,0	344,96	51.049	92,50	51.049	70	726,6	38.387	9.126	23,77	2.724	7,10	Alto
Itaitinga	35.817	151,4	236,52	35.565	99,30	35.565	80	442,4	22.413	1.933	8,62	4.610	20,57	Baixo
Maracanaú	209.057	111,3	1.877,75	207.623	99,31	208.169	74	2.809,4	151.385	19.591	12,94	29.734	19,64	Muito alto
Maranguape	113.561	590,9	192,19	86.309	76,00	87.522	51	1.731,5	76.838	3.678	4,79	8.076	10,51	Médio
Pacajus	61.838	254,5	243	50.675	81,95	50.675	36	1.425,5	45.984	2.079	4,52	7.746	16,85	Alto
Pacatuba	72.299	145,1	498,35	62.095	85,89	62.095	28	2.187,0	52.342	2.967	5,67	13.040	24,91	Médio
Pindoretama	18.683	73,0	256,06	11.280	60,38	11.280	10	1.087,0	12.948	787	6,08	1.605	12,39	Baixo
S.G.Amarante	43.890	838,5	52,34	28.537	65,02	31.633	113	280,7	32.018	3.494	10,91	2.020	6,31	Médio

Fonte: Níveis de Integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDES e AUS à dinâmica da metropolização. Relatório de Pesquisa, Observatório das Metrópoles, 2012.

Tabela 1.2 – Níveis de integração à dinâmica metropolitana - municípios da RMF: dados econômicos – 2010

Município	Pop. Total 2010	PIB Total 2009 (em R\$ mil)	% Total do PIB 2009	Total ocupados	Total atividades não agrícolas	% Ativ. não agrícolas	Renda domiciliar total 2010 (em R\$ 1,00)	% Total da renda domiciliar	Nível de integração
Aquiraz	72.628	603.479,08	0,918	28.531	24.340	85,3	24.515.906,80	0,654	Médio
Cascavel	66.142	388.962,98	0,592	25.674	20.227	78,8	20.060.073,28	0,535	Médio
Caucaia	325.441	2.192.431,1	3,337	130.519	123.092	94,3	118.923.916,64	3,174	Muito alto
Chorozinho	18.915	78.034,96	0,119	6.966	4.827	69,3	5.181.154,65	0,138	Muito baixo
Eusébio	46.033	1.081.127,43	1,645	19.746	18.613	94,3	27.656.903,75	0,738	Alto
Fortaleza	2.452.185	31.789.186,10	48,383	1.128.812	1.119.603	99,2	1.972.556.521,05	52,645	Polo
Guaiuba	24.091	82.031,1	0,125	8.370	5.400	64,5	5.579.119,20	0,149	Baixo
Horizonte	55.187	1.067.819,06	1,625	22.330	20.861	93,4	17.503.139,70	0,467	Alto
Itaitinga	35.817	159.719,21	0,243	11.465	10.473	91,3	9.422.160,99	0,251	Baixo
Maracanaú	209.057	3.534.385,07	5,379	84.456	83.120	98,4	74.087.685,96	1,977	Muito alto
Maranguape	113.561	643.602,68	0,980	41.659	34.922	83,8	32.799.672,00	0,875	Médio
Pacajus	61.838	464.257,51	0,707	25.873	23.056	89,1	21.489.362,44	0,574	Alto
Pacatuba	72.299	479.294,35	0,729	27.551	26.342	95,6	23.791.842,72	0,635	Médio
Pindoretama	18.683	76.975,75	0,117	7.402	5.507	74,4	5.484.646,20	0,146	Baixo
S. G. Amarante	43.890	659.916,25	1,004	16.474	12.669	76,9	13.196.966,03	0,352	Médio

Fonte: Níveis de Integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDES e AUS à dinâmica da metropolização. Relatório de Pesquisa, Observatório das Metrôpoles, 2012.

Em geral, há uma grande distância, aqui compreendida no sentido socioeconômico, entre a metrópole Fortaleza e os demais municípios metropolitanos, sobretudo aqueles que mantêm ainda atividades rurais como é o caso de Guaiuba (35,5%), Pindoretama (25,6%), Chorozinho (30,6%) e São Gonçalo do Amarante (24%). Identificam-se na RMF três municípios com graus de urbanização baixos, Pindoretama (60,38%), Chorozinho (60,41%) e São Gonçalo do Amarante (65,2), enquanto dois municípios têm graus de urbanização de 100 %, como é o caso de Fortaleza e Eusébio. Todavia, Eusébio não detém o mais alto nível de integração, pois está abaixo de Caucaia e Maracanaú.

Ainda conforme os dados, apenas dois municípios apresentaram níveis de integração muito alto, Caucaia e Maracanaú. Embora estejam classificados no mesmo nível, assinalam particularidades nesse processo.

Caucaia é o maior município em área (1.228 km²) da RMF, com

grande diversidade de paisagem (serra, sertão e litoral) e é o mais populoso, depois de Fortaleza, cujas dinâmicas estão, em parte, atreladas à metropolização litorânea (turismo, veraneio, especulação imobiliária) e também às atividades relativas ao trabalho e estudo. Seu grau de urbanização é de 89,18%, com uma densidade populacional de 258,07 hab./km² (2007). No entanto, a densidade por setores urbanos,⁷ ou seja, na área urbana e nos aglomerados rurais de expansão urbana, (2010) chega a 1.508,6 hab./km². A população de Caucaia está concentrada no distrito-sede (50,84%), onde estão incluídas as localidades litorâneas turísticas (Iparana, Pacheco, Icaraí, Tabuba, Baixa Grande e Cumbuco) e no distrito de Jurema (39,72%), totalizando mais de 90%. Este distrito faz limites com Fortaleza, e vem recebendo, desde os anos 1970, moradores provenientes do processo de desfavelamento da cidade polo. Lá foram construídos grandes conjuntos habitacionais, por meio das políticas públicas do BNH, contribuindo substancialmente para o elevado incremento populacional, que se constituíram em fatores de expansão metropolitana. A implantação destes conjuntos provocou a expansão dos fluxos de pessoas em direção ao polo, sobretudo, em função do trabalho formal e também informal, ao mesmo tempo em que favoreceu uma elevada densidade demográfica gerando concentrações urbanas em detrimento da maior parte do município, onde ainda é comum a presença de atividades rurais. Caucaia tem a maior expressão nos movimentos pendulares. Está ligada a Fortaleza por meio de trem metropolitano. Saem diariamente, por motivo de trabalho e estudo, 61.705 pessoas, cifra superior à registrada pela metrópole que foi, em 2010, de 52.371 pessoas.

Maracanaú se insere no eixo produtivo da RMF e detém a maior aglomeração de indústrias no estado do Ceará, pois abriga o primeiro distrito industrial criado ainda nos anos 1960, além de outros, instituídos posteriormente pela iniciativa municipal. A concentração de indústrias e a presença de extensos conjuntos habitacionais contribuíram para o adensamento populacional desse município que apresenta nível muito alto de integração. Registrou a maior densidade por setores urbanos de 1 a 4, em 2010, com 2.808,4 hab./km², sendo superado apenas por Fortaleza, com 7.528,9 hab./km². Esta posição justifica-se pela implantação do Distrito Industrial, seguido da construção de

⁷ População residente no conjunto de setores censitários classificados como tipo 1 a 4, que correspondem à área urbana e aos aglomerados rurais de expansão urbana 2010 (IBGE, 2010).

conjuntos habitacionais, pensados para abrigar população de trabalhadores nas indústrias implantadas (DANTAS; SILVA, 2009). É a maior concentração de força de trabalho industrial depois de Fortaleza, destacando-se também no consumo de energia elétrica e na participação do PIB total da RMF. No referente à mobilidade diária da população, principalmente tendo por motivação trabalho e estudo, Maracanaú também se destaca, tal como Caucaia, ao se ligar a Fortaleza pelo trem metropolitano, aproveitando a linha férrea já existente, obra concluída em 2012. Maracanaú vem se configurando como uma centralidade metropolitana, ao ampliar suas atividades de comércio, com a presença de um shopping center e de grandes lojas de cadeia nacional, estabelecimentos de serviços de saúde e educação. Evidencia-se a presença de uma unidade do Instituto Federal de Educação do Ceará e faculdades privadas. Detém alto grau de urbanização (99,3%) e o segundo maior PIB do estado (5,38% do PIB total do Ceará), atrás apenas de Fortaleza (48,38%). Todavia, em termos de renda domiciliar, está abaixo de Caucaia. Embora os conjuntos habitacionais tenham sido construídos para abrigar operários das fábricas instaladas no Distrito Industrial, boa parte dos seus moradores têm Fortaleza como local de trabalho e estudo, o que se comprova pelo número de pessoas que saem diariamente (29.734), enquanto entram em Maracanaú 19.591. Isto denota a intensa mobilidade entre o município e o polo metropolitano.

Com alto nível de integração estão os municípios de Horizonte, Pacajus e Eusébio. É preciso considerar mais uma vez o papel do setor produtivo na configuração e dinâmica socioespacial da RMF. Mais precisamente, desde o início dos anos 1990, no cerne das políticas de incentivo à atividade industrial no Ceará, os dois primeiros municípios atraíram importantes indústrias, dentre elas a Vulcabrás do Nordeste S/A, Vicunha Nordeste S/A Indústria Têxtil, LAM Confecções S/A, Santana Têxtil S/A, Rigesa do Nordeste S/A, Troller Veículos Especiais S/A, SN Confecções S/A, dentre outras. As plantas industriais instalaram-se ao longo da BR-116 no trecho que passa por esses municípios, e como afirma Pereira Júnior (2005, p. 62), “dispondo das benesses oriundas da expansão do parque metropolitano de Fortaleza, dos incentivos fiscais que favoreciam as regiões administrativas do semiárido”. O processo de industrialização alterou a composição demográfica desses municípios com a atração de trabalhadores de outros lugares. Horizonte apresentou a maior taxa de crescimento populacional da RMF (5,03%), enquanto Pacajus cresceu 3,45% em 2010,

registrando a terceira taxa mais alta. Eusébio ficou com a segunda, de 3,87%. Esse corredor industrial atrai trabalhadores de Fortaleza e de outros municípios da RMF (Aquiraz, Pacatuba, Itaitinga, Cascavel, Chorozinho) intensificando os movimentos pendulares. No caso de Horizonte, a entrada de pessoas, 9.126, é bem maior do que a saída, 2.724. Tal fato se explica pela oferta de trabalho, diferentemente de Pacajus, onde a saída de pessoas (7.746) é maior que a entrada (2.079).

Eusébio, segundo menor município em área (79 km²), está muito próximo a Fortaleza, numa zona de amenidades com presença de condomínios de alto padrão que têm contribuído para a diversificação física e populacional desse espaço, antes voltado, em parte, para atividades de veraneio (DANTAS; SILVA, 2009). Eusébio também abriga indústrias nos eixos da CE-040 e BR-116. Neste último se instalou a Fábrica Fortaleza, grande indústria do Grupo M. Dias Branco, o que explica ser o quarto maior PIB da RMF. Ao longo dessa rodovia estadual, que liga Fortaleza aos municípios do litoral leste do Ceará, observa-se maior adensamento de estabelecimentos comerciais e de serviços no trecho entre Fortaleza e Aquiraz. Depois de Horizonte (5,03%), Eusébio foi o que apresentou a mais alta taxa de crescimento populacional da RMF (3,8%) na última década, concentrando equipamentos e serviços no trecho da CE-040, que corta o município e onde está em construção um shopping center.

No nível médio de integração, foram classificados os municípios de Aquiraz, Maranguape, Pacatuba, São Gonçalo do Amarante e Cascavel. Os três primeiros compõem a RMF desde sua criação em 1973, enquanto os dois últimos só foram incorporados em 1999 e 2009, respectivamente.

Aquiraz registra a mais baixa densidade populacional da RMF (150,5 hab./km²) e nos setores urbanos atinge 186 hab./km². No entanto, sua taxa de urbanização é de 92,37%. Sua população concentra-se na sede urbana e no litoral. A extensa planície litorânea (28 km) propiciou a implementação de políticas de incentivo ao turismo, com dotação de infraestrutura e investimentos privados, com a construção de residências de veraneio, condomínios de luxo, *resorts* e parques aquáticos. No contexto de inserção de Aquiraz na metropolização litorânea, destaca-se a formação de uma centralidade, o Porto das Dunas (SOUZA, 2013). Ali foi erguido o Beach Park, famoso parque aquático, que atrai turistas de todo o Brasil. Contudo, esse dinamismo não se dá sem forte impacto sobre o meio ambiente, agravado ainda pela falta

de uma infraestrutura condizente. A aglomeração que se formou no Porto das Dunas favoreceu a transformação no uso de algumas casas de veraneio, as quais passaram a se constituir em moradias permanentes, como a instalação de atividades de comércio e serviços, ampliando ainda mais os vínculos com Fortaleza.

O município de Maranguape, um dos mais populosos da RMF, com 86.309 habitantes, em 2010, está dividido em dezessete distritos distribuídos em uma área de 591 km², e uma densidade populacional de 174,25 hab./km², porém, com elevada densidade por setores urbanos (1.731 hab./km²). Portanto, a população está mais concentrada na sede e vilas distritais. No município, dominado por características de serra e sertão, ainda se desenvolvem atividades agropecuárias, a denotar sua taxa de urbanização (76%). Todavia, este quadro vem se alterando com a implantação de indústrias na sede urbana que vieram para o Ceará, no cerne da reestruturação produtiva e dos incentivos concedidos pelo Estado. Entre os produtos industriais presentes, ressaltam-se calçados, têxteis, confecções, alimentos e eletrodomésticos. A implantação de indústrias contribuiu para alterar a composição do PIB industrial que, em 2003, chegou a 52,1%, enquanto o setor de comércio e de serviços correspondeu a apenas 37,3% do PIB total, indicando o impacto provocado pela indústria na economia do município (MENDES, 2006). Quanto ao movimento pendular, entram 3.668 e saem 8.076 pessoas.

Pacatuba, o menor município da RMF (73 km), localiza-se no eixo industrial da CE-060, contíguo a Maracanaú, com longa tradição na agricultura, recebeu nas últimas décadas indústrias incentivadas do ramo têxtil (Marisol, Zanotti, Kiev, dentre outras), de bebidas (Heineken, Mais Sabor) e de produtos químicos (Quimil, Killing) que modificaram a economia e o cotidiano do município. No período de 2000-2010, apresentou alta taxa de crescimento (3,41%), todavia o movimento pendular de saída é proporcionalmente alto, pois de uma população urbana de 62.095 habitantes, saem diariamente 13.040 pessoas.

São Gonçalo do Amarante, na porção oeste da RMF, abriga o Complexo Industrial e Portuário do Porto do Pecém (CIPP), projeto estratégico do governo estadual, fruto de políticas públicas de industrialização destinadas a diversificar o parque industrial e inserir o Ceará na economia mundializada, mediante a implantação de indústrias de base, dos ramos siderurgia e refinaria. Compondo o primeiro ramo

encontra-se em fase de implantação a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), com capitais das empresas Posco, Dongkuk, Stell Group e Vale, que integra a Zona de Processamento e Exportação (ZPE), enquanto o ramo de refinaria ainda não foi concretizado. O porto funciona desde 2002 e foi concebido como porto industrial, mas atua também na exportação de calçados e frutas. Os calçados são produzidos no Ceará e as frutas são provenientes dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia e têm como destino países europeus e os EUA. Quanto às importações, destacaram-se em 2013 o gás natural, o carvão mineral, cimento não pulverizado e produtos siderúrgicos (www.cearaportos.ce.gov.br). O PIB de São Gonçalo do Amarante, que em 2000 era de R\$ 63.379.000,00, passou para R\$ 1.117.610.000,00 em 2010, ou seja, um crescimento de 1.762%, em uma década, tão significativo que mesmo diante dos níveis de inflação, registrados no período, ainda permaneceria elevado. Dos 32.018 moradores que estudam ou trabalham, 3.494, ou seja, 10,91% entram no município e apenas 2.020 (6,3%) saem.

Cascavel, um dos últimos a compor a RMF (2009), possui nível médio de integração. É também um município cuja dinâmica se deve, em parte, às atividades de turismo e lazer, graças à sua extensa faixa litorânea. Contudo, ao mesmo tempo, registra elevado índice de atividades agrícolas (21,2%) para um município metropolitano. Historicamente a agroindústria do caju tem caracterizado a economia de Cascavel, com o beneficiamento da castanha e a produção de sucos. A Cascaju Agroindustrial S.A., empresa integrante de um dos maiores grupos do Nordeste do Brasil (Grupo Edson Queiroz), tem sua fábrica em Cascavel, com uma área de 150.000 m², e uma estrutura de produção com alta tecnologia. É o segundo município em extensão (837 km²) da RMF, com 66.142 habitantes, porém sua população está concentrada no litoral e na sede urbana, com uma das mais baixas densidades demográficas (78,99 hab./km²). Como se depreende, sua integração média se deve às atividades industriais, de turismo e lazer. Quanto à mobilidade pendular por motivo de trabalho e estudo, deslocam-se cotidianamente 3.660 pessoas e entram no município 1.990.

Os municípios de Pindoretama, Chorozinho, Guaiuba e Itaitinga registraram baixos índices de integração. Com exceção de Itaitinga, com 99,30% de grau de urbanização, os demais apresentam baixas taxas para municípios metropolitanos: Pindoretama, 60,38%, Chorozinho, 60,41%, e Guaiuba, 78,36%.

Do grupo de baixa integração, Guaiuba, Chorozinho e Pindoretama são menos populosos e com as menores densidades populacionais. Todavia a densidade por setor é alta, ou seja, de 1.369,6, 1.058,0 e 1.087,0 hab./km², respectivamente, a demonstrar a concentração populacional nas áreas urbanas. São também os municípios com os mais baixos PIBs da RMF.

Itaitinga, município linear, ao longo da BR-116, possui uma densidade de 236,52 hab./km², enquanto a densidade por setor urbano é de 442,4 hab./km². Ali ainda ocorrem atividades do extrativismo mineral. Abriga sete unidades prisionais, porquanto este tipo de equipamento não se instala mais na metrópole, mas em outros espaços da sua região metropolitana.

Nesse rearranjo metropolitano, além das indústrias e grandes conjuntos habitacionais implantados fora do polo central, equipamentos como a Central de Abastecimento (CEASA), aterro sanitário, cemitérios privados e presídios se instalaram em municípios da RMF. Mas também equipamentos destinados a outros fins, a exemplo do turismo e do lazer, como hotéis, *resorts*, restaurantes, parques, santuários, e ainda condomínios horizontais de luxo que extrapolam o perímetro urbano de Fortaleza. Eles direcionam a urbanização, alteram a morfologia metropolitana e dinamizam os fluxos de pessoas e mercadorias, criando paisagens diferenciadas e imprimindo assim ao espaço um caráter cosmopolita.

1.4 Considerações finais

Concluimos com Derycke (1999, p. 3), que: “Les métropoles se consolident enfin au travers d’un double mouvement externe et interne: les mis en réseau et la coordination de les activités”.⁸

Em seu movimento interno, a metrópole organiza a vida cotidiana e constitui o lócus, por excelência, das atividades econômicas e políticas que estruturam a sociedade, sobretudo no período atual. Como polo central, ela se organiza em rede composta por cidades médias, pequenas e, no caso de Fortaleza, também por capitais estaduais de menor porte, compondo assim um sistema urbano regional ao mesmo tempo em que se articula com outras metrópoles nacionais e internacionais ao se inserir no mundo globalizado.

⁸ “As metrópoles se consolidam por meio de um duplo movimento externo e interno: através de rede e coordenação das atividades”. (Tradução das autoras).

A nosso ver, o papel regional desempenhado por Fortaleza ainda se expressa de forma intensa de modo a garantir seu poder polarizador como a terceira maior área de influência do Brasil (REGIC, 2008). Três períodos marcaram a configuração do espaço cearense e fortaleceram o papel centralizador da metrópole. O primeiro período, agroexportador, teve seu apogeu com a criação do gado e o cultivo do algodão. Conforme destacou Silva (2005), a hegemonia de Fortaleza teve origem no papel exercido pelo binômio gado/algodão e também no advento da ferrovia que tornaram a cidade empório comercial e centro coletor de produtos primários destinados à exportação.

O segundo período, marcado pela integração ao mercado nacional e a criação da Sudene. A partir, sobretudo, dos anos 1960 Fortaleza situa-se entre os principais centros urbanos do Brasil, ao desempenhar múltiplas funções para atender à sua vasta área de influência à medida que se articulava com outros centros urbanos do território nacional. Nos anos 1970, quando são criadas as primeiras regiões metropolitanas no país, as relações exercidas por Fortaleza na sua rede urbana se ampliam e se modificam como consequência das mutações no sistema produtivo, com maior integração nacional e internacionalização da economia brasileira. O terceiro período, dos anos 1980 e 1990, caracterizou-se pela chegada de novas indústrias ao Ceará e o advento do turismo litorâneo, impulsionados pela participação do Estado, e redefiniu o espaço metropolitano, engendrando novos fluxos e propiciando maior mobilidade cotidiana. O comércio e os serviços, sempre responsáveis pela maior composição do PIB, se reestruturaram para suprir a demanda da população, que apresenta altas taxas de crescimento, e dos novos setores da economia urbana.

Quanto à integração, cabe ressaltar: a metropolização não é um processo acabado, mas ainda em construção. O grau de integração vai depender evidentemente das transformações, da expansão e do dinamismo das atividades industriais, dos serviços, do turismo e dos sistemas técnicos para atendimento da população e das empresas.

Como ressaltamos, os municípios que registraram maior integração às dinâmicas metropolitanas foram aqueles onde se desenvolveram as indústrias e as atividades de turismo e lazer, exatamente os setores eleitos pela política econômica do estado do Ceará, a partir dos anos 1980, como impulsionadores do desenvolvimento, em consonância com o processo de reestruturação do capital. Neste âmbito, a dotação de infraestrutura pelo poder público (viária, transporte, água,

saneamento, comunicação) viabilizou o processo de industrialização e o incremento do turismo, que foram substanciais na produção do espaço metropolitano.

Políticas públicas foram implementadas com vistas a melhorar as condições necessárias à realização de setores modernos da economia urbana. Investimentos foram feitos na educação, favorecendo maior escolaridade e qualificação da mão de obra de nível médio e superior. Ademais, os recursos que foram canalizados para a saúde, com programas de saneamento básico, saúde da família, associados às políticas sociais de redistribuição de renda, contribuíram para a redução das taxas de mortalidade e da miséria, imprescindíveis para o êxito das políticas de desenvolvimento econômico.

Esses investimentos na área social, somados à construção de grandes conjuntos habitacionais, direcionaram o crescimento de Fortaleza e da RMF. O custo da moradia, a valorização da terra urbana, a expansão da classe média e a especulação imobiliária provocaram a transferência de setores de renda mais baixa para municípios metropolitanos, principalmente os mais industrializados (Caucaia, Maracanaú e Pacatuba), onde foram construídos conjuntos populares, acompanhados pela abertura de loteamentos periféricos, favelas e ocupação de terras. Assim, a concentração populacional em áreas precárias vai evidenciar o caráter fragmentário dessa metropolização.

Desse modo, o processo de integração metropolitano se dá de forma fragmentária tendo em vista as desigualdades sociais. Fortaleza é uma das cidades detentoras de uma das maiores concentrações de riqueza do país. Nela, habitam cinco bilionários e vários milionários, sendo sede de poderosos grupos econômicos de importância nacional. Em contraste com esta situação, grande parte da população sobrevive do trabalho informal em habitação precária e sofre com a falta de infraestrutura e de outros serviços.

Referências

ACCIOLY, Vera Mamede (2008). **Planejamento, Planos Diretores e Expansão Urbana: Fortaleza 1960-1992**. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

AMARAL FILHO, Jair do (2003). Ajustes estruturais, novas formas de intervenção pública e o novo regime de crescimento econômico no Ceará.

In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A. e GALVÃO, Antônio Carlos. (orgs.) **Região e Cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR.

AMORA, Z. B. (1978). **As transformações da indústria de Fortaleza face a política de incentivos fiscais da Sudene**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana USP.

AMORA, Zenilde Baima. (1984). **Recherche sur la classe moyenne à Fortaleza**. Doutorado em Geographie et Amenagement du Territoire. Université de Toulouse II - Le Mirail, França.

AMORA, Zenilde Baima; COSTA, Maria Clélia Lustosa (2007). Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular.

ARAÚJO, Tania Bacelar de (1995). Nordeste, nordestes: que Nordestes? In: AFFONSO, Rui de Brito Alves; SILVA, Pedro Luiz Barros (Orgs.). **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/UNESP.

ASCHER, François (1998). **Metápolis: acerca do futuro da cidade**. Tradução de Álvaro Domingues. Oeiras (Portugal): Celta Editora.

CARVALHO, Otomar de (2003). Nordeste: a falta que o planejamento faz. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, Antônio Carlos (orgs.). **Região e Cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano regional**. São Paulo: Editora UNESP:ANPUR.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (2002). Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (orgs.) **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

COSTA, Maria Clélia Lustosa (2005). Expansão urbana e organização do espaço em Fortaleza. In: SILVA, J. B. et al. (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha.

DANTAS, E. W. C. (2013). Metropolização Turística em Região Monocultora Industrializada. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 12, p. 2013-84.

DANTAS, E. W.C. e SILVA, J.B. da (2009). A formação histórica da metrópole e principais tendências de desenvolvimento. In: PEQUENO, Luis Renato Bezerra (org). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles.

DERYCKE, Pierre-Henri (1999). Comprendre les dynamiques métropolitaines. In: LACOUR, Claude, PUISSANT, Silvette (orgs.). **La métropolisation: corissance, diversité, fractures**. Paris: Anthropos.

DIEESE. **Pesquisa de Emprego e Desemprego**. Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Fortaleza, 2013. Ano 06/número especial. Disponível em: <www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pedfor.pdf> . Acesso em: 29.10.2014

DI MÉO, Guy (2008). Introdução ao debate sobre a metropolização. Uma chave de interpretação para compreender a organização contemporânea dos espaços geográficos. **Revista Confins**, n. 4, Paris/São Paulo, 2008. <http://confins.revues.org/5433>.

IBGE (1972). **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas**. Rio de Janeiro, FIBGE.

____ (1987). **Regiões de influência das cidades**. Revisão atualizada do estudo da divisão do Brasil em Regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro, FIBGE.

____ (2008). **Regiões de influência das cidades. 2007**. Rio de Janeiro: FIBGE.

____ (2010). **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FIBGE

FORBES Brasil (revista). São Paulo: BPP, agosto de 2014, ano II, n. 23.

HIDALGO, Rodrigo; BORSODORF, Axel (2011). La ciudad fragmentada en América Latina y la globalización: resultados de Santiago. In: LENCIONI, Sandra et al. **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAUSP.

LEMENHE, Maria Auxiliadora (1991). **As razões de uma cidade**. Fortaleza em questão. Fortaleza: Stylos Comunicações.

LENCIONI, Sandra (2006). Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia A. da et. **Metrópoles: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A:FAPERJ.

LIMA, Claudio Ferreira (2008). **A construção do Ceará**. Temas de história econômica. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate.

MATTOS, Carlos A. de (2005). Crescimento metropolitano na América Latina: Los Angeles como referência? In: DINIZ, C.C.; LEMOS, M.B. (orgs.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MENDES, Marília Colares (2006). **Metropolização e indústria: Maranguape no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza (CE)**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

PEREIRA, Alexandre Queiroz (2012). A urbanização vai à praia: contribuições da vilegiatura marítima à metropolização no Nordeste do Brasil. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson (2005). **Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano: reflexões sobre o caso de Horizonte – Pacajus – CE**. Fortaleza: EdUECE.

OLIVEIRA, Marize Luciano V.M. de (2002). **Os circuitos espaciais de produção da J. Macedo Alimentos**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (2013). **Transformação da Ordem Urbana da Metrópole Liberal-Periférica: 1980/2010: hipóteses e estratégias teórico-metodológico para estudo comparativo.** Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – FAPERJ-CAPES-CNPQ.

RIBEIRO, L.C de Q.; MOURA, Rosa; DELGADO, Paulo; SILVA, Érica Tavares da (Coord.) (2012) **Níveis de Integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDES e AUS à dinâmica da metropolização.** Relatório de Pesquisa, Observatório das Metrópoles. CT/CNPq/CAPES/FAPERJ.

ROCHEFORT, Michel (1998). **Redes e Sistemas: ensinando sobre o urbano e a região.** Tradução: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora HUCITEC.

SILVA, José Borzacchiello da (2005). A Região Metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

SILVA, Maria Eciane (2013). **Dinâmica Socioespacial do Comércio Popular de Confecção do Centro de Fortaleza.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

SOUZA, Eudes André Leopodo de (2013). **Metropolização litorânea: a produção do espaço, do lazer e mercado imobiliário.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

SOUZA, Maria Salete (1975). **Approche du Fait Urbain au Ceará Brésil.** Tese de Doutorado Strasbourg: Université Louis Pasteur Strasbourg.

SPOSITO, Maria Encarnação B. (2001) As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M.E.B.(org.). **Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: UNESP.

SUDEC (1964). **Diagnóstico sócio-econômico do estado do Ceará.** Governo do Estado do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária Ceará.

Home page:

CEARAPORTOS (2013). Companhia de Integração Portuária do Ceará. Disponível em: <http://www.cearaportos.ce.gov.br/index.php/institucional/apresentacao>. Acesso em 07.03.2014.

GOVERNO do Ceará. Com 1.361 transplantes em 2013, Ceará estabelece novo recorde. 03.01.2014. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/9827-com-1361-transplantes-em-2013-ceara-estabelece-novo-recorde>>. Acesso em: 15.04.2014.

GRUPO Aço Cearense. Disponível <<http://www.acocearense.com.br/>> Acesso em: 05.03.2014

GRUPO Edson Queiroz. Disponível <<http://www.edsonqueiroz.com.br/>> Acesso em: 05.03.2014

GRUPO Beto Studart Participações. Disponível: <<http://www.bspar.com.br/>> Acesso em: 05.03.2014.

GRUPO J. Macedo. Disponível em: <<http://www.jmacedo.com.br/>>. Acesso em: 05.03.2014

GRUPO Marquise. Disponível: <<http://www.grupomarquise.com.br/>>. Acesso em: 05.03.2014

GRUPO M. Dias Branco. Disponível em <<http://www.mdiasbranco.com.br/industrias.html/>>. Acesso em: 05.03.2014.

GRUPO NORSA. Disponível <[HTTP://www.norsa.com.br/](http://www.norsa.com.br/)> Acesso em: 05.03.2014.

GRUPO Santana Textiles. Disponível <<http://www.santanatextiles.com/>> Acesso em: 05.03.2014

IFCE. Instituto Federal do Ceará Disponível em: <<http://www.ifce.edu.br/instituicao/>>. Acesso em: 15.03.2014.

PRÊMIO Delmiro Gouveia. As maiores e melhores empresas do Ceará, 2013. Realização Jornal O Povo e Fundação Demócrito Rocha. Disponível em: <<http://www.premiodelmirogouveia.com.br/>>. Acesso em: 15.07.2014.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. Disponível em: <<http://www.uece.br/uece/index.php/conhecuauece/institucional>> Acesso em: 10.03.2014.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. Disponível em: <<http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/2481-uece-e-a-9o-melhor-universidade-estadual-brasileira-e-a-numero-um-do-norte-nordeste-e-centro-oeste>>. Acesso em: 10.07.2014.

UFC. Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <<http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2013/4515-capes-aumenta-conceito-de-17-programas-de-pos-graduacao-da-ufc>>. Acesso em: 12.08.2014.

Jornais:

DIÁRIO do Nordeste (Fortaleza, 15 fev. 2014). Neste ano desonerações devem chegar a R\$ 2 bi no CE. Fortaleza. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/desoneracoes-devem-chegar-a-r-2-bi-no-ce-1.813560>> Acesso em: 15.10.2014.

FOLHA de São Paulo (2013) - Ranking Universitário Folha. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2013/rankinguniversitariofolha/>> Site acessado em 05.03.2014.

O POVO on line (Fortaleza 6 jan. 2012). Estado do Ceará tem 1.309 milionários. <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/>>

economia/2012/01/06/noticiaeconomiajornal,2369129/estado-do-ceara-tem-1-309-milionarios.shtml>. Acesso em: 15.04.2012.

O POVO on line (Fortaleza 07 maio 2013) Coração artificial deve chegar ao mercado em um ano. <http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2013/05/07/noticiasjornaleconomia,3051669/coracao-artificial-deve-chegar-ao-mercado-em-um-ano.shtml>

O POVO on line (Fortaleza 10 ago. 2013 ver p 18). Até R\$ 20 mi em um dia. Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2013/08/10/noticiasjornaleconomia,3108556/ate-r-20-mi-em-um-dia.shtml>>. Acesso em: 13.10.2014

O POVO on line (Fortaleza 1º Nov. 2013) Bicbanco é vendido ao segundo maior da China. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2013/11/01/noticiasjornaleconomia,3156564/bicbanco-e-vendido-ao-segundo-maior-da-china.shtml>>. Acesso em: 15.10.2014.

O POVO on line (Fortaleza, 16 dez. 2013) Prêmio Delmiro Gouveia homenageia empresas cearenses. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/economia/2013/12/16/noticiaseconomia,3177922/premio-delmiro-gouveia-homenageia-empresas-cearenses.shtml>>. Acesso em: 15.10.2014.

O POVO on line (Fortaleza, 17 dez. 2013) Prêmio Delmiro Gouveia: M. Dias Branco é a maior do Ceará. Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2013/12/17/noticiasjornaleconomia,3177923/m-dias-branco-e-a-maior-do-ceara.shtml>>. Acesso em: 15.10.2014.

Dinâmicas territoriais no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza - um olhar orientado pelo processo de industrialização

Edilson Pereira Júnior

Resumo: O processo de industrialização materializa componentes importantes na organização do espaço urbano. Assim como altera a base econômica, afastando-a cada vez mais da produção artesanal, a atividade industrial transforma os espaços da cidade e da região, impondo-lhes um novo arranjo territorial, responsável pela redefinição das formas e dos seus nexos de funcionalidade. Mediante investigação do modelo de industrialização que se consolida no Ceará, este capítulo procura abordar os elementos que apontam para uma reestruturação nas relações e nas funcionalidades urbanas, em especial por meio da análise de uma realidade metropolitana, com destaque para a Região Metropolitana de Fortaleza. O objetivo é perceber como o arranjo metropolitano, marcado pela influência da estrutura urbana da cidade-motriz, pode ser alterado a partir do incremento da atividade industrial.

Palavras-chave: Metropolização, Industrialização.

Abstract: The industrialization process shows up important components in the organization of urban space. As well as it changes the economic base, moving it away more and more from the craft production, the industrial activity changes the city and the region spaces, imposing on them a new territorial arrangement, responsible for redefining the forms and their functionality links. Through investigation of the industrialization model which is developed in Ceará, this chapter searches for approaching the elements that point to a restructuring in relations and urban features, in particular through the analysis of a metropolitan reality, especially in Fortaleza Metropolitan Region. The aim is to understand how the metropolitan organization, marked by the influence of the urban structure of the development city, can be changed from the increase in the industrial activity.

Keywords: Metropolization, Metropolitan Region of Fortaleza, Industrialization.

2.1 Introdução¹

Os espaços metropolitanos resultam da influência de uma metrópole sobre amplas dimensões territoriais, suplantando limites institucionais e configurando tecidos urbanos contínuos ou descontínuos, geralmente marcados por redes de relações entre vários núcleos urbanos.

Quando isso ocorre, é possível falar de metropolização. Para que ela se complete, tanto as cidades ganham tamanho expressivo e centralidade, tornando-se metrópoles, quanto as dinâmicas movidas por elas assumem um perfil metropolitano, difundindo para outras parcelas do espaço características até então específicas da metrópole (LENCIONI, 2006).

Tal ação repercute, ao mesmo tempo, na região e na dinâmica interna das cidades, ao engendrar mudanças na organização socioespacial urbana. À medida que expressa dinamismo e redistribui uma gama de atividades, o processo redefine o consumo do território, e remete ao espaço urbano novas formas e funções. De um lado, materializam-se zonas e eixos de prosperidade, a destacar áreas de forte centralidade; de outro, malgrado os avanços sofridos pela economia, cria-se uma pressão migratória responsável por transformações no quadro socioespacial, pois, mais do que antes, os núcleos metropolitanos e seus anéis periféricos se caracterizam pela capacidade de atrair e concentrar mão de obra, muitas vezes gerando bolsões de população de baixa renda.

Neste contexto, a demanda por terra urbanizada cresce, impondo ao antigo ordenamento metropolitano mudanças estruturais, as quais podem ser observadas pelo extravasamento dos limites urbanos tradicionais, pela elevação do custo do solo nas áreas beneficiadas com serviços públicos, pelo caráter seletivo do Estado na aplicação de reformas em infraestrutura para a produção e circulação de mercadorias e pelo parcelamento mais intenso dos terrenos nos municípios beneficiados pelas mudanças.

Entre os muitos processos responsáveis pela materialização desse padrão territorial, sobressai o da industrialização. Esse processo ma-

¹ Trabalho associado aos projetos de pesquisa O Processo de Industrialização e as Novas Territorialidades da Urbanização Cearense (financiado pela FUNCAP) e Industrialização e Economia Política do Território no Ceará (financiado pelo CNPq), coordenados pelo autor.

materializa componentes importantes de reestruturação do espaço metropolitano, e tem atualmente um caráter difuso, transformando as redes de relação entre a cidade e a região, enquanto a infraestrutura se moderniza e os nexos de funcionalidade entre as cidades se alteram. A industrialização e, de maneira geral, os sistemas e os serviços de consumo dela resultantes são instrumentos de ampla reestruturação metropolitana, de forma que as diferentes funções das cidades assumem também significativo papel nas hierarquias urbanas.

Com o objetivo de discutir tais questões, o presente capítulo visa refletir sobre a reorganização espacial da indústria no estado do Ceará, sobretudo ao considerar as novas relações que a metrópole de Fortaleza estabelece com os demais municípios da região metropolitana e com o território do estado. Pretendemos trabalhar o papel desempenhado pela atividade industrial na confluência das dinâmicas espaciais da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e perceber o quanto essas ações também são empreendidas pelo processo de metropolização.

Desse modo, após discorrer sobre a evolução da industrialização no Ceará e entender seus reflexos na organização do território, distinguindo a relevância das novas articulações para a organização do quadro urbano regional, o capítulo expõe as origens e as características da Região Metropolitana de Fortaleza a partir de um ângulo industrial, revelando as consequências da reestruturação produtiva cearense na mais recente configuração espacial metropolitana.

Procura também, ao sinalizar para o destaque que certas parcelas do espaço metropolitano ganham com a efetivação da dinâmica industrial, compreender como a reestruturação produtiva reconfigura o papel de alguns municípios no conjunto das suas relações com a metrópole, à medida que a industrialização cearense e sua articulação territorial não pode ser entendida sem se levar em conta uma maior complexidade na divisão do trabalho, no cerne de fenômenos realizados por agentes cada vez mais transescalares.

2.2 Configuração espacial da indústria no Ceará e o papel da Região Metropolitana de Fortaleza

A organização do espaço industrial no Ceará se revela como manifestação bem definida do novo mapa locacional da indústria no Brasil. Ele é marcado pela redistribuição das unidades de produção,

tradicionalmente concentradas na região Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo, em direção a outras regiões do país, a exemplo do Nordeste, onde a instalação de polos de indústrias de bens de consumo não durável se realiza ocasionando profundas implicações sobre o território, a resultar numa dinâmica de fluidez na qual os novos sistemas de técnicas cada vez mais exercem um papel de combinação com os lugares.

Viabilizados pelos capitais privados nacionais e internacionais, que contam na maioria das vezes com o suporte do Estado, via financiamentos diversos, novas regiões anteriormente desprovidas de infraestrutura acabam se inserindo numa renovada ciranda de produção, circulação e consumo de riquezas, afetando a economia e a sociedade, cada vez mais abertas às imposições da racionalidade produtiva moderna.

Todavia, a chegada desses investimentos não se dá sem redefinir importantes elementos na organização socioespacial. Isto acaba motivando uma recente divisão territorial do trabalho. Tal mudança locacional estaria ocorrendo, contudo, apenas nas indústrias que utilizam tecnologias convencionais e empregam grandes quantidades de força de trabalho, enquanto os setores que realizam um maior esforço de inovação tecnológica permanecem nos centros mais tradicionais (PIQUET, 2002).

Dentre as áreas que apresentam crescimento industrial e se enquadram nesse contexto no estado do Ceará, algumas aparecem imediatamente como destaque, revelando dinamismo baseado em novos investimentos materializados pela instalação de indústrias de ramos tradicionais, geralmente empresas de calçados, têxteis, de alimentos e de embalagens, com conseqüente alteração nos ritmos da economia urbana de alguns municípios.

Neste âmbito, a transformação insere algumas cidades no circuito da produção industrial moderna, no qual a montagem de uma estrutura de equipamentos que garantam a fluidez da distribuição e consumo capitalista vai apontar para a mudança da infraestrutura estadual, cada vez mais interessada em consolidar o desenvolvimento da produção competitiva, voltada para o mercado nacional e internacional.

Como observado, os elementos que vão consolidar a reestruturação produtiva e territorial no Ceará estão diretamente ligados à política econômica implementada pelo governo do estado nos últimos vinte anos. Este, ao primar pela atração de investimentos e

montar as bases para a produção e circulação industrial, criou mecanismos para que as empresas instaladas pudessem competir no mercado globalizado.

A participação do Estado não só se evidenciou necessária como determinou os rumos da mudança, sobretudo ao proporcionar densidade técnica ao território e incentivar a mobilidade dos capitais por meio de normas e programas políticos. Projetou-se um redesenho do território, que passou a ser esquadrihado e reestruturado a partir do soerguimento de inúmeros objetos técnicos, e uma política de benefícios tributários foi montada para garantir a “alavancagem” de investimentos aptos a materializar o plano de transformação industrial (PEREIRA JÚNIOR, 2012).

A atividade industrial e, de maneira geral, os sistemas e os serviços de consumo dela resultantes foram instrumentos de ampla reestruturação organizacional da economia, de modo que as diferentes funções das cidades (controle, articulação, etc.) assumiram também expressivo papel nas hierarquias urbanas. Atraíram interesses devido ao seu potencial de redefinir a geração de emprego e renda e de desenvolver novos serviços com vastos horizontes de mercado.

Entretanto, conforme registra o histórico da produção espacial cearense, são poucas as áreas industriais consolidadas, isto é, aquelas verdadeiramente estruturadas pela atividade fabril. Estamos considerando, obviamente, os espaços industriais que resultam da maximização da produção com base em ganhos obtidos por economias de escala, demarcados pela localização de empresas pequenas, médias ou grandes caracterizadas, notadamente, por linhas de montagem definidas mediante uma divisão do trabalho.

Podemos utilizar, por influência de Fischer (2008, p.53), o termo “zona industrial”, que pode resultar de uma intervenção do Estado ou da aglomeração de estabelecimentos produtivos em áreas urbanas adensadas, mas que não deixa de se constituir como um “espaço específico ligado a uma infraestrutura específica”, na qual é desenvolvida a atividade da indústria.

Essas concentrações de atividades produtivas estão relacionadas à capacidade local de dinamizar a economia e criar novos sistemas espaciais onde a indústria inicialmente pouco contribui para a geração de excedente, mas, todavia, logo abandona sua posição residual e assume o controle dos processos de acumulação, com modificações no espaço e no conteúdo das cidades.

No Ceará, contudo, apesar da proeminência conquistada pela indústria ao longo do século XX, outras atividades exerceram historicamente mais impactos sobre as potencialidades econômicas e políticas. Como a formação do território está vinculada, em especial, ao desenvolvimento de atividades ligadas à pecuária e ao plantio do algodão para o mercado externo, os núcleos urbanos mais bem servidos de vias terrestres tinham suas praças comerciais mais desenvolvidas, e, assim, distribuía melhor, também, os bens e serviços para as áreas vizinhas (SOUZA, 2005).

A expansão desse modelo de organização espacial numa área dominada pelo clima semiárido deu à urbanização cearense uma estrutura marcada pelas desigualdades políticas e de oportunidades, na qual poucos centros urbanos diversificaram seus serviços e alargaram sua zona de influência. Mesmo quando o fizeram, voltaram-se para o desenvolvimento de atividades comerciais, tornando a indústria menos importante para o condicionamento dos processos econômicos (SOUZA, 2005).

Tal situação se acentuou quando Fortaleza estendeu sua influência regional sobre todo o Ceará, em meados do século XIX. A cidade, por sua centralidade política e sua disposição junto ao litoral, tornou-se o centro de drenagem e escoamento da produção agrícola de maior valor na província. Tal situação repercutiu no arranjo territorial das vias e dos fluxos (SILVA, 1994; 2000; 2005).

Com efeito, com as principais vias de acesso convergindo para o litoral fortalezense, a capital intensificou sua atuação sobre o interior, ampliando o controle sobre as demais regiões. Por todo o século XX, reforçaram-se as centralidades e, como consequência, aumentou-se também o controle econômico e político-administrativo de Fortaleza sobre o território cearense (SILVA, 1994; 2000; 2005).

Em síntese, a indústria teve menor influência na evolução da organização espacial e na projeção dos centros urbanos no Ceará. Além disso, quando se desenvolveu, ela o fez subordinada à expansão urbana e comercial de centros como Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte, que reafirmaram sua força econômica ao diversificar atividades produtivas e fortalecer sua infraestrutura fabril.

Porém, enquanto centros urbanos como Sobral e Juazeiro do Norte desenvolveram timidamente a atividade industrial com base em gêneros tradicionais e taxas de produtividades reduzidas, Fortaleza sobressai como a primeira grande cidade a dar passos largos no pro-

cesso de expansão produtiva. Gradativamente, ela reuniu as condições para a formação de uma primeira zona industrial, que se expandiu do Centro e do Bairro Jacarecanga e acompanhou a Avenida Francisco Sá até atingir outros bairros a oeste (Figura 2.1).

Figura 2.1 – Distribuição e expansão das zonas industriais em Fortaleza



Fonte: Adaptado de PEQUENO, Luiz Renato (2009). Como anda Fortaleza. Observatório das Metrôpoles: Coleção Conjuntura Urbana. Fortaleza: Observatório das Metrôpoles/Letra Capital.

Nesse sentido, a primeira concentração de fábricas deu-se no chamado “Setor Industrial da Francisco Sá” ou “Zona Industrial da Francisco Sá”, a partir da década de 1920. Na década de 1950, am-

pliou-se o número de unidades produtivas ali instaladas, e passaram a predominar investimentos nos ramos têxtil, de óleos vegetais e de alimentos e bebidas (LIMA, 1971).

Conforme evidenciado, o crescimento da Zona Industrial da Francisco Sá deu-se de maneira espontânea e não obedeceu a nenhum planejamento urbanístico, o que resultou num flagrante desequilíbrio ocupacional, com consequências para a infraestrutura e a mobilidade da população nesse trecho da cidade. Para Lima (1971), foram os baixos valores dos terrenos e a proximidade de bairros onde predominavam população de baixa renda os principais motivos da concentração dos estabelecimentos.

O fato de esses bairros se posicionarem a oeste do Centro, numa cidade ainda mononucleada, contribuiu sobremaneira para a disposição das fábricas. Isso porque, como o vento no litoral de Fortaleza sopra de leste para oeste, esse arranjo favoreceu as classes mais abastadas, que estimularam a instalação das unidades produtivas num ambiente onde pudessem assegurar a distância apropriada dos impactos negativos da produção industrial.

Com a ação dos programas desenvolvidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Ceará assegurou a implantação de projetos industriais dentro das estratégias centralizadas do planejamento regional. O incremento na indústria pós-1960, com fortes incentivos da política regional da Sudene, dinamizou o quadro econômico do estado. Além de estabelecer relações com outras regiões do Brasil, a indústria sofreu importante avanço e aperfeiçoou seu sistema produtivo, ampliando a produtividade e a contratação de força de trabalho, o que atingiu os fluxos e a circulação de riquezas no Ceará.

Um processo de industrialização começou a ser gerado, com as atividades de produção nas fábricas contribuindo para o aumento das taxas de acumulação. Como consequência, a indústria deixou de ser uma atividade econômica residual e passou a controlar os ritmos de expansão da economia (AMORA, 1999).

O espaço industrial mais dinamizado do estado, isto é, a capital cearense, sentiu os impactos da transformação. Com o desenvolvimento dos mecanismos de produção e consumo verificou-se uma redefinição da fisionomia da metrópole, configurando o que viria a ser a Região Metropolitana de Fortaleza, com a cidade polo ampliando o seu raio de influência ao comandar mais diretamente os municípios em sua volta (AMORA, 1999).

Essa influência, no entanto, não se dava sem limitações. Isso porque os graus de relação não se desenvolviam intensivamente com as sedes municipais vizinhas, constituídas como núcleos pouco integrados à capital (SILVA, 2005). Esse momento coincidiu com a saturação da Zona Industrial da Francisco Sá, e embora outros bairros da cidade tenham recebido alguns investimentos industriais, a exemplo do Bairro da Parangaba, do Antônio Bezerra (às margens da BR-222) e do Mucuripe (no entorno do porto), o maior congestionamento oriundo da circulação de pessoas e produtos exigia um deslocamento do centro produtivo industrial para fora do perímetro urbano.

Com a planificação resultante do projeto Sudene, deu-se a proposição de um “distrito industrial” para Fortaleza, nos moldes do planejamento territorial e econômico vigente no período. Foi selecionada uma área em Maracanaú, então distrito de Maranguape, a sudoeste da capital, onde seriam reservados vários hectares para a instalação de fábricas industriais atraídas por incentivos federais, interligadas por vias de acesso ao Porto do Mucuripe e às outras rodovias importantes, como a BR116 (SILVA, 2005).

O projeto começou a ser implementado na década de 1960, mas somente em fins dos anos 1980 se consolidou, em razão de uma série de problemas, principalmente de carência de infraestrutura e de precária oferta de água (AMORA, 1978). Entretanto, quando instalado, o aglomerado industrial dinamizou a economia e os fluxos não só em Maracanaú e Fortaleza, mas no quadro metropolitano como um todo e, por consequência, em todo o Ceará, que viu seus objetos técnicos e suas ações de comando político e econômico se concentrarem ainda mais no entorno da metrópole (SILVA, 2005).

Para Amora (1999), tais transformações, que obviamente ocorreram em conjunto com outras alterações no quadro socioespacial, deram um verdadeiro sentido à área metropolitana criada institucionalmente na década de 1970. Com efeito, à medida que evidenciou uma forte gama de relações com os municípios vizinhos, cujo arranjo espacial passou a se organizar de forma hierarquizada, a RMF passou a ser cada vez mais um centro difusor de inovações, transformando o território institucionalmente conhecido como metropolitano numa unidade de funcionamento real. Nesse sentido, na evolução da organização espacial fortalezense no início da década de 1990, somou-se à industrialização o processo de metropolização, o qual envolveu não

somente uma periferação da cidade, mas, sobretudo, a incorporação de outros núcleos urbanos sob o comando da capital.

Confirmou-se, na RMF, o jogo de forças econômicas, políticas, sociais e culturais que consolidaram o domínio da cidade-motriz sobre os municípios do seu entorno, ampliando para um espaço mais densamente urbanizado todo um conjunto de novos objetos e fluxos. Assim, o Distrito Industrial de Fortaleza promoveu significativas alterações na organização do espaço urbano regional.

Em vez de um tecido fragmentado, com raras manchas de ocupação, emergiu um arranjo metropolitano com linhas rodoviárias e ferroviárias direcionando a expansão urbana, além de vastos trechos do território ocupados com fábricas e grandes conjuntos habitacionais, sobretudo na divisa de Fortaleza com os municípios de Maracanaú e Caucaia (SILVA, 2005).

É nesse contexto que a dinâmica econômica dos últimos vinte anos, proporcionada por uma nova fase da atividade industrial no Ceará, procurou redefinir a organização espacial da indústria no estado. O resultado mais contundente do modelo industrial desenhado pelos muitos governos nos últimos anos tem a ver com uma proposta de flexibilização das ações estatais em sintonia com um planejamento compartilhado com o setor privado de fora do Ceará. Um ajuste público das contas estaduais e uma programática desenvolvimentista de corte conservador encaminharam a montagem de infraestrutura e o financiamento público para atração de investimentos externos. Assim, o Ceará criou políticas de atração indiscriminada de investimentos, oferecendo benefícios fiscais e garantias de lucratividade para qualquer capital interessado em atender as exigências da nova competitividade internacional.

Neste prisma, a política de atração de investimentos considerou as margens de concentração industrial metropolitana e ofereceu mais incentivos e facilidades para os empreendimentos interessados em se instalar fora da área de influência direta da metrópole. Reiteradas vezes as políticas industriais concederam subsídios mais significativos para uma empreitada dessa natureza, traduzidos em melhor financiamento do ICMS ou em maiores garantias de montagem da infraestrutura da planta industrial, além dos benefícios cedidos para as empresas que procurassem exportar o produto fabricado.

Em 2003, foi elaborado um plano de desenvolvimento que fortaleceu mais ainda o estímulo à “interiorização”, no qual ficaram es-

tabelecidas novas regras para a oferta de vantagens. Desde então, as políticas adotaram critérios de pontuação na concessão de facilidades, com os núcleos urbanos mais importantes do interior reunindo as mais elevadas pontuações. Nessa nova proposta, os municípios da RMF ganhavam poucos pontos, o que implicava benefícios menores, e a instalação industrial em Fortaleza não garantia ponto nenhum, no intuito de diminuir a relevância da capital para a atividade industrial.

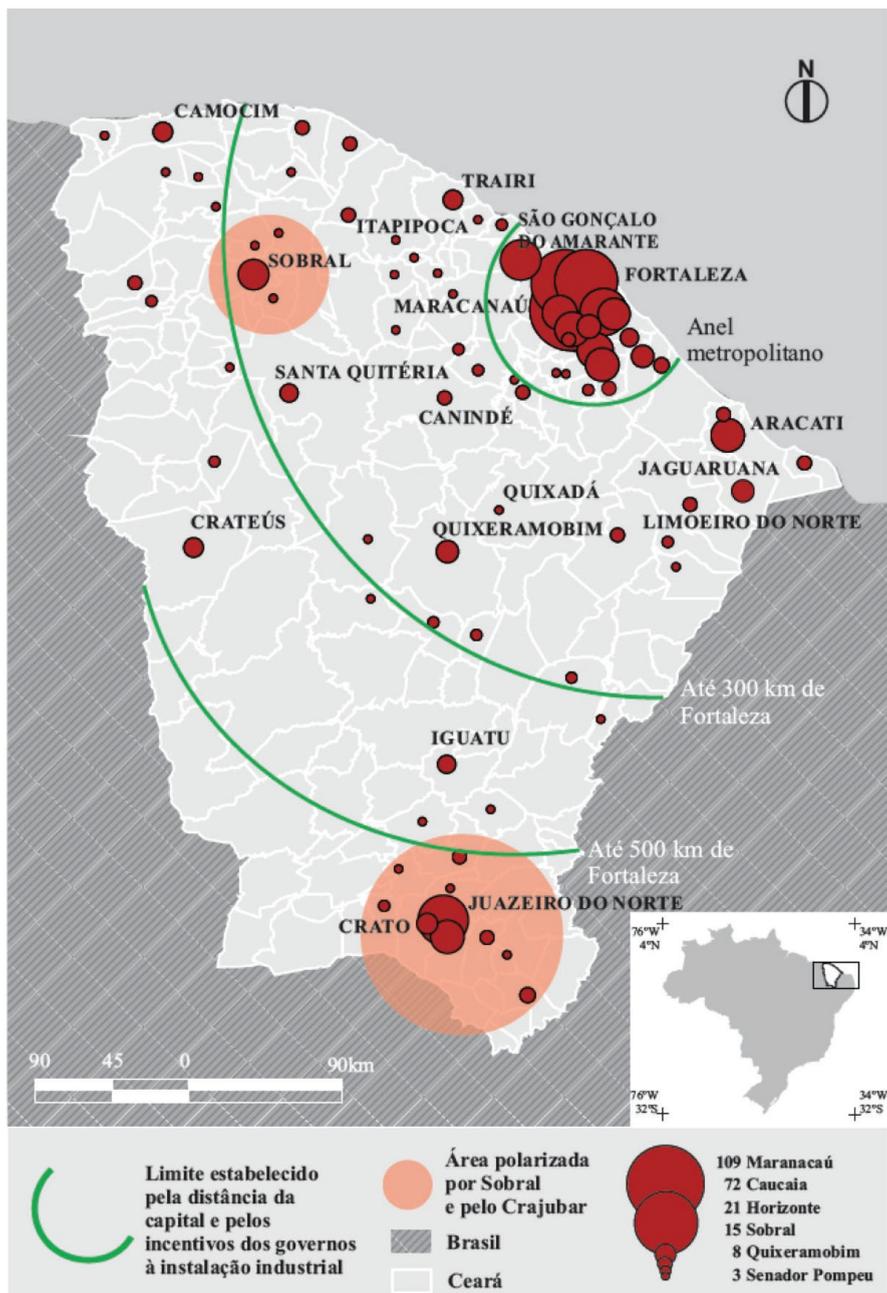
Desse modo, seria muito mais vantajoso para o empresariado industrial instalar novos investimentos fora da área de influência da metrópole, principalmente se considerarmos que a maioria das empresas interessadas na realocação produtiva buscava, de fato, ganhos de competitividade associados à isenção tributária e à exploração da força de trabalho, negociando sua produção para os mercados externos.

Mesmo assim, se o objetivo era garantir desconcentração industrial, o mecanismo foi pouco eficiente, como demonstra a Figura 2.2. Apesar de alguma difusão dos investimentos industriais pelo interior, a maior densidade de estabelecimentos subvencionados dá-se nitidamente na Região Metropolitana de Fortaleza, com concentração também na região do Cariri e em Sobral.

O uso de uma metodologia que define zonas de ocupação e densidade subdividindo o território do estado em quatro partes a começar de Fortaleza e tendo como referência a instalação de estabelecimentos industriais financiados pelos governos do estado do Ceará entre os anos de 1995 e 2010 confirma a organização espacial citada (Figura 2.2).²

² Esclarecemos: a proposta do Cartograma da Figura 2.2 é uma representação de localização produtiva tal como configurada pelos muitos planos industriais dos governos estaduais do Ceará, isto é, um conjunto de *catalogues-répertoires* (MÉNDEZ; CARAVACA, 1996), com base num padrão de instalação de unidades produtivas orientado em círculos concêntricos que partem de um polo, a cidade de Fortaleza. Neste cartograma, os círculos representam as fábricas instaladas nos municípios e o tamanho deles é proporcional ao número de estabelecimentos instalados. Ademais, os limites definidos pelos arcos indicam a distância da capital e as faixas estabelecidas pelos programas de governo para receber maior ou menor incentivo de instalação.

Figura 2.2 – Ceará - estabelecimentos industriais financiados pelas políticas dos governos estaduais (1995-2010)



Fonte: Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE). Base cartográfica do IBGE, 2007. Elaboração do autor.

Na primeira zona, que corresponde ao anel metropolitano, todos os municípios foram contemplados com pelo menos uma instalação. Além disso, a capacidade de aglomeração das zonas industriais de Maracanaú, Fortaleza, Horizonte, Pacajus e Caucaia é explícita. Segundo confirma a preferência pelo ambiente metropolitano, deslocar unidades produtivas para regiões sem nenhuma tradição industrial tem seus limites e os fatores de localização da produção ainda respeitam alguns princípios de aglomeração, acessibilidade e interação espacial. Embora a maioria dos empreendimentos subvencionados tenha sido de indústrias tradicionais, a decisão pela centralidade no âmbito do território se faz prevalecer.

Numa segunda zona, demarcada por um raio de 300 km de distância a partir da capital, a densidade de estabelecimentos diminui. Nesse trecho, uma boa quantidade de municípios (37) foi contemplada com a chegada de empreendimentos. No entanto, foram poucas as unidades produtivas ali instaladas. Ademais, os municípios que mais concentram investimentos, tais como Aracati e Trairi, desenvolvem, na verdade, atividades ligadas ao criatório de camarão ou à geração de energia elétrica por fontes eólicas, isto é, atraem capitais que não são materializados em fábricas industriais.

Há também casos como o de Jaguaruana, localizado na região do Baixo Jaguaribe, a leste do estado. Este município recebeu benefícios para oito empreendimentos, mas não foi contemplado com nenhuma inversão externa. Isso se deu porque os novos investimentos se limitaram à retomada da produção de velhas empresas locais produtoras de tecidos e de redes de dormir. Anteriormente trabalhando com altos custos de produção, essas fábricas passaram a receber financiamentos do governo do estado e o resultado foi a recuperação da capacidade produtiva. Tal fato, no entanto, não legitima necessariamente uma difusão espacial de novos capitais.

Finalmente, temos a terceira e a quarta zonas de instalação de estabelecimentos, onde praticamente não há alteração nas formas mais antigas de distribuição da indústria. A paisagem da caatinga não foi alterada em nome da implantação de fábricas industriais e a monotonia dos espaços agrícolas do sertão só foi interrompida com a presença de poucas unidades produtivas nos maiores centros urbanos, notadamente nas cidades de Iguatu, Crateús, Tianguá e Camocim e nos núcleos mais importantes da região do Cariri.

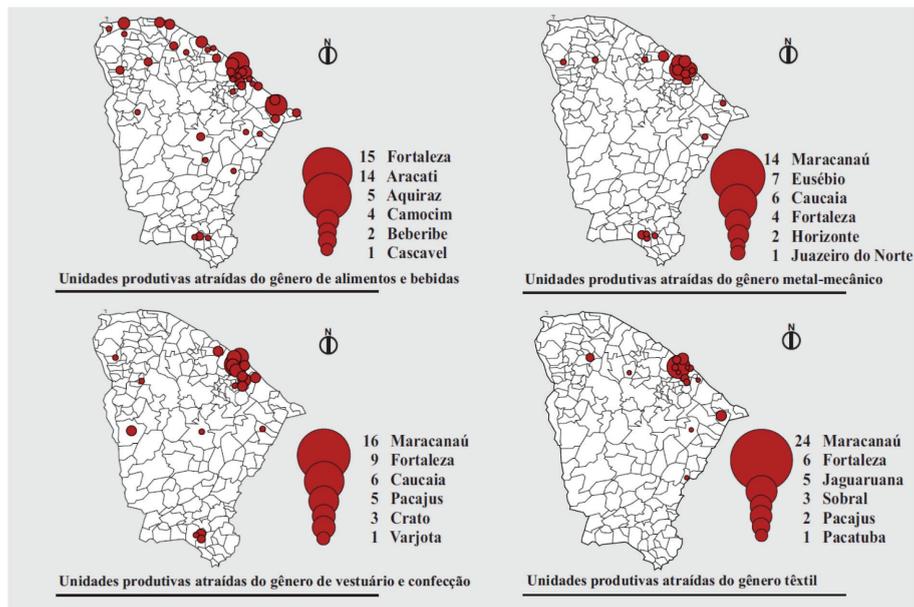
Porém, ao dar mais atenção aos empreendimentos ali instalados,

é possível perceber que o gênero de calçados reuniu praticamente todas as fábricas montadas. Como a estratégia do segmento calçadista diferencia-se da dos demais setores da produção industrial no estado, podemos afirmar que o exemplo citado foge do padrão espacial assumido pela indústria subvencionada no Ceará. A indústria calçadista agiu de maneira mais desconcentrada em virtude da procura por mão de obra barata, e esse comportamento contribuiu para que essas zonas pudessem ser mais bem atendidas por novos investimentos industriais (PEREIRA JÚNIOR, 2012).

Em relação ao conjunto de investimentos, podemos destacar também a organização do espaço industrial cearense mediante decisão de instalação dos gêneros produtivos. Nesse aspecto, reiteramos os parcos efeitos de difusão territorial da indústria nos segmentos têxtil, metal-mecânico, de confecção e vestuário e de alimentos. Como essas indústrias praticamente representam os setores mais contemplados com as políticas industriais dos últimos anos, sua análise da distribuição espacial dá uma boa noção das decisões de certos capitais diante da industrialização que se materializa. Excluímos o gênero de calçados da investigação porque sua decisão de realocação industrial subverte a configuração espacial escolhida pelos outros setores produtivos, como informado.

Como podemos visualizar na Figura 2.3, ao contrário da estratégia territorial calçadista, os demais gêneros caracterizam-se por produzir um espaço industrial muito mais concentrado, onde as redes de fluxos transescalares existem, mas estão montadas sobre uma base menos difusa. Ainda como a figura revela, entre os segmentos industriais representativos da industrialização cearense, somente o de alimentos e bebidas garantiu a instalação de estabelecimentos para uma porção mais ampla do território.

Figura 2.3 – Ceará - estabelecimentos industriais, por gênero, financiados pelas políticas dos governos estaduais (1995-2010)



Fonte: Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE). Base cartográfica do Philcarto, 2008. Elaboração do autor.

Mesmo assim, ao considerarmos as quatro zonas anteriormente citadas e, entre elas, selecionarmos as mais distantes de Fortaleza, percebemos que a indústria de alimentos raramente atende aos municípios situados a mais de 300 km da capital. Em alguns casos, a polaridade urbana dos municípios da região do Cariri e de Sobral contribuiu para a atração de empreendimentos. No entanto, quando isso ocorre, geralmente as indústrias responsáveis por tal escolha são de menor porte e sua representatividade em relação às demais empresas do estado é pouco expressiva.

No caso das unidades produtivas têxteis, de confecção e vestuário e do segmento metal-mecânico, a concentração é ainda mais acentuada. Mencionados gêneros respondem positivamente à proposta de atração industrial montada pelos governos do Ceará, mas praticamente ignoram os incentivos à interiorização. Elas se instalam exclusivamente na Região Metropolitana de Fortaleza e, em raras oportunidades, no Cariri ou em Sobral.

Enquanto os estabelecimentos de confecção e vestuário e da in-

dústria metal-mecânica ainda se dispersam timidamente em algumas áreas do interior, um flagrante de alta concentração é revelado pela indústria têxtil. As unidades de produção nesse segmento já estavam adensadas em Fortaleza havia muitas décadas, como resultado do crescimento industrial que aproveitou a fase áurea da produção algodoeira no estado. Com a expansão das indústrias locais e a chegada de outros investimentos de grande proporção, a configuração espacial da indústria têxtil manteve-se quase inalterada. Como resultado, novas e grandes fábricas foram instaladas, mas seu raio de ação não ultrapassa os 50 km em volta da metrópole, beneficiando principalmente municípios metropolitanos como Maracanaú e Pacajus. Segundo esse modelo confirma, a indústria têxtil no Ceará apresenta um sistema de relações produtivas, técnicas e financeiras que produz um espaço industrial fortemente marcado pela concentração de estabelecimentos.

O resultado da configuração desenhada pelas unidades produtivas atraídas para o Ceará é a reprodução da lógica concentradora das atividades industriais nas áreas mais favorecidas do estado. A dinâmica da indústria cearense registra que a estrutura espacial resultante das recentes transformações continua concentrando o processo industrial no território. Dentro desse contexto, o fenômeno de maximização dos efeitos de indução em favor da metrópole prevalece.

Constata-se que as centralidades continuam a favorecer o recorte da Região Metropolitana de Fortaleza sobre as demais regiões do Ceará e se a centralidade já era expressiva, com o maior crescimento industrial, os novos ritmos da industrialização só ressaltaram a notoriedade metropolitana como lócus de densidade técnica e operacional para a materialização dos investimentos.

2.3 Atividade industrial como vetor de metropolização – o novo padrão territorial da indústria na Região Metropolitana de Fortaleza

O processo de metropolização não está submetido ao desenvolvimento da atividade industrial. Como informa Lencioni (2006, p. 49), a indústria não é condição “para que uma cidade se transforme em metrópole, pois uma metrópole não precisa ser uma cidade industrial”. Todavia, a metrópole e, conseqüentemente, o processo de metropolização que ela engendra, não se dão sem uma forte capacidade espacial

de concentração de capital. Cidades globais e seus efeitos metropolitanos, amplamente discutidos por autores diversos através de uma terminologia variada³ são cada vez mais caracterizados pela grande capacidade de dinamizar e administrar serviços complexos, como a produção de inovação tecnológica, a gestão de investimentos financeiros, entre outros (LEROY, 2000; FERRIET, 2001; DI MÉO, 2008).

Porém, no Brasil, o papel da indústria na configuração e consolidação dos espaços metropolitanos é histórico, com o capital produtivo e as atividades econômicas dele resultantes sendo responsáveis pela difusão de aspectos metropolitanos para amplas áreas do território. Apesar de em grandes áreas metropolitanas do país essa realidade sofrer algumas transformações, como é o caso de São Paulo, que “vem deixando de ser a cidade, por excelência, do capital produtivo industrial para se alçar à condição de gestora do capital” (LENCIONI, 2006, p. 49), o movimento metropolitano de muitas regiões ainda se baseia na dinâmica materializada pela atividade industrial.

Ressaltamos, no entanto: o caso do Ceará é emblemático. Sua região metropolitana, comandada pela cidade de Fortaleza, é um exemplo contundente de que somente nos últimos anos os nexos de funcionalidade e articulação entre a metrópole e os demais municípios que lhe são tributários ganham forma, e tal fenômeno se afirma, entre outros, em função do recente desenvolvimento da atividade industrial.

Embora a renovação do quadro industrial na Região Metropolitana de Fortaleza tenha se destacado pelo desgaste das zonas produtivas antigas, se fortalece, notadamente, a capacidade de criação de novas áreas de produção, cujas repercussões nas formas e nas funções espaciais metropolitanas são contundentes.

No âmbito econômico, algumas mudanças acontecem, tornando mais complexo o quadro de ocupação territorial. Da mesma forma, se expandem as redes de relações da metrópole com outras parcelas do espaço, fenômeno reproduzido também na escala do estado e da região, com os municípios firmando intensa articulação urbana.

Como já discutido, até a década de 1990 a Região Metropolitana de Fortaleza preservava a estrutura industrial montada no período de maior atuação da Sudene. Neste momento, prevaleciam os investimentos locais em ramos ditos tradicionais, com predominância dos seg-

³ Para uma discussão mais aprofundada, ver Ascher (1995), Gottdiener (1997) e Soja (2000).

mentos têxtil, de alimentos e de confecções. Referida estrutura, entretanto, sofreu transformação nos últimos anos, em especial a partir de 1995, quando a dinamização econômica dos gêneros citados instituiu novos laços de integração entre as zonas industriais e os mercados externos.

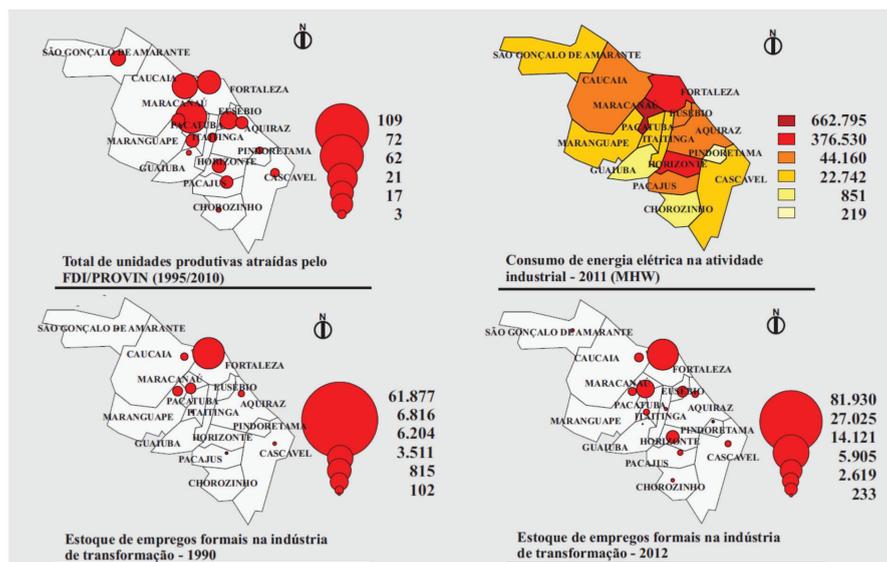
Juntamente ao maior volume de investimentos de empresas com capital cearense, deu-se a chegada dos investimentos subvencionados. Desse modo, além do desenvolvimento dos gêneros mais antigos, outros segmentos da indústria começaram a ganhar importância, notadamente o metal-mecânico e o calçadista, que passaram a exercer mais influência no conjunto da acumulação industrial.

Esta nova realidade também destaca uma mudança na capacidade produtiva. A despeito da predominância de fábricas menores, com modesta incorporação de capital e tecnologia, ampliam-se as unidades de grande monta, com uso intensivo de mão de obra e de tecnologia renovada.

Iniciou-se, a partir daí, um processo de difusão da atividade industrial pela coroa metropolitana. Essa nova organização espacial resultou da ação de empresas que abandonaram Fortaleza para modernizar ou expandir seus estabelecimentos, mas também é produto da mais recente instalação industrial de empresas externas, as quais respondem positivamente aos benefícios das políticas de atração dos governos do Ceará.

No debate sobre os rumos dessa expansão, centramo-nos nos dados apresentados pela Figura 2.4. Ele revela a distribuição espacial metropolitana dos empreendimentos atraídos pelas políticas de isenção fiscal do estado e de outras importantes variáveis, a exemplo do consumo de energia elétrica na atividade industrial e do estoque de empregos formais na indústria de transformação.

Figura 2.4 – RMF – unidades produtivas atraídas por incentivos fiscais dos governos do Ceará, consumo de energia elétrica na atividade industrial e estoque de empregos formais na indústria de transformação



Fonte: Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE). Base cartográfica do Philcarto, 2008. Elaboração do autor.

Com base na leitura da figura, constatamos a presença de inúmeras formas espaciais, notadamente aquelas configuradas a partir de localizações difusas, contínuas ou lineares – esta última demarcada em função do arranjo de eixos rodoviários. Mas a maioria dos estabelecimentos está concentrada em pontos ou em zonas industriais, distribuídos pelos municípios mais contemplados pelo avanço da atividade fabril.

No tocante às unidades produtivas atraídas, os municípios de Maracanaú, Caucaia, Fortaleza, Eusébio, Horizonte, Pacajus e São Gonçalo do Amarante apresentam-se como os mais beneficiados. Eles revelam um duplo movimento de expansão industrial metropolitana que, por um lado, reforça a centralidade já exercida por Fortaleza, Maracanaú e Caucaia e, por outro, faz emergir novas concentrações em áreas antes caracterizadas pelo predomínio de atividades agrícolas.

Nesse contexto, é relevante mencionar o caso de Fortaleza, pois, apesar de não receber nenhuma vantagem fiscal para a atração de fábricas nos últimos anos, se mantém como um dos municípios que mais aportaram empreendimentos. Na verdade, trata-se de uma cen-

tralidade demarcada por empresas que preferem arcar com os custos das deseconomias de escala da capital a ter que deslocar suas fábricas para lugares mais afastados. Evidentemente a proximidade com o mercado consumidor tem peso maior para as metas de lucratividade de algumas empresas, e os gêneros predominantemente atraídos para Fortaleza, isto é, o de vestuário e confecções, o de alimentos e o de embalagens, atuam considerando essa lógica.

Mas é incontestável o deslocamento das atividades produtivas para os municípios do entorno da capital. Alguns deles localizam-se nas franjas periurbanas da cidade (Maracanaú, Eusébio e Caucaia), com o assentamento industrial respeitando os arranjos de continuidade do território. Em contrapartida, outros municípios (Horizonte, Pacajus e São Gonçalo do Amarante) experimentam o fenômeno da expansão por meio da integração descontínua, que pode se dar a partir da orientação de um eixo rodoviário, como é o caso do Corredor Horizonte-Pacajus, ou em função de um zoneamento planejado pelo estado, como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

As duas outras variáveis apresentadas nos cartogramas da Figura 2.4 confirmam a tendência ao extravasamento da atividade industrial metropolitana, porém revelam também que duas áreas, em especial, foram profundamente atingidas pelo atual processo de industrialização. Com efeito, se analisarmos o consumo de energia elétrica na atividade industrial como um indicador relevante de dinamização produtiva, perceberemos que, além de Fortaleza, somente Maracanaú e Horizonte demonstram comportamento bastante favorável no tangente à expansão de energia gasta com as linhas de produção numa fábrica. Tal variável sugere as dimensões de uma planta industrial e da sua capacidade produtiva, indicando altas taxas de modernização caso o desempenho seja favorável.

Para Maracanaú e Horizonte, a hipótese se confirma. Além dos antigos estabelecimentos subsidiados pela Sudene, para lá se deslocaram as maiores plantas industriais, a exemplo da grande fábrica de calçados do Grupo Vulcabras/Azaleia em Horizonte, que emprega diretamente mais de 14 mil trabalhadores, e das inúmeras fábricas têxteis e do segmento metal-mecânico, que preferiram os distritos industriais instalados em Maracanaú.

A variável de estoque de empregos formais na indústria de transformação reafirma esse fenômeno. Em sua leitura para o ano de 2012, percebemos a presença marcante da expansão de postos de

trabalho tanto em Maracanaú como em Horizonte. Juntos, eles concentram 25,3% dos empregos formais da indústria, percentual bem acima do registrado pelos demais municípios da recente expansão industrial. Nessa variável, todavia, Fortaleza ainda se mantém líder, pois reúne 50,3% de todo o estoque de empregos formais da região metropolitana.

Porém, ao comparar o desempenho de 2012 com o de 1990, quando a industrialização subvencionada ainda não havia se consolidado, conforme constatamos, muitas mudanças se efetivaram. Em 1990, enquanto em Fortaleza o estoque de empregos formais em relação ao total representava 74,9%, em Maracanaú e Horizonte a mesma variável indicava um percentual de apenas 8,2%, a sugerir que o aumento relativo em favor desses últimos municípios é representativo das transformações em curso.

Como exposto, as alterações espaciais na geração do emprego formal da indústria de transformação apontam para um fenômeno que, definitivamente, confirma a diminuição do crescimento industrial sofrido pela capital. Esse fenômeno não registra uma diminuição do estoque de empregos formais da indústria em Fortaleza, mas revela que seus ritmos de crescimento têm arrefecido numa proporção inversa aos da expansão de postos de trabalho em outros municípios da região metropolitana.

Consoante tal fato indica, a metropolização é um dos processos que melhor representam a transformação em curso na indústria do Ceará e do seu espaço metropolitano. Logo, o papel menos expressivo assumido por Fortaleza é resultado do seu próprio crescimento, que assumiu maior proporção e extravasou em direção aos espaços adjacentes.

Entretanto, a mudança acentua a expansão e a articulação metropolitana de Fortaleza e isso torna a área direta de influência da cidade-motriz um ambiente mais propício à intensificação dos ritmos industriais. O espaço industrial metropolitano fica demarcado pelo soerguimento de objetos modernos e pela maior eficiência das infraestruturas em áreas ou eixos de destaque.

O território sente mais profundamente os efeitos de uma reestruturação fundamentada nos preceitos de uma economia aberta de mercado. Assim como as zonas de prosperidade e de avanço produtivo remetem ao espaço metropolitano um arranjo de equipamentos modernos e um novo sistema articulado de comunicação e transporte, a

demanda por força de trabalho e a pressão migratória aumentam os fluxos e o uso fragmentado do espaço como instrumento de acumulação ampliada para as mais diversas formas de investimento.

2.4 Arranjos e configurações espaciais do crescimento industrial metropolitano

No tangente à dinâmica socioespacial produzida dentro da Região Metropolitana de Fortaleza, os novos destaques da industrialização são os municípios de Maracanaú, Horizonte, Pacajus, São Gonçalo do Amarante, Eusébio e Caucaia, que conciliam os benefícios de uma maior renúncia fiscal com todas as vantagens de uma área sob influência da metrópole, a se saber: mais facilidade na contratação de funcionários qualificados (disponíveis para a realização de um fluxo pendular); a proximidade de empresas que realizam serviços mais especializados; a redução, em face da distância, dos custos com transportes e um rápido escoamento aeroportuário.

A implantação de uma cadeia de novas relações possibilita aos municípios maior agrupamento espacial das atividades, na qual a indústria se coloca como mecanismo mais influente para a atual dinâmica de organização regional. Entre os gêneros mais expressivos da produção industrial estão os de alimentos e bebidas, têxtil e vestuário, metal-mecânico, químico, calçados e embalagens, com mais de duas dezenas de empresas que chegam a concentrar entre um e 15 mil funcionários, a exemplo da Vulcabrás/Azaleia, localizada em Horizonte; da Vicunha Têxtil, com unidades em Maracanaú e Pacajus; da Malwee, instalada em Pacajus; e da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que somente no seu canteiro de obras reúne em 2014 mais de 4 mil funcionários.

Como já referido, as formas espaciais específicas de materialização desses investimentos destacam localizações difusas, contínuas ou lineares, distribuídas a partir de zonas industriais de diferentes tamanhos; eixos rodoviários de expansão industrial; complexos produtivos previamente estruturados pelo Estado; e alguns investimentos de localização pontual, todos com ampla articulação aos circuitos produtivos da região.

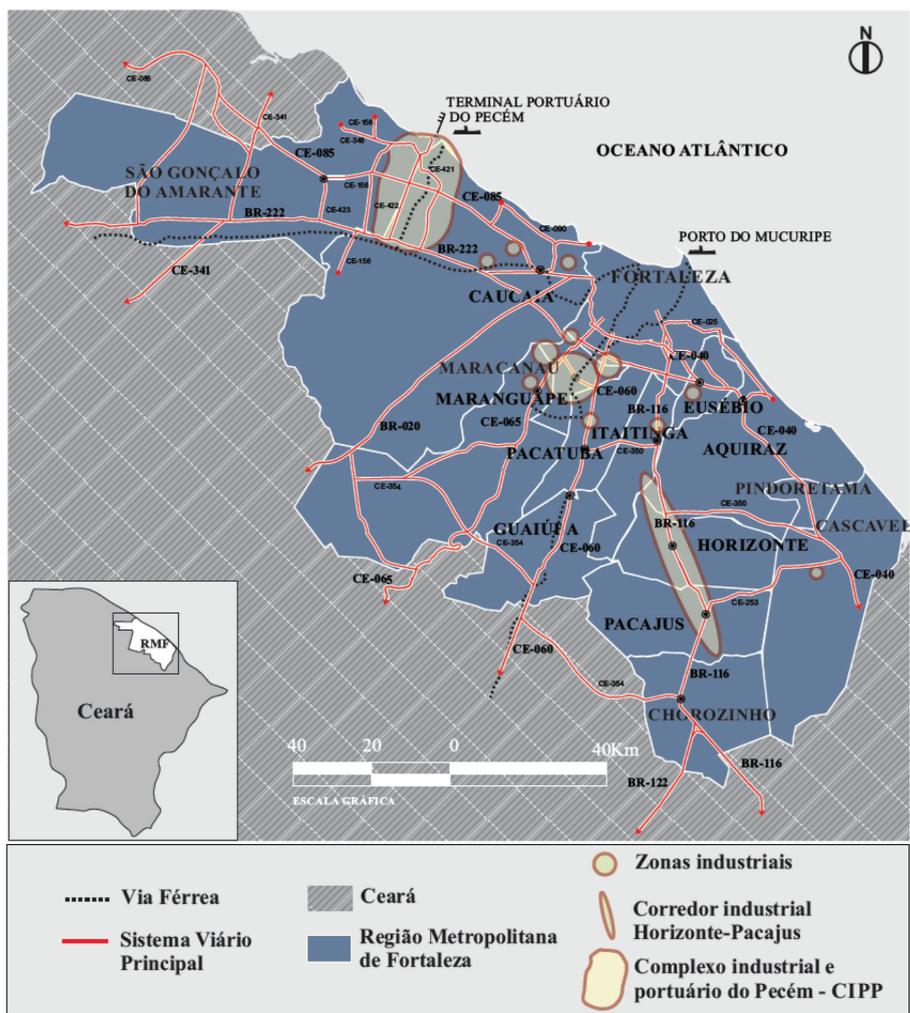
As configurações espaciais contínuas à metrópole de Fortaleza tendem a ser as mais antigas e consolidadas, notadamente porque

foram as primeiras áreas a receberem investimentos oriundos da capital ou de outros estados, geralmente financiados por programas estatais de difusão espacial e produtiva, desenvolvidos no período de intervenção da Sudene. Ao contemplarem os territórios de municípios como Maracanaú, Caucaia e Eusébio, se beneficiaram de áreas onde os custos de transferência de plantas industriais eram os mais baixos na década de 1980. São áreas que atraíram novas unidades produtivas porque a maior proximidade com a capital permitiu às fábricas gozarem de vantagens competitivas associadas à melhor distribuição de água e energia elétrica, além de maior fluidez no transporte de trabalhadores, matéria-prima, máquinas e mercadorias.

Enquanto isso, as localizações difusas, geralmente na forma de eixo e complexo industrial, são uma realidade do processo de metropolização desencadeado na segunda metade da década de 1990. Elas demarcam renovada configuração espacial da indústria no ambiente metropolitano, agora muito mais marcado por uma disjunção funcional do processo produtivo, representado por um arranjo descontínuo dos espaços industriais em relação a Fortaleza. Fazem parte desse novo “traçado” metropolitano das atividades produtivas o eixo industrial constituído ao longo da BR-116, na altura dos municípios de Horizonte e Pacajus e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, ambicioso projeto de montagem de um polo produtivo de bens de capital, para onde se irradia um sistema de transporte rodoviário, ferroviário e marítimo com altos investimentos realizados pelos governos estadual e federal.

A Figura 2.5 ilustra a configuração espacial sentida pela indústria na Região Metropolitana de Fortaleza, revelando a atual complexidade dos seus recortes territoriais produtivos.

Figura 2.5 – Configuração espacial da indústria na Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: Trabalho de campo. Base cartográfica do IBGE. Elaboração do autor.

Com base nos destaques ilustrados pela Figura 2.5, podemos enfatizar o papel dos três recortes espaciais mais importantes da indústria na RMF, quais sejam: as zonas e distritos industriais presentes no município de Maracanaú; o eixo produtivo conhecido como Corredor Horizonte-Pacajus; e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

No respeitante ao desenvolvimento das zonas e distritos industriais em Maracanaú, constatamos o quanto o dinamismo dos investi-

mentos mais tradicionais do município se ajustou à política industrial cearense das décadas de 1990 e 2000, com o município acolhendo novas inversões atraídas por incentivos fiscais, disponibilizados pela prefeitura local para dar continuidade à ampliação dos estabelecimentos. Maracanaú, nesse sentido, conseguiu resistir à falência do modelo Sudene e se adaptou bem ao novo programa de industrialização, oferecendo as externalidades necessárias para o aumento do seu parque industrial. Como resultado, concentra cada vez mais unidades produtivas de grande porte, e reúne investimentos bem superiores à média estadual.

Predominam estabelecimentos dos gêneros têxtil/vestuário (30,3%), alimentos e bebidas (16,2%), químico (12,4%), metalúrgico (11,5%) e indústria mecânica (8%), que garantem ao seu Produto Interno Bruto (PIB) uma arrecadação anual de 4.100.336 mil reais, ou seja, a segunda maior produção de riquezas do estado. Também é possível perceber que o processo acarreta um impacto positivo no setor de comércio e serviços, o qual viu sua participação na arrecadação do PIB entre 1994 e 2010 passar de 8,4% para 47,71%. Não é à toa que se apresenta como o segundo município no Ceará a concentrar mais estabelecimentos atacadistas, com destaque para a sede da Central de Abastecimento do Ceará S.A. (CEASA), instalada em 1972.

Assim, os 931 estabelecimentos da indústria de transformação atualmente em funcionamento no município se distribuem principalmente em quatro zonas, chamadas de Distrito Industrial I, III, 2000 e Alto Alegre. Destes, o primeiro é a zona industrial mais consolidada, com uma área de 1.013 hectares, cujo conjunto da produção representa cerca de um quarto de toda a produção da indústria cearense. Ademais, todas essas zonas produtivas fazem de Maracanaú o maior consumidor industrial de energia elétrica do Ceará em 2011, com 32,6% do total de consumo do estado, isto é, quase o dobro do consumo médio de energia elétrica industrial de Fortaleza, que chega a 17,9% (IPECE, 2012). Nas figuras 2.6 e 2.7, evidenciamos o fluxo de veículos e empresas no Distrito Industrial I.

Figura 2.6 e 2.7 – Fluxo de veículos e algumas empresas do Distrito Industrial I de Maracanaú



Fonte: Fotos do autor/Trabalho de campo.

Outro destaque é o Corredor Horizonte-Pacajus, importante eixo de instalação industrial situado ao sul de Fortaleza, onde o papel da rodovia BR-116, a localização estratégica junto à capital e uma maior articulação das lideranças locais com o governo do estado do Ceará garantiram a consolidação de médios e grandes investimentos com capital oriundo de outros estados brasileiros. Sem um planejamento antecipado de localização das unidades produtivas, as fábricas foram construídas ao longo da rodovia ora citada, principalmente em virtude das facilidades de fluxos, determinantes para o tipo de empreendimento instalado no local, onde predominam indústrias têxteis e de vestuário (28,9%), de alimentos e bebidas (20,7%), metalúrgicas (11,3%) e de madeira e mobiliário (8,1%), a maioria delas interessada em negociar o produto para a região Sudeste e para outros estados nordestinos (Figuras 2.8 e 2.9).

O porte das empresas e a necessidade de contratação de maior número de trabalhadores também contribuíram para a escolha locacional do tipo “eixo”. Em pelo menos cinco empresas instaladas desde 1995, a contratação de funcionários reuniu um contingente superior a 2 mil postos com carteira assinada, mas em uma das principais unidades produtivas, a fábrica de calçados Vulcabrás/Azaleia, o total de trabalhadores desde 2011 oscila entre 10 e 14 mil ao longo do ano.

Como observado, a introdução dos ritmos industriais e a injeção de mais capital nas economias dessas pequenas cidades implicaram dinamização econômica e urbana, com o comércio e os serviços locais passando por intenso crescimento. Também se aceleraram os fluxos

de pessoas, mercadorias e produtos e, além do maior movimento intraurbano, a articulação de Fortaleza com mais esse “recorte espacial metropolitano” passou a ser efetiva.

Nesse sentido, o caso de Horizonte-Pacajus confirma o processo iniciado com a instalação do I Distrito Industrial em Maracanaú, acentuando a incorporação de outros territórios ao comando central da metrópole.

Figuras 2.8 e 2.9 – Fábricas no Corredor Horizonte-Pacajus



Fonte: Fotos do autor/Trabalho de campo.

Em São Gonçalo do Amarante, a maior expressão é a do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que abrange, além da área portuária, uma infraestrutura adjacente com acesso ao transporte ferroviário e rodoviário, construída com elevados recursos do governo do estado do Ceará e do governo federal, na tentativa de ali desenvolver um polo petroquímico, siderúrgico, metal-mecânico e automotivo.

O terminal portuário é constituído de três píeres marítimos: um idealizado para mobilizar cargas gerais, insumos e produtos siderúrgicos; outro pensado para transportar granéis líquidos, em especial óleo cru e derivados de petróleo; e um terceiro, de regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL). Por se tratar de um terminal *off-shore*, isto é, fora da faixa de praia, os píeres de atracação estão protegidos da ação das ondas correntes por um quebra-mar, na forma de “L”, com 1,7 km de extensão. Ambos os píeres são ligados ao continente por uma ponte rodoviária que interliga o pátio de armazenagem ao de atracação dos navios (Figuras 2.10 e 2.11).

Para a montagem do porto foi prevista, no terminal, a movimentação de matérias-primas siderúrgicas (tais como o minério de ferro), produtos siderúrgicos acabados (tais como chapas planas e bobinas),

fertilizantes e cereais em granel e contêineres e granéis líquidos. Entretanto, a maior parte da infraestrutura montada para estes fins encontra-se ociosa e os navios de grande porte que atualmente atracam no porto são responsáveis pela importação de ferro fundido e a exportação de frutas, calçados, flores e outras *commodities* agrícolas, a exemplo da soja produzida em outros estados do Nordeste.

Se os gastos com a logística portuária e de transporte de mercadorias foram pensados para uma produção petroquímica e metal-mecânica de alta tecnologia, o fato de atualmente o complexo estar voltado para a exportação de frutas e calçados apresenta um descompasso em relação ao planejamento inicial. Por essa razão, a infraestrutura é continuamente adaptada ao transporte dos novos produtos citados, como é o caso da instalação de geradores e de redes elétricas de alta potência para atender à demanda das câmaras refrigeradas, típicas de uma logística direcionada para o comércio de frutas e outros produtos perecíveis. Apesar disso, a partir de 2011, alguns programas importantes anunciados desde o fim da década de 1990 foram incluídos nas propostas orçamentárias dos governos estadual e federal.

Entre esses programas, destaca-se a instalação, por parte da Petrobras, de uma refinaria de porte médio, a dispor de investimentos da ordem de 11 bilhões de dólares. A refinaria, denominada Premium II, deverá produzir 300 mil barris/dia quando iniciar seu funcionamento, gerando diesel com baixo teor de enxofre, querosene de aviação, nafta e bunker (combustível de navio). Uma das polêmicas em torno do atraso dessa obra se deu em virtude de o terreno escolhido para a construção estar localizado numa área reivindicada por indígenas da etnia Anacés, no município de Caucaia. Depois de anos de disputas judiciais, o governo estadual por várias vezes anunciou a entrega do terreno à Petrobras, mas só o fez em novembro de 2013, depois de um acordo firmado com o governo federal, que se comprometeu a dividir as despesas para a compra de outro terreno, pagamento de indenizações e construção de infraestrutura para realocação das famílias envolvidas. O episódio, no entanto, não é o único a causar problemas para a efetivação do investimento. Após chegar a um acordo acerca da licença de instalação da planta industrial no CIPP, descobriu-se que a Petrobras passa por dificuldades financeiras, e, portanto, não dispõe de recursos para a realização da obra.

Em face da real possibilidade da empresa conseguir montar um empreendimento com essas dimensões em curto prazo, o jor-

nal **Valor Econômico**, em fevereiro de 2014, publicou reportagem informando que para cumprir as metas de construção de novas refinarias a Petrobras estuda adotar um modelo de parceria diferente. Este modelo consiste em atrair capitais privados internacionais capazes de montar a planta industrial com seu próprio investimento e engenharia, dando a esses investidores a garantia da compra de combustíveis a preços internacionais, sem necessariamente competir com a empresa estatal nos principais nichos de mercado. Dessa forma, os possíveis sócios evitariam o risco de utilizar recursos bilionários e, em seguida, arcar com prejuízos ao competir com a própria Petrobras, uma empresa integrada de petróleo com grande poder produtivo. Por conta desses problemas, a instalação da Premium II continua sendo adiada, e o último comunicado da Petrobras, divulgado em janeiro de 2015, informou que a empresa pretende encerrar os investimentos na refinaria. As consequências políticas dessa decisão, com certeza, serão diversas e implicarão em inúmeros desdobramentos. Tal fato confirma que o debate acerca do tema ainda tende a se estender por algum tempo.

Outro projeto relevante – este já encaminhado e em fase de montagem da infraestrutura – é o de uma usina siderúrgica projetada com base na parceria entre a Vale do Rio Doce (50%) e as empresas sul-coreanas Dongkuk Steel (30%) e Posco (20%), cujo investimento total corresponde a 6,8 bilhões de reais. Segundo informações colhidas na Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE), a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), como é chamada, deverá entrar em funcionamento no segundo semestre de 2015 e produzir 3 milhões de toneladas de placas de aço por ano, a maioria voltada para o consumo do mercado internacional. Esse empreendimento foi suficiente para garantir a atração de outras empresas importantes, capazes de complementar os circuitos produtivos do setor metal-mecânico de alta tecnologia no estado. Para o ano de 2016, estão confirmados a montagem e o início da produção de duas laminadoras, a Siderúrgica Latino-Americana (SILAT), de capital espanhol, e um empreendimento resultante da parceria entre capitais sul-coreanos e brasileiros através das empresas Posco e Aço Cearense. Elas serão capazes de produzir malhas para a fabricação de telas para pilares e aços planos para a produção de chapas e bobinas a partir de placas de aço.

O avanço desses projetos e a expectativa do governo do estado

do Ceará de atrair mais investimentos de porte expressivo estimulam a atual gestão cearense a investir ainda mais na adequação das infraestruturas portuárias. Após entregar a primeira etapa da ampliação iniciada com a instalação do Terminal de Múltiplo Uso (TMUT) e a montagem de uma correia transportadora de minério de ferro em 2012, o governo estadual deu início em 2014 à nova fase de expansão do terminal, com o objetivo de licitar uma nova ponte de acesso e mais dois píeres. Vale dizer que o movimento de chegada e saída de carga cresce a um ritmo acelerado: a movimentação de mercadorias ultrapassou 6 milhões de toneladas em 2013, uma marca histórica do terminal nos seus treze anos de funcionamento. Considerando os doze meses de 2012, a elevação atingiu 40%, porquanto naquele ano foram movimentadas 4,5 milhões de toneladas.

Apesar da melhoria na infraestrutura e do maior dinamismo nos fluxos, ainda serão necessários alguns anos para que o CIPP comece a atender aos objetivos iniciais para os quais foi projetado.

Figuras 2.10 e 2.11 – Terminal de regaseificação e ampliação *off-shore* no Complexo Industrial e Portuário do Pecém



Fonte: Fotos do autor/Trabalho de campo.

Receptores dos movimentos que extravasam de Fortaleza, os municípios ora citados, articulados com a capital, detêm a maior expressão industrial sobre o estado do Ceará, uma vez que no ano de 2011 chegaram a reunir 56% dos estabelecimentos industriais com vínculo empregatício; concentraram 44,2% do estoque de empregos formais na indústria de transformação; consumiram 58,7% da energia elétrica industrial; arrecadaram 61,9% do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI); e somaram 56,2% do Produto Interno Bruto (PIB) cearense.

Nesses termos, a nosso ver, as novas áreas de expansão industrial impõem-se como manchas no traçado urbano contínuo ou descontínuo.

uo da metrópole, evidenciando que o processo industrial, afora incluir esses municípios no ambiente físico e funcional de Fortaleza, os insere também na rede de interdependência da região metropolitana, garantindo ao sistema produtivo melhor operacionalidade.

2.5 Considerações finais

A recente industrialização do Ceará, além de seguir o quadro de localização industrial pautado na aglomeração de investimentos atraídos por isenções fiscais, se completa por meio de um importante processo de organização do espaço, aquele que configura maior difusão das atividades, das funções e dos equipamentos na Região Metropolitana de Fortaleza.

O processo indica um novo arranjo espacial marcado pelas feições de uma região metropolitana, mediante as quais, em seu interior, destaca-se uma gama de atividades de produção e consumo e em sua organização consolida-se uma interdependência hierarquizada das diferentes funções.

Evidencia-se uma expansão industrial iniciada na capital e ampliada em direção a outros municípios circunvizinhos, na qual o quadro territorial metropolitano aponta para o desenvolvimento de novas funcionalidades, bem como para a concentração de empreendimentos em zonas industriais já desenvolvidas e/ou eixos recentemente criados em função de uma demanda industrial.

Desse modo, consideramos as evidências de que o processo da industrialização implica configurações espaciais metropolitanas renovadas, ora marcadas pela continuidade territorial dos investimentos, ora suplantando contiguidades espaciais, mas sempre criando redes de fluxos responsáveis por novas noções de deslocamento, aproximação e funcionalidade na escala da RMF.

Em geral, conforme percebemos ao analisar a organização espacial da indústria no Ceará, as políticas interessadas na atração de investimentos pela via de subsídios fiscais engendraram relevantes transformações no quadro produtivo industrial e na dinâmica urbana e metropolitana, embora seus efeitos no território tenham sido o acirramento dos quadros de desigualdade e o reforço econômico de regiões historicamente já estruturadas.

Elas sinalizam para o destaque dado a certas parcelas do espaço

compatíveis aos fundamentos da expansão capitalista, que implementa a reestruturação produtiva na indústria, mas, em contrapartida, só o faz acirrando a divisão territorial do trabalho, responsável pela intensificação da articulação espacial metropolitana.

Referências

- AMORA, Zenilde Baima (1999). O espaço urbano cearense: breves considerações. In: AMORA, Zenilde Baima (org.). **O Ceará: enfoques geográficos**. Fortaleza: FUNECE.
- _____. (1978). **As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste**. São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- ASCHER, François (1995). **Metápolis: ou l'avenir des Villes**. Paris: Éditions Odile Jacob.
- AYDALOT, Philippe (1985). **Economie régionale et urbaine**. Paris: Economica.
- DI MÉO, Guy (2008). Introdução ao debate sobre a metropolização. **Confins** [Online], n° 4. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5433.html>. Acesso em: 17 de set. 2010.
- FERRIER, Jean-Paul (2001). Pour une théorie (géographique) de la métropolisation. In: **Cahier de la Métropolisation: enjeux et définition de la métropolisation**. [Online], n° 1. Disponível em: http://www.metropolisation.org/cahiers_metropolisation/n_1. Acesso em: 22 de jun. 2013.
- FISCHER, André (2008). Zonas industriais e estratégias econômicas e espaciais. In: FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini; SPOSITO, Eliseu Savério. **Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer**. São Paulo: Expressão Popular/Unesp – Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- GOMES, Rafael Brito; PEREIRA JÚNIOR, Edilson (2013). Economia urbana e espaços metropolitanos: Maracanaú no contexto da metropolização de Fortaleza - CE. In: **GeoUECE** [Online], V. 2. n° 1. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=geoeuce&page=article&op=view&path%5B%5D=581&path%5B%5D=706>. Acesso em: 8 de fev. 2014.
- GOTTDIENER, Mark (1997). **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp.
- IPECE - Instituto de Pesquisas e Estratégias Econômicas do Ceará (2012). **Anuário Estatístico do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2013. Disponível em: www.ipece.ce.gov.br/. Acesso em: 20 de fev. 2014.

- LENCIONI, Sandra (2011). Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. In: LENCIONI, Sandra et alii (orgs.). **Transformações socioterritoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAU/USP.
- ____ (2006). Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. in: SILVA, Catia Antônia da; DÉSIRÉE, Guichard Freire; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj.
- LEROY, Stéphane (2000). Sémantiques de la métropolisation. In: **Espace géographique**. Tome 29. n° 1. pp. 78-86. Doi: 10.3406/spgeo.2000.1969. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/spgeo_0046-2497_2000_num_29_1_1969. Acesso em: 22 de jun. 2013.
- LIMA, Luiz Cruz (1971). **A indústria na Zona da Francisco Sá**. Fortaleza: Instituto de Geociências da UFC.
- MANZAGOL, Claude (1985). **Lógica do espaço industrial**. São Paulo: DIFEL.
- MÉNDEZ, Ricardo; CARAVACA, Inmaculada (1996). **Organización industrial y territorio**. Madrid: Editorial Síntesis.
- PEQUENO, Luís Renato (2009). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/Letra Capital. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_abook&view=book&catid=18%3Acolecão-conjuntura-urbana&id=49%3Acomo-anda-ortaleza&Itemid=159&lang=pt. Acesso em: 15 de ago. 2013.
- PEREIRA JÚNIOR, Edilson (2012). **Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará**. São Paulo: Editora da Unesp/Selo Cultura Acadêmica. Disponível em <http://www.culturaacademica.com.br/>.
- ____ (2005). **Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano: reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE)**. Fortaleza: Eduece.
- PIQUET, Rosélia (2002). A indústria metropolitana no Brasil muda de lugar e emprega menos. In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Ano XVI, n. 1, Jan-Jul 2002. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR.
- RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (2013). **Base de dados estatísticos**. Brasília: RAIS.
- SILVA, José Borzacchiello da (2005). A região metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.
- ____ (2000). A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.
- ____ (1994). O algodão na organização do espaço. In: SOUZA, Simone de (coord.). **História do Ceará**. 2.ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

- SOJA, Edward W (2000). **Postmetropolis**: critical studies of cities and regions. Los Angeles: Blackwell Publishing.
- ____ (2006). Algunas consideraciones sobre el concepto de ciudades-región globales. In: **CADERNOS IPPUR**. Rio de Janeiro. Ano XX, n° 2, p. 9-43.
- SOUZA, Maria Salete de (2005). Ceará: bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In: SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha.
- VILLAÇA, Flávio (2001). **O espaço intraurbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nobel/Fapesp.

De resignificação das cidades litorâneas à metropolização turística

Eustogio Wanderley Correia Dantas

Resumo: O presente trabalho intenta compreender tônica de constituição da paisagem litorânea urbana de Fortaleza e *vis-à-vis* entendimento de processo contemporâneo de valorização do mar pela sociedade. Constitui-se em verdadeiro fenômeno de sociedade, matizado pela constituição das práticas marítimas modernas, notadamente as aqui enfocadas: vilegiatura marítima e turismo litorâneo, e cujas implicações se fazem sentir na estruturação das metrópoles nordestinas mais dinâmicas (Fortaleza, Natal, Recife e Salvador) e suas respectivas regiões metropolitanas. Baseado em processo de conotação regional, apresenta, assim, uma lógica de urbanização dispersa, cujas características marcantes são a linearidade, ditada por dinâmica a acompanhar paralelamente a zona costeira, e com largura ínfima; a fragmentação, representativa de uma urbanização não contínua e, conseqüentemente, focada em algumas parcelas do território metropolitano; a sazonalidade, reflexo de uso derivado de práticas a usufruírem das zonas de praia em períodos específicos do ano - a turística na alta estação e a da vilegiatura em período mais longo de tempo e a se instituir como ocasional e não permanente.

Palavras-Chave: Metropolização Turística, Metrôpoles Nordestinas, Fortaleza, Turismo Litorâneo, Vilegiatura Marítima.

Abstract: This study tries to understand the constitution of Fortaleza urban coastal landscape and comparatively the understanding of the contemporary process of sea valuing by society. It consists in a true phenomenon of society, diversified by the constitution of modern maritime practices, notably focused here: maritime summer vacation and coastal tourism, and whose consequences have been felt in the structuring of the most dynamic Northeastern cities (Fortaleza, Natal, Recife e Salvador) and their respective metropolitan areas. Based on regional connotation process, they present a dispersed urbanization logic, whose outstanding characteristics are the linearity, dynamic ruled to follow the parallel track of the coastal zone, and with a very small width; fragmentation, representative of a non-continuous urbanization and, consequently focused on certain spaces of the metropolitan area; reflection of the use derived from practices that take advantages of the beach areas at specific periods of the year- the tourist high season and the summer vacation in a longer time period and that it is established as occasional and not long-lasting.

Keywords: Tourist Metropolization, Northeastern Metropolis, Fortaleza, Coastal Tourism, Maritime Summer Vacation.

3.1 Introdução

Na consideração da paisagem litorânea característica das cidades do Nordeste do Brasil, notadamente as mais dinâmicas, dentre as quais figura Fortaleza, percebe-se nível de urbanização intensa das zonas de praia e a reverter quadro anterior no qual estas cidades davam as costas ao mar.

Para compreendermos a tônica em foco urge refletirmos sobre o fenômeno de constituição das cidades contemporâneas e em cujo cerne as variáveis associadas à dinâmica do lazer tomam peso. No caso das litorâneas convém destacar como o desejo pelo mar, vinculado às práticas marítimas modernas (os banhos de mar terapêutico e recreativo, a vilegiatura marítima) e, nos últimos decênios, ao turismo litorâneo associado ao imobiliário, tornam as zonas de praia um dos lócus mais dinâmicos da metrópole e da sua região metropolitana.

Tal dinamismo se constrói no tempo, deixando marcas na paisagem urbana. A incorporação do mar à geografia das cidades litorâneas nordestinas transforma as zonas de praia em: a) lócus principal de estabelecimento da vilegiatura, conforme movimento iniciado nas cidades-sede (1920-1930) e a se ampliar (1950-1960) aos municípios litorâneos e sobremaneira aqueles a compor a região metropolitana; b) uma das áreas mais dinâmicas do mercado de terra urbano com a chegada dos amantes de praia ávidos por se fixar permanentemente nas antigas áreas de vilegiatura das cidades-sede. Eles são responsáveis pela dinamização do processo de urbanização das zonas de praia notado nos anos 1970 e cujo desdobramento, já nos anos 1980, atinge os municípios litorâneos metropolitanos vizinhos das capitais; c) parcela do território estadual a receber maior volume de investimentos públicos direcionados ao desenvolvimento da atividade turística, com ênfase em infraestrutura urbana a justificar, na sequência, reforço das zonas de praia com a chegada de empreendimentos imobiliários ligados ao viés turístico (DANTAS, 2013).

A última temática é a representativa das transformações pelas quais passam as metrópoles mais dinâmicas do Nordeste brasileiro. Foi seu desdobramento que levou ao desenvolvimento de pesquisa, no âmbito do Observatório das Metrópoles, sobre metropolização turística e que será aqui devidamente explorado ao se evidenciar fenômeno

de urbanização característico dos principais núcleos urbanos nordestinos, com maior ênfase em Fortaleza.

Na contemporaneidade, de cidades litorâneas de costas ao mar, as metrópoles nordestinas mais dinâmicas se projetam plenamente em direção às zonas de praia, dominando seus litorais e aqueles das suas regiões metropolitanas. Percebe-se materialização de tônica de urbanização linear (acompanhando paralelamente a linha da zona costeira), fragmentada (não contínua) e de caráter sazonal (justificada na tônica da sazonalidade representativa do desenvolvimento das atividades de lazer no urbano).

3.2 Cidade litorânea-interiorana

3.2.1 O passado remoto: um mundo de costas ao mar

Nos estudos sobre a cidade no passado, especificamente aquelas instaladas em espaços litorâneos, apresenta-se racionalidade a esboçar direcionamento destas ao continente, eclipsando seu lado mar (DANTAS, 2006). Nelas nota-se a força dos seus vínculos com o interior, área produtora de riquezas (plantações) e de fluxos demográficos a alimentarem seu contingente.

As zonas de praia destas cidades se instituíram, nestes termos, como espaços impróprios ao estabelecimento das habitações dos cidadãos. Ao dar as costas ao mar, liberavam esta parcela do espaço ao desenvolvimento de práticas marítimas tradicionais, notadamente a atividade portuária e a pesca artesanal.

A atividade portuária justificaria o esboçado por Desse (1996), ao remeter à constituição de uma “cidade comerciante” aberta ao mar e resultante de uma racionalidade externa, cuja ocupação se restringia ao porto e suas adjacências (áreas dos galpões e depósito) e em contraponto à cidade propriamente dita.

A pesca artesanal denotaria a ocupação destes espaços por comunidades de pescadores artesanais, ávidas por extrair do mar o necessário à própria sobrevivência. Com este gênero de uso implementaram um gênero de maritimidade representativa das suas práticas em face do elemento líquido (CORMIER-SALEM, 1996).

Parafraseando Corbin (1988) e Delumeau (1978), para estas sociedades urbanas em construção as zonas de praia se instituíam como “territórios do vazio” e “lugar do medo”. À praia o cidadão somente

se dirigia para usufruir do porto, como “janela” aberta ao estrangeiro, e a partir do qual os autóctones poderiam manter contatos com outras paragens e receber bens materiais e imateriais cobiçados e provenientes do além-mar.

Desta colocação se pretende evidenciar que na historiografia das regiões portuárias o acento maior foi atribuído à dinâmica de exportação de mercadorias, balizando discussão sobre a formação de rede urbana colonial de países como o Brasil e intitulada dendrítica (CORRÊA, 1989). Nela se indica quadro a dispor de uma cidade primaz, a contar com um forte e um porto, ambos estratégicos no domínio da hinterlândia e no facilitamento do escoamento de mercadorias provenientes do interior do país.

Nos estudos desenvolvidos, menor ênfase se deu à lógica de importação de bens materiais e, principalmente, imateriais, que no seu cerne viabilizou projeto civilizacional em marcha e que, *grosso modo*, consistiu variável fundante do redimensionamento da lógica comentada anteriormente.

3.2.2 O passado: primeiros passos em direção ao mar

Foi do contato empreendido a partir do porto que a elite local e certas camadas da população se deixaram levar por sua “fascinação em relação ao Ocidente” (CLAVAL, 1995), com conseqüente incorporação dos hábitos, valores e costumes característicos da civilização europeia. Neste processo anuncia-se movimento lento e gradual de redescoberta do mar a resultar em mudança na geografia urbana dos trópicos e com ênfase das cidades litorâneas.

No Brasil, desde o final do século XIX-início do século XX, a elite local se apropria das zonas de praia com a instituição dos banhos de mar (inicialmente terapêuticos e, na seqüência, recreativos) e, em especial, da vilegiatura marítima.

Este segmento da sociedade firma lógica de apropriação do espaço ao voltar a cidade para o mar e legitimada na construção de espaços de sociabilidade daqueles a se autointitularem fiéis depositários do modo de vida ocidental. Procederam de tal forma ao redimensionar as práticas marítimas modernas às características do meio em que viviam, implementando, para tanto, “práticas vizinhas” (DANTAS, 2006a) e não similares às criadas na Europa. Destarte apresenta-se contraposição à ideia hegemônica de mera e simples transposição destas práticas ocidentais nos trópicos (GOMES, 2002; LINHARES, 1992).

Aqui objetiva-se registrar implementação de padrões diferenciados de outras paragens. No caso do Brasil são os autóctones que se apropriam dos espaços litorâneos e suscitam movimento de expulsão gradual dos seus antigos habitantes, destoando da coabitação caracterizadora das práticas marítimas tradicionais existentes nas zonas de praia (porto, forte e pesca artesanal). Não se trata de um fenômeno derivado de demanda externa e que mesmo no Ocidente conduziu à ocupação das praias do mediterrâneo por grupos de várias nacionalidades e no sentido de usufruir das temperaturas amenas existentes.

Metaforicamente podemos falar dos primeiros passos dos cidadãos na direção das zonas de praia e a justificar uma política de urbanização destas zonas. Assim, as cidades litorâneas se projetaram no sentido mar, instaurando momento de ressignificação deste elemento líquido no país. Guardadas suas proporções, significou fenômeno restrito às cidades-sede, continuando a zona de praia dos demais municípios litorâneos como domínio exclusivo das práticas marítimas tradicionais.

Somente na segunda metade do século XX esta fronteira é transposta. Das práticas marítimas modernas circunscritas no domínio de vivência de uma elite e de uma cidade, inaugura-se fenômeno de incorporação gradual das zonas de praia dos demais municípios litorâneos.

3.2.3 O passado recente: a metrópole se projeta a seu lado mar

Na região Nordeste o fenômeno ora mencionado dispõe de algumas especificidades a merecerem atenção e que auxiliarão no entendimento do processo de urbanização das zonas de praia dos municípios vizinhos das cidades-sede dos estados mais dinâmicos.

Primeiro remete-se aqui ao fenômeno de espalhamento do tecido urbano além das fronteiras das cidades-sede e *vis-à-vis* a instituição de processo de metropolização marcante nas cidades de Fortaleza, Natal, Recife e Salvador. Pereira (2014) lida com esta dinâmica como variável importante no delineamento do processo de instituição das regiões metropolitanas iniciado nos anos 1970.

A cidade sai de cena e entram em evidência a metrópole e sua região de influência, especificamente a dos municípios litorâneos a comporem uma região metropolitana cujas práticas marítimas modernas, notadamente a vilegiatura, justificaram a proliferação de segundas residências nas zonas de praia.

Um segmento expressivo da classe média em formação se encon-

tra no baluarte deste fenômeno, justificando até financiamentos junto ao extinto Banco Nacional da Habitação. Segundo, e não menos importante neste processo, foi a emergência de lógica de dinamização do mercado de terra das cidades-sede, com a chegada de amantes de praia que, não mais satisfeitos com o usufruto ocasional, ansiavam por morar permanentemente.

A valorização de antigas áreas de segundas residências pelos usuários anteriormente comentados suscitou aumento do preço da terra, que certamente contribuiu para o fortalecimento da vilegiatura além das cidades-sede. Consequentemente, nos anos 1960-1970 percebeu-se claramente um movimento em sentido duplo, De um lado, com a dinamização do mercado de terra em praias (bairros) como o do Meireles em Fortaleza, Ponta Negra em Natal, Boa Viagem em Recife e Praia Vermelha em Salvador, todos eles representativos de supremacia que o morar permanentemente adquire sobre o ocasional nesta parcela da cidade. De outro lado, a descoberta das zonas de praia dos municípios litorâneos, com ênfase os metropolitanos, pelos vilegiaturistas autóctones, provenientes das metrópoles, e que justifica incorporação, ao tecido urbano, de localidades como Aquiraz no Ceará, Ponta Negra no Rio Grande do Norte, Itaparica em Pernambuco e Itamaracá na Bahia. Todavia, o limite de acesso, pelo preço, às zonas de praia nas metrópoles abre espaço à transposição das suas fronteiras pelo advento das práticas marítimas modernas.

A ruptura dos limites fronteiriços leva às zonas de praia um estilo de vida inicialmente característico da cidade e que se torna, a partir de então, representativo das demandas de lazer na metrópole, logo de região que se urbaniza *vis-à-vis* ao fenômeno de construção da região metropolitana.

É da dinâmica aqui enfocada que os estudos desenvolvidos trabalharam com a máxima segundo a qual a vilegiatura se esvaziava na metrópole e em benefício das zonas de praia dos municípios vizinhos. A metáfora fundante foi a da “fuga da cidade”, rebatida com veemência por Mourão (1976) ao constatar que o fundamento da ocupação das zonas de praia não era mais nem menos do que o da instigação do urbano. Longe de abandono da cidade, os cidadãos ao valorizarem a paisagem litorânea, no estabelecimento das suas segundas residências, levam consigo um modo de vida característico da cidade e, consequentemente, demandador de toda uma infraestrutura urbana e tecnológica.

As demandas por espaço de lazer, não mais atendidas plenamente na metrópole, explicam processo no qual o urbano ultrapassa os limites da cidade (LEFEBVRE, 1986). É a instituição do urbano na praia que faz com que, seguindo o iniciado nas cidades-sede, os antigos habitantes destas zonas tenham suas vidas completamente alteradas. Nos primórdios como comunidades que em luta com o mar, para tirar dele o necessário à sobrevivência, tinham os portos (de embarcações tradicionais) como lugar seguro, e no qual encontravam seus pares e familiares. No pós-instituição da vilegiatura e, no caso da metrópole, do morar permanentemente na praia, a luta se estende à terra, sendo sua permanência veementemente questionada. Uma espécie em vias de extinção se apresenta (MORAES, 2007), somente sendo possível reversão deste quadro com organização em grupo e no sentido de resistir à tônica de modernização empreendida. Foi nestes tempos que firmaram diálogo com seu passado, ou seja, retomaram o mar como fonte inspiradora e sua consequente força poética (DANTAS, 2005).

Embora represente processo pioneiro de incorporação das zonas de praia além das cidades-sede e a não dispor de precedentes na história da região, convém destacar que apenas atinge seu clímax no final dos anos 1980-início dos anos 1990, com a construção da cidade litorânea-marítima, validada com o fortalecimento da sua imagem turística. Referimo-nos ao desenvolvimento de políticas públicas na escala da região Nordeste e cujos desdobramentos suscitam transformações significativas da paisagem urbana característica das paragens litorâneas, tanto pelo implemento de obras de infraestrutura como pela atração de empreendimentos privados clássicos (hoteleiro) e a associarem o turístico ao imobiliário.

3.3 Cidade litorânea-marítima: rumo à metropolização turística?

A construção de cidade litorânea-marítima (DANTAS, 2011) se efetiva em passagem tênue do domínio civilizacional ao tratamento de nuança econômica esboçada pela matriz política, que conduziu à reversão da política de desenvolvimento empreendida na região e balizada em imagens negativas do semiárido. Ela se materializa em um contexto político, do final dos anos 1980-início dos anos 1990, favo-

rável à implementação de políticas públicas voltadas à formação do Nordeste como região turística (FERREIRA, 2013).

O cerne deste novo desdobramento se situa na modificação do olhar do homem sobre o semiárido, rompendo com lógica determinista a vincular a situação de miséria do Nordeste às condições de semiaridez.

Para Castro (1997), a natureza, “fundamento geográfico da produção”, consiste em premissa na construção do imaginário sociopolítico da região e explicaria um quadro socioespacial marcado por organização espacial específica e sistema de atores associados ao ecossistema em foco. Assim, a natureza foi utilizada como recurso ideológico a beneficiar antiga elite política regional (algodoeira-pecuarista no dizer de OLIVEIRA, 1981), impondo-se às novas elites políticas regionais, a ascenderem ao poder no final do século XX, necessidade de elaboração de um discurso diferenciado e a possibilitar implementação de nova política de desenvolvimento pautada no agronegócio e no turismo.

O tratamento dado por estas novas elites regionais culminou em uma fragmentação da região, que aponta direcionamento econômico a privilegiar parcelas do espaço. Metaforicamente são forjados dois Nordestes: o Nordeste turístico e o Nordeste do agronegócio (DANTAS et al., 2006a), respectivamente responsáveis pela reinvenção do litoral e demais zonas de várzea, tabuleiros e cerrado.

3.3.1 Construção do Nordeste turístico

O Nordeste turístico deriva de política de desenvolvimento voltada à conversão do litoral em zona turística. Nestes termos, a citada atividade se apresenta como poderoso instrumento de poder argumentativo colocado a serviço da região e, conseqüentemente, capaz de salvar sua economia. No discurso concebido pelos governantes e assessores de alto escalão, as elevadas temperaturas e a pouca incidência de chuvas (concentradas no tempo e no espaço) seriam um atributo positivo na atração de fluxos turísticos.

De acordo com Dantas (2002), a característica física do litoral, pautada em leitura positiva e não mais negativa, foi o baluarte da construção da cidade litorânea-marítima no Nordeste e cujos elementos humanos e naturais são valorizados como mercadoria. A exemplo do ocorrido na Espanha, com seu sucesso turístico resultante de abordagem do turismo como um fenômeno de ordem econômica e políti-

ca (POUTET, 1995), direciona-se, por intermédio de uma política de *marketing*, à construção de uma imagem turística da cidade, concebida além da escala local e inserida no sistema mundo. Em poucas linhas, a política de desenvolvimento do turismo também se mostrou um instrumento de propaganda utilizado pela elite política regional para desenvolver tanto uma consciência turística como um símbolo do êxito e da viabilidade dos novos governos.

A argamassa desta política se situa em contexto representativo de conjunto de transformações recentes (entendida como a da crise do Estado Moderno), a engendram tanto a minimização do papel do governo central como o fortalecimento do “Estado Local” (leia-se governo estadual), baseado na prosperidade das cidades (CLAVAL; SANGUIN, 1997).

Conforme se percebe, a política pública esboçada pelos novos governantes se fundamenta em uma consciência turística a refletir o novo governo em cada um dos estados nordestinos. Ela se revela propaganda política e se transmuta em publicidade para atender aos termos do desenvolvimento econômico e propalar a modernização tão almejada das zonas de praia.

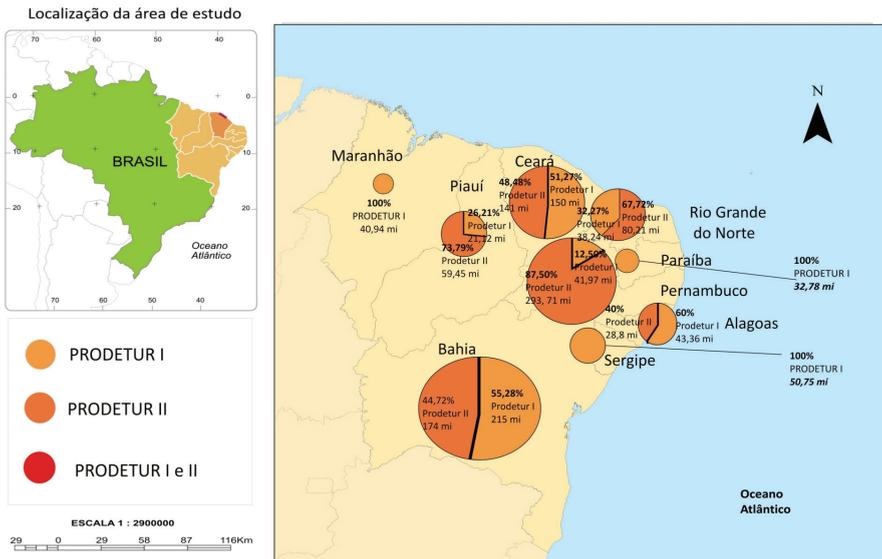
É nestes termos que, pautado na ideia da ação conjugada publicidade-propaganda de Domenach (1979), compreende-se como se dá a construção da imagem turística das cidades nordestinas, fundamentada em suas vantagens climáticas. Em termos gerais, no cerne da produção desta imagem objetiva-se difundir a ideia da modernização do Nordeste e, por conseguinte, apagar a imagem trágica do imaginário social da seca, nada propício ao desenvolvimento do turismo.

Não é de se estranhar como o turismo desponta nos últimos decênios como um dos mais importantes vetores de desenvolvimento da região e nos termos constantes em conjunto de programas (PRODETUR I e II) voltados ao desenvolvimento do turismo litorâneo.

O PRODETUR I, divisor de águas, é seguido pelo PRODETUR II, denotando quadro de reforço do turismo nas agendas de desenvolvimento da região. No primeiro programa todos os estados nordestinos foram contemplados, não ocorrendo o mesmo no segundo em razão de problemas de gestão enfrentados por Maranhão, Paraíba e Sergipe. Dentre os estados envolvidos, os que mais se destacaram na captação de recursos foram os mais dinâmicos do Nordeste: Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte (ARAUJO, 2012) (Figura 3.1).

Inaugura-se gênero de intervenção voltado, principalmente, à dotação de infraestrutura das áreas estratégicas de cada um dos estados, principalmente na construção-reforma de aeroportos, saneamento e construção de vias litorâneas e, com menor ênfase, no domínio da gestão, patrimônio histórico e ambiental.

Figura 3.1 – Investimentos PRODETUR I e II nos estados nordestinos



Fonte: Observatório das Metrôpoles.

A espacialização do volume destes investimentos, embora esboçada conforme expectativas de cada um dos governantes considerados, segue um padrão: a) de reforço do Nordeste como destinação turística litorânea, o intitulado turismo de sol e praia a delinear transformações substanciais na zona costeira nordestina. Deste fato não é de estranhar direcionamento das intervenções quase exclusivamente (exceto Chapada da Diamantina na Bahia) aos municípios litorâneos; b) de ressignificação das cidades-sede nordestinas como ponto de recepção e distribuição dos fluxos turísticos na zona costeira.

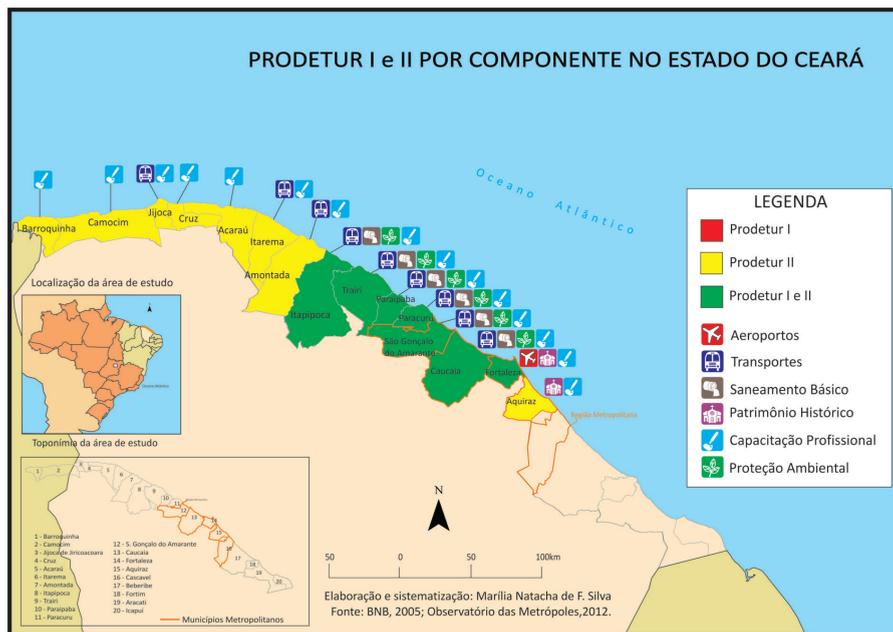
No padrão clássico da política turística empreendida no Nordeste, o objetivo central foi o da atração de empreendimentos (hoteleiros e *resorts*) e o da captação de fluxos turísticos internacionais. Neste sentido, as cidades-sede e as zonas de praia dos municípios litorâneos desempenham papéis diferenciados. Enquanto as primeiras se espe-

cializam no receptivo, constituindo-se em lócus de concentração dos aeroportos (exceto Rio Grande do Norte, com dinâmica metropolitana) e dos hotéis, as segundas se alimentam dos fluxos de turistas e do estabelecimento de *resorts*.

Culmina assim na efetivação de lógica de modernização contemporânea e baseada em dinâmica que não se explica fora da articulação dos aeroportos com as vias litorâneas. A dimensão continental do país, somada à localização da região em seu extremo NE, explicam dependência dos fluxos turísticos ao transporte aéreo. Dantas et al. (2006) lidam com esta especificidade ao analisar a importância deste meio de transporte tanto no turismo nacional como no internacional, justificando o peso que os voos charters, os de caráter eminentemente turístico, adquirem.

Desta dinâmica é apontado gênero de urbanização a acompanhar paralelamente a zona costeira, representando uma densificação maior de investimentos nos ares metropolitanos (somatório do PRODETUR I e II) e o espalhamento das intervenções em número maior de municípios litorâneos (PRODETUR II) (Figura 3.2). Mencionada difusão de intervenção acaba reforçando o peso do metropolitano na região, à medida que se aponta priorização da metrópole e da sua região metropolitana nas áreas de intervenção. Desse modo, o consolidado além destes domínios se explicaria como adoção de estratégia a contemplar: políticas de constituição de novos núcleos turísticos no próprio estado, como na Bahia nos casos de Ilhéus e Porto Seguro; política de criação de destinações turísticas em escala regional, a exemplo do acordado entre Ceará, Piauí e Maranhão nos termos do projeto CEPIMA (BANDEIRA, 2013); demandas crescentes das municipalidades litorâneas ávidas por participar do fato turístico e, provavelmente, representativas da dinâmica notada na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte.

Figura 3.2 – Espacialização dos investimentos do PRODETUR I e II nos municípios litorâneos do Ceará



Fonte: Observatório das Metrôpoles

À tônica litorânea se adiciona a metropolitana, que justifica, de certa maneira, composição de alianças políticas a contar com representantes de uma elite econômica urbana. Nos estados analisados esta construção se dá de forma diferenciada e possível de vislumbrar em dois casos extremos. O primeiro no Ceará, com uma elite econômica de raízes urbanas que assume o governo e consegue projetar, com facilidade e pioneirismo, uma política ousada de desenvolvimento da atividade turística (PRODETURIS) e que será a base para seu PRODETUR I. O segundo no Rio Grande do Norte, com a manutenção da elite agrária à frente do governo e a justificar como este estado foi pioneiro no delineamento do agronegócio. Como se percebe, o novo é que embora cada uma destas elites ficasse à frente de seus governos, isto não inviabilizou articulação com outras elites econômicas. Portanto, mesmo no caso dos potiguares, as elites de base agrária souberam dialogar com as elites urbanas e construir, também, um projeto de modernização pautado no advento do turismo.

Reflexo da importância adquirida pelo turismo nos últimos de-

cênios, sem esquecer de remeter a outras atividades, não resta dúvida, parafraseando Brunel (2011), que de “região-ruína” o Nordeste se transformou em “uma nova Califórnia”. Para a autora,

A geografia da região foi modificada. O Nordeste descobriu seu litoral e ele fascina o mundo. Não somente Salvador é o terceiro ponto mais visitado do país, depois do Rio de Janeiro e das Cataratas do Iguaçu, mas o litoral nordestino se insere atualmente na mundialização como um dos lugares que é preciso conhecer!

É evidente o êxito das políticas públicas, entretanto não significa dizer que o objetivado tenha se consolidado como propalado. Da visão empreendida pelos governantes, algumas variáveis novas foram assimiladas. Os programas de desenvolvimento do turismo tinham como diretiva maior a atração de fluxos turísticos internacionais e de empreendimentos clássicos (hotéis e *resorts*).

3.3.2 O inesperado

No domínio dos fluxos internacionais, os governantes foram surpreendidos pela importância que o turismo nacional adquiriu na região. Ele hoje representa o forte do contingente envolvido, validando os investimentos ali realizados. Da busca pelo internacional se descobre a pujança do nacional, tanto com fluxos provenientes de outras regiões e estados brasileiros como com os de caráter eminentemente regional (DANTAS, 2000).

No domínio da busca por empreendimentos clássicos, nota-se crescimento do setor hoteleiro com implementação, na região e principalmente nas metrópoles, de cadeias de hotéis nacionais e internacionais, bem como número não negligenciável de *resorts* nas zonas de praia dos municípios litorâneos, com ênfase maior nas regiões metropolitanas e menor nos demais municípios da zona costeira. Esta proliferação de empreendimentos foi marcante no fortalecimento do receptivo na região. No entanto, outros usuários invisibilizados nos programas de desenvolvimento acabam se impondo. Neste caso, Boyer (2008) remete à massa crescente de vilegiaturistas cujo intento se diferencia do turista e que justificou a retomada da prática da vilegiatura marítima em escala mundial e a viabilizar articulação de empreendedores imobiliários do país com investidores internacionais.

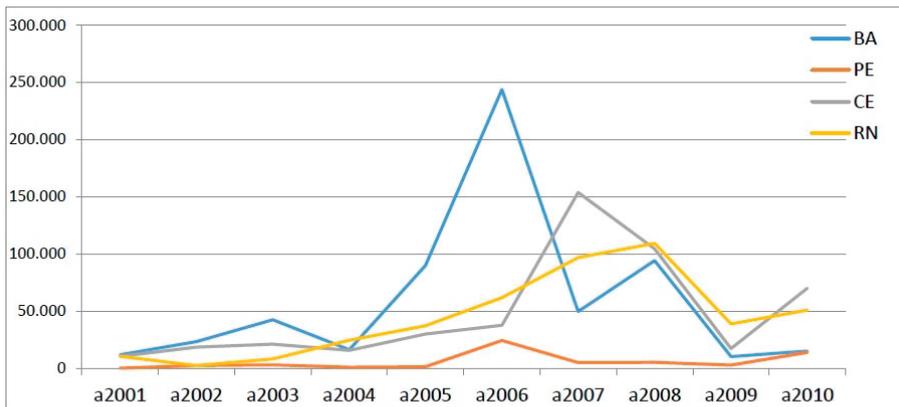
A essência do vilegiaturista repousa em seu intento de se fixar

em um dado local. Para ele a viagem é um meio que justifica um fim: o usufruir durante determinado período do ano de uma ambiência escolhida previamente e para a qual retorna com certa frequência. É a partir deste usufruto que a posse ou possibilidade de acesso (por amizade, aluguel, etc.) a uma segunda residência se impõe.

Da lógica clássica da vilegiatura, a envolver escala local, percebe-se, com a saturação dos espaços disponíveis à vilegiatura marítima nos países desenvolvidos, a descoberta das paragens do Nordeste por estrangeiros, com conseqüente apontamento a possibilidades de consolidação de novos negócios no domínio do imobiliário.

Silva (2010) dá ideia aproximada do volume de entrada de investimento estrangeiro relacionado ao imobiliário-turístico na Bahia (BA), no Ceará (CE), em Pernambuco (PE) e no Rio Grande do Norte (RN) (Gráfico 3.1). Tais investimentos se pautam, por força da lei, em parcerias entre investidores internacionais e empreendedores locais, que *grosso modo* dispõem da propriedade da terra.

Gráfico 3.1 – Investimentos estrangeiros diretos na BA, CE, RN e PE (200 a 2010) associados ao imobiliário turístico (mil U\$)



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Bahia	11.797	23.311	42.284	16.147	89.964	243.743	49.699	94.111	10.145	15.021	596.222
Ceará	10.356	18.481	20.960	15.588	29.822	37.619	153.800	104.407	17.124	69.953	478.110
Rio Grande do Norte	10.355	2.214	8.153	24.477	37.188	61.683	96.718	109.311	38.745	50.755	439.599
Pernambuco	-	2.350	2.849	959	1.252	24.323	4.798	5.050	2.772	13.846	58.199
Total	32.508	46.356	74.246	57.171	158.226	367.368	305.015	312.879	68.786	149.575	1.572.130

Fonte: Observatório das Metrôpoles - Projeto Imobiliário-turístico, 2011.

Organização e elaboração: Observatório das Metrôpoles - Núcleo RMNatal

Como mostrado no Gráfico 3.1, especificamente na tabela em sua base, o montante de investimentos estrangeiros de 2001 a 2010 chega a 1.572.130 mil US\$, algo sem precedentes na história da região. Os volumes envolvidos representam: a) crescimento constante de 2001 a 2008, saindo da casa dos 30 milhões de dólares à casa dos 150 milhões de dólares em cinco anos (2001 a 2005) e a atingir cifras recordes, na casa dos 300 milhões de dólares, nos três anos seguintes (2006-2008); b) arrefecimento dos investimentos quando da crise financeira de 2008, recuando a 68.786 mil US\$ em 2009 e com retomada em 2010 para 158.226 mil US\$, com valores próximos ao investido no ano de 2003 (74.246 mil US\$) e 2005 (158.226 mil US\$).

Cabe ressaltar que a chegada de novos usuários, vilegiaturistas alóctones internacionais, não foi pensada pelos gestores públicos. Neste prisma, o viés clássico da política turística acabou por obscurecê-los. Então, os empreendedores locais foram associados a internacionais (principalmente portugueses, italianos e espanhóis), que vislumbraram a virtualidade econômica do fenômeno. Eles buscaram, mediante esta associação, se inserir em fatia do mercado internacional ávido por espaços de vilegiatura.

São estes empreendedores que diversificam o cenário das opções econômicas nos estados nordestinos, notadamente no domínio imobiliário. Para tanto dispõem de alguns trunfos, como o acesso à terra com infraestrutura urbana e recursos financeiros necessários à implementação inicial de novos empreendimentos. No mais, são estes atores, a ocuparem a cena política, os responsáveis pela sensibilização dos governos nordestinos no concernente à participação nas feiras internacionais do setor.

A meta destes empreendedores era a da constituição, no país, de uma vilegiatura marítima internacional a ser alimentada, em tese, por fluxo de usuários provenientes, em especial, de Portugal, Espanha e Itália. O *boom* do imobiliário internacional ecoa nos trópicos, associado a empreendimentos que lidam, concomitantemente, com a dinâmica turística e da vilegiatura. Trata-se dos complexos turísticos residenciais, cuja matriz contempla um núcleo hoteleiro circundado por conjunto de segundas residências, disponibilizadas aos vilegiaturistas internacionais.

O que na teoria é diferenciado (turismo e vilegiatura), na prática destes empreendedores se complementaria. De um lado, ao se utili-

zarem das segundas residências, principalmente na alta estação, para aumentar o número de leitos disponíveis no complexo. De outro lado, ao se apresentar possibilidade de inclusão das segundas residências no *pool* hoteleiro, auferir uma renda ao vilegiaturista. É este ponto de partida que conduz colegas espanhóis a direcionarem análise ao que intitulam de turismo residencial (ANDREU, 2005; ALEDO, 2008; NIEVES, 2008; DEMAJOROVIC et al., 2011; FERNÁNDEZ MUNOZ; TIMON, 2011; TORRES BERNIER, 2013).

Mais uma vez a elite local foi seduzida pelo modelo ocidental, disponibilizando no Nordeste, e em parceria com seus pares internacionais, um novo produto e a replicar em seu conceito os campos de golfe.

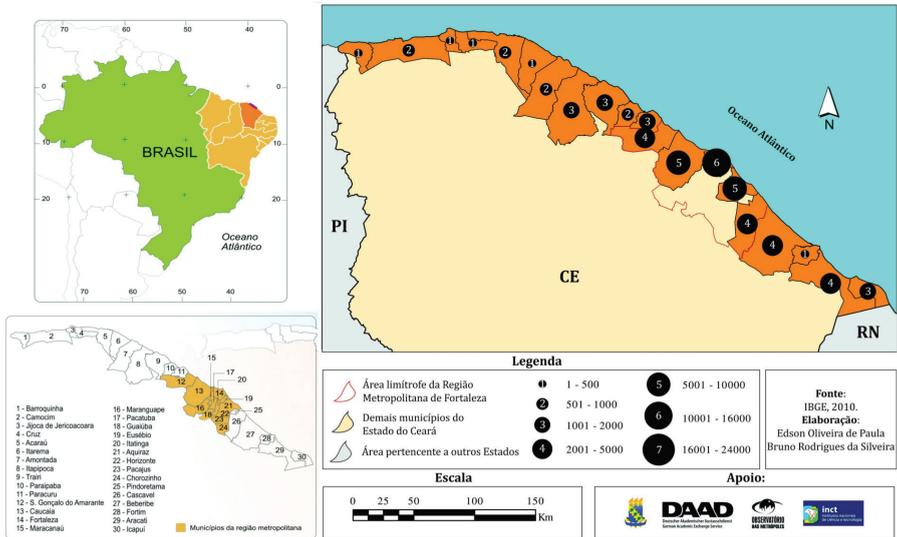
Contudo, com a crise internacional os intentos iniciais são revisitados. O consumidor almejado (vilegiaturista internacional), assim como o volume de investimentos, rareiam. Em contrapartida, após 2009, os empreendedores imobiliários alteram sua política de *marketing*, direcionando-a ao mercado nacional, e redimensionam, em tamanho, os projetos a lançar. Mais uma vez, e seguindo o ocorrido no turismo, a base responsável pela geração de fluxos capazes de evitar uma crise no setor, a exemplo do ocorrido na Europa e Estados Unidos, foi a clientela local: nacional, regional, bem como segmento importante das próprias cidades-sede.

É nestes termos que o quadro característico de ocupação dos espaços litorâneos no Nordeste se modifica. Inicialmente com a chegada de vilegiaturistas alóctones a usufruírem das praias nordestinas. Este segmento, proveniente do país e em menor número do estrangeiro, inova e diversifica dinâmica de ocupação dos espaços litorâneos. Inova ao ser demandador de infraestrutura, imprescindível no seu estabelecimento e não apresentada (reflexo da sua precariedade) nos primórdios da vilegiatura marítima. Diversifica por encampar em suas áreas de estabelecimento parcela de espaços mais amplos do que os atualmente valorados pela elite local e classe média. Eles se estabelecem tanto nas cidades-sede, privilegiadas pelos segmentos mais abastados como lócus de moradia permanente, como nas praias dos demais municípios litorâneos. O que conta para este segmento é a ambiência marítima característica, também, das cidades-sede.

Com a diversificação de tal dinâmica cai por terra a tendência de esvaziamento das cidades-sede pela vilegiatura. O exemplo

maior seria o de Natal, que no censo de 2010 atinge, em números absolutos, contingente de segunda residência superior ao notado nos dois censos anteriores, suplantando assim Nísia Floresta. Neste sentido, se adequa ao comportamento presente, desde o censo de 1980, nas cidades de Salvador e Fortaleza. A única exceção à regra se dá em Pernambuco, dispondo Itamaracá de contingente superior a Recife (Figura 3.3).

Figura 3.3 - Distribuição das residências secundárias nos municípios litorâneos do Ceará



Fonte: Observatório das Metrôpoles.

As variáveis tratadas até o momento modificam, sobremaneira, a paisagem litorânea das cidades nordestinas. Explicam tônica de modernização que pode ser vislumbrada em qualquer uma das suas metrôpoles e regiões metropolitanas. Trataremos agora do ocorrido em Fortaleza.

3.4 Região Metropolitana de Fortaleza: *fronts* de modernização associados ao imobiliário e ao turístico

Das dinâmicas de modernização existentes na Região Metropolitana de Fortaleza chama atenção o *front* representativo do atendimento por demandas de lazer, em seu sentido amplo.

Demandas crescentes por espaços de lazer incorporam as zonas de praia da cidade, atingem os municípios litorâneos vizinhos e fundamentam emergência, no pós-anos 2000, de dois *fronts* de modernização: um derivado na metrópole e outro derivado da metrópole e em direção ao litoral oeste e leste da região metropolitana.

3.4.1 *Front* de modernização derivado na metrópole

Ávidos por ocupar as zonas de praia na metrópole, percebem-se duas demandas a envolver escalas diferenciadas. Primeiro, a do lugar que faz valer as zonas de praia como lócus de habitação permanente. Segundo, a nacional e internacional, por ordem de importância, a retomar para si prática fundada pela elite local, a vilegiatura marítima. A chegada destes dois gêneros de usuários diversifica o mercado de terra nos bairros litorâneos, principalmente a leste da cidade. Ao morar permanente e ocasional (segunda residência alóctone) acrescenta-se também a esta zona o grosso dos empreendimentos hoteleiros (destaque dado, em ordem de importância, a Meireles e Praia de Iracema) (HOLANDA, 2008). Nestes termos, não é de estranhar a relevância assumida pela segunda residência na metrópole, sendo a única a atingir frequência 6 no estado (Figura 3.3), seguida de Caucaia e Aquiraz, ambos na frequência 5. No entanto, em face das dimensões da referida prática diante da força do morar permanente, a vilegiatura é diluída no tecido urbano, tornando-se difícil sua apreensão na paisagem. Ter-se-ia, então, conjunto de usuários presentes na metrópole e com nível de visibilidade maior e menor. Neste prisma, os que habitam na cidade (dispõem de primeira residência) são os mais visibilizados na paisagem pelos empreendimentos e serviços a eles disponibilizados. Diferentemente os vilegiaturistas constituem grupo menor e comumente são confundidos com turistas.

Os primeiros usuários podem ser caracterizados pela tipologia sócio-ocupacional desenvolvida no Observatório das Metrôpoles, os bairros de Meireles (extensão Praia de Iracema), do Mucuripe/Varjota

e da Praia do Futuro (extensão Dunas) compõem a tipologia superior, com forte concentração, em 2010, das categorias sócio-ocupacionais dos: i) dirigentes: grandes empregadores (Cat. 21), dirigentes do setor público (Cat. 22), dirigentes do setor privado (Cat. 23), profissionais autônomos de nível superior (Cat. 41); ii) intelectuais: profissionais empregados de nível superior (Cat. 42), profissionais estatutários de nível superior (Cat. 43), professores de nível superior (Cat. 44); iii) pequenos empregadores (Cat. 31).

Os segundos usuários, os vilegiaturistas, somente são apreendidos com um refinamento do olhar. Como observado, os dados do IBGE (2010) apenas permitem localizá-los, sendo sua caracterização uma arte difícil e realizada por poucos. Soares Júnior (2010) foi um destes estudiosos que, antes mesmo do lançamento dos dados do IBGE (Figura 3.4), já dispunha de análise a indicar os bairros litorâneos a leste da cidade (com maior força Meireles, com extensão para a Praia de Iracema, Mucuripe e Praia do Futuro) como lócus de estabelecimento dos vilegiaturistas alóctones (de outros estados e estrangeiros).

Do gênero de usuário a ocupar esta parcela do litoral, se intui tratar-se, no domínio do imobiliário, da zona na qual os preços dos lotes são os mais elevados, justificando processo intenso de verticalização e pressão crescente em áreas menos densas e desocupadas, como nos bairros Praia do Futuro e Dunas. No entanto, algumas exceções se apresentam à regra marcante do setor leste da cidade. Nos referimos a áreas associadas a dinâmicas pretéritas, especificamente as práticas marítimas tradicionais, portuária e pesca artesanal. No primeiro caso contribui na caracterização diferenciada do Cais do Porto e, por extensão, do Vicente Pinzón. No segundo caso, a garantir existência de enclave no Mucuripe, com a permanência de antigo Porto de Jangada.

O setor oeste da cidade se insere em lógica diferenciada, ainda prisioneira à dinâmica característica do seu passado. Lá abundam, em 2010, entes advindos da tipologia popular operário, mesmo após a realocação da maioria das indústrias ali existentes, a saber: i) trabalhadores do secundário: trabalhadores da indústria tradicional (Cat. 72); ii) trabalhadores do terciário especializado: trabalhadores do comércio (Cat. 61); iii) prestadores de serviços especializados (Cat. 62); iv) ocupações médias: ocupações de escritório (Cat. 51).

A zona de praia deste setor da cidade foi reurbanizada, em projeto de construção de extenso calçadão a ser apropriado pelas popula-

ções do entorno e que explicam a manutenção do caráter popular das praias existentes. Mas a paisagem característica guarda ainda, mesmo com alguns empreendimentos imobiliários recentemente inaugurados, a monotonia dos imóveis horizontais e de baixo valor no mercado de terra.

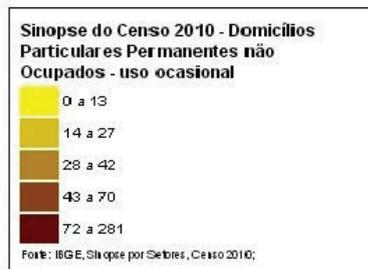
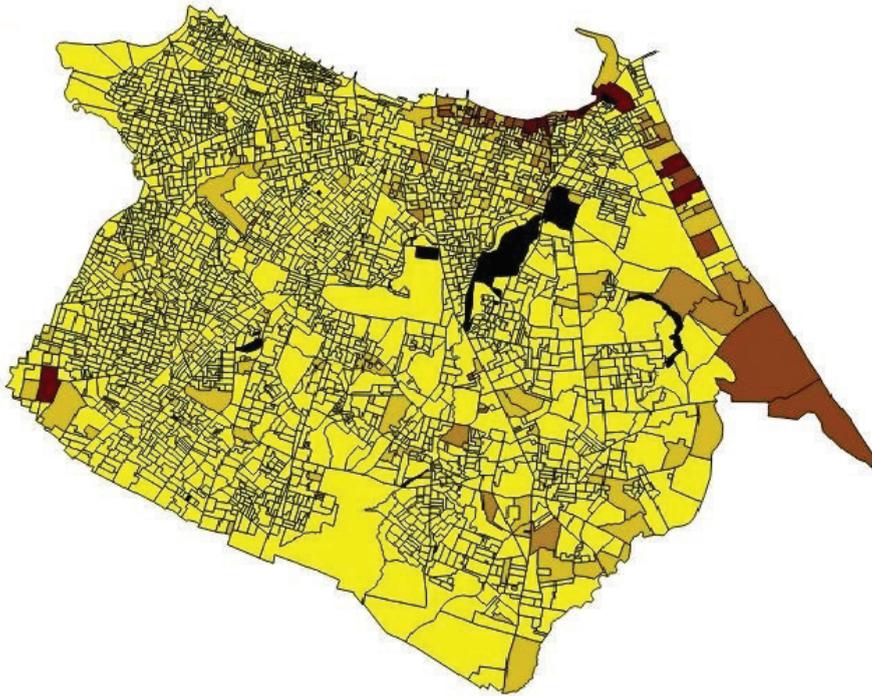
3.4.2 *Front de modernização derivado da metrópole*

A urbanização intensa (saturação de dadas áreas) somada aos preços elevados dos terrenos, animam, além do reforço da vilegiatura fora da metrópole, a inauguração do advento da substituição da segunda residência pela primeira residência e o estabelecimento de empreendimentos turísticos clássicos (*resorts*), bem como de novos produtos a associarem turismo e vilegiatura (complexos turísticos residenciais).

O movimento de incorporação das zonas de praia dos municípios litorâneos pela vilegiatura, iniciado nos anos 1960-1970, foi reforçado com demanda crescente de usuários advindos das classes médias. Em um primeiro momento os funcionários do estado, seguidos por profissionais autônomos e, mais recentemente, por volume não negligenciável de estrangeiros. Todos estes são responsáveis pelo reforço do papel da vilegiatura nas zonas de praia e a se beneficiarem da infraestrutura urbana construída pelo estado.

Eles se distribuem na totalidade da zona costeira do Ceará, sendo os municípios litorâneos metropolitanos aqueles a comporem a listagem dos de maiores frequências: Fortaleza, seguida de Caucaia e Aquiraz, e, por último, São Gonçalo do Amarante e Cascavel. Quanto mais próximo da metrópole, a oeste ou leste, e em termos absolutos, maior a frequência, dado a justificar caracterização da vilegiatura marítima no Ceará como predominantemente metropolitana.

Figura 3.4 – Sinopse do Censo 2010 - Domicílios particulares permanentes não ocupados - uso ocasional



Falar, em termos absolutos, do peso da vilegiatura na região metropolitana não necessariamente significa caracterizá-la, e os municípios que a compõem, de região eminentemente vilegiaturista. A relativização deste dado, considerando como contraponto o morar permanente, esboça um quadro diferenciado de ocupação reinante a leste e oeste da região metropolitana.

De modo geral, a substituição da segunda residência pela pri-

meira residência, em especial nos municípios vizinhos da metrópole, muda dinâmica característica destas antigas áreas de vilegiatura. *Grosso modo*, a tônica presente a oeste se associa mais à dinâmica clássica, de aquisição de uma segunda residência (individual ou em condomínio). Já a da leste é mais diversificada, recebendo, nos últimos anos, volume maior de investimentos a associarem a demanda turística à da vilegiatura (complexos turísticos residenciais).

Mencionados complexos se concentram, sobremaneira, na região metropolitana (SILVA, 2013), exceto um em Fortim. Aquiraz recebe, sozinho, 50% dos empreendimentos citados, enquanto os outros dois se localizam em Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Este gênero de especialização é reforçado com caracterização de Aquiraz, nos termos apresentados por Tulik (2001), como de forte representatividade da segunda residência.

Reflexo desta forte representatividade de Aquiraz culminou em inserção da parcela marítima do seu território em tipologia socioespacial diferenciada da trabalhada por Pequeno (2009). Em 2010, sai da tipologia média e se insere na operária rural, cuja composição maior de residentes é de: i) trabalhadores do secundário: trabalhadores da indústria tradicional (Cat. 72), trabalhadores dos serviços auxiliares (Cat. 73) e trabalhadores da construção civil (Cat. 74); ii) trabalhadores do terciário especializado: trabalhadores do comércio (Cat. 61) e prestadores de serviços especializados (Cat. 62).

Caucaia, diferentemente de Aquiraz, vê proliferar em seu território contingente cada vez mais importante de primeiras residências, tanto em função dos preços menores da terra, inferiores aos praticados na capital e em Aquiraz, como ao incremento do mercado com o Programa Minha Casa Minha Vida (SILVEIRA, 2011). Constitui-se, nestes termos, como de nível fraco, logo após a capital, indicada como incipiente.

Neste sentido, Caucaia permanece na tipologia média, com frequência maior de residentes de: i) trabalhadores do terciário especializado: trabalhadores do comércio (Cat. 61) e prestadores de serviços especializados (Cat. 62); ii) ocupações médias: ocupações de escritório (Cat. 51).

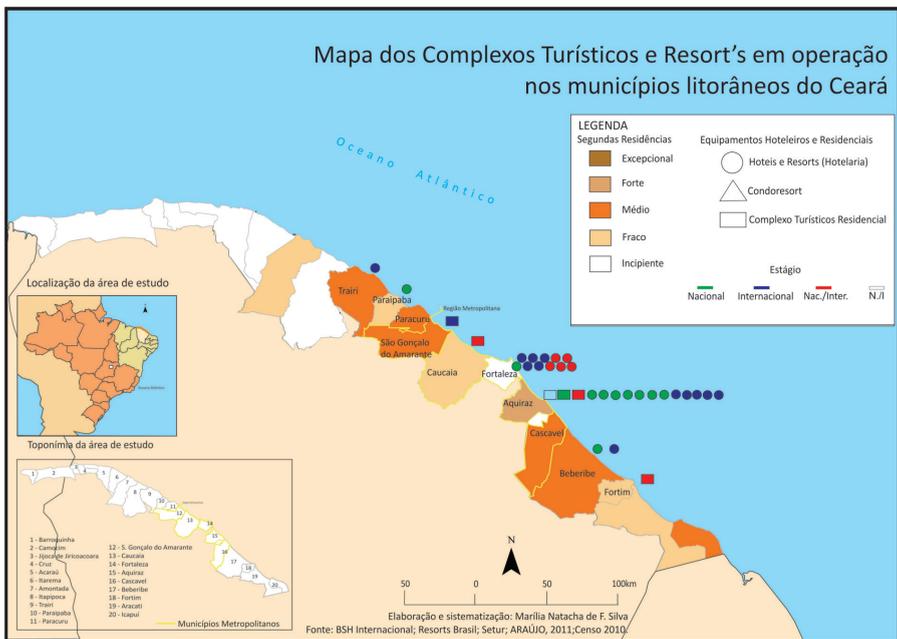
Os demais municípios metropolitanos são de importância média, inscritos na tipologia agrícola.

Paradoxalmente, a zona para onde converge o maior volume de investimentos públicos, especificamente do PRDETUR (I e II), não é

aquela que capta maior volume de investimentos privados. Caucaia e São Gonçalo do Amarante mingam no referente à implantação de empreendimentos turísticos clássicos (especificamente *resorts*) e de novos empreendimentos (complexos turísticos residenciais). Estes espaços ainda continuam à mercê de lógicas clássicas e, no caso de Caucaia, a ter uso da zona de praia fortemente redimensionado com a chegada daqueles que anseiam morar permanentemente de frente para o mar.

Aquiraz também passa por processo de incorporação do morar permanente mas associado a segmentos mais abastados e em volumes menores do que o notado em Caucaia. Nestes termos, o município se fortalece como o mais dinâmico no tocante à captação de empreendimentos turísticos clássicos (*resorts*) e de complexos turísticos residências (Figura 3.5).

Figura 3.5 – Complexos turísticos e resorts em operação nos municípios litorâneos do Ceará



Fonte: Observatório das Metrôpoles

Aquiraz e Caucaia, em ordem de importância, constituem casos de sucesso no domínio do imobiliário turístico. A paisagem litorânea característica destes municípios muda radicalmente com a presença de

imóveis verticais, de no máximo quatro pisos. Guardadas as proporções, reproduzem dinâmica de verticalização anteriormente restrita à metrópole.

Nos demais municípios litorâneos da região metropolitana, São Gonçalo do Amarante (a oeste) e Cascavel (a leste), a dinâmica do imobiliário turístico e do morar permanentemente na praia não suscitam grandes transformações. A ocupação conserva a monotonia dos imóveis horizontais. Conseqüentemente a tipologia característica desta área é a agrária, e nem mesmo a transferência do porto para a região do Pecém, no primeiro município citado, foi capaz de impor grandes mudanças.

Em suma, remete-se à constituição da metrópole, que ao se projetar plenamente à zona costeira do estado, reforça seus vínculos de dominação, principalmente com as zonas de praia dos municípios que compõem a região metropolitana. Nesta dinâmica, demandas por espaços de lazer e turísticos transpõem as fronteiras de Fortaleza, e se materializam, fortemente, na sua região metropolitana. Aqui nos referimos à constituição da Grande Fortaleza, a se explicar na construção da sua imagem como cidade turística e em relação à qual os espaços litorâneos se apresentam como zonas prioritárias dos investimentos públicos e privados (locais, nacionais e internacionais).

3.5 Considerações finais

Enquanto a cidade litorânea de outrora perde força, a metrópole emergente passa a incorporar lenta e gradualmente as zonas de praia da região metropolitana à sua geografia. Não podemos compreender este fenômeno sem refletir a respeito da dinâmica contemporânea de valorização de espaços de lazer e turísticos.

Os usuários, amantes de praia, são a variável força de esboço de um mundo novo e pautado em múltiplas escalas. Dos que habitam a metrópole e, a partir dela, materializam seus desejos por uma segunda residência em outros municípios litorâneos (vilegiatura marítima autóctone). Daqueles em viagem, animados em conhecer as paragens marítimas do Ceará (turismo litorâneo). Dos confundidos com turistas, os vilegiaturistas, cujo anseio é o de fixar residência ocasional na praia e, inclusive, na metrópole (vilegiatura marítima alóctone). Para o penúltimo o estado investe em infraestrutura e políticas de atração. Para o último nada deste gênero foi pensado. Entretanto, eles também

se beneficiaram da infraestrutura turística, sendo o aumento do seu contingente (proveniente de outros estados do Brasil e do estrangeiro) alicerce à emergência de empreendimentos imobiliários imaginados na articulação entre empreendedores locais e internacionais.

De um ente não mais preso à sua corporeidade (circunscrita em sua fronteira municipal), a metrópole faz valer lógica de urbanização dispersa, cujas características marcantes são: a linearidade, ditada por dinâmica a acompanhar paralelamente a zona costeira, e com largura ínfima; a fragmentação, representativa de uma urbanização não contínua e, conseqüentemente, focada em algumas parcelas do território metropolitano; e a sazonalidade, reflexo de uso derivado de práticas a usufruírem das zonas de praia em períodos específicos do ano: a turística na alta estação e a da vilegiatura em período mais longo de tempo e a se instituir como ocasional e não permanente.

Uma urbanização linear, fragmentada e de caráter sazonal deixa marcas na paisagem litorânea, abarcando, no caso da região metropolitana, uma extensão aproximada de 120 km. Representa um processo cujas proporções se fazem sentir em problemática social e ambiental sem precedentes na história do estado. De racionalidade restrita à cidade-sede, o fenômeno de expulsão das populações tradicionais - antigos habitantes das praias, expulsos para áreas distantes dos portos de jangada (CAVALCANTE, 2012), do desmonte de dunas, aterro de rios e lagos - a culminar intensificação do processo erosivo na zona de praia e a ameaçar o patrimônio construído (MEIRELES, 2011; CARVALHO; MEIRELES, 2008) é generalizado.

Seria sustentável uma urbanização desta magnitude e conforme as características citadas? Como os gestores podem se colocar em face de tal demanda por espaços de lazer e turísticos? O custo social envolvido e o passivo ambiental em causa conduziram a Espanha a elaborar plano de desurbanização de parcela substancial das suas zonas de praia. Nestes termos, o espelhamento em relação ao modelo ocidental pode apontar possibilidades de desdobramentos futuros diante desta lógica de modernização, que, no caso do Brasil, ainda teima em “fazer tábua rasa da sociedade e da natureza”.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: Castro, Iná Elias et al. (org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997(a), p. 197-246.
- ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: Silva, J. B.; Costa, M. C. L.; Dantas, E. W. C. (orgs.), **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997(b), p. 27-52.
- ALEDO, A. De la tierra al suelo: la transformación del paisaje y el Turismo Residencial. **Arbor Ciencia, Pensamiento y Cultura**. CLXXXIV, enero-febrero, p. 99-113, 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.
- ANDREU, Hugo, G. Un acercamiento al concepto de Turismo Residencial. In: MAZÓN, T.; ALEDO, A. (ed.). **Turismo Residencial y cambio social**. Alicante: Universidad de Alicante, 2005.
- ARAGÃO, R. F.; DANTAS, E. W. C. Elaboração da imagem turística do Ceará. **Geosul**, v. 21, p. 45-62, 2006.
- ARAUJO, Enos Feitosa de. **As Políticas Públicas do Turismo e os Espaços Litorâneos na Região Metropolitana de Fortaleza**. 2012. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2012
- ASSIS, L. F. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 11, 12 e 13, 2003. p. 107-122.
- BANDEIRA, Luana Lima. **A Regionalização do Turismo nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão a partir do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística (PDSRT) do Meio-Norte**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.
- BARROS, N. C. C. **Por que as destinações turísticas no Nordeste do Brasil não declinam?** - uma apreciação geográfica. 1. ed. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2009. 132 p.
- BOYER, M. **L'invention du tourisme**. Paris: Gallimard, 1996.
- BOYER, Marc. **Les villégiatures du XVIe au XXIe siècle**. Caen : Éditions Management et Société, 2008.
- BRUNEL, Sylvie. **Géographie amoureuse du monde**. Paris: Éditions Jean Claude Lattès, 2011.
- CARVALHO, R. G., de; MEIRELES, A. J. A. Dinâmica ambiental como critério para o zonamento do litoral leste de Fortaleza/CE. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 14, p. 167-178, 2008.
- CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza,

regionalismo e representação. In: Castro, Iná Elias et al. (org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CAVALCANTE, Eider Olivindio de. **Modernização seletiva do litoral: conflitos, mudanças e permanências da localidade do Cumbuco (CE)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

CAZES, G. Les littoraux en proie au tourisme. **Hérodote**, n. 93. Paris: La Découverte, 1999.

CHARDON, J.-P. **L'avion dans les Antilles**. Bordeaux : CRET, 1987.

CLAVAL, P. Conclusion, in: PERON, Françoise; RIEUCAU, Jean (orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.

CLAVAL, P. **La fabrication du Brésil: une grande puissance en devenir**. Paris: Belin, 2004.

CLAVAL, Paul. **La géographie culturelle**. Paris: Nathan, 1995.

CLAVAL, Paul; SANGUIN, André-Louis (orgs.). **Métropolisation et politique**. Paris : Éditions L'Harmattan, 1997.

COLÁS, J. L.; CABRERIZO, J.A. M. Vivienda secundaria y residencia múltiple en España: uma aproximación sociodemográfica. **Scripta Nova**. Barcelona, vol. VIII, n. 178, diciembre de 2004. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-178.htm>> Acesso em: 27 set. 2004.

CORBIN, A. **História dos Tempos Livres**. Lisboa: Editorial Teorema, LDA, 2001.

CORBIN, Alain. **Le territoire du vide : l'Occident et le désir du rivage (1750-1840)**. Paris: Aubier, 1988.

CORMIER-SALEM, Marie-Christine. Maritimité et littoralité tropicales : la Casamance (Sénégal). In: Peron, Françoise et Rieucan, Jean (orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DANTAS, E. W. C. ; ARAGAO, R. F. ; LIMA, E. L. V. ; THERY, H. Nordeste Brasileiro Fragmentado: de uma região com bases naturais a uma de fundamentação econômica. In: SILVA, José Borzacchiello da. DANTAS, Eustogio W. C. ZANELLA, Elisa. MEIRELES, A. J. A.. (org.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Ied. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006(b), p. 23-44.

DANTAS, E. W. C. Cidades Litorâneas Marítimas Tropicais: construção da segunda metade do século XX, fato no século XXI. In: SILVA, J. B da; LIMA, LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Org.). **Panorama da Geografia Brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006(a), p. 79-89.

DANTAS, E. W. C. **Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará**. Mercator (UFC), Fortaleza, v. 1, p. 53-60, 2002.

DANTAS, E. W. C. La maritimité sous les Tropiques: les contributions d'une étude réalisée à Fortaleza (Ceará). **Confins** (Paris), v. 20, p. 1-15, 2014.

DANTAS, E. W. C. **Mar à Vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

DANTAS, E. W. C. Metropolização Turística em Região Monocultora Industrializada. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 12, p. 65-84, 2013.

DANTAS, E. W. C. O pescador na terra. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio W. C. (org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 1ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005, v. 1, p. 15-27.

DANTAS, E. W. C. Tropism, the tourism greatest myth. In: CRAVIDÃO, F.; FERNANDES, J. A. R.; VALENÇA, M. M. (org.). **Regional and Urban Developments in Portuguese-Speaking Countries**. New York: Nova Publishers, 2012, v. 1, p. 311-326.

DANTAS, E. W. C. **Fortaleza et le Ceará. Essai de géopolitique d'un pays de colonisation tardive**: de la colonisation à mutation touristique contemporaine. Tese de Doutorado. Université de Paris IV – Sorbonne, Paris, 2000.

DELUMEAU, J. **La Peur en Occident, XVIème - XVIIIème siècles**, Paris: Fayard, 1978.

DEMAJOROVIC, J. et. al. Complejos Turísticos Residenciales. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 20, p. 772-796, 2011.

DESSE, M.; SAFFACHE, P. **Les littoraux antillais**. Guyane: IBIS ROUGE EDITIONS, 2005.

DESSE, Michel. L'inégale maritimité des villes des départements d'outre-mer insulaires. In: PERON, Françoise; RIEUCAU, Jean (org.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.

DOMENACH, Jean-Marie. **La propagande politique**. Paris: PUF, 1979

EVANS, N. H. La dynamique du développement du tourisme à Puerto Vallarta. In : Kadt, E. (org.). **Le tourisme, passeport pour le développement**. Paris : Éd. Économica, 1979.

FERNÁNDEZ MUNOZ, Santiago; TIMON, D. A. B. El Desarrollo Turístico Inmobiliario de la España Mediterránea y Insular frente a sus Referentes Internacionales (Florida y Costa Azul). **Cuadernos de Turismo**, n. 27, p. 373-402, 2011.

FERREIRA, L. S. **Culturas de Ordenamento Territorial do Turismo nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE e Salvador-BA**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Univ. Federal do Ceará. Fortaleza: 2013.

FERREIRA, Larissa da Silva. **Culturas de Ordenamento Territorial do**

Turismo nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE e Salvador-BA. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2013.

GOMES, Paulo Cesar. **A condição urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HIERNAUX, D. La promoción inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano. **Scripta Nova.** Barcelona: Univ. de Barcelona, 2005, v. IX, n. 194(05). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-05.htm>>, acesso em 10 set. 2007.

HOLANDA, Ana Karina Cavalcante. **Setor Hoteleiro na Zona de Praia do Meireles - Fortaleza, Ceará,** Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

JAUZE, J.-M.; SAFFACHE, P. **Approche des littoraux Réunionnais et Martiniquais.** Réunion: Université de la Réunion, 2007.

KADT, E. (org.). **Le tourisme, passeport pour le développement.** Paris: Éd. Économica, 1979.

KALAORA, M. Variations Littorales. **Administration**, n.230, p.24-32, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**, vol I. Paris Editions Anthropos, 1961.

LEFEBVRE, Henri. **De l'État** - les contradictions de l'État moderne. Paris : Union Générale d'Éditions, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** Paris: Anthropos, 1986.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal:** por uma antropologia do Litoral do Nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

MEIRELES, Antônio Jeovah Andrade. Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locais. **Confins** (Paris), v. 11, p. 1-23, 2011.

MELLO, A. da S.; VOGEL, A. **Gente das areias.** Rio de Janeiro: EdUFF, 2004.

MIOSSEC, A. **Les littoraux: entre nature et aménagement.** Paris: Armand Colin, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

MOURÃO, F. A. A. Do centro histórico ao ponto de encontro. **Cadernos de Geografia Urbana**, n. 16. São Paulo: 1976

NIEVES, Raquel Huete. Tendencias del Turismo Residencial: el caso del mediterráneo Español. **El Periplo Sustentable**, n. 14, p. 65-87, 2008.

- NIJMAN, J. **Miami**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião** - SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PAULET, J.-P. **Les villes et la mer**. Paris: Elipses, 2007.
- PEQUENO, L. R. B. (org.). **Como Anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra capital, 2009.
- PEREIRA, A.Q. Urbanização e veraneio marítimo no Ceará. In: SILVA, J B. et al (orgs). **Litoral e sertão**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 307-316.
- PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A Urbanização Vai à Praia: viliégiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.
- PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, E. W. C. Veraneio marítimo na metrópole: o caso de Aquiraz, Ceará-Brasil. **Sociedade & natureza** (UFU. Online), v. 20, p. 1-12, 2008.
- PERON, F. De la Maritimité. In: PERON, Françoise; RIEUCAU, Jean (orgs) **La maritimité : aujourd'hui**. Paris: Éditions Harmattan, 1996.
- POUTET, Hervé. **Images touristiques de l'Espagne: de la propagande politique à la promotion touristique**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1995.
- RIBEIRO, L. C. Q. Cidade, Nação e Mercado. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo S. (org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Comp. das Letras, 2001. p. 132-161.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. Investimentos estrangeiros no Nordeste e o imobiliário-turístico. In: DANTAS, E. W. C. (org.); FERREIRA, A. L. (org.); LIVRAMENTO, M. C. (org.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- SILVA, J. B. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: SILVA, J. B. da; DANTAS, E. W. C. et al. (org.). **Litoral e Sertão**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 45-55.
- SILVA, J. B. Região Metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, J. B.; CAVALCANTI, T. C.; DANTAS, E. W. C.. (org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 35-55.
- SILVA, Marília Natacha de Freitas. **O Imobiliário-Turístico no Nordeste Brasileiro: o turismo residencial e a macroubanização turística a partir da expansão e expressão dos Resorts no Litoral**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2013.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Melo; CARVALHO, Silvana Sá. Vende-se uma região. **Revista Desenharia**. Salvador, v. 8 n. 14, março 2011. P. 99-114.
- SILVEIRA, Bruno Rodrigues da. **O Morar Permanente na Praia: moradia e viliégiatura na localidade praiana do Icaraiá-CE**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará

SOARES JÚNIOR, Antônio Tadeu Pinto. **Residência Secundária na Capital**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

SOUSA, A. N. de. **Orla oceânica de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2011.

TORRES BERNIER, E. El Turismo Residenciado y sus Efectos em los Destinos Turísticos. **Estudios Turísticos**, p. 45-70, 2013.

TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.

URBAIN, J.-D. **Sur la plage**. Paris: Éditions Payot, 1996.

VASCONCELOS, Pedro. Os Agentes modeladores das cidades brasileiras do período colonial. In: CASTRO, I; GOMES, P; CORREA, R. (org.). **Explorações Geográficas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997. p. 247-278.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Principes de géographie humaine**. Paris: Éditions UTZ, 1995.

WENDEL, Henrique, Mercado imobiliário e mercantilização da natureza em Salvador e Região Metropolitana. **Mercator**, v.10, n. 21, 2011. p. 63-80.

A dinâmica demográfica da Região Metropolitana de Fortaleza no início do século XXI

Denise Cristina Bomtempo

Resumo: Fazer a leitura do território no período atual é uma tarefa bastante desafiadora, já que novas dinâmicas econômicas estão presentes, e como resultado, diferentes configurações territoriais e populacionais são geradas. As dinâmicas territoriais inerentes à Região Metropolitana de Fortaleza, resultam da elaboração de políticas públicas que contribuíram, entre outras, para a dispersão das atividades econômicas, para o surgimento de dinâmicas demográficas, tanto do ponto de vista do perfil populacional, como dos movimentos que configuram tal escala espacial. Este capítulo apresenta o perfil populacional da RMF no tangente aos aspectos demográficos e migratórios nesta primeira década do século do XXI. Para tanto, com base em referencial teórico, analisaram-se dados e informações dos Censos Demográficos do IBGE (2000 e 2010), e outras instituições como IPECE e MTE, o que permitiu compreender as nuances da transição demográfica da RMF, inserida na rede urbana brasileira.

Palavras-chave: região metropolitana de Fortaleza; população; território, mobilidade e migração.

Abstract: To interpret the reading of the territory in the present, it is a very challenging task, since new economic dynamics are present, and as a result, different territorial and population settings are created. The territorial dynamics inherent in Fortaleza Metropolitan Region result from the development of public policies that, among others, provide the dispersion of economic activities, the emergence of population dynamics, from the point of view of the population profile, such as the movement that sets up such spatial scale. This chapter presents the profile of the population of the RMF in relation to the demographic and migratory aspects in the first twenty-first century decade. Therefore, based on theoretical reference, data were analyzed and information from IBGE Demographic Census (2000 and 2010), and other institutions as IPECE and MTE, which allows us to understand the nuances of the demographic transition of the RMF, part of the Brazilian urban network

Keywords: Fortaleza metropolitan area; population; territory, mobility and migration.

4.1 Introdução

No Nordeste do Brasil, escala na qual se inclui o estado do Ceará e, portanto, a Região Metropolitana de Fortaleza - RMF, o perfil populacional, bem como as mobilidades e migrações são advindas de fatores econômicos, muitas vezes atrelados aos problemas das constantes secas, atribuídas às áreas do semi-árido nordestino.

As migrações ocasionadas pela seca no Ceará já foram retratadas na literatura, haja vista os trabalhos de Rachel de Queirós (O quinze, 1930) e A fome e a violação, de Rodolpho Teóphilo (1890) - entre outros; na pintura, no cinema e, em inúmeros trabalhos acadêmicos.

No Ceará, de acordo com Costa (1999), “[...] o fenômeno da urbanização foi marcado inicialmente pela natureza, ou seja, pelos longos períodos de estiagem que caracterizam o semi-árido nordestino. A seca desestrutura o espaço rural, provando a migração (p. 100)”.

Ainda de acordo com a autora, a primeira seca registrada no Estado data de 1602, mas aquela que acometeu um número maior de vítimas foi chamada de “seca dos dois setes”, que ocorreu no período de 1877 a 1879. Sucessivamente, as demais secas registradas em fins do século XIX e ao longo do século XX, foram respectivamente aquelas que dos anos de: 1888; 1900; 1915; 1958; 1979 - 1983; 1993 e 1998.

Enquanto resultado dos períodos de estiagem, ao longo do processo de ocupação do território cearense, sucessivos movimentos migratórios foram registrados, sobretudo em direção à capital do Estado, Fortaleza. Sua área periférica era ocupada pela população que migrava e convivia cotidianamente com inúmeras epidemias e por consequência mortalidades.

Atualmente, a seca ainda se faz presente no estado do Ceará, contudo devido à elaboração e efetivação de políticas públicas com vistas à eximi-la, além da construção de fixos, como açudes; perímetros; canais de irrigação e cisternas para armazenamento de água, em comparação a outros períodos, não são registrados intensos fluxos migratórios de municípios que se encontram nas áreas semi-áridas do Estado, para a capital Fortaleza, como ocorreu de maneira intensa ao longo do século XX.

Para compreender essa nova conjuntura populacional do estado do Ceará, é preciso considerar, entre outros, os projetos de modernização do estado, em vigor desde a década de 1970, na qual apresenta materializado seus resultados na década de 1980, 1990 e nas primeiras décadas do século XXI, como afirmou Pereira Júnior (2012).

O projeto de modernização do estado do Ceará tinha como foco a dinamização das atividades econômicas vinculadas ao turismo, ao agronegócio e à indústria. Além disso, de acordo com Pequeno (2014), do ponto de vista estratégico, o projeto de modernização cearense apresentava enquanto prerrogativa, estruturar uma rede urbana na qual considerasse as cidades que desempenham funções de intermediação, portanto, que determinam centralidades. Desse modo, seria possível “contrapor ao crescimento macrocefálico, tendo a capital Fortaleza como ponto de convergência dos vários fluxos provenientes das diversas regiões em que o Ceará se subdivide” (p. 2).

Todavia, ainda consoante ao autor,

[...] as análises referentes às estratégias de desenvolvimento adotadas indicam o acirramento das desigualdades socioespaciais nas diferentes escalas do Estado. Na dimensão regional, a concentração de investimentos em determinadas micro-regiões derivaram numa maior amplitude das disparidades inter-regionais. No intra-urbano, as cidades que assumiram a função de organizar os espaços produtivos sob sua influência passaram a conviver no curto prazo com os problemas decorrentes da urbanização desenfreada, atraindo contingentes populacionais oriundos do meio rural e mesmo de outras cidades menos dinâmicas, os quais passam a ocupar de forma predatória os espaços periféricos e as faixas de preservação permanente. Disto observa-se que apesar das políticas públicas implementadas desde as últimas décadas, os problemas urbanos presentes nas cidades cearenses tem crescido num ritmo mais acelerado que os investimentos em infraestrutura (PEQUENO, 2014, p. 2).

Ao considerar a distribuição da população cearense de acordo com as mesorregiões geográficas do IBGE (Tabela 4.1, Figura 4.1), podemos afirmar que, apesar do crescimento absoluto envolver todas as mesorregiões nesta primeira década do século XXI, a região

metropolitana de Fortaleza se destaca ao concentrar cerca de 40% da população total do Ceará nos dois censos considerados.

Tabela 4.1 – Ceará: população total, segundo mesorregiões, 2000 e 2010.

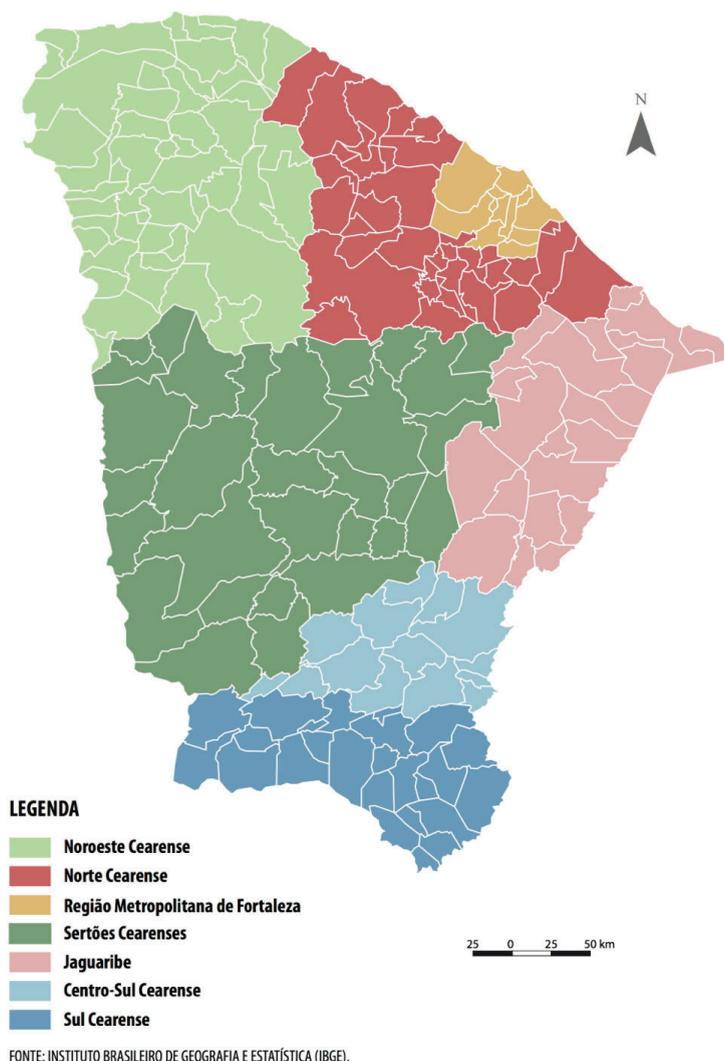
Mesorregião	Total 2000	% Relativo CE	Total 2010	% Relativo CE
Centro-Sul	357.360	4,8%	376.239	4,5%
Jaguaribe	484.830	6,5%	528.274	6,3%
Metropolitana de Fortaleza	2.930.374	39,4%	3.468.137	41,0%
Noroeste Cearense	1.178.307	15,9%	1.326.771	15,7%
Norte Cearense	876.403	11,8%	1.006.582	11,9%
Sertões Cearenses	814.125	11,0%	869.778	10,3%
Sul Cearense	789.262	10,6%	876.600	10,4%
TOTAL ESTADO	7.430.661	100,0%	8.452.381	100,0%

Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

Seguida pela RMF, a mesorregião noroeste do Ceará, destaca-se por concentrar 16% da população total do Estado. Assim, ao somar a população total da RMF com a Noroeste, chegaremos a uma concentração de 55% em 2000 e 57% em 2010, ou seja, as duas mesorregiões concentram mais da metade da população do Estado do Ceará. De acordo com Pequeno (2014), “disto depreende-se que, apesar das ações planejadas e dos investimentos realizados, remanesce o crescimento mais acentuado na RMF” (p. 9).

Figura 4.1 – Mesorregiões Geográficas do Ceará.

MESOREGIÕES GEOGRÁFICAS



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No intuito de trazer à tona alguns elementos referentes à dinâmica demográfica da RMF no início do século XXI, este capítulo se encontra estruturado em quatro seções, incluídas esta introdução e as considerações finais. Após a introdução, na segunda seção, a dinâmica

demográfica é lida pelos indicadores¹ que permitem a compreensão do perfil da população bem como sua distribuição espacial na RMF, no período de 2000 - 2010. São eles: população residente, por situação do domicílio, com indicação da população urbana residente na sede municipal e área total; densidade demográfica; taxa de crescimento geométrico da população; população residente total na RMF, por faixa etária; homens e mulheres ocupadas; distribuição da população de acordo com a cor, e por fim, são também considerados os indicadores de fecundidade, esperança de vida e mortalidade.

Em continuidade, a terceira seção do capítulo traz em seu conteúdo a RMF do ponto de vista dos movimentos populacionais. Para tanto, centramos nossa discussão nas mobilidades (movimentos pendulares) e nos mais recentes movimentos migratórios delineados nesta escala, sejam eles intra-metropolitanos, sobretudo em direções “núcleo-periferia”; “periferia-núcleo” e “periferia-periferia”, como também naqueles que envolvem outras escalas, a saber internacional. Para tanto, os indicadores utilizados, foram os seguintes: saldo e taxa migratória entre os municípios da RMF; migração núcleo-periferia, periferia-núcleo e periferia-periferia na RMF; taxa de atração para o trabalho - RMF; taxa de mobilidade - RMF; autorizações de trabalho permanente para o Brasil (2008 - 2011); direcionamento dos migrantes estrangeiros por estado da federação; quantidade de estrangeiros no Estado do Ceará, 2013; principais fluxos migratórios de estrangeiros que possuem estabelecimentos registrados na Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC, 2012.

Para encerrar, nas considerações finais, tecemos uma síntese do perfil demográfico da RMF na primeira década do século XXI, além de algumas questões que permitem ser aprofundadas dentro de uma agenda de pesquisa na qual considere as dinâmicas populacionais que envolvem o território cearense, inserido num mundo onde a

¹ Registramos que a obtenção e a organização dos dados apresentados neste capítulo contou com o apoio do Prof. Dr. Luis Renato B. Pequeno (Universidade Federal do Ceará - UFC), ao desenvolver, junto com a equipe do Observatório das Metrôpoles/ Fortaleza, um aplicativo com vistas a captação dos dados e organização das tabelas e cartogramas, o qual pode ser acessado pelo endereço: (<http://observatoriodasmetropoles.net/rmf2010/variaveis.php>) e da bolsista de Iniciação Científica Lélia Gomes Pereira, aluna do curso de Graduação em Geografia e membros do Laboratório de Estudos do Território e da Urbanização (Letur), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Salientamos também nossos agradecimentos ao mestrando Rafael Brito (PROPGEO/UECE), pela construção dos cartogramas apresentados neste texto.

perspectiva global atravessa as inúmeras escalas espaciais, entre elas do vivido.

4.2 Perfil da população: distribuição espacial e índices demográficos

O perfil da população atrelada a um determinado recorte territorial é condição primeira para traçar um panorama do seu conteúdo. Para tanto, nesta seção do capítulo, procuraremos apresentar características gerais da distribuição espacial da população na escala da Região Metropolitana de Fortaleza, e na sequência, o intuito é evidenciar aspectos de cunho demográfico, ao vincular a análise a indicadores de fecundidade, esperança de vida e mortalidade.

4.2.1 Perfil da população: distribuição espacial na Região Metropolitana de Fortaleza

Em prosseguimento à análise feita por Pequeno (2014) e Pereira & Dantas (2009), temos como foco compreender a dinâmica demográfica e migratória de Fortaleza e sua região metropolitana nesta primeira década do século XXI.

Com referência aos dados do Censo Demográfico de 2000, segundo os quais Fortaleza possuía 2.141.402 habitantes, verificamos que após uma década o município conta com uma população de 2.452.185 habitantes. Desse modo, entre os anos de 2000 e 2010, como pode ser constatado na Tabela 4.2, verificamos que Fortaleza teve um acréscimo de 310.783 habitantes, permanecendo o município mais populoso do estado do Ceará.

Tabela 4.2 – População residente em 2000 e 2010, por situação do domicílio, com condição da população urbana residente na sede municipal, área total.

Município	População Residente 2000	População Residente 2010	Urbana	Urbana na sede municipal	Rural	Área Total Km ²	Densidade demográfica Hab./km ²
Fortaleza	2.141.402	2.452.185	2.452.185	862.750	-	314,9	7786,52
Caucaia	250.479	325.441	290.220	149.896	35.221	1223,8	265,93
Maracanaú	179.732	209.057	207.623	163.841	1.434	111,3	1877,75
Maranguape	88.135	113.561	86.309	59.636	27.252	590,9	192,19
Aquiraz	60.469	72.628	67.083	25.377	5.545	482,6	150,5
Cascavel	57.129	66.142	56.157	36.418	9.985	837,3	78,99
Pacatuba	51.696	72.299	62.095	13.481	10.204	145,1	498,35
Pacajus	44.070	61.838	50.675	49.346	11.163	254,5	243
São Gonçalo	35.608	43.890	28.537	8.484	15.353	838,5	52,34
Horizonte	33.790	55.187	51.049	49.268	4.138	160	344,96
Eusébio	31.500	46.033	46.033	46.033	-	79	582,64
Itaitinga	29.217	35.817	35.565	35.565	252	151,4	236,52
Guaiúba	19.884	24.091	18.877	10.869	5.214	254	94,83
Chorozinho	18.707	18.915	11.426	6.961	7.489	278,4	67,94
Pindoretama	14.951	18.683	11.280	8.998	7.403	73	256,06
Total	3.056.769	3.615.767	3.475.114	1.526.923	140.653	5794,7	12728,52

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 2000 e 2010 (Observatório das Metrôpoles). Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina. GOMES, Leia. Dezembro de 2013.

No que concerne à rede urbana brasileira, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fortaleza se apresenta enquanto a quinta cidade mais populosa do país, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília. Na rede urbana do Nordeste brasileiro, também se destaca enquanto a segunda maior cidade em população, atrás apenas de Salvador e seguida por Recife. Segundo dados e informações do documento intitulado Regiões de Influência das cidades - REGIC (IBGE, 2007), a rede de influência de Fortaleza corresponde à terceira maior em população do Brasil (11,2%), totalizando cerca de 20 milhões de pessoas (Vide capítulo 1).

No tocante ao raio de influência, Fortaleza ultrapassa os limites do estado cearense, ao incorporar relações centrais com os estados do Piauí e Maranhão, e compartilhar boa parte do Rio Grande do Norte, notadamente o oeste Potiguar e também Recife. Além disso, Fortaleza apresenta seu raio de relações tecidos na escala nordestina, ao incorporar as “Capitais regionais A de São Luís, Teresina e Natal; as Capitais regionais C de Imperatriz, Mossoró, Juazeiro do Norte–Cra-

to-Barbalha e Sobral; os Centros sub-regionais A de Bacabal, Caxias, Pinheiro, Santa Inês, Caxias, Floriano, Parnaíba, Picos, Caicó, Pau dos Ferros, Crateús, Iguatu, Quixadá “ (REGIC, 2007, p. 14).

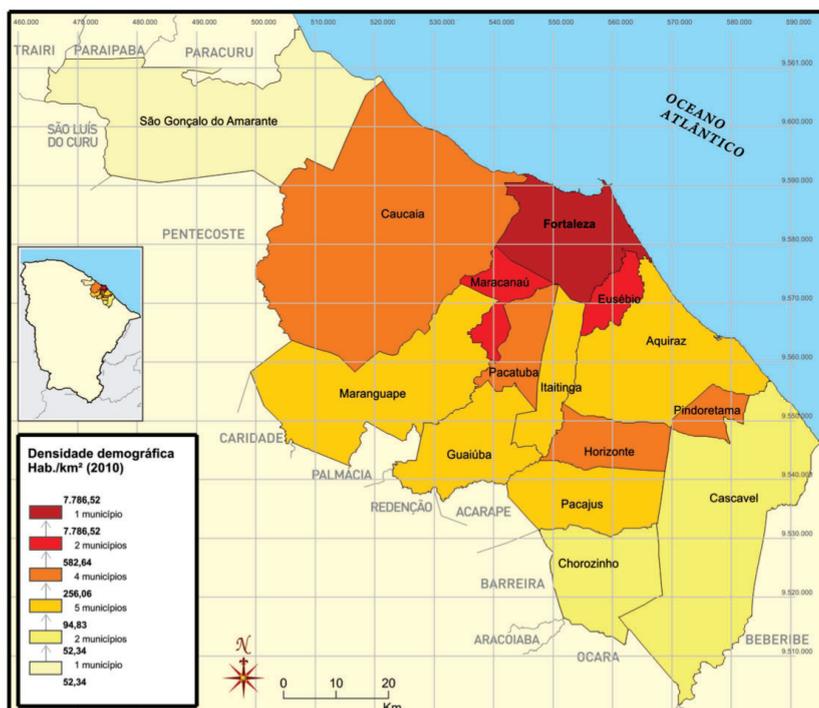
No que se refere à Região Metropolitana de Fortaleza, formada pela própria capital, juntamente com outros 14 municípios: Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Aquiraz, Cascavel, Pacatuba, Pacajus, São Gonçalo do Amarante, Horizonte, Eusébio, Itaitinga, Guaiuba, Chorozinho e Pindoretama, verificamos que concentra 42,74% (3.615.767) da população do Estado, sendo 8.448.055 habitantes, e contou com um acréscimo de 1.017.394 habitantes, em relação ao Censo de 2000.

Ao analisar o Censo Demográfico, de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), foi possível verificar que na primeira década do século XXI, a exemplo do ocorrido em décadas anteriores, há forte concentração populacional na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), a qual foi ampliada nos últimos dez anos. Em especial, no respeitante ao município de Fortaleza, consoante observado, este obteve 28,97% da população total no ano de 2010, percentual que no ano de 2000 era de 28,81%.

Entre os municípios da RMF, Fortaleza concentra o maior número de população (2.452.185) e 100% desta é urbana, seguido por Caucaia; Maracanaú; Maranguape e Aquiraz. Em comparação ao censo demográfico de 2000, conforme Tabela 4.2, todos os municípios tiveram aumento da população residente. No tangente à população rural, esta se apresenta de maneira bastante inferior (do ponto de vista da concentração), em relação à população urbana, destacando-se deste contexto Fortaleza e Eusébio como municípios detentores apenas de população urbana.

Ainda, entre os municípios mais densamente povoados da RMF, conforme Tabela 4.3 e a Figura 4.2, sobressaem Fortaleza, Maracanaú, Eusébio, Pacatuba, Horizonte e Caucaia. São esses os municípios que, na primeira década do século XXI, evidenciam maior dinamismo econômico, vinculado aos setores de serviços e industriais, como afirmou Pereira Júnior (2012).

Figura 4.2 – Densidade demográfica hab/km² (RMF)



Base cartográfica: IPECE, 2014.

Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina.

Projeto cartográfico: BRITO, Rafael.

Fonte: IBGE, 2000 e 2010 (Observatório das Metrôpoles).

Desde a década de 1970, o Brasil diminuiu consideravelmente sua taxa de crescimento populacional, ao passar de 2,89% para 1,64% em 2000. Na primeira década do século XXI, de acordo com os dados do IBGE, essa taxa decresce ainda mais, e corresponde a 1,17% do crescimento geométrico da população.

O estado do Ceará não fica à margem dessa conjuntura. Como pode ser verificado na Tabela 4.3 e na Figura 4.3, no período de 1991-2000 o Ceará apresentava uma taxa de crescimento populacional de 1,75%. Já no período de 2000-2010, essa taxa é reduzida para 1,29%, mas se mantém acima da média nacional nos dois períodos compreendidos.

**Tabela 4.3 – Taxa de crescimento geométrico da população
(1991 - 2000 a 2000 - 2010).**

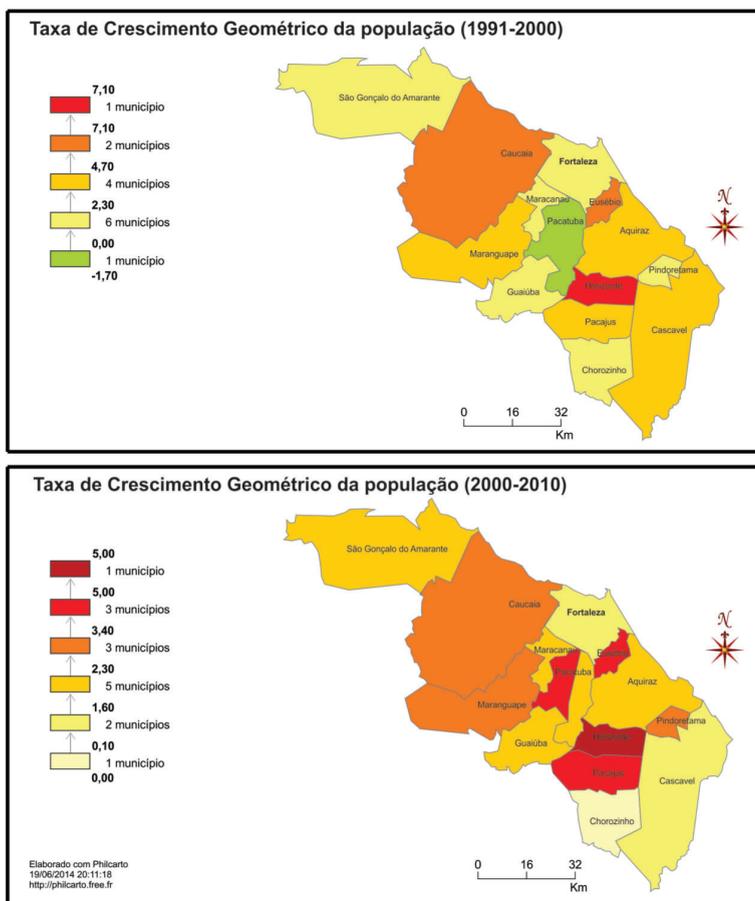
Municípios da RMF	1991- 2000	2000-2010
Brasil	1,64	1,17
Ceará	1,75	1,29
Itaitinga	-	2,1
Horizonte	7,1	5
Eusébio	4,9	3,9
Caucaia	4,7	2,6
Pacajus	3,7	3,4
Aquiraz	3	1,9
Maranguape	2,3	2,5
Cascavel	2,3	1,5
São Gonçalo do Amarante	2,2	2,1
Fortaleza	2,1	1,3
Chorozinho	2,1	0,1
Pindoretama	2,1	2,3
Pacatuba	- 1,7	3,4
Maracanaú	1,5	1,6
Guaiúba	1,4	1,9
Total	2,4	1,68

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 2000 e 2010 (Observatório das Metrôpoles).
Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina. GOMES, Leia. Dezembro de 2013.

Entre os municípios da RMF, verifica-se diminuição das suas taxas de crescimento geométrico da população, sobretudo Fortaleza e Chorozinho. Apenas Maranguape, Pindoretama, Pacatuba, Maracanaú e Guaiuba tiveram crescimento maior em 2000-2010, em relação a 1991-2000.

Apesar dos municípios estarem classificados enquanto uma aglomeração metropolitana, verifica-se que existe uma heterogeneidade, na qual influencia inclusive no crescimento da população. Neste prisma, enquanto tendência, os municípios que com maior dinamismo econômico vinculado à indústria, ao comércio e aos serviços são respectivamente: Horizonte, Eusébio, Pacajus, Pacatuba, Caucaia, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante. Todos estes apresentam um intenso crescimento populacional nos dois documentos censitários. Todavia, municípios como Chorozinho, por revelar um dinamismo econômico mais associado às práticas agrícolas tradicionais, em evidência a agricultura de sequeiro, demonstra irrisório crescimento populacional no período analisado.

Figura 4.3 – Taxa de crescimento geométrico da população (RMF).



Base cartográfica: IPECE, 2014.

Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina.

Projeto cartográfico: BRITO, Rafael.

Fonte: IBGE, 2000 e 2010 (Observatório das Metrôpoles).

Assentados nos referenciais de Matos (et al, 2005) e nos dados apresentados na Figura 4.3 e nas Tabelas 4.2 e 4.3, podemos afirmar que a redução da taxa de crescimento populacional em Fortaleza como também em dez dos catorze municípios que compõem sua região metropolitana, nessa primeira década do século XXI, está relacionada: i) à mudança estrutural do perfil da população brasileira, sobretudo no respeitante à mulher, já que são consideráveis os índices que revelam: maior escolaridade do público feminino; elevada inserção no mercado de trabalho; diminuição do número de relacionamentos com filhos;

bem como o aumento da mulher na categoria “chefe de domicílio”; a estas variáveis, podemos também somar o aumento do uso de métodos de controle de natalidade; ii) à dispersão das atividades econômicas pelo território, na qual incorpora cidades de diferentes portes e papéis na rede urbana brasileira; esse processo tem favorecido, por um lado, queda das taxas de crescimento populacional nas metrópoles e em alguns municípios das regiões metropolitanas; crescimento populacional em municípios das regiões metropolitanas dinâmicos do ponto de vista das atividades econômicas desenvolvidas, sobretudo daquelas advindas de políticas de incentivos fiscais para instalação de equipamentos industriais e de serviços, e de processos de desconcentração industrial. Por outro lado, de maneira concomitante, verifica-se elevado crescimento populacional de cidades médias e pequenas não metropolitanas, sobretudo em regiões que até então não estavam inseridas em circuitos espaciais complexos de produção industrial e de serviços modernos, conforme trabalhado por Bomtempo (2011) e Pereira Júnior (2012).

No que concerne à faixa etária, do total de população residente na RMF (3.234.892) habitantes, 16,57% encontra-se na faixa etária de 0 a 9 anos; seguidos por 17,67% que se encontra na faixa etária de 30 a 39 anos; e por 40 a 49 anos, isto é, 14,63%; de 20 a 29 anos representam 33,14%; de 10 a 19 anos, 20,8%; seguidos de 50 a 59 anos com 9,32%, por fim, 60 a 69 anos, com 5,64%, e 70 anos ou mais, com 4,68%.

Diante dos dados da Tabela 4.4, é possível afirmar, que a população da RMF é composta majoritariamente por jovens com idade ativa para o trabalho (80,07%), ao considerar a faixa etária de 10 a 19 anos até 60 a 69 anos (período reconhecido útil para o trabalho - anterior à aposentadoria).

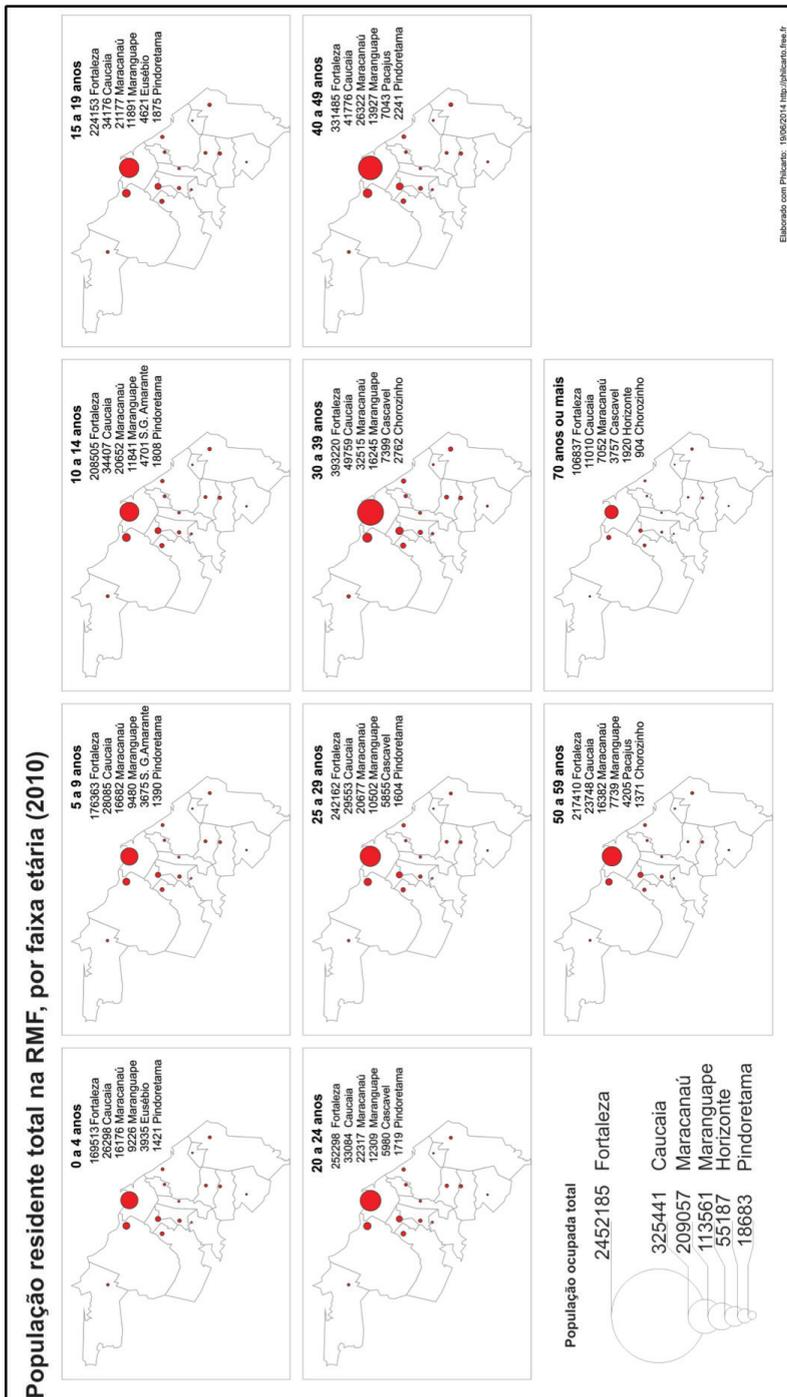
Tabela 4.4 – População residente total na RMF, por faixa etária (2010).

Municípios	0 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 anos ou mais
Aquiraz	11495	14652	22990	11399	8751	5278	3671	3176
Cascavel	10065	13428	20130	10058	8080	5294	3625	3757
Caucaia	54383	68583	108766	49759	41776	23748	13545	11010
Chorozinho	2996	4131	5992	2762	2271	1371	930	904
Eusébio	7993	9557	15986	7399	5437	3095	1890	1444
Fortaleza	345876	432658	691752	393220	331485	217410	130239	106837
Guaiúba	4085	5364	8170	3379	2676	1734	1197	1108
Horizonte	9433	11367	18866	8740	5728	3261	2169	1920
Itaitinga	5825	7461	11650	5750	4010	2263	1558	1469
Maracanaú	32858	41829	65716	32515	26322	16382	9105	7052
Maranguape	18706	23732	37412	16245	13927	7739	5672	4729
Pacajus	10243	12687	20486	9757	7043	4205	2820	2572
Pacatuba	12539	14559	25078	11277	8641	5348	2837	2234
Pindoretama	2811	3683	5622	2936	2241	1427	1099	1163
São Gonçalo do Amarante	7153	9418	14306	6629	4920	3133	2281	2083
Total	536461	673109	1072922	571825	473308	301688	182638	151458
Total %	16,57	20,8	33,14	17,67	14,63	9,32	5,64	4,68

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 2010 (Observatório das Metrôpoles).
Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina. GOMES, Leia. Dezembro de 2013.

Do ponto de vista da distribuição geográfica, como podemos verificar na Figura 4.4, o perfil populacional com predominância de jovens em idade ativa para o trabalho está concentrado sobretudo nos municípios de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Horizonte, Eusébio, Aquiraz e Pacatuba.

Figura 4.4 – População residente total por faixa etária na RMF (2010)



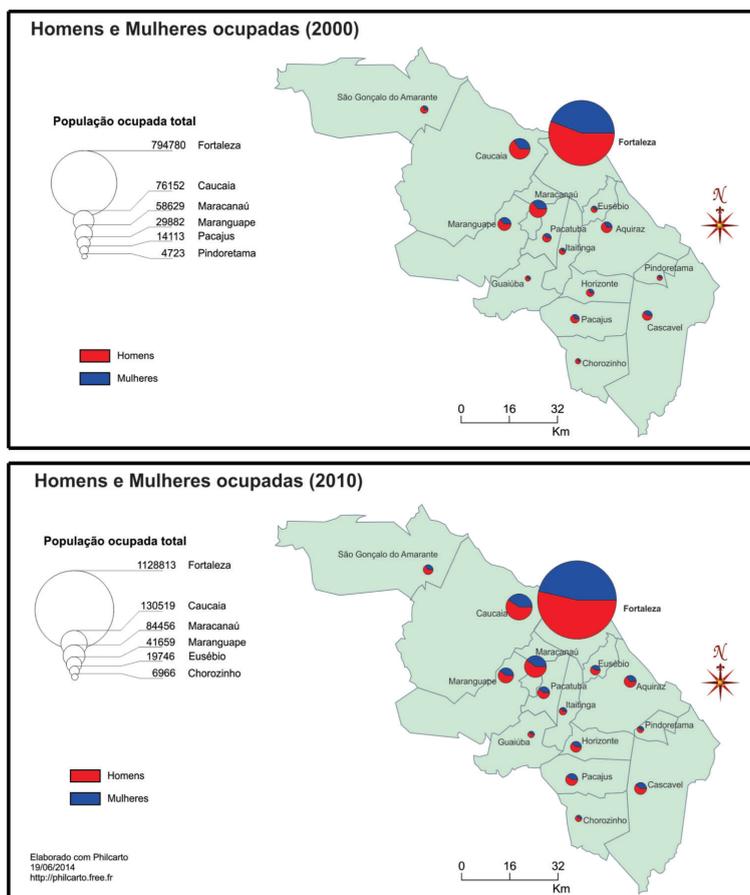
Base cartográfico: IPECE, 2014. Organização: BOMTEMPO, Denise. Projeto Cartográfico: BRITO, Rafael.
 Fonte: IBGE, 2000 e 2010, Observatório das Metrópoles.

Entre os municípios, Fortaleza sobressai por concentrar um maior número de habitantes em todas as faixas etárias. No entanto, no concernente aos municípios da RMF, Caucaia acolhe o perfil de população mais idosa, seguido por Maracanaú, Maranguape, Cascavel, Aquiraz, Pacajus, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante. Já os municípios com menor quantidade de habitantes com mais de 70 anos, destacam-se: Chorozinho, Guaiuba, Pindoretama, Eusébio, Itaitinga e Horizonte.

No tocante às faixas etárias de 0 a 9 e 10 a 19 anos, Fortaleza é o município que mais concentra essa respectiva faixa etária populacional, seguido por Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz e Cascavel, representantes da RMF, como pode ser constatado na Tabela 4.4.

Em continuidade à leitura demográfica da RMF, consideramos que o perfil populacional é condição primeira para compreensão das múltiplas dinâmicas materializadas no território. Desse modo, no respeitante à variável homens e mulheres ocupadas na RMF, no período de 2000 - 2010, de acordo com a Figura 4.5, como é possível constatar, do total (homens e mulheres), entre 2000 e 2010, houve uma redução considerável de pessoas ocupadas em atividades laborais no município de Fortaleza, e um crescimento aparente nos municípios da RMF.

Figura 4.5 – Homens e mulheres ocupadas (RMF).



Base cartográfica: IPECE, 2014.

Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina.

Projeto cartográfico: BRITO, Rafael.

Fonte: IBGE, 2000 e 2010 (Observatório das Metrôpoles).

Em relação à ocupação por gênero, conforme Tabela 4.5, é possível verificar que dos 15 municípios que compõem a RMF, apenas seis tiveram aumento relativo da população masculina ocupada entre 2000 - 2010. São eles: Caucaia, Eusébio, Horizonte, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante. Já no referente às mulheres ocupadas, verifica-se um universo diferente dos homens. Do total de municípios da RMF, apenas seis não apresentaram crescimento da mão de obra feminina. Daqueles que apresentaram crescimento relativo do trabalho feminino, destacam-se: Caucaia, Eusébio, Horizonte,

Itaitinga, Maracanaú, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante.

Tabela 4.5 – Homens e mulheres ocupadas (2000 – 2010).

MUNICÍPIOS DA RMF	HOMENS 2000	HOMENS 2010	MULHERES 2000	MULHERES 2010
Aquiraz	2,29	2,08	1,51	1,45
Cascavel	1,87	1,77	1,61	1,42
Caucaia	7,86	8,78	5,85	7,54
Chorozinho	0,68	0,52	0,35	0,33
Eusébio	0,91	1,36	0,59	1,1
Fortaleza	70,13	68,47	77,73	74,58
Guaiúba	0,66	0,62	0,41	0,41
Horizonte	1,17	1,56	0,77	1,21
Itaitinga	0,94	0,84	0,56	0,57
Maracanaú	5,87	5,73	4,75	4,82
Maranguape	2,92	2,85	2,52	2,34
Pacajus	1,5	1,77	1,03	1,46
Pacatuba	1,51	1,89	1,23	1,54
Pindoretama	0,48	0,53	0,38	0,39
São Gonçalo do Amarante	1,21	1,29	0,7	0,83
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 2000 e 2010 (Observatório das Metrôpoles).
Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina. GOMES, Leia. Dezembro de 2013.

Notadamente, mesmo que de maneira geral a população ocupada tenha diminuído, existem municípios da região metropolitana de Fortaleza que apresentaram índices de crescimento da população ocupada por gênero. Essa realidade, revela, entre outros, que existe uma dinâmica econômica, a qual condiciona movimentos populacionais na escala da RMF, já que, de acordo com Dantas e Silva (2009) e Pereira Júnior (2012), os municípios com aumento da população ocupada, são aqueles que se destacam em vigor econômico, atrelado ao setor industrial, comércio e serviços, este último vinculado sobretudo ao turismo.

Quanto ao destaque para o crescimento do número de mulheres ocupadas, conforme podemos afirmar pautados nos autores ora citados, elas são as inseridas em atividades vinculadas ao setor de serviços, em que se distinguem na RMF os municípios de Caucaia, Aquiraz e Eusébio; nas atividades industriais atreladas ao setor alimentício; de calçados; têxtil e confecção, na qual sobressaem: Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Pacajus, Pacatuba, Maranguape e Pindoretama. São Gonçalo do Amarante é um dos municípios da RMF a sobressair com maiores taxas de população ocupada (homens e mulheres). Este desta-

que pode ser associado ao desenvolvimento de atividades vinculadas ao setor produtivo industrial de base ainda em fase de construção e implantação, que tem movimentado grande contingente populacional, entrelaçando a escala do território cearense, os estados da região Nordeste do Brasil, como também fluxos internacionais de população, com vistas a desenvolver atividades laborais nas indústrias ora instaladas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

Para analisar a distribuição da população em termos de raça e cor, ainda de acordo com os autores Pereira e Dantas (2009), no cotidiano da metrópole, os negros se distinguem muito pouco na paisagem. Entre os motivos, podemos afirmar que o Ceará, historicamente, não utilizou de maneira significativa trabalhos desenvolvidos pelos negros africanos durante o período da colonização. Entretanto, nessa primeira década do século XXI, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), os africanos, principalmente de Guiné-Bissau e Cabo Verde, têm adentrado ao território cearense, seja para trabalhar em inúmeras atividades, vinculadas principalmente aos serviços e construção civil, como para estudar, sobretudo em cursos universitários².

Desse modo, enquanto tendência os “tons pardos que prevalecem na aparência dos habitantes”, bem como os “traços indígenas que são facilmente identificados nos corpos, nas faces e na estatura da gente” (Pereira e Dantas, 2009, p. 51), paulatinamente se alteram, dadas as recentes migrações manifestadas no território cearense, e que, ao longo do tempo, podem mudar o perfil da população do ponto de vista do fenótipo. Em consonância aos dados da Tabela 4.6, no que concerne à variável cor, a população da RMF é predominantemente parda; seguida por preta; branca e por fim, indígena e amarela.

² A tendência é que a presença negra para fins educacionais se intensifique, já que foi construída, na cidade de Redenção a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Trata-se de uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. De acordo com a legislação, a Unilab tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária. Cabe-lhe como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (<http://www.unilab.edu.br/teste-novo-menu/#>. Acesso: 20/2/2014, 15 horas e 58 minutos).

Relativamente, constatamos que Fortaleza é o município da RMF que concentra o maior número de população que se declara branca; seguido por Eusébio, Horizonte, Chorozinho, Maranguape e outros. Ao passo que Itaitinga apresenta o menor número de população declarada branca, seguido por Guaiuba, São Gonçalo do Amarante, Pacatuba e Outros.

No tocante à distribuição de população declarada de cor preta, relativamente, Eusébio, Itaitinga, Maranguape, Pindoretama e Caucaia são os municípios que mais se destacam na concentração dessa população. Por sua vez, Cascavel apresenta menor número de população declarada de cor preta, seguido por: Aquiraz, Pacajus e Chorozinho.

A população declarada de cor amarela representa a minoria da população da RMF. Está distribuída em maior número entre os municípios de Maracanaú, Eusébio, Caucaia e Aquiraz. Chorozinho, Cascavel, Itaitinga e São Gonçalo do Amarante apresentam o menor número de população declarada amarela no recorte espacial considerado.

Quanto à população declarada parda, predominante na RMF, está distribuída sobretudo entre os municípios de: Itaitinga, São Gonçalo do Amarante, Cascavel, Aquiraz e Pacajus. Os municípios com menor número de população parda, são respectivamente, Fortaleza, Eusébio, Maranguape e Maracanaú.

Tabela 4.6 – Distribuição da população na RMF de acordo com a cor.

Municípios da RMF	População Total (Municípios RMF)	Pessoas que declararam cor branca		Pessoas que declararam cor parda		Pessoas que declararam cor preta		Pessoas que declararam cor amarela (indígena,)	
		ABS.	% (em relação à pop. total mun.)	ABS.	% (em relação à pop. total mun.)	ABS.	% (em relação à pop. total mun.)	ABS.	% (em relação à pop. total mun.)
Pacatuba	72.299	18.888	26,12	48.549	67,15	3.472	4,80	1.391	1,92
Aquiraz	72.628	19.045	26,22	49.762	68,51	2.267	3,12	1.554	2,13
Maranguape	113.561	33.472	29,47	71.554	63,00	6.957	6,12	1.578	1,38
Pindoretama	18.683	4.999	26,75	12.387	66,30	1.081	5,78	216	1,15
Itaitinga	35.817	8.328	23,25	25.101	70,08	2.158	6,02	230	0,64
Cascavel	66.142	18.019	27,24	45.905	69,40	1.921	2,90	298	0,45
Guaiuba	24.091	5.627	23,35	16.945	70,33	1.169	4,85	350	1,45
Fortaleza	2.452.185	888.933	36,25	141.883,2	57,85	108.349	4,41	36.071	1,47
São G. Amarante	43.890	11.026	25,12	30.687	69,91	1.795	4,08	382	0,87
Maracanaú	209.057	60.203	28,79	133.465	63,84	9.575	4,58	5.814	2,78
Chorozinho	18.915	5.674	29,99	12.433	65,73	738	3,90	70	0,37
Pacajus	61.838	16.414	26,54	42.345	68,47	2.376	3,84	703	1,13
Horizonte	55.187	16.664	30,19	35.565	64,44	2.238	4,05	720	1,30
Caucaia	325.441	88.369	27,15	211.708	65,05	17.847	5,48	7.518	2,31
Eusébio	46.033	14.653	31,83	27.307	59,32	3.127	6,79	946	2,05
Total	3.615.767	1.210.314	100	2.182.545	100	165.070	100	57.841	100

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 2010 (Observatório das Metrôpoles).
Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina. GOMES, Leia. Dezembro de 2013.

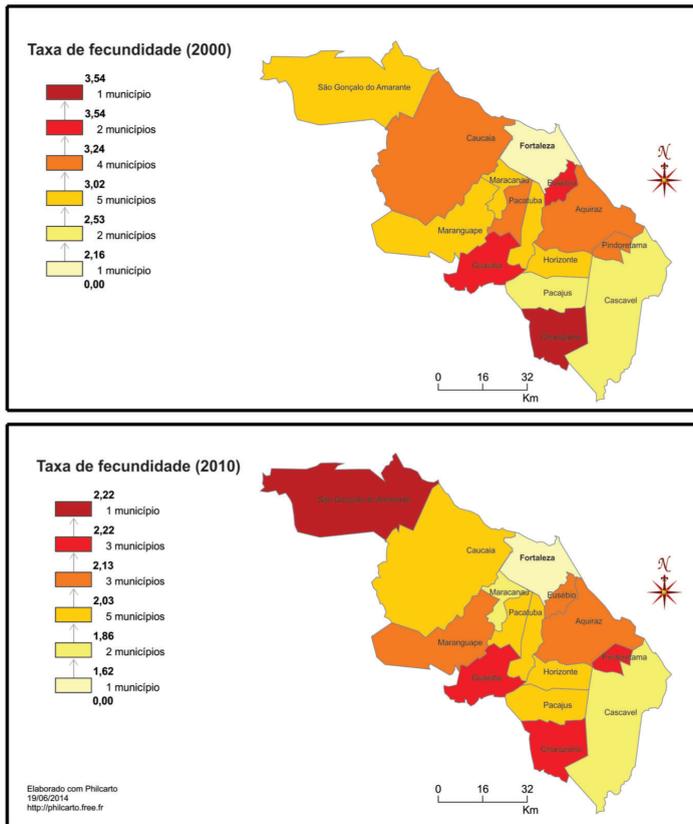
4.2.2 A distribuição da população na RMF de acordo com os indicadores de fecundidade, esperança de vida e mortalidade

Taxa de fecundidade, esperança de vida ao nascer e mortalidade, são variáveis importantes quando se pretende fazer um diagnóstico da população atrelado à sua dinâmica espacial, com vistas, entre outros, à elaboração de políticas públicas, nas quais se possa incorporar o indivíduo nas suas várias fases da vida. Na primeira década do século XXI, na escala do território brasileiro, a taxa de fecundidade por mulher diminuiu consideravelmente de 2,38 em 2000, para 1,9 em 2010. O estado do Ceará seguiu essa tendência, mas permaneceu acima da média nacional no período considerado, ao apresentar uma taxa de fecundidade de 2,56 em 2000 e respectivamente 2,04 em 2010.

Quanto aos municípios da RMF, conforme verificamos, todos eles, ao considerar a escala temporal de 2000 - 2010, diminuíram suas taxas de fecundidade. Assim como os demais, São Gonçalo mostrou diminuição da taxa de fecundidade, mas permaneceu como a taxa mais elevada (2,22), seguido por Pindoretama, Guaiuba, Chorozinho,

Aquiraz e Eusébio. Os demais municípios, em 2010, ficaram abaixo da média do Ceará, na qual podemos considerar Fortaleza, Maracanaú, Cascavel, Pacatuba, Horizonte, Pacajus e Maranguape, conforme pode ser constatado a partir da Figura 4.6.

Figura 4.6 – Taxa de fecundidade total nos municípios da RMF.



Base cartográfica: IPECE, 2014.

Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina.

Projeto cartográfico: BRITO, Rafael.

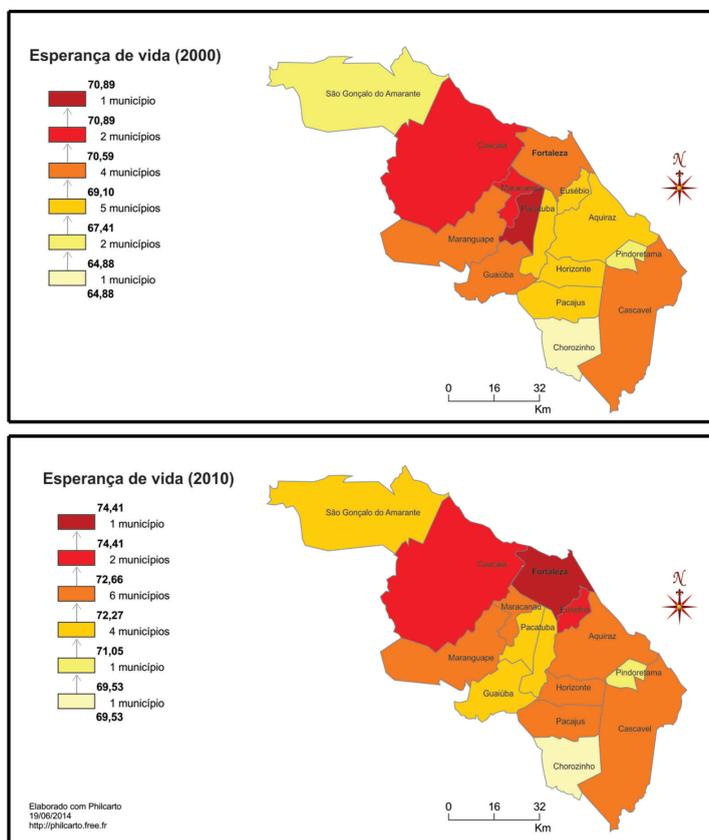
Fonte: IBGE, 2000 e 2010 (Observatório das Metrôpoles).

Diferentemente da taxa de fecundidade, a esperança de vida ao nascer aumentou consideravelmente na escala temporal de 2000 - 2010 no território brasileiro de maneira geral, e no estado do Ceará, onde passou de 66,40 para 72,60 anos no referido período. Entre os municípios da RMF analisados, a exemplo do que foi constatado por Pereira e Dantas (2009), Fortaleza se destaca ao apresentar as maiores

taxas de expectativa de vida (69,63) em 2000 e (74,41) em 2010. Além disso, quando tomamos por base a média nacional (73,94), bem como a média do estado do Ceará (72,60), Fortaleza se mantém acima em relação às duas médias comparadas.

Ainda em relação aos municípios da RMF que apresentaram maior crescimento de esperança de vida ao nascer, destacam-se: Caucaia, Eusébio, Cascavel, Horizonte, Pacajus, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, São Gonçalo do Amarante, Guaiuba, Itaitinga, Pindoretama e por fim, Chorozinho, com menor índice de esperança de vida, tanto em 2000 (64,88), como também em 2010 (69,53), conforme pode ser averiguado na Figura 4.7.

Figura 4.7 – Esperança de vida ao nascer dos municípios da RMF.



Base cartográfica: IPECE, 2014.

Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina.

Projeto cartográfico: BRITO, Rafael.

Fonte: IBGE, 2000 e 2010 (Observatório das Metrôpoles).

Além da fecundidade e esperança de vida, a variável mortalidade permite fazer a leitura da população, articulada às condicionantes de saúde e socioeconômicas, nas quais o contingente populacional investigado está inserido. Ademais, a partir dos índices, é possível ainda ampliar a análise para temáticas vinculadas à elaboração de políticas públicas, bem como à estruturação de equipamentos técnicos, passíveis de garantir condições mínimas de assistência, seja para mãe ao longo do período de gestação, como também para o filho, até no mínimo, o quinto ano de vida e mesmo para o idoso. De forma semelhante, a melhoria das condições de abastecimento de água tratada e de saneamento básico tem contribuído substancialmente para a melhoria destes índices.

No Brasil, na primeira década do século XXI, conforme podemos averiguar nos dados da Tabela 4.7, as taxas de mortalidade infantil de até 5 anos de idade se reduziram consideravelmente. Em 2000 esta variável representava 30,6 e em relação a este mesmo período, representava 39,3. Decorridos dez anos, ao considerar as duas taxas, houve visível diminuição, sendo 16,7 para mortalidade em até um ano de idade, e 14,30 para até cinco anos, respectivamente.

Tabela 4.7 – Mortalidade de 1 ano e mortalidade até 5 anos de idade (2000 – 2010).

Municípios da RMF	Mortalidade até 1 ano de idade, 2000	Mortalidade até 5 anos de idade 2000	Mortalidade até 1 ano de idade, 2010	Mortalidade até 5 anos de idade 2010
Brasil	30,6	39,3	16,7	14,30
Ceará	41,4	65,00	19,7	20,76
Aquiraz	41,94	65,86	20,2	21,72
Cascavel	36,2	46,8	19,5	20,92
Caucaia	30,5	48,22	17,60	18,84
Chorozinho	52,00	81,17	27,90	29,99
Eusébio	41,94	65,86	19,20	20,67
Fortaleza	34,57	54,59	15,80	16,90
Horizonte	42,21	66,27	20,10	21,64
Itaitinga	41,94	65,86	23,40	25,20
Maracanaú	31,29	49,45	20,20	21,72
Maranguape	35,99	56,72	20,20	21,72
Pacajus	42,21	66,27	20,10	21,64
Pacatuba	30,32	47,94	21,60	23,17
São Gonçalo do Amarante	50,06	78,22	22,30	23,98
Guaiúba	33,62	53,05	23,40	25,20
Pindoretama	46,70	60,70	25,70	27,65

Fonte: IDH, Índice de Desenvolvimento Humano 2013. "<http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013>";19/11/2013. 14:345pm.

Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina. GOMES, Leia. Dezembro de 2013.

Ainda como verificado, a redução da mortalidade infantil no Ceará no período compreendido também é realidade, sobretudo para crianças de até um ano, quando esta taxa diminuiu pela metade (19,7). No entanto, no concernente à mortalidade de crianças até cinco anos, de acordo com a Tabela 4.7 houve uma queda considerável, mas conforme os resultados apontam, é necessário uma assistência especial a esse grupo populacional, pois os números não atingiram nem a metade do esperado, como aconteceu com a média nacional.

Na totalidade, os municípios da RMF, reduziram tanto a taxa de mortalidade de crianças até um ano, como de até 5 anos no período compreendido. Fortaleza, Caucaia, Eusébio e Cascavel são os que mais se destacaram na redução deste índice. No entanto, a maioria dos municípios, composta por: Chorozinho, Pindoretama, Guaiuba, Itaitinga, São Gonçalo do Amarante, Pacatuba, Maracanaú, Maranguape, Pacajus diminuiu a taxa, mas ainda esta permanece bem acima da média nacional e estadual, sobretudo Chorozinho e Guaiuba.

4.3 Mobilidade e Migração na Região Metropolitana de Fortaleza

Nesta primeira década do século XXI, a população residente na RMF tem crescido paulatinamente, em especial nos municípios metropolitanos. Como observado, a inserção nas atividades ocupacionais teve maior destaque entre o gênero feminino, na qual foi componente importante para impor um novo ritmo à taxa de fecundidade, que diminuiu no período analisado. A mortalidade infantil também caiu, porém ainda permanece acima da média nacional. No referente à expectativa de vida, a população da RMF, assim como a população brasileira teve sua média ampliada.

Ao dar continuidade à leitura do perfil demográfico da RMF de Fortaleza, consideramos que o movimento é inerente à população. É ele que garante a existência, a permanência, a continuidade e a mudança, seja do substrato econômico, seja da cultura, da política, da sociedade, do espaço e da vida. Nesse sentido, com vistas a capturar o movimento, a mobilidade e a migração vinculada ao trabalho, discorreremos sobre algumas dinâmicas que se sobressaem na Região Metropolitana de Fortaleza.

Como sistema econômico social e político, o capitalismo, materia-

liza-se de maneira diferenciada espacial e temporalmente nos lugares destinados às diversas fases do ciclo de produção de mercadorias, bem como dos serviços, e com isso faz surgir múltiplos movimentos populacionais.

Desse modo, o Ceará, de acordo com Pereira Júnior (2012), representa um espaço considerado “de reserva”, com foco ao assentamento das atividades econômicas, haja vista as inúmeras políticas de modernização do território cearense, elaboradas desde a década de 1970, nas quais os resultados estão sendo compreendidos nesta primeira década do século XXI, entre outros, pelo expressivo movimento migratório que se configura neste recorte espacial, com realce para a RMF.

Tais resultados perpassam por algumas dinâmicas econômicas, dentre as quais: a) consolidação da atividade industrial em alguns municípios da RMF, como Maracanaú, Horizonte, Pacajus, Aquiraz, Caucaia e Eusébio; b) implantação de novos fixos e equipamentos industriais. Como exemplo mais significativo podemos citar São Gonçalo do Amarante - Complexo Industrial e Portuário do Pecém; e c) estruturação da economia de serviços, sobretudo vinculados ao turismo e ao setor imobiliário (construção de condomínios fechados), conforme asseverou Dantas (2006), com ênfase para os municípios de Aquiraz, Caucaia, Eusébio e Fortaleza.

Assim, na RMF, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2000, o saldo migratório era de 464.993. Decorridos dez anos, este número aumentou para 670.639. No entanto, nem todos os municípios da RMF apresentaram saldo positivo.

Como pode ser constatado na Tabela 4.8, apenas Eusébio manteve saldo migratório positivo em 2000 e 2010. Pacajus, Aquiraz, Itaitinga, Chorozinho, São Gonçalo do Amarante e Cascavel, tiveram saldo migratório positivo somente em 2010. Por sua vez, Guaiuba, Fortaleza e Chorozinho tiveram saldo migratório negativo no censo de 2000. Em síntese, Guaiuba, Fortaleza, Horizonte, Pindoretama e Maracanaú apresentaram redução do saldo migratório, entre 2000 e 2010. Vale ressaltar que nenhum município da RMF no censo demográfico de 2010 apresentou saldo migratório negativo.

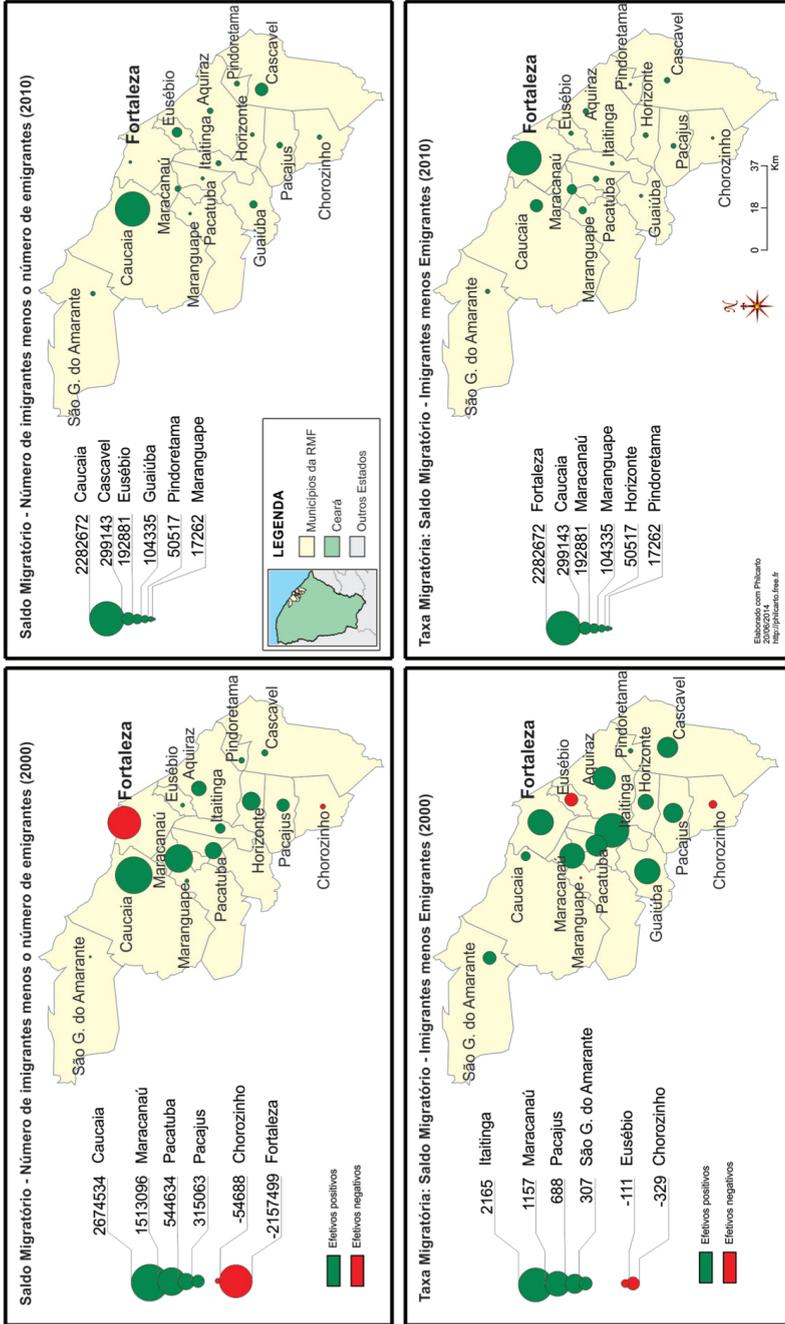
**Tabela 4.8 – Saldo e taxa migratória entre os municípios da RMF
(2000 – 2010).**

Municípios	Saldo Migratório: Número de Imigrantes menos o Número de Emigrantes (2000)	Saldo Migratório: Número de Imigrantes menos o Número de Emigrantes (2010)	Taxa Migratória: Saldo Migratório - Imigrantes menos Emigrantes (2000)	Taxa Migratória: Saldo Migratório - Imigrantes menos Emigrantes (2010)
Guaiuba	-0,04	1,56	12,64	0,33
Maranguape	0,63	0,26	-0,13	1,56
Fortaleza	-46,4	0,26	12,89	34,04
Eusébio	6,88	2,88	-3,48	0,63
Pacatuba	11,71	0,33	8,59	0,99
Caucaia	57,52	34,04	1,67	4,46
Cascavel	1,73	4,46	8,1	0,92
Horizonte	13,76	0,49	4,74	0,75
São G. do Amarante	2,08	0,6	3,25	0,6
Chorozinho	-1,18	0,63	-1,18	0,26
Pindoretama	1,3	0,75	0,39	0,26
Itaitinga	3,82	0,85	22,93	0,49
Aquiraz	8,87	0,92	10,04	1
Pacajus	6,78	0,99	7,29	0,85
Maracanaú	32,54	1	12,25	2,88
Total	100	100	100	100

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 2000 e 2010 (Observatório das Metrópoles).
Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina. GOMES, Leia. Dezembro de 2013.

Quanto aos dados vinculados à taxa migratória entre 2000 e 2010, é possível verificar, em relação aos dados relativos (Tabela 4.8) e absolutos (Figura 4.8), que todos os municípios da RMF, inclusive Fortaleza, tiveram aumento da taxa migratória sobre a população de 5 anos ou mais. Entre os municípios, o destaque se concentra em sequência decrescente: Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Aquiraz, Pacatuba, Cascavel, Pacajus, Horizonte, Eusébio, São Gonçalo do Amarante, Itaitinga, Guaiuba, Chorozinho e Pindoretama.

Figura 4.8 – Saldo e taxa migratória entre os municípios da RMF (2000-2010).



Base cartográfica: IPECE, 2014. Organização: BOMTEMPO, Denise. Projeto Cartográfico: BRUTO, Rafael.

Fonte: IBGE, 2000 e 2010, Observatório das Metrôpoles.

Os movimentos migratórios a se configuram no território brasileiro são diversos e ocorrem de maneira concomitante. Assim, nesta primeira década do século XXI, diferente da migração que predominou ao longo do século XX, o que presenciamos no Brasil, do ponto de vista da migração interna, é compreender a existência de movimentos que se realizam em várias escalas, além dos movimentos inter-regionais, temos também enquanto tendência dos deslocamentos a intensificação de migrações intrarregionais e intrametropolitanas.

Diante dos dados apresentados, indagamos: quais são os processos atrelados às mobilidades e as migrações no território brasileiro? A nosso ver, a “urbanização da sociedade” atrelada à “urbanização do território” são processos que têm contribuído para a dispersão das atividades econômicas, e, como consequência, delinham-se novos fluxos populacionais. As mobilidades pendulares e os movimentos migratórios intrametropolitanos se inserem neste contexto.

De acordo com Aragão (2010), a concentração populacional na escala metropolitana, favorece tanto aos deslocamentos quanto à permanência da população. Permanência, pois com o esgarçamento do tecido urbano, a deficiência e os custos excessivos dos meios de transporte e da própria vida na metrópole, bem como a dispersão das atividades produtivas e de serviços pelo tecido metropolitano, são variáveis que têm favorecido a população a permanecer em atividades laborais, muitas vezes atreladas ao “circuito inferior da economia urbana”, próximo ao lugar de vivência, deixando assim de realizar fluxos diários, ou mesmo fluxos de curta distância. Ao mesmo tempo, a migração verificada na metrópole também está vinculada ao mercado de trabalho que prima pela competição e qualificação da mão de obra, como asseverou Brito (2006), e, portanto, evidenciamos a continuidade e a predominância de movimentos migratórios “periferia-núcleo” como realidade. Vale ressaltar, porém que Fortaleza é a única cidade classificada enquanto núcleo, enquanto os demais municípios que formam sua região metropolitana, são caracterizados enquanto periferia. Nesse sentido, no que se refere à migração “núcleo-periferia”; “periferia-núcleo” e “periferia-periferia”, existe na RMF um aumento considerável de fluxos no ano de 2010.

Consoante os dados da Tabela 4.9, em relação aos fluxos entre “núcleo-periferia”, os mais intensos ocorrem de Fortaleza para os municípios de Caucaia, na qual representa 40,07% da migração “núcleo-periferia”; Maracanaú sobressai com 23,25% da migração “núcleo-periferia”; Pacatuba, com 7,33%, Aquiraz com 5,1%, Horizonte 4,48% e, por fim, Eusébio que movimentou 4,48% da população migrante entre “núcleo-periferia” na RMF. As menores taxas foram registradas nos municípios de Guaiuba (0,5%), Chorozinho (0,64%), Pindoretama (0,88%), São Gonçalo do Amarante (1,69%), Pacajus (2,84%), Cascavel (3,26%) e por fim Maranguape (3%).

Tabela 4.9 – Migração núcleo-periferia; periferia-núcleo e periferia-periferia na RMF (2010)

2010	Pessoas que migraram Núcleo-Periferia	Pessoas que migraram Núcleo-Periferia	Pessoas que migraram Periferia-Núcleo	Pessoas que migraram Periferia-Núcleo	Pessoas que migraram Periferia-Periferia	Pessoas que migraram Periferia-Periferia
	n	%	n	%	n	%
MUNICÍPIOS RMF						
Aquiraz	0	0	9.733	100	0	0
Itaitinga	20.405	40,07	0	0	1.509	11,35
São Gonçalo do Amarante	11.839	23,25	0	0	2.295	17,25
Maracanaú	859	1,69	0	0	363	2,73
Eusébio	1.526	3	0	0	937	7,04
Caucaia	3.730	7,33	0	0	1.430	10,75
Horizonte	257	0,5	0	0	345	2,59
Cascavel	448	0,88	0	0	388	2,92
Guaiuba	2.617	5,14	0	0	1.132	8,51
Pindoretama	1.445	2,84	0	0	1.203	9,04
Maranguape	1.658	3,26	0	0	475	3,57
Pacajus	2.477	4,86	0	0	1.778	13,37
Chorozinho	2.282	4,48	0	0	665	5
Pacatuba	324	0,64	0	0	275	2,07
Fortaleza	1.053	2,07	0	0	506	3,8
Total	50.920	100	9.733	100	13.301	100

Fonte: Censos Demográficos do INGE, 2010 (Observatório das Metrôpoles)
Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina. GOMES, Leia. Dezembro de 2013.

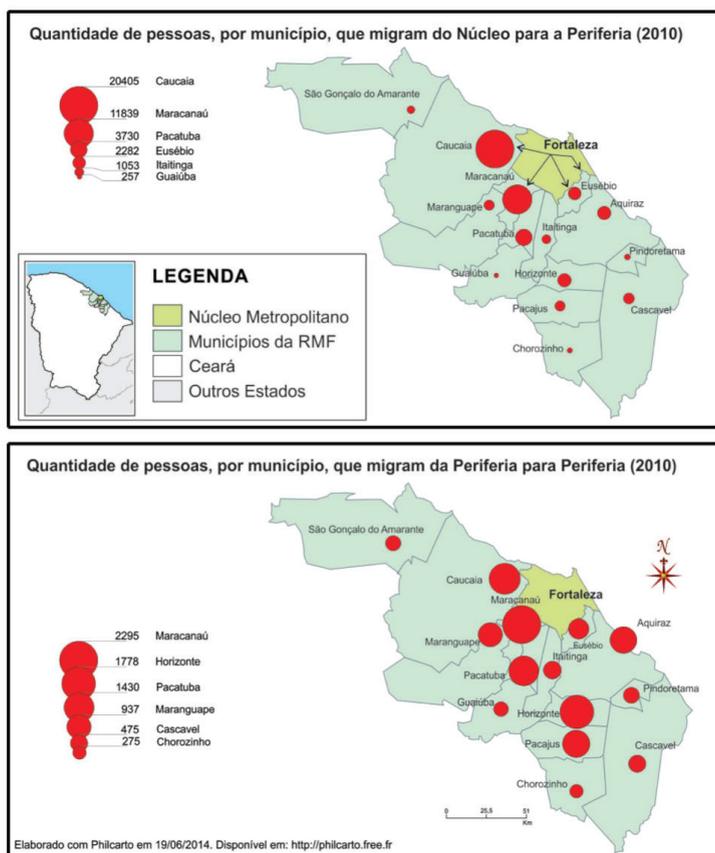
Ainda conforme os dados da Tabela 4.9, os municípios que mais se destacaram nas migrações “núcleo-periferia”, orientadas no ano de 2010, são respectivamente: Caucaia, Maracanaú, Pacatuba, Aquiraz, Horizonte e Eusébio. Notadamente, são os municípios que mais con-

centram atividades industriais e de serviços, sobretudo atrelados ao turismo. No que se refere aos movimentos populacionais da periferia para o núcleo, verificamos que no ano de 2010, tivemos um total de 9.733 pessoas que migraram dos municípios da RMF para Fortaleza, principalmente para se inserir em atividades laborais.

Os movimentos migratórios entre municípios que conformam a RMF são significativos nesta primeira década do século XXI. Nesse contexto, os municípios mais destacados são, respectivamente: Maracanaú (17,25%), Horizonte (13,87%), Caucaia (11,35%), Pacatuba (10,75%), Pacajus (9,04%), Aquiraz (8,51%), Maranguape (7,04%) e Eusébio (5%). Notadamente, são municípios, que mais concentram atividades industriais na RMF, de acordo com Pereira Júnior (2012).

Em continuidade à análise das migrações entre periferia-periferia na RMF, verificamos, de acordo com a Figura 4.9 e a Tabela 4.9, que os municípios que apresentaram menores taxas foram aqueles que mantiveram a economia vinculada às atividades mais tradicionais, como por exemplo a agricultura de sequeiro, sobretudo Chorozinho, na qual apresentou os menores índices - (2,07%), Guaiuba (2,59%), São Gonçalo do Amarante (2,73%), Pindoretama (2,92) e Itaitinga (3,8).

Figura 4.9 – Migração Periferia-Núcleo e Periferia – Periferia na RMF (2010).



Base cartográfica: IPECE, 2014.

Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina.

Projeto cartográfico: BRITO, Rafael.

Fonte: IBGE, 2000 e 2010 (Observatório das Metrôpoles).

Entre os municípios detentores dos menores índices em relação à migração “periferia-periferia”, merece realce o município de São Gonçalo do Amarante, que gradativamente amplia seu papel nas migrações que envolvem a RMF, porquanto estão sendo instalados no município em apreço grandes equipamentos industriais. Estes não apenas atraem população da escala metropolitana, mas também contribuem para a existência de múltiplos movimentos populacionais, os quais vinculam as escalas do estado do Ceará, da região Nordeste e também no âmbito nacional e global.

Ainda sobre a leitura dos deslocamentos na RMF, a análise se verticaliza ao considerar os movimentos pendulares, na qual são referenciados os deslocamentos vinculados ao trabalho e estudo. Assim, as variáveis apresentadas na Tabela 4.10 permitem compreender tais movimentos que se manifestam na RMF nesta primeira década do século XXI. Desse modo, embora eles não ocorram de maneira homogênea, distinguem-se alguns municípios no tocante ao deslocamento da mão de obra, notadamente Caucaia, Maracanaú, Fortaleza, Aquiraz, Pacatuba, Pacajus, Horizonte, Maranguape, São Gonçalo do Amarante, Cascavel e Itaitinga.

Por se tratar de municípios que demonstram ter atividades econômicas mais tradicionais, Chorozinho, Pindoretama e Guaiuba denotam as menores taxas de atração de pessoas que se deslocam pendularmente.

Tabela 4.10 – Migrantes (2005 – 2010) que trabalham e fazem movimento pendular com destino ao município de origem.

MUNICÍPIOS RMF	NÚMEROS ABSOLUTOS	NÚMEROS RELATIVOS %
Aquiraz	396.41	3.7
Itaitinga	171.84	1.6
São Gonçalo do Amarante	114.82	1.07
Maracanaú	1754.8	16.39
Eusébio	906.49	8.46
Caucaia	4689.1	43.78
Horizonte	214.86	2.01
Cascavel	177.93	1.66
Guaiuba	65.65	0.61
Pindoretama	74.36	0.69
Maranguape	204.58	1.91
Pacajus	336.1	3.14
Chorozinho	18.92	0.18
Pacatuba	396.11	3.7
Fortaleza	1187.52	11.09
Total	10709.49	100

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 2000 e 2010 (Observatório das Metrôpoles).
Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina. GOMES, Leia. Dezembro de 2013.

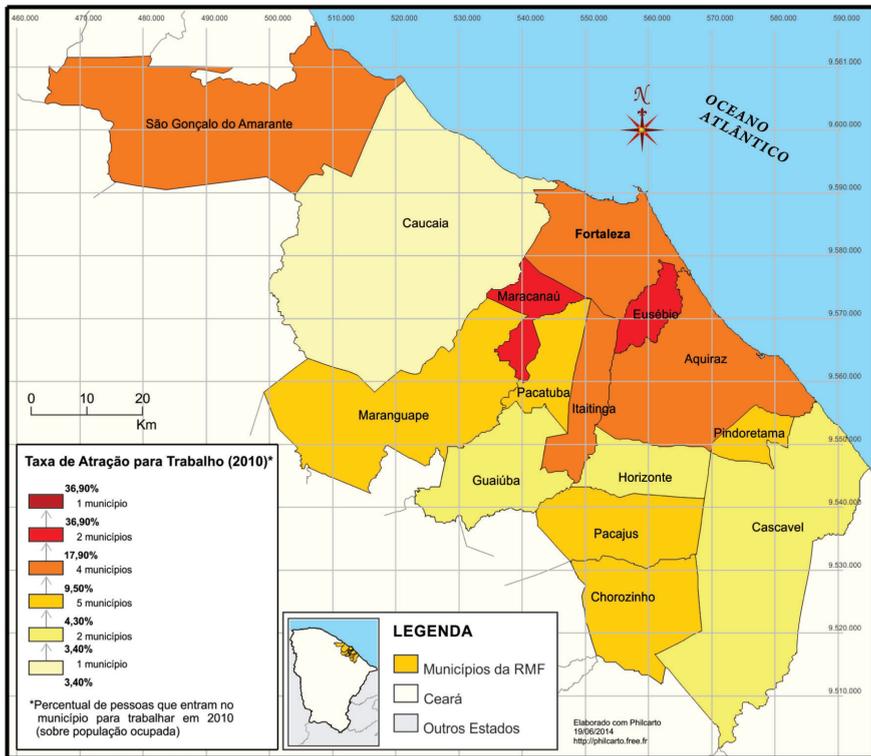
Outra variável importante para compreender os deslocamentos vinculados ao trabalho refere-se à “taxa de atração para o trabalho”. Esta variável, adotada pelo IBGE, permite compreender que na RMF, no ano de 2010, os municípios detentores das maiores taxas de atração, são, respectivamente, Maracanaú e Eusébio. Notadamente, são municípios que receberam importantes empresas industriais, as quais estavam instaladas em Fortaleza, mas, pelo crescimento do setor, expandiram-se para municípios da RMF. Entre os grupos industriais, podemos referenciar o M. D. Branco.

Importante Empresa do setor alimentício, iniciou suas atividades em Fortaleza na década de 1930. Atualmente, é uma das principais empresas industriais do setor alimentício, que atua no território brasileiro, como afirmou Bomtempo (2011). Ao apresentar expansão do ponto de vista do mercado, o grupo M. Dias Branco iniciou um processo de aquisição de diversas empresas alimentícias, a princípio no território cearense, mas também em outros estados da região Nordeste, Sudeste e Sul.

No Ceará, o respectivo grupo empresarial, adquiriu a empresa Estrela, originalmente instalada no Distrito Industrial de Maracanaú. Além disso, transferiu sua maior unidade produtiva de Fortaleza para o município de Eusébio, localizado na RMF. Não podemos nos restringir apenas ao exemplo do setor alimentício industrial para entender o destaque desses dois municípios no tocante à taxa de atração para o trabalho, mas compreendemos que esses eventos contribuíram enormemente para o surgimento de novos fluxos populacionais na RMF nesta primeira década do século XXI.

Na RMF, outros municípios também se destacam no movimento de atração para o trabalho. São respectivamente São Gonçalo do Amarante, Aquiraz, Fortaleza e Itaitinga, seguidos por Maranguape, Pacatuba, Pacajus e Chorozinho. Já os municípios de Caucaia, Guaiuba, Horizonte e Cascavel, apresentam taxas mais reduzidas de atração para o trabalho (Figura 4.10).

Figura 4.10 – Taxa de atração para o trabalho – RMF (2010).



Base cartográfica: IPECE, 2014.

Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina.

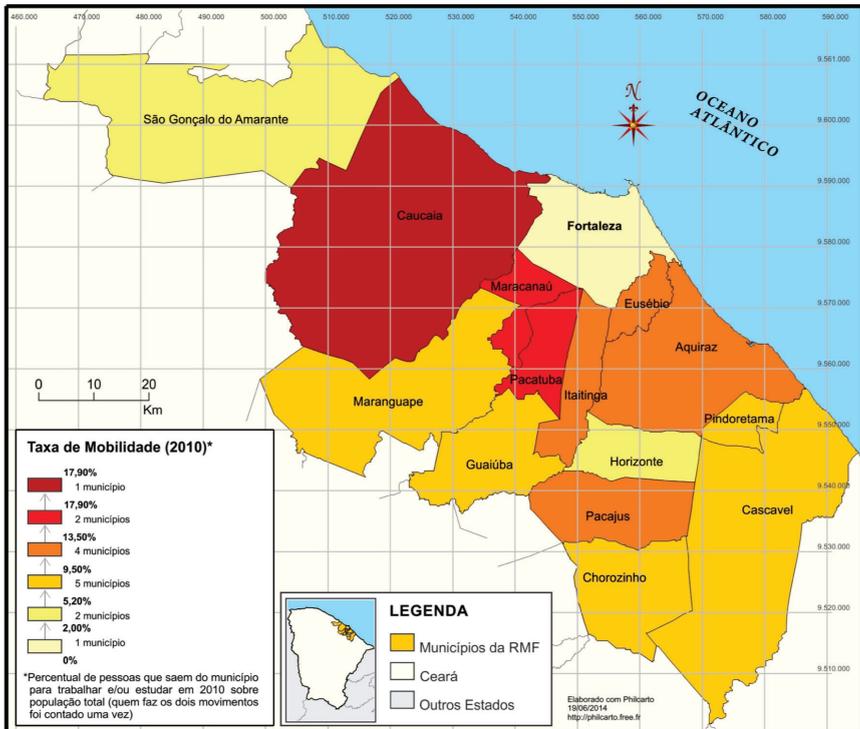
Projeto cartográfico: BRITO, Rafael.

Fonte: IBGE, 2000 e 2010 (Observatório das Metrôpoles).

No concernente às mobilidades, ou seja, deslocamentos ocasionais para realizar não apenas atividades laborais, mas também aquelas vinculadas ao consumo, ao lazer, aos estudos e serviços de várias naturezas, podemos verificar, Caucaia é o município que mais se destaca na RMF, seguido por Maracanaú, Pacatuba, Eusébio, Itaitinga, Pacajus, Aquiraz, Maranguape, Chorozinho, Guaiuba, Pindoretama e Cascavel, conforme a Figura 4.11. Vale ressaltar: municípios como Caucaia e Maracanaú, desde a década de 1980 passam por constantes reestruturações, tanto do ponto de vista da dinamização das atividades econômicas, vinculadas à indústria, ao comércio e aos serviços, como também da implantação de conjuntos habitacionais direcionados para classe trabalhadora. Essa população, atraída pela possibilidade de in-

serção no mercado de trabalho formal, fixou residência nesses municípios, porém, grande parte ainda continua se deslocando para realizar as atividades laborais, de estudo ou mesmo de lazer, no município núcleo da região metropolitana.

Figura 4.11 – Taxa de mobilidade – RMF (2010).



Base cartográfica: IPECE, 2014.

Organização: BOMTEMPO, Denise Cristina.

Projeto cartográfico: BRITO, Rafael.

Fonte: IBGE, 2000 e 2010 (Observatório das Metrôpoles).

Diante do apresentado, ressaltamos que os movimentos migratórios são inerentes à constituição do povo brasileiro. O Ceará moderno entrelaça movimentos migratórios que articulam inúmeras escalas geográficas. No período atual, conforme mencionado, é possível mensurar migrações advindas do campo para cidade - com inúmeros papéis na rede urbana; das cidades pequenas para cidades médias; entre os municípios da RMF e Fortaleza, além dos movimentos migratórios internacionais, um dos mais recentes.

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e do Emprego apresentados na Tabela 4.11, o número de estrangeiros a se direcionar para o Brasil e receber autorizações para trabalho permanente tem aumentado consideravelmente entre os anos de 2008 e 2011. Entre os países aos quais se concedem autorizações citamos Itália, Japão, Portugal, Espanha, China, França, Coreia do Sul, Alemanha, Reino Unido e Outros.

Tabela 4.11 – Autorizações de trabalho permanente para o Brasil (2008 – 2011).

PAISES	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Japão	213	206	255	324	998
Itália	386	348	295	315	1344
Portugal	221	216	177	307	921
China	195	98	153	277	723
Espanha	243	148	223	269	883
Coréia do Sul	100	73	191	198	562
Estados Unidos	162	122	126	166	576
França	153	138	178	166	635
Alemanha	85	68	88	83	324
Reino Unido	80	51	47	58	236
Outros	574	682	514	529	2299
TOTAL	2412	2150	2247	2692	9501

Fonte: MTE, 2011. ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina.

Ao entrar no território brasileiro, os migrantes estrangeiros tomam inúmeras direções. Conforme consta na Tabela 4.12, o estado de São Paulo, seguido pelo Rio de Janeiro, são os que mais acolhem migrantes estrangeiros. Essa realidade perpassa esses estados desde fins do século XIX, quando a migração era para atender, sobretudo, às demandas da cultura cafeeira.

Tabela 4.12 – Direcionamento dos migrantes estrangeiros por estado da federação.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	2008	2009	2010	2011	TOTAL
São Paulo	924	721	825	1257	3727
Rio de Janeiro	315	297	299	392	1303
Ceará	248	233	134	213	828
Bahia	229	147	113	120	609
Outros	696	752	876	710	3034
TOTAL	2412	2150	2247	2692	9501

Fonte: MTE, 2011. ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina.

No início do século XXI, depois de São Paulo e Rio de Janeiro, o Ceará, considerado historicamente como um estado de expulsão de sua população, entre outras por conta da sua situação geográfica encravada no semi-árido nordestino e, também, pela manutenção de uma elite política conservadora, sobressai entre os estados brasileiros como o terceiro na lista daqueles que recebem migrantes estrangeiros, seguido pela Bahia. Essa nova realidade a se desenhar no território cearense é resultado da política de modernização, em vigor desde a década de 1970, que permitiu a instauração de recentes dinâmicas econômicas, vinculadas aos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços.

Assim, entre os estrangeiros adentrados no Ceará em 2013, conforme Tabela 4.13, verificamos um aumento considerável ao total registrado no ano de 2011. Ainda, do ponto de vista do local de origem, destacam-se em maior número aqueles advindos dos Estados Unidos, Portugal, Itália, Alemanha, França, Espanha, Guiné-Bissau, Argentina, Cabo Verde, Holanda, Suíça, Coréia do Sul e China. Em menor número: Chile, Canadá, Japão, Bélgica, Cuba e Áustria.

Tabela 4.13 – Quantidade de estrangeiros no Estado do Ceará, 2013.

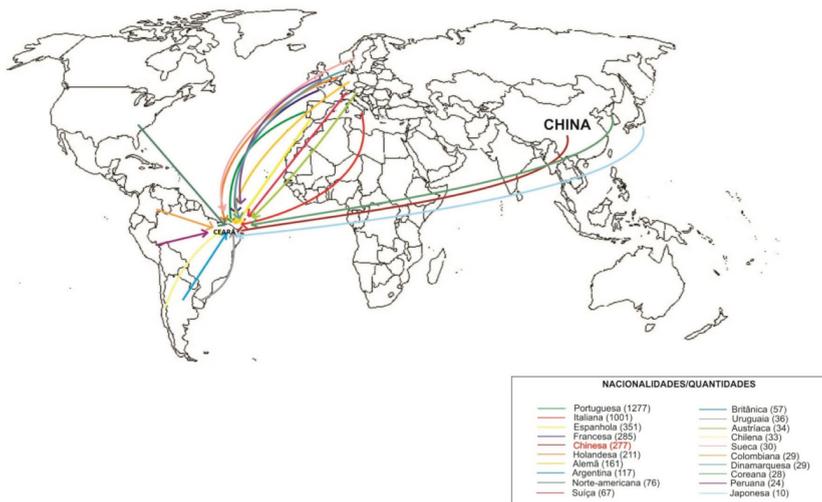
PAÍSES	QUANTIDADE DE ESTRANGEIROS NO CEARÁ, 2013.
Estados Unidos	2907
Portugal	2457
Itália	2074
Alemanha	1236
França	1033
Espanha	784
Guiné-Bissau	754
Argentina	667
Cabo Verde	557
Holanda	477
Suíça	387
Coréia do Sul	357
China	288
Chile	267
Canadá	213
Japão	187
Bélgica	146
Cuba	117
Áustria	106
TOTAL	15.014

Fonte: Delegacia de Imigração - Polícia Federal, 2013. Publicado no jornal Diário do Nordeste no dia 4/11/2013. Organização: FERREIRA, Elidiane; BOMTEMPO, Denise Cristina. Novembro de 2013.

Como observado, as mobilidades vinculadas à escala internacional que se articulam ao território cearense têm seu destino atrelado principalmente à Fortaleza e sua Região Metropolitana. Os migrantes que chegam no Ceará, são movidos por razões vinculadas ao trabalho, aos investimentos, como também aos estudos. São empresários que investem em setores do agronegócio - fruticultura irrigada; construção civil e serviços - destaque para os condomínios fechados e *resorts* construídos no litoral, com vistas a atender às demandas do turismo; da indústria - sobretudo de base, haja vista os investimentos de capital coreano e alemão advindos das unidades produtivas industriais instaladas no CIPPP, em São Gonçalo do Amarante; e do comércio - como exemplo, pode ser citados os chineses que se estabelecem na área central da cidade de Fortaleza, em atividades do “circuito inferior e superior marginal da economia urbana”, como averiguou Ferreira (2013).

Ainda de acordo com Ferreira (2013), dos migrantes estrangeiros que se dedicaram às atividades vinculadas ao comércio e serviço no Ceará, mais expressivamente em Fortaleza e municípios da RMF, sobressaem majoritariamente: portugueses, italianos, espanhóis, franceses, chineses, holandeses, alemães, entre outros, conforme pode ser verificado na Figura 4.12.

Figura 4.12 – Principais fluxos migratórios de estrangeiros que possuem estabelecimentos registrados na Junta Comercial do Estado do Ceará (2012).



Organização: FERREIRA, Elidiane; BOMTEMPO, Denise Cristina. Novembro de 2013.
 Projeto cartográfico: BARRA, Otávio Augusto Lima.
 FONTE: Junta Comercial do Estado do Ceará, 2012.

No período atual, os movimentos migratórios que se articulam ao Ceará, sobretudo na RMF, contribuem para a leitura das novas dinâmicas territoriais presentes no estado, e que precisam ser lidas, com vistas a compreender o território brasileiro na sua totalidade.

4.4 Considerações finais

Nesta primeira década do século XXI verificamos que a Região Metropolitana de Fortaleza, do ponto de vista do perfil populacional, revela características gerais que denotam as mudanças vinculadas às dinâmicas demográficas da população residente e também que articula suas vidas em movimentos metropolitanos.

De acordo com os dados levantados e analisados, como foi possível perceber, a RMF compreende o recorte mais povoado do Estado do Ceará, no entanto, a população não se distribui de maneira homogênea, mas concentrada de maneira densa em municípios que apresentam uma dinâmica econômica mais acentuada.

Quanto ao perfil populacional, enquanto tendência, predominam os mais jovens, com fenótipo pardo. No que concerne à população ocupada, notamos pequena queda, ao compararmos 2000 e 2010, no entanto, é perceptível o aumento de mão de obra feminina nas atividades laborais da RMF.

Ainda, a população da RMF apresenta diminuição de sua taxa de crescimento, mas é notável a redução dos índices de fecundidade, natalidade e mortalidade, com conseqüente aumento da expectativa de vida.

No referente aos dados inerentes à taxa migratória, é possível verificar, em relação aos dados absolutos, que todos os municípios da RMF, inclusive Fortaleza, tiveram elevação do saldo migratório sobre a população de 5 anos ou mais, sejam nas direções “núcleo-periferia”, “periferia-núcleo” e “periferia-periferia”, seja nos movimentos que articulam a escala internacional, sendo estes os mais recentes.

Em síntese, compreender a transição demográfica e as migrações na RMF, neste início do século XXI, propicia fazer interações com as múltiplas dinâmicas ocorridas no território brasileiro, em especial, o cearense. Além disso, com base neste capítulo, com vistas ao aprofundamento da análise populacional, podemos elaborar inúmeras questões, as quais podem ser problematizadas em futuros trabalhos. São

elas: quais os motivos que levam o Ceará, estado permeado por contradições socioespaciais, a se tornar atrativo do ponto de vista migratório? Quais são os movimentos migratórios que se materializam no território cearense, sobretudo na região metropolitana? Qual o perfil desses migrantes no tocante a origem, local de residência, inserção no mercado de trabalho, consumo, lazer e práticas cotidianas? Qual o papel dos migrantes para a mudança do perfil populacional do Ceará? Quais são as novas territorialidades existentes nas cidades onde ocorre concentração de migrantes? Podemos afirmar que existem novas dinâmicas territoriais vinculadas à chegada de migrantes estrangeiros e nacionais no território cearense e na RMF?

Essas questões são norteadoras para dar continuidade à interpretação das novas dinâmicas territoriais e populacionais que se materializam no território cearense, sobretudo da região metropolitana, no período atual.

Referências

- BOMTEMPO, Denise Cristina (2011). **Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média: as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília - SP**. 455 f. Presidente Prudente: PPGG/UNESP/Presidente Prudente (Tese de Doutorado em Geografia).
- BRITO, Fausto (2014). Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. Disponível no endereço: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/r12/brito.doc. Acesso em fevereiro de 2014.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa (1999). Urbanização da sociedade cearense. In: DAMIANI, Amélia I. et al (Org.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (2006). Cidades litorâneas marítimas tropicais: construção da segunda metade do século XX, fato no século XXI. In: SILVA, José Borzacchiello da Silva (et al). **Panorama da Geografia Brasileira 2**. 1a. Edição. São Paulo: Annablume, vol.1 p. 79-89.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello da Silva (2009). A formação histórica da metrópole e principais tendências de desenvolvimento. In: PEQUENO, Luis Renato Bezerra. **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, (p. 1 - 39).
- FERREIRA, Elidiane Silvia (2013). **Migração internacional e os circuitos**

da economia urbana: os chineses no centro da cidade de Fortaleza - CE.

Fortaleza/CE: Monografia defendida com vistas à obtenção do título em licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, sob orientação da Profa. Dra. Denise Cristina Bomtempo, dezembro.

MATOS, Ralfó; RODRIGUES, Roberto Nascimento; LIMA, Cássio Francisco (2005). Gênero, chefia de domicílios e *status* migratório na rede urbana brasileira. In: MATOS, Ralfó (Org.). **Espacialidades em rede. População, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte.

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE – www.mte.gov.br. Acesso em: 21/5/2012).

NOGUEIRA, Cleiton Marinho Lima (2011). Expansão metropolitana contemporânea: a região metropolitana de Fortaleza no início do século XXI. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: UERJ/Maracanã, 18 a 22 de novembro de 2013.

PEREIRA, Maria Florice Raposo; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (2009). Dinâmica do crescimento populacional. In: PEQUENO, Luiz Renato Bezerra. **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles (p. 41 - 53).

PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves (2012). **Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 480 páginas http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/Territorio_e_economia_politica-WEB.pdf.

PEQUENO, Luis Renato Bezerra (2014). **Primeiras análises da dinâmica populacional do Estado do Ceará na última década**. Fortaleza (no Prelo).

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (2012). **As Metrôpoles Brasileiras no Milênio**. Rio de Janeiro, Letra Capital.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz; RODRIGUES, Juciano; CORRÊA, Felipe Souza. **Segregação Residencial e Mercado de Trabalho nos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros**.

PARTE II

Mudanças na estrutura socioespacial da metrópole: Fortaleza entre 2000 e 2010

Renato Pequeno

Resumo: Este capítulo expõe os resultados decorrentes de análise comparativa entre as tipologias socioespaciais da Região Metropolitana de Fortaleza obtidas segundo os dados censitários do IBGE, pesquisa amostral para os anos 2000 e 2010. A princípio, busca-se de forma sintética discutir as principais transformações na estruturação metropolitana associadas às atividades econômicas e às formas de produção da moradia; em seguida, apresenta-se a nova tipologia em sua totalidade, estabelecendo-se algumas comparações com a tipologia socioespacial anterior, de modo a revelar algumas mudanças gerais ocorridas ao longo da década; por fim, cada tipo socioespacial é analisado em sua composição sócio-ocupacional considerando as alterações verificadas no período de 2000 a 2010.

Palavras-chave: Metrópole, estruturação urbana, tipologia socioespacial, categoria sócio-ocupacional.

Abstract: This chapter presents the results arising from comparative analysis between socio spatial typologies in the metropolitan region of Fortaleza obtained according to the census data of IBGE for the years 2000 and 2010. In its first part, it intends to discuss the major changes at the metropolitan region related to the main economic activities and to the housing production; further, it presents the new socio spatial typology in its entirety, settling some comparisons with the previous socio spatial typology, aiming to reveal some general changes that occurred throughout the last Decade; Finally, each socio-spatial type is analysed in its composition in terms of socio occupational categories considering its changes during the period from 2000 to 2010.

Keywords: Metropolis, urban structure, socio spatial typology, socio occupational categories.

5.1 Introdução

Neste capítulo expomos os resultados obtidos por meio de estudos comparativos entre as tipologias socioespaciais da Região Metropolitana de Fortaleza formuladas com base nos dados censitários amostrais coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para os anos de 2000 e 2010.

Trata-se de um segundo trabalho que dá prosseguimento a estudos feitos em 2006, utilizando dados do Censo Amostral do IBGE - 2000 quando foi formulada a tipologia composta por sete tipos socioespaciais organizados consoante a hierarquia social das ocupações.

Para sua produção empregamos os procedimentos metodológicos adotados pela Rede de Pesquisa Observatório das Metrôpoles, os quais se fundamentam na utilização da ocupação como variável principal. Esta é definida de acordo com o que declara o entrevistado ao pesquisador, considerando a semana de referência definida pela metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Definidas as categorias sócio-ocupacionais, em torno das quais são agrupadas as muitas ocupações declaradas, faz-se uso do software de geoestatística STATLAB, trabalhando-se com a análise multivariada e a construção de *clusters*, com vistas à definição dos diferentes tipos socioespaciais que passam a compor a tipologia socioespacial buscando explicar a estrutura social da RMF.

Em sua primeira parte, analisamos alguns dos elementos estruturantes da Região Metropolitana de Fortaleza, com destaque para o processo de industrialização, a expansão do terciário e a identificação de dinâmicas promovidas pelo mercado imobiliário associadas às demais formas de moradia promovidas pelo Estado e pelos setores informais. Elaborado de forma qualitativa, este breve relato do processo de estruturação da metrópole pretende introduzir ao leitor as condições de desenvolvimento urbano vigentes na RMF, identificando as frentes de expansão, a distribuição espacial das atividades produtivas, os deslocamentos residenciais e os espaços de segregação.

Em seguida, apresentamos a nova tipologia em sua totalidade, e estabelecemos algumas comparações com a tipologia socioespacial anterior, de modo a revelar algumas mudanças gerais ocorridas ao longo da década. Para tanto, fez-se necessário uma série de esclarecimentos de cunho metodológico em decorrência de mudanças na subdivisão do território metropolitano em unidades espaciais de análise.

A visualização da tipologia como um todo, subdividida em tipos, considerando os percentuais de cada categoria sócio-ocupacional (CATS), bem como as densidades com que as CATS incidem nos diversos tipos em relação ao todo metropolitano, nos permitem definir os tipos e reconhecê-los segundo uma hierarquia social, estruturada pela variável trabalho ou ocupação. Disto, sete tipos foram identificados, e buscamos para melhor comparação formular alguns ajustes em sua nomenclatura de modo a confrontar as tipologias de 2000 e 2010.

Este confronto se dará com maior aprofundamento na quarta seção, quando num primeiro momento cada tipo socioespacial é analisado na sua importância como parte integrante da região metropolitana, na sua estruturação a partir das atividades econômicas predominantes e nas dinâmicas imobiliárias formais ou informais recentes.

Em seguida, analisamos sua composição sócio-ocupacional, no intuito de compreender a representatividade de grupos específicos como os dirigentes, os profissionais de nível superior, as ocupações médias, os trabalhadores do secundário, do terciário especializados e não especializados e dos agricultores. Quais teriam sido as alterações ao longo da década nesta composição? Em que medida a distribuição espacial das atividades econômicas e as reestruturações a elas associadas promovem mudanças na composição sócio-ocupacional da metrópole? Que categorias despontam como explicativas daquele tipo? Que movimentos podem ser visualizados em termos de concentração de determinadas ocupações num determinado território?

Estas são algumas das questões que este capítulo adota como norteadoras para sua elaboração. Trata-se de uma primeira oportunidade de realização de estudos analíticos da evolução da variável ocupação na Região Metropolitana de Fortaleza.

5.2 Elementos estruturantes da RMF: industrialização, setor terciário e dinâmicas imobiliárias formais, públicas e informais

Ao longo da década de 2000, a Região Metropolitana de Fortaleza sofreu algumas alterações em sua estruturação, confirmando certas tendências previamente apontadas. Em termos demográficos, só nesta década verificou-se aumento de mais de 18% da população metropolitana, a qual passou a contar com mais de 3,6 milhões de habitantes.

Este crescimento encontra-se vinculado ao adensamento populacional no município polo e nos demais a ele conurbados, assim como nas sedes dos municípios em processo de industrialização desde os anos 1990 e nos núcleos litorâneos onde o turismo predomina como atividade econômica. Com isso, configura-se por um lado a concentração populacional no núcleo metropolitano e por outro a descentralização, evidenciando-se a tendência de dispersão urbana na RMF.

Para melhor compreender estas transformações, apontamos de maneira sintética algumas das dinâmicas metropolitanas vinculadas às atividades econômicas que melhor caracterizam a Região Metropolitana de Fortaleza e sua importância no estado do Ceará. Além da sua identificação, pretendemos mediante sua espacialização, compreender o papel dos setores produtivos no processo de estruturação da metrópole.

Os espaços onde se concentra o setor secundário da RMF identificados em trabalho similar referente à última década do século XX permanecem os mesmos, todavia com alterações na sua composição e na sua intensidade, as quais fazem valer a importância da reestruturação deste setor produtivo para a estruturação da metrópole. Nesta ótica, a investigação científica desenvolvida por Edilson Pereira sobre a industrialização do estado do Ceará comprova a relevância do setor secundário na RMF, inclusive numa perspectiva histórica, identificando as estratégias e ações presentes nas políticas públicas comandadas pelo governo do estado do Ceará (Pereira Júnior, 2012).

O processo maior de reestruturação do setor industrial na metrópole cearense apresenta-se em diferentes dinâmicas que assumem formas diversas. É possível ressaltar dentre estas dinâmicas: o deslocamento em direção às periferias que tem por corolário o esvaziamento de alguns setores da cidade; a implantação de novas indústrias nos distritos municipais e ao longo dos eixos atraídas pelos muitos incentivos ofertados; a processual implementação de Complexo Industrial Portuário em setor localizado nos municípios de Caucaia e São Gonçalo que deve provocar a remoção de áreas retroportuárias, especialmente a armazenagem de combustível, situadas nas proximidades do terminal portuário do Mucuripe.

Antigos bairros operários onde se localizam estabelecimentos industriais com baixa intensidade tecnológica passam desde a última década por mudanças, com redução da empregabilidade do setor, notadamente nas indústrias de transformação de oleaginosas, de produ-

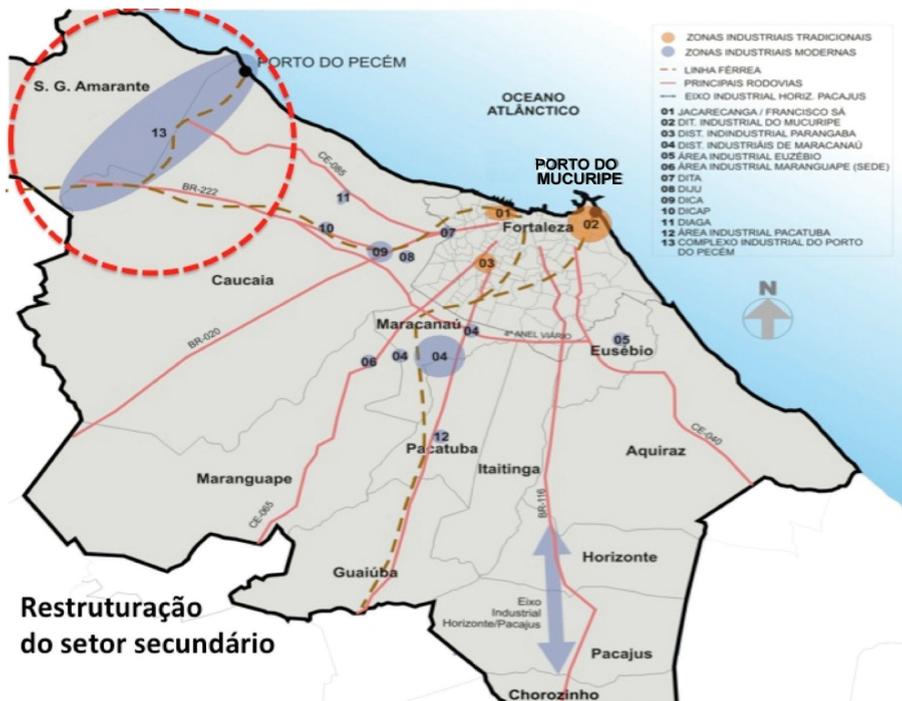
ção de alimentos, de confecções e do setor têxtil. Disto denota-se o crescimento de edifícios em situação de abandono e o surgimento de novos empreendimentos imobiliários, numa clara situação de mudança de uso do solo.

Em direção aos espaços periféricos industriais, a situação é diversificada quanto ao porte do distrito industrial ou à extensão do eixo industrial ao longo das rodovias, a depender da forma como foi planejada a ocupação do solo urbano por esta atividade, ou mesmo a ausência de instrumentos de planejamento e gestão territorial. Com isso consolidam-se os espaços da industrialização especialmente em Maracanaú na forma de distrito e em Pacajus e Horizonte na forma de eixo. Noutros municípios como Eusébio, Itaitinga, Pacatuba e Maranguape a industrialização também ganha importância, ainda que contida em pequenos distritos e trechos menores das rodovias que as atravessam.

Realce merece ser dado ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que finalmente passa a vislumbrar a implantação das grandes indústrias de transformação, como a Siderúrgica e a Refinaria almejadas desde os anos 1980. O impacto da sua implantação na estruturação metropolitana requer mais estudos, especialmente se considerarmos a precariedade dos instrumentos de planejamento e gestão territorial até hoje formulados e as recorrentes mudanças de planos quanto às novas empresas a serem instaladas.

Como apontam as informações obtidas junto aos gestores da Companhia Siderúrgica do Pecém, sua construção chegará a gerar mais de 17 mil empregos diretos simultâneos no auge do processo construtivo. Da mesma forma, a refinaria em negociação com a Petrobras poderá atingir mais de 20 mil empregos na mesma situação. A nosso ver, com a sua consolidação, novas frentes de expansão urbana tenderão a ser abertas nesta direção, inclusive comprometendo os espaços outrora voltados para o turismo e os empreendimentos imobiliários para segunda residência no litoral oeste da RMF (Figura 5.1).

Figura 5.1 – Distribuição espacial do setor industrial na RMF



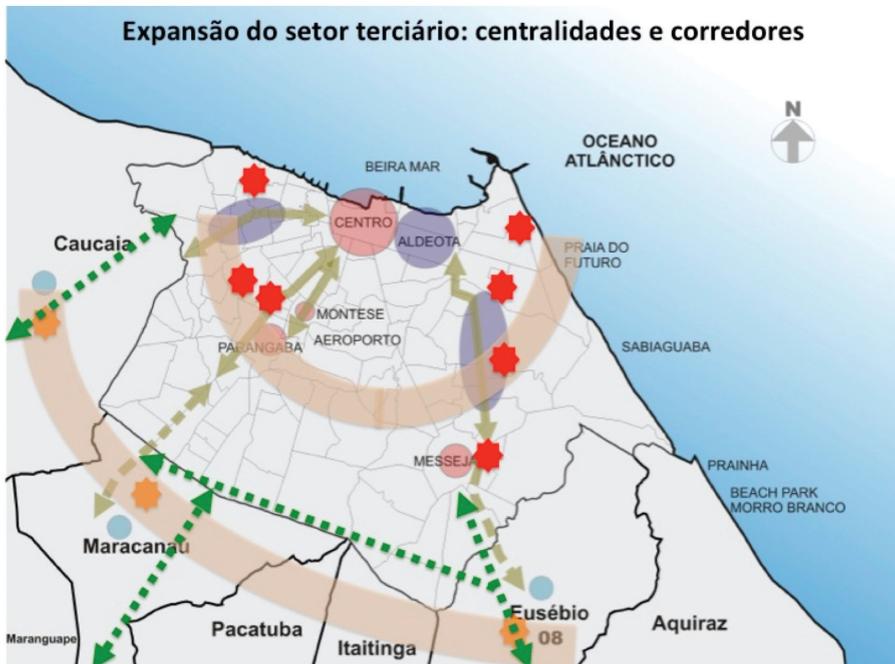
Fonte: Organizado pelo autor

No referente aos espaços terciários, Fortaleza corresponde ao município polo da região metropolitana, concentrando grande parte dos serviços e dos estabelecimentos comerciais, os quais atendem às demandas de toda a região de influência da RMF, conforme apontaram os estudos realizados pelo IBGE em 2007. Chama atenção a intensa vinculação entre os espaços do setor terciário e os principais eixos viários da metrópole, indicando o seu direcionamento aos bairros periféricos de Fortaleza e mesmo aos municípios diretamente a ela conurbados, como Caucaia, Maracanaú, Eusébio e Aquiraz.

Em contraposição à linearidade e à continuidade das vias que estruturam o espaço intraurbano metropolitano, destaca-se a implantação de shopping centers, os quais se manifestam de duas formas: - primeiro, ao reforçar as subcentralidades tradicionais presentes nos municípios periféricos, como em Caucaia e Maracanaú; segundo, ao se concentrar ao longo do eixo de expansão sudeste, com o surgimen-

to de novos shoppings construídos em trechos da Avenida Washington Soares onde ainda se verifica a presença de enormes vazios e densas ocupações irregulares; terceiro, ao conformar um conjunto de centros comerciais nos bairros pericentrais para onde o setor imobiliário também buscou se expandir em função de projetos de mobilidade e da sua proximidade com o Centro, culminando com sua intensa valorização (Figura 5.2).

Figura 5.2 – Processo de expansão do setor terciário na RMF, destacando-se em sua estruturação: eixos ao longo de vias principais convergentes ao centro tradicional; polos vinculados a subcentros tradicionais e a implantação de shopping centers; eixos terciários voltados à agropecuária.



Fonte: Organizado pelo autor.

Resultado do período de crescimento econômico passado pelo Brasil, verifica-se na RMF acelerada e intensa dinamização deste setor, marcado dentre outros aspectos pela chegada de grandes empresas imobiliárias do Sudeste, assim como a migração de empresários de outros setores da economia para a incorporação. Como sugerem os estudos de doutorado da arquiteta Beatriz Rufino (RUFINO, 2012),

a presença do incorporador imobiliário passa a ser um diferencial trazendo novas dinâmicas ao espaço metropolitano, as quais julgamos fundamentais na estruturação do intraurbano da metrópole de Fortaleza.

A verticalização concentrada em bairros mais valorizados ao leste do Centro e à Beira-Mar evidencia a concentração de riqueza e a direta vinculação entre especulação imobiliária e segregação residencial. Ao longo das últimas décadas também os bairros considerados pericentrais passam por processo de substituição de residências unifamiliares por condomínios verticais dada a proximidade do Centro e a presença de infraestrutura e serviços de qualidade nas proximidades.

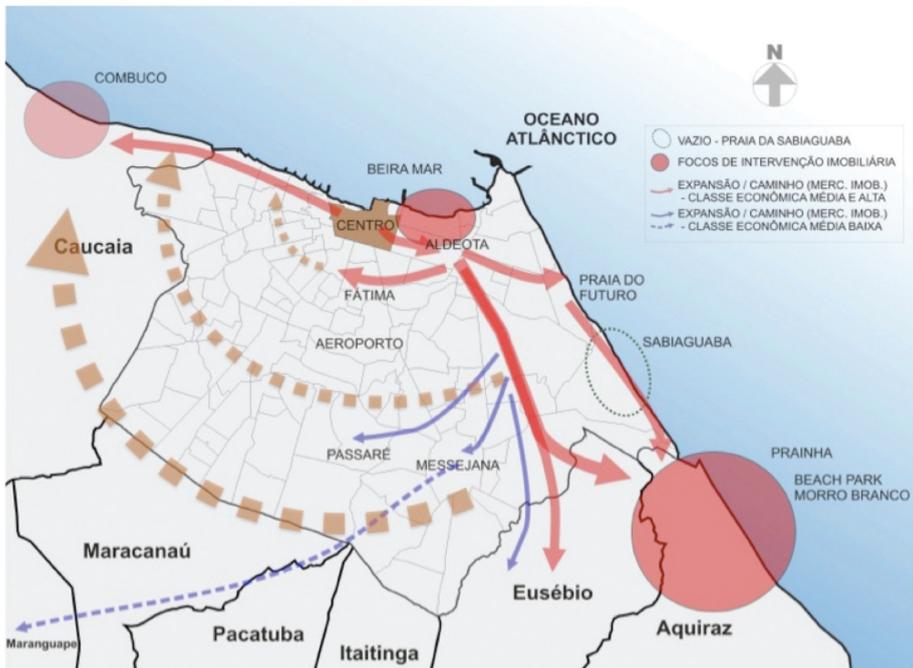
Outrora estático, o eixo sudeste ganha movimentação desde que novos empreendimentos imobiliários passaram a emergir nos bairros vizinhos em direção ao oeste, que também sofrem com a valorização. Com isso, percebem-se a fragmentação e dispersão dos espaços verticalizados, erguendo-se novas formas na paisagem de bairros residenciais intermediários em sua localização (Figura 5.3).

A esta movimentação desde o eixo sudeste também podem ser somados os condomínios horizontais, os quais, já ao longo da década de 2000, davam indícios da sua presença nos bairros ao oeste. Anteriormente voltados para classes de renda média baixa nos moldes do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), estes empreendimentos passam a ser mais valorizados e modificam o perfil dos moradores nos novos condomínios. Ainda como se destaca, a proximidade com as obras de mobilidade urbana para a Copa de 2014 foi decisiva nessa alteração de padrão de usuário. Chama atenção a adoção da forma condomínio fechado mesmo nos bairros periféricos motivada pela questão da violência urbana, contribuindo para a fragmentação socioespacial em bairros outrora populares e homogêneos.

Neste prisma, os empreendimentos imobiliários associados à atividade turística concentrados em trechos da faixa litorânea, inclusive fora da RMF, ganham distinção como elemento estruturante da metrópole. Os estudos de Eustógio Dantas constituem importante referência sobre esta temática. Verdadeiros *extensores urbanos*, os parques temáticos e os *resorts* passaram a influenciar diretamente na morfologia da RMF, impondo à sua estrutura urbana uma linearidade e uma contiguidade, cada vez maior, ao longo da zona litorânea, preenchida por novos investimentos imobiliários (DANTAS, 2011).

Vale aqui mencionar algumas diferenças e similaridades entre a direção oeste e a direção leste dos fluxos de empreendimentos imobiliários associados ao turismo e à segunda residência. Em ambas as direções, observa-se a conversão de apartamentos e casas de veraneio em primeira residência, entretanto os padrões de uso do solo e as tipologias arquitetônicas e urbanísticas indicam diferenças nas faixas econômicas predominantes, a renda média-alta ao leste e a média-baixa ao oeste. Reforçam esta diferenciação as condições de ocupação dos municípios, onde, apesar da similar presença de comunidades tradicionais litorâneas, verifica-se uma diferenciação ligada às estratégias de desenvolvimento comandadas pelo governo estadual: na direção oeste, a industrialização e o Complexo Portuário entre Caucaia e São Gonçalo do Amarante; na direção leste os parques temáticos e os *resorts*.

Figura 5.3 – Dinâmicas imobiliárias associadas à estruturação da RMF, evidenciando-se os recentes deslocamentos na direção oeste provenientes do eixo de segregação residencial ao sudeste



Fonte: Organizado pelo autor

Nas direções leste e sudeste, mesmo em Fortaleza, observa-se a proliferação de condomínios fechados horizontais e loteamentos fechados como uma das marcas desta expansão urbana. Substituem-se o uso do solo, seja de chácaras e sítios de veraneio, a exemplo de granjas que progressivamente são convertidas em áreas urbanas pelo mercado imobiliário formal. Vale ainda destacar: na direção leste, dois novos municípios foram incorporados à RMF, isto é, Cascavel e Pindoretama, os quais não são representativos em termos demográficos. Entretanto a inclusão destes à metrópole reflete a importância do turismo e a duplicação de rodovias ao longo da faixa litorânea nesta direção, a qual se estende mesmo a outros municípios que não foram incluídos, como Beberibe, onde o nível de integração já se mostrava intenso.

Outras formas de moradia, para além do setor imobiliário formal, também têm se ampliado, como a habitação de interesse social e as diferentes formas precárias. Estas, ao serem somadas, definem um todo bastante diverso e heterogêneo, no qual se percebem inúmeras transformações na composição do tecido social da metrópole. No caso dos conjuntos habitacionais de interesse social, observa-se que como resultado das antigas políticas públicas conduzidas pelo BNH e executadas através da COHAB-CE, teve-se a conurbação de Fortaleza aos vizinhos municípios do oeste e sudoeste (Caucaia e Maracanaú), simultânea às práticas de remoção de favelas bem localizadas, num evidente processo de segregação involuntária comandado pelo Estado.

Em seguida, passa a valer uma fase de produção de pequenos conjuntos, em atendimento por um lado à demanda das intervenções em favelas e por outro ao crescente déficit habitacional sob a forma de pequenos mutirões. Entretanto, o que mais chama atenção na forma de atuação do Estado é sua retração, pois desde a extinção do BNH, delega aos municípios a responsabilidade pelo suprimento das demandas. Estes, em razão das condições de desenvolvimento institucional e munidos de poucos recursos, apresentam resultados bastante aquém das necessidades.

Todavia, consoante é possível reconhecer, pouco a pouco, alguns avanços passam a ocorrer no âmbito municipal e mesmo estadual. Isto acontece por conta da disponibilidade de recursos federais para projetos habitacionais de interesse social oriundos de diversos programas criados pelo Ministério das Cidades nos seus primeiros anos,

no referente a projetos especiais que atendem a demandas específicas, em regra desconectadas de processos de planejamento urbano municipais.

Cabe destacar, no entanto: a questão habitacional tem sido pouco considerada nos planos diretores municipais, porém mais recentemente passou a ser abordada mediante planos locais setoriais de habitação de interesse social. Assim, na ausência de processos de planejamento ou na insuficiência dos seus conteúdos, são implementados inúmeros projetos habitacionais de interesse social, os quais assumem, por um lado, o caráter de ser demonstrativos das condições de desenvolvimento institucional, e por outro o de habilitar o corpo funcional dos municípios à condução de políticas locais direcionadas para o enfrentamento do problema habitacional.

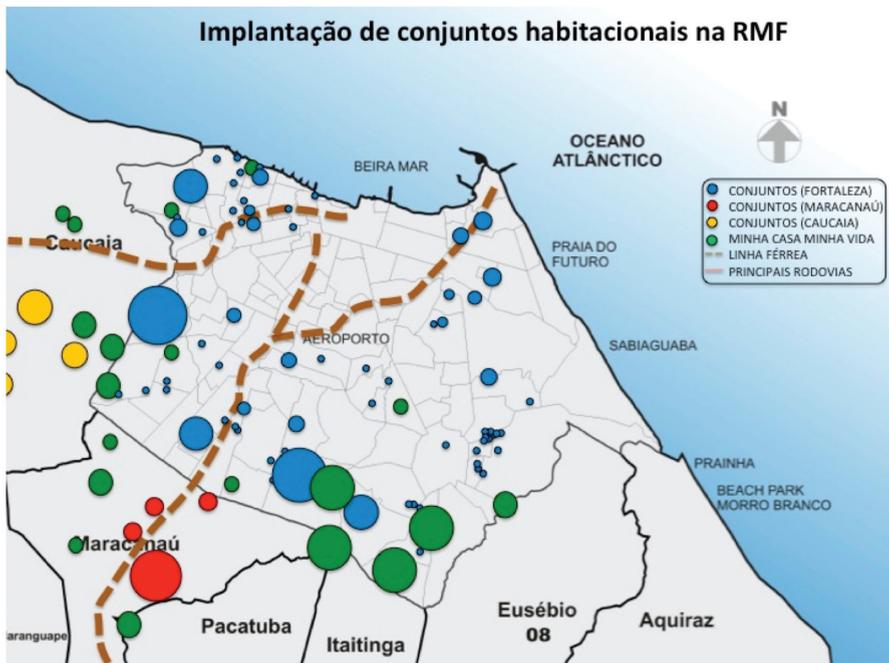
Entretanto, desde a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, em sua componente urbanização de assentamentos precários, observa-se a progressiva junção de grande parte dos programas habitacionais em torno de um só, com algumas alterações na produção habitacional de interesse social. Da parte do governo estadual, percebe-se a implantação de grandes projetos habitacionais na escala metropolitana com vistas a resolver as situações de risco ambiental, reassentando milhares de famílias, antes dispersas em dezenas de comunidades, em enormes conjuntos periféricos. Procedimentos similares passam a ser conduzidos pelas prefeituras, especialmente de Fortaleza, ao vincular suas ações em habitação de interesse social ao atendimento às áreas de risco e às remoções decorrentes de intervenções viárias.

Chama ainda atenção o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, como parte integrante do PAC, cuja produção habitacional volta-se para atender as famílias em situação de déficit habitacional, abrangendo unidades domésticas classificadas em três diferentes faixas: 0 a 3, 3 a 6 e 6 a 10 salários mínimos. Desde seu lançamento, verifica-se que alguns poucos espaços residuais foram alvo do PMCMV em Fortaleza para famílias de baixa renda. Prevalece a produção de habitação de interesse social nos vizinhos municípios de Caucaia e Maracanaú, onde as ações do BNH já tinham sido marcantes ao longo da década de 1980. Em seguida, consoante se evidencia, nos últimos anos passa a predominar a localização periférica e concentrada nas bordas entre os municípios de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, seja através de conjuntos contíguos uns aos outros na primeira fase

do PMCMV, seja mediante grandes conjuntos habitacionais, configurando-se um visível processo de segregação dos mais pobres, como mostra a Figura 5.4.

Por fim, além da oferta residencial advinda do mercado imobiliário e da produção habitacional realizada pelo Estado, verifica-se a presença de milhares de moradias construídas informalmente por famílias excluídas e não atendidas pelas vias oficiais. Conhecidas pela precariedade como estas são construídas, as moradias informais na RMF encontram-se predominantemente em favelas, marcadas pela irregularidade fundiária, a ocupação desordenada, o adensamento excessivo, a ausência de infraestruturas básicas e de equipamentos sociais.

Figura 5.4 – Distribuição espacial dos conjuntos habitacionais de interesse social na RMF, contribuindo com a sua estruturação.

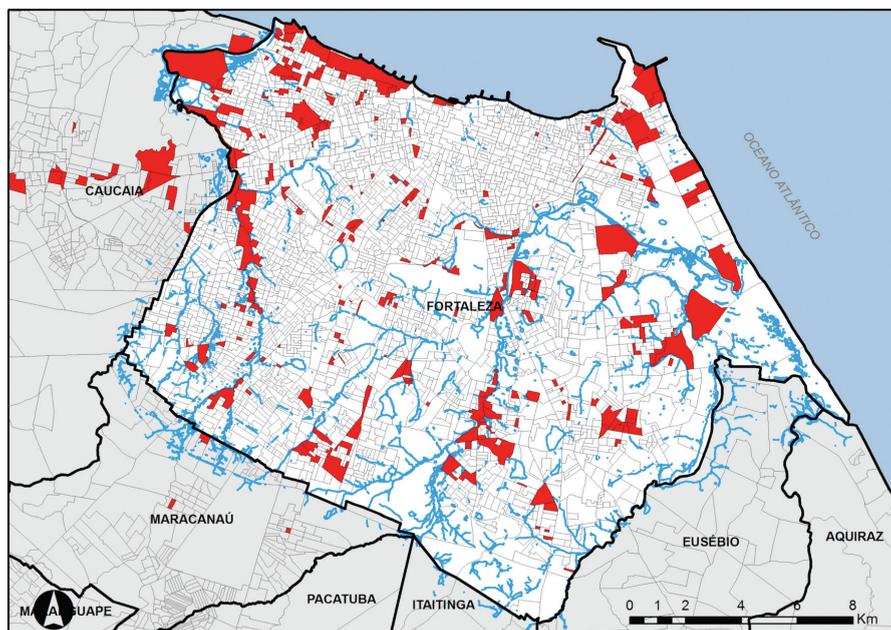


Fonte: Organizado pelo autor

Distingue-se o progressivo crescimento destas áreas em relação à população total, bem como do número de assentamentos. Conforme Pequeno (2011), os dados apresentados pelo Programa de Desfavelamento da Prefeitura de Fortaleza em 1973 apontavam o total de 81

favelas onde viviam cerca de 35 mil famílias. Em 1991, a COHAB-CE realizou estudo semelhante, que contabilizou 314 assentamentos precários, reunindo mais de 108 mil domicílios, todos em Fortaleza. Dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social encaminhado pela Fundação de Habitação Popular de Fortaleza indicam a existência de 619 favelas, ocupadas por mais de 200 mil domicílios. Estes números se restringem à capital. Todavia sabe-se que o processo de favelização junto aos demais municípios da RMF já havia se iniciado no começo da década de 1990. Segundo dados do censo de aglomerados subnormais realizado em 2010 pelo IBGE sinalizando a expansão das áreas de ocupação para os municípios vizinhos. Segundo esta pesquisa, foram apontados setores censitários com aglomerados subnormais em 8 dos 15 municípios da RMF. A figura 5.5 apresenta as áreas identificadas pelo IBGE em 2010 para Fortaleza e os municípios vizinhos.

Figura 5.5 – Processo de favelização na Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: IBGE, 2010; organizado por Sara Rosa

Ainda que as áreas de ocupação irregular estejam dispersas pelo espaço intraurbano da RMF, disseminando-se em diversas frentes, é

possível reconhecer algumas dinâmicas estruturantes do processo de crescimento urbano da metrópole: a progressiva redução do número de áreas nos bairros centrais e pericentrais; o adensamento das favelas bem localizadas que conseguiram resistir e que aos poucos vêm sendo urbanizadas; o movimento em direção às periferias, descentralizando-se o processo de favelização, inclusive rumo aos municípios vizinhos; a apropriação das bordas dos recursos hídricos, reconhecidamente de preservação ambiental, trazendo à tona o aumento das áreas de risco, as quais passam a ser alvo prioritário das intervenções do governo estadual e da Prefeitura de Fortaleza.

Diante do processo de reestruturação do setor produtivo e das dinâmicas urbanas associadas à produção habitacional agrupando o setor imobiliário formal, a produção pública e as formas de moradia precária - observa-se uma nova configuração da estrutura urbana da metrópole. Disto decorrem alterações no conteúdo sócio-ocupacional dos tipos socioespaciais que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza reconhecidas sob a forma de aproximações ou distanciamento entre as diversas ocupações, a refletir em uma possível maior fragmentação socioespacial e ampliando-se o quadro de segregação residencial, seja ele voluntário ou não. Em seguida apresentamos e analisamos algumas destas transformações.

5.3 Os tipos componentes da estrutura socioespacial: Qual a composição atual?

Decorridos dez anos entre a realização dos censos demográficos, tem-se a possibilidade de analisar as prováveis alterações na estrutura socioespacial da RMF a partir das mudanças constatadas nos dados censitários obtidos pela pesquisa amostral do IBGE. Destacamos que foram mantidos os mesmos procedimentos metodológicos adotados nos estudos feitos em 2006 e publicados em 2009 como resultados das pesquisas elaboradas pela Rede Observatório das Metrôpoles (PEQUENO, 2009).

Como variável principal para a definição da estrutura socioespacial adotamos a ocupação declarada ao pesquisador do IBGE na referida investigação para todos os residentes nos domicílios onde as entrevistas transcorreram. Estas ocupações¹ passam a ser agrupadas segun-

¹ As ocupações foram classificadas utilizando-se a Classificação de Ocupações para

do as chamadas categorias sócio-ocupacionais definidas por metodologia da Rede Observatório das Metrôpoles compondo um conjunto de 24 alternativas referenciadas em algumas oposições: urbano *versus* rural; formal *versus* informal; terciário *versus* secundário e dentre estes os diferentes níveis de especialização; nível médio de formação *versus* superior; empregador *versus* empregado; nível de responsabilidade no processo de gestão, seja ela pública ou privada; porte da empresa compreendendo o número de empregos.

Mediante a utilização do software STATLAB constatamos os possíveis agrupamentos de áreas em torno da concentração de determinadas categorias sócio-ocupacionais, evidenciando-se tipos socioespaciais dotados de especificidades nos seus conteúdos sócio-ocupacionais. Estas características apresentam tanto as possíveis predominâncias e homogeneidades das CATS presentes nas áreas de ponderação que compõem os tipos como oposições entre outras CATS trazendo à tona tanto os possíveis conflitos socioespaciais como as situações de segregação, sejam elas voluntárias ou não. Disto resulta a identificação de uma tipologia socioespacial refletindo a qual reflete a hierarquia social presente no espaço metropolitano, compreendida a partir da delimitação e da localização dos seus diferentes tipos componentes.

Tratando-se de estudo comparativo entre os dados dos Censos Demográficos Amostrais realizados pelo IBGE em 2000 e 2010, ressaltamos algumas alterações ocorridas no recorte espacial desta pesquisa. Não bastasse a inclusão de dois novos municípios na Região Metropolitana de Fortaleza, quais sejam, Cascavel e Pindoretama, situados na direção leste, outras alterações promovidas pelo IBGE devem ser mencionadas quanto às unidades espaciais de análise.

No caso, em 2000 havia a subdivisão da RMF em 98 áreas de ponderação (APs), das quais 71 correspondiam ao município de Fortaleza. Para 2010, constatam-se sensíveis mudanças na subdivisão da RMF em áreas de ponderação: o número total de APs aumenta para 107 mas Fortaleza tem o número de áreas reduzido para 55 APs; há uma maior fragmentação do recorte metropolitano periférico à capital, passando de 27 APs para 52 APs fora da capital; apenas os municípios com população inferior a 20 mil habitantes remanescem com apenas uma AP,

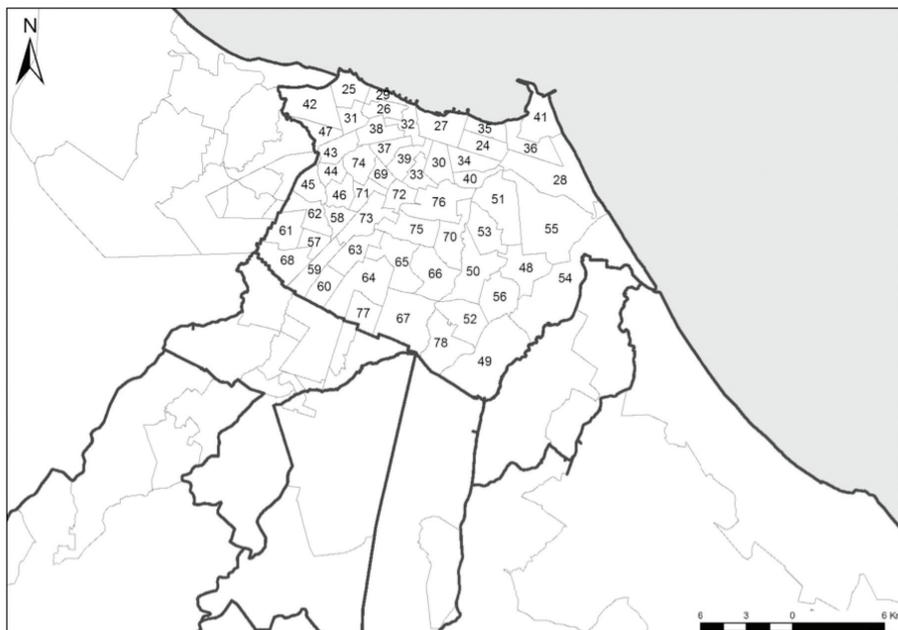
Pesquisas Domiciliares (COD) desenvolvida pelo IBGE para as pesquisas domiciliares, tendo como referência a *International Standard Classification of Occupations* (ISCO-08) da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

justamente aqueles com maior característica rural; todos os demais apresentaram aumento do número de áreas de ponderação, garantindo com isso melhores condições de análise para a distribuição populacional nos municípios periféricos da RMF, em especial por conta da separação entre o recorte espacial urbano correspondente à sede do município e o rural.

Contudo, algumas APs definidas em 2000 vieram a ser fundidas numa só, assim como algumas áreas tiveram partes da sua composição repassadas a outras áreas. Entretanto, este redesenho da subdivisão da RMF em APs, talvez por conta da proximidade e da justaposição das áreas que foram redefinidas, no caso de Fortaleza, não chega a comprometer os resultados para o reconhecimento da tipologia socioespacial. Além disso, devemos apontar que os bairros oficiais são adotados na composição das áreas de ponderação de Fortaleza e, assim, facilitam sobremaneira o processo de análise para o pesquisador que consegue ter domínio sobre esta subdivisão. As figuras 5.6 e 5.7 apresentam o conjunto de APs da RMF, segundo a subdivisão estabelecida no último censo de 2000 de modo a facilitar a leitura dos dados e a compreensão das análises, identificando cada uma das APs.

Todavia, na análise de cada um dos tipos definidos para 2010 daremos um tratamento especial a esta questão de modo a esclarecer possíveis dúvidas. Mais importante, a nosso ver, é considerar que foram utilizadas as mesmas variáveis, no caso, a ocupação dos entrevistados garantindo a análise evolutiva da distribuição espacial das diferentes ocupações. Efetuados os procedimentos geostatísticos obteve-se a nova tipologia para a Região Metropolitana de Fortaleza, apresentada em seguida a partir de algumas variáveis demográficas e espaciais, de forma a permitir algumas comparações entre 2000 e 2010, introduzindo o todo da metrópole antes de aprofundar os conteúdos de cada uma das suas partes, aqui denominadas tipos socioespaciais.

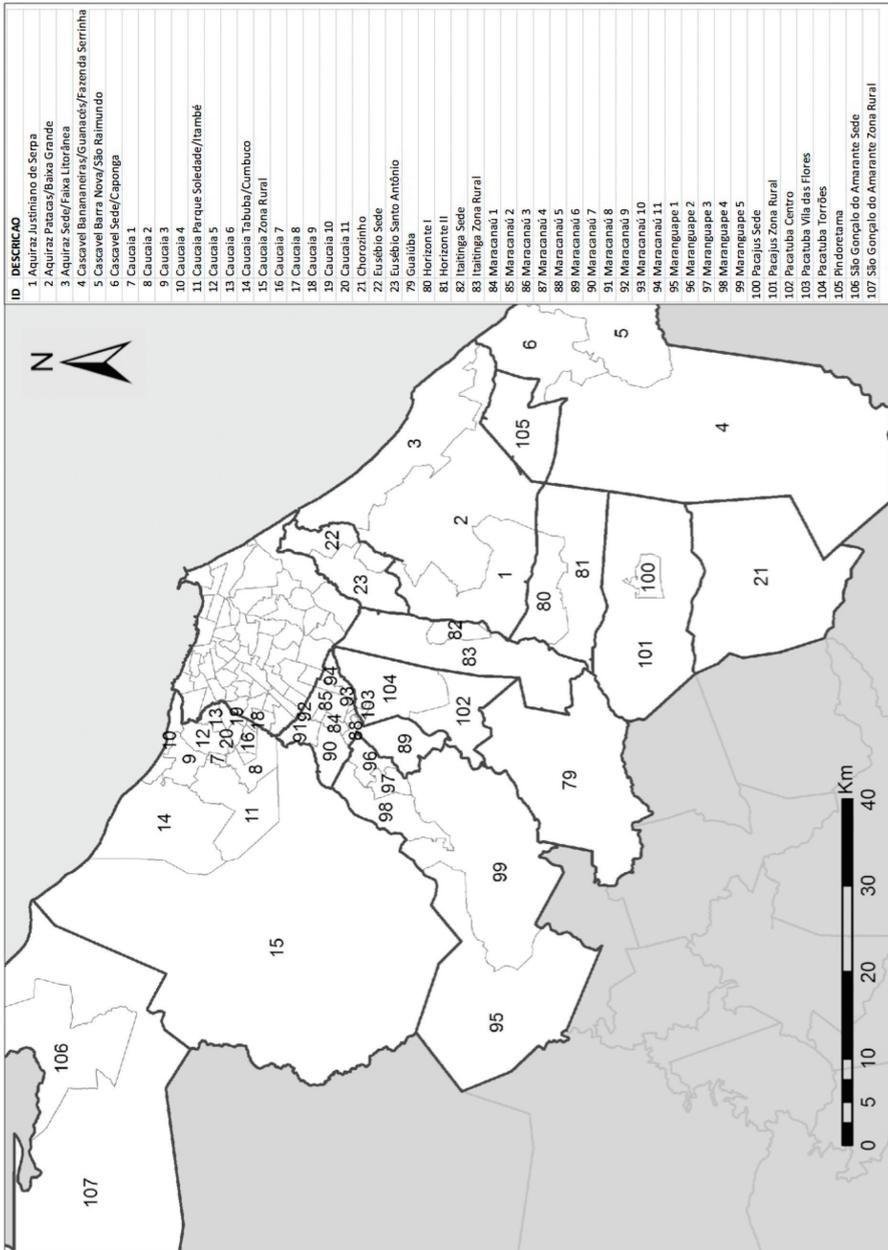
Figura 5.6: Identificação e delimitação das APs para o recorte que abrange Fortaleza em detalhe



ID	DESCRICAÇÃO	ID	DESCRICAÇÃO
24	Aldeota	52	Jangurussu
25	Barra do Ceará	53	Jardim das Oliveiras/Cidade dos Funcionários
26	Álvaro Weyne/Carlito Pamplona	54	Sabiaguaba/Coaçu/Guajeru/Curió/Lagoa Redonda
27	Centro/Praia de Iracema/Arraial Moura Brasil	55	Edison Queiroz/Lagoa Sapiranga
28	Cocó/Cidade 2000/Manuel Dias Branco/P. Futuro	56	Messejana
29	Pirambú/Cristo Redentor	57	Bom Jardim
30	Fátima/José Bonifácio	58	Bonsucesso
31	Jardim Iracema/Floresta	59	Canindezinho/Parque São José
32	Jacarecanga/Monte Castelo/Farias Brito	60	Conj. Esperança/Parque S. Rosa/Parque P. Vargas
33	Gentilândia/Jardim América/Bom Futuro/Parreão	61	Granja Lisboa
34	Joaquim Távora/Dionísio Torres	62	Conjunto Ceará II /Granja Portugal
35	Meireles	63	Maraponga/Manuel Satiro
36	Mucuripe/Varjota/Papicu/De Lourdes	64	Mondubim
37	Parquelândia/Parque Araxá/Amadeu Furtado	65	Jardim Cearense/Dendê/Parque Dois Irmãos
38	Alagadiço/Vila Ellery/Presidente Kennedy	66	Passaré
39	Rodolfo Teófilo/Benfica/Damas	67	Prefeito José Walter
40	São João do Tauapé	68	Siqueira
41	Cais do Porto/Vicente Pinzon	69	Bela Vista/Couto Fernandes/Pan-Americano
42	Vila Velha/Jardim Guanabara	70	Aerolândia/Dias Macedo/Castelão/Mata Galinha
43	Antônio Bezerra/Padre Andrade	71	Demócrito Rocha/Jóquei Club
44	Dom Lustosa/Autran Nunes	72	Montese/Itaóca
45	Genibau/Conj. Ceará I	73	Parangaba/Vila Pery
46	Henrique Jorge/João XXIII	74	Pici
47	Quintino Cunha	75	Serrinha/Itaperi
48	Cambeba/José de Alencar/Curió	76	Vila União/Aeroporto/Auto da Balança
49	Ancuri/Paupina/Pedras/São Bento	77	Planalto Ayrton Senna
50	Cajazeiras/Barroso/Parque Iracema	78	Conjunto Palmeiras
51	Salinas/Guararapes/Eng. L. Cavalcante/P. Manibura		

Fonte: IBGE, 2010; Cartograma organizado por Arthur Molina.

Figura 5.7 – Identificação e delimitação das APs para o recorte que abrange os demais municípios que compõem a RMF



Fonte: IBGE, 2010; cartograma organizado por Arthur Molina.

As especificidades da RMF em seu processo de crescimento eco-

nômico, bem como decorrentes das diferentes formas de produção de moradia, brevemente expostas no início deste capítulo, fundamentam e favorecem a definição dos tipos socioespaciais, trazendo uma abordagem qualitativa aos estudos geostatísticos. Conforme isto indica, sem a vivência do pesquisador e o domínio das dinâmicas urbanas presentes na metrópole, as análises estariam comprometidas e fadadas a explicações simplórias ou infundadas.

A nomenclatura para denominar os tipos socioespaciais teve como critérios: a presença de ocupações consideradas superiores, quanto à condição de empregador, ao grau de responsabilidade do gestor e ao nível de instrução; a ocorrência de ocupações médias e do terciário especializado, características de uma metrópole terciária; a presença de operários a mostrar a importância do setor secundário numa metrópole em longo processo de industrialização; a difusão da informalidade nas relações de trabalho por meio das ocupações consideradas populares ou inferiores na hierarquia social, onde predominam as ocupações não especializadas; as ocupações rurais, onde são reunidos agricultores e pescadores, representantes dos espaços pseudometropolitanos presentes respectivamente nas áreas periurbanas onde o sertão e o litoral se confundem com a RMF.

Fortaleza e os demais municípios componentes da região metropolitana totalizam uma população de 3.603.182 habitantes. Se comparados com os resultados obtidos no censo de 2000, verifica-se um crescimento demográfico de mais de 20,7% ao longo da década. Conforme percebemos quando analisamos a distribuição da população nos tipos socioespaciais, exceção feita aos tipos operário popular e popular, todos os demais denotaram considerável crescimento populacional. Destaque para os tipos médio-superior e médio que juntos representavam 22% do total da população metropolitana em 2000 e passaram a mais de 36% deste total. Por sua vez, o tipo superior mostra pequena variação, pois passa de 6,1% para 7,6% do total. Ainda que com baixíssimas densidades, os tipos operário rural e rural ganham maior representatividade na população total da RMF.

A redução dos segmentos operário popular e popular, associada ao crescimento nos demais tipos, indica possíveis melhorias na formação, redução da informalidade e o deslocamento das indústrias para os municípios periféricos. Da mesma forma, o leve crescimento da população do tipo superior pode significar a saturação do seu crescimento urbano via verticalização e o deslocamento das ofertas para os bairros

circunvizinhos ao oeste (tipo médio-superior) e ao leste (tipo médio). Segundo os dados obtidos com a pesquisa amostral do Censo IBGE de 2010, a população ocupada na RMF atinge 1.437.740 habitantes, portanto, quase 40% do total da população metropolitana. Chama atenção ter a população ocupada apresentado incremento superior a 37,3%. Isto significa expansão do contingente populacional ocupado superior ao do total da população.

Enquanto se amplia substancialmente o percentual da população ocupada nos tipos médio-superior e médio, reduz-se fortemente a representatividade de pessoas ocupadas nos tipos operário popular e popular. Estes, juntos, passam de quase 55% para pouco mais de 35% do total da população ocupada. Da mesma forma o crescimento da população ocupada no tipo operário rural é considerável, sobe de 5,9% para 9,2%. Tratando-se de percentuais relativos à população ocupada, ficam ainda mais evidentes os processos ora mencionados: a melhoria no grau de especialização e formação, a redução da informalidade e o deslocamento dos empregos do secundário para os municípios periféricos da RMF.

Tabela 5.1 – Comparativo das tipologias 2000 e 2010: população total e ocupada

Tipos	Tipologia 2010				Tipologia 2000			
	Pop. ocupada	%/total pop. ocupada	População total	% / pop. total	Pop. ocupada	%/total pop. ocupada	População total	%/ pop. total
Superior	125.768	8,75	274.833	7,63	82.012	7,83	182.314	6,11
Médio superior	362.939	25,24	840.304	23,32	175.064	16,72	440.555	14,76
Médio	190.445	13,25	471.191	13,08	76.304	7,29	224.785	7,53
Operário e popular	278.668	19,38	686.641	19,06	324.142	30,96	919.402	30,8
Popular	229.468	15,96	604.833	16,79	251.101	23,99	775.712	25,99
Operário e rural	132.254	9,2	378.075	10,49	62.119	5,93	195.044	6,53
Rural	118.198	8,22	347.305	9,64	76.166	7,28	246.877	8,27
Total	1.437.740	100	3.603.182	100	1.046.908	100	2.984.689	100

Fonte: IBGE, 2000 e 2010; dados organizados pelo autor.

Como observamos, a análise dos cartogramas comparando a estrutura socioespacial da RMF obtida com os dados do censo 2000 e nova composição derivada dos números do Censo Demográfico de 2010 revela algumas transformações (Figuras 5.8; 5.9; 5.10; 5.11). Estas tanto refletem mudanças nas atividades econômicas como sina-

lizam alterações vinculadas às formas diferenciadas de moradia, as quais traduzem, dentre outras dinâmicas: a concentração de investimentos públicos e privados sobrevalorizando determinados territórios em detrimento de outros que se empobrecem; a centralização do município polo junto aos demais, bem como a maior diferenciação entre os municípios da RMF em função das condições de desenvolvimento institucional que favorecem ou comprometem a chegada de novos investimentos; as evidentes disparidades entre o Centro e a periferia e as diferenças entre as frentes de expansão que acompanham os eixos viários metropolitanos.

Num esforço de síntese, pontuaremos algumas constatações relacionadas às mudanças e permanências verificadas na estrutura socioespacial. O tipo superior permanece o mesmo, evidenciando-se a concentração cada vez mais intensa das ocupações superiores, sob a forma de verticalização nos bairros dotados de infraestrutura e serviços urbanos. O tipo médio-superior, além de se expandir em comparação ao tipo de 2000, avança junto à periferia sul desde o Centro de Fortaleza, comportando-se como uma barreira entre duas partes de uma mesma metrópole, ao mesmo tempo em que passa a ser alvo de novos investimentos imobiliários que atendem a uma crescente demanda impossibilitada de se alojar nos bairros mais valorizados.

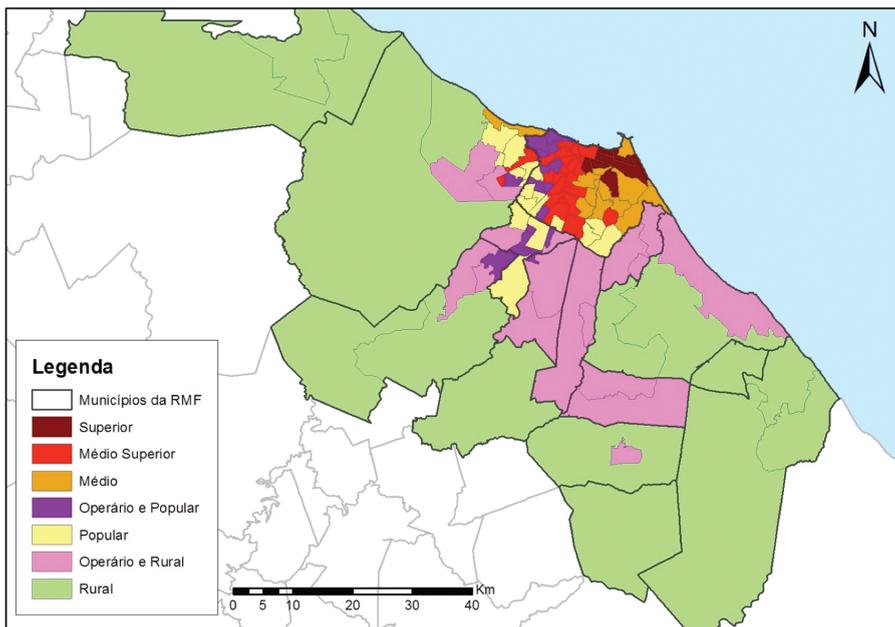
O tipo médio, outrora subdividido e extenso, encontra-se mais recolhido e compacto, notadamente na porção ao leste do tipo superior. Sua característica de tipo onde os conflitos territoriais são mais explícitos dada a proximidade entre ocupações superiores e populares pode ser claramente percebida. Abre, assim, condições para que a segmentação social seja introduzida com as ocupações médias vinculadas às novas centralidades que abrigam o terciário. O tipo operário popular de 2010 retroage se comparado à estrutura socioespacial de 2000. Ele se reconfigura num eixo que integra as antigas zonas industriais da cidade de Fortaleza aos espaços secundários de Maracanaú, abrigando também os bairros onde foram assentados grandes conjuntos habitacionais no período do BNH, assim como as ocupações irregulares consolidadas e urbanizadas.

O tipo popular, anteriormente seguindo os rios urbanos e associado aos eixos de degradação ambiental da RMF, indica sua redução espacial em Fortaleza, e, ao mesmo tempo, avança junto aos municípios de Caucaia e Maracanaú, para onde os mais pobres têm sido transplantados, passando a viver em assentamentos urbanos precários, além de enfrentar o problema da mobilidade urbana; o tipo se concen-

tra na porção oeste ao longo do Rio Maranguapinho, remanescendo um pequeno recorte na porção sul de Fortaleza.

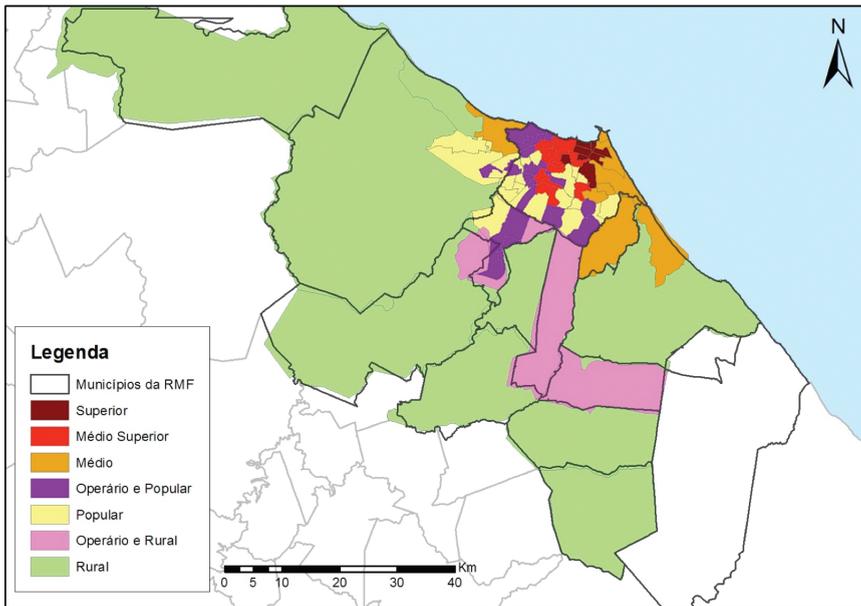
O tipo operário rural é aquele que apresenta maior crescimento em termos de área, encampando setores ao oeste, ao sudoeste, ao sudeste e ao leste de Fortaleza. Constitui-se num tipo essencialmente periférico a Fortaleza, ocupado por atividades diversificadas associadas à agropecuária tradicional, à pesca, à avicultura, à reestruturação do setor produtivo secundário; estas, junto à segunda residência, compõem um quadro de usos do solo característicos de zonas de transição urbano-rural. O tipo rural, acrescido dos dois novos municípios que passam a compor a RMF, exemplifica os problemas decorrentes da definição dos limites políticos administrativos de uma metrópole com intraurbano tão compacto; marcado pela rarefação como é ocupado, destacam-se as sedes de municípios e alguns pequenos núcleos urbanos como áreas mais densamente povoadas. Este tipo também abriga grande parte do litoral metropolitano, onde a segunda residência se expande, bem como o Complexo Portuário do Pecém.

Figura 5.8 – Tipologia socioespacial em 2010 para toda a RMF



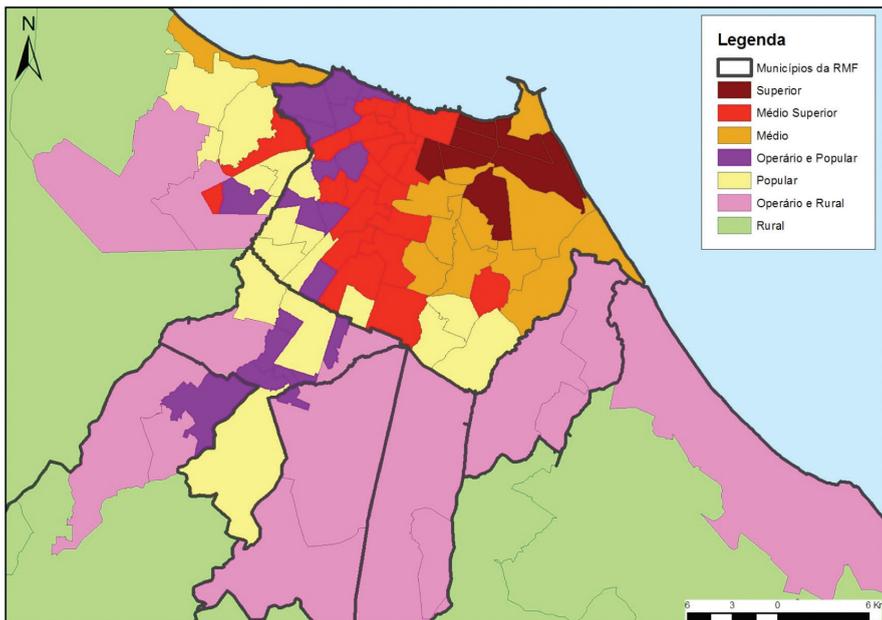
Fonte: IBGE, 2010; Cartograma organizado por Arthur Molina

Figura 5.9 – Tipologia socioespacial em 2000 para toda a RMF



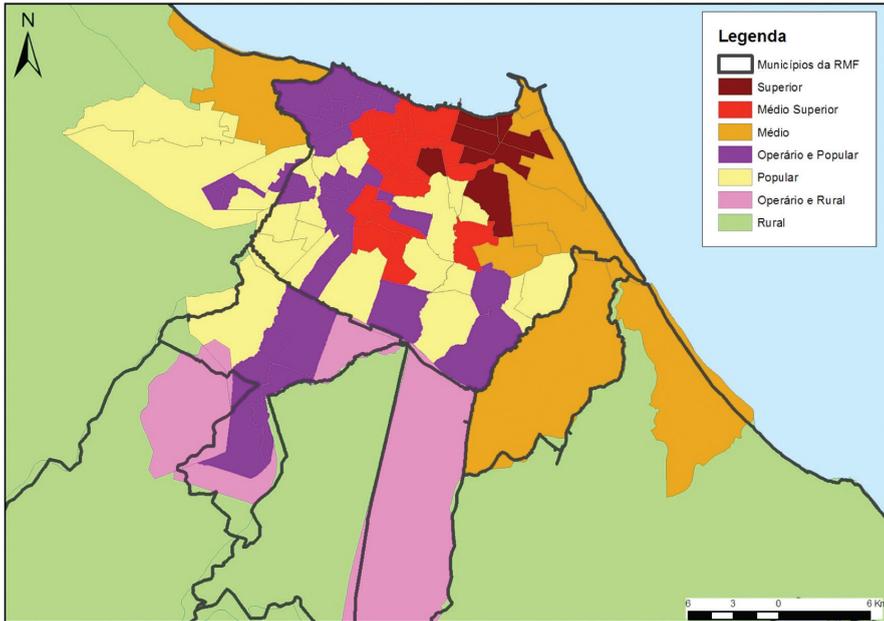
Fonte: IBGE, 2000; cartograma organizado por Arthur Molina

Figura 5.10 – Tipologia socioespacial em 2010, recorte do intraurbano conurbado da RMF



Fonte: IBGE, 2010; cartograma organizado por Arthur Molina.

Figura 5.11 – Tipologia socioespacial em 2000, recorte do intraurbano conurbado da RMF



Fonte: IBGE, 2000; cartograma organizado por Arthur Molina.

Ainda com vistas a analisar a totalidade da tipologia socioespacial, comparando os resultados obtidos para 2000 e 2010, verifica-se a distribuição menos desequilibrada no número de áreas de ponderação, também chamadas de áreas de expansão de dados, nos diversos tipos. Esta nova compartimentação reflete-se diretamente no quadro demográfico já analisado neste capítulo, caracterizando algumas das alterações ocorridas na estrutura urbana da metrópole.

Como exposto, o tipo operário popular e o tipo popular foram os que diminuíram o número de APs, 10 e 4, respectivamente, o tipo superior se manteve com 7 APs, enquanto os demais aumentaram o número de APs entre 2000 e 2010. Destaque para os tipos operário rural e rural, onde a nova divisão de APs realizada pelo IBGE favoreceu seu maior número. Tratando-se de superfície, os tipos médio, operário popular e popular apresentam retração, especialmente o tipo médio que possuía 265 km² e se reduziu a 107 km² (Tabela 5.2).

Tabela 5.2 – Quadro comparativo entre as tipologias 2000 e 2010: superfície, densidade e APs

	TIPOLOGIA 2010				TIPOLOGIA 2000			
	APs	Área aprox. (km ²)	% / Área RMF	Densidade demográfica (hab./km ²)	APs	Área aprox. (km ²)	% / Área RMF	Densidade demográfica (hab./km ²)
Superior	7	42	0,72	6.593	7	28	0,58	6.448
Médio superior	21	98	1,69	8.603	18	53	1,09	8.312
Médio	11	107	1,86	4.387	9	265	5,44	847
Operário popular	19	73	1,27	9.369	29	155	3,17	5.944
Popular	18	163	2,82	3.701	22	197	4,05	3.931
Operário rural	16	846	14,63	447	5	511	10,47	382
Rural	15	4.457	77,02	78	8	3.667	75,2	67
Total	107	5.786	100	623	98	4.877	100	612

Fonte: IBGE, 2000 e 2010; dados organizados pelo autor.

Diferentemente, os tipos operário rural e rural mostram maiores incrementos em sua superfície. No caso, o tipo operário rural que antes representava pouco mais de 10,4% do total da superfície metropolitana atinge mais de 14,6%, e amplia seu território em 335 km². O tipo superior, embora permaneça com o mesmo número de APs denota crescimento em sua superfície em função do redesenho proposto pelo IBGE para as APs, o qual fez com que alguns bairros fossem anexados ao referido tipo.

Outro aspecto a evidenciar disparidades no padrão de ocupação dos tipos socioespaciais diz respeito à densidade demográfica. Entre 2000 e 2010 as alterações se restringem às variações entre o tipo médio e o operário popular. O tipo médio quase quintuplica sua densidade demográfica, em razão da perda de algumas áreas periurbanas e litorâneas, enquanto o operário popular, ao se restringir aos bairros mais populosos próximos ao parque industrial, tem densidade aumentada de 5.944 para 9.369 hab./km².

Na Tabela 5.3 consta a distribuição das Cats. em seus percentuais em relação ao total de cada um dos tipos socioespaciais para o censo de 2010. Complementa a compreensão dos dados expostos e comentados nesta tabela a representação gráfica dos tipos e sua composição em percentuais. A maior representatividade das categorias sócio-ocupacionais superiores no tipo superior, notadamente os profissionais de nível superior e os grandes empregadores, totalizando quase 40% do

total da população ocupada neste tipo, garante-lhe a especificidade da sua denominação.

Por sua vez, o tipo médio superior, ainda que apresente grandes semelhanças em seu percentual de ocupações superiores com o tipo médio, mostra-se diferenciado em decorrência do menor percentual das ocupações consideradas populares na hierarquia social (terciário não especializado e trabalhadores da construção civil).

As ocupações superiores quase atingem os 13%, porém entre as ocupações populares verifica-se uma diferença de 10%, representando 19,37% do total do tipo médio-superior e 29,07% do tipo médio. Desta forma, a composição mais heterogênea que já havia caracterizado o tipo médio na análise realizada para os dados censitários de 2000 contribui para a definição dos referidos tipos.

Já os tipos operário popular e popular, ambos com baixos percentuais de ocupações rurais, reúnem os mais representativos percentuais das ocupações do secundário e as ocupações informais, também denominadas inferiores. A diferenciação entre eles se dá pela maior representatividade dos operários da indústria no tipo operário popular (26,16% do total no tipo operário popular), enquanto no tipo popular prevalecem as ocupações inferiores somadas ao trabalhador da construção civil (32,548% do total do tipo popular).

Os tipos operário rural e rural constituem-se num par com algumas semelhanças em termos dos seus conteúdos sócio-ocupacionais: a maior presença de ocupações ditas rurais com 6% do total do tipo operário rural e quase 25% das pessoas ocupadas no tipo rural; a ampla representatividade dos trabalhadores do secundário ocorre nos dois tipos, mas o percentual no tipo operário rural (31,43%) suplanta até o valor obtido para o tipo operário popular (26,16%).

A presença das ocupações do setor secundário no tipo rural pode ser explicada pela ampla reestruturação do setor produtivo desde a escala nacional que tem levado aos municípios periféricos a Fortaleza novos empreendimentos industriais. Da mesma forma, ganha importância na constituição de ambos os tipos o trabalhador da construção civil, que pode ser vinculado às obras de infraestrutura urbana e aos empreendimentos do setor imobiliário voltados para as atividades turísticas.

Tabela 5.3 – Distribuição % das CATs. em relação a cada um dos tipos socioespaciais – 2010

Cat.	Tipo socioespacial						
	Superior	Médio - Superior	Médio	Operário Popular	Popular	Operário Rural	Rural
21	3,62	0,60	0,81	0,32	0,25	0,28	0,13
22	1,02	0,16	0,27	0,07	0,09	0,09	0,04
23	0,80	0,08	0,11	0,00	0,02	0,04	0,04
41	7,25	1,23	1,85	0,36	0,38	0,38	0,22
42	13,55	4,42	4,89	1,94	1,45	1,02	0,63
43	5,04	0,90	0,92	0,28	0,23	0,19	0,13
44	5,90	3,84	3,07	1,79	1,36	1,84	2,03
31	2,65	1,22	1,07	0,42	0,33	0,70	0,65
51	8,37	11,72	9,33	9,18	7,65	5,28	4,00
52	6,90	5,33	4,32	3,22	2,89	2,76	1,87
53	5,41	5,31	4,66	3,73	3,43	2,04	1,30
54	2,84	4,37	3,19	3,48	3,13	2,78	2,93
55	1,89	1,55	0,92	1,11	0,74	0,48	0,35
32	1,57	1,48	1,29	1,20	1,16	2,00	1,96
71	1,03	2,82	3,19	4,03	3,93	4,23	3,31
72	1,53	8,55	4,69	15,69	11,21	14,50	9,78
73	1,30	4,62	3,90	6,44	5,96	12,70	8,59
74	2,12	4,78	8,02	7,66	11,44	10,43	8,08
61	7,02	13,43	11,44	13,73	12,73	8,49	7,18
62	4,47	8,57	9,60	8,77	9,42	7,83	6,07
63	2,72	5,45	7,12	6,52	7,68	5,44	4,45
81	11,43	7,07	11,50	6,97	9,88	8,20	8,37
82	1,17	2,07	2,43	2,45	3,48	2,29	2,96
10	0,39	0,43	1,42	0,64	1,17	6,00	24,94
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, 2010; dados organizados pelo autor.

Complementa a visão da totalidade da nova tipologia socioespacial da RMF formulada segundo os dados censitários amostrais de 2010 a análise das densidades das diferentes categorias em cada tipo em relação ao total da população ocupada na RMF apresentada na Tabela 5.4. Além de corroborar as análises quanto aos percentuais, as densidades tornam ainda mais evidentes a representatividade das Cats. utilizadas como chave para definir e nomear os tipos socioespaciais.

Tabela 5.4 – Densidade das Cats. nos tipos em relação ao total da população ocupada na RMF – 2010

Cat.	Tipo socioespacial						
	Superior	Médio - superior	Médio	Operário Popular	Popular	Operário rural	Rural
21	5,07	0,84	1,13	0,45	0,35	0,39	0,19
22	4,96	0,77	1,32	0,34	0,45	0,46	0,20
23	7,02	0,67	0,98	0,00	0,18	0,33	0,35
41	5,27	0,90	1,34	0,26	0,28	0,27	0,16
42	3,66	1,19	1,32	0,53	0,39	0,27	0,17
43	5,55	0,99	1,01	0,31	0,25	0,21	0,14
44	2,11	1,38	1,10	0,64	0,49	0,66	0,73
31	2,84	1,31	1,15	0,45	0,35	0,75	0,70
51	0,96	1,34	1,07	1,05	0,88	0,60	0,46
52	1,72	1,33	1,08	0,80	0,72	0,69	0,46
53	1,35	1,33	1,17	0,93	0,86	0,51	0,32
54	0,83	1,27	0,93	1,01	0,91	0,81	0,85
55	1,74	1,43	0,85	1,02	0,68	0,44	0,32
32	1,09	1,02	0,89	0,83	0,80	1,38	1,36
71	0,31	0,86	0,97	1,22	1,19	1,29	1,00
72	0,15	0,87	0,47	1,59	1,13	1,47	0,99
73	0,22	0,79	0,66	1,10	1,01	2,16	1,46
74	0,29	0,65	1,09	1,04	1,55	1,41	1,09
61	0,61	1,16	0,99	1,19	1,10	0,73	0,62
62	0,54	1,04	1,16	1,06	1,14	0,95	0,74
63	0,46	0,92	1,20	1,10	1,30	0,92	0,75
81	1,32	0,82	1,32	0,80	1,14	0,95	0,96
82	0,48	0,85	1,00	1,01	1,43	0,94	1,22
10	0,12	0,13	0,44	0,20	0,36	1,85	7,69

Fonte: IBGE, 2010; dados organizados pelo autor.

A seguir, trataremos dos tipos como partes que compõem a RMF. Para isto, abordaremos seus conteúdos sócio-ocupacionais em seus aspectos qualitativos e quantitativos, investigando a representatividade das Cats. e associando-as aos elementos estruturantes do espaço metropolitano. Mais ainda, buscaremos observar as possíveis alterações na sua composição mediante a comparação entre os tipos em 2000 e 2010.

5.4 Quadro analítico dos tipos socioespaciais: alterações na tipologia entre 2000 e 2010

Nesta parte do capítulo, apresentamos uma breve descrição de cada tipo considerando as mudanças em sua composição sócio-ocupacional, seja pela representatividade dos percentuais de cada Cat. no total do tipo, seja pela densidade da Cat. em relação ao total da região metropolitana. Além disso, pretendemos verificar seu atrelamento aos padrões morfológicos de ocupação do solo, assim como sua integração ao todo metropolitano no seu processo de estruturação.

5.4.1 Tipo superior

O tipo superior reúne os bairros mais verticalizados de Fortaleza, bem como a maior parte do terciário de melhor qualidade, inclusive os bairros à beira-mar utilizados como espaços turísticos na cidade. De acordo com a tipologia proposta 2010, constam praticamente as mesmas áreas de ponderação, às quais foram agregados bairros vizinhos, em virtude da nova subdivisão sugerida pelo IBGE. Passam a fazer parte bairros na direção leste que antes compunham o tipo médio, como os bairros Dunas (Manuel Dias Branco) e Praia do Futuro 1 e 2. De forma semelhante o Joaquim Távora é vinculado ao Dionísio Torres numa mesma área, integrando definitivamente o Bairro de Fátima ao setor segregado via verticalização.

Exceção feita aos bairros ao leste (Dunas e Praia do Futuro), onde ainda remanescem grandes vazios urbanos, este tipo socioespacial possui alta intensidade da ocupação do solo, bem como o maior aproveitamento do potencial construtivo em face da melhor situação das suas infraestruturas. A substituição de residências unifamiliares por edifícios multifamiliares tem provocado desde os anos 1990 seu maior adensamento, além da expansão de comércio e serviços. Não fosse o porte dos apartamentos e a finalidade de muitos dos edifícios como residências temporárias, este setor da cidade estaria enfrentando problemas de mobilidade ainda mais graves.

Chama atenção o fato deste tipo socioespacial coincidir com a zona de ocupação consolidada estabelecida pelo Plano Diretor de Fortaleza em 2009, indicando a saturação do seu crescimento urbano. Todavia, em decorrência dos projetos urbanos em curso e previstos nas áreas que compõem este tipo, é possível prognosticar seu ainda maior adensamento construtivo tanto residencial como terciário. Da mesma

maneira, pode-se apontar a tendência de maior homogeneidade no padrão socioeconômico no tipo socioespacial superior, considerando a retomada das remoções de comunidades de baixa renda remanescentes e seu reassentamento em grandes conjuntos na periferia.

Ao se comparar os percentuais das Cats. entre os tipos formulados a partir dos dados dos censos 2000 e 2010, é possível identificar algumas alterações substanciais, como a ampliação dos percentuais da população ocupada no tipo superior, em especial o chamado grupo dos profissionais de nível superior, em quase 10% do total, respaldando a ideia de aumento da segregação residencial. Por sua vez, o grupo dos dirigentes mostra redução notadamente os do setor privado (-1,59%), a sugerir provável deslocamento residencial em direção aos condomínios horizontais que se alastram nos tipos médio, operário rural e rural.

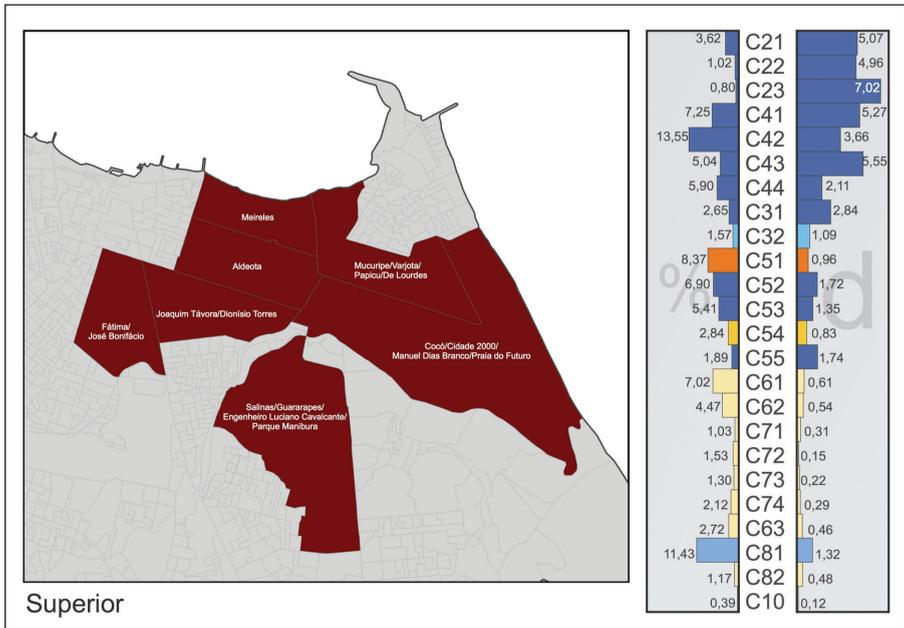
Dentre as Cats. que mais reduziram seu percentual no tipo superior, destaque para os pequenos empregadores e os trabalhadores domésticos, ambos com redução de aproximadamente 4% do total ao longo da última década. Estes números explicariam, no caso dos pequenos empregadores, sua migração para bairros populares e periféricos diante da explosiva valorização imobiliária, enquanto para os domésticos estaria sendo confirmada a tendência já apontada a partir da tipologia das novas unidades residenciais construídas que não mais contam com dependência de empregada. Seguem tendência semelhante, porém com menor intensidade, algumas das ocupações médias e do terciário especializado ou não. Vale lembrar no entanto: em 2000, os trabalhadores domésticos (Cat. 81) correspondiam ao maior percentual no tipo superior, mas perderam a posição para os profissionais empregados de nível superior (Cat. 42). Quanto à densidade das Cats. no tipo superior, também é possível visualizar algumas alterações, como a redução dos grandes empregadores (Cat. 21), refletindo seu deslocamento para condomínios horizontais nos outros tipos.

Outras categorias também diminuíram sua densidade, como os pequenos empregadores (Cat. 31) dos profissionais empregados de nível superior (Cat. 42) e os professores com nível universitário (Cat. 44). Para estas Cats. estaria havendo uma oferta imobiliária nos bairros mais distantes, dada a maior valorização imobiliária no tipo superior. O crescimento da densidade dos dirigentes dos setores público e privado, assim como dos profissionais liberais de nível superior e estatutários comprova esta tendência tendo em vista seu maior poder

aquisitivo, para o caso dos dirigentes (Cat 22. e Cat. 23) e profissionais liberais (Cat. 41), e sua estabilidade, para o caso dos estatutários (Cat. 43).

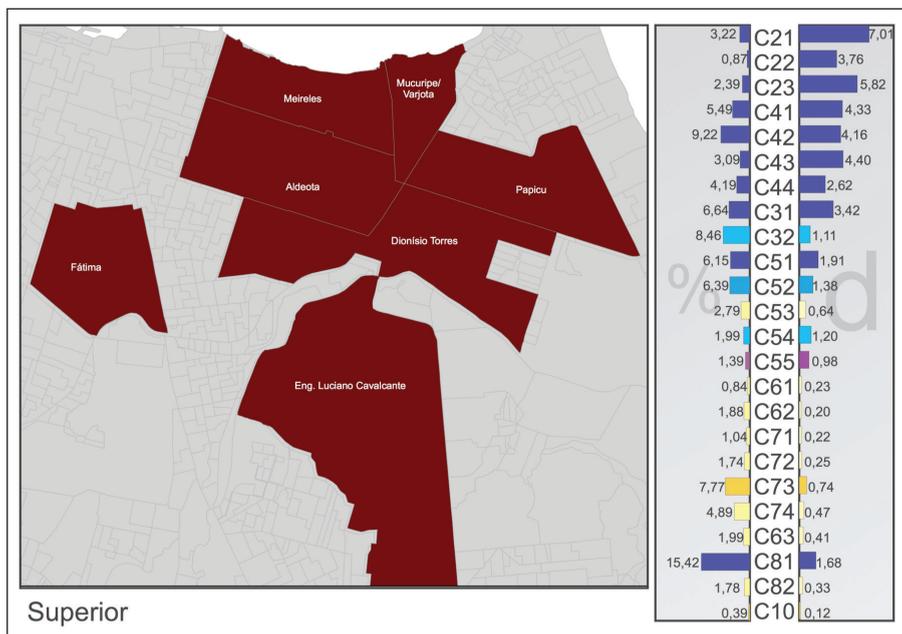
Por sua vez, a redução da densidade dos trabalhadores domésticos (Cat. 81) indicaria seu deslocamento desta Cat. para os tipos populares e inferiores na hierarquia social. As figuras 5.12 e 5.13 reúnem a espacialização dos tipos, em suas áreas de ponderação, confrontam os dados de 2000 e 2010 em termos de percentuais e densidades e contribuem para melhor compreender as alterações das Cats. que caracterizam o tipo superior. Este recurso foi utilizado na análise de todos os demais tipos.

Figura 5.12 – Tipo superior - 2010: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano



Fonte: IBGE, 2010; cartograma organizado por Arthur Molina.

Figura 5.13 – Tipo superior - 2000: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano



Fonte: IBGE, 2000; cartograma organizado por Arthur Molina.

5.4.2 Tipo médio-superior

O tipo médio-superior passa a ser aquele que mais concentra população na RMF, chegando a mais de 25% do total de pessoas ocupadas. Este crescimento se explica pelo aumento do número de áreas de ponderação com as características que o definem em termos sócio-ocupacionais. Tratando-se de uma classificação hierárquica, vale ressaltar que a explicação de determinado tipo se apoia num outro ou em mais de um.

Ainda que este tipo tenha sofrido muitas alterações na composição dos recortes das áreas de ponderação entre os censos de 2000 e 2010, é possível constatar algumas mudanças no seu todo, especialmente apoiadas no crescimento do setor imobiliário que passa a se expandir noutras frentes da RMF.

Já em 2000, o tipo médio-superior se destacava pela diversidade, reunindo num mesmo tipo profissionais de nível superior, ocupações de nível médio e terciário. Além disso, seu posicionamento ao oeste do tipo superior refletia a presença de infraestrutura urba-

na em melhores condições de uso juntamente a áreas residenciais de menor qualidade, grande parte inclusive voltada ao mercado de locação, remanescendo ainda um parque industrial obsoleto e em desativação.

Passada esta década, a disponibilidade de infraestrutura, a presença de terrenos vazios e galpões industriais abandonados, o crescimento urbano metropolitano desordenado e a valorização imobiliária dos bairros que abrangem as melhores centralidades, tornam o tipo médio-superior uma nova frente para empreendimentos imobiliários. Assim, diversos bairros e suas respectivas áreas de ponderação são incluídas no referido tipo, o qual ganha novos contornos: chega ao extremo sul de Fortaleza, agregando os antigos conjuntos habitacionais do BNH, cada vez mais inseridos no mercado imobiliário formal; avança também para o oeste, extrapolando os limites político-administrativos da capital e fagocitando bairros-conjunto de Caucaia; sinaliza seu deslocamento para o sudeste, incluindo Messejana, antes considerado bairro operário popular.

Toda esta movimentação encontra-se associada tanto a um processo de substituição residencial como a uma maior oferta de moradias pelo setor imobiliário, espelhando formas condominiais verticais e horizontais típicas dos bairros predominantemente segregados. Disto emerge um avassalador processo de fragmentação socioespacial (SOUZA, 2001), mediante a construção de territórios, nos quais as relações de vizinhança e a vida de bairro aos poucos vai se perdendo.

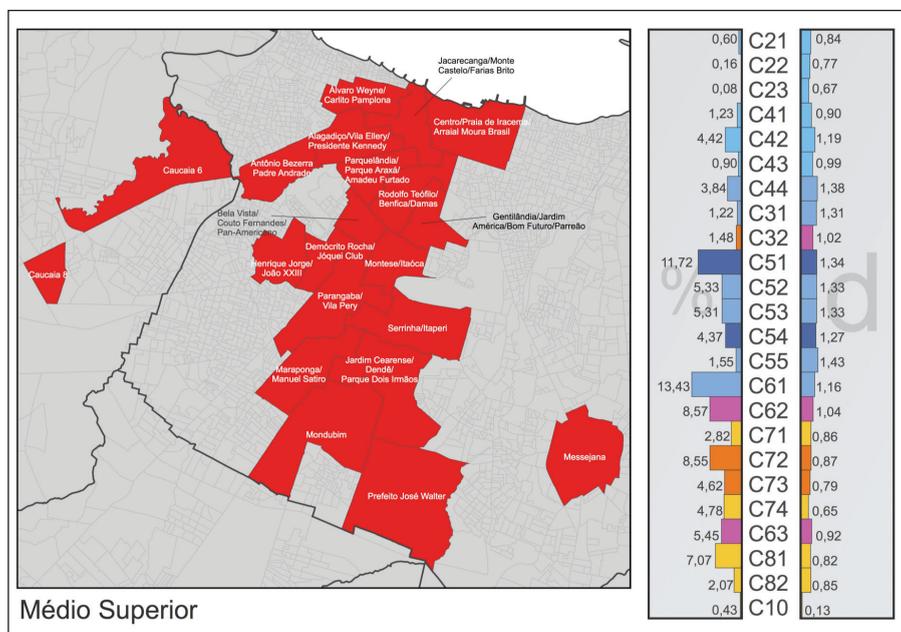
Quanto às variações nos percentuais das Cats., observa-se num primeiro momento a redução da maior parte destas, agrupadas como dirigentes e profissionais de nível superior, bem como das ocupações médias e inferiores (Cat. 81 e Cat. 82). Contudo, verifica-se o crescimento das Cats. do setor secundário (Cat. 72, Cat. 73) do terciário (Cat 61 e Cat 63), fazendo do tipo médio-superior um recorte ainda mais diversificado na sua composição sócio ocupacional.

A análise das densidades das Cats. comprova esta maior heterogeneidade na sua ocupação e justifica a denominação adotada para o tipo, indicando que, dentre todas, apenas os profissionais contratados, os professores de nível superior, os pequenos empregadores, todas as ocupações médias e o terciário especializado são maiores em relação ao todo metropolitano. Entretanto, as variações nos valores de densi-

dade sugerem uma situação peculiar de dinamismo e instabilidade na sua composição sócio-ocupacional, caracterizando-o como um tipo em transição e mutante.

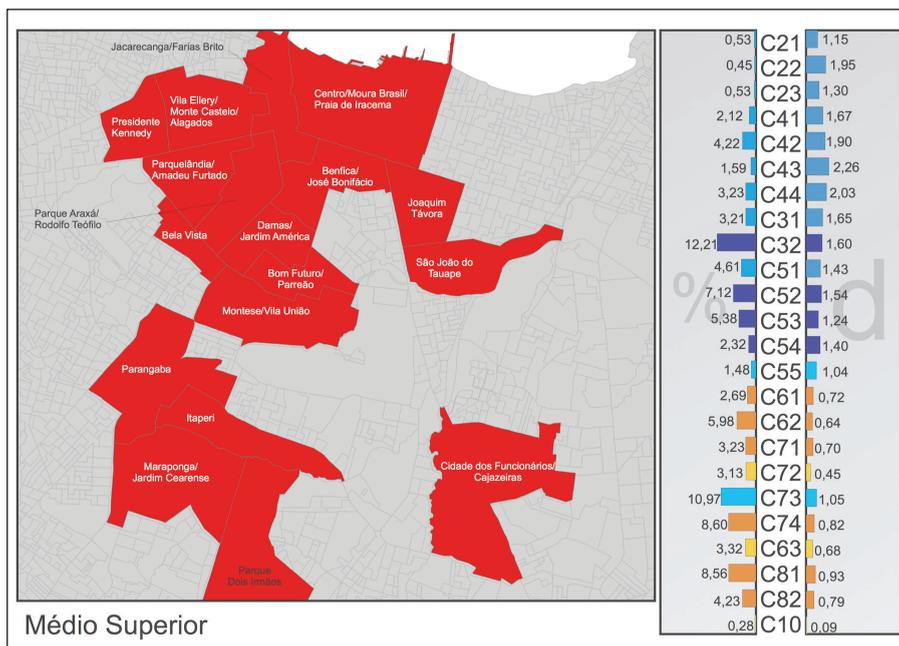
Evidencia-se ainda a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema, porquanto as novas obras viárias tendem a promover maior valorização imobiliária e por conseguinte interferir na produção habitacional recente pelo mercado. As figuras 5.14 e 5.15 e os respectivos dados quantitativos seguintes confirmam as tendências ora mencionadas.

Figura 5.14 – Tipo médio-superior - 2010: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano



Fonte: IBGE, 2010; cartograma organizado por Arthur Molina.

Figura 5.15 – Tipo médio-superior - 2000: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano



Fonte: IBGE, 2000; cartograma organizado por Arthur Molina.

5.4.3 Tipo médio

O tipo médio talvez seja o que sofreu maiores alterações na sua configuração espacial ao se retrair nas direções litorâneas ao leste e ao oeste, mas avançando nos bairros pericentrais ao sudeste. Além disso, perde a faixa de praia na porção leste de Fortaleza, em virtude da sua anexação a uma outra AP pelo IBGE, conforme já mencionado. Sua retração na direção leste pode ser explicada pela maior presença de moradias de veraneio e temporárias nas áreas diretamente vinculadas ao turismo. E, ainda, os condomínios horizontais em vias de expansão nesta direção da RMF perdem força diante das demais formas de moradia por resultarem em bairros com densidade muito baixa. Isto teria feito com que as APs do Eusébio e de Aquiraz adquirissem o perfil sócio-ocupacional operário rural.

Quanto ao setor oeste, a redução do tipo médio, ao se confinar à faixa de praia, retrata o redesenho das APs pelo IBGE. Tal situação neste caso passa a traduzir com maior clareza a composição desta AP

anteriormente de veraneio para classes médias, tornando-se alternativa para primeira residência de ocupações médias, do secundário e do terciário especializado. Neste prisma, a presença de muitos trabalhadores da Siderúrgica em vias de construção no Complexo do Pecém corrobora esta afirmação. Além disso, a incrustação de uma AP do tipo superior (Luciano Cavalcante/Salinas/Guararapes) e a forma como a AP Messejana do tipo médio-superior é envolvida pelo tipo médio atestam o forte imbricamento entre estes tipos, cuja delimitação mostra-se extremamente atrelada às dinâmicas do mercado imobiliário formal. A área de ponderação composta pelos bairros Lagoa Redonda, Coaçu, Guajiru e Sabiaguaba coloca-se como alternativas para a expansão, dada a presença de chácaras, sítios e vazios urbanos de grande porte.

Entretanto, a nosso ver, a maior alteração na composição espacial do tipo médio diz respeito à inclusão de áreas pericentrais, de bairros adjacentes à centralidade que se desloca na direção sudeste, assim como dos bairros próximos à Arena Castelão, as quais faziam parte do tipo socioespacial popular realizado para 2000. No caso, além da expansão do imobiliário formal nesta direção, tem-se o reconhecimento dos impactos dos projetos de estruturação viária e as ações de urbanização de favelas pautados na remoção para bairros periféricos. Isto reduz sobremaneira a participação das ocupações inferiores, informais e não especializadas no total da população ocupada neste tipo. Ademais, é possível ter havido uma substituição residencial nas próprias áreas de ocupação, visto que o mercado imobiliário informal, tanto de compra e venda como de locação, mostra sinais de expansão nestas áreas, apesar da irregularidade fundiária.

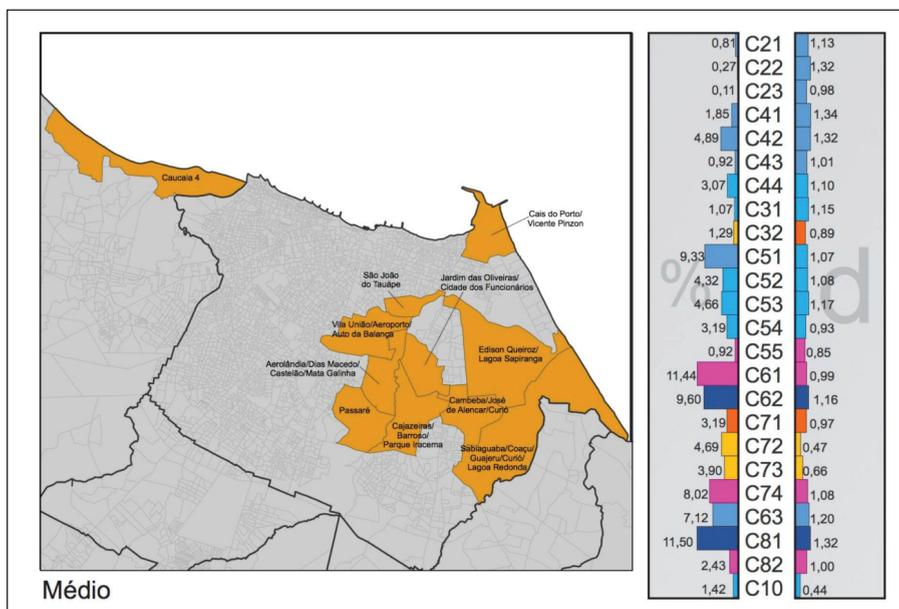
No referente aos percentuais de cada uma das Cats. no tipo médio, segundo se constata, houve aumento dos percentuais de quase todos as ocupações dos grupos dirigentes e profissionais de nível superior, justamente aqueles que seriam reconhecidos como superiores na hierarquia social. Aumentam também algumas Cats. médias e terciárias, notadamente as ocupações de escritório (4,37%) e os trabalhadores de comércio (2,35%).

Quanto às ocupações inferiores, populares e informais, observa-se certo declínio, ainda que no caso dos trabalhadores domésticos, estes remanesçam como a Cat. mais representativa, com 11,50% do total deste tipo. Junto aos domésticos também caem os percentuais de trabalhadores da construção civil, de ambulantes, catadores e até

as ocupações rurais, num evidente deslocamento residencial dos mais pobres.

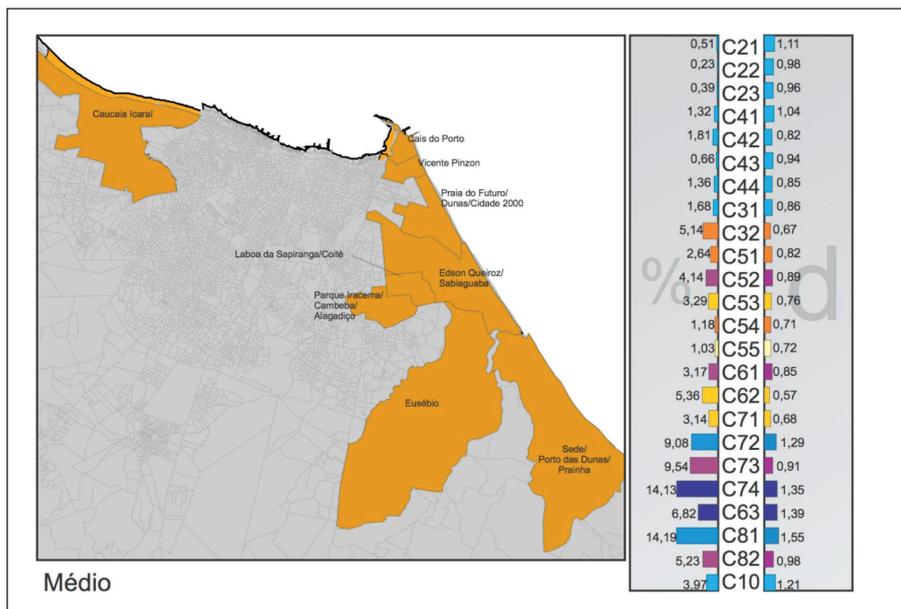
As variações em termos de densidade comprovam as alterações até aqui mencionadas, porquanto se percebe aumento da presença relativa das Cats. superiores e médias, embora leve, assim como decréscimo das densidades de ocupações do secundário, dos serviços especializados, do terciário informal e dos trabalhadores rurais. A redução da presença da faixa litorânea no tipo médio também influencia na perda de representatividade dos rurais, onde se incluem os pescadores artesanais. (Figuras 5.16 e 5.17)

Figura 5.16 – Tipo médio - 2010: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano



Fonte: IBGE, 2000; cartograma organizado por Arthur Molina.

Figura 5.17 – Tipo médio - 2000: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano



Fonte: IBGE, 2000; cartograma organizado por Arthur Molina.

5.4.4 Tipo operário popular

A análise comparativa da distribuição espacial do tipo operário popular nos mostra um tipo socioespacial que se reduz no seu contingente populacional e conseqüentemente na sua área. Este tipo experimenta ao longo do intervalo 2000-2010 significativo movimento de retração, recolhendo-se à parte oeste do intraurbano da RMF.

Dentre as áreas que se deslocam deste tipo, destacam-se alguns dos grandes conjuntos habitacionais produzidos pelo BNH situados em Fortaleza e em Caucaia, os quais passam para o tipo médio-superior, assim como alguns bairros na periferia sudoeste de Fortaleza que se tornam predominantemente populares com ocupações informais e não especializadas. Contudo, novas áreas de ponderação são incluídas no tipo operário popular, algumas delas situadas nos municípios de Pacatuba e Maranguape e outras em Maracanaú, decorrentes da subdivisão deste em novas áreas de ponderação. Resultado de tais deslocamentos é a conformação de um compartimento estruturado por um feixe de vias que interligam zonas industriais tradicionais e recentes, embora passando por interrupções e descontinuidades.

Amplamente marcada pela presença de ocupações irregulares e

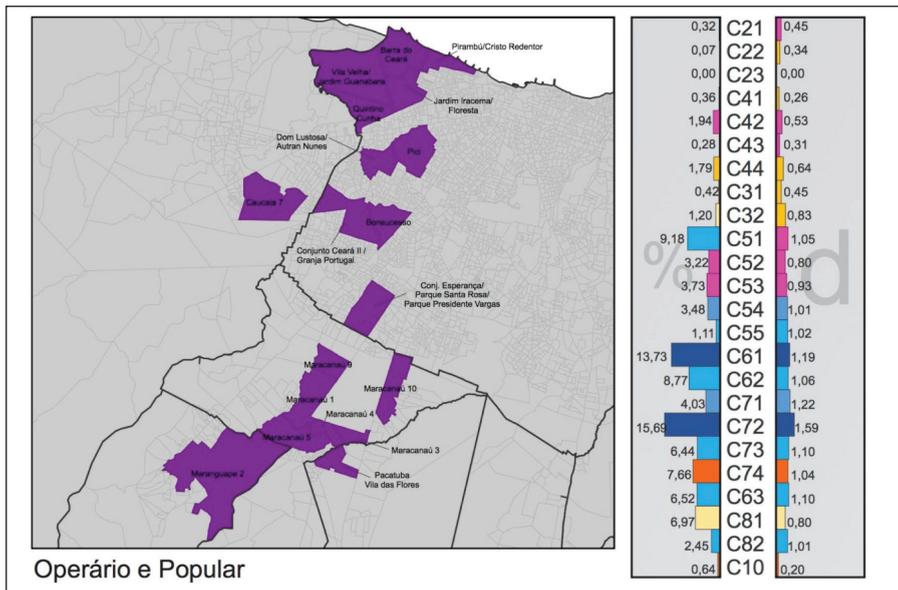
assentamentos populares, este tipo assiste à chegada de novas formas de moradia em decorrência da disponibilidade de recursos para a produção habitacional para as chamadas classes C e D, com algumas alterações na sua composição social. Além disso, sua distribuição espacial na RMF, indo desde a faixa litorânea à periferia industrial, traz especificidades aos bairros integrantes deste tipo.

Primeiro, no caso, os bairros nas imediações da praia em Fortaleza, em face da proximidade com o Centro tradicional, das boas condições de mobilidade e da existência de saneamento, passam a ser alvo do mercado imobiliário formal, num franco processo de substituição residencial, tomando partido inclusive de alguns galpões industriais abandonados, resultado da reestruturação produtiva do setor secundário. Como percebemos, a recente urbanização da faixa litorânea oeste de Fortaleza tende a promover ainda mais essa busca do imobiliário formal por terras para investimentos. Entretanto, a presença de grandes assentamentos populares em situação fundiária irregular, cuja morfologia é desordenada em termos de parcelamento e sistema viário, contribui para conter esta dinâmica do setor imobiliário. Segundo, no outro extremo tem-se a produção imobiliária para as classes C e D dos próprios municípios que expandiram seu parque industrial e assistem ao crescimento do terciário, com o fortalecimento de nova centralidade, como é o caso de Maracanaú, outrora totalmente dependente de Fortaleza.

Em termos percentuais, verifica-se na sua composição sócio-ocupacional o aumento das ocupações do secundário, atingindo mais de um terço da população ocupada, com destaque para os trabalhadores das indústrias tradicionais que correspondem a mais de 15,6% do tipo. As ocupações médias e do terciário especializado sofrem leve redução, mas no caso dos trabalhadores do comércio, há uma elevação em mais de dois pontos percentuais, o que pode ser associado à consolidação de uma nova centralidade com características populares na periferia sudoeste da RMF. Dirigentes e profissionais de nível superior também experimentam um leve aumento, significando a chegada de novos serviços, a modernização do parque industrial tradicional e a abertura de novas possibilidades pelo mercado imobiliário destinadas a novos moradores, bem como para profissionais com formação de nível superior.

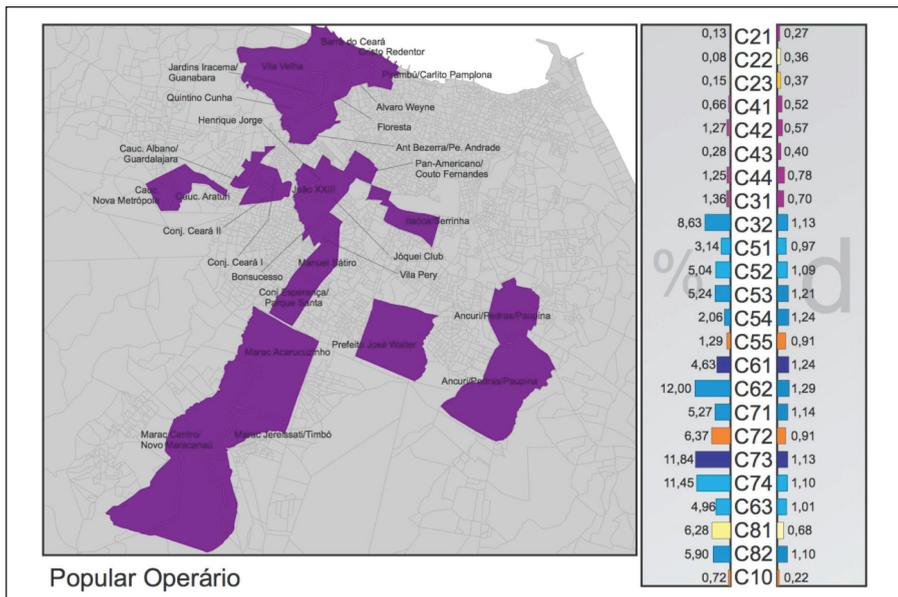
Quanto às densidades, são mínimas as variações. Destaque isolado para as ocupações do secundário tradicional que demonstram uma leve maior concentração em relação ao todo da RMF, assim como os gestores do setor privado, que se mostram ausentes do tipo socioespacial operário popular (Figuras 5.18 e 5.19).

Figura 5.18 – Tipo operário-popular – 2010: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano



Fonte: IBGE, 2010; cartograma organizado por Arthur Molina.

Figura 5.19 – Tipo operário popular – 2000: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano



Fonte: IBGE, 2000; cartograma organizado por Arthur Molina.

5.4.5 Tipo popular

O tipo popular também ganha novos contornos em decorrência dos resultados do Censo Amostral de 2010. Anteriormente vinculado na sua espacialização aos rios urbanos e à periferia de Fortaleza, este tipo se recolhe em sua maior parte ao setor oeste do intraurbano metropolitano, mantendo-se estruturado pelo Rio Maranguapinho, o qual permanece como corredor de degradação ambiental (PEQUENO, 2002). Soma-se a este corredor um núcleo de áreas de ponderação na periferia sul de Fortaleza, reunindo assentamentos populares, terrenos vazios sem infraestrutura urbana, o qual é definido pelo atual plano diretor como zona de ocupação restrita, em face das suas condições precárias para o uso residencial. Deste grupo de áreas destaca-se o Bairro Conjunto Palmeiras, que se apresenta como espaço de inovações sociais e experiências de economia solidária, mas também enfrenta todos os desafios da localização periférica numa cidade pautada no desenvolvimento desigual.

Tratando-se das áreas componentes do corredor do Maranguapinho, verifica-se a predominância de bairros populares, amplamente apropriados por ocupações ilegais e loteamentos irregulares, carentes de saneamento urbano e de serviços. No caso das APs de Fortaleza, estas foram inseridas na zona de requalificação urbana, justamente pela necessidade urgente de implantação de infraestrutura urbana para que a população ali residente atinja um desenvolvimento socioespacial pleno pautado em qualidade de vida e justiça social (SOUZA, 2001).

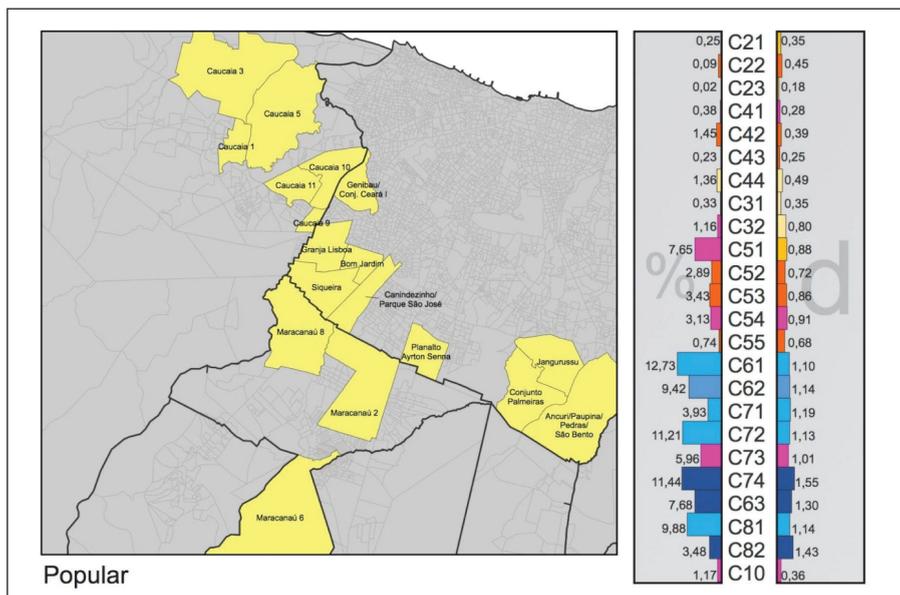
Todavia, os projetos realizados nestas áreas precárias mostram-se norteados pela urgência no atendimento às áreas de risco situadas às margens do Rio Maranguapinho, cujas comunidades têm sido reassentadas em grandes conjuntos periféricos. Além disso, desde o lançamento do PMCMV, observa-se nestas áreas boa parte dos conjuntos voltados para a faixa 1, em atendimento a famílias com renda inferior a três salários mínimos. A escolha destes terrenos pelo setor da construção civil decorre principalmente do baixo preço do metro quadrado, independentemente da falta de infraestrutura urbana e das difíceis condições de inserção urbana, transferindo-se aos novos moradores o ônus da má localização. Além disso, a adoção da forma condomínio horizontal, conforme os padrões estabelecidos pela Caixa Econômica e pelo Sinduscon-CE como projetos referência desde o Programa de Arrendamento Residencial, traz às periferias da metrópole novos

padrões residenciais que se refletem num aumento da fragmentação socioespacial.

Mais ainda, como se verifica, novos empreendimentos habitacionais promovidos pelo Estado (em suas diferentes esferas de governo) em parceria com o setor da construção civil com vistas ao reassentamento de famílias removidas por conta das intervenções viárias em curso estão sendo implantados em bairros do tipo socioespacial popular. Considerando o perfil socioeconômico das famílias alvo destes programas habitacionais, acreditamos que tende a ocorrer a expansão das ocupações inferiores, informais e não especializadas.

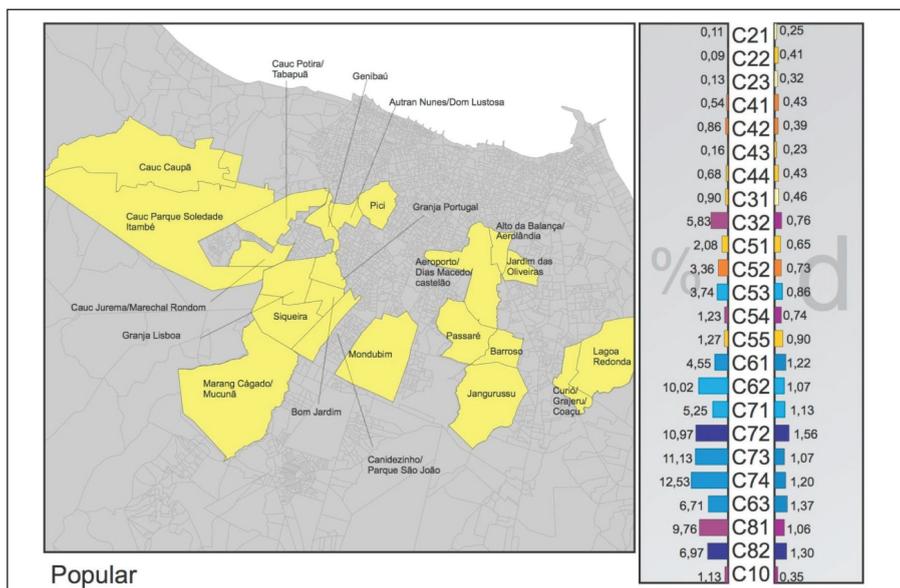
A análise da distribuição das ocupações no tipo popular destaca a predominância das ocupações inferiores na hierarquia sócio-ocupacional em pouco menos de um terço (32,48% do total), embora tenha havido leve redução ao longo da década. Por sua vez, as ocupações consideradas médias, do secundário e do terciário, mostram intensidade semelhante, variando de 19 a 22% do total, o que ressalta e valida a adoção da nomenclatura para este tipo. Além disso, observa-se o reduzido percentual de dirigentes e profissionais de nível superior, de pouco mais de 4,1% do total. Dentre todas as ocupações, os trabalhadores da construção civil (Cat. 74), os prestadores de serviço não especializados (Cat. 63) e os ambulantes e catadores (Cat. 82) detêm os maiores percentuais relativos se comparados aos demais. Ainda como se verifica, os domésticos chegam a quase 10% do total da população ocupada no tipo. O mesmo se dá no tocante às densidades destas Cats., indicando a maior concentração das ocupações inferiores em relação ao total da RMF. Ilustrativamente, as figuras 5.20 e 5.21 confirmam os aspectos ora expostos.

Figura 5.20 – Tipo popular – 2010: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano



Fonte: IBGE, 2010; cartograma organizado por Arthur Molina.

Figura 5.21 – Tipo popular – 2000: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano



Fonte: IBGE, 2000; cartograma organizado por Arthur Molina.

5.4.6 Tipo operário rural

O tipo operário rural se especializa de forma descontínua e fragmentada, constituindo-se em quatro grandes setores. Seu porte é maior se comparado aos demais, por incluir áreas de ponderação correspondentes aos municípios periféricos a Fortaleza, nos quais a zona rural chega a representar uma só área. Comparando-se à tipologia anteriormente chamada de popular periférico, optamos pela sua redefinição, conforme abordamos no início deste capítulo.

O primeiro setor corresponde ao sudeste, já definido na tipologia formulada a partir dos dados do censo 2000 aglutinando APs onde a presença dos estabelecimentos industriais é mais evidente, indo do Distrito Industrial de Maracanaú ao eixo industrial da BR - 116 em Pacajus e Horizonte. Por sua vez, o segundo, ao leste, diz respeito aos setores do Eusébio e de Aquiraz, onde é forte a presença do turismo como atividade econômica, mas a existência de estabelecimentos industriais em Eusébio e de pescadores artesanais em Aquiraz, considerando o domicílio principal como base essencial da pesquisa censitária, leva a desconsiderar a segunda residência e a transitoriedade da hospedagem nos hotéis. Destaca-se neste agrupamento a expansão de condomínios fechados pelo setor imobiliário atendendo à demanda de Fortaleza, mas cuja baixa densidade não chega a impactar a composição sócio-ocupacional do tipo socioespacial operário rural.

Um terceiro agrupamento ao sudoeste reúne APs de Maracanaú e Maranguape, o qual, apesar da descontinuidade, pode denotar similaridades com o primeiro grupo, relacionando-se diretamente com a presença de indústrias no município de Maranguape. Por fim, um quarto grupo de APs ao oeste, situadas em Caucaia, município onde existem alguns pequenos distritos industriais em torno da sua sede.

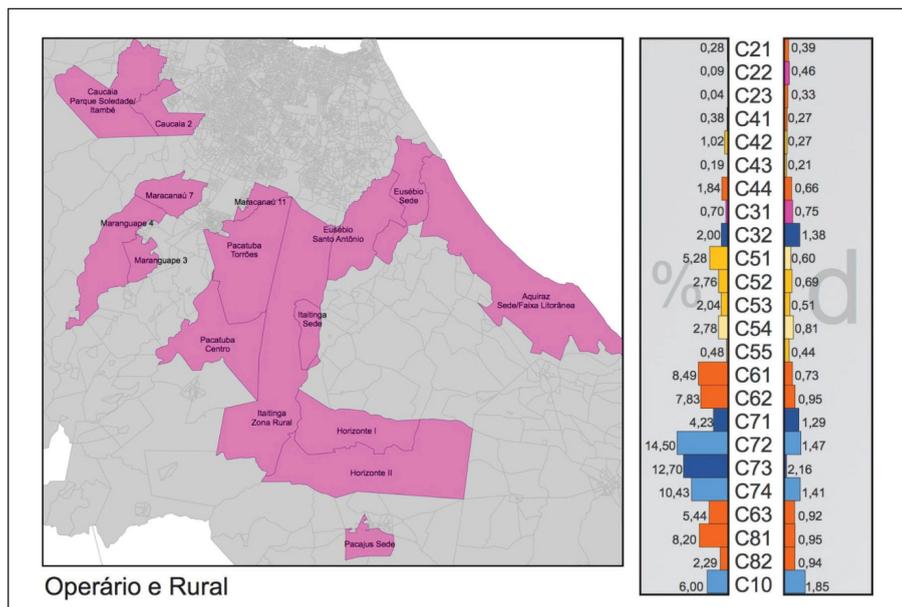
Entretanto, há algo de comum entre todos eles, no caso, a presença de sítios, chácaras e grandes vazios urbanos, às vezes com uso tipicamente agropecuário, num padrão de urbanização rarefeito e disperso característico das zonas de transição urbano-rural, onde as infraestruturas urbanas e os serviços mostram-se precários e incompletos.

Em termos de percentual, as Cats. do setor secundário são as que mais sobressaem, superando a marca de 31,4% do total, com distinção para os trabalhadores das indústrias tradicionais, de baixa intensidade tecnológica, que chegam a mais de 14,5%. Além disso, os trabalhadores da indústria moderna (4,23%), as ocupações em serviços auxiliares (12,70%) neste tipo correspondem aos maiores percentuais, se comparados aos demais tipos da RMF.

Entre as ocupações inferiores, verifica-se o maior incremento percentual, com realce para os trabalhadores da construção civil, os quais chegam a representar mais de 10% do total da população ocupada. Ali, a proximidade de grandes obras de infraestrutura e de equipamentos industriais assim como o baixo custo da moradia em virtude da mobilidade reforçam a presença de operários da construção. Por sua vez, as ocupações médias (15,34%) e do terciário (16,32%) mostram-se menos representativas que nos demais tipos. Isto se justifica pela rarefação na ocupação urbana deste tipo, a evidenciar leve alteração entre os resultados das tipologias de 2000 e 2010. Como observado, a presença de dirigentes e profissionais de nível superior é reduzida; chega a pouco mais de 4,5% do total.

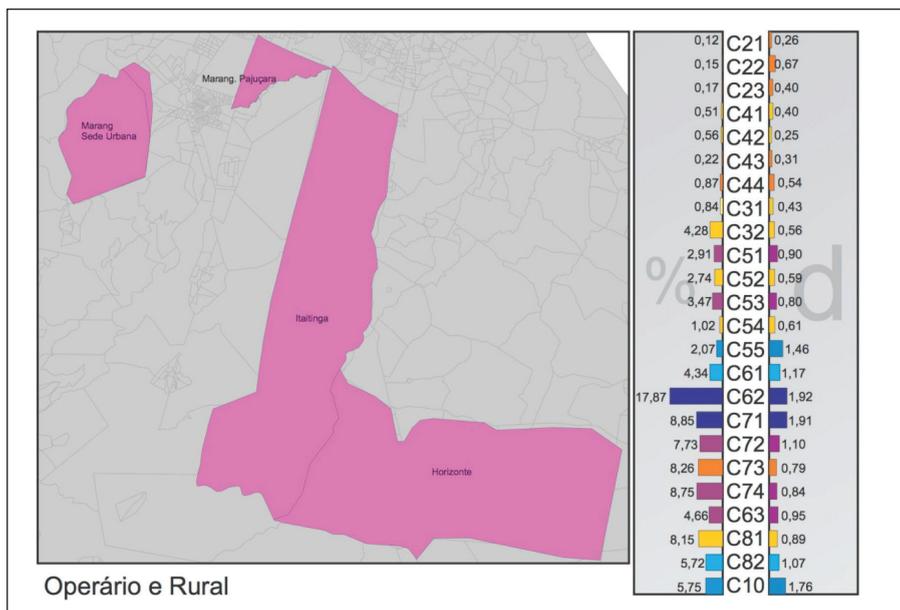
A análise das densidades das Cats. no tipo socioespacial em discussão referenda a denominação de operário rural dada ao mesmo, tendo em vista que de todas as categorias sócio-ocupacionais, exceção feita às ocupações artísticas e similares (Cat. 32) todas as Cats. dos trabalhadores do secundário, inclusive os operários da construção civil, assim como os agricultores, apresentam densidade superior a 1,0, a sugerir a supremacia destas ocupações em relação às demais (Figuras 5.22 e 5.23).

Figura 5.22 – Tipo operário rural – 2010: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano



Fonte: IBGE, 2010; cartograma organizado por Arthur Molina.

Figura 5.23 – Tipo operário rural – 2000: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano



Fonte: IBGE, 2000; cartograma organizado por Arthur Molina.

5.4.7 Tipo Rural

Tratando-se do tipo socioespacial de maior extensão em km², o rural simboliza os problemas decorrentes da delimitação político-administrativa da maioria das regiões metropolitanas brasileiras. No caso da RMF, o espaço intraurbano mostra-se compacto e fortemente influenciado pela capital, que por um lado tem historicamente concentrado investimentos comparativamente às demais partes do Estado, e por outro tem na convergência de eixos viários uma estrutura urbana que reforça a macrocefalia. Quanto à sua composição, segundo se observa, algumas áreas de Caucaia e Maranguape se transferiram para o tipo operário rural. Todavia, a inclusão dos municípios de Cascavel e Pindoretama à RMF fizeram o tipo socioespacial rural crescer de tamanho.

Em meio a esse amplo território, destacam-se como núcleos urbanos as sedes de cinco municípios (São Gonçalo, Guaiuba, Chorozinho, Pindoretama, Cascavel) e de alguns distritos, determinadas comunidades litorâneas em torno das quais o turismo se expande e principal-

mente o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, cuja implantação se dá desde os anos 1990. Todavia, a construção da Siderúrgica em curso, bem como a Refinaria em vias de ser iniciada apontam a tendência para enormes transformações nesta direção, porquanto estas grandes plantas industriais, bem como a criação de uma zona de processamento de exportação junto ao porto, tendem a atrair novos investidores para o referido complexo.

Ao mesmo tempo, o tipo rural é marcado pela precariedade das suas infraestruturas urbanas, pelas limitadas condições dos seus habitantes, notadamente os residentes no campo. Mesmo as comunidades tradicionais de pescadores na faixa litorânea têm sido muito mais afetadas pelo processo de especulação imobiliária e grilagem envolvendo suas terras do que beneficiadas pela instalação de benfeitorias como infraestrutura, serviços e equipamentos.

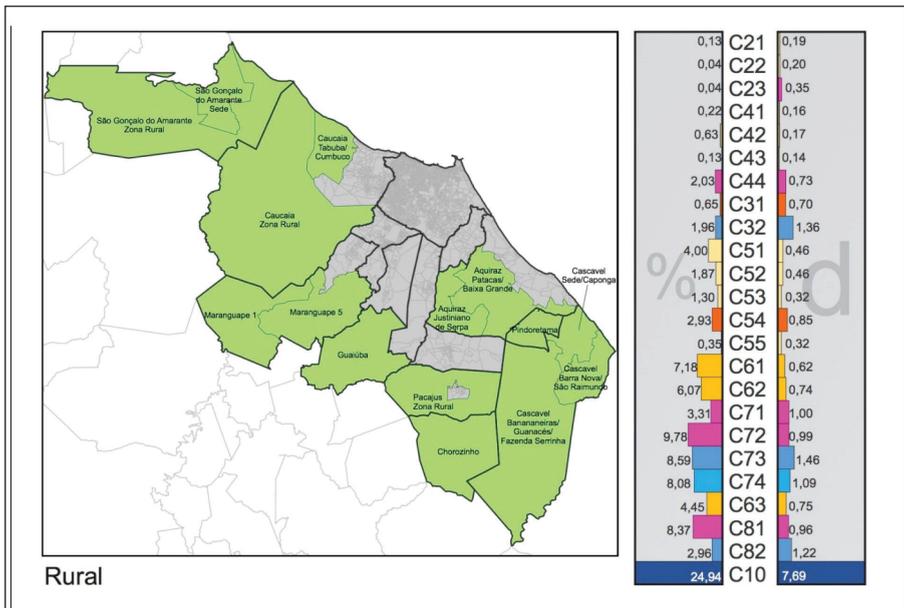
Quanto às categorias sócio-ocupacionais presentes no tipo rural, as ocupações agrícolas se distinguem, atingindo em 2010 quase 25% do total de pessoas ocupadas. Embora tenha havido uma redução em comparação a 2000, quando os agricultores representavam mais de 28,4% do total de ocupados, os números impressionam e validam a denominação dada a este tipo socioespacial. O peso das ocupações inferiores, inclusive os trabalhadores da construção civil, é considerável, e reflete a precariedade nas relações de trabalho na periferia da RMF, assim como na faixa litorânea, onde o turismo e o imobiliário se expandem. Realce para as ocupações domésticas que chegam a 8,37% do total de pessoas ocupadas, assim como o trabalhador da construção civil, que ultrapassa 8%.

As ocupações do setor secundário também merecem realce neste tipo. Entre 2000 e 2010, este passou de 16,24% para 21,68%, portanto, um acréscimo de mais de 5%. Isto decorre da implantação de novas indústrias nos municípios periféricos da RMF, como São Gonçalo do Amarante, Guaiuba, e Chorozinho, as quais vêm sendo atraídas mediante incentivos fiscais, doação de terrenos e oferta de mão de obra. Com a consolidação do Complexo Portuário tende-se a alterar ainda mais esse percentual.

Por fim, segundo se verifica, dentre todas as ocupações, a categoria sócio-ocupacional dos agricultores apresenta densidade relativa a toda a RMF de 7,69, justificando a denominação atribuída ao tipo. Ao compará-la às demais Cats., apenas as ocupações do secundário, as ocupações artísticas e os ambulantes mostram densidade superior a

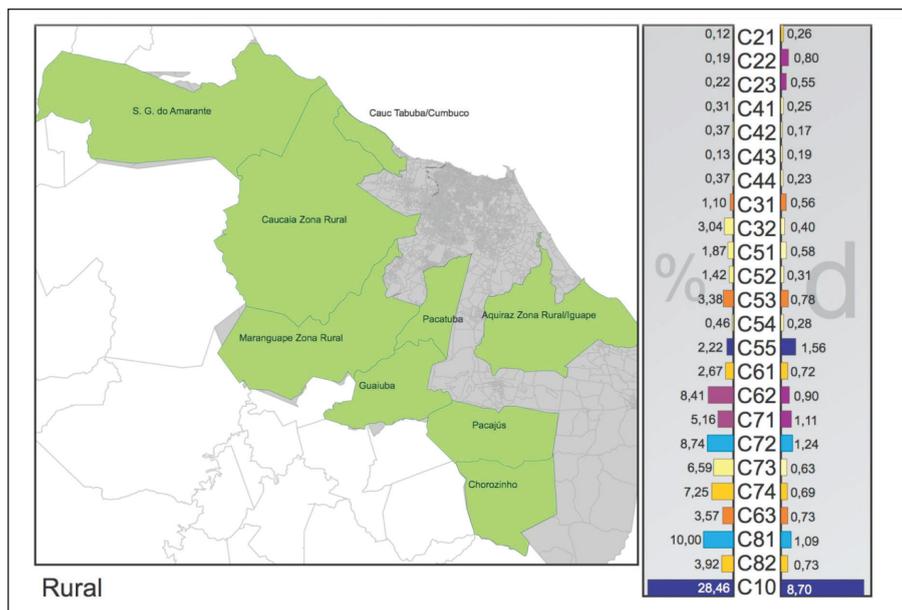
1,0 demonstrando a maior concentração destas ocupações em relação ao todo metropolitano. Nas figuras 5.24 e 5.25 consta o tipo rural no todo da Região Metropolitana de Fortaleza, evidenciando-se a magnitude da área deste tipo comparativamente aos demais tipos socioespaciais, pelo menos em termos de superfície.

Figura 5.24 – Tipo rural – 2010: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano



Fonte: IBGE, 2010; cartograma organizado por Arthur Molina.

Figura 5.25 – Tipo rural – 2000: áreas de ponderação, percentuais das Cats. no tipo e densidade delas no tipo em relação ao todo metropolitano.



Fonte: IBGE, 2000; cartograma organizado por Arthur Molina.

5.5 Considerações finais

A proposição de uma estrutura sócio-ocupacional para a Região Metropolitana de Fortaleza segundo os dados censitários de 2010 traz consigo alguns elementos que propiciam uma discussão sobre a dinâmica de crescimento e de desenvolvimento da RMF. Mediante a espacialização das concentrações de determinadas categorias sócio-ocupacionais associada aos usos produtivos do território assim como da representatividade delas em termos percentuais, comparando-se os resultados obtidos entre 2000 e 2010, passa-se a ter uma compreensão mais clara das alterações ocorridas na RMF na primeira década do século XXI. Verifica-se, então, a diversidade socioespacial em alguns setores, além da progressiva segregação residencial em outros. Tudo isto fortemente vinculado às tendências de expansão do setor imobiliário, à produção habitacional de interesse social e aos grupos excluídos.

Permanecem as diferenças exacerbadas entre os tipos socioespa-

ciais extremos e a heterogeneidade que caracteriza os tipos intermediários, assim como a forte vinculação dos tipos resultantes em relação à localização das atividades produtivas no intraurbano da RMF. Continua a presença do mercado imobiliário para classes mais abastadas associado ao terciário e ao turismo. Redistribuem-se as áreas que concentram os conjuntos habitacionais em diferentes tipos, com destaque para os seguintes aspectos: algumas APs permanecem no tipo operário popular pela ainda predominante presença de trabalhadores do setor secundário; várias APs se inserem no tipo médio-superior dada a presença de maior número de profissionais de nível superior; outras, em face da disponibilidade de terrenos próximos e da intensificação da favelização em suas bordas, tornam-se inferiores, ampliando-se a representatividade das ocupações informais no seu conteúdo sócio-ocupacional.

Reitera-se e intensifica-se a compreensão da fragmentação socioespacial, evidenciada pela diversidade da composição do seu tecido urbano, reconhecidamente repleto de disparidades socioeconômicas, e a expansão de formas urbanas relacionadas à segregação nas franjas periféricas. Desfaz-se por vez a divisão dicotômica do espaço metropolitano em apenas duas partes, bem como o mito de Fortaleza como uma cidade dual: muito densa e pobre ao oeste; menos densa e rica ao leste. Assim, vêm à tona evidências de uma segmentação socioespacial, onde o tipo médio-superior passa a representar uma verdadeira barreira entre os tipos superior e médio e o operário e popular.

E, ainda: a dispersão de determinadas Cats. no território metropolitano sugere fluxos intraurbanos e preferências por certas localizações na cidade. Estes foram devidamente, se não promovidos, ao menos acompanhados pelo mercado imobiliário formal, descortinando-se novos espaços da segregação socioespacial na RMF em verdadeira disseminação pelas periferias, onde as desigualdades socioespaciais mostram-se cada vez mais acirradas.

Desta leitura da estrutura social da RMF, constata-se que tanto o processo de reestruturação econômica vigente, como a implementação de grandes obras públicas desenvolvimentistas indicam ainda mais a urgência na implementação de processos de planejamento na escala metropolitana, onde os papéis e responsabilidades entre os municípios e o governo estadual devam ser bem definidos e efetivamente esclarecidos. Fato é que as alterações aqui percebidas ocorreram num ambiente totalmente desguarnecido de uma visão intersetorial decor-

rendo em problemas territoriais cujos impactos desconhecem os limites político-administrativos municipais.

Na falta deste processo de planejamento metropolitano, reduzem-se as chances da adoção de mecanismos de cooperação intermunicipal, no intuito de amenizar seus impactos e expandir os níveis de integração institucional entre os municípios da RMF. Por sua vez, ampliam-se as chances de aumento da competição entre eles, bem como a transferência de responsabilidades referentes a problemas, cuja busca por solução deveria ser compartilhada.

Referências

- BOGUS, L.; PASTERNAK, S. **São Paulo como patchwork: unindo fragmentos de uma cidade segregada.** Cadernos Metrôpole, n. 1, p. 43-98, São Paulo: EDUC, 1999.
- DANTAS, E.C. **Turismo e imobiliário nas Metrôpoles.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- LAGO, L. C.; RIBEIRO, L. C. Q. **O Espaço social das grandes metrôpoles brasileiras.** Cadernos Metrôpole, n. 4, p. 173-203, São Paulo: EDUC, 2000.
- PEQUENO, L. R. B. **Desenvolvimento e degradação no espaço intraurbano de Fortaleza.** Tese de doutorado apresentada à FAUUSP, São Paulo: 2002.
- _____(org.). **Como anda Fortaleza.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.
- PEREIRA JÚNIOR, Edilson A. **Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará.** São Paulo: Editora da Unesp, 2012.
- RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **O Futuro das metrôpoles: desigualdades e governabilidade.** Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- _____(org.). **Metrôpoles brasileiras: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito.** Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- SANTOS, M. **O Espaço dividido.** São Paulo: Editora Francisco Alves, 1979.
- _____. **Metrôpole corporativa fragmentada,** São Paulo: Nobel, 1990.
- SOUZA, M.L. **Mudar a cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- VILAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Condições de moradia e desigualdades socioespaciais: o caso de Fortaleza¹

Renato Pequeno

Resumo: Este capítulo aborda as condições de moradia na Região Metropolitana de Fortaleza as quais atestam um amplo quadro de iniquidades. Analisada segundo seus tipos socioespaciais, buscou-se num primeiro momento verificar as diferenças nas formas de moradia e nas condições de ocupação no tocante à propriedade do imóvel utilizado com fins residenciais. Em seguida, o foco é o déficit habitacional em seus componentes quantitativos e qualitativos. Além disso, a questão da precariedade no acesso às redes de infraestrutura, analisando as condições de inserção urbana da população da RMF, a qual contribui sobremaneira para a percepção do amplo espectro existente nesta metrópole entre os mais abastados e aqueles mantidos em recortes espaciais onde as condições de moradia denunciam sua vulnerabilidade social. Por fim, estabelece-se um confronto entre a tipologia socioespacial proposta e a recente produção habitacional, atestando o papel dos diferentes agentes da produção do espaço na conformação de um todo repleto de desigualdades.

Palavras-chave: Habitação, desigualdades, déficit, infraestrutura.

Abstract: This chapter discusses the housing conditions in the metropolitan region of Fortaleza, which attest to a broad framework of iniquities among their socio spatial types. Initially, it is verified the differences in the forms and the conditions of occupation in relation to the land tenure. Secondly, the focus is the housing deficit in their quantitative and qualitative components, showing the lack of housing and the inadequacy of the dwellings in terms of living conditions. In addition, the issue of precariousness in access to networks of infrastructure, analyzing the conditions of urban insertion of RMF's population, contributes greatly to the perception of a broad spectrum in this metropolis between the more affluent and those kept at the outskirts, where the housing conditions denounce their social vulnerability. Finally, it is established a confrontation between the socio-spatial typology and the recent housing production, stating the role of the different actors of the production space at the conformation of the metropolitan region filled with inequalities.

Keywords: housing, inequalities, deficit, infrastructure.

¹ Agradeço a contribuição de Arthur Molina na elaboração dos cartogramas e no tratamento da informação, e da Profa. Clarissa Freitas, na versão preliminar destes, a partir dos quais grande parte deste texto foi desenvolvida.

6.1 Introdução

Neste capítulo discute-se o quadro de desigualdades socioespaciais da Região Metropolitana de Fortaleza, adotando as condições de moradia como variável mais eficaz na explicitação destas disparidades. As análises aqui empreendidas estão fundamentadas na leitura de indicadores vinculados à divisão espacial da RMF em seus tipos socioespaciais, os quais foram exaustivamente abordados no capítulo anterior. Vale lembrar que estes tipos se encontram subdivididos em áreas de ponderação (AP), a partir das quais os microdados da pesquisa amostral do IBGE – 2010 foram agregados e utilizados como principal base de informações deste trabalho. Grande parte do texto está apoiada na leitura de cartogramas referentes aos dados expostos nos quadros síntese, considerando as áreas de ponderação como unidades de análise agrupadas em quintis.

Buscou-se mediante alguns dos indicadores analisados desenvolver estudo comparativo entre os dois últimos Censos Demográficos do IBGE, mantendo-se os mesmos princípios adotados no capítulo anterior, de modo a investigar e compreender o quadro de alterações ocorridas na década de 2000 na RMF, bem como identificar possíveis fenômenos a serem aprofundados em novos estudos científicos. Destaca-se a necessidade de ajustes metodológicos em razão de mudanças promovidas pelo IBGE de modo a viabilizar este capítulo.

De forma qualitativa, aqui foram incorporadas algumas dinâmicas urbanas classificadas segundo os agentes da produção do espaço diretamente vinculadas à questão da moradia, as quais se agrupam nas seguintes categorias: a cidade do mercado imobiliário; a cidade das políticas públicas; e a cidade informal e espontânea. Para tanto, merece ser ressaltado o impacto positivo das discussões promovidas nos *workshops* do grupo de pesquisadores do Observatório das Metrôpoles vinculados ao Projeto Formas de Produção da Moradia no Brasil do Século XXI sob a coordenação dos professores Aduino Cardoso e Luciana Lago. Referidas discussões prosseguem por meio da pesquisa realizada em rede voltada para avaliar o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no referente à inserção urbana dos empreendimentos aprovados nas duas primeiras fases.

Como questões norteadoras da discussão ora empreendida podem ser apontadas as seguintes: Como se manifesta e em que direções se desloca o processo de segregação residencial na metrópole?

Como se comporta o setor imobiliário e da construção civil em face do ambiente de crescimento econômico, na forma como este se desenrolou desde a última década? Que dinâmicas associadas às condições de moradia caracterizam o processo de favelização em amplo processo de disseminação? Em que condições de moradia as famílias de baixa renda conseguem resistir às pressões advindas do setor imobiliário formal na luta por territórios providos de infraestrutura e serviços? Que respostas vêm sendo formuladas pelo Estado no atendimento às demandas habitacionais?

Para contemplar este assunto, este capítulo foi assim organizado: primeiro, tenta-se caracterizar as formas de moradia existentes na RMF, na maneira como se distribuem nos diferentes tipos socioespaciais, contrapondo as formas unifamiliares e multifamiliares, assim como as condições de propriedade ou não da moradia, em confrontação com os diferentes tipos de ocupação: próprio, alugado ou cedido. Aborda-se também o custo do aluguel, verificando-se diferenças no mercado de locação para fins de moradia.

Ainda como parte do capítulo, aborda-se o problema do déficit habitacional, na forma como se distribui pela RMF. Busca-se desagregar o déficit como um todo em suas diferentes componentes, aprofundando-se a compreensão da necessidade por novas unidades habitacionais. Em seguida, analisam-se as condições inadequadas de moradia, e nesta análise utilizam-se os mesmos indicadores adotados pela Fundação João Pinheiro, visualizando-se as desigualdades vinculadas ao porte da unidade habitacional, à qualidade sanitária, à densidade. Discute-se, ainda, o acesso às infraestruturas urbanas, e nesta ótica verifica-se como se encontra a distribuição das redes de abastecimento de água, de esgotamento, de coleta de lixo, energia elétrica e iluminação pública.

Por fim, à guisa de conclusão, apresentam-se algumas evidências da forma diferenciada como se manifestam os distintos agentes da produção do espaço diretamente vinculados à produção habitacional, abordando o setor imobiliário formal, o Programa Minha Casa Minha Vida, a produção de interesse social pelos governos estadual e municipais e a favelização. Pretende-se aqui num esforço de síntese pontuar alguns processos a serem aprofundados em futuros estudos relacionados à produção habitacional e às desigualdades socioespaciais.

6.2 Formas de moradia e condições de ocupação na Região Metropolitana de Fortaleza

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, a Região Metropolitana de Fortaleza teve recenseados 1.153.258 domicílios, dos quais 1.027.699 foram identificados como particulares permanentes. Assim foram deixadas de lado 125.559 considerados coletivos, particulares não ocupados ou de uso ocasional.

Do total de imóveis domiciliares particulares permanentes 36.373 unidades residenciais se localizam em zonas rurais. Este fato faz da RMF um aglomerado populacional urbano com mais de 96% de taxa de urbanização, apesar das vastas áreas consideradas como rurais. Disto depreende-se a forma compacta e concentrada como se localiza a população desta metrópole, cujo município polo – Fortaleza – corresponde à mais densa capital do Brasil. Ademais, verifica-se sua influência no crescimento demográfico dos seus vizinhos, em suas diferentes direções intensificando a conurbação, a qual ganha características específicas em razão das formas de moradia predominantes.

Dentre as formas de moradia analisadas, têm-se as casas unifamiliares em parcelamentos abertos, os domicílios presentes em condomínios fechados ou em vilas, os cortiços como moradias coletivas onde se paga aluguel e se compartilha as áreas molhadas e os apartamentos presentes em condomínios verticais como unidades multifamiliares, independentemente do seu porte.

De antemão observa-se amplo predomínio da forma casa, como espécie de domicílio, ou seja, mais de 81% do total de domicílios na RMF, exceção feita ao tipo superior, o qual representa pouco mais de um terço das moradias. Neste tipo, como no médio-superior, observa-se intensa substituição de casas por edifícios multifamiliares, e também por serviços e comércio, num processo de mudança de uso do solo.

Nos tipos popular, operário rural e rural as casas representam nove em cada dez domicílios, e em regra são autoconstruídas com base em formas tradicionais e precárias, também marcadas pelo permanente estado de construção, estendendo-se para os fundos do lote e mais recentemente para o alto, num processo de autoverticalização. A Figura 6.1 revela essa ampla predominância da forma casa como tipo de moradia desde as áreas intermediárias às periféricas.

No referente à verticalização, apartamentos correspondem a mais

de 13,5% do total de domicílios da RMF. (Tabelas 6.1 e 6.2). Estes se concentram nos tipos superior e médio-superior, perfazendo mais de 72% do total. No tipo superior, eles se mostram aglutinados em poucos bairros, e somam mais de 52 mil imóveis, portanto, mais de 60,1% do total dos domicílios do tipo, a refletir sua valorização imobiliária em decorrência da presença de infraestruturas e serviços de melhor qualidade, assim como a intenção de autosegregação do segmento mais abastado da sociedade.

No médio-superior, embora totalize quase 49 mil unidades, os apartamentos não chegam a 20% do total de domicílios deste tipo socioespacial. Em sua distribuição espacial, evidencia-se sua maior presença nos bairros pericentrais ao oeste ao longo do eixo terciário, ao sul do Centro e nas proximidades da Parangaba onde as facilidades de mobilidade urbana e a localização tornam-se atraentes para a expansão do mercado imobiliário (Figura 6.2).

Destaca-se ainda a existência de mais de 18 mil apartamentos no tipo médio, sinalizando a expansão desta forma residencial ao longo do eixo de desenvolvimento concentrado do setor imobiliário formal ao sudeste, onde os terrenos se valorizam associados à expansão do terciário e às conexões com investimentos públicos.

A presença de mais de 18 mil apartamentos nos tipos operário popular e popular, por seu turno, encontra-se associada à implantação de programas habitacionais de interesse social, que cada vez mais adotam os edifícios multifamiliares de pequeno porte como solução de baixo custo associada ao binômio baixa altura e altíssima densidade, como mostra a Figura 6.2, um núcleo isolado ao oeste da RMF no município de Caucaia.

Como novidades trazidas pelo censo de 2010, no tocante às formas de moradia, evidenciam-se as formas condomínio horizontal / fechado e os cortiços / casas de cômodo. Diametralmente opostas como usuário ao qual elas se destinam, observam-se algumas proximidades entre ambas no inerente à sua espacialização (Figuras 6.3 e 6.4). Todavia, como exposto num estudo mais detalhado e qualitativo, no caso dos cortiços, ocorre sua expansão tanto em áreas de favela bem localizadas ou próximas às frentes de expansão do setor imobiliário como em imóveis residenciais antigos nos bairros adjacentes ao Centro na direção oeste (Figura 6.3).

Por seu turno, no caso dos condomínios ou vilas (Figura 6.4), esta categoria inclui as seguintes modalidades: os condomínios horizontais

fechados para famílias de renda média-alta, situados ao leste (tipo médio); os empreendimentos condominiais adotados na década de 2000 como forma ideal pelo PAR e que ainda permanecem como forma de habitação econômica disseminando-se através do PMCMV, concentrados no centro sul de Fortaleza e cada vez mais se expandindo rumo à periferia (tipo médio-superior); as vilas com casas de aluguel típicas da periferia de baixa renda (tipos operário popular e popular).

Tabela 6.1 – Espécie de domicílio – percentual em relação ao total de domicílios em cada tipo socioespacial

Variável	Casa	%	Vila ou condomínio	%	Cortiço	%	Apartamento	%	Outros	%	Total
Superior	31.705	36,53	2.571	2,96	181	0,21	52.210	60,16	119	0,14	86.785
Med.sup.	182.56	73,00	16.456	6,58	1.454	0,58	48.942	19,57	687	0,27	250.104
Médio	105.04	77,82	10.729	7,95	513	0,38	18.337	13,58	366	0,27	134.985
Op.pop	171.53	89,04	9.313	4,83	144	0,07	11.438	5,94	221	0,11	192.648
Popular	153.45	91,73	6.350	3,80	242	0,14	6.875	4,11	367	0,22	167.294
Op.rural	98.690	95,87	3.336	3,24	57	0,06	745	0,72	112	0,11	102.941
Rural	93.044	97,91	1.037	1,09	72	0,08	661	0,70	217	0,23	95.031
Total	836.03	81,19	49.791	4,84	2.663	0,26	139.20	13,52	2.089	0,20	1.029.78

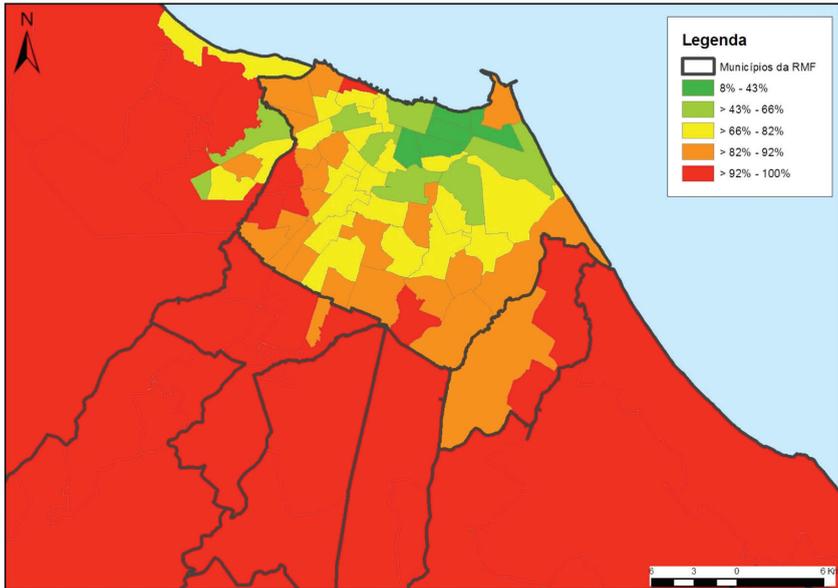
Fonte: Censo IBGE, 2010; organizado pelo autor.

Tabela 6.2 – Espécie de domicílio: percentual em relação total de domicílios em cada espécie de domicílio

Variável	Casa	%	Vila ou condomínio	%	Cor-tiço	%	Apartamento	%	Outros	%	Total
Superior	31.705	3,8	2.571	5,2	181	6,8	52.210	37,5	119	5,7	86.785
Med.sup	182.566	21,8	16.456	33,1	1.454	54,6	48.942	35,2	687	32,9	250.104
Médio	105.040	12,6	10.729	21,5	513	19,3	18.337	13,2	366	17,5	134.985
Op.pop	171.533	20,5	9.313	18,7	144	5,4	11.438	8,2	221	10,6	192.648
Popular	153.459	18,4	6.350	12,7	242	9,1	6.875	5,0	367	17,6	167.294
Op.rural	98.690	11,8	3.336	6,7	57	2,2	745	0,5	112	5,4	102.941
Rural	93.044	11,1	1.037	2,1	72	2,7	661	0,5	217	10,4	95.031
Total	836.038	100	49.791	100	2.663	100	139.209	100	2.089	100	1.029.788

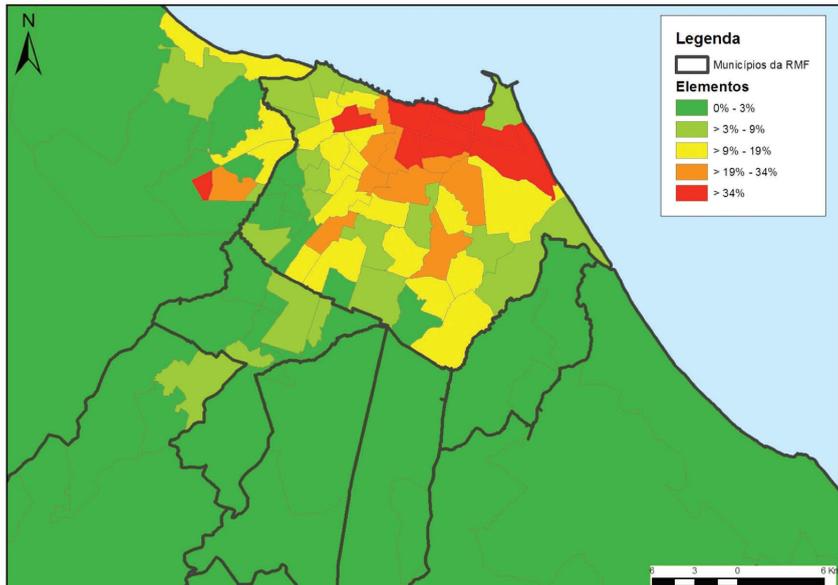
Fonte: Censo IBGE, 2010; organizado pelo autor.

Figura 6.1 – Espécie de domicílio: percentual de casas unifamiliares em relação ao total de domicílios de cada AP



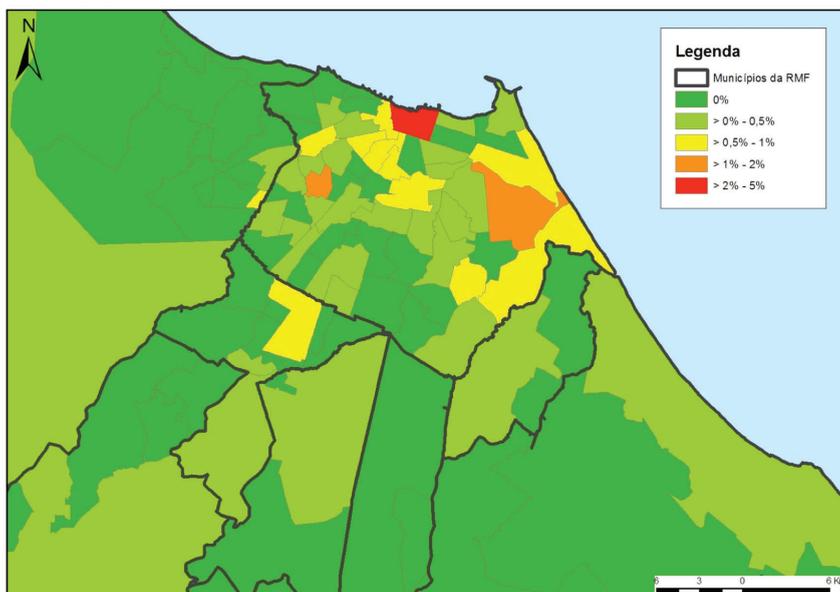
Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Figura 6.2 - Espécie de domicílio: percentual de apartamentos em relação ao total de domicílios de cada AP



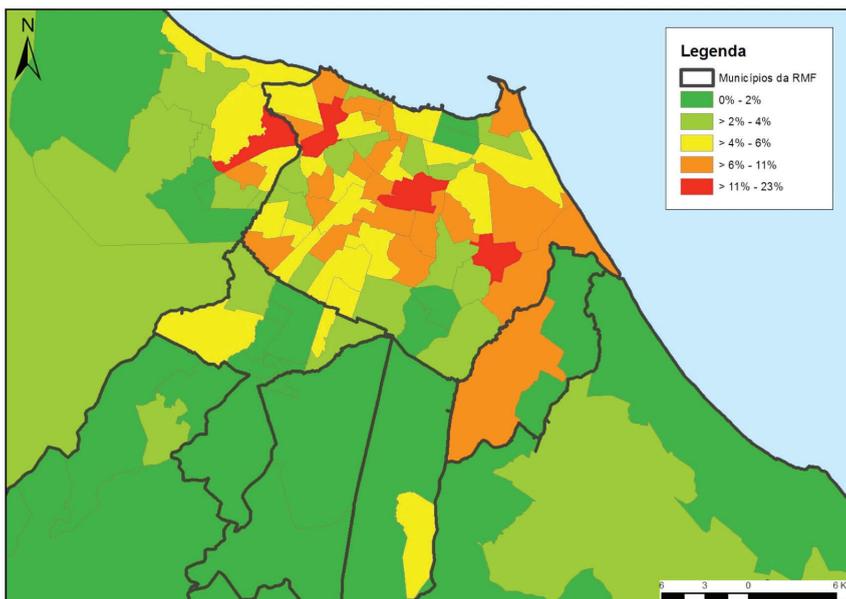
Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Figura 6.3 – Espécie de domicílio: percentual de cortiços em relação ao total de domicílios de cada área de ponderação



Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Figura 6.4 - Tipo de domicílio: percentual de condomínios ou vilas em relação ao total de domicílios de cada AP.



Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Tratando-se da variável propriedade do domicílio, conforme indicam os dados disponibilizados pelo IBGE, numa primeira abordagem, os domicílios próprios prevalecem sobre os demais independentemente do tipo socioespacial. Todavia, quando se analisa a amplitude dos dados, verificando-se a distância entre os extremos, no caso do tipo rural, os domicílios próprios quase atingem 80% do total, enquanto no tipo médio-superior, o percentual de domicílios próprios é inferior a dois terços do total (65,47%) (Figuras 6.5 e 6.6).

É possível explicar o menor percentual no tipo médio-superior em relação aos demais tipos pela ampla presença de imóveis de aluguel nos bairros circunvizinhos ao Centro na direção oeste, pois somam mais de 30% do total no tipo. A presença deste mercado de locação é histórica e atende à demanda de ocupações médias e do terciário especializado, difundindo-se também em áreas de ocupação numa expansão do mercado imobiliário informal. De todos os domicílios alugados na RMF, um terço faz parte do tipo médio-superior, três vezes mais que nos tipos superior e médio. A expansão do setor imobiliário neste tipo sinaliza tanto a oferta para aqueles interessados em sair do aluguel como a certeza de bom investimento para quem ainda busca na locação de imóveis uma forma de complementar a renda.

Nos demais tipos, a existência de domicílios alugados supre demandas específicas, considerando o poder aquisitivo e a faixa salarial dos locatários, como mostram as figuras 6.8 e 6.9, onde os imóveis com aluguel superior a três salários mínimos se restringem ao tipo superior, enquanto os imóveis com valor inferior a um salário mínimo se concentram na parte oeste da RMF. A presença de menos de 10% do total de imóveis alugados no tipo superior, que além de conter o setor hoteleiro da cidade, detém as infraestruturas e os serviços de maior qualidade, faz com que o valor do aluguel alcance índices tão altos. Contudo, conforme a Tabela 6.3, o percentual de imóveis alugados se reduz à medida que se distancia do Centro, assim como se amplia o percentual de imóveis cedidos, com destaque para o tipo rural, onde estes são mais de 10,3% do total, correspondendo a 9.815 domicílios. No caso, a cessão do domicílio está atrelada tanto à atividade econômica predominante como também à existência de sítios, chácaras e casas de praia onde a presença do morador / caseiro ocupando um imóvel na propriedade ainda remanesce como prática. Ainda como a Tabela 6.4 indica, de todos os domicílios cedidos, mais de 22% se localizam no tipo rural.

Chama atenção a presença de mais de 7.800 domicílios cedidos do tipo médio-superior e mais de 6.300 no tipo operário popular, como mostram a Figura 6.7 e a Tabela 6.4. No caso, observa-se que ao oeste do Centro, nas imediações do antigo setor industrial da cidade, onde predominam os assentamentos populares, intensamente construídos, possa ter havido uma construção excedente ou mesmo de base familiar, onde os jovens casais são contemplados com residências no fundo do quintal ou na laje. De qualquer maneira, trata-se de uma questão a ser aprofundada, provavelmente associada ao mercado imobiliário informal, a qual requer estudos específicos.

Tabela 6.3 – Tipo de ocupação quanto à propriedade do domicílio - % em cada tipo socioespacial

Tipo socioespacial	Próprio	%	Alugado	%	Cedido	%	Outros	%	Total
Superior	63.123	72,83	20.847	24,05	2.267	2,62	430	0,50	86.666
Médio-sup.	163.288	65,47	77.169	30,94	7.834	3,14	1.127	0,45	249.417
Médio	103.078	76,57	26.533	19,71	4.389	3,26	619	0,46	134.619
Op.popular	138.324	71,88	47.154	24,51	6.320	3,28	628	0,33	192.427
Popular	126.028	75,50	33.726	20,20	6.133	3,67	1.040	0,62	166.927
Op. rural	79.696	77,50	16.236	15,79	6.725	6,54	172	0,17	102.829
Rural	74.670	78,75	10.046	10,60	9.815	10,35	283	0,30	94.814
Total	748.206	72,80		22,55		4,23		0,42	1.027.700

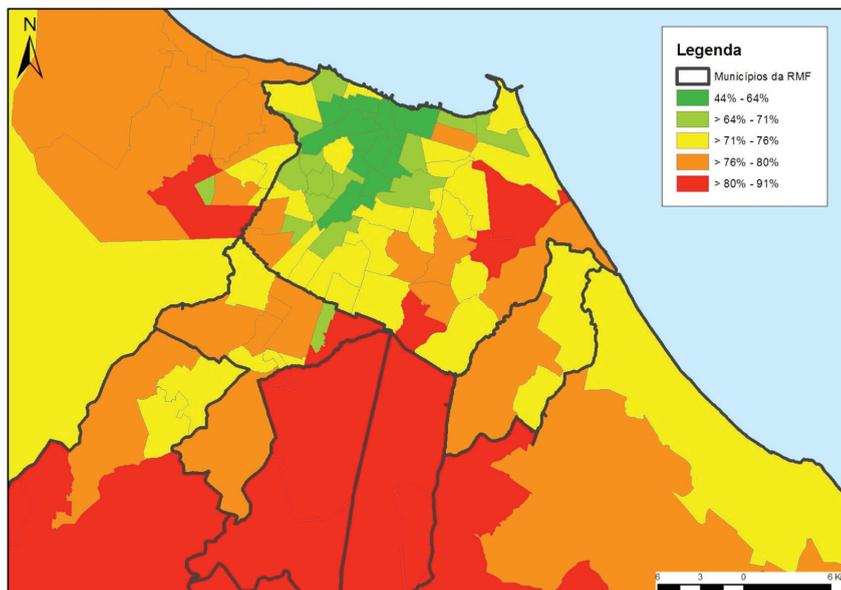
Fonte: Censo IBGE, 2010; organizado pelo autor.

Tabela 6.4 – Propriedade do domicílio - % em relação total de domicílios em cada tipo socioespacial

Tipo sócio espacial	Próprio	%	Alugado	%	Cedido	%	Outro	%	Total	%
Superior	63.123	8,44	20.847	9,00	2.267	5,21	430	10,00	86.666	8,75
Médio-sup.	163.288	21,82	77.169	33,30	7.834	18,02	1.127	26,21	249.417	25,24
Médio	103.078	13,78	26.533	11,45	4.389	10,09	619	14,40	134.619	13,25
Op.popular	138.324	18,49	47.154	20,35	6.320	14,53	628	14,61	192.427	19,38
Popular	126.028	16,84	33.726	14,56	6.133	14,11	1.040	24,20	166.927	15,96
Op. rural	79.696	10,65	16.236	7,01	6.725	15,47	172	4,00	102.829	9,20
Rural	74.670	9,98	10.046	4,34	9.815	22,57	283	6,58	94.814	8,22
Total	748.206	100,0	231.710	100,0	43.484	100,0	4.299	100,0	1.027.700	100,0

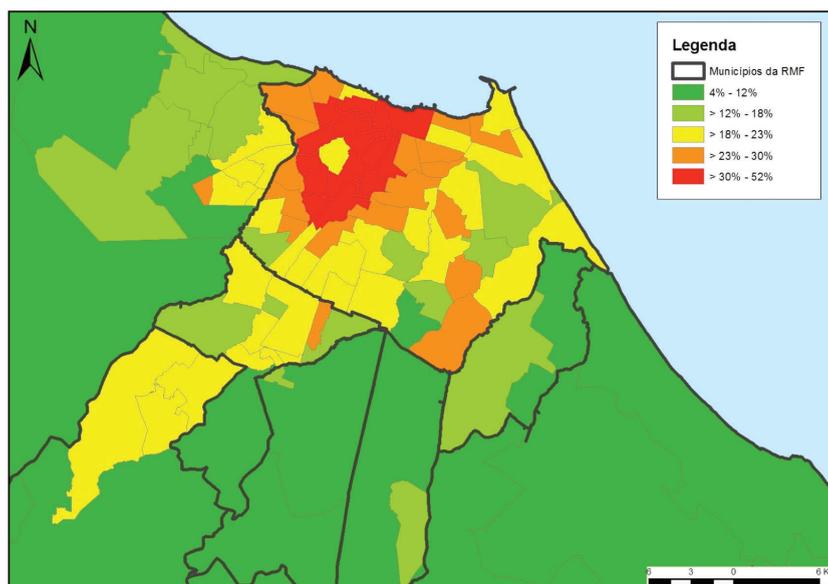
Fonte: Censo IBGE, 2010; organizado pelo autor.

Figura 6.5 - Propriedade do domicílio - percentual de próprios em relação ao total de domicílios de cada AP



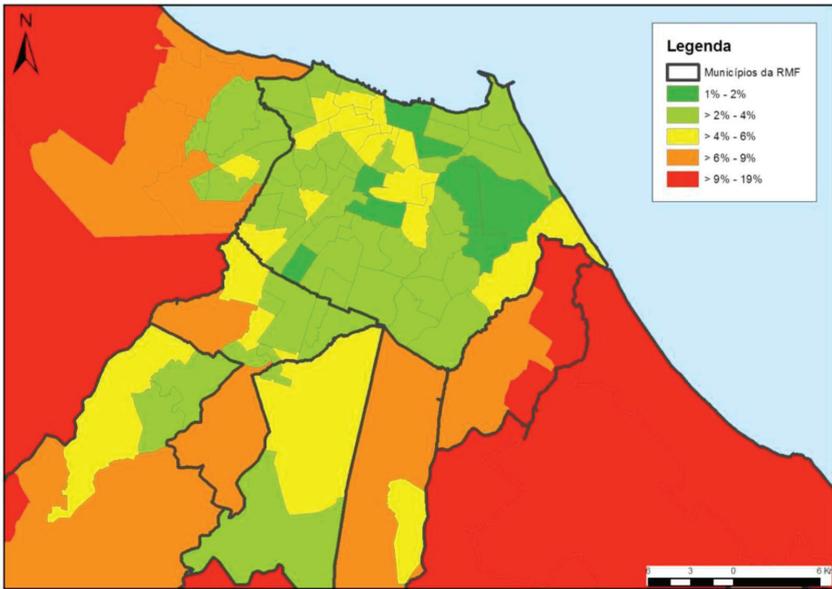
Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Figura 6.6 - Propriedade do domicílio - percentual de alugados em relação ao total de domicílios de cada AP



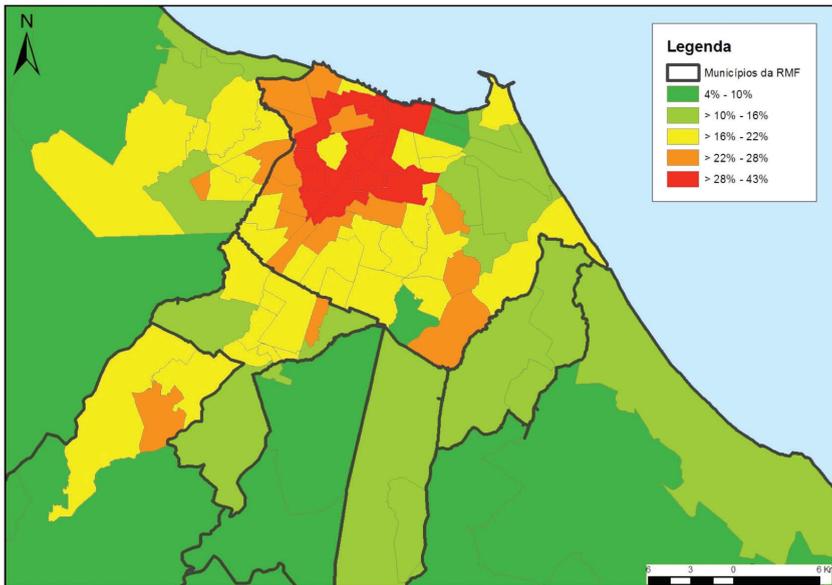
Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Figura 6.7 - Propriedade do domicílio - percentual de cedidos em relação ao total de domicílios de cada AP



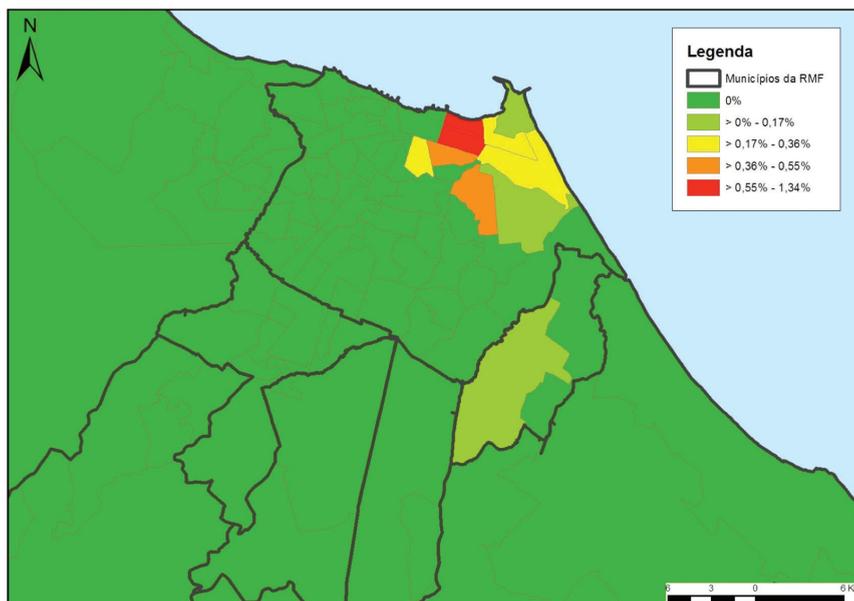
Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Figura 6.8 - Propriedade do domicílios com aluguel inferior a um SM em relação ao total de domicílios de cada AP



Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Figura 6.9 - Percentual de domicílios com aluguel superior a três SM em relação ao total de domicílios de cada AP



Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

6.3 O que revelam os dados do déficit habitacional?

Apesar das frequentes alterações nas variáveis utilizadas para quantificar o déficit habitacional, os estudos da Fundação João Pinheiro ainda representam uma das melhores formas de compreender o quadro de desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras.

No caso das pesquisas desenvolvidas pelo Observatório das Metrôpoles, a possibilidade de usar as mesmas bases censitárias e compartilhar as mesmas unidades espaciais de análise adotadas para a formulação da tipologia socioespacial ganha maior importância nestes estudos. Esta importância se evidencia ante a probabilidade de acompanhar a evolução do problema habitacional, seja nos seus aspectos quantitativos referentes à falta de moradia em si, seja nos aspectos qualitativos, considerando a inadequação domiciliar.

Nos estudos sobre o problema da moradia na RMF relacionado à tipologia socioespacial em 2006, com base nos dados censitários de 2000, os números já impressionavam pela quantidade de moradias faltantes. Eram 85.570 unidades, ou seja, 11,83% do total de domicílios da metrópole. Naquele momento, predominava a coabitação como

principal componente do déficit atingindo mais de 92% do total deste déficit (Tabela 6.5).

Quando analisado segundo os tipos, o déficit mostrava-se concentrado no tipo operário popular (34,77%), popular (23,6%) e médio-superior (16,23%), mas era bem menos representativo no tipo superior, onde se encontravam menos de 5% do total, e nos tipos com características rurais, ambos com pouco mais de 6% do total do déficit. Estas diferenças poderiam ser explicadas pela associação do déficit habitacional à condição de pobreza urbana e à falta de acesso à terra para construção de moradias, mesmo que por autoconstrução. Todavia, quando se analisam os números do déficit habitacional para 2010, conforme se observa, as mudanças nas variáveis levam a uma situação ainda mais grave, porquanto em dez anos quase dobrou o número de unidades domiciliares faltantes, num total de 165.123 moradias, isto é, mais de 16% do total de domicílios da RMF (Tabelas 6.6; 6.7; 6.8).

Tabela 6.5 – Distribuição do déficit em suas componentes em números absolutos e % nos tipos - 2000

Tipo sócio-espacial	Total de domicílios	Déficit habitacional		Famílias conviventes		Domicílios improvisados		Cômodos cedidos ou alugados	
		abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Superior	47.680	4.238	8,89	3.598	84,90	272	6,42	368	8,68
Médio-sup.	112.696	13.888	12,32	12.842	92,46	424	3,05	622	4,48
Médio	52.790	6.796	12,87	6.028	88,70	346	5,10	422	6,20
Op.popular	222.961	29.752	13,34	27.972	94,01	585	1,97	1.196	4,02
Popular	184.830	20.193	10,93	18.618	92,20	820	4,06	755	3,74
Op.rural	45.959	5.193	11,30	5.022	96,70	83	1,60	88	1,70
Rural	56.280	5.508	9,79	5.094	92,48	229	4,16	185	3,37
Total	723.197	85.570	11,83	79.174	92,53	2.760	3,23	3.636	4,25

Fonte: Fundação João Pinheiro / Censo IBGE, 2000; organizado pelo autor.

Tabela 6.6 – Distribuição do déficit em suas componentes em números absolutos e % por tipos – 2000

Tipo socio espacial	Total de domicílios	Déficit habitacional		Famílias conviventes		Domicílios improvisados		Cômodos cedidos ou alugados	
		abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Superior	47.680	4.238	4,95	3.598	4,54	272	9,86	368	10,12
Médio sup.	112.696	13.888	16,23	12.842	16,22	424	15,36	622	17,11
Médio	52.790	6.796	7,94	6.028	7,61	346	12,54	422	11,61
Op.popular	222.961	29.752	34,77	27.972	35,33	585	21,20	1.196	32,89
Popular	184.830	20.193	23,60	18.618	23,52	820	29,71	755	20,76
Op. rural	45.959	5.193	6,07	5.022	6,34	83	3,01	88	2,42
Rural	56.280	5.508	6,44	5.094	6,43	229	8,30	185	5,09
Total	723.197	85.570	100,0	79.174	100,0	2.760	100,0	3.636	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro / Censo IBGE, 2000; organizado pelo autor.

Consoante se percebe, a inclusão de novas componentes no déficit, no caso das famílias com renda inferior a três salários mínimos com ônus excessivo do aluguel e os domicílios alugados com adensamento excessivo, ampliou o déficit em mais de 66 mil moradias, correspondendo a aproximadamente 40% do total estimado. Ao se analisar segundo o percentual relativo ao total de domicílios em cada tipo, constata-se maior representatividade do déficit habitacional no tipo médio-superior, correspondendo a mais de 19% do total, assim como no tipo operário popular, com quase 18% do total de domicílios naquele tipo. Num outro extremo o tipo superior remanesce como o detentor de menor déficit relativo ao total de domicílios (Figuras 6.5; 6.6; 6.7; 6.8).

No tocante ao perfil sócio-ocupacional destes tipos, boa parte do déficit está nas categorias sócio-ocupacionais médias, do terciário especializado e do secundário. Esta portanto é uma demanda a ser atendida pelos programas habitacionais governamentais, para além das ocupações inferiores. Fato é que apesar dos investimentos na produção habitacional ao longo da década de 2000, o crescimento do déficit aponta para desafios ainda maiores para as políticas públicas setoriais de habitação. Na Figura 6.10 apresentam-se as áreas pericentrais, ao oeste do Centro e em direção ao sudoeste, como aquelas com déficit superior a 20% do total de domicílios. Por sua vez, a Figura 6.11 expõe as áreas com maior representatividade de famílias conviventes, especialmente ao oeste do Centro de Fortaleza nas proximidades da faixa litorânea, onde se localizam favelas em avançado processo de autoverticalização. O predomínio de ocupações irregulares onde o controle urbano sobre a construção nos fundos de quintal e nas lajes é ainda menor favorece essa expansão dos domicílios em cômodos, levando à expansão da coabitação em áreas como Barra do Ceará, Pirambu, Jardim Iracema. Processo similar ocorre em antigos conjuntos habitacionais produzidos pelo BNH, que foram generosos quanto à definição da área do lote e que também têm sido alvo de adensamento domiciliar com mais de uma família convivente, compartilhando partes da moradia.

Cabe ressaltar: as alternativas adotadas pelas famílias de menor poder aquisitivo, notadamente nos tipos médio-superior e operário popular, compartilhando uma mesma moradia ou se decidindo pelo aluguel, justificam esses números diferenciados, como mostram os cartogramas 6.11, 6.12, 6.13 e 6.14. Isto evidencia escolhas por lo-

calizações residenciais mais próximas ao Centro e às áreas de maior empregabilidade, ainda que haja o ônus da densidade excessiva ou o comprometimento da qualidade de vida pela destinação de boa parte do orçamento para o aluguel. A Figura 6.12 destaca a presença de moradias improvisadas em áreas da periferia sul de Fortaleza, próximas ao Conjunto José Walter, as quais correspondem a conflitos fundiários ocorridos nos últimos anos em glebas vazias em processo de especulação, porém ocupadas pelos movimentos sociais de moradia. Os números da precariedade em termos de domicílios improvisados aumentam especialmente na zona rural dos municípios da RMF em função do uso da taipa como principal material de construção. Vale lembrar que neste setor encontra-se em construção o primeiro grande conjunto realizado com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, denominado Cidade Jardim.

Chamam atenção os maiores percentuais de domicílios alugados com adensamento excessivo em relação ao total de domicílios nos tipos operário popular (13,32%) e popular (14,085). A existência de vilas de casas de aluguel nos bairros integrantes destes tipos corrobora esses números.

A Figura 6.13 identifica as áreas próximas ao Centro e aos eixos terciários na direção oeste como aquelas onde o ônus excessivo do aluguel é mais intenso, com destaque para o Centro, a Praia de Iracema, o Benfica, a Parquelândia, Jardim América, Rodolfo Teófilo, Montese e Carlito Pamplona, todos eles com mais de 8% dos seus domicílios com qualidade de vida reduzida em face da destinação de mais de 30% do orçamento para o pagamento do aluguel. Destaca-se que esses bairros são bastante heterogêneos no seu uso e presentes no tipo médio-superior.

No tipo rural, predominam os domicílios improvisados. Tal realidade se justifica pela construção de casas de taipa ainda remanescentes no campo. Todavia, ao se comparar os dados de 2010 com os de 2000, quase triplica o total de domicílios improvisados, passando de 2.760 para 7.570 unidades domiciliares. Dispersos por todos os tipos, a presença de domicílios rústicos muitas vezes caracteriza o empobrecimento, e se configura numa situação transitória de moradia para famílias desalojadas. Ademais, o quadro de intervenções urbanas em curso tende a agravar esta situação.

Tabela 6.7 – Distribuição do déficit em suas componentes em números absolutos e percentual nos tipos

Tipo sócio-espacial	Total de domicílios	Déficit habitacional		Famílias conviventes		Domicílios improvisados		Ônus excessivo do aluguel para famílias com renda < 3 SM		Domicílios alugados com adensamento excessivo	
		abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Superior	86.666	10.257	11,84	5.422	52,9	320	3,12	3.793	36,98	722	7,04
Méd-sup.	249.417	47.490	19,04	23.478	49,4	1.109	2,34	18.075	38,06	4.828	10,17
Médio	134.619	19.884	14,77	11.078	55,7	736	3,70	6.000	30,18	2.070	10,41
Op.pop.	192.427	34.478	17,92	19.029	55,2	708	2,05	10.149	29,44	4.592	13,32
Popular	166.927	25.184	15,09	14.275	56,7	963	3,82	6.400	25,41	3.546	14,08
Op. rural	102.829	14.173	13,78	9.529	67,2	851	6,00	2.479	17,49	1.314	9,27
Rural	94.814	13.657	14,40	8.406	61,5	2.883	21,1	1.668	12,21	700	5,13
Total	1.027.700	165.123	16,07	91.127	55,2	7.570	4,58	48.564	29,41	17.772	10,76

Fonte: Fundação João Pinheiro / CENSO IBGE, 2010; organizado pelo autor.

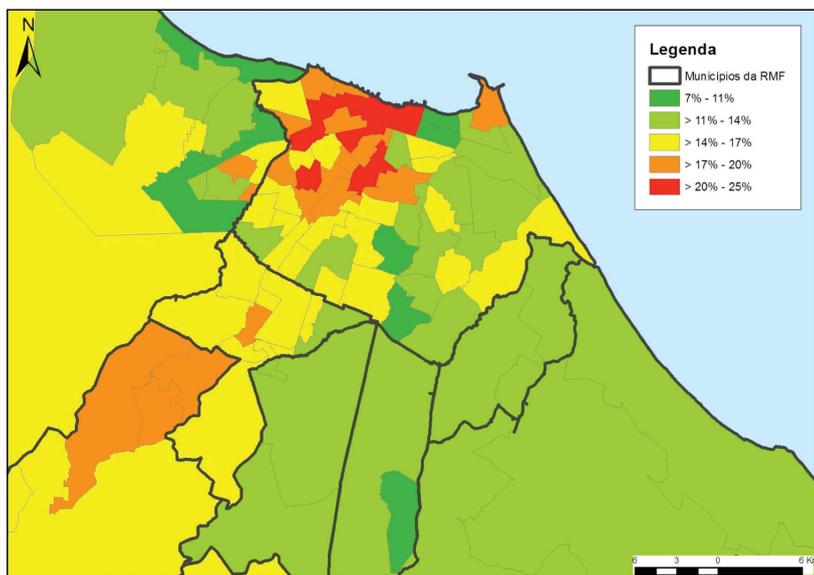
Tabela 6.8 – Distribuição do déficit em suas componentes em números absolutos e % por tipos – 2010

Tipo socioespacial	Total de domic. absoluto	Déficit habitacional		Famílias conviventes		Domicílios improvisados		Ônus excessivo do aluguel para famílias com renda < 3 SM		Domicílios alugados com adensamento excessivo	
		abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Superior	86.666	10.257	6,2	5.422	5,9	320	4,2	3.793	7,8	722	4,1
Méd-sup	249.417	47.490	28,8	23.478	25,7	1.109	14,6	18.075	37,2	4.828	27,2
Médio	134.619	19.884	12,0	11.078	12,1	736	9,7	6.000	12,3	2.070	11,6
Op.pop.	192.427	34.478	20,9	19.029	20,9	708	9,3	10.149	20,9	4.592	25,8
Popular	166.927	25.184	15,2	14.275	15,7	963	12,7	6.400	13,2	3.546	19,9
Op. rural	102.829	14.173	8,6	9.529	10,5	851	11,2	2.479	5,1	1.314	7,4
Rural	94.814	13.657	8,3	8.406	9,2	2.883	38,1	1.668	3,4	700	3,9
Total	1.027.700	165.123	100	91.127	100,0	7.570	100	48.564	100	17.772	100

Fonte: Fundação João Pinheiro / Censo IBGE, 2000; organizado pelo autor.

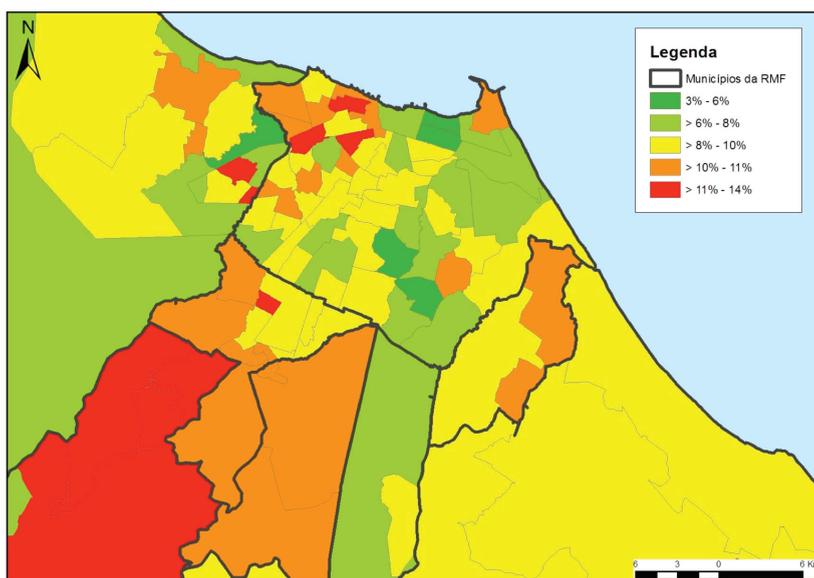
Na figura 6.14, é possível visualizar a maior concentração de domicílios alugados com adensamento excessivo em alguns agrupamentos de APs: ao oeste do Centro e litorâneas; nas áreas no extremo do corredor terciário ao oeste na direção de Caucaia; nas áreas na margem esquerda do Maranguapinho e em Caucaia com predomínio de conjuntos HIS; nos Bairros pericentrais ao sul; nas proximidades do Cais do Porto; no Bairro do Jangurussu em Fortaleza e em área de Maracanaú. Chama atenção a conformação de corredor ao oeste, avançando desde Fortaleza em direção ao sul, reunindo áreas com percentuais entre 1,9 e 4,0%.

Figura 6.10 – Percentual de domicílios em déficit habitacional em relação ao total de domicílios de cada AP



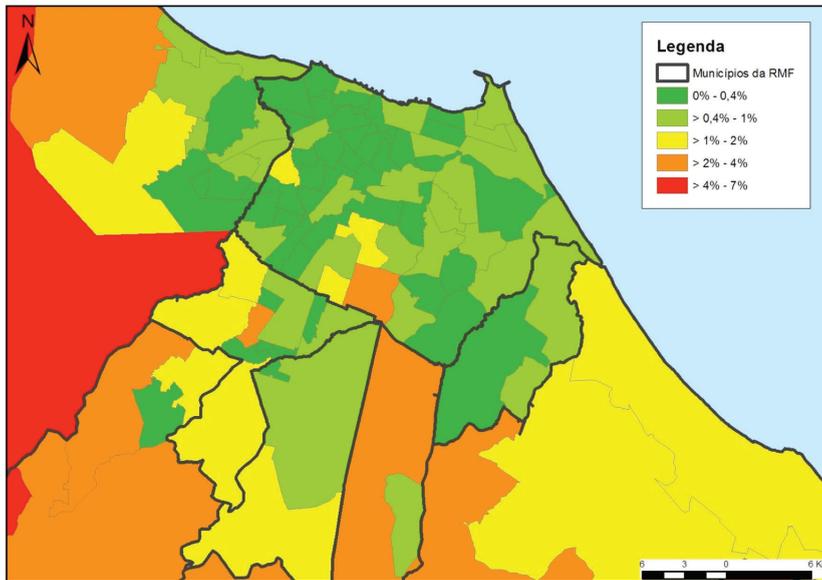
Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Figura 6.11 - Percentual de domicílios em situação de coabitação em relação ao total de domicílios de cada AP



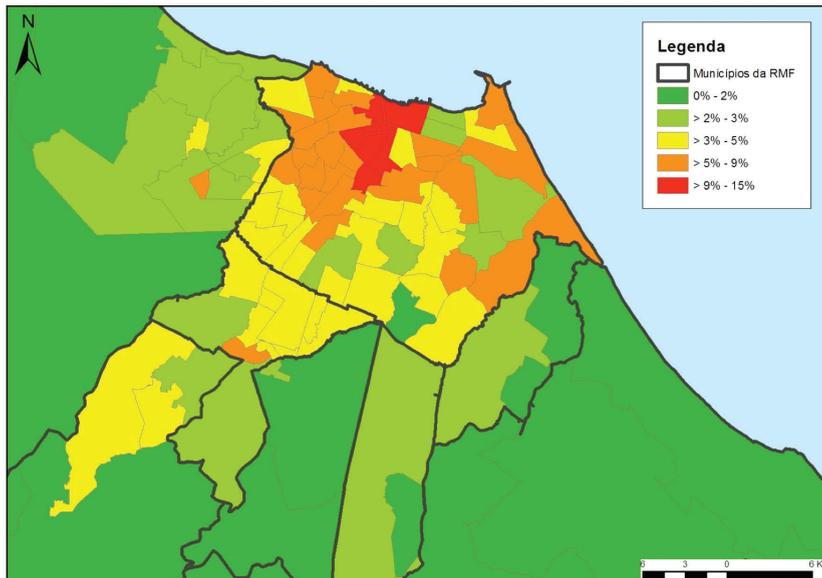
Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Figura 6.12 - Percentual de domicílios improvisados em relação ao total de domicílios de cada AP



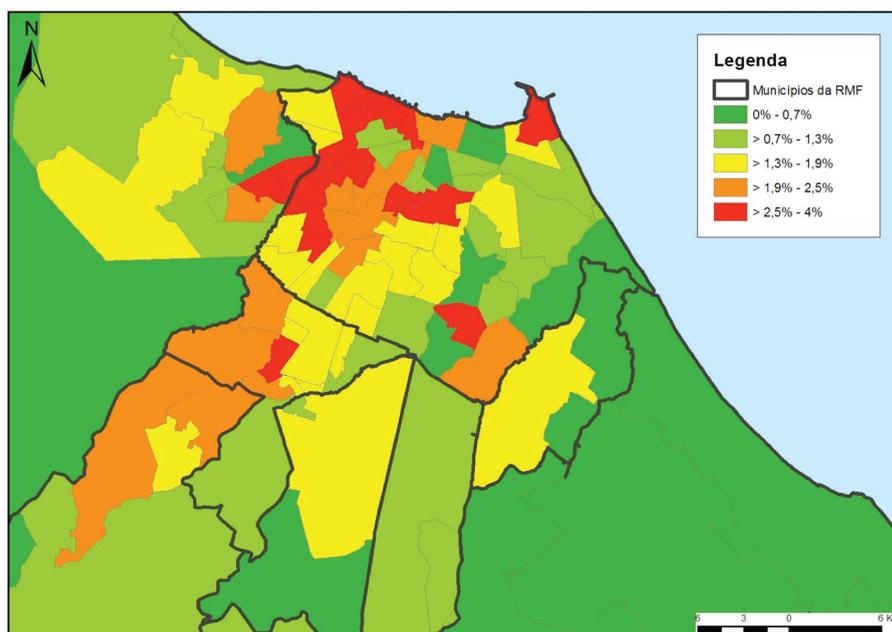
Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Figura 6.13 - Percentual de domicílios com ônus excessivo do aluguel em relação ao total de domicílios de cada AP



Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Figura 6.14 - Percentual de domicílios alugados com adensamento excessivo em relação ao total de domicílios de cada AP



Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

6.4. Sobre o déficit qualitativo: quais as condições de moradia na RMF?

No referente às condições inadequadas de moradia, também denominadas pela Fundação João Pinheiro como componentes do déficit qualitativo habitacional, observa-se a retirada de uma das mais importantes variáveis, no caso a inadequação fundiária. Até o censo de 2000, a situação fundiária constava como uma das questões na qual se averiguava a propriedade do domicílio sem que houvesse a propriedade do terreno, mas esta foi retirada, perdendo-se este indicador sobre a ilegalidade fundiária comum a todos os municípios brasileiros.

Em todo caso, ainda é possível para os indicadores restantes tecer considerações sobre as condições inadequadas de moradia, principalmente se forem utilizados os extremos, o que permite compreender para além da situação inadequada, adentrando na análise das desigualdades socioespaciais. Sobre a infraestrutura inadequada, optou-se pela análise específica para cada uma das redes, como exposto.

A análise da inadequação domiciliar se dará evolutivamente, mediante comparação dos censos 2000 e 2010, assim como em termos espaciais para o último censo, tanto entre os tipos como nos próprios tipos, apontando as áreas de ponderação onde os percentuais são mais relevantes. Como variável para discutir o porte do domicílio é possível utilizar o número de cômodos com função de dormitório por domicílio. Uma moradia com três cômodos apresentaria ao menos uma sala, um quarto e cozinha, mas sem inclusão do banheiro. Portanto, a condição de até três cômodos seria inadequada em face da perda de privacidade, dado que numa família com faixas etárias distintas não se disporia de cômodos específicos para seus componentes dormirem.

Em 2000 foram contabilizados mais de 126 mil domicílios com até três cômodos. Surgiram percentuais mais representativos para os tipos popular (23,53% do total de domicílios do tipo), rural (21,54%), médio (21,42%) e operário rural (19,35%), todos eles superando o percentual para toda a RMF que era de 17,54% do total de 723.197 domicílios (Tabela 6.9). Estes números retratam a precariedade das condições de moradia nas áreas mais pobres da cidade, onde se concentra a maior parte de favelas, quando estas eram majoritariamente horizontais, ou seja com amplo predomínio dos domicílios térreos. Por sua vez, os tipos superior (5,37%) e médio-superior (11,74%), concentrando a segregação residencial, e mesmo o tipo operário popular (15,84%), na época aglutinando a maior parte dos conjuntos produzidos pelo BNH, possuíam percentuais menores em relação aos demais.

Ao se associar o número de componentes das famílias ao número de cômodos, constata-se um total ainda mais representativo, pois quase se duplicam os números da inadequação domiciliar. Eles chegam a atingir mais de 240 mil domicílios do total, ou seja, quase um terço da RMF. Destaque para o tipo popular, onde mais de 42% dos domicílios sofrem com a densidade excessiva com três ou mais habitantes por cômodo. Estes números esclarecem a situação de Fortaleza como a mais densa capital brasileira, denunciando onde e em que condições reside a maior parte da sua população.

A inadequação domiciliar era ainda mais reforçada pela quantidade de domicílios sem banheiros. Ao reunir os tipos com concentração de ocupações populares e rurais, atinge mais de 128 mil domicílios da RMF. Ademais, a inadequação fundiária para mais de 87 mil moradias, embora não correspondesse à total realidade, diante do receio dos seus moradores em assumir a condição de posse ilegal da terra,

juntamente com a falta de acesso às redes de infraestrutura urbana para quase dois terços dos domicílios da RMF eram componentes que agravavam ainda mais a situação da precariedade habitacional.

Todavia, a inadequação domiciliar é reconhecida por mais de 30% dos respondentes do tipo médio, em virtude da existência de muitos sítios, chácaras e casas de veraneio nas áreas componentes deste tipo em 2000. Da mesma forma, os percentuais de infraestrutura inadequada eram maiores nos tipos com maior presença de atividades agrícolas – operário rural (78,07%) e rural (96,73%), ou que incluíssem ocupações às margens de rios urbanos em situação de risco ambiental – popular (75,97%) (Tabelas 6.9 e 6.10).

Os números contabilizados para 2010 referentes à inadequação domiciliar ainda são expressivos, mas com ampla redução em termos percentuais, se comparados aos resultados apresentados para 2000. Houve aumento do total de domicílios com até três cômodos, ao passarem de quase 127 mil para mais de 142 mil, porém, em termos percentuais, houve uma variação de 17,5% em 2000 para 14% do total de domicílios em 2010. As mudanças na composição dos tipos também alteram os resultados, equilibrando a distribuição dos domicílios com porte reduzido entre quase todos os tipos, exceção feita ao superior, que remanesce como locus da segregação residencial dos mais ricos.

Tabela 6.9 – Distribuição da inadequação domiciliar em números absolutos e percentual nos tipos socioespaciais

Tipo sócio-espacial	Domicílios com até 3 cômodos		Densidade >ou = 3 hab./ cômodo – dormitório		Domicílios sem banheiro		Infraestrutura inadequada		Inadequação fundiária	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Superior	2.561	5,4	5.618	11,8	1.120	2,4	10.538	22,1	2.874	6,0
Méd.sup	13.227	11,7	24.248	21,5	5.402	4,8	45.833	40,7	8.234	7,3
Médio	11.307	21,4	19.076	36,1	13.250	25,1	40.387	76,5	13.184	30,9
Op.pop.	35.337	15,9	75.562	33,9	26.905	12,1	139.126	62,4	23.250	10,4
Popular	43.489	23,5	77.991	42,2	35.313	19,1	140.413	76,0	30.210	16,3
Op.rural	8.893	19,4	17.786	38,4	16.806	36,6	33.399	78,1	4.820	10,5
Rural	12.122	21,5	21.449	38,1	29.884	53,1	35.803	96,7	5.197	9,2
Total	126.935	17,5	241.731	33,4	128.681	17,8	445.498	63,6	87.767	12,1

Fonte: Fundação João Pinheiro / Censo IBGE, 2000; organizado pelo autor.

Tabela 6.10 – Distribuição da inadequação domiciliar em números absolutos e percentual por tipos socioespaciais – 2000

Tipo sócio-espacial	Domicílios com até 3 cômodos – dormitório		Densidade = ou > a 3 hab./cômodo – dormitório		Domicílios sem banheiro		Infraestrutura inadequada		Inadequação fundiária	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Superior	2.561	2,0	5.618	2,3	1.120	0,9	10.538	2,4	2.874	3,3
Méd.sup.	13.227	10,4	24.248	10,0	5.402	4,2	45.833	10,3	8.234	9,4
Médio	11.307	8,9	19.076	7,9	13.250	10,3	40.387	9,1	13.184	15,0
Op.pop.	35.337	27,8	75.562	31,3	26.905	20,9	139.126	31,2	23.250	26,5
Popular	43.489	34,3	77.991	32,3	35.313	27,4	140.413	31,5	30.210	34,4
Op. rural	8.893	7,0	17.786	7,4	16.806	13,1	33.399	7,5	4.820	5,5
Rural	12.122	9,6	21.449	8,9	29.884	23,2	35.803	8,0	5.197	5,9
Total	126.935	100	241.731	100	128.681	100	445.498	100	87.767	100

Fonte: Fundação João Pinheiro / Censo IBGE, 2000; organizado pelo autor.

Ao se analisar as figuras 6.15 e 6.16, que juntas apresentam a dicotomia entre as áreas com maior representatividade de domicílios com até três cômodos e as outras com cinco ou mais cômodos, torna-se evidente a dualidade nas condições de moradia entre os tipos superiores, em relação aos populares, assim como a condição intermediária dos tipos médio e operário, ambos marcados pela maior diversidade de categorias sócio-ocupacionais. No caso das áreas com domicílios com até três cômodos, o Centro de Fortaleza é um *outlier* em termos estatísticos com mais de 31% dos seus domicílios nesta condição. Das áreas integrantes do tipo superior, chama atenção que aquelas com maior presença de favelas, como as situadas nos bairros Papicu, Mucuripe e Praia do Futuro, chegam a possuir mais de 12% dos domicílios com até três cômodos.

No tipo médio-superior, algumas áreas detêm percentuais significativos de domicílios com até três cômodos, notadamente aquelas onde se verifica maior presença do aluguel, configurando-se na concentração de pequenos apartamentos construídos disponíveis para locação. Estes findam por se tornar uma alternativa habitacional para casais jovens sem filhos, assim como solteiros e parcerias com fins exclusivos de moradia, como estudantes universitários provenientes dos municípios do interior do estado.

No tipo médio, a área do Cais do Porto / Vicente Pinzón sobressai com mais de 19% dos domicílios com até três cômodos, seguida pelas áreas que abrigam bairros como Aerolândia, Alto da Balança, Dias Macedo, Castelão, Edson Queiroz e Sapiranga, todas elas marcadas pela ampla presença de favelas, onde a intensidade de ocupação

do solo e a precariedade são enormes. Trata-se de áreas onde o processo de expulsão branca pelo mercado imobiliário já vem ocorrendo, todavia as remoções tendem a aumentar mediante projetos governamentais destinados a melhorar as condições de mobilidade urbana, o que indiretamente virá a abrir novas frentes para expansão do setor da construção civil.

Situação similar se constata nos tipos operário popular e popular onde as áreas que concentram favelas apresentam percentuais mais significativos de domicílios com até três cômodos, com distinção para Barra do Ceará, Pirambu, Jardim Iracema, Vila Velha e Quintino Cunha, todos no oeste de Fortaleza e incluídos no tipo operário popular. Ainda neste tipo ressaltam-se Autran Nunes e Granja Portugal que temente com outras áreas do tipo popular (Genibaú, Granja Lisboa, Siqueira e Canindezinho) compõem um grande bolsão de pobreza urbana ainda em expansão, comprovado pelas condições de moradia. Vale aqui lembrar: boa parte destas APs encontram-se em situação de risco ambiental pois ocupam áreas de preservação permanentes urbanas, para as quais as políticas públicas habitacionais de interesse social têm se voltado nos últimos anos, com a provisão de unidades habitacionais de pelo menos cinco cômodos, incluídos os banheiros.

Na Figura 6.16, representando os domicílios com cinco ou mais cômodos, evidencia-se a desigualdade socioespacial entre os tipos superior e médio-superior e os demais, notadamente nas áreas com maior densidade de dirigentes e intelectuais.

Por sua vez, quando a inadequação domiciliar é analisada pela densidade excessiva, com três ou mais moradores por cômodo na função de dormitório, verifica-se uma sensível redução, ao cair de mais de 241 mil para cerca de 102 mil domicílios. Em termos relativos, esta variação é ainda mais representativa, pois passa de mais de um terço do total de domicílios (33,43% em 2000) para um décimo (10,01% em 2010). A densidade excessiva, comparando-se os tipos entre si, mostra-se mais significativa nos mais populares e mais periféricos urbanos. No caso do médio-superior e do médio, a diferença estaria no avanço do mercado imobiliário junto a estes tipos, enquanto nas periferias rurais, a disponibilidade de terra, mesmo sem infraestrutura, garante a possibilidade de construir.

Cabe destacar que a melhoria nas condições de moradia observada pela redução da densidade excessiva está diretamente associada a fatores como o crescimento do poder de compra da população e a

expansão do consumo. Desse modo muitos passam a investir na melhoria da moradia. Uma breve incursão pela periferia de Fortaleza é suficiente para comprovar esta situação, tantas são as casas em obra, fazendo da paisagem periférica um espaço em permanente construção.

Outro fator a contribuir para esta expansão dos domicílios é a ausência de controle urbano nos bairros periféricos de Fortaleza e nos municípios vizinhos à capital, favorecendo a construção progressiva da moradia. Esta vai em direção aos espaços vazios nos lotes ou promove a autoverticalização. Entretanto, deve ser investigado se a redução dos domicílios com densidade excessiva encontra-se devidamente acompanhada com o maior acesso à infraestrutura, para que dessa maneira se confirme uma melhoria na qualidade de vida da população da RMF.

A melhoria das condições de moradia entre 2000 e 2010 também pode ser constatada pela redução dos domicílios sem banheiros, caindo de mais de 128 mil para 42.439 moradias desprovidas de sanitário. Nas figuras 6.17 e 6.18 expõe-se a disparidade entre as áreas onde ainda há a carência de banheiros e outras onde há a presença de três ou mais cômodos com essa função específica. Esta falta é periférica e rural (Figura 6.17). Por sua vez, a cartografia do excesso de sanitários quase se confunde com a tipologia socioespacial em sua totalidade: há a direta vinculação entre os tipos socioespaciais e os percentuais de domicílios com três ou mais banheiros (Figura 6.18).

A presença de mais de 71% dos casos nos tipos operário rural e rural, onde esta precariedade pode estar associada às moradias no campo, torna ainda mais claro o horizonte da redução do problema da falta de banheiros. Conforme indica, dentre as melhorias habitacionais promovidas pela população, este foi um dos desafios vencidos.

Assim, o problema da melhoria das condições habitacionais passa a se concentrar em dois pontos: a propriedade da terra quanto à regularização da posse e o acesso às redes de infraestrutura, evidenciando-se a necessidade de aprofundar as políticas públicas para assentamentos precários urbanos, onde a regularização urbanística e fundiária poderia se expandir como ações. Para tanto, faz-se preciso avançar em termos de desenvolvimento institucional, na formulação de processos de planejamento urbano e na definição de instrumentos de controle do solo urbano.

Tabela 6.11 – Distribuição da inadequação domiciliar em números absolutos e percentual nos tipos socioespaciais – 2010

Tipo socioespacial	Total de domicílios	Domicílios com até 3 cômodos – dormitório		Densidade = ou > 3 hab. / cômodo - dormitório		Domicílios sem banheiro	
		abs.	%	abs.	%	abs.	%
Superior	86.666	6.335	7,31	3.001	3,46	423	0,49
Médio superior	249.417	33.885	13,59	20.312	8,14	2.495	1,00
Médio	134.619	20.056	14,90	12.818	9,52	2.393	1,78
Operário pop.	192.427	28.287	14,70	23.164	12,04	2.794	1,45
Popular	166.927	26.391	15,81	20.758	12,44	4.153	2,49
Operário rural	102.829	14.000	13,62	12.515	12,17	7.125	6,93
Rural	94.814	13.823	14,58	10.291	10,85	23.056	24,32
Total	1.027.700	142.777	14,00	102.859	10,01	42.439	4,13

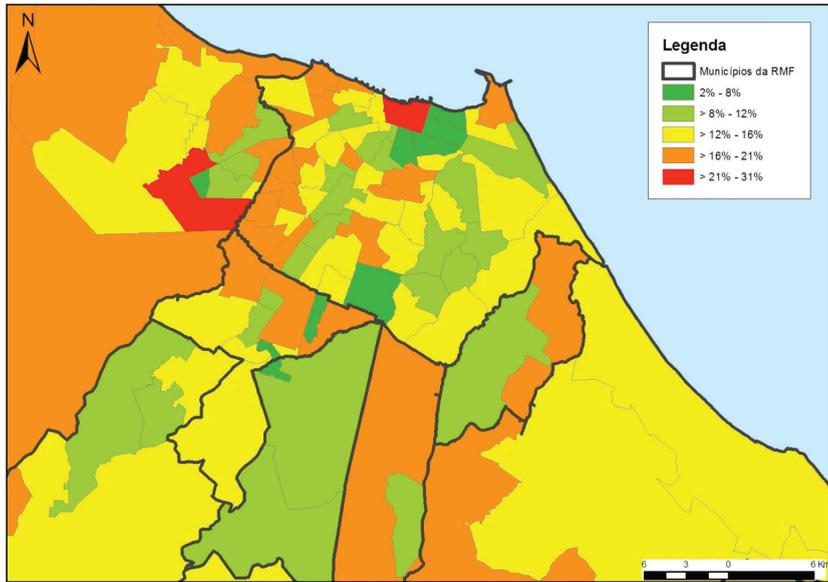
Fonte: Fundação João Pinheiro / Censo IBGE, 2010; organizado pelo autor.

Tabela 6.12 – Distribuição da inadequação domiciliar em números absolutos e percentual por tipos socioespaciais – 2010

Tipo socioespacial	Total de domicílios	Domicílios com até 3 cômodos		Densidade = ou > a 3 hab./dormitório		Domicílios sem banheiro	
		abs.	%	abs.	%	abs.	%
Superior	86.666	6.335	4,44	3.001	2,92	423	1,00
Médio-superior	249.417	33.885	23,73	20.312	19,75	2.495	5,88
Médio	134.619	20.056	14,05	12.818	12,46	2.393	5,64
Operário pop.	192.427	28.287	19,81	23.164	22,52	2.794	6,58
Popular	166.927	26.391	18,48	20.758	20,18	4.153	9,79
Operário rural	102.829	14.000	9,81	12.515	12,17	7.125	16,79
Rural	94.814	13.823	9,68	10.291	10,00	23.056	54,33
Total	1.027.700	142.777	100,0	102.859	100,0	42.439	100,0

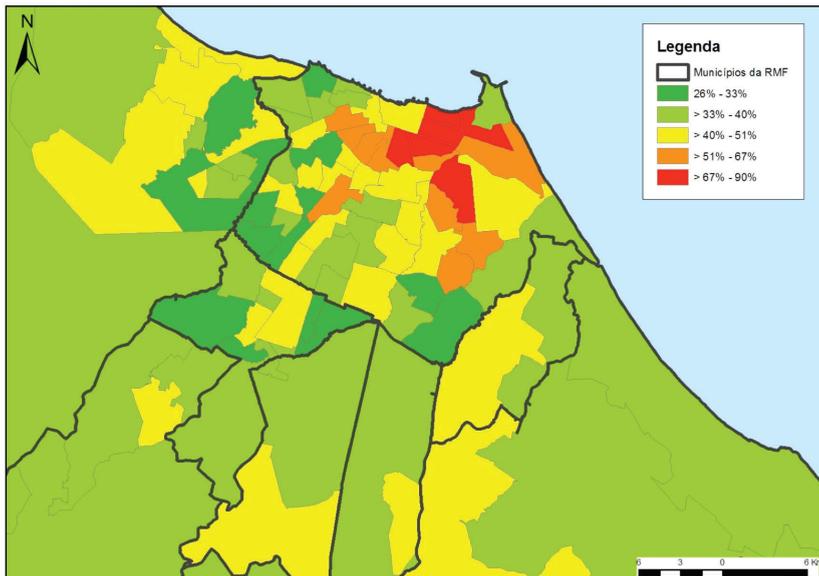
Fonte: Fundação João Pinheiro / Censo IBGE, 2010; organizado pelo autor.

Figura 6.15 - Percentual de domicílios com até três cômodos em relação ao total de domicílios de cada AP



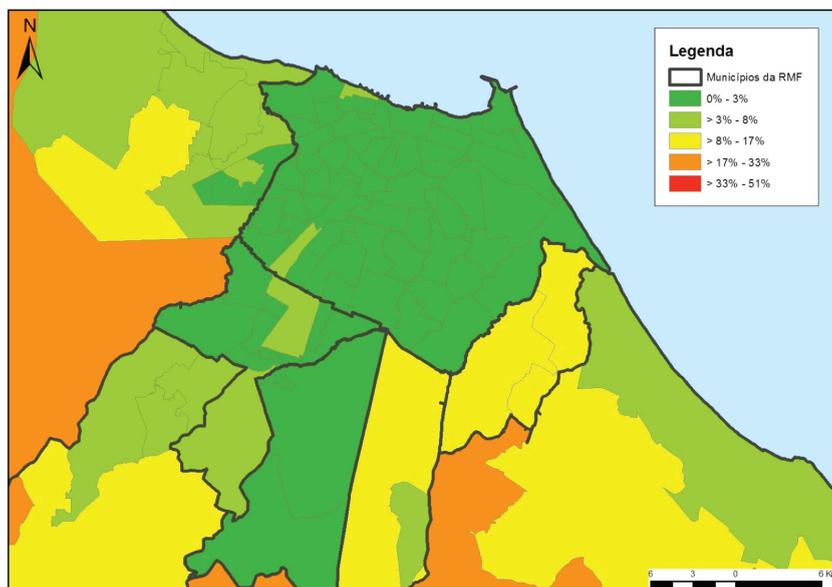
Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Figura 6.16 - Percentual de domicílios com até cinco cômodos em relação ao total de domicílios de cada AP



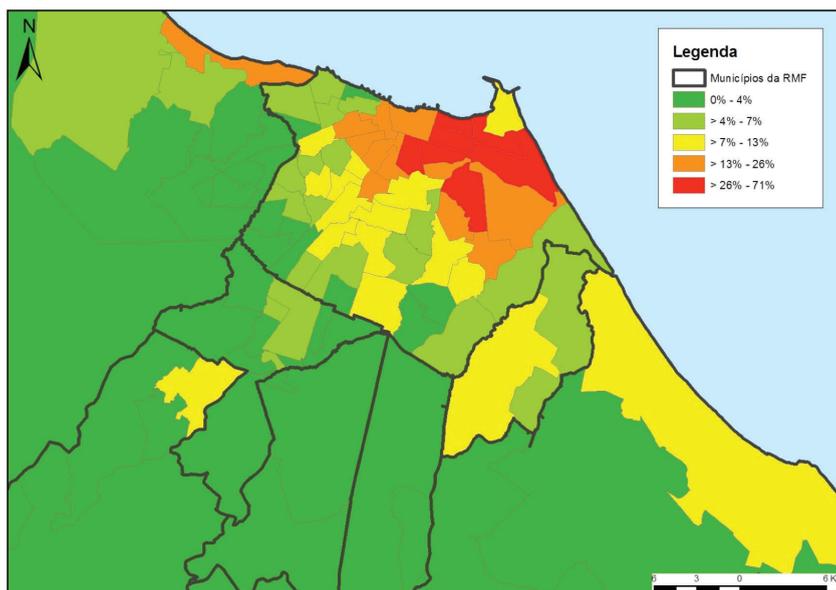
Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Figura 6.17 - Percentual de domicílios sem banheiro em relação ao total de domicílios de cada Área de Ponderação



Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Figura 6.18 - Percentual de domicílios com três ou mais banheiros em relação ao total de domicílios de cada AP



Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

6.5 Precariedade no acesso às redes de infraestrutura e o direito à cidade

Em regra, a precariedade no acesso às redes de infraestrutura urbana representa um dos aspectos que melhor caracterizam as disparidades no direito à cidade. Ela acarreta diferenças entre uma parte e outra da cidade e, especialmente, contribui para a valorização de algumas áreas em detrimento de outras. Estas iniquidades tornam-se mais evidentes quando se aplica a espacialização do acesso às redes de infraestrutura em relação aos tipos socioespaciais, demonstrando com clareza como se encontra a segregação residencial no todo metropolitano. Com efeito, algumas das infraestruturas, como o abastecimento de água por rede e a coleta de lixo, já se mostram universalizados, passadas algumas décadas quando políticas públicas se voltaram a resolver estes problemas. No caso do saneamento, porém, ainda predomina um quadro tanto de menor justiça social, no sentido do atendimento coletivo, como de pior qualidade de vida, tratando-se do atendimento domiciliar.

Assim, transcorridos dez anos, pretende-se aqui verificar os possíveis avanços no atendimento às demandas por infraestrutura, bem como investigar a situação das desigualdades entre as partes componentes do todo metropolitano.

Como observado, as análises buscam apontar a inadequação constatada pela qualidade dos serviços. Consoante se pressupõe, para uma metrópole tão concentrada em termos demográficos como Fortaleza, o atendimento deve ser realizado por redes oficiais de abastecimento de água, de saneamento e de coleta de lixo. Somente assim poderá ser considerado adequado, exceção feita às fossas sépticas no caso do esgotamento, que costumam ser incluídas pelos sanitaristas como uma alternativa viável até que as redes de coleta de esgoto venham a ser implantadas.

Segundo os dados referentes ao censo 2000, quase um quarto do total da população metropolitana não possuía acesso adequado à água (24,81% do total), em torno de 40% possuía saneamento inadequado e menos de 9% tinha dificuldades na coleta de lixo. Em geral, os números da inadequação pioraram nos tipos médio, operário rural e rural quanto ao abastecimento de água e à coleta de lixo; mas no caso do esgotamento inadequado, o tipo socioespacial popular apresentava destaque negativo para mais da metade dos domicílios e o tipo ope-

rário popular, para mais de um terço (Tabelas 6.13, 6.14, 6.15 e 6.16).

Ao se confrontar os números entre os anos 2000 e 2010, verificam-se algumas melhorias: em termos absolutos, cai o número de domicílios com inadequação no abastecimento de água de mais de 173 mil para quase 131 mil. Em termos relativos, isto significa a redução pela metade dos números da precariedade no acesso à água. Conforme indica a análise quanto aos tipos socioespaciais, a melhoria se deu principalmente nas áreas urbanas, onde se reduziram os percentuais de inadequação nos tipos médio, operário popular e popular, mas se ampliaram no tipo operário rural, especialmente pela inserção de novas áreas a esse tipo, em sua maioria oriundas do tipo médio. Contudo, a inadequação no tipo rural para mais de 54% dos domicílios deve ser relativizada, em face da quantidade de moradias situadas no campo, onde o abastecimento de água por rede não chega.

A coleta inadequada de lixo mostra progresso na sua universalização, porém remanesce com percentuais mais altos nos tipos operário rural e rural. Em 2000, os domicílios com coleta inadequada nestes tipos superavam 21 mil unidades. Dez anos depois, estes números atingem mais de 41 mil domicílios. Análoga à situação do abastecimento de água, a coleta de lixo para domicílios localizados no campo ainda pode ser resolvida de outras formas, como a queima ou o enterro dos resíduos, especialmente em casos de baixa densidade demográfica.

Ainda no referente à coleta inadequada de lixo doméstico, vale destacar a ocorrência de mudanças positivas nos tipos considerados urbanos e periféricos, com redução da precariedade neste serviço. Em 2000 juntos os tipos médio, operário popular e popular reuniam quase 60% do total de domicílios da RMF com coleta inadequada. Após uma década, pouco mais de 25% do problema se localiza nestes tipos. Em números absolutos a melhoria é ainda mais expressiva, pois cai de 35.783 domicílios em situação de precariedade na coleta para 14.894. Ressalte-se a melhoria no tipo popular onde a inadequação da coleta baixa de 19.101 unidades domésticas em 2000 para 8.571 domicílios segundo os dados do censo 2010.

Quanto ao saneamento inadequado, os números não são tão promissores. Dessa forma, permanece como desafio às políticas públicas a expansão do acesso às áreas mais pobres. Em 2000 eram mais de 278.687 domicílios em situação precária, ou seja, mais de 38% do total da RMF. Eram mais da metade dos domicílios no tipo popular (54,%); aproximavam-se da metade nos tipos médio (48,81%), operário rural

(48,35%) e rural (48,36%); passavam de um terço dos domicílios no tipo operário popular (34,56%) (Tabelas 6.13, 6.14, 6.15 e 6.16)

Na Figura 6.19 explicita-se a localização discriminada e seletiva da implantação das redes de saneamento: primeiro, em atendimento aos bairros litorâneos da capital, mais densamente ocupados; segundo, ao favorecer as áreas de ponderação onde a presença de conjuntos habitacionais da época do BNH - COHAB-CE são mais representativos, mesmo que estes se localizem nos municípios vizinhos e conurbados a Fortaleza. Grandes setores nas direções sudoeste e sudeste remanescem ainda com baixo acesso ao saneamento, embora sejam alvo preferencial do mercado imobiliário formal, especialmente este último.

Quando comparados aos dados revelados pelo censo 2010, verifica-se um quadro de avanços e retrocessos para o conjunto de tipos componentes da RMF. O tipo superior detém os melhores índices, com baixo percentual de inadequação no saneamento e pouco mais 7,2% do total de domicílios em situação precária. Ao se analisar área por área de ponderação e conforme o exposto na Figura 6.19, a área que engloba a Praia do Futuro e o antigo Bairro das Dunas denota inadequação para mais de 12% dos domicílios, os quais se localizam em áreas de ocupação irregular ainda não urbanizadas. Apesar de se tratar de favelas com mais de vinte anos de existência, as pressões do setor imobiliário têm impedido sua urbanização integrada. Além disso, o adensamento mediante a chegada de novas famílias agrava a situação de precariedade ambiental nestas áreas, situadas nas proximidades das principais áreas de lazer tanto para os cidadãos da RMF como para grande parte dos turistas que se deslocam para Fortaleza. Ainda no tipo superior, merece destaque a área que engloba bairros como Luciano Cavalcante, Salinas e Guararapes, onde o problema do saneamento inadequado atinge mais de 33% dos domicílios.

Quanto ao tipo médio-superior, a inadequação do esgotamento ultrapassa os 25% do total de domicílios. Este dado é considerado alto, tendo em vista se tratar do tipo que reúne o maior contingente da população metropolitana e para onde passa a se destinar grande parte dos investimentos imobiliários. Dentre todas as áreas integrantes deste tipo, é visível a diferença quanto ao saneamento inadequado, onde aquelas mais próximas da faixa litorânea que foram alvo nas últimas décadas de programa de saneamento apresentam índices inferiores ao valor apontado para o tipo como um todo. Como exemplo sobressaem os casos das áreas do Centro, Praia de Iracema, Jacarecanga, Carlito

Pamplona, Antônio Bezerra, Parquelândia, Benfica, Rodolfo Teófilo, Montese, dentre outros, com menos de 10% de domicílios em situação inadequada. Estas por sua vez passam a ser alvo de investimentos imobiliários, inclusive por meio da verticalização, em face da valorização dos terrenos, notadamente os bairros onde os elementos da forma urbana são mais favoráveis: grandes lotes e vias contínuas. Contudo, as áreas mais periféricas deste tipo apresentam maiores taxas de inadequação de saneamento, algumas com aproximadamente 50% como é o caso da Serrinha, Mondubim, Parangaba e Maraponga, as quais mesmo assim têm recebido empreendimentos do setor da construção civil para o considerado perfil econômico, chamado por Shimbo (2012) de habitação popular de mercado.

Para o caso do tipo médio, a inclusão das fossas sépticas como forma adequada faz com que a taxa de inadequação caia de 56,3% para 30,4% do total de domicílios. Áreas como Cais do Porto Vicente Pinzón, Aeroporto, Vila União e São João do Tauape mostram taxas de inadequação bastante inferiores, por terem sido alvo da expansão da rede de saneamento, inclusive atendendo às suas favelas. Ao mesmo tempo, algumas áreas ainda detêm altos percentuais de precariedade no saneamento, como Edson Queiroz e Sapiranga (50,4% do total). Apesar de ser uma das áreas onde mais se constrói, mantém situação de esgotamento inadequado similar às áreas periféricas do município de Caucaia (57,8% do total), também presente neste tipo (Figura 6.19).

O tipo operário popular, *grosso modo*, se subdivide em dois grupos de áreas: primeiro, aquelas onde existem os antigos conjuntos habitacionais produzidos pelo sistema BNH/COHAB-CE, implantados não apenas em Fortaleza, como em Maracanaú, Caucaia e Pacatuba, os quais desde o início foram dotados de rede de saneamento. Segundo, áreas próximas à faixa litorânea ao oeste, que foram alvo de programas governamentais de saneamento implantados desde os anos 1990. Isto faz com que a taxa de inadequação do esgotamento seja baixa, em torno de 17,71% do total de domicílios, e nem mesmo a inclusão de domicílios com fossa séptica chegou a provocar visíveis alterações. Grande parte das suas áreas apresenta taxa inferior à média do tipo, como as dos conjuntos de Maracanaú, e todas as demais que englobam os bairros de Fortaleza ao oeste do Centro, como a Barra do Ceará, Quintino Cunha, Vila Velha, Jardim Iracema, Pici, dentre outros. As áreas com maior fragilidade correspondem àquelas que, apesar de possuírem conjuntos habitacionais dotados de infraestrutura, tiveram

boa parte dos seus espaços livres irregularmente ocupados por favelas ao longo dos anos 1990, como o Conjunto Ceará, o Conjunto Nova Esperança e alguns dos conjuntos situados em Caucaia e Maracanaú.

Quanto ao tipo popular, conforme se verifica, a taxa de inadequação de 42,64% supera a de toda a RMF. Semelhante ao tipo operário popular suas áreas se subdividem em dois grupos: o primeiro, que abriga alguns dos antigos conjuntos periféricos, dotados de saneamento básico; o segundo, que engloba loteamentos populares implantados sem as devidas obras de saneamento nos bairros periféricos de Fortaleza e dos municípios vizinhos. No caso do primeiro grupo, ocorre o mesmo processo de favelização das áreas livres circunvizinhas aos conjuntos habitacionais, levando a que alguns tenham taxa de inadequação de até 34% do total de domicílios. O segundo grupo, além de passar pelo problema da falta de saneamento na sua origem, tem o quadro agravado, porquanto as áreas destinadas aos espaços livres, à preservação ambiental e à implantação de equipamentos sociais acabam também em processo de favelização.

Não fosse a inclusão das fossas sépticas como adequação de saneamento, áreas como o Planalto Airton Sena, Canindezinho, Siqueira, Granja Lisboa, Paupina e alguns bairros de Maracanaú e Caucaia estariam com 75% a quase 95% dos seus domicílios em situação inadequada. Chama atenção o fato destas áreas apresentarem altas densidades nos seus domicílios e a precariedade nas suas condições de esgotamento a abrir espaço para sérios problemas de saúde pública.

Por fim, tecendo algumas breves considerações a respeito dos tipos operário rural e rural, merece ser destacado que a vastidão territorial destes e a existência de muitos domicílios rurais dificultam sua análise. Para o caso do tipo operário rural é importante diferenciar suas áreas daquelas com maior presença de população urbana, como as sedes dos municípios de Maranguape, Pacatuba, Itaitinga, Horizonte, Pacajus, Eusébio e Aquiraz, assim como uma das áreas integrantes da sede de Maracanaú, denominada distrito da Pajuçara. Entretanto, apenas as sedes de Maranguape, Pacatuba e Aquiraz e a área de Maracanaú possuem taxas de inadequação melhores que a do tipo como um todo. Distinção para a área de Maracanaú com a menor taxa de inadequação do tipo com pouco mais de 21% dos seus domicílios em condição precária de saneamento. Vale aqui enfatizar o seguinte: as demais áreas correspondem aos municípios que mais tardiamente passaram a compor a RMF, seja por inclusão nela, seja por emancipação

de distrito a município, revelando suas dificuldades para alcançar os mínimos padrões de desenvolvimento urbano que uma metrópole deve possuir.

Para o caso do tipo rural, com taxa de inadequação de quase 81% do total de domicílios, apenas as áreas do Cumbuco, uma parte da zona rural de Aquiraz para onde se expandem loteamentos fechados e da sede do município de São Gonçalo do Amarante apresentam taxas de inadequação na ordem de 57% do total. Por sua vez, todas as demais detêm altíssimas taxas de inadequação com realce para o município de Pindoretama, recém-incluído na RMF, com mais de 98% do total.

Tabela 6.13 – Inadequação de infraestrutura: % em relação ao total de domicílios nos tipos - 2000

Tipo socioespacial	Total de domicílios	Abastecimento de água inadequado		Coleta de lixo inadequada		Esgotamento inadequado	
		abs.	%	abs.	%	abs.	%
Superior	47.680	3.766	7,90	829	1,74	3.134	6,57
Médio-superior	112.696	12.954	11,49	1.908	1,69	22.553	20,01
Médio	52.790	23.685	44,87	9.207	17,44	25.766	48,81
Operário pop.	222.961	43.747	19,63	7.475	3,35	77.046	34,57
Popular	184.830	40.802	22,08	19.101	10,33	100.191	54,21
Operário rural	45.959	19.417	45,38	6.902	16,13	22.220	51,94
Rural	56.280	29.460	79,59	14.623	39,51	27.777	75,05
Total	723.196	173.831	24,81	60.045	8,57	278.687	39,78

Fonte: Fundação João Pinheiro / Censo IBGE, 2000; organizado pelo autor.

Tabela 6.14 – Inadequação das redes de infraestrutura: distribuição % por tipos socioespaciais - 2000

Tipo socioespacial	Total de domicílios	Abastecimento de água inadequado		Coleta de lixo inadequada		Esgotamento inadequado	
		abs.	%	abs.	%	Abs.	%
Superior	47.680	3.766	2,17	829	1,38	3.134	1,12
Médio superior	112.696	12.954	7,45	1.908	3,18	22.553	8,09
Médio	52.790	23.685	13,63	9.207	15,33	25.766	9,25
Operário pop.	222.961	43.747	25,17	7.475	12,45	77.046	27,65
Popular	184.830	40.802	23,47	19.101	31,81	100.191	35,95
Operário rural	45.959	19.417	11,17	6.902	11,49	22.220	7,97
Rural	56.280	29.460	16,95	14.623	24,35	27.777	9,97
Total	723.196	173.831	100,0	60.045	100,0	278.687	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro / Censo IBGE, 2000; organizado pelo autor.

Tabela 6.15 – Inadequação de infraestrutura: % em relação ao total de domicílios nos tipos – 2010

Tipo socioespacial	Total de domicílios	Abastecimento de água inadequado		Coleta de lixo inadequada		Esgotamento inadequado	
		abs.	%	abs.	%	abs.	%
Superior	86.666	4.543	5,24	443	0,51	5.887	6,79
Médio-superior	249.417	16.224	6,50	2.133	0,86	60.686	24,33
Médio	134.619	9.249	6,87	3.416	2,54	40.391	30,00
Operário popular	192.427	17.932	9,32	2.907	1,51	33.743	17,54
Popular	166.927	8.695	5,21	8.571	5,13	71.170	42,64
Operário rural	102.829	22.676	22,05	9.590	9,33	69.628	67,71
Rural	94.814	51.611	54,43	31.447	33,17	76.694	80,89
Total	1.027.700	130.930	12,74	58.506	5,69	358.198	34,85

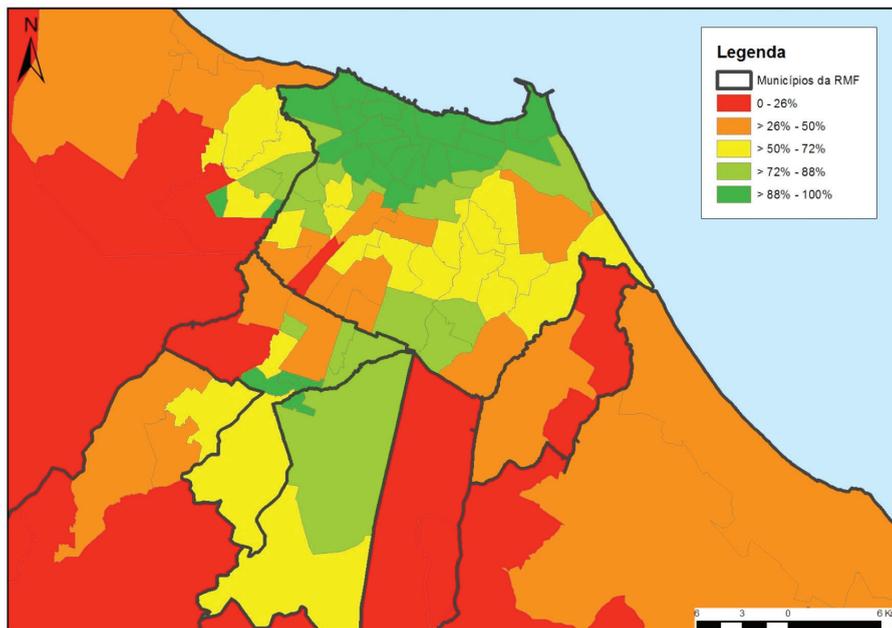
Fonte: Fundação João Pinheiro / Censo IBGE, 2000; organizado pelo autor.

Tabela 6.16 – Inadequação das redes de infraestrutura: distribuição % por tipos socioespaciais – 2010

Tipo socioespacial	Total de domicílios	Abastecimento de água inadequado		Coleta de lixo inadequada		Esgotamento inadequado	
		abs.	%	abs.	%	Abs.	%
Superior	86.666	4.543	3,47	443	0,76	5.887	1,64
Médio-superior	249.417	16.224	12,39	2.133	3,64	60.686	16,94
Médio	134.619	9.249	7,06	3.416	5,84	40.391	11,28
Operário popular	192.427	17.932	13,70	2.907	4,97	33.743	9,42
Popular	166.927	8.695	6,64	8.571	14,65	71.170	19,87
Operário rural	102.829	22.676	17,32	9.590	16,39	69.628	19,44
Rural	94.814	51.611	39,42	31.447	53,75	76.694	21,41
Total	1.027.700	130.930	100,00	58.506	100,00	358.198	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro / Censo IBGE, 2000; organizado pelo autor.

Figura 6.19 - Percentual de domicílios com esgotamento em relação ao total de domicílios de cada AP



Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

6.6 Confrontando as desigualdades socioespaciais e a recente produção habitacional

Buscou-se neste capítulo relacionar as iniquidades presentes nas condições de moradia, considerando os diferentes tipos socioespaciais identificados na RMF, segundo suas categorias sócio-ocupacionais. Mediante a análise de diversos indicadores, numa perspectiva evolutiva, verificaram-se algumas alterações na composição do espaço social. Procurou-se, então, explicá-las por meio das relações entre as dinâmicas urbanas, os interesses dos agentes da produção imobiliária, as realizações das políticas públicas habitacionais e as formas empregadas pelos setores informais. Numa abordagem qualitativa, se utilizarão nesta parte conclusiva do capítulo alguns dos processos conduzidos por estes agentes com vistas a ilustrar nossas constatações, reforçando por meio da produção habitacional as constatações obtidas pelos dados quantitativos espacializados nos tipos socioespaciais.

No referente ao processo de segregação residencial na RMF, evi-

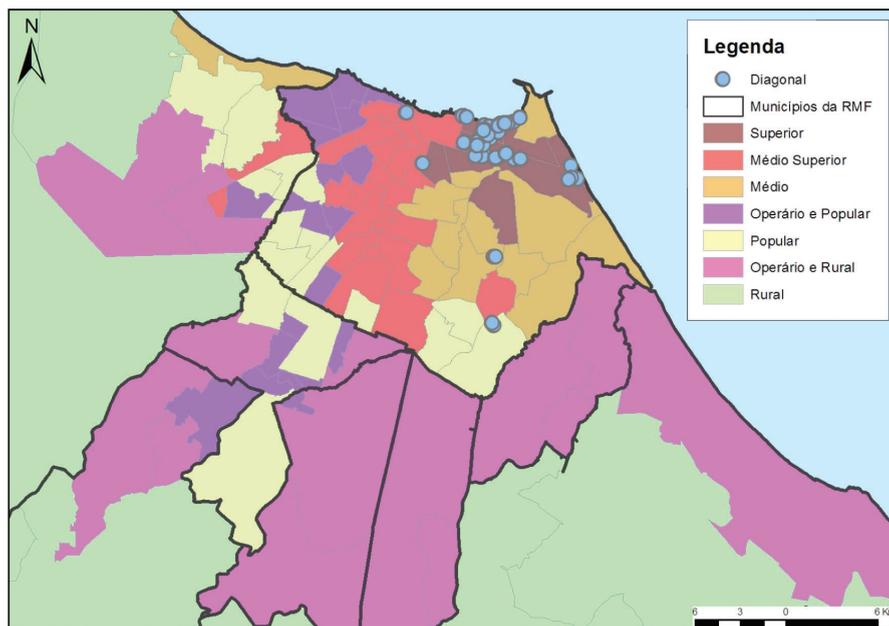
denciou-se uma metrópole cada vez mais apartada, percebendo-se a retração de determinados deslocamentos residenciais, assim como a expansão de outros, onde o espaço urbano produzido mostrou-se mais diversificado e heterogêneo. Todavia, ao chegar às franjas periféricas, os grupos mais abastados, a nova classe média e mesmo a habitação de interesse social adotam a forma condomínio como alternativa preferencial. Com isso, denota-se um processo de fragmentação social que impede convivências, mesmo entre semelhantes, além de acirrar o distanciamento entre os desiguais.

Rufino, em sua tese de doutorado, aprofundou estudos no intuito de discutir estas dinâmicas imobiliárias. Dessa forma, esclareceu o quadro de atores sociais que compõe o setor e destacou o papel do incorporador. Além disso, aponta diferentes áreas onde se manifesta o mercado imobiliário: os condomínios verticais; os condomínios horizontais em direção aos espaços litorâneos dotados de atrativos turísticos, ainda que precários em termos de infraestrutura urbana; a emergência de novos focos de segregação em bairros intermediários e periféricos via condomínios fechados, verticais ou horizontais (RUFINO, 2012).

Destaque para o peso da produção imobiliária formal realizada pelas grandes empresas do setor da construção civil, as quais ainda se confundem com os incorporadores, mas, quando espacializadas, reforçam a constatação de que a presença de infraestrutura e a proximidade de serviços de qualidade decorrerem na concentração de dirigentes e intelectuais.

Diante da exiguidade de espaços com estas características, a verticalização se revela como alternativa, reforçando os interesses de especuladores imobiliários como se pode ver na Figura 6.20. No caso, tem-se o registro de empreendimentos imobiliários de uma das grandes empresas do setor imobiliário, de origem local, porém atuando nos últimos anos em parceria com incorporadores do Sudeste. Conforme demonstra, quase todos eles se localizam na tipologia, superior definindo um tipo: apartamento de alto valor, situado em condomínios verticais dotados de área de lazer coletiva e privada, adquiridos para investimento ou utilização direta pelo comprador, com muitos cômodos, aumentando a intensidade da construção, sem que isso signifique aumento da densidade demográfica (Figura 6.20).

Figura 6.20 - Empreendimentos lançados por empresa imobiliária para renda média-alta em relação à tipologia socioespacial



Fonte: dados coletados junto à empresa em 2011 e IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

As análises dos indicadores socioespaciais vinculados à tipologia socioespacial também indicam transformações positivas na realidade metropolitana no tocante às condições de moradia. Ao longo da primeira década dos anos 2000, muitas foram as ações realizadas com recursos federais, por meio dos vários programas criados, promovendo a provisão habitacional para grupos outrora excluídos, notadamente para famílias de áreas de risco e de comunidades a serem removidas por conta de grandes obras viárias. Todavia, algumas destas ações levaram ao reassentamento em bairros distantes, interferindo na composição sócio-ocupacional de algumas áreas, contribuindo com o processo de segregação. Outras em curso tendem a agravar esta situação.

Como referido, houve expansão do abastecimento de água e diminuição da inadequação da coleta de lixo. No entanto, remanescem inúmeras áreas periféricas sem saneamento básico, onde predominam famílias vivendo em condições inadequadas, seja pelo porte reduzido, seja pelas condições sanitárias, seja pela densidade excessiva, sem

mencionar a precariedade da situação fundiária da maior parte dos bairros periféricos.

Neste âmbito, a passagem do aluguel para a casa própria mantém-se como desafio para muitas unidades domésticas, porquanto até aqui as políticas públicas habitacionais se concentraram no segmento de interesse social. Além disso, o setor imobiliário formal pouco investe na produção de habitação popular de mercado (SHIMBO, 2012). Diante desta situação, a produção habitacional vinculada ao PMCMV tem sido alvo de acompanhamento investigativo do autor deste capítulo, sobretudo ao se constatar o reduzido interesse do setor empresarial, tendo em vista as possibilidades de lucro bem maior com a produção habitacional para famílias de faixas de renda superior.

Passados os primeiros anos do PMCMV, o estado do Ceará mostra-se como um dos piores na realização da meta prevista pelos operadores do programa. Em 2011, quando se completou o primeiro milhão de imóveis contratados pelo PMCMV, o Ceará havia contratado pouco mais de 17 mil unidades habitacionais das 55 mil previstas. Apesar da concentração da maioria na RMF, grande parte se destinava aos municípios de Maracanaú e Caucaia, os quais já haviam sido alvo de grandes conjuntos durante o auge do sistema BNH/COHAB-CE. Mais recentemente, a produção habitacional do PMCMV consegue avançar um pouco mais em termos quantitativos, mas ao custo de um concomitante avanço junto à periferia.

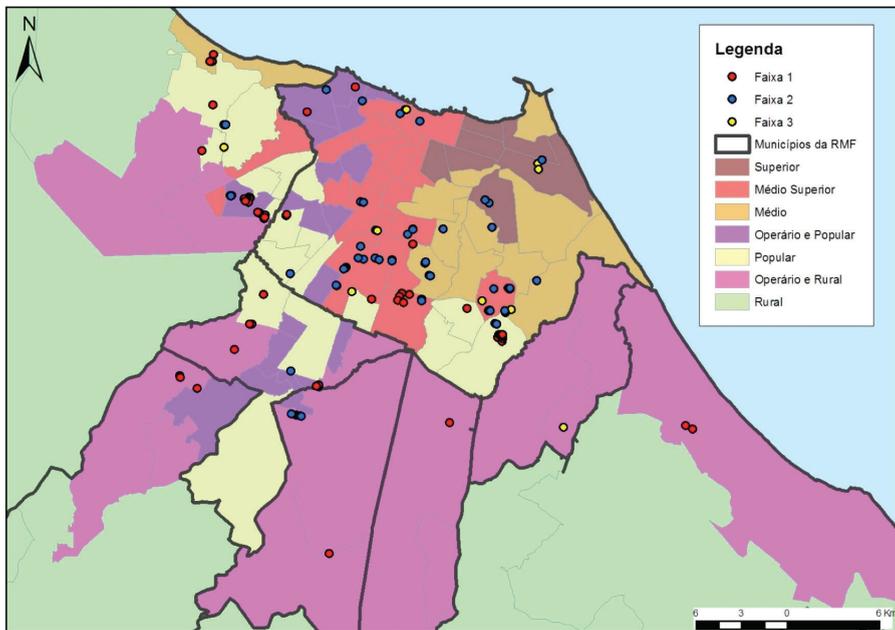
A espacialização dos empreendimentos do PMCMV para a faixa considerada econômica, no caso, famílias com renda entre três e dez salários mínimos, sobre a tipologia socioespacial, apresenta algumas especificidades. Num primeiro momento, percebe-se que alguns dos empreendimentos ainda foram localizados em áreas integrantes do tipo superior, mas logo foram transferidos para outros tipos, evidenciando-se um franco processo de segregação, como mostra a Figura 6.21. É visível o fato dos conjuntos nesta faixa se localizarem predominantemente periféricos e concentrados no tipo médio-superior. Além disso, em sua maioria, os empreendimentos foram construídos no município de Fortaleza. Vale destacar as relações de proximidade desta faixa com os empreendimentos realizados através do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), extinto desde a criação do PMCMV.

Contudo, a faixa de zero a três salários mínimos, posiciona-se não apenas em Fortaleza, mas principalmente em Caucaia e Maracanaú, com poucos empreendimentos nos demais municípios da RMF. Estes

mostram-se ainda contíguos uns aos outros, constituindo-se em verdadeiros agrupamentos com tendência a ampliar a homogeneização dos espaços periféricos, reunindo pessoas de mesma faixa de renda num mesmo setor da cidade.

Esta tendência se concretiza ainda mais com a mudança ocorrida no PMCMV que na sua primeira fase limitava a 500 unidades cada contrato, mas passou a permitir até 5 mil unidades, desde que haja o compromisso da implantação de equipamentos sociais e outros serviços urbanos por parte dos governos estadual e municipais. Assim, a produção em larga escala concentrada traz, dentre outros efeitos: o favorecimento ao setor da construção civil que sai em busca de terrenos maiores, encontrando-os principalmente na periferia de Fortaleza ou nos municípios a ela conurbados (Figura 6.21).

Figura 6.21 - Programa Minha Casa Minha Vida segundo as faixas diferenciadas pela renda familiar em relação aos tipos socioespaciais da RMF



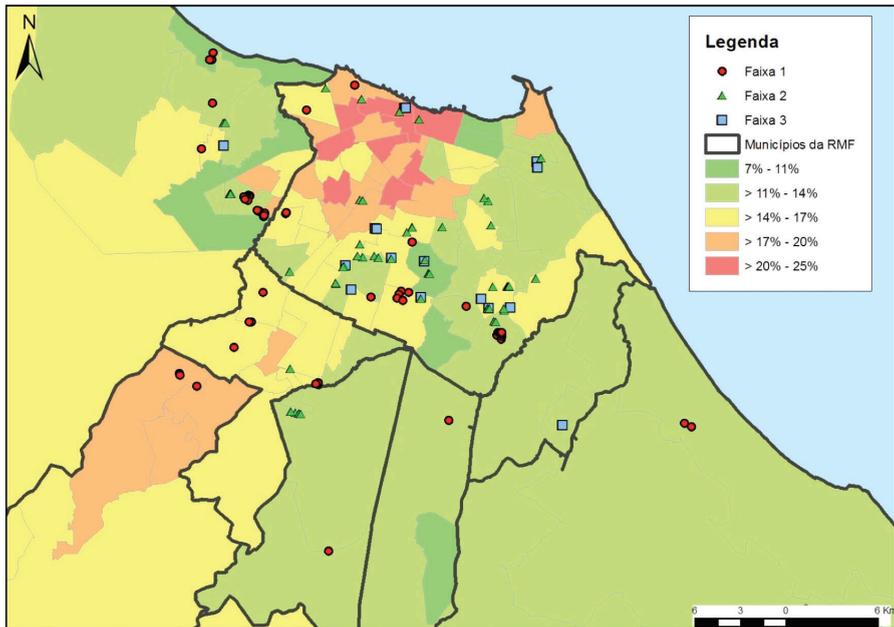
Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

A Figura 6.22 reforça ainda mais esse processo de deslocamento residencial dos mais pobres para as periferias. Conforme se verifica sobrepondo-se o mapeamento dos empreendimentos do PMCMV ao cartograma que representa o percentual de domicílios em situação de

déficit habitacional por área de ponderação, as áreas onde o déficit é mais representativo encontram-se distantes daquelas áreas onde os novos empreendimentos estão sendo construídos. Portanto, ao ser atendidas pelo PMCMV, as famílias estariam se deslocando para bairros periféricos de Fortaleza, ou mesmo para municípios vizinhos, onde as redes de infraestrutura e os serviços urbanos, quando existentes, não são suficientes para suprir as novas demandas.

Em face do déficit habitacional da RMF apontado neste capítulo, a produção habitacional mostra-se diminuta. Os estudos elaborados por Pequeno nos últimos dois anos confrontam a produção do PMCMV ante o total de domicílios dos municípios e mesmo diante do déficit. Consoante indicam ainda há um longo caminho a percorrer, apesar de alguns municípios da RMF terem obtido intensa produção nestes primeiros anos do Programa Minha Casa Minha Vida.

Figura 6.22 - Distribuição espacial da produção do PMCMV em suas diferentes faixas em relação às áreas de ponderação com maior déficit habitacional



Fonte: Mcdades, CEF e IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Todavia, pela forma e intensidade com as quais avançou o processo de favelização nas últimas décadas as ações implementadas são mui-

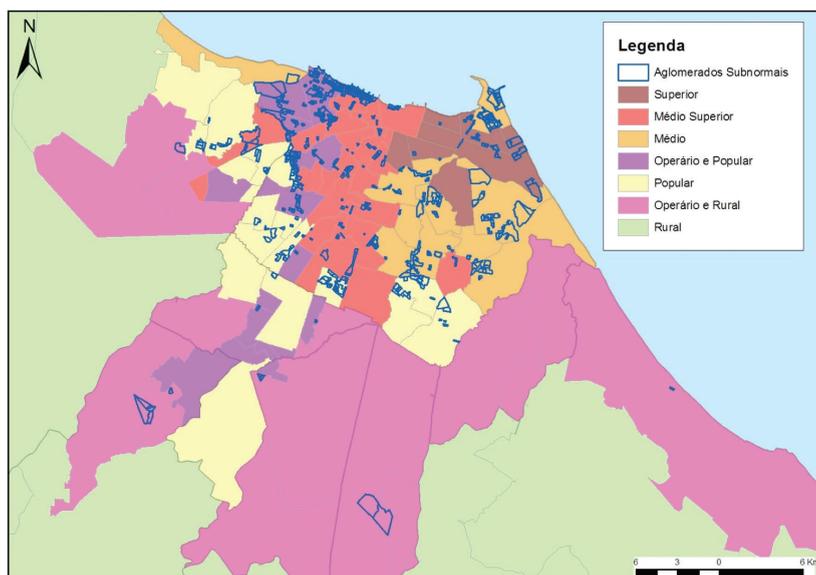
to pouco representativas diante do total de áreas. Enfrentar a questão dos assentamentos precários urbanos constitui-se num enorme desafio. Cada vez mais a favelização se movimenta em direção às periferias, enquanto se adensam as áreas mais próximas ao Centro que conseguem resistir às pressões do setor imobiliário e do Estado.

A Figura 6.23 mostra a distribuição espacial das áreas de ocupação, reconhecidas pelo Censo do IBGE 2010 como assentamentos urbanos precários ou subnormais, verificando sua disseminação por todos os tipos, ainda que reduzidamente no tipo superior e no tipo operário rural. Os tipos médio-superior e médio também se encontram repletos de favelas, com destaque para o maior porte daquelas presentes no tipo médio. Esta presença por um lado explica a quantidade de ações promovidas pelo Estado nestes tipos, vista na Figura 6.24. Porém, por outro lado, lança um prognóstico pouco otimista, evidenciando-se a emergência de conflitos territoriais em virtude das disputas entre as comunidades e o mercado imobiliário, justamente num setor da RMF onde a natureza é tão vulnerável.

Como observado, a maior concentração de áreas de ocupação no tipo operário popular associa-se ao padrão de industrialização ocorrido naquelas áreas próximas ao litoral oeste de Fortaleza quando o controle urbano era ainda menos efetivo. No tipo popular as ocupações irregulares sobressaem como elementos que interligam as partes componentes do tipo operário popular, conformando um verdadeiro corredor de favelização. Esta junção explica a ampla presença de pessoas ocupadas com atividades informais e não especializadas nestes tipos.

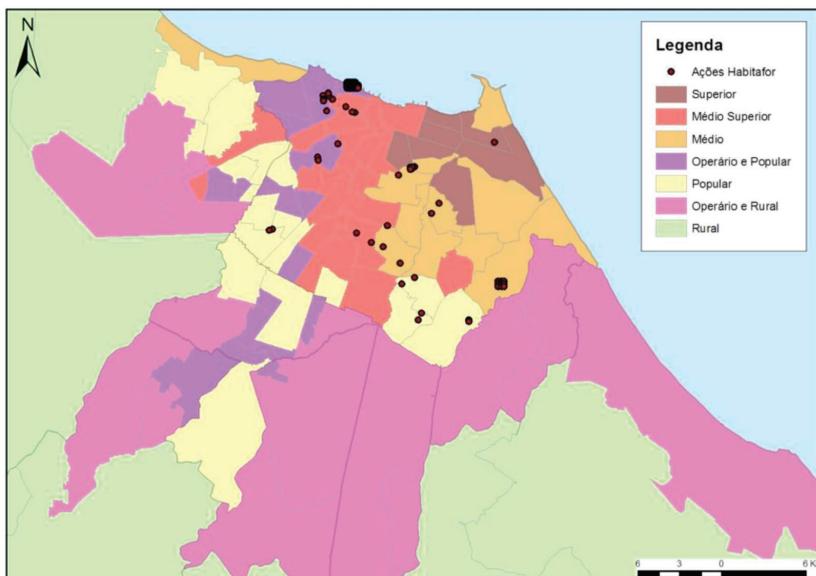
Sobre as ações da política habitacional em Fortaleza, realizadas com recursos federais advindos, dentre outras fontes, do Programa de Aceleração do Crescimento - Urbanização de Favelas, o poder local priorizou o atendimento de famílias de áreas de risco e de favelas a serem removidas por conta de grandes intervenções viárias em curso, as quais, em regra, são próximas às áreas de maior interesse do setor imobiliário. Assim, as práticas de remoção são paulatinamente incorporadas à cena urbana da RMF. A Figura 6.24 demonstra esta opção tomada pelos gestores do estado e do município no comando das políticas habitacionais, onde as obras findam por se localizar nas frentes de expansão do mercado imobiliário, diferenciando-se quanto à escolha da área de reassentamento: vizinhança próxima ou periferia distante.

Figura 6.23 - Distribuição espacial das favelas identificadas pelo IBGE sobre a tipologia socioespacial



Fonte: IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Figura 6.24 - Ações da Fundação de Habitação Popular de Fortaleza em relação à tipologia socioespacial



Fonte: HABITAFOR e IBGE, 2010; elaborado por Arthur Molina

Para concluir, cumpre enfatizar a necessidade de mais reflexão sobre a questão habitacional na escala metropolitana por parte dos governos estadual e municipais, os quais se mostram ausentes e negligentes diante do que o mercado imobiliário realiza. Na falta de um processo de planejamento metropolitano verdadeiramente participativo, que busque estratégias para conter a expansão desordenada nos espaços periféricos e nas franjas periurbanas, vislumbram-se cenários pouco otimistas seja na discussão intermunicipal sobre o problema, seja na definição de melhores localizações para os novos empreendimentos, seja na solução integrada para os recorrentes problemas de projeto urbanístico, arquitetônico e social.

Referências

- CORREA, R. L. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1995.
- FERREIRA, J. S. W. (org.). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano**. SP: LABHAB – FUPAM, 2012.
- FREITAS, C. F. S., PEQUENO, L. R. B. Produção Habitacional na Região Metropolitana de Fortaleza na década de 2000: Avanços e Retrocessos. In: **Anais do XIV ENANPUR**, Rio de Janeiro, 2011.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- MÁXIMO, F. R. C. C. **Mudanças e permanências nas políticas habitacionais de interesse social em Fortaleza** (Dissertação de mestrado). Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - São Carlos, 2012.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Lei PMCMV (Lei n° 11.977, 2009)**. Brasília, 2009.
- PEQUENO, L. R. B. **Desenvolvimento e degradação no espaço intraurbano de Fortaleza**. Tese de doutorado apresentada à FAUUSP, São Paulo, 2002.
- _____. (org.) **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.
- _____; FREITAS, C. F. S. Desafios para Implementação de Zonas Especiais de Interesse social em Fortaleza, In: **Anais do XIV ENANPUR**, Rio: 2011.
- _____. Programa Minha Casa Minha Vida em RMF: Novas Periferias? In: **Anais do XV ENANPUR**, Recife: 2013.
- RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- RUFINO, M.B.C. **Incorporação da Metrópole** (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, 2012.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: Editora Francisco Alves, 1979.
SHIMBO, L. **Habitação social de mercado**. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.
SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
VILAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Região Metropolitana de Fortaleza: movimentos pendulares e configuração espacial

*Vera Mamede Accioly
Cleiton Marinho L. Nogueira*

Resumo: O capítulo analisa a mobilidade cotidiana da população da Região Metropolitana de Fortaleza, com ênfase nos movimentos pendulares e suas espacialidades. Parte-se do pressuposto segundo o qual o comportamento do mercado imobiliário e a emergência de novas formas de moradia, a distribuição das oportunidades de emprego, o aumento ou diminuição da oferta de acessibilidade e até mesmo as transformações e acesso às tecnologias compõem algumas hipóteses que ajudam a explicar os padrões dos deslocamentos cotidianos entre os municípios da RMF. O Censo do IBGE (2010) foi a principal fonte de dados sobre o volume, tempo de deslocamento casa-trabalho e direção dos movimentos pendulares. Conforme se depreende da análise dos dados, o fenômeno da mobilidade urbana está intrinsecamente relacionado ao processo de expansão e integração do espaço metropolitano, revelando o quadro de desigualdades socioespaciais existentes entre os municípios componentes da RMF.

Palavras-chave: Mobilidade, Movimento Pendular, Expansão Metropolitana, Fortaleza.

Abstract: The article analyzes the routine mobility of Metropolitan Area of Fortaleza – RMF population, with an emphasis on commuting. The authors begin with an assumption that the behavior of real estate market and the emergence of new property forms, as well as distribution of employment opportunities, fluctuation of accessibility resources, including also changes and access to technologies formulate some hypotheses which help explain the patterns of daily movements between the RMF municipalities. The main source of data on volume, time and direction of commuting was the IBGE census (2010). The data analysis shows that the urban mobility phenomenon is intrinsically related to the expansion and integration of metropolitan space process. It exemplifies the existing sociospatial inequalities between the components of the RMF municipalities.

Keywords: Mobility, Commuting, Metropolitan Expansion, Fortaleza.

7.1 Introdução

A mobilidade urbana é um tema relevante e recorrente para a explicação dos impactos da metamorfose espacial em curso nas metrópoles contemporâneas desde o final do século XX. Esta metamorfose é, mormente, condição e meio indispensável à reprodução das relações capitalistas em sua fase internacionalizada, cuja crescente complexidade decorre da natureza das relações sociais e dos processos econômicos verificados em diferentes escalas espaciais. Atualmente, a produção do espaço na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), contraditória e permeada de conflitos, se expressa em uma configuração fragmentada e segmentada dos espaços de vida e de trabalho, promovendo uma metropolização marcada pela existência de subespaços de modernidade contrapostos a subespaços de pobreza.

A partir das últimas décadas do século XX, os agentes empresariais introduzem em parte da metrópole (especialmente no quadrante leste-sudeste) artefatos de padrão tecnológico moderno (tipologias construtivas de grande porte, verticalizadas, condomínios e loteamentos fechados, shopping centers, edifícios empresariais). Em contraposição, nos espaços destinados aos extratos de renda média e baixa, reproduzem-se o padrão de expansão em mancha urbana contínua e a predominância das tipologias construtivas tradicionais e horizontais. Nesses espaços característicos da metrópole periférica, as relações cotidianas do habitar-trabalhar são diferenciadas em razão da forma desigual de acesso aos benefícios da urbanização.

Neste capítulo, serão utilizados os dados relativos aos deslocamentos casa-trabalho da população, de forma a captar o fenômeno da mobilidade urbana, destacando os movimentos pendulares¹ e suas espacialidades. Parte-se do pressuposto segundo o qual o comportamento do mercado imobiliário e a emergência de novas formas de moradia, a distribuição das oportunidades de emprego, o aumento ou diminuição da oferta de acessibilidade e até mesmo as transformações e acesso às tecnologias compõem algumas hipóteses que ajudam a explicar os padrões dos deslocamentos cotidianos entre os quinze municípios da RMF.

¹ Movimentos pendulares foram definidos como deslocamentos da população entre o município de residência e outro município para o desempenho de atividades cotidianas. Para esta pesquisa, foram utilizados os dados relativos aos deslocamentos casa-trabalho da população ocupada da RMF.

Para a abordagem do tema empregou-se como recorte espaço-temporal a Região Metropolitana de Fortaleza institucionalizada, tendo como referência o ano de 2010.² A principal fonte de dados usada foi o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente os seus números sobre o volume, direção e tempo de deslocamento casa-trabalho. Além dos dados do IBGE, foram utilizados dados socioeconômicos do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), outros sobre crescimento da frota de automóveis fornecidos pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e ainda os sobre linhas de transporte coletivo intermunicipal, disponibilizados pelo Departamento Estadual de Trânsito do Ceará (DETRAN-CE). Esta abordagem se apoia nos estudos mais recentes de Brito (2005), Barcellos e Jardim (2009) e Farias (2012), destacando as desigualdades socioespaciais no espaço da RMF. Segundo se entende, a possibilidade de deslocamento no espaço metropolitano também representa um recurso que promove o acesso a outros bens, serviços e atividades no espaço urbano e, dessa forma, interfere na promoção de novas relações sociais e na melhoria das condições de vida da população metropolitana de Fortaleza.

7.2 Expansão metropolitana na RMF e movimentos pendulares

Uma das principais mudanças observáveis na dinâmica recente da população brasileira é o aumento do volume e da representatividade dos fluxos de deslocamentos pendulares.³ A pendularidade (como é mais usualmente chamada) se refere aos deslocamentos da população do município de residência em direção a outros municípios para a realização de atividades cotidianas, basicamente para trabalho (ANTICO, 2003; ARANHA, 2005). Diferentemente das migrações e da mobilidade residencial, que possuem “caráter linear (com ausência de retorno breve)”, os movimentos pendulares têm “caráter cíclico (en-

² Neste capítulo os dados foram trabalhados em duas escalas: a do município e a das Áreas de Ponderação (APs). As APs “são agrupamentos de setores censitários, para aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para o total da população”. (IBGE, 2011, p. 18).

³ Ver estudos de Aranha (2005), Antico (2003) Moura, Castelo Branco e Firkovski (2006).

volvendo movimento circular de ida e retorno)” (BALBIM, 2004, p. 4). Esse tipo de deslocamento ocorre de maneira mais expressiva nos espaços urbanos, sobretudo nas metrópoles onde é comum a presença de conurbação entre os municípios. Atualmente, a pendularidade constitui um relevante indicador para apreender as condições de circulação intrametropolitana, os distintos níveis de articulação espacial e as dimensões e intensidades dos recentes processos de reestruturação e de crescimento das metrópoles brasileiras.

No Brasil, assim como em muitas metrópoles da América Latina, a partir das últimas décadas do século XX, evidenciam-se novos padrões de crescimento do tecido urbano-metropolitano (LENCIONI, 2011; COSTA, 2004; SPOSITO, 2009; HIDALGO, 2007). Nas metrópoles brasileiras, tem-se observado, em maior ou menor grau, a descontinuidade da ocupação urbana, produto da urbanização mais dispersa, que, além das mudanças do arranjo espacial metropolitano, introduz novas formas de relacionamento cotidiano entre seus habitantes. Em meio às recorrentes evidências dos novos padrões de crescimento urbano sobressai o papel da construção de grandes projetos imobiliários, em áreas afastadas do núcleo metropolitano, cujo acesso é facilitado pela presença de meios materiais de circulação (notadamente as redes de transporte).

Na RMF, os municípios com localização contígua a Fortaleza, além da proximidade física, são favorecidos pela maior presença de vias de circulação e oferta de transportes coletivos ligando-os ao polo metropolitano (Figura 7.1). Essas características contribuem para um crescimento extensivo de Fortaleza em direção aos municípios do entorno. Atualmente, observam-se na RMF manchas de urbanização contínua entre Fortaleza e os seguintes municípios:

a) Caucaia, localizado a oeste de Fortaleza, é caracterizado pela presença de grandes conjuntos habitacionais (década de 1980) com o objetivo de minimizar os problemas habitacionais de Fortaleza. Os conjuntos foram construídos com recursos do Banco Nacional da Habitação (BNH), na franja periférica, induzindo o processo de conurbação (PEQUENO, 2009). No setor norte do município, na localidade litorânea do Icaraí, casas e condomínios de veraneio estão gradualmente sendo convertidos em primeira residência. Segundo Silveira (2011), a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém em São Gonçalo do Amarante gerou um aumento da procura de imóveis residenciais por trabalhadores no Icaraí. Hoje Caucaia possui uma li-

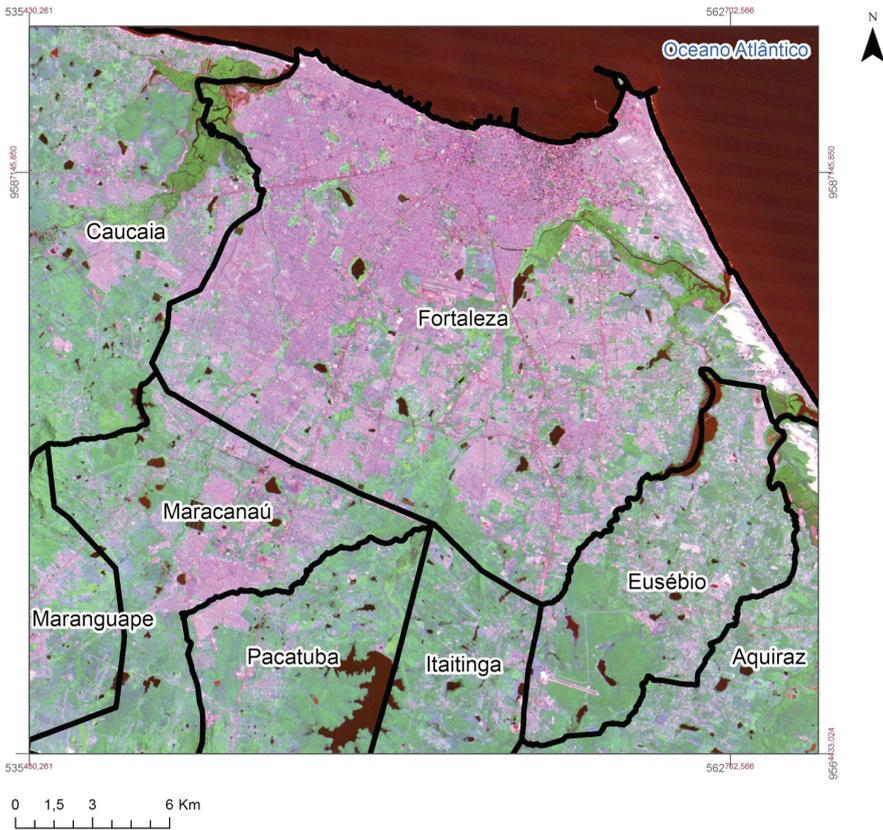
nha de trem metropolitano e dezessete linhas regulares intermunicipais que o ligam a Fortaleza.⁴

b) Maracanaú, localizado a sudoeste de Fortaleza, é caracterizado por atividades industriais e pela existência de grandes conjuntos habitacionais construídos na década de 1970. A associação oferta de emprego e construção de grandes conjuntos habitacionais, com recursos do BNH, impulsionou o crescimento demográfico do município, que possui o segundo maior PIB da RMF. A oferta de transporte em três linhas intermunicipais e um metrô fortalecem ainda mais os vínculos com Fortaleza. Verifica-se também uma ocupação contínua entre Maracanaú e Pacatuba, com a presença de conjuntos habitacionais.

c) Eusébio, localizado a leste-sudeste de Fortaleza, é caracterizado pela forte e recente presença de investimentos imobiliários residenciais em condomínios e loteamentos fechados. A disponibilidade de terrenos, a proximidade com bairros valorizados da cidade polo e a melhoria nas condições de acessibilidade favoreceram a expansão das atividades imobiliárias para este município, desde o início dos anos 2000. Ademais, a associação entre grupos empresariais locais e grandes incorporadoras nacionais é apontada como um dos fatores que produziram o crescimento da dinâmica imobiliária no município e a conversão de sítios e fazendas em novos projetos imobiliários. Embora a ocupação do município seja rarefeita, e ainda haja muitas áreas com sítios, casas de veraneio e até plantações, verificam-se tendências de continuidade da mancha urbana de Fortaleza, especialmente ao longo da CE-040 (eixo de valorização imobiliária) e BR-116 (eixo de atividades industriais).

⁴ As informações sobre as linhas intermunicipais regulares estão disponíveis no site do Departamento Estadual de Trânsito do Ceará (Detran-CE), <http://portal.detran.ce.gov.br/index.php/transporte>. Acesso em novembro de 2013.

**Figura 7.1 - Fortaleza e os municípios conurbados do entorno:
imagens Landsat. 3, 4 e 5 de 2005**



Elaboração: Cleiton M. L. Nogueira (2013)
Bases Cartográficas IBGE; Imagens Landsat, 2005.

À medida que ocorre o afastamento da cidade de Fortaleza e do seu entorno próximo, diminui a densidade construtiva, e a paisagem logo revela vastas áreas com ocupação rarefeita, e permanência de traços de ruralidade e da utilização da terra para fins especulativos. A despeito do tecido urbano-metropolitano de Fortaleza ainda apresentar caráter predominantemente contínuo, sobretudo a partir dos anos 1990, as atividades turísticas têm contribuído para uma expansão da metrópole de maneira mais difusa, incorporando à dinâmica metropolitana núcleos urbanos situados a dezenas de quilômetros, paralelos ao litoral, a exemplo das localidades litorâneas de Porto das Dunas, em Aquiraz e Cumbuco, em Caucaia.

Em paralelo, o crescimento das atividades industriais nos municípios mais distantes da cidade polo como Horizonte, Pacajus e São Gonçalo do Amarante também fortaleceu a incorporação de novos espaços à dinâmica metropolitana. Nesses municípios verificam-se crescentes processos de fragmentação do tecido socioespacial, com a criação de enclaves modernos, que substituem as continuidades do tecido espacial anteriormente existente.⁵

De acordo com o observado na RMF, a expansão metropolitana contemporânea (a partir do final do século XX) difere da ocorrida nas décadas de 1970 e 1980, notadamente em Caucaia e Maracanaú, onde o Estado atuou diretamente, por intermédio do planejamento metropolitano e da provisão de habitação de interesse social via BNH. Na expansão contemporânea, os agentes privados exercem um proeminente papel na expansão da metrópole e na incorporação e reorganização das formas e funções do espaço nos municípios periféricos. O Estado, por sua vez, ao passo que reduz seu papel como planejador na escala metropolitana, fortalece seu viés empresarial inserido no projeto de modernização do Ceará. Essa recente mudança se inicia nas décadas de 1980-1990, com o “Governo das Mudanças”,⁶ e se consolida nos governos subsequentes.

Tais ações acontecem na perspectiva da reprodução do capital mediante investimentos em infraestrutura viária expressa e política econômica de privilégio ao transporte individual. Contudo, exigem a desapropriação de comunidades e a conseqüente desarticulação dos laços de solidariedade existentes. Para Ojima e Marandola Jr.

É neste sentido que a urbanização extravasa os limites do tecido urbano e os espaços de vida da população se expandem privilegiando a fragmentação do tempo de vivenciar tais espaços e diminuindo o potencial dos mecanismos de proteção existencial associados ao lugar e à comunidade (família, bairro) (OJIMA; MARANDOLA JR, 2010, p. 111).

⁵ Outros municípios, apesar de integrar oficialmente a RMF, como Chorozinho, Pindoretama, Maranguape, Cascavel e Guaiuba, apresentam incipientes indícios de metropolização em seus territórios.

⁶ Governo das Mudanças é uma denominação utilizada para se referir aos governos de Tasso Jereissati e Ciro Gomes, iniciado no final da década de 1980. Os governos trouxeram um conceito de Estado moderno, iniciando um novo ciclo na administração pública.

Os processos ora mencionados alteram a dinâmica demográfica intrametropolitana, conforme evidenciado no capítulo 4, onde se verifica a intensificação da mobilidade residencial intrametropolitana. Os dados sobre o percentual da população ocupada que realizava movimento pendular intrametropolitano em 2010 para fins de trabalho, os quais indicam a magnitude das interações espaciais entre os municípios da RMF, sugerem uma distribuição de maneira muito desigual dos fluxos entre seus municípios, mas a permanência de uma tendência predominante de movimentos pendulares em direção ao município de Fortaleza. Tais dados são relevantes para compreender os nexos que se estabelecem entre os municípios e a natureza da articulação entre eles.

Conforme mostra a Tabela 7.1, Caucaia, área de concentração de grandes conjuntos habitacionais, atinge o maior percentual com 35,1 % da sua população de trabalhadores realizando movimento pendular, cujas interações acontecem em maior intensidade com o município de Fortaleza (32,9%). Já os movimentos pendulares de Caucaia em direção a outros municípios da RMF ainda não são tão expressivos. São Gonçalo do Amarante (0,8%) e Maracanaú (0,8) aparecem respectivamente em segundo e terceiro lugar entre os locais de destino da população de Caucaia a efetuar o movimento, notadamente em virtude da dinâmica industrial dominante nesses dois municípios.

Pacatuba vem em segundo lugar, com 32,7 % da população ocupada realizando movimentos pendulares para fins de trabalho. O município tem maior interação com Fortaleza (16,2% da população ocupada se dirigem ao polo), seguida por Maracanaú (14,7%). Maracanaú, área de localização do Distrito Industrial e de grandes conjuntos habitacionais, comparece com 26,3% da sua população ocupada trabalhando em um município diferente do local de residência, e o município de Fortaleza também se destaca como principal destino dos fluxos de Maracanaú, porquanto 23,1% da população trabalham no polo.

Por sua vez, o município de Maranguape possui 15,1% da população ocupada desenvolvendo movimento pendular. Desses, 8,9% têm Fortaleza como destino, e aproximadamente 5,3% vão para Maracanaú. Já em Eusébio, onde há vasta oferta imobiliária residencial voltada para grupos de alta renda que anteriormente residiam em Fortaleza, a taxa de população ocupada que realiza movimento pendular é 20,9%. Destes, 17% têm Fortaleza como destino. Em Guaiuba, 17,6% da população ocupada trabalham em outro município, 10,1 % em Fortaleza, 3,6% em Pacatuba e 2,9% em Maracanaú.

Pacajus mostra uma tendência diferente da evidenciada na maioria dos municípios metropolitanos. Nele 23,4% da população ocupa a efetua movimento pendular, entretanto, Fortaleza é o destino de apenas 4,1% da população. Já Horizonte, município vizinho com forte dinâmica industrial, é o destino de aproximadamente 17,3% dos trabalhadores de Pacajus.

Tabela 7.1 – RMF- Movimentos pendulares intrametropolitanos

Município	População total	População ocupada	% Pop. ocupada que realiza movimento pendular na RMF	% Pop. ocupada que realiza movimento pendular em direção ao polo
Aquiraz	72.628	28.531	15,4	7,7
Cascavel	66.142	25.674	6,3	3,8
Caucaia	325.441	130.519	35,1	32,9
Chorozinho	18.915	6.966	16,3	3,2
Eusébio	46.033	19.746	20,9	17
Fortaleza	2.452.185	1.128.812	1,7	-
Guaiuba	24.091	8.370	17,6	10,1
Horizonte	55.187	22.330	7,8	4,6
Itaitinga	35.817	11.465	29,0	16
Maracanaú	209.057	84.456	26,3	23,1
Maranguape	113.561	41.659	15,1	8,9
Pacajus	61.838	25.873	23,4	4,1
Pacatuba	72.299	27.551	32,7	16,2
Pindoretama	18.683	7.402	15,8	8,5
São G. Amarante	43.890	16.474	4,7	3,3
Total geral	3.615.767	1.585.828	8,1	5,3

Fonte: IBGE 2010, Microdados do Censo Demográfico 2010.

Os dados ora expostos corroboram a forte interação entre municípios limítrofes que (pelo menos um deles) possuem maior dinamismo econômico e, por conseguinte, ampla oferta de empregos. Conforme esperado, aqueles com processos de conurbação, notadamente com Fortaleza, são os que se destacam pela maior presença de indivíduos a realizar movimentos pendulares em direção ao polo. Desse modo, os dados indicam a expressiva atração de trabalhadores exercida pela cidade polo, a qual, além de concentrar a maioria da população da RMF, detém cerca de 47% da riqueza produzida no estado. Entre a população ocupada de Fortaleza, 6.869 se dirigem a Maracanaú, seguidos por 3.263 para Caucaia e 2.333 Eusébio. Isto, respectivamente, representa um índice inferior a 1% da população ocupada que faz o movimento pendular saindo da cidade polo.

Outros municípios, notadamente industrializados, denotam signifi-

ficativa atração de trabalhadores na RMF, tal como Maracanaú (que atrai trabalhadores de Pacatuba, Maranguape e Guaiuba) e Horizonte, de industrialização recente. Este último, em decorrência das políticas de incentivos fiscais, e por abrigar indústrias de grande porte, torna-se polo de atração dos municípios fronteiriços como Pacajus e outros, com baixo dinamismo econômico, como Aquiraz, Cascavel e Chorozinho.

Além da proximidade física entre os municípios e da distribuição das oportunidades de emprego e moradia, deve-se considerar a acessibilidade (possibilidade de deslocamento diário), em especial a oferta pública e seus itinerários. Segundo indicado, Caucaia e Maracanaú além de linhas do sistema de transporte metroferroviário ligando a Fortaleza possuem vasta oferta regular de ônibus públicos ligando as áreas de conjunto habitacional à cidade polo. É o oposto ocorrido em outros municípios como Chorozinho, por exemplo, que possui apenas uma linha de transporte público regular ligando a Fortaleza.

Todos os municípios dispõem de linhas de transporte público regular para Fortaleza, entretanto linhas de conexão entre municípios periféricos (com exceção dos que possuem contiguidade física) é quase inexistente. Esta realidade reforça ainda mais a tendência de deslocamento em direção à cidade polo, sobretudo para o Centro tradicional da capital, onde se concentram os terminais de embarque e desembarque de ônibus e uma vasta oferta de empregos e serviços.

Além da necessidade e da possibilidade de deslocamento, para a efetivação dos movimentos pendulares é necessário os indivíduos possuam a capacidade financeira para arcar com custos do deslocamento frequente para o trabalho. De acordo com as distâncias, as tarifas de transporte público intermunicipal dos municípios periféricos em direção a Fortaleza variam entre R\$ 2,30 e R\$ 9,00. Nesse contexto, as tarifas de transporte entre os municípios da RMF (nesse caso, predominantemente para Fortaleza) dificultam ainda mais a situação de moradores em desvantagem econômica que residem em lugares mais afastados dos núcleos metropolitanos. São justamente os municípios mais afastados aqueles com menor diversidade na oferta de bens e serviços.

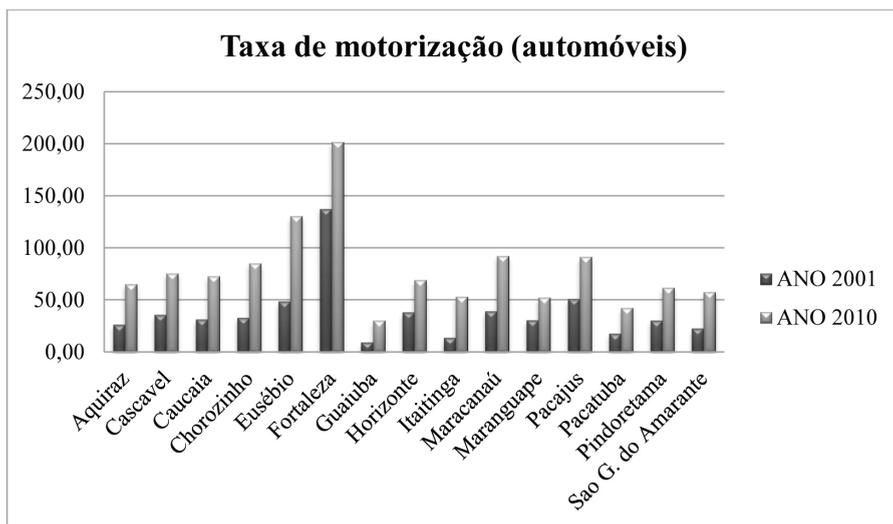
Diante deste quadro, para os trabalhadores que possuem melhores condições financeiras, e/ou puderam ter acesso aos crescentes financiamentos bancários, o automóvel individual passa a ser a melhor opção para o deslocamento, em face dos problemas de transporte público. Nessa conjuntura, na RMF, assim como nas demais metrópoles do país ocorre o crescimento acelerado da frota de veículos. Os dados

referentes à frota (automóveis e motos) em 2000 e 2010 são indicadores importantes do grau de motorização da população dos municípios da RMF e por consequência das possibilidades dessa população superar com maior facilidade a fricção das distâncias entre o local de moradia e trabalho.

Entre 2000 e 2010 a taxa de motorização⁷ (Gráfico 7.1 e 7.2) elevou-se tanto em relação a automóveis quanto a motos, contribuindo para o aprofundamento da crise das cidades brasileiras, em especial da RMF. Em uma década a taxa de motorização para automóveis na região metropolitana passou de 106 automóveis para cada 1.000 habitantes para 160 para cada 1.000. Já o número de motos também revelou um crescimento ainda mais expressivo, de 20,7 para cada 1.000 habitantes para 62,2 motos para cada 1.000.

A crise de mobilidade com o aumento da circulação de veículos na RMF se expressa nos congestionamentos do trânsito, na poluição sonora e de gases, no nível de estresse, na violência do trânsito, no aumento do índice de acidentes e, conseqüentemente, no aumento dos custos da saúde pública.

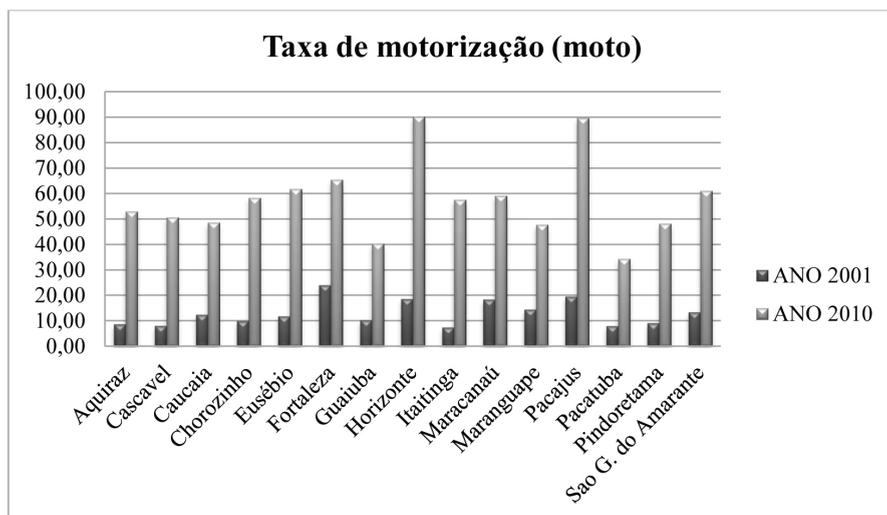
Gráfico 7.1 – RMF- Taxa de motorização (automóveis)



Fonte: Organizado por Observatório das Metrôpoles com dados do Denatran.

⁷ É a relação entre o número de veículos e a população total. A taxa indica o número de veículos para cada 1.000 habitantes. Neste capítulo foi considerada a taxa de motorização para automóveis e motocicletas.

Gráfico 7.2 – RMF- Taxa de motorização (moto)



Fonte: Organizado por Observatório das Metrôpoles com dados do Denatran.

Da análise dos dados do caso específico de cada município atesta-se que a discrepância entre os municípios em relação ao percentual da população detentora de automóvel pode estar relacionada à dinâmica econômica existente em seus territórios e ao padrão de renda da população. Como mostra o Gráfico 7.1 em relação ao incremento da frota de automóveis, Eusébio fica na liderança, pois passa de uma taxa de 48 para 130 automóveis para cada 1.000 habitantes. Conforme indicado, Eusébio tem uma metropolização marcada pela presença de artefatos imobiliários (condomínios e loteamentos fechados) além de experimentar, nos últimos anos, um crescimento do setor de serviços e das atividades industriais.

Fortaleza, em 2001, apresentou uma taxa de 137,7 e no ano de 2010 subiu para 202. Isto é, o segundo maior crescimento da taxa de motorização da RMF. Maracanaú passou de 39,4 em 2001 para 92,4 em 2010. Já Chorozinho, que, conforme indicado, possui incipiente oferta de transporte público intermunicipal, revelou um dos maiores aumentos da taxa de motorização por automóvel, saiu de 22 para 85,4 veículos para cada 1.000 habitantes, aumentando a dependência da população por transporte individual. Caucaia, Pacatuba, Cascavel, Itaitinga e Aquiraz tiveram um crescimento aproximado de 40 pontos entre os anos de 2000 e 2010, seguidos por São Gonçalo, Horizonte

e Pintoretama cujo acréscimo foi de 30 pontos. Os demais municípios não tiveram acréscimo tão expressivo.

Quanto à frota de motos, os municípios de recente industrialização Pacajus e Horizonte sobressaem por possuir a maior taxa de motorização da RMF, superando com larga vantagem Fortaleza. Horizonte passou de uma taxa de motorização de 18,6 em 2001 para 90,2 em 2010, e Pacajus, de 19,5 para 89,8 entre 2001 e 2010. Consoante se nota, nesses municípios periféricos, diante do quadro problemático na oferta dos transportes públicos, e, certamente, em virtude da ampliação do nível de renda da população com a presença de indústrias em seus territórios, a mobilidade via transporte individual, sobretudo a moto, passa a ser a principal alternativa para enfrentar as dificuldades causadas pela distância entre o local de moradia e o trabalho.

7.3 Mobilidade urbana e organização social do território

Na perspectiva da dimensão social, econômica e política do espaço presente neste trabalho, os dados de movimento pendular quanto às APs, classificadas em uma tipologia socioespacial (ver capítulo 6), associados aos dados tempo de deslocamento, podem melhor explicar os diversos padrões espaço-temporais que envolvem os movimentos pendulares na RMF.

A localização das APs de origem do deslocamento pendular permite perceber dentro dos próprios municípios a diversidade e características dos setores geográficos de concentração de trabalhadores que realizam os movimentos pendulares. Da mesma forma, o tempo de deslocamento casa-trabalho é uma variável possível de auxiliar na compreensão das características e abrangência dos processos de diferenciação e segmentação no espaço na RMF. Como é evidente, o acesso aos meios de deslocamento rápido para diferentes pontos da metrópole propicia uma série de vantagens que podem diminuir a vulnerabilidade social dos indivíduos.

Entre as vantagens das boas condições de deslocamento na metrópole para os trabalhadores estão o aumento das possibilidades de acesso a empregos de melhor qualidade (em decorrência do acesso a diversos postos de trabalho no espaço metropolitano), além da maior disponibilidade de tempo, o qual pode ser empregado em educação e

na qualificação profissional demandada pelas mudanças no mercado de trabalho. Ademais, a mobilidade, por gerar circulação dos trabalhadores no espaço metropolitano, também contribui para maiores oportunidades de interação entre pessoas de diferentes categorias sócio-ocupacionais e, assim, pode atenuar os efeitos da segregação socioespacial.⁸

De maneira geral, pode-se afirmar que as APs onde se concentram maior proporção de trabalhadores que fazem movimento pendular estão localizadas nos municípios de Caucaia e Maracanaú, em setores onde se verifica conurbação com o município de Fortaleza. Segundo se percebe, as áreas de concentração dos grandes conjuntos habitacionais resultantes da expansão metropolitana produzida pela intervenção direta do Estado, mediante descentralização das funções residenciais e industriais nas décadas de 1970 e 1980, são as que detêm maior presença de trabalhadores realizando movimentos pendulares, notadamente em direção a Fortaleza. Esses dados revelam a presença uma bacia de empregos e *habitat* fortemente articulada entre esses setores de Caucaia, Macanaú e a cidade polo.⁹

As áreas de ponderação localizadas em Caucaia, correspondentes aos conjuntos Nova Metrópole da tipologia médio-superior, Marechal Rondon, da tipologia popular, Araturi, da tipologia popular operário, e Tabapuá, da tipologia médio-superior, são as áreas de ponderação com maior proporção da população ocupada realizando movimentos pendulares na RMF, com respectivamente 57,6%, 54,3%, 52,8% e 50%. A maioria dos trabalhadores desta tipologia se desloca para Fortaleza (respectivamente 55,1%, 53,1%, 50,4% e 46,7%). Outras APs de Caucaia, como Conjunto Parque Albano e Parque Potira, denotaram elevada proporção da população trabalhadora se deslocando para Fortaleza, 40,8% e 41,8%.

Todas estas APs, além da proximidade física, são beneficiadas pela oferta de transportes coletivos, e se localizam nas imediações das estações do trem metropolitano, que ligam estes conjuntos ao Centro tradicional da capital. Portanto, os meios de deslocamento, certamente, desempenham importante papel para a existência desses elevados números em Caucaia. Corroborar essa hipótese o tempo de deslocamento casa-trabalho despendido pelos trabalhadores das áreas men-

⁸ Ver Kaztman (1999).

⁹ Sobre movimentos pendulares e transformações estruturais nas metrópoles ver Ascher (1998).

cionadas, já que aproximadamente 90% desenvolvem o trajeto em menos de uma hora.

A maior parte dos conjuntos habitacionais referidos concentra-se no distrito de Jurema, que passa a ser área de atração populacional em face dos benefícios da urbanização, tais como equipamentos de lazer, posto de saúde, escolas, comércio e serviços. Nas áreas do entorno destes conjuntos também foram construídas outras modalidades de habitação, em sistema de mutirão. Elas abrigam o contingente de profissionais que trabalham em Fortaleza.

Conforme estudo de Teles (2005), a dinâmica de produção imobiliária em Caucaia tem caráter diferenciado e desigual, pois atende aos segmentos sociais de baixa e média renda em virtude da valorização imobiliária no município polo e da recente expansão das fronteiras do mercado imobiliário. As classes menos favorecidas deslocam-se para áreas de fronteira do município polo, constituindo um padrão de ocupação periférico, em locais de baixo valor do solo, ocupação característica da política habitacional remanescente do governo militar.

Em contraposição, os segmentos da população com maior renda transformam antigas residências de veraneio no litoral de Caucaia em primeiras residências, em busca de um padrão de ocupação em áreas com melhores potenciais ambientais e menor valor imobiliário em relação à capital, processos verificados nas localidades de Iparana, Pacheco, Icaraí.

Em primeira instância os investimentos em infraestrutura viária, como a expansão da CE-085, conhecida como “rodovia estruturante”, empreendida pelo governo do estado, e a ponte sobre o Rio Ceará, construída pela prefeitura (obras da década de 1990), foram importantes na expansão dos usos residencial e turístico das localidades litorâneas de Caucaia. Em paralelo, a melhoria das condições urbanas (serviço de transporte coletivo, rede de água e energia) favoreceu a presença de empreendimentos imobiliários destinados às habitações multifamiliares para a população que trabalha em Fortaleza e, mais recentemente, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

Na AP correspondente às localidades litorâneas Iparana, Pacheco e Icaraí, classificada como tipologia média, 36,9 % da população ocupada realiza movimento pendular, 34,6 se dirigiram a Fortaleza e apenas 0,5 % a São Gonçalo do Amarante em 2010. Quanto ao tempo de deslocamento casa-trabalho dos trabalhadores da AP é predominan-

temente baixo, porquanto somente 15,6% da população despendem mais de uma hora no trajeto.

Conforme já exposto, o município de Maracanaú é o segundo com maior proporção de trabalhadores a efetuar movimentos pendulares. Assim como em Caucaia, as APs localizadas na fronteira com Fortaleza, com presença de manchas de conurbação e conjuntos habitacionais, são as que possuem maior índice de pendularidade. As APs Jari/Siqueira e Conjunto Industrial, pertencentes à tipologia popular, e Acaracuzinho, da tipologia popular operário contêm grande proporção de trabalhadores que realizam movimento pendular (respectivamente 39,9%, 34,6 e 35%), em sua maioria se dirigindo a Fortaleza (37,7, 31,9 e 32,6%).

Além dos movimentos rumo a Fortaleza, a existência de ocupação contínua de conjuntos habitacionais entre Maracanaú e Pacatuba faz com que os fluxos de trabalhadores entre os municípios concentrem números significativos, predominantemente ao se levar em conta a população que mora em Pacatuba e trabalha em Maracanaú. Na AP correspondente ao Conjunto Habitacional Senador Carlos Jereissati, em Pacatuba, da tipologia operário rural, 24,3 % da população se deslocam para Fortaleza e 21% para Maracanaú; já na AP Torrões, nas imediações da CE-060, da tipologia operário rural, 14,3% vão para Fortaleza e 13,8% para Maracanaú. Além da proximidade física, o pujante mercado de trabalho em Maracanaú, impulsionado pelas atividades industriais, justifica a atratividade exercida sobre os trabalhadores residentes no município vizinho. Nas áreas limítrofes entre estes dois municípios grandes empreendimentos imobiliários, do tipo “bairro planejado”, e grandes condomínios residenciais populares estão sendo construídos, o que deve intensificar a circulação de trabalhadores.

Em Eusébio, na tipologia operário rural, ao norte do município, evidencia-se ocupação heterogênea em virtude de grandes loteamentos fechados, sítios e casas de veraneio. A proporção de trabalhadores que realiza movimento pendular neste setor do município é de 23,5%. Na AP 20,3% se dirigem ao polo, e 84% dos trabalhadores que realizam movimento pendular despendem menos de uma hora no trajeto casa-trabalho. Por sua vez, no setor sul, onde está localizada a rodovia CE-040, também com forte presença de condomínios, e a BR-116, com a presença de uma das principais fábricas de massas e pastifícios da América Latina, cerca de 18,3 % da população desenvolvem movimento pendular, com 13,6% para Fortaleza. Apenas 12, 7% da população

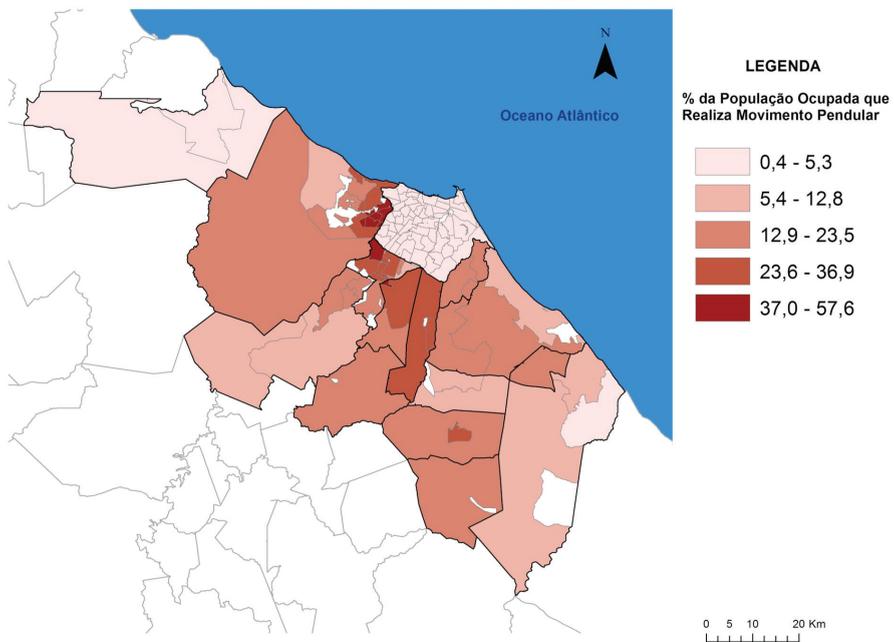
ocupada que realizam movimento pendular empregam mais de uma hora no trajeto para o trabalho.

No município de Aquiraz, das três APs existentes, a referente à localidade Justiniano de Serpa, classificada na tipologia rural, é a que possui maior proporção de trabalhadores que efetuam movimento pendular (cerca de 22,3%), sendo o município industrializado de Horizonte o principal receptor dos fluxos de movimento pendular desta AP (cerca de 11% dos trabalhadores). A proximidade da BR-116 e de transportes intermunicipais entre os dois municípios, além da forte industrialização de Horizonte, justificam esses números. Já ao norte do município, na AP que agrupa as áreas de ocupação litorânea (incluindo o Porto das Dunas) e a sede do município, classificada como operário rural, 12,8% da população ocupada trabalham em outro município, sendo 8,5% o número de trabalhadores da AP que se dirigem a Fortaleza. Neste caso, além das boas condições de circulação, em virtude da existência de investimentos em infraestrutura turística, a presença de diversos ônibus intermunicipais que ligam Fortaleza às praias do litoral leste favorece a ocorrência desses números. Quanto ao tempo de deslocamento, nas APs também predomina um tempo inferior a uma hora.

Nas duas APs do município de Horizonte, a população ocupada que realiza movimento pendular não constitui números muito expressivos quando comparado a outros municípios da RMF (um pouco abaixo de 10%). Ali, a dinamização do mercado de trabalho, em decorrência da implantação de grandes indústrias, tem contribuído para que uma parte significativa da população trabalhe no município onde reside. Na atual conjuntura, Horizonte, conforme indicado, passou a ser um polo atrativo para trabalhadores das APs limítrofes. Além de atrair trabalhadores residentes em Aquiraz, nas APs de Pacajus, sobretudo na referente à sede do município, classificada como operário rural, um número elevado de trabalhadores se dirige a Horizonte, 21% da população ocupada, e apenas 5,1% a Fortaleza. Cerca de 80% dos trabalhadores dessa AP efetuam o percurso em menos de trinta minutos. Na zona rural de Pacajus, 14,2 % vão para Horizonte para trabalhar, e 3,2% para Fortaleza, com 69% dos trabalhadores da AP fazendo o percurso casa-trabalho em menos de trinta minutos. Em Chorozinho, em sua única AP classificada como rural, cerca de 10,4% da população ocupada se dirigem a Horizonte e apenas 3,2 a Fortaleza.

As APs do município de Cascavel, recentemente incluídos na RMF, detêm baixos índices de pendularidade. Apesar das inúmeras linhas litorâneas ligando o município a Fortaleza, fatores como distância, preço das passagens e ausência de municípios próximos com vasta oferta de empregos fazem com que o número de trabalhadores que realizam movimento pendular não ultrapasse 10% da população ocupada, predominando os fluxos em direção à cidade polo.

Figura 7.2 – Percentual da população ocupada da RMF que realiza movimento pendular



Fonte: Censo IBGE 2010.

Ao se verificar o tempo de trajeto casa-trabalho da população que realiza movimento pendular segundo tipologias sócio-cupacionais, identifica-se uma predominância dos deslocamentos com tempo de duração abaixo de uma hora. Segundo indicado, os movimentos pendulares na RMF ocorrem, sobretudo, entre municípios que além de proximidade física possuem sistemas de transporte que possibilitam o deslocamento diário. Como a integração dos sistemas de transporte na RMF ainda é incipiente, a escolha do local de trabalho se restringe

ao município de residência e outros próximos com boas condições de deslocamento (vias de circulação e transporte público). Portanto, limitam-se as escolhas dos moradores residentes em municípios periféricos (tabela 7.2).

Tabela 7.2 – RMF- Tempo de trajeto casa-trabalho por tipologias socioespaciais

Tipologia	Tempo de Deslocamento Casa-Trabalho					Total
	Até 5 min.	6-30 min.	30min- 1h	1h-2h	Mais de 2h	
Rural	102	4.677	3.678	1.791	221	10.469
Popular	223	5.681	13.869	8.102	535	28.409
Médio	27	1.979	2.109	967	89	5.171
Médio Superior	90	4.735	7.580	3.468	318	16.190
Operário e rural	190	9.584	10.751	5.319	430	26.275
Popular Operário	74	5.281	11.301	7.972	806	25.433
Superior	19	255	1.191	605	25	2.095
Tipologia	% Até 5 min.%	% 6-30 min.	% 30 min- 1h	% 1h-2h	% Mais de 2h	Total
Rural	1,0	44,7	35,1	17,1	2,1	100
Popular	1,0	44,7	35,1	17,1	2,1	100
Médio	0,5	38,3	40,8	18,7	1,7	100
Médio Superior	0,6	29,2	46,8	21,4	2,0	100
Operário Rural	0,7	36,5	40,9	20,2	1,6	100
Popular Operário	0,3	20,8	44,4	31,3	3,2	100
Superior	0,9	12,2	56,8	28,9	1,2	100

Fonte: Observatório das Metrôpoles.

7.4 Considerações finais

Consoante se depreende da análise dos movimentos pendulares intrametropolitanos, com base nos dados relativos aos deslocamentos casa-trabalho da população, o fenômeno da mobilidade urbana está intrinsecamente relacionado ao processo de expansão e integração do espaço metropolitano. Nesta perspectiva, concluiu-se o seguinte:

- As desigualdades no tocante às atividades econômicas e à distribuição dos meios de transporte repercutem diretamente sobre o padrão de distribuição dos movimentos pendulares na RMF.
- Os municípios de Caucaia e Maracanaú, nas áreas de concentração de conjuntos habitacionais, permanecem como setores

da metrópole com maior proporção de trabalhadores que executaram movimento pendular, especialmente em direção a Fortaleza. A ocupação destas áreas é resultado da política de planejamento metropolitano, que além de habitação proporcionou meios de deslocamento em massa (trens e ônibus) em direção a Fortaleza.

- Maracanaú, em virtude das indústrias, também se configura atualmente como um polo de atração dos municípios contíguos (Maranguape e Pacatuba).
- Eusébio, município com recente expansão imobiliária voltada para o segmento de média e alta renda, apresentou expressivas taxas de movimento pendular em direção a Fortaleza, associadas ao crescimento da população que residia em Fortaleza e, recentemente, passou a morar no município.
- Horizonte, de industrialização recente, consolida-se como polo de atração de trabalhadores de Pacajus e outros municípios próximos.

Na atualidade, segundo se nota, enquanto os empreendedores assumem uma postura estratégica na escala da RMF ao incorporarem na periferia metropolitana novos objetos imobiliários e grandes unidades de produção industrial, as políticas de planejamento em transporte na escala metropolitana são incipientes, limitando as possibilidades de deslocamento a poucos percursos. Ocorre o reforço da centralidade de Fortaleza e de áreas industriais, e por consequência limitação das oportunidades para trabalhadores, especialmente os da periferia metropolitana.

Referências

ACCIOLY, V. M. (2008). **Planejamento, planos diretores e expansão urbana**: Fortaleza 1960-1992. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ANTICO, Cláudia (2003). **Onde morar e onde trabalhar**: espaço e deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de São Paulo. Tese (Doutorado em Demografia). Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ASCHER, F. (1998). **Metapolis**: acerca do futuro da cidade. Oeiras: Celta.

ARANHA, Valmir (2005). Mobilidade pendular na metrópole paulista. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4. p. 96-109.

BALBIM, Renato (2004). **Mobilidade**: uma abordagem sistêmica. São Paulo: Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/cea/files/2011/12/Renato_Balbim.pdf. Acesso em: 9 de maio de 2013.

BARCELLOS, T. M.; JARDIM, M. L. T. (2009). Movimentos pendulares no Rio Grande do Sul: um foco sobre as aglomerações urbanas. In: ALONSO, José Antônio Fialho; MAMMARELLA Rosetta; BARCELLOS Tanya M. de (org.). **Território, economia e sociedade**: transformações na Região metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, p. 113-134.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de (2005). Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo Perspectiva**. São Paulo, v. 19, n. 4. p. 48-63.

COSTA, Heloisa Soares de Moura (2004). Natureza e mercado imobiliário na redistribuição espacial da população metropolitana: notas a partir do eixo-sul de Belo Horizonte. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais: pobreza, desigualdade e exclusão social, 2004, Caxambu. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. ABEP, Caxambu.

DANTAS, E. W. C. (2009). A formação histórica da metrópole e principais tendências de desenvolvimento. In: PEQUENO, R. (org.). **Como Anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/Letra Capital.

FARIAS, L. A. C. (2012). Movimentos Pendulares da População e Interações Espaciais na Região de Governo do Médio Paraíba/RJ. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012, Água de Lindóia. **Anais / XVIII. Encontro Nacional de Estudos Populacionais: transformações na população brasileira: complexidades, incertezas e perspectivas**, 19 a 23 de novembro de 2012 / Águas de Lindóia, SP: ABEP, 2012. v. 1. p. 1-18.

HIDALGO, R.; BORSODORF, A; E SÁNCHEZ, R (2007). La expansión residencial amurallada en la reconfiguración metropolitana en Santiago de Chile. In: DE MATTOS, C; HIDALGO, R. (orgs.). **Movilidad espacial y reconfiguración metropolitana**. Santiago do Chile: Coleção Eure-Libros,. Disponível em: <http://www.cepal.cl/celade/noticias/paginas/5/28295/RHidalgo.pdf>. Acesso em: 8 de jun. de 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). **Microdados do censo demográfico brasileiro 2010**. Rio de Janeiro.

INCT/Observatório das Metrópoles (2012). **Metrópoles em número**: crescimento da frota de automóveis e motocicletas nas metrópoles brasileiras 2001/2011. Relatório. Rio de Janeiro.

_____. (2012). **Níveis de integração dos municípios** brasileiros em RMs,

RIDES, e AU's, à dinâmica da Metropolização, 2012. Relatório. Rio de Janeiro.

KATZMAN, Rubén (1999). **Activos y estructura de oportunidades**. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay (LC/MVD/R. 180), Montevideo, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).

LENCIONI, Sandra (2011). A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, p. 133-148-148.

_____ (2008). Da metrópole como estratégia desenvolvimentista à metrópole como sobrevivência do capitalismo. In: PEREIRA, P. C. X; HIDALGO, R. (orgs.). **Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana en América Latina**. Santiago do Chile: Alfabeta Artes Gráficas.

MATTOS, C. A. de (2008). Globalización, negocios inmobiliarios y mercantilización del desarrollo urbano. In: PEREIRA, P. C. X; HIDALGO, R. (orgs.). **Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana en América Latina**. Santiago do Chile: Alfabeta Artes Gráficas.

MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M.L.; FIRKOVSKI, O. (2006). Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, p. 121-133.

NOGUEIRA, C. M. (2011). **Expansão metropolitana e dinâmica imobiliária**: o município de Eusébio no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E. (2012). Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**. v. 14, p. 103-116.

PEQUENO, Luis Renato Bezerra (2009). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrôpoles.

PEREIRA JUNIOR, Edílson A (2011). **Território e economia política**: uma abordagem a partir do novo Processo de Industrialização do Ceará. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente.

RIBEIRO, L. C. Q. de MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M.L.; DELGADO, P.R.; DESCHAMPS, M. (2009). **Hierarquização e identificação dos espaços urbanos**. Série Conjuntura Urbana, v.1. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles. v. 1. 172p .

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Gomes Marcelo (2013).

Análise social do território: fundamentos teóricos metodológicos. Rio de Janeiro: Letra Capital.

SALGUEIRO, T. B. (1998). Cidade Pós-moderna: espaço fragmentado. **Revista Território** (UFRJ), Rio de Janeiro, n. 4, jan/jun. pp. 39-53.

SILVA, J. B. da (1992). **Quando os incomodados não se retiram:** uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf.

_____ (2007). A Região Metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; CAVALCANTE, Tércia Correia (Orgs.). **Ceará: novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Edição Demócrito Rocha.

SILVEIRA, N. R. (2011). **O morar permanente na praia:** moradia e vilegiatura na localidade praiana do Icaraí. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.

TELES, G. A. (2005). **Dinâmicas metropolitanas contemporâneas:** Caucaia na Região Metropolitana de Fortaleza. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza.

Desigualdade, vulnerabilidade social e
organização espacial na
Região Metropolitana de Fortaleza

Alexandre Queiroz Pereira
Maria Clélia Lustosa Costa

Resumo: Na atualidade, nas metrópoles, em espaços privilegiados para a acumulação de riquezas, constata-se, historicamente, determinados grupos impedidos de inserir-se no processo de mobilidade social. O espaço urbano metropolitano tem como uma das suas mais importantes características a reunião, ou melhor, a aglomeração. Assim, contraditoriamente, onde as estruturas de oportunidades mais intensamente estão disponíveis (instituições públicas e privadas, bacia de empregos, centros de difusão de tecnologia, concentração do poder político), também está concentrado número significativo de grupos vulneráveis. Nestes termos, torna-se mister analisar os principais indicadores socioeconômicos (renda média familiar, arranjo familiar, condições de moradia e nível educacional do chefe de família) que caracterizam vulnerabilidade, considerando os tipos socioespaciais na escala intrametropolitana da Região Metropolitana de Fortaleza, identificando sua escala de abrangência social e sua dimensão espacial (concentração e/ou dispersão).

Palavras-chave: vulnerabilidade social, estrutura de oportunidades, espaço urbano, Região Metropolitana de Fortaleza, tipologia socioespacial.

Abstract: Today in metropolises in privileged spaces for the increasing of wealth, one can see some groups that are prevented to be part of the social mobility process. The metropolitan urban space has as one of its most important characteristic the meeting, or rather the agglomeration. Therefore, paradoxically, where the structures of opportunities are more intensely available (public and private institutions, places of jobs, technology diffusion centers, concentration of political power), it is also assembled a large number of vulnerable groups. In those circumstances, it is important to analyze the main socio-economic indicators (average family income, family arrangements, living conditions and education of the household head) featuring vulnerability, considering the socio-spatial types in intrametropolitan scale of Fortaleza, Metropolitan Region, identifying its social inclusive range and its spatial dimension (concentration and / or dispersion).

Keywords: social vulnerability, opportunity structure, urban space, Fortaleza Metropolitan Region, socio-spatial typology.

8.1 Introdução

A avaliação da qualidade de vida nos centros urbanos brasileiros não é tarefa simples, à medida que perpassa pela análise de vários condicionantes socioespaciais. Ao público em geral, chama bastante atenção o fato de percentuais elevados da população urbana não dispor de renda monetária suficiente sequer para manutenção das necessidades biológicas. Na atualidade, nas metrópoles, espaços privilegiados para a acumulação de riquezas, constata-se, historicamente, determinados grupos impedidos de inserir-se no processo de mobilidade social.

Políticas públicas destinadas a suplantar a vulnerabilidade socioeconômica das populações devem se basear, em regra, no reconhecimento da teia de conexões entre principais indicadores socioeconômicos (renda média familiar, arranjo familiar, condições de moradia e nível educacional do chefe de família).

Torna-se mister selecionar as variáveis indicadoras da condição de vulnerabilidade social no caso da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), identificando seus respectivos quantitativos, sua escala de abrangência social e sua dimensão espacial (concentração e/ou dispersão).

A Região Metropolitana de Fortaleza é uma das três mais importantes do Nordeste. Conformada por quinze municípios agrega uma população de cerca de 3,6 milhões de habitantes (2010) e Produto Interno Bruto (PIB) de 57,7 bilhões de reais (2011). Fortaleza, a cidade polo, assim como as demais nordestinas é marcada também pela concentração de renda/desigualdades sociais (SILVA, 2009). Para compreender e comparar os fenômenos circunscritos aos espaços intrametropolitanos, o Observatório das Metrópoles propõe uma análise da metrópole a partir da sua estrutura sociocupacional e tipologia socioespacial.¹ Desta forma, o presente capítulo pretende metodologi-

¹ “Para elaboração da tipologia socioespacial são utilizados dois procedimentos: análise de correspondência e análise de *clusters*, que são técnicas correspondentes à análise multivariada. A análise de correspondência diz respeito a um tipo de análise fatorial normalmente aplicada a dados contínuos ou a dados discretos. Esse tipo de análise difere da análise por componente principal – que é o procedimento mais comum – pelo fato de este ser aplicado a dados contínuos. A análise de *cluster* é complementar à análise de correspondência, na aplicação da tipologia socioespacial da Rede Observatório das Metrópoles, por contribuir para definição dos agrupamentos territoriais formados, tendo em vista os critérios utilizados a partir da análise de correspondência. É importante assinalar que tanto a análise de correspondência quanto a análise de *cluster* são métodos de análise multivariada interdependentes, o que significa dizer que, a

camente relacionar os fenômenos que caracterizam a vulnerabilidade social com os tipos socioespaciais da RMF.

Índices de vulnerabilidade socioespaciais foram elaborados por Deschamps (2009) para as regiões metropolitanas do Brasil e por Rosa e Costa (2009) para a RMF, com dados do censo de 2000 (IBGE), utilizando algumas variáveis adotadas como base para este capítulo.

Deschamps (2009) faz uma análise mais quantitativa, mediante a análise multivariada, chegando à elaboração de um índice. Dentre as variáveis, sobressaem as que definem o arranjo familiar, a faixa etária, a renda, a escolaridade e o domicílio. Por sua vez, Rosa e Costa (2009) constroem, através de médias ponderadas, um índice sintético contabilizando variáveis relativas à educação, à renda e à qualidade da habitação.

Para a presente análise, optou-se por não elaborar um índice de vulnerabilidade para a RMF com dados de 2010, atividade a ser realizada posteriormente, no entanto, selecionaram-se algumas variáveis que ajudam a identificar indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Além dos dados quantitativos elaborados a partir de dados disponibilizados pelo IBGE, desenvolveram-se análises qualitativas com base em pesquisas empíricas produzidas pelo núcleo Fortaleza em dissertações e teses sobre a RMF.

Para tal, o capítulo estrutura-se em quatro seções, incluída a introdução, a primeira. Por sua vez, a segunda é constituída por uma revisão bibliográfica acerca do conceito de vulnerabilidade social nos espaços urbanos. A terceira faz uma análise dos principais indicadores socioeconômicos que caracterizam vulnerabilidade, considerando os tipos socioespaciais na escala intrametropolitana. Por fim, a quarta, a conclusão, traz uma síntese do problema tratado apontando nos sete tipos as áreas de ponderação² (APs) mais vulneráveis.

priori, não há relação entre as variáveis utilizadas”. (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013b, p. 33)

² “As áreas territoriais correspondem à área de ponderação, definida pelo IBGE, que decorre da junção (reunião) de setores censitários de cada Censo Demográfico. O setor censitário, por sua vez, corresponde à menor unidade territorial utilizada nos censos demográficos, que compreende em torno de 400 domicílios. A junção dos setores censitários em área de ponderação obedece a critérios de densidade populacional e de contiguidade física”. (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013b, p. 33). Em Fortaleza, a área de ponderação, em alguns casos, coincide com os limites de um ou mais bairros, geralmente, mais populosos.

8.2 Vulnerabilidade social e o contexto metropolitano

O estado de vulnerabilidade é uma síntese de contextos. Para Katzman e Filgueira (2006a), o Estado, o mercado e as demais instituições civis potencialmente propiciam uma estrutura de oportunidades de promoção de mobilidade social. No entanto, grupos sociais vulneráveis apresentam dificuldades em acessar essas oportunidades (bens, serviços e atividades) e transformá-las em ativos. Seguindo esta argumentação “chamamos de vulnerabilidade ante a pobreza ou a exclusão social às situações que surgem quando as configurações de recursos que controlam e podem movimentar os domicílios não são suficientes para aproveitar as estruturas de oportunidade de acesso ao bem-estar” (p. 5). Segundo esta abordagem, as estruturas de oportunidade possibilitam aos domicílios urbanos usufruir seus próprios recursos ou mesmo adquirir outros aptos a elevar sua qualidade de vida. Geralmente, os indivíduos não são capazes de alterar tais estruturas, mas de acioná-las de acordo com suas necessidades e potências. Para entender o alcance destas preferências e capacidades, a análise das características dos domicílios não pode estar deslocada do conjunto no qual estão inseridas (bairro, vizinhança).

Conforme sugere Deschamps (2009), grupos sociais são vulneráveis quando o ambiente doméstico ou o comunitário imputam precariedades que os tornam “mais propensos a enfrentar circunstâncias adversas para sua inserção social e desenvolvimento pessoal ou que exercem alguma conduta que os leva a maior exposição ao risco” (p. 11). Neste prisma, a autora adota como exemplo a situação de pobreza, posto representar resultado e causa de desvantagens no processo de acesso aos ativos sociais.

Em consonância com esta autora, Costa (2009, p. 145) define vulnerabilidade como uma “noção multidimensional, à medida que afeta indivíduos, grupos e comunidade em planos distintos de seu bem-estar, de diferentes formas e intensidade”. Segmentos populacionais vulneráveis estão mais suscetíveis aos riscos promovidos por mudanças no panorama global-local contemporâneo (ondas de modernização da base produtiva, inflação, exigência de maior qualificação profissional dos recursos humanos, valorização do solo urbano, por exemplo). Ao discutir o assunto, a metodologia desenvolvida pela Fundação SEADE para elaboração do Índice Paulista de Vulnerabilidade propõe uma quantificação-qualificação da vulnerabilidade.

Desse modo, a vulnerabilidade à pobreza não se limita a considerar a privação de renda, mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso aos serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas, etc. (SEADE, 2013, p. 8)

Outra fonte a mencionar os conceitos de exclusão e vulnerabilidade social é o relatório produzido pelo DIEESE (2007). O primeiro conceito, e também mais antigo, foi proposto no e para o contexto europeu, evocando outra organização social que não reflete o caso de países como o Brasil (países periféricos do capitalismo). O segundo define-se pela “fragilidade do vínculo social antes de sua ruptura” (p. 12) e está diretamente associado à precariedade do trabalho e à fragilidade dos benefícios gerados pelas relações familiares e sociais.

Contraditoriamente, onde as estruturas de oportunidades mais intensamente estão disponíveis (instituições públicas e privadas, bacia de empregos, centros de difusão de tecnologia, concentração do poder político), também está concentrado número significativo de grupos vulneráveis. Frequentemente, as desigualdades sociais expressas no tecido urbano apresentam diferenciais importantes, o que remete a níveis de vulnerabilidade social distintos. Baixa renda monetária, baixo nível de escolarização formal, habitações com condições materialmente precárias, arranjo familiar (mães ou pais solteiros com filhos como dependentes) são elementos significativos para o estudo dos grupos vulneráveis moradores das metrópoles brasileiras (DESCHAMPS, 2009).

Em consonância com as bases teóricas elaboradas por Kaztman et al (2006a), Cunha et al (2006) o conceito de vulnerabilidade social assume validade diante do entendimento do espectro de desigualdades sociais característico das metrópoles brasileiras. Ao entender o caso da cidade de Campinas (SP), os autores avaliam que as condições precárias de moradia, de qualidade ambiental e de propriedade se agregam negativamente e favorecem o processo de desagregação social imposta aos “periferizados”.

É neste sentido que o fenômeno da vulnerabilidade, [...], apesar da íntima relação com o processo de segmentação (ou segregação)

socioespacial, cria novas alternativas na identificação e análise das estratégias utilizadas pela população para dirimir ou mitigar a acumulação de carências urbanas (CUNHA et al., 2006, p. 146).

As desigualdades sociais na escala metropolitana também foram identificadas na elaboração do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU)³ (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013a). Análise elaborada por Pereira e Marinho (2014) demonstra a precariedade dos serviços e infraestrutura no contexto socioespacial no qual estão inseridos os domicílios urbanos da Região Metropolitana de Fortaleza. De acordo com os autores, as melhores condições localizam-se na cidade de Fortaleza, mais precisamente em bairros historicamente reconhecidos pela habitação de estratos sociais altos e médios (Aldeota, Meireles, Praia de Iracema, Dionísio Torres, Fátima, Parquelândia, Edson Queiroz, Papicu, entre outros). Para além deste núcleo, observa-se uma periferia multifacetada e com condições distintas de bem-estar. Souza (2006) reflete sobre o processo de constituição do tecido urbano da capital e descreve a situação do saneamento básico nas periferias paupérrimas e ocupações habitacionais do tipo favela.

Com efeito, a maior parte da população de Fortaleza utilizava fossas sépticas e, nos bairros da periferia urbana e nas *favelas*, as águas usadas corriam a céu aberto, gerando graves problemas sanitários, como, por exemplo, a poluição do lençol freático. A prática de ligar os esgotos dos domicílios ao sistema de drenagem era frequente, e ainda permanece em algumas áreas, aumentando a poluição dos recursos hídricos e das praias (SOUZA, 2006, p. 152).

Em estudo já mencionado, Costa (2009), fundamentada nos dados da PNAD e do Censo Demográfico de 2000, contextualiza as características básicas do arranjo familiar na Região Metropolitana de Fortaleza. O estudo parte da análise da renda, do tipo de moradias e da estrutura familiar. Dentre os resultados obtidos sobressaem: 25% das famílias tinham renda familiar mensal *per capita* até um salário mínimo; em bairros de classe média da cidade de Fortaleza, como o Parque Dois Irmãos, 29,13% dos domicílios eram considerados peque-

³ O IBEU expressa seus resultados numericamente por meio de uma escala que varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, melhores as condições de bem-estar urbano (mobilidade urbana, serviços públicos, infraestrutura urbana, meio ambiente, etc.). Para mais detalhamento, consultar o capítulo 10, deste livro.

nos (até três cômodos); em áreas periféricas da região metropolitana (tipo rural), 17,13% das famílias tinham mais de quatro filhos; e, em bairros considerados populares e periféricos, destacavam-se as maiores proporções de adolescentes com experiência reprodutiva (entre 10% e 12%). Essa concepção se coaduna com os princípios postulados pela CEPAL, ampliando assim a noção de vulnerabilidade social e permitindo planejamento de estratégias de superação de desigualdades.

La vulnerabilidad es un tema emergente, que se plantea reiteradamente en los análisis de la cuestión social en los albores del siglo XXI, así como en el debate sobre las políticas públicas destinadas a reducir la pobreza, promover la movilidad social ascendente y garantizar el ejercicio de la ciudadanía (CEPAL, 2002, p. 1).

O contexto em destaque vai ao encontro a necessidade de compreensão destes componentes no entendimento do quadro de vulnerabilidade social na metrópole cearense. Para Souza (2006), a aceleração da expansão urbana de Fortaleza e a precariedade da economia urbana local (problemas na geração de emprego e, acompanhada, de subemprego) são condicionantes da produção de uma metrópole marcada pela segregação socioespacial. Teoricamente, Sposito (2013) sugere o uso do referido conceito quando há separação radical e rompimento relativo “entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana”. (p. 65).

Como demonstrado nos capítulos anteriores, a RMF é marcada pela desigualdade e segregação socioespacial. Observa-se esta desigualdade não só nas estatísticas, nas tabelas, mas principalmente na paisagem da região metropolitana, onde se podem constatar áreas de ponderação com mais de 70% da população com renda familiar *per capita* superior a três salários mínimos, enquanto em outros a razão é inversamente promocional, onde 90% da população auferem renda inferior a meio salário mínimo. *Grosso modo*, o primeiro grupo autossegrega-se em condomínios de luxo, enquanto o segundo está segregado nas favelas, nas áreas de riscos ou em loteamentos periféricos distantes dos espaços centrais, sem infraestrutura nem serviços. Em meio a esta conjuntura, encontram-se indivíduos e grupos mais vulneráveis em razão não só da baixa renda, mas também da incapacidade de acessar as estruturas de oportunidades ou superar os problemas, ou seja, pela estrutura familiar incompleta, pela falta de acesso a serviços de saúde

e educação de qualidade, pela distância e custo para movimentar-se para os locais de trabalho e espaços de lazer.

Ao longo da descrição de características socioeconômicas da população e dos domicílios inseridos nos tipos socioespaciais da Região Metropolitana de Fortaleza, pretende-se evidenciar que as condições de vulnerabilidade ora constatadas são fenômenos complexos, histórica e espacialmente determinados.

8.3 Vulnerabilidade social e os tipos socioespaciais na RMF em 2010

Com base nos estudos já citados (DESCHAMPS, 2009; ROSA; COSTA, 2009), foram selecionadas variáveis consideradas representativas para caracterizar a vulnerabilidade social, apontando os valores mínimos e máximos que demonstrassem os contrastes sociais entre os tipos socioespaciais. Destacam-se a renda familiar *per capita*, o nível educacional do chefe de família, as condições de moradia (densidade de habitantes por cômodo, número de banheiros) e o arranjo familiar (mulheres sem cônjuge chefiando a família e número de membros da família).

Para a análise qualitativa, o recorte espacial utilizado foram as áreas de ponderação, as quais, relacionadas à estrutura sociocupacional, estão agrupadas em tipos socioespaciais, questão tratada no capítulo 5 sobre a organização social na RMF.

8.3.1 Tipo superior: a menor vulnerabilidade social da RMF

O tipo superior é um dos mais homogêneos, em termos de renda *per capita* familiar, nível educacional do chefe de família, condições de moradia, etc. Nele, as categorias sociocupacionais detentoras de maior densidade são os empresários, os dirigentes do setor público e privado e os profissionais de nível superior, em especial, os professores universitários. Isto justifica o percentual de 50% de renda superior a três salários mínimos.

Neste tipo, apenas 13,08% da população têm renda familiar *per capita* até meio salário mínimo, enquanto 49% contam com mais de três salários mínimos *per capita*. Para o ano de 2014, cujo salário mínimo foi de R\$ 724,00, cada membro da família teria uma renda de R\$ 2.172,00 e uma família de quatro pessoas teria no mínimo uma renda

mensal total de R\$ 8.688,00. Estes valores são mais elevados nas APs de Meireles, com 72%, e Aldeota, com mais de 67% da população com renda *per capita* superior a três salários mínimos. No entanto, as áreas de ponderação mais heterogêneas deste tipo, de grande interesse para expansão imobiliária, onde resistem favelas e alojamentos precários, como é o caso da AP de Cocó/Cidade 2000/Manuel Dias Branco/Praia do Futuro e da AP de Mucuripe/Varjota/Papicu/De Lourdes, o percentual de população apresentando renda *per capita* inferior a meio salário mínimo (R\$ 362,00) é um pouco mais elevado do que a média geral, 22% e 18,69%, respectivamente.

Estas elevadas rendas justificam a presença de 53,46% dos domicílios com pelo menos três banheiros e apenas 0,49% sem banheiros (0,49%), como também a baixa densidade de morador por cômodo, ou seja, de três ou mais dividindo um cômodo (0,19%). As APs que coincidem com os bairros de Meireles, Aldeota e Fátima não apresentaram nenhuma moradia nestas condições, e apenas 2,03%, 2,5% e 5,69%, respectivamente, tinham domicílios com até três cômodos. No total, este tipo contava com 7% de domicílios com até três cômodos.

Neste tipo, as famílias são menores, ou seja, somente 8,9% da população vivem em famílias com mais de seis membros. Portanto, é reduzido o número de famílias estendidas, onde convivem várias gerações no mesmo domicílio. Chama atenção o Meireles, onde 10,7% vivem em grandes famílias, provavelmente pelo elevado preço do solo e aluguéis, e pela presença da Favela do Campo do América, de alta densidade populacional. Este tipo também se destaca pelo número reduzido de moradores por domicílios. Ou seja, 50% dos habitantes vivem em famílias com até três membros.

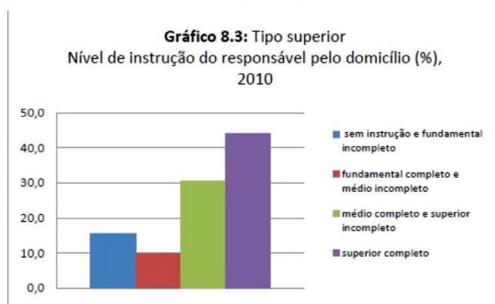
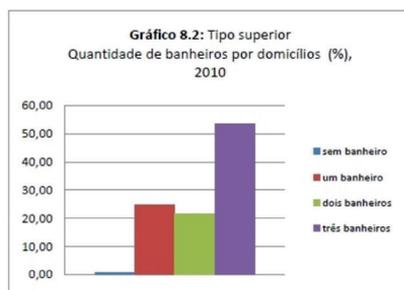
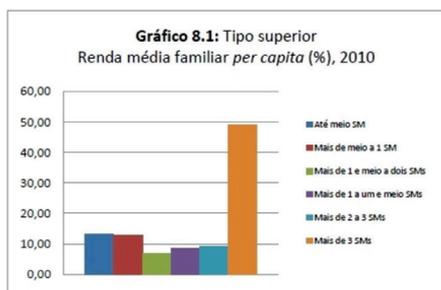
Característica da sociedade moderna, na qual a mulher atinge independência econômica, neste tipo como nos outros, uma média de 12,2% da população vive em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge. Destaca-se o consolidado e tradicional Bairro de Fátima/José Bonifácio, com maior percentual do tipo superior, 14,4%. Isto pode ser explicado não só pela presença de mulheres economicamente independentes, mas também pelo seu estado civil: viúvas e separadas, provavelmente, não fazem parte de famílias vulneráveis, já que no bairro 43,57% têm renda *per capita* superior a três salários mínimos. Também é grande o número de casais que vivem sem filhos, 11%. No entanto, no Bairro do Meireles esta taxa chega a 17,4%, talvez em face da presença de uma população idosa, de aposentados, chefes de família com

mais de 65 anos, viúvos, em que predominam as categorias sócio-ocupacionais (Cats).⁴ de formação superior, com presença de dirigentes e, logo, com rendas mais elevadas. Neste tipo, identificaram-se os maiores percentuais de população idosa em relação ao total de habitantes (10,1%), principalmente nos bairros Meireles (12,97%), Joaquim Távora/Dionísio Torres (12,7%) e Fátima/José Bonifácio (12,1%), onde é intensa a população com idade superior a 64 anos.

Como era de se esperar em um tipo onde ocorrem as maiores densidades das Cats. de empresários, dirigentes, professores universitários, 44,2% de chefes de família têm formação de nível superior completo, ressaltando-se Meireles, com 58,8%, e Aldeota, com 58%. O percentual de pessoas vivendo em lares onde o responsável pelo domicílio não tem instrução ou tem o fundamental incompleto no tipo é de 15,4%, mas este valor cai ainda mais no Meireles, 5,65%, e na Aldeota, 6,82%.

No entanto, as APs mais heterogêneas, as de expansão imobiliária convivendo com favelas e áreas de risco, como tratado anteriormente, apresentam percentuais mais elevados. Na AP Cocó/Cidade 2000/Manuel Dias Branco/Praia do Futuro, 23,4%, Mucuripe/Varjota/Papicu/De Lourdes, 22,68%, e Salinas/Guararapes/ Engenheiro Luciano Cavalcante/Parque Manibura, 20,56% dos chefes de família possuem menor instrução formal.

⁴ “[...]em que consiste na classificação dos grupos ou classes sociais a serem utilizadas, a pesquisa adotou a concepção de Sorokin, que orientou a descrição das estruturas sócio-espaciais, sua dinâmica de organização e a respectiva avaliação, através de um sistema de categorias sócio-ocupacionais, criadas a partir dos códigos ocupacionais utilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Nesse momento, portanto, foram mensuradas as distâncias sócio-econômicas entre os grupos em função da sua concentração e dispersão no território, na medida em que se utiliza a ocupação como variável, organizada em grupos dispostos em uma hierarquia fundada em dicotomias direção/execução, manual/não-manual, função superior/inferior”. (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013b, p. 31).



Fonte: IBGE-Censo Demográfico (Microdados 2010)

No tipo socioespacial superior, único inserido totalmente na zona leste de Fortaleza, área de grande prestígio social e com elevados preços do solo, a população apresenta menor vulnerabilidade social, como pode ser comprovado pelos dados de renda, nível educacional, etc. O tipo superior destoa de toda a RMF, a demonstrar a grande concentração de renda da RMF, do Ceará e Nordeste do Brasil, em uma pequena área da zona leste de Fortaleza. Ali, mais de 50% têm renda acima de três salários mínimos e 44,2% dos chefes de família possuem nível superior, enquanto nos outros tipos médio-superior e superior a renda gira em torno de 10% (Gráficos 8.1, 8.2 e 8.3).

8.3.2 Tipo médio-superior: grande heterogeneidade, crescimento territorial e populacional

O impacto da alteração na agregação de APs, principalmente em Fortaleza, onde o número foi reduzido de 71 para 55, as tornou mais heterogêneas, juntando bairros de classe média com áreas de ocupação recente e precária, sobretudo no tipo médio-superior, que concentra a maior população da RMF, com 844.190 habitantes.

Em comparação com o recorte efetuado em 2000, o tipo médio-superior se expandiu em direção ao sul e sudoeste de Fortaleza incor-

porando áreas mais consolidadas, com boa infraestrutura e serviços, bairros operários e conjuntos habitacionais, inseridos no mercado imobiliário formal, ampliando a diversidade das Cats. Cresceu a participação de Cats. do setor secundário e do terciário, onde predominaram profissionais contratados, professores de nível superior, pequenos empregadores e ocupações médias e terciárias especializadas. Alteram-se um pouco as categorias sócio-ocupacionais, em virtude da mobilidade social, disseminação da educação superior e do empreendedorismo, favorecendo o aumento da renda dos seus moradores. A presença de boa infraestrutura e serviços, a proximidade da área central, o aumento da renda local, propiciam a produção de novos empreendimentos imobiliários, a verticalização destes bairros e a formação e/ou consolidação de centralidades (Parangaba, Messejana, Montese, José Walter, Mondubim) em torno de shopping centers e grandes supermercados, como também a atração de outras atividades comerciais e serviços diversificados. Este tipo é, portanto, marcado pela elevada diversidade de moradores. Nele, agora se encontram duas APs de Caucaia, antes consideradas popular operária, acompanhando a BR-222. Caucaia 6 corresponde ao Bairro Conjunto Tabapuá, e conta com extensa zona de mangue e população em área de risco, e Caucaia 8 corresponde ao consolidado Conjunto Nova Metrópole, construído com recursos do BNH, com oferta diversificada de serviços, em processo de formação de uma nova centralidade.

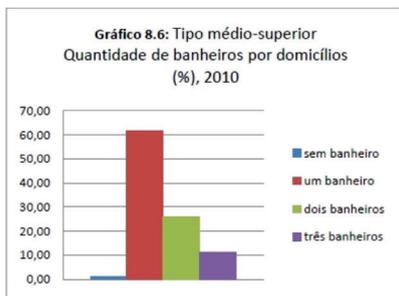
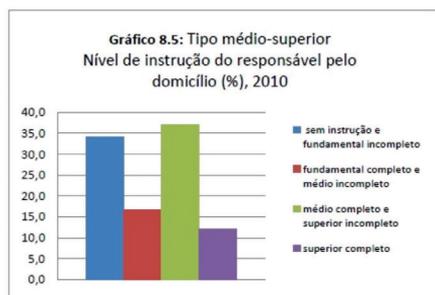
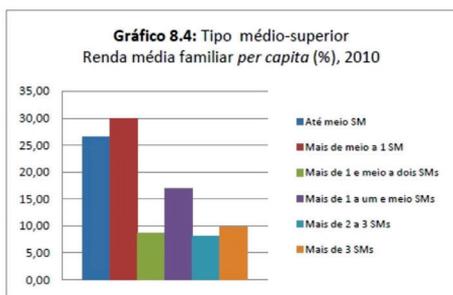
Neles, a distribuição da renda é diversa, pois 26,6% da população do tipo têm renda *per capita* até meio salário mínimo e 55% ganham até um salário mínimo *per capita*. Apenas 9,7% dos moradores dispõem de renda familiar *per capita* superior a três salários mínimos, bem abaixo das do tipo superior, com 49%. As maiores rendas estão na Parquelândia/Parque Araxá/Amadeu Furtado, onde 23,5% da população possuem renda *per capita* superior a três salários mínimos. As menores rendas, até meio salário *per capita*, encontram-se em Caucaia 6 (Tabapuá e áreas de risco), com 40,3%, Álvaro Weyne/Carlito Pamplona, com 35,9%, Jardim Cearense/Dendê/Parque Dois Irmãos, com 35,3%, e Mondubim, com 34,6%, estas últimas Fortaleza.

Quanto ao nível de instrução do chefe de família, apenas 12% tinham o superior completo, 37,1% o médio e o superior incompleto; no entanto ainda era elevado, 34,2%, o percentual dos responsáveis sem instrução ou com o fundamental incompleto. Como observado, os maiores percentuais estavam nas APs Rodolfo Teófilo/Benfica/Damas, com 24,5%, Alagadiço/Vila Ellery/Presidente Kennedy, com

20,8%, Parquelândia/Parque Araxá/Amadeu Furtado, com 20,8%, Centro/Praia de Iracema/Arraial Moura Brasil, com 19,9%, e Gentilândia/Jardim América/Bom Futuro/Parreão, com 19,8% de chefes de família com nível superior completo.

Ainda como observado, as condições de habitação são razoáveis, pois somente 0,34% da população do tipo médio superior estava abrigada em condições de alta densidade de morador por cômodo (três ou mais) e 13,45% dos moradores alojavam-se em casas de até três cômodos. Havia 1% de domicílios sem banheiro e 11,3% com pelo menos três banheiros. Destaque para a AP Centro/Praia de Iracema/Arraial Moura Brasil com o percentual de 31,48% de domicílios de até três cômodos. Isto talvez se justifique pela presença de quitinetes na zona central e na Praia de Iracema, área de lazer e turismo.

Neste tipo, apenas 8,98% das pessoas vivem em famílias com mais de seis membros, semelhante à do tipo superior. As APs nas quais ocorreram maior percentual foram a de Caucaia 6 (10,5%), onde se localiza o consolidado Conjunto Habitacional Nova Metrópole e Jardim Cearense/Parque Dois Irmãos (10,4%), em Fortaleza. Por sua vez, o tipo médio-superior apresenta percentual de quase 50% com famílias com até três membros.



Fonte: IBGE-Censo Demográfico (Microdados 2010)

Nos tipos médio-superior e médio, as condições de renda e arranjo familiar são semelhantes, todavia, o percentual de chefes de família com ensino superior na primeira (12%) é inferior ao do tipo médio (16,9%). O tipo médio-superior mantém-se localizado, sobremaneira, em bairros com ocupação consolidada por estratos de classe média e de trabalhadores com ascensão de renda. No conjunto atual deste tipo foram inseridas áreas de ponderação que nos anos 2000 compunham o tipo popular operário (Gráficos 8.4, 8.5 e 8.6).

8.3.3 Tipo médio: expansão prospectiva de domicílios menos vulneráveis

Espacialmente, as APs estão contíguas, com maior número na zona leste de Fortaleza. Elas se iniciam na Vila União/Aeroporto/Alto da Balança, descem para sul (Passaré) e se expandem em direção ao Edson Queiroz/Sabiaguaba e Cambeba/José de Alencar/Curió. Ilhada, cercada pelo tipo médio, encontra-se a AP Luciano Cavalcante, do tipo superior. Além destas, mais isoladas, estão o Cais do Porto/Vicente Pinzón e Caucaia 4, a única AP de outro município metropolitano a compor este tipo, em decorrência das suas características de área de investimentos imobiliários e turísticos.

Este tipo, como o anterior, é heterogêneo e marcado pelas contradições. As APs são de ocupação mais recente, com exceção do Cais do Porto, área de favela e de atividades portuárias, estancagem de combustível, moinhos de trigo, indústria de asfalto, margarina, etc. Na maioria das APs, trata-se de áreas de expansão imobiliária, com condomínios, loteamentos, convivendo com favelas e áreas de risco. Conta com 35,4% da população com *renda per capita* até meio salário mínimo e quase 64% até um salário mínimo. Neste tipo, 10,88% possuem renda familiar superior a três salários mínimos *per capita*, percentual maior do que o encontrado no tipo médio-superior (9,7%). No entanto, a AP Cambeba/José de Alencar/Curió, onde se localiza o Centro Administrativo do Governo do Estado do Ceará, cercada de condomínios em construção, alcança maior percentual, 20,6%.

Também nesta categoria, seguindo o eixo da Avenida Washington Soares, estão as APs Edson Queiroz/Lagoa da Sapiranga, com 18,41%, e Jardim das Oliveiras/Cidade dos Funcionários, com 17,49% de moradores com renda familiar *per capita* acima de três salários mínimos. No Bairro Edson Queiroz encontra-se a sede da maior universidade privada (Unifor), inaugurada em 1973, várias faculdades e colégios

de ensino médio e o maior shopping center de Fortaleza, Iguatemi, inaugurado em 1982.

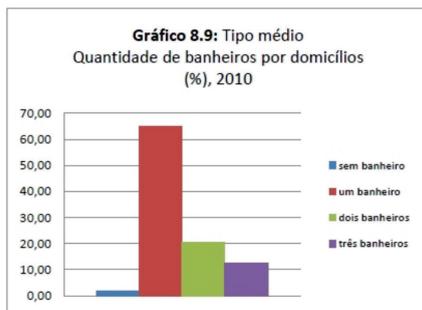
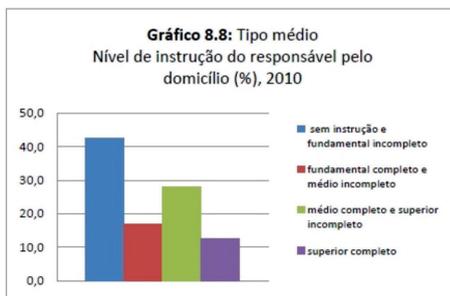
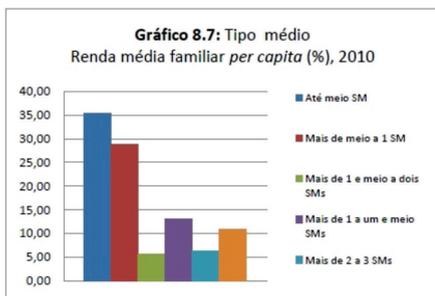
As menores rendas *per capita* estão em Caucaia 4, com 47,8% da população percebendo até meio salário mínimo e 71,7% até um salário mínimo, englobando as localidades litorâneas de Cumbuco, Tabuba, Icarai, Pacheco e Iparana. Também é a AP com o maior percentual de domicílios sem banheiro, 5%, índice elevado se comparado à média do tipo (1,8%). Além de atividades típicas de zona litorânea (hotéis, casas de veraneio) é perceptível o processo de transformação de segunda para primeira residência, abrigando trabalhadores de Fortaleza e do Porto do Pecém (São Gonçalo do Amarante), o que explica o movimento pendular de saída deste município.

Já a AP do Cais do Porto/Vicente Pinzón, em razão das características já mencionadas, apresenta mais de 47% da população com renda *per capita* até meio salário mínimo e 74,8% com até um salário mínimo. Somente 5,7% da população auferem mais de três salários mínimos.

Como evidenciado, o percentual de chefes de família com nível superior completo (16,9%) foi bem acima do percentual do tipo médio-superior (12%). Ademais, 31,5% tinham o ensino médio e o superior incompleto. No entanto, 42,5% não tinham instrução ou contavam com apenas o ensino fundamental incompleto. Estes dois últimos tipos se aproximam muito em termos de nível de instrução do chefe de família, como também nas características dos domicílios. Apenas 0,64% dos moradores estão alojados em domicílios com mais de três pessoas por cômodo.

No entanto, o tipo médio-superior é o que detém a maior população, 844.190 habitantes, e número de domicílios, 249.417, enquanto o tipo médio conta com quase a metade, ou seja, 472.235 habitantes e 134.619 domicílios.

Em termos de arranjo familiar, 11,7% das famílias são chefiadas por mulheres sem cônjuge e com filhos e 11,6% são de famílias grandes, ou seja, com mais de seis filhos. As maiores famílias foram encontradas na AED Edson Queiroz/Lagoa Sapiranga, 18,5% (Gráficos 8.7, 8.8 e 8.9).



Fonte: IBGE-Censo Demográfico (Microdados 2010)

Territorialmente, o tipo médio enquadra-se numa área estratégica do mercado imobiliário, próximo onde se concentra o tipo superior, com exceção da área litorânea de Caucaia, esta voltada para o turismo e residências de classe média. Em termos perspectivos, o tipo médio tem maior probabilidade de, nas próximas décadas, concentrar maior número de Cats. consideradas superiores. Isto se dá em virtude tanto dos investimentos privados (terciário e imobiliário) como dos inúmeros investimentos públicos no sistema viário, metroviário, além de equipamentos de lazer, negócios e eventos.

8.3.4 Tipo popular operário: desdobramentos da atividade industrial

Este tipo, além de alguns consolidados bairros operários de Fortaleza, próximo às zonas industriais da Francisco Sá, Antônio Bezerra e de Parangaba, se encontra também em bairros e distritos de municípios industrializados, como Caucaia, Maracanaú e Pacatuba, onde foram construídos conjuntos habitacionais. Ao contrário das outras tipologias, esta é mais fragmentada, as APs não são contíguas, mas localizadas nas imediações das indústrias e dos distritos industriais. No entanto, é o tipo mais homogêneo, pois nele não há grandes

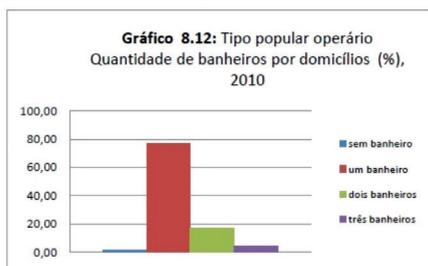
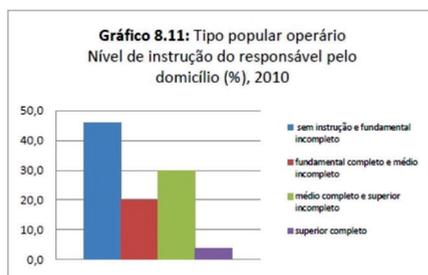
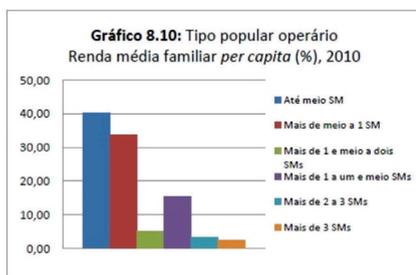
diferenças de renda, nível de instrução e arranjo familiar, o que não justifica detalhar por AP.

Nele apenas 2,43% da população têm renda superior a três salários mínimos, a demonstrar a diferença de renda em relação ao médio-superior (9,7%) e médio (10,8%). A maior parte da população, 40,21%, possui renda de até meio salário mínimo e 73,95% inferior a um salário mínimo. As melhores rendas estão em Vila Velha/Jardim Guanabara, com 4,65% dos moradores com renda superior a três salários mínimos.

Quanto ao nível educacional, somente 2,7% possuem nível superior, enquanto 46% não têm instrução ou têm apenas o ensino fundamental incompleto. Com o ensino médio completo e o superior incompleto estão 29,9% dos moradores deste tipo.

Ademais, os dados das condições de moradia se assemelham ao tipo médio. Dos domicílios, 2.794, ou seja, 1,45%, viviam em domicílios sem banheiro; 880 (0,46%) em domicílios com mais de três moradores por cômodo; e 28.287 (14,67%), em moradias com até três cômodos. Quanto ao arranjo, 11,9% tinham famílias com mais de seis membros, e 12% chefiadas por mulheres com filhos e sem cônjuges, taxa semelhante às das outras tipologias.

Neste tipo, observa-se maior vulnerabilidade dos responsáveis pela família no referente ao nível de instrução e renda. Como já informado, apenas 2,43% tinham renda superior a três salários mínimos e 2,7% nível superior. Era elevado o percentual dos responsáveis sem instrução ou com fundamental incompleto, 46,1%. Se forem adicionados os com médio incompleto (20%), estariam nesta condição 66,1% dos chefes de família (Gráficos 8.10, 8.11 e 8.12). Mediante os baixos níveis de escolaridade formal, deduz-se que tais famílias são mais vulneráveis às mudanças tecnológicas e organizacionais das atividades produtivas.



Fonte: IBGE-Censo Demográfico (Microdados 2010)

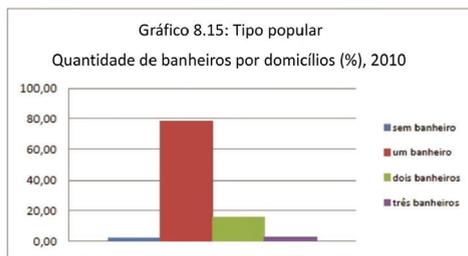
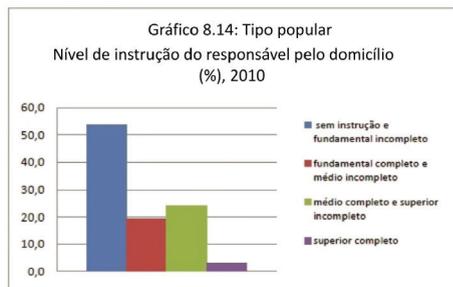
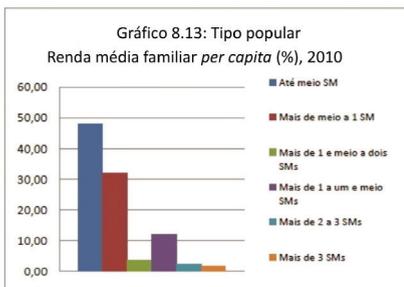
Como observado, os domicílios incluídos no tipo popular operário situam-se nas imediações das antigas e novas bacias de emprego industrial. Embora os inúmeros conjuntos habitacionais construídos nas décadas de 1980 proporcionem condições domiciliares menos vulneráveis (número de banheiros e relação morador/número de cômodos adequados), os níveis de renda e escolaridade formal são baixos. Neste sentido, a limitada formação profissional associada ao trabalho industrial de menor exigência de qualificação imputa a estes chefes de família vulnerabilidade às mudanças promovidas pelo processo de reestruturação produtiva, que vem provocando, mundialmente, redução do número de empregos no chão de fábrica.

8.3.5 Tipo popular: precariedades permanecem ao longo desta década

Grande parte deste tipo é formada por seis APs do município de Caucaia, três de Maracanaú e nove de Fortaleza. Nele a renda *per capita* de 47,99% da população é de até meio salário mínimo e de 80% inferior a um salário mínimo. Apenas 1,70%, ou seja, 10.270 pessoas têm renda *per capita* superior a três salários mínimos, e as maiores rendas do tipo popular estão em Fortaleza, nas APs de Ancuri/Paupina/Pedras/São Bento, com 3,76%, ou seja, 1.807 pessoas, e Genibaú/Conjunto Ceará, com 3,06%, isto é, 1.825 pessoas com renda *per capita* superior a três salários mínimos.

Por sua vez, as APs nas quais se concentram os responsáveis com maior nível de instrução, superior completo, estão em Caucaia 1 (5,8%, com 288 pessoas), onde se localiza o Conjunto Ceará, Janguarussu (5,1%, com 701 pessoas), em Fortaleza, e em Maracanaú 2, no Distrito Industrial (5,1% com 217 pessoas). No total do tipo, 2,9% da população, ou seja, 4.833 moradores, têm nível superior. No entanto, 89.911 deles, isto é, 53,9% da população, não possuem instrução ou têm apenas o fundamental incompleto. Ao se somar com os que detêm o médio incompleto (19,2%), este índice atinge 73,1% da população. E ainda: as famílias apresentam-se maiores com 14,8% com mais de seis membros, superior à do tipo popular operário (11,9%).

Neste tipo, com 605.668 habitantes, 14,48% da população vivem em pequenas casas, com menos de três cômodos, mas a densidade por cômodo é baixa, ou seja, 0,64% divide um cômodo com duas ou mais pessoas. Quanto às APs com maior número de moradores vivendo em domicílios sem banheiro, sobressaem a de Canindezinho, em Fortaleza, com 472 domicílios (3,24%), Maracanaú 6, com 247 pessoas (5,16%), Caucaia 3, com 266 (4,91%), e Caucaia 1, com 212 pessoas (4,22%). No total do tipo, 2.794, ou seja, 2,48% dos domicílios, não dispõem de banheiros e apenas 15,9% dispõem de dois banheiros. Índices bem contrastantes com os identificados nos tipos superior e médio-superior (Gráficos 8.13, 8.14 e 8.15).

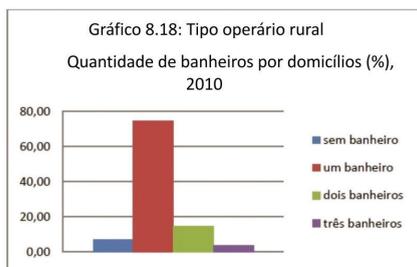
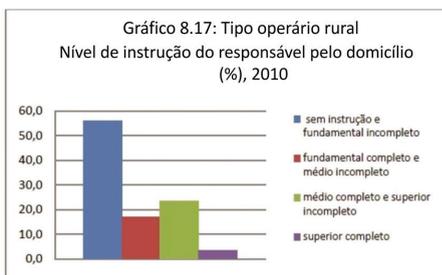
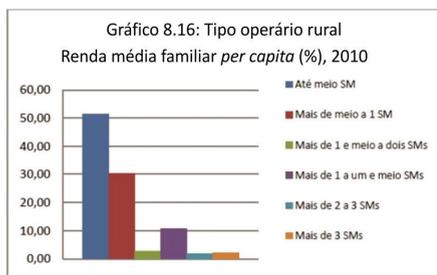


Fonte: IBGE-Censo Demográfico (Microdados 2010)

A vulnerabilidade social da população nas APs do tipo popular requer mais atenção. Ao comparar os dados constatados em 2000, evidencia-se um quadro inercial, melhor dizendo, transcorrida uma década, a concentração de categorias sócio-ocupacionais de menor remuneração e nível educacional não se modificou o suficiente para reduzir a densidade de precariedades características de tais APs. Bairros como Siqueira, Canindezinho, Planalto Airton Senna, Granja Lisboa, Conjunto Palmeiras constam nos estudos urbanos como recantos da inclusão social marginal, caracterizados ainda por favelas, ocupações em áreas de riscos naturais e sociais, áreas de criminalidade violenta derivada de disputas entre gangues e tráfico de drogas. Tal contexto avança em direção aos municípios de Caucaia e Maracanaú, a demonstrar as contradições do processo de metropolização, associada à segregação socioespacial. Essas áreas devem constituir prioridade na agenda dos governos municipais e estadual, no intuito de aumentar os investimentos na infraestrutura urbana, no transporte coletivo, em programas de educação, cultura e lazer. Pela caracterização apresentada, estas condições são uma realidade promovida não apenas por aspectos conjunturais, mas também por estruturais, remetendo ao processo histórico de formação da cidade de Fortaleza e da região metropolitana.

8.3.6 Tipo operário rural: integração metropolitana deficitária

As APs deste tipo estão totalmente fora de Fortaleza. São municípios evidenciados por indústrias, mas ainda com grandes vazios, zonas litorâneas e áreas agrícolas de subsistência e com baixa densidade populacional. Além das APs de Caucaia, Maracanaú e Maranguape, é importante destacar a presença das sedes municipais de Aquiraz, Eusébio, Horizonte, Pacajus, Pacatuba e Itaitinga. Nestes municípios, mais de 50% da população têm renda *per capita* até meio salário mínimo e mais de 80% renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo. Muitos trabalham nas indústrias, em atividades agrícolas ou são idosos aposentados por idade ou pela atividade rural. Quase 8 mil pessoas, ou seja, 2,09% da população total (380.104 habitantes), têm renda superior a três salários mínimos (Gráficos 8.16, 8.17 e 8.18).



Fonte: IBGE-Censo Demográfico (Microdados 2010)

Consoante mostram os dados, as melhores rendas do tipo rural estão em Itaitinga (1,41%), Pacatuba centro (1,56%), Pacajus sede (1,83%), Aquiraz sede/Faixa litorânea (3,31%), Eusébio sede (4,97%), Eusébio Santo Antônio (8,59%). Esta última AP corresponde à zona de condomínios de luxo de Eusébio, com percentual semelhante ao encontrado no médio-superior e no médio.

Do total da população, 55,8% não têm instrução ou cursaram apenas o fundamental incompleto. Neste tipo, 3.450 pessoas, ou seja, 3,4%, atingiram o nível superior do ensino. Os maiores índices se referem às APs com maior renda, Aquiraz sede/Faixa litorânea, Eusébio sede, Eusébio Santo Antônio, 6,2%, 5,4% e 6,2%, respectivamente.

Neste tipo, as condições sanitárias são mais precárias, com 6,93% dos domicílios sem banheiro. Na AP Pacajus sede existem 1.181 domicílios, ou seja, 14,91% de habitações sem banheiro. É também significativo o número de pequenas habitações com até três cômodos (13,31%). Nestas condições vivem 14 mil pessoas.

Ademais, as famílias são maiores e 14,7 % da população mora em lares com mais de seis pessoas, índice semelhante ao do tipo popular (14,8%). No entanto, o índice de famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge cai para 9,8%, menor do que o encontrado no outro tipo (11,6%), característica mais apropriada às áreas agrícolas, de famílias mais tradicionais, com mulheres mais dependentes.

Pelo exame da vulnerabilidade social no tipo operário rural demonstra-se a diversidade inerente às metrópoles nordestinas. Nelas, principalmente, observam-se as características do modo de vida semelhante ao da vida rural, com famílias mais extensas, menor percentual de mulheres responsáveis pela família com filhos, condições de infraestrutura sanitária mais precárias, maior percentual de trabalhadores agrícolas e extrativistas. Contudo, é fundamental destacar a heterogeneidade de algumas APs, sobretudo as áreas de expansão urbana recente, de interesse do mercado imobiliário. Nestas áreas, estão sendo construídos condomínios verticais e horizontais de luxo para categorias sócio-ocupacionais com elevada renda e nível educacional, mas nelas ainda predominam populações tradicionais (pescadores artesões, agricultores) e trabalhadores com baixa qualificação profissional.

8.3.7 Tipo Rural: transição rural-urbano e as vulnerabilidades inerentes

Os municípios de São Gonçalo do Amarante, Guiauba, Chorozinho, Pindoretama, e Cascavel estão totalmente inseridos no tipo rural. Além destes, têm extensas APs em Caucaia, Maranguape, Pacajus e Aquiraz.

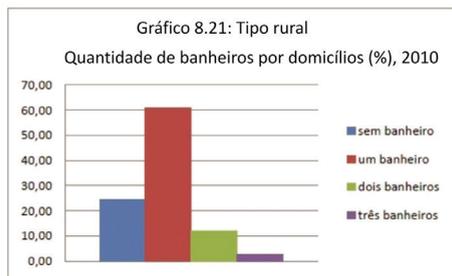
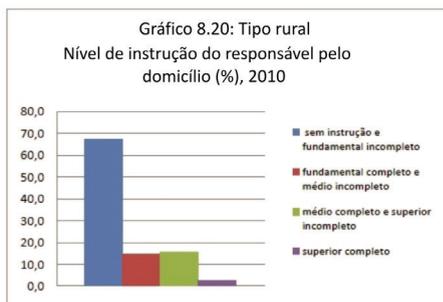
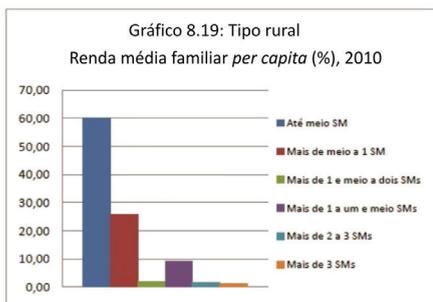
Neles a renda *per capita* é a mais baixa da RMF, com 60,30% dos moradores dispendo de renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*. Quase 86% contam com renda inferior a um salário mínimo e para apenas 1,44% a renda familiar *per capita* é superior a três salários mínimos, ou seja, 422 pessoas.

De modo similar, a situação educacional também segue as mesmas taxas, pois 67,4% da população não têm instrução ou apenas o fundamental incompleto. No entanto, 2.233 pessoas possuem o ensino superior completo, ou seja, 2,4%, percentual superior ao tipo do anterior. Conforme exposto, as sedes dos municípios classificados de rurais têm um número reduzido de moradores com nível superior. Em Pindoretama, são 125 pessoas (2,3%), na sede de São Gonçalo do Amarante, 245 (6%), em Cascavel sede/Caponga, com 247 (2,8%). Cascavel Barra Nova/São Raimundo têm 259 pessoas (4,5%) com nível superior, mais do que na sede do município.

Quanto às condições sanitárias, são as mais precárias de todas as tipologias, com 23.056 habitantes (14,47 %) alojados em domicílios sem banheiro. Em piores condições estão as APs de Chorozinho, com

50,17%, 2.755 domicílios, e de Cascavel Bananeiras/Guanacés/Fazenda Serrinha, com 2.111 dos domicílios (50,92%) sem banheiro.

Deveras alarmantes são as condições de esgotamento sanitário pois 24,3% dos domicílios não dispõem de banheiro. Índices extremos são observados em Chorozinho e Cascavel/Bananeiras/Guanacés/Fazenda Serrinha onde, respectivamente, 50,43% e 51,06% não apresentam instalações sanitárias (Gráficos 8.19, 8.20 e 8.21).



Fonte: IBGE-Censo Demográfico (Microdados 2010)

Conforme observado, os domicílios inseridos no tipo rural não estão expostos à extrema pobreza, em virtude de relações não monetárias razoáveis para manutenção da sobrevivência. Todavia, as famílias têm limitadas condições de mobilidade social. Em face do lugar que ocupam na estrutura socioespacial da metrópole, ainda são restritas as condições de acesso à infraestrutura urbana e de serviços públicos, em destaque os educacionais e de assistência à saúde. Os municípios que abrigam tais tipos permanecem como os mais pobres e menos integrados à metrópole, sendo, assim, proporcionalmente homogêneos em termos de condições econômicas precárias, com deficitários arranjos produtivos locais.

8.4 Considerações finais

Com base nas reflexões sobre a vulnerabilidade social de Katzman, Costa, CEPAL e outros, evidenciaram-se os contrastes em relação às condições econômicas (renda familiar), condições de habitação (características do domicílio) e condições sociais (arranjo familiar) nos sete tipos socioespaciais da RMF. Para a compreensão da vulnerabilidade social, menciona-se ainda que a análise aqui empreendida incorpora a dimensão espacial, ou seja, explica os contextos sociais contemporâneos, vinculando-os aos processos históricos condicionantes dos usos e da ocupação do território metropolitano.

Foram identificadas as APs com importante presença de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social nos tipos socioespaciais popular operário, popular, operário rural e rural, em áreas mais periféricas da Região Metropolitana de Fortaleza, ainda com precária infraestrutura, quase inexistência de serviços e menor acessibilidade. Nestes tipos, a população apresentou menor renda *per capita*, menor nível de educação formal, precariedade de acesso ao saneamento básico e arranjo familiar mais tradicional (os percentuais relativos aos casais com filhos crescem e diminui o número de arranjo familiar do tipo outros).

Uma análise mais aprofundada da vulnerabilidade social na RMF deverá levar em conta outras variáveis, tais como as relações de sociabilidades desenvolvidas em cada localidade (bairro/comunidade), como também as características físicas do domicílio e as condições do seu entorno, a exemplo da síntese encontrada no IBEU. Isso é preeminente, haja vista a necessidade de compreender a estrutura de oportunidade disponível nos diferentes tipos, e propiciar a elaboração de políticas públicas mais eficientes e abrangentes espacialmente. Se os níveis de vulnerabilidade social já se encontram no âmbito metropolitano, as políticas públicas para reversão da situação vulnerável também devem seguir a mesma escala espacial.

Referências

ANDRADE, M. C. (1993) **O Nordeste e a questão regional**. 2. ed. São Paulo: Ática.

CEPAL. (2002) **Vulnerabilidad sociodemográfica: viejos y nuevos riesgos para comunidades, hogares y personas**. Brasília: CEPAL/ECLAC.

COSTA, M. C. L. (2009) Arranjo familiar e a vulnerabilidade na região metropolitana de Fortaleza. In: COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. (orgs.). **Vulnerabilidade Socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC. p. 139-164.

CUNHA, J. M. P. et al (2006). A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Editora da Unicamp, v. 1, p. 143-168.

DESCHAMPS, M. V. (2009) **Vulnerabilidade socioambiental das regiões metropolitanas brasileiras**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles. Letra Capital. Disponível em http://www.observatoriodasmetrôpoles.ufrj.br/relatorio004_2009.pdf. Acessado em: 5 abril 2014.

DIEESE. (2007) **Aspetos conceituais da vulnerabilidade social**. MTE. p. 1-31.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. (2006a) As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo). In: PINTO, J. M. (org.). **Novas metrôpoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Editora da Unicamp, v. 1, p. 67-94.

_____. (2006b) Las normas como bien público y como bien privado: reflexiones en las fronteras del enfoque AVEO. **Documentos de Trabajo. Serie aportes conceptuales 4**. Montevideo: Programa de Investigación sobre Pobreza e integración social (IPES), Universidad Católica del Uruguay.

KAZTMAN, R.; RETAMOSO, A. (2007) Efectos de la segregación urbana sobre la educación en Montevideo. **Revista de La CEPAL**, n. 91. p. 133-152, abril.

MARANDOLA JR., E. (2013) Política urbana e geografia dos riscos: vulnerabilidade e políticas de adaptação às mudanças ambientais. In: **XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR**, Recife. XV ENANPUR - Desenvolvimento, Planejamento, Governança. Niterói: ANPUR.

PEQUENO, L. R. B. ; MOREIRA, A. F. M. (2009) Análise sócio-ocupacional da estrutura intra-urbana da Região Metropolitana de Fortaleza. In: PEQUENO, R. (org.). **Como anda Fortaleza**. Brasília, v. 5, p. 97-125.

PEREIRA, A. Q.; MARINHO, C. (2014) **Índice de Bem-Estar Urbano da Região Metropolitana de Fortaleza**. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrôpoles.net/download/ibe_u_fortaleza.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2014.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. (orgs.). (2013a) **IBEU: índice de bem-estar urbano**. Rio de Janeiro: Letra Capital.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. (2013b) **Análise social do território:**

fundamentos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Letra Capital.

ROSA, S. V.; COSTA, M. C. L. Banco de dados de vulnerabilidade socioambiental da região metropolitana de Fortaleza – Ceará. In: COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. (orgs.). **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 165-189.

SEADE. (2013) *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social*. Espaços e dimensões da pobreza nos municípios do Estado de São Paulo. <http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>. Acessado em: 2014.

SILVA, J. B. (2009) Características gerais da Região Metropolitana de Fortaleza. In: DANTAS, E.; COSTA, M. C. L. (orgs.). **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, p. 15-24.

SOUZA, M. S. (2006) Segregação socioespacial em Fortaleza. In: SILVA, J.B. et al. (orgs.). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica.

SPOSITO, M. E. B. (2013) Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. et al (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto. p. 61-94.

Desigualdade socioeconômica e espacialização dos homicídios na Região Metropolitana de Fortaleza

Fabiano Lucas Freitas
Maria Clélia Lustosa Costa

Resumo: A distribuição desigual dos homicídios em Fortaleza resulta de fatores históricos que produziram uma cidade segregada social e espacialmente com a presença de grupos sociais vivendo em áreas dotadas de melhor infraestrutura, com melhores rendas e níveis de instrução e outros grupos vivendo em situação de vulnerabilidade socioeconômica e violência. Para compreender os fatores que influenciam o padrão distributivo da criminalidade letal na RMF e na cidade de Fortaleza, no período de 2000-2010, utilizaram-se dados do Relatório do Observatório das Metrôpoles (2012) e registros de casos de homicídios da Cevapi e do SIM/Datasus. A análise da relação entre homicídios e as variáveis socioeconômicas considerou duas escalas territoriais: a metropolitana e a intraurbana. Segundo constatado, a expansão da metrópole foi acompanhada pela extrapolação das formas de violência para os municípios mais integrados à dinâmica metropolitana, que atingiram taxas de homicídios bem superiores à média nacional.

Palavras-chave: Homicídios, desigualdade e metrópole.

Abstract: The uneven distribution of homicides in Fortaleza is the result of historical factors that have produced a social and spatially segregated city, with the presence of social groups living in areas equipped with better infrastructure, with better incomes and better education levels and other groups living in socioeconomic vulnerability and violence. To understand the factors that influence the patterns of distribution of lethal crime in the RMF and the city of Fortaleza, in the period 2000-2010, we used Observatory Report data of the Metropolis (2012) and homicide case records of CEVEPI and SIM / Datasus. The analysis of the relation among homicides and socioeconomic variables considered two spatial scales: the metropolitan and intra-urban. It was observed that the metropolis expansion was followed by the extrapolation of the forms of violence to the most integrated townships to the metropolitan dynamics, that reached homicide rates higher than the national average.

Keywords: homicides, inequalities, metropolis.

Introdução

É fato inquestionável que a criminalidade violenta, no atual contexto histórico e social, constitui grave problema para as regiões metropolitanas brasileiras. No entanto, nas duas últimas décadas, a preocupação com a ampliação das práticas violentas torna-se de maior relevância na mídia e nas políticas públicas. Quase sempre, o combate à violência, por parte do Estado, resume-se a incrementar o contingente policial, enquanto outros setores da sociedade exigem uma reforma jurídica capaz de atenuar o crescimento dos crimes violentos.

Diante da gravidade da expansão destes crimes, é fundamental debater a dificuldade de acesso a direitos sociais, econômicos e culturais e relacioná-lo com o crescimento contínuo da violência na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Como evidenciado, as áreas metropolitanas concentram população, centros de gestão administrativa e empresarial, unidades de produção, comércio, serviços, além dos efeitos mais visíveis da crise social brasileira como pontua Ribeiro (2004). A expansão contínua dos limites do tecido urbano caracteriza-se por um padrão de dispersão urbana, alternando áreas de baixa e alta densidade populacional. Desse modo, a reestruturação produtiva acelera o processo de urbanização, que foi intenso e desigual. Além disso, consoante mostram os referenciais teóricos, em algumas cidades com maior injustiça na oferta habitacional e serviços básicos, ocorre um aumento expressivo da quantidade de homicídios.

Nos municípios integrantes do aglomerado metropolitano de Fortaleza, há uma correlação da criminalidade letal com a urbanização. Assim, os homicídios se concentraram em Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, áreas industrializadas, com PIBs (Produtos Internos Brutos) elevados e com maiores taxas de urbanização, principalmente nas regiões mais densamente povoadas, como demonstrado por Costa e Freitas (2013) para a RMF.

Ao examinar os dados de homicídios, percebe-se, na última década, um acréscimo da violência em diferentes escalas, contudo, é visível uma concentração nas regiões metropolitanas. Neste prisma, o ano de 2013 revelou uma média de 8,5 homicídios por dia no Ceará. Neste mesmo ano, foram contabilizados 3.118 homicídios neste estado, onde 92,88% (2.896 em número absoluto) dos casos concentraram-se na RMF. Somente em Fortaleza, 2.089 pessoas foram vitimadas no

referido ano, equivalendo a 77% dos crimes letais em todo o estado do Ceará, majoritariamente vítimas de armas de fogo (CEVEPI, 2014).

Houve um incremento progressivo dos crimes violentos em várias regiões metropolitanas, particularmente no tocante aos homicídios. Para Andrade et al. (2013), este crescimento foi desigual, não ocorrendo no conjunto das RMs, sendo verificado maiores elevações nos aglomerados metropolitanos nordestinos..

Considerando as estatísticas na escala municipal, a capital do Ceará foi considerada a sétima cidade mais violenta do mundo, e a segunda do Brasil, conforme o **Estudo global sobre homicídios 2013**, realizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) (O POVO, 10.4.2014).

Amparado num aumento real ou imaginário dos crimes, o medo generaliza-se, mas a mídia também contribui para a construção da imagem de Fortaleza como violenta.¹ Para Souza (2008), é como se a geografia do medo se sobrepusesse a uma geografia da violência, pois o risco não se difunde em todos os lugares e momentos, da mesma maneira e intensidade. São os moradores das classes abastadas e de áreas com maior desenvolvimento urbano os que estão expostos a um maior risco de serem vítimas de roubos e furtos, enquanto os crimes contra a vida atingem com mais intensidade a população pobre. Portanto, os homicídios se distribuem de forma desigual nas regiões metropolitanas, concentrados nos espaços socialmente segregados.

Nessa perspectiva, no espaço intrametropolitano, tal como a população, a renda e os equipamentos de uso coletivos estão distribuídos de maneira desigual no município de Fortaleza, a violência, e, particularmente, os homicídios também não incidem homoganeamente sobre todas as áreas da cidade. Os homicídios atingem majoritariamente os bairros com população exposta a maior vulnerabilidade social. No ano de 2013, a maioria dos casos de homicídios na capital se concentrou nos bairros de Bom Jardim (104), Jangurussu (68), Barra do Ceará (66), Messejana (60), Vicente Pinzón (55), Prefeito José Walter (52)

¹ A chamada no programa de televisão, O Fantástico, no domingo do dia 23 de março de 2014, da rede de TV Globo, e as manchetes nos jornais locais estão vinculadas à repercussão de quatro casos de latrocínio (roubo seguido de morte) em sete dias, que atingiram as classes média e alta. Antes de findar o primeiro trimestre de 2014, até o dia 19 de março, 1.061 crimes violentos letais e intencionais (CVLIs), que incluem homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, foram registrados no Ceará, segundo dados preliminares da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SS-PDS).

e Mondubim (49). Números bem inferiores foram encontrados nas áreas de ponderação (APs)² com melhores indicadores sociais como Aldeota (10), Meireles (5) e Fátima (8). Já os bairros detentores dos menores números de homicídios foram Cocó (1), Parque Manibura (1) Dendê (2) e Salinas (1).

Na elaboração deste capítulo, investigaremos a relação entre os homicídios e uma série de fatores socioeconômicos para os quinze municípios integrantes da RMF, com base nos dados dos censos de 2000 e 2010, do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM/Datasus) e da Célula de Vigilância Epidemiológica (Cevepi) da PMF. A construção hierárquica de sete tipos socioespaciais coube ao Observatório das Metrôpoles, tema do capítulo 5 deste livro, com base nas categorias sócio-ocupacionais levantadas no censo do IBGE (2010) e sua distribuição nas Áreas de Ponderação da RMF. No entanto, em Fortaleza só se encontram cinco tipos (superior, médio-superior, médio, popular operário e popular). Para a análise intraurbana foram utilizadas como recorte espacial as APs. (PEQUENO, 2008).

Neste capítulo, analisaremos inicialmente a criminalidade letal na escala metropolitana, relacionando as taxas de homicídios por grupo de 100 mil habitantes com os dados socioeconômicos. Posteriormente, nos determos na discussão da violência no espaço intraurbano de Fortaleza, relacionando as taxas de homicídios por grupos de 10 mil habitantes com a tipologia socioespacial. A hipótese principal é de que o maior número de vítimas residia nas áreas de concentração de segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo como “pano de fundo” a desigualdade social e a segregação socioespacial na RMF.

² Áreas de Ponderação é a menor área geográfica utilizada pelo IBGE para calcular estimativas baseadas nas informações do questionário da amostra. Nível geográfico definido para a aplicação dos procedimentos estatísticos que permitem usar os dados da amostra como válidos para a população. Esta unidade geográfica é formada por um conjunto de setores censitários e cada setor pertencerá sempre a uma única área de ponderação. A ligação entre os Setores e as Áreas de Ponderação se explica pelo fato de que, para considerar os dados da amostra de domicílios como válidos para o total dos domicílios de um determinado recorte do Município é imprescindível um número mínimo de questionários aplicados nesse recorte. (<http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/estrutura-territorial/setores-censitarios-e-areas-de-ponderacao>.)

1. Criminalidade letal e integração metropolitana

Como exposto, a atual configuração socioespacial da RMF reflete as transformações sociais, políticas e econômicas do Ceará. Tais mudanças não ocorrem isoladamente, pois estão articuladas com a atual mundialização da economia e o papel desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho em face da reestruturação produtiva, principalmente após a década de 1980, quando o Estado, ao contrário do que afirma o discurso neoliberal, passou a garantir os investimentos necessários para instalação e/ou manutenção de empresas hegemônicas nacionais e globais (SANTOS, 2008).

Tanto na escala global como na local, os processos sociais e econômicos atuam decisivamente na produção e transformação do espaço metropolitano. Estes processos estão na origem da configuração do espaço da RMF e merecem destaque, tais como a crise da agricultura tradicional, concentração fundiária e as secas que provocaram as migrações e favoreceram o crescimento das cidades; as políticas públicas de incentivo à industrialização, que atraíram migrantes para as áreas urbanas; a construção de conjuntos habitacionais populares financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) e a implantação de infraestrutura e serviços que direcionaram a expansão metropolitana. Mais recentemente a atividade turística, também fruto de políticas públicas, com implantação de infraestrutura e serviços e incentivando a edificação de hotéis, *resorts*, parques aquáticos, casas de veraneio provocou o adensamento populacional e a urbanização das áreas litorâneas. A valorização da terra urbana e a especulação imobiliária segregam as populações mais vulneráveis em favelas e áreas de risco, expulsam os profissionais das categorias socioespaciais com baixo nível de escolaridade e renda para espaços periféricos e/ou segregados de Fortaleza e de outros municípios da RMF carentes de infraestrutura e serviços.

Nos espaços metropolitanos, tal como a população, a renda e os serviços são distribuídos de forma desigual, e a violência, no caso, os homicídios também não incidem homogeneamente no espaço. Então, a criminalidade violenta expande-se para outros municípios, e também ocorre de forma distinta, atingindo com mais intensidade as populações mais vulneráveis socialmente.

A criminalidade violenta varia de acordo com a escala territorial. Esta hipótese de Cano e Santos (2007) foi comprovada em estudo realizado para a RMF, por Costa e Freitas (2013). Na escala metropolitana,

os municípios com elevados PIBs, densidades populacionais e taxas de urbanização, os mais integrados à dinâmica metropolitana e os mais industrializados e voltados para o turismo apresentaram os maiores índices de violência. Conforme Costa e Freitas:

Os municípios com maiores taxas de pobreza, domicílios carentes, piores IDH e com menores índices de integração urbana são os menos violentos. Ou seja, apesar da população ser mais vulnerável socialmente, esses municípios mais pobres, mais rurais, com taxas de urbanização em torno de 60%, têm os índices de violência mais baixos da RMF (2013).

No Brasil, a violência tem se intensificado em muitas cidades médias e grandes no período de 2000 a 2010, contudo, é na escala metropolitana que a criminalidade letal tem maior concentração. No ano de 2000, foram registrados 45.360 homicídios, e 58,39% ocorreram nas regiões metropolitanas. Em 2010 não foi diferente, pois dos 52.260 casos de homicídios registrados, 31.163 deles aconteceram nas regiões metropolitanas brasileiras, mais da metade do total de homicídios, ou seja, 59,63% (SIM/DATASUS, 2014).

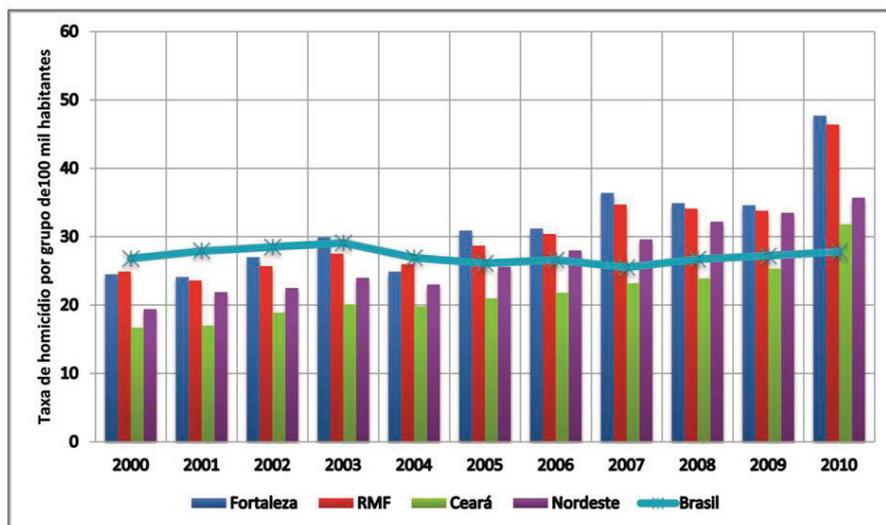
Semelhante a outras metrópoles brasileiras, a violência na RMF cresceu a uma taxa superior ao incremento populacional, passando de 24,9 em 2000, para 46,4 homicídios/100 mil habitantes no ano de 2010. No intervalo de 2000 a 2002, a taxa de homicídios em Fortaleza e na RMF era inferior à média nacional. Em 2003, elas quase se equivaliam em Fortaleza e Brasil, pois giraram em torno de 30 homicídios/100 mil habitantes, enquanto no ano de 2004 caem as taxas no município de Fortaleza para 24,9/100 mil habitantes, e no Brasil para 26,9/100 mil habitantes. A partir de 2005 há um crescimento tanto nas taxas de homicídio em Fortaleza quanto na RMF, atingindo, em 2010, 47,7/100 mil e 46,4/100 mil habitantes, respectivamente. Portanto, as taxas de homicídios na escala municipal e da RMF foram muito mais elevadas do que as alcançadas no estado do Ceará, que passa de 16,7 para 31,8, e da região Nordeste, de 19,4 para 35,7. No entanto, no Brasil as variações foram pequenas, porquanto a taxa que era 26,8 em 2000, estabilizou-se em torno de 28/100 mil e atingiu 29,1, porém no final da década caiu para 27,8/100 mil habitantes (Tabela 9.1 e Gráfico 9.1).

Tabela 9.1 – Taxa de homicídios para o município de Fortaleza, Região Metropolitana de Fortaleza, estado do Ceará, região Nordeste e Brasil (2000-2010).

Ano	Fortaleza	RMF	Ceará	Nordeste	Brasil
2000	24,5	24,9	16,7	19,4	26,8
2001	24,1	23,6	17	21,9	27,9
2002	27	25,7	18,9	22,5	28,5
2003	29,9	27,5	20,1	24	29,1
2004	24,9	26	19,8	23	26,9
2005	30,9	28,7	21	25,6	26,1
2006	31,2	30,4	21,8	28	26,6
2007	36,4	34,7	23,2	29,6	25,5
2008	34,9	34,1	23,9	32,2	26,7
2009	34,6	33,8	25,3	33,5	27,2
2010	47,7	46,4	31,8	35,7	27,8

Fonte: SIM-Datasus, 2014.

Gráfico 9.1 – Evolução da taxa de homicídios para o município de Fortaleza, Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará, Nordeste e Brasil (2000-2010).



Fonte: SIM-Datasus, 2014.

De acordo com Cano e Santos (2007) ao refletir sobre a violência letal, a eficiência do uso de diferentes variáveis depende da escala territorial adotada pela pesquisa. Eles destacaram a necessidade do uso

de metodologias específicas ao avaliar as taxas de homicídios na escala do país, região, estado, metrópole, município e bairro. “A força da relação pode ser diferente em níveis diferentes ou pode ser compensada por outros fatores num ou noutro nível particular”. (p. 84). Para os autores, é importante analisar uma combinação de fatores que favorecem a elevação dos níveis de violência nas cidades, tais como a rápida urbanização sem o acompanhamento de serviços sociais e a pobreza, desigualdade e ausência de oportunidades para os jovens.

Como já demonstrado por Costa e Freitas (2013), os crimes letais guardam estreita relação com o adensamento populacional, a urbanização, a turistificação e a industrialização na RMF. Em geral, os municípios mais urbanizados e populosos possuem maiores taxas de homicídios do que aqueles com menor grau de urbanização, evidenciado uma maior integração a dinâmica metropolitana, conforme exposto na Tabela 9.2.

Na RMF, depois de Fortaleza, os PIBs mais elevados e as taxas de urbanização superiores a 90% foram encontrados em Maracanaú, Caucaia e Eusébio, onde existem importantes zonas industriais. Nestes municípios estão as maiores taxas de homicídios, respectivamente, 56,44/100 mil habitantes, 51,01/100 mil habitantes e 58,65/100mil habitantes. Desde 2000, Maracanaú detém uma das maiores taxas de homicídios da RMF, passando de 41,73, para 42,73/100 mil habitantes, em 2010. O município é o principal distrito industrial e o segundo PIB do Ceará. No último censo do IBGE (2010), foi constatada uma população de 209.057 habitantes, ou seja, a segunda maior densidade populacional (1.877,75 habitantes/km²) do estado.

Caucaia experimentou uma subida considerável no índice de homicídios, pois saiu de 24,75, em 2000, para 51,01, em 2010. Este município apresenta a maior extensão territorial da RMF (1.228 km²), população de 325.441 habitantes, densidade populacional de 265,93 habitantes/km², nível muito alto de integração à dinâmica da aglomeração metropolitana, grande diversidade natural, econômica e social, vastas áreas com baixa densidade populacional (antigas propriedades rurais à espera de valorização imobiliária), presença de indústrias, conjuntos habitacionais e um litoral com intensa atividade turística e de lazer.

Tabela 9.2 – Dados populacionais, econômicos e taxas de homicídio dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (2000-2010).

Município	População -- 2000	População -- - 2010	Área total (km ²)	Densidade demográfica - 2010	PIB - 2010	Taxa de urbani- zação - 2000	Taxa de urbani- zação - 2010	Total de homi- cídeos. -2000	Total de homi- cídeos. 2010	Taxa de homi- cídeos / 100 mil hab. - 2000	Taxa de homi- cídeos / 100 mil hab. - 2010
Aquiraz	60.469	72.628	482,6	150,50	603.479,08	90,4	92,37	5	37	8,27	50,94
Cascavel	57.129	66.142	835,3	78,99	388.962,98	81,2	84,90	7	12	12,25	18,14
Caucaia	254.711	325.441	1.228,8	265,93	2.192.431,10	90,3	89,18	62	166	24,75	51,01
Chorozinho	18.707	18.915	278,4	67,94	78.034,96	50,6	60,41	3	6	16,04	31,72
Eusébio	31.962	46.033	79,0	582,64	1.081.127,43	100,0	100,00	3	6	9,52	58,65
Fortaleza	2.135.544	2.452.185	314,9	7.786,52	31.789.186,10	100,0	100,00	520	27	24,28	47,67
Guaiúba	19.884	24.091	254	94,83	82.031,10	78,5	78,36	0	1.169	0,00	16,6
Horizonte	33.790	55.187	160,0	344,96	1.067.819,06	83,2	92,50	11	4	32,55	41,68
Itaitinga	29.217	35.817	151,4	236,52	159.719,21	90,9	99,30	8	23	27,38	50,26
Maracanaú	183.555	209.057	111,3	1.877,75	3.534.385,07	99,7	99,31	75	18	41,73	56,44
Maranguape	88.135	113.561	590,9	192,19	643.602,68	74,1	76,00	18	118	20,42	25,54
Pacajus	44.070	61.838	254,5	243,00	464.257,51	77,8	81,95	14	29	31,77	29,11
Pacatuba	51.696	72.299	145,1	498,35	479.294,35	91,0	85,89	13	18	25,15	16,6
Pindoretama	14.951	18.683	73,0	256,06	76.975,75	45,6	60,38	1	12	6,69	10,7
S. G. Amarante	35.738	43.890	838,5	52,34	659.916,25	62,0	65,02	5	11	14,04	25,06

Fontes: Relatório de Pesquisa, Observatório das Metrópoles, 2012/ Cevepi, 2014.

Eusébio, que em 2000 tinha uma taxa de homicídios de apenas 9,52, em 2010, atingiu a maior taxa da RMF, 13,03/100 mil habitantes. Em número absoluto houve uma duplicação de assassinatos, subindo de três para seis. O município tem a terceira densidade populacional (582,64) e o quarto maior PIB, sendo 62% resultado da atividade industrial e nível de integração alto. Nesta última década Eusébio sofreu rápidas transformações. Foi reduto de antigas casas de veraneio, e recentemente assiste à implantação de vários condomínios de luxo ou “enclaves territoriais”, dentre eles, três Alphavilles. A localização mais próxima a Fortaleza e ao litoral de Aquiraz (Porto das Dunas e Beach Park) e a legislação mais “branda” favoreceram a instalação de grandes loteamentos fechados e condomínios, o que não é permitido em Fortaleza, produzindo uma cidade de muros, com conseqüente sensação de insegurança para os transeuntes.

Aquiraz apresentava grande elevação na taxa de homicídios, variando de 8,27 para 50,94/100 mil habitantes no período de 2000 para 2010, ao passar de 5 homicídios para 37. O município possui o oitavo PIB da RMF, taxa de urbanização de 80%, nível de integração médio e uma maior concentração populacional no litoral e na sede. Como Caucaia, por se situar no litoral, incorpora-se à metrópole principalmente em função das atividades de turismo e lazer, que podem favorecer o aumento dos conflitos. Nele, destaca-se o distrito Porto das Dunas, que se transforma quase em “bairro” da elite fortalezense, com a presença de condomínios fechados, *resorts*, hotéis, casas de veraneio, restaurantes e barracas de praia, além do parque aquático Beach Park, um dos responsáveis por ampliar a permanência de turistas no estado.

Itaitinga, que conta com pequeno PIB e baixo nível de integração, também experimentou uma subida significativa nas taxas de homicídios em apenas uma década, de 8 para 23 homicídios, com taxas de 27,38/100 mil habitantes para 50,26/100 mil habitantes, tornando-se o quinto município mais violento no ano de 2010. As rápidas oscilações nas taxas de homicídios podem ser explicadas pela concentração de presídios, ocorrendo anos de taxas mais elevadas, em casos de massacres, rebeliões e conflitos entre os detentos.

Quase todos os municípios da RMF registraram aumentos nas taxas de homicídios no período de 2000 a 2010, com exceção de Pacatuba que dispõe de uma taxa de urbanização “média” para os padrões da metrópole em discussão (85,89%), enquanto Fortaleza, Eusébio e Maracanaú já atingem 100% de urbanização. Ao contrário do que se

cogita, a maior taxa de homicídios no ano de 2000 não ocorreu no município polo da RMF, mas em Maracanaú, seguido por Horizonte e Pacajus,³ municípios situados no dinâmico eixo de industrialização ao longo da rodovia federal BR-116. Em número absoluto, a criminalidade letal é maior na capital, que em termos relativos ficou em sexto lugar com uma taxa de homicídios de 47,67/100 mil habitantes. Neste prisma, há nítida relação entre o número de habitantes, a densidade populacional de uma determinada localidade e o incremento da violência, já que as possibilidades de conflitos se multiplicam em municípios mais populosos.

Logo, a simples relação entre violência e pobreza não é válida para a escala territorial da RMF; caso contrário, as menores taxas de homicídios estariam nos municípios com maiores rendas *per capita*, fato que não acontece. Portanto, é necessária uma análise que envolva uma combinação de fatores, levando em consideração as escalas territoriais e situações diferentes de vulnerabilidade social. A distribuição da criminalidade letal ainda é influenciada pelas desigualdades socioespaciais intraurbanas.

2. Tipos socioespaciais e criminalidade letal no município de Fortaleza

A atual conjuntura violenta de Fortaleza, produto e condição de processos sociais e espaciais recentes, gera um novo padrão de sociabilidade urbana e segregação espacial. No entanto, a expansão e distribuição dos crimes letais no município ainda acompanham as formas de desigualdade ou vulnerabilidade social.

Como explica Ribeiro (2004), a criminalidade violenta, particularmente os homicídios, não incide homoganeamente sobre todos os espaços das metrópoles brasileiras. Eles se concentram sobretudo nos bairros mais pobres. Assim, as mais elevadas taxas de homicídios são encontradas em bairros cuja população está sujeita a maior vulnerabilidade social, atingindo preferencialmente os habitantes que residem em espaços sociais e geograficamente segregados.

Estudo realizado em Fortaleza na escala intraurbana (bairro) por

³ Em outros trabalhos Freitas e Costa (2009) já ressaltaram a importância em relativizar as taxas de homicídios, pois em municípios com população reduzida, uma pequena elevação no número de homicídios pode acarretar uma abrupta subida das taxas.

Freitas (2010) comprova a seguinte tese: a criminalidade letal é mais alta nos bairros mais pobres, periféricos, sem infraestrutura e serviços, onde se concentra uma população mais vulnerável. Há uma desigualdade econômica e social diante da morte. Os grupos mais vulneráveis, os mais suscetíveis ao risco de morrer, as vítimas preferenciais da violência letal são jovens solteiros e pardos, do sexo masculino, com baixo nível de escolaridade, moradores das áreas periféricas, pouco assistidos pelas políticas governamentais.

Maricato (1996) mostrou existir estreita relação entre violência e espaço. Há uma imbricação complexa entre forma, economia e sociedade no desenvolvimento da violência urbana. Associada à exclusão social a segregação urbana propicia um ambiente favorável à disseminação e à reprodução da violência. O processo de segregação socioespacial é produto e condicionante para o aumento da violência nas cidades. Ainda segundo esta fonte (1996):

Queremos demonstrar que há relação entre forma urbana e violência, ou que a segregação ambiental não é simples reflexo ou suporte de uma sociedade que produz e reproduz a violência, mas é parte importante de um processo que tem no funcionamento do mercado imobiliário segregador um expediente central de exclusão (MARICATO, 1996, p. 74).

Para os autores desse capítulo uma análise geográfica implica considerar o espaço urbano na produção e reprodução da violência e das desigualdades sociais. Antes de tudo, é preciso entender que o espaço não é apenas o receptáculo da violência urbana, pois como bem pontua Harvey (1980, p. 2). “As formas espaciais são vistas não como objetos inanimados dentro dos quais o processo social se desenvolve, mas como coisas que ‘contêm’ os processos sociais, do mesmo modo que os processos sociais são espaciais.”

Nessa perspectiva, Harvey (1980) afirma que uma vez engendrada determinada forma espacial, ela tende a influenciar o desenvolvimento futuro dos processos sociais. Assim, será que a atual forma espacial segregada de Fortaleza estaria corroborando para a manutenção das desigualdades sociais e o aumento da violência? A hipótese para a questão investigada seria relacional, onde as desigualdades contribuem de alguma forma para a exacerbação da violência urbana e reciprocamente a violência modifica a configuração espacial das

idades, ao intensificar o processo de segregação, gerando uma sociabilidade urbana balizada na insegurança e pela busca constante de proteção, típica dos condomínios fechados.

Desta maneira Reis (2006) considera inapropriada a forma como é empregado o conceito de segregação para interpretação da cidade diante das mudanças ocorridas nas últimas décadas. Para o autor, existe um novo padrão de segregação que merece uma atenção maior dos pesquisadores e intelectuais visto que “os processos que afetam as cidades já não são os mesmos e outras são as relações que lhes dão fundamento”. (REIS, 2006, p.18). Nesta ótica, os antigos modelos de interpretação, principalmente o paradigma que descreve as cidades brasileiras compostas simplesmente pelo centro e periferia, são questionados. A atual segregação possui característica a transformação do espaço urbano e a segmentação do tecido social das metrópoles, tendo como resultado mais visível a separação dos grupos sociais e a fragmentação da cidade. Nesse contexto, as cidades no começo do século XXI apresentam marcas na sua estrutura social e espacial que revelam uma preocupação constante com a violência, a exemplo dos condomínios fechados e os shopping centers. Em contraposição há um esvaziamento dos espaços públicos como locais de encontro e de lazer e a formação de áreas excluídas e com população vulnerável.

No caso de Fortaleza, alguns estudos reduziam a cidade em basicamente duas regiões: a leste, mais rica, com melhor infraestrutura e serviços, e a oeste, carente, ocupada por uma população mais vulnerável. No entanto, o recorte com base na tipologia socioespacial demonstra a existência uma cidade com maior heterogeneidade social inter e intrabairros.

Pesquisas do Observatório das Metrópoles, com base nos censos de 2000 e 2010, ressaltam uma alteração na distribuição dos tipos socioespaciais em Fortaleza. Por exemplo: ocorreu a expansão do tipo médio-superior em direção à zona oeste e sudoeste, antes áreas classificadas como do tipo popular operário, ocasionada pela melhoria de renda e nível educacional de algumas famílias e/ou pela redistribuição de algumas das categorias socioespaciais no espaço metropolitano.

A distribuição da criminalidade letal ainda possui estreita relação com a desigualdade social⁴ ou com as famílias em situação

⁴ Os dados contidos no Atlas de desenvolvimento humano (2013) denunciaram uma

de vulnerabilidade social, pois as maiores taxas de homicídios foram registradas no tipo popular (5,46/100 mil habitantes) e no popular operário (5,34/100 mil). Como era de se esperar, a menor taxa ocorreu no tipo superior. Para uma população de 275.926 habitantes, este tipo teve apenas 55 homicídios registrados, gerando uma taxa de 1,99/100 mil habitantes. Em número absoluto o tipo médio-superior registrou 307 casos de homicídios no ano de 2010, no entanto, por ter a maior população absoluta, apresentou uma taxa de 3,81/100mil habitantes (Tabela 9.3).

Tabela 9.3 – População, número e taxa de homicídio por 10 mil habitantes segundo os tipos - Fortaleza, 2010

Tipo	População	Número de homicídios	Taxa de homicídios
Superior	275.926	55	1,99
Médio superior	806.294	307	3,81
Médio	450.161	179	3,98
Popular operário	509.800	272	5,34
Popular	410.004	224	5,46

Fontes: Relatório de Pesquisa, Observatório das Metrópoles, 2012/ Cevapi, 2014.

De certa forma, a agregação de homicídio por tipo, principalmente nos mais heterogêneos, acarreta uma diluição dos índices de violência letal. O mesmo acontece quando tratamos da violência por APs e por bairros. Novamente chamamos atenção para alteração no índice de criminalidade letal, o qual pode ser afetado não somente pela quantidade de homicídios de determinada área como também pelo tamanho da população. Tipos e APs com populações grandes podem ter índices baixos, mesmo constando um elevado número de homicídios; o inverso também acontece, porquanto APs com populações pequenas podem apresentar maiores taxas de homicídios, ainda que elas tenham números reduzidos de homicídios.

Consoante exposto, o tipo superior registrou o menor índice de violência com uma taxa de homicídios de 1,99 por grupo de 10 mil habitantes. Não por acaso, esse tipo apresenta uma renda *per capita* em salário mínimo elevada, composta de uma população com maior grau de instrução e baixa densidade de morador por cômodo.

pequena atenuação da desigualdade social na cidade de Fortaleza comprovada pela diminuição do índice de Gini, que passou de 0,64 para 0,61, porém as disparidades socioeconômicas entre os grupos sociais na cidade de Fortaleza ainda são enormes.

Apesar de melhores condições de acessibilidade aos equipamentos urbanos, serviços e renda, entre as APs, o tipo superior possui acentuada disparidade interna, inclusive nas taxas de homicídios por grupo de 10 mil habitantes, que oscilam entre 0,47 e 3,66/10 mil habitantes (Tabela 9.4).

Tabela 9.4 – População, número e taxa de homicídios por 10 mil habitantes - tipo superior - Fortaleza, 2010

Áreas de Ponderação	População	Número de homicídios	Taxa de homicídios
Aldeota	42.361	2	0,47
Cocó/Cidade 2000/Manuel Dias Branco/Praia do Futuro	48.798	19	3,89
Fátima/José Bonifácio	32.157	5	1,55
Joaquim Távora/Dionísio Torres	39.084	5	1,28
Meireles	37.120	3	0,81
Mucuripe/Varjota/Papicu/De Lourdes	43.770	16	3,66
Salinas/Guararapes/Engenheiro Luciano Cavalcante/Parque Manibura	32.636	5	1,53
Total	275.926	55	1,99

Fontes: Relatório de Pesquisa, Observatório das Metrôpoles, 2012/ Cevepi, 2014.

De acordo com os dados, a discrepância na distribuição de crimes letais no tipo superior deve-se à grande heterogeneidade socioespacial entre as APs que o compõem ou mesmo nos espaços internos como é o caso da AP do Cocó/Cidade 2000/Manuel Dias Branco/Praia do Futuro, a qual se diferencia pelo seu conteúdo social e pelas condições históricas dos seus bairros. A área posta em destaque localiza-se nas proximidades do Parque do Rio Cocó e inclui áreas de preservação ambiental, de expansão e especulação imobiliária, abrangendo o Conjunto Habitacional Cidade 2000, construído com recursos do BNH e inaugurado em 1970; a Praia do Futuro, área de lazer e turismo, com a presença de hotéis, condomínios fechados convivendo com favelas, áreas de risco, prostituição e tráfico de drogas; e o Bairro Manuel Dias Branco, onde se encontra a Cidade Fortal (vazio urbano, espaço de re-

serva à espera da construção da Ponte Estaiada, local de realização do carnaval fora de época de Fortaleza). Do total da população, 22% percebem renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo e 36,35% mais de três salários mínimos. Por conta desta heterogeneidade, esta AP apresenta 33% de chefes de família com nível superior e 23,4 sem instrução e/ou apenas com o fundamental incompleto.

Segundo observado, o tipo médio-superior foi aquele a evidenciar o maior número absoluto de casos de homicídios, por ser constituído por extensa quantidade de APs. Nele, a taxa de homicídios foi de 3,81 por grupo de 10 mil habitantes, variando de 0,78, em Parangaba/Vila Pery a 8,16, em Messejana (Tabela 9.5).

Tabela 9.5 – População, número e taxa de homicídios por 10 mil habitantes - tipo médio-superior - Fortaleza, 2010

Áreas de Ponderação	População	Número de homicídios	Taxa de homicídios
Álvaro Weyne/Carlito Pamplona	53.123	27	5,08
Centro/Praia de Iracema/Arraial Moura Brasil	35.433	8	2,26
Jacarecanga/Monte Castelo/Farias Brito	39.482	16	4,05
Gentilândia/Jardim América/Bom Futuro/Parreão	32.645	5	1,53
Parquelândia/Parque Araxá/Amadeu Furtado	32.850	6	1,83
Alagadiço/Vila Ellery/Presidente Kennedy	44.721	29	6,48
Rodolfo Teófilo/Benfica/Damas	39.097	10	2,56
Antônio Bezerra/Padre Andrade	38.782	24	6,19
Henrique Jorge/João XXIII	45.392	25	5,51
Messejana	41.689	34	8,16
Maraponga/Manuel Sátiro	48.107	34	7,07
Mondubim	76.044	20	2,63
Jardim Cearense/Dendê/Parque Dois Irmãos	42.976	1	0,23
Prefeito José Walter	33.427	11	3,29
Bela Vista/Couto Fernandes/Pan-Americano	30.829	19	6,16
Demócrito Rocha/Jóquei Clube	30.325	10	3,30
Montese/Itaoca	38.447	7	1,82
Parangaba/Vila Pery	51.592	4	0,78
Serrinha/Itaperi	51.333	17	3,31
Total	806.294	307	3,81

Fontes: Relatório de Pesquisa, Observatório das Metrópoles, 2012/ Cevapi, 2014.

Em virtude da grande quantidade de APs, o tipo médio-superior apresenta bairros bem variados do ponto de vista social, econômico e histórico. É possível identificar áreas ocupadas por populações historicamente reconhecidas como excluídas e vulneráveis que construíram suas residências em terrenos de marinha ou em outras áreas desprezadas pelo setor privado ao lado de bairros com população com elevada renda *per capita* e bons níveis de instrução. Também se encontram nes-

se tipo o centro histórico e tradicional de Fortaleza e grandes conjuntos habitacionais construídos com recursos do BNH durante a década de 1970 e 1980, a exemplo do Conjunto Prefeito José Walter. A taxa de homicídios varia de 0,23 no Jardim Cearense/Dendê/Parque Dois Irmãos a 8,16/10 mil habitantes em Messejana.

No tipo médio 32,13% dos domicílios com renda familiar *per capita* de até meio salário, 11,7% das famílias chefiadas por mulheres com filhos, e 42,6% dos chefes não possuíam instrução ou tinham apenas o fundamental incompleto. Como em todos os tipos, a heterogeneidade é uma característica constante, no entanto, no médio, internamente há forte desigualdade social. Este tipo teve uma taxa média de homicídios 3,98 para grupo de 10 mil habitantes. As APs com as maiores taxas de homicídios foram Aerolândia/Dias Macedo/Castelão/Mata Galinha e Cajazeiras/Barroso/Parque Iracema, 8,96 e 7,59/10 mil habitantes. Nesse caso, afóra a questão socioeconômica que expõe uma parcela considerável da população a situação de vulnerabilidade, porquanto, além da baixa renda *per capita* e elevado número de pessoas sem instrução, acrescenta-se a questão dos conflitos territoriais, tráfico de drogas e outras formas de crimes organizados (Tabela 9.6).

Tabela 9.6 – População, número de homicídios e taxa de homicídios por 10 mil/habitantes - tipo médio - Fortaleza, 2010.

Área de Ponderação	População	Número de homicídios	Taxa de homicídios
São João do Tauape	28.678	12	4,18
Cais do Porto/Vicente Pinzón	67.900	13	1,91
Cambeba/José de Alencar/Curió	31.264	11	3,52
Cajazeiras/Barroso/Parque Iracema	52.734	40	7,59
Jardim das Oliveiras/Cidade dos Funcionários	47.827	5	1,05
Sabiaguaba/Coaçu/Guajeru/Curió/Lagoa Redonda	43.922	15	3,42
Edson Queiroz/Lagoa Sapiroanga	54.368	21	3,86
Passaré	50.940	23	4,52
Aerolândia/DiasMacedo/Castelão/Mata Galinha	35.718	32	8,96
Vila União/Aeroporto/Auto da Balança	36.810	7	1,90
Total	806.294	307	3,81

Fontes: Relatório de Pesquisa, Observatório das Metrôpoles, 2012/ Cevepi, 2014.

No popular operário a situação é mais preocupante, em decorrência da maior vulnerabilidade socioeconômica, com elevada porcentagem de famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo (40,21%) ou de meio até um salário mínimo (33,74%). Portanto, 73,95% sobrevivem com menos de um salário mínimo. Quanto ao nível de instrução neste tipo, os responsáveis pelos domicílios, majoritariamente, não possuíam instrução ou não completaram o ensino fundamental. Neste tipo a taxa de homicídios foi de 5,34, no entanto, encontram-se APs, como o Pirambu/Cristo Redentor, uma das mais antigas e consolidadas favelas de Fortaleza, localizada no litoral, próximo ao Centro, onde se observa um dos maiores índices, 12,36 mortes/10 mil habitantes (Tabela 9.7).

Tabela 9.7 – População, número de homicídios e taxa de homicídios por 10 mil habitantes no tipo popular operário - Fortaleza, 2010

Áreas de Ponderação	População	Número de homicídios	Taxa de homicídios
Barra do Ceará	72.423	43	5,94
Pirambu/Cristo Redentor	44.492	55	12,36
Jardim Iracema/Floresta	52.080	24	4,61
Vila Velha/Jardim Guanabara	76.536	43	5,62
Dom Lustosa/Autran Nunes	34.355	22	6,40
Quintino Cunha	47.277	17	3,60
Bonsucesso	41.198	16	3,88
Conj. Esperança/Parque Santa Rosa/Parque Presidente Vargas	35.621	29	8,14
Conjunto Ceará II /Granja Portugal	63.324	47	7,4
Pici	42.494	23	5,41
Total	509.800	272	5,34

Fontes: Relatório de Pesquisa, Observatório das Metrópoles, 2012/ Cevapi, 2014.

O tipo popular, bem mais homogêneo do que o médio e o médio-superior, e onde se concentram APs dos municípios de Caucaia e Maracanaú e da franja urbana de Fortaleza, conta com áreas mais carentes de infraestrutura e de serviços urbanos, com as rendas *per*

capita mais baixas da RMF, pois 73,67% dos moradores recebem até meio salário mínimo. (OBSERVATÓRIO DAS METROPOLES, 2012). Em Fortaleza, o conjunto de APs desta tipologia apresentou taxa de homicídios de 5,46/100 mil habitantes (Tabela 9.8).

Tabela 9.8 – População, número de homicídios e taxa de homicídios por 10 mil habitantes no tipo popular - Fortaleza, 2010

Áreas de Ponderação	População	Número de homicídios	Taxa de homicídios
Genibaú/Conj.Ceará I	59.557	23	3,86
Ancuri/Paupina/Pedras/São Bento	48.041	10	2,08
Jangurussu	49.037	51	10,40
Bom Jardim	37.758	73	19,33
Canindezinho/Parque São José	51.688	11	2,13
Granja Lisboa	52.808	16	3,03
Siqueira	33.628	19	5,65
Planalto Ayrton Senna	39.446	0	0,00
Conjunto Palmeiras (Inferior)	38.041	21	5,52
Total	410.004	224	5,46

Fontes: Relatório de Pesquisa, Observatório das Metrôpoles, 2012/ Cevepi, 2014.

Em quase todas as APS do tipo popular, de 66% a 80% da população percebem rendas baixíssimas, com apenas 2,28% com renda familiar *per capita* superior a três salários mínimos. Na AP do Bom Jardim este percentual cai para 1,46% da população. A maior parte dos chefes de família desta AP, ou seja, 55,8%, não tem instrução ou tem apenas o fundamental incompleto. São 15,8% de mulheres sem cônjuge com filhos chefiando a família e taxa bem superior à do tipo popular (11,06%). Do total de domicílios, 14,1% tinham até três cômodos. Novamente chamamos atenção para os conflitos territoriais e de territorialidade nessa área da cidade. O Bom Jardim é reconhecido e estigmatizado como o bairro mais violento de Fortaleza, comprovado pela taxa de homicídios por grupo de 10 mil habitantes (19,33). Outro

grupo vulnerável à violência é a população do Bairro Jangurussu onde se verifica uma taxa de 10,40 homicídios/10 mil habitantes.

Nas últimas décadas, as políticas sociais do governo de distribuição de renda e ampliação da rede de ensino técnico e superior público, com apoio aos estudantes com bolsas de pesquisa, ensino e extensão, e no ensino privado com o Financiamento do Ensino Superior (FIES), contribuíram para a ampliação das categorias sócio-ocupacionais de nível técnico e superior. Isto talvez explique o espalhamento das categorias típicas da médio-superior em direção às APs que acompanham os grandes eixos de expansão da zona noroeste e sudoeste de Fortaleza, rumo aos municípios mais integrados à dinâmica metropolitana, como Caucaia e Maracanaú. Outras centralidades se formam e/ou são reforçadas em torno de shoppings: Shopping Parangaba e Jóquei Club, no Bairro Parangaba, North Shopping, no Bairro Antônio Bezerra, e o Rio Mar Norte, no Bairro Papicu, e também nos eixos de circulação, onde se instalam grandes supermercados de capital internacional (Carrefour, Extra, Atacadão, Makro), favorecendo a verticalização e especulação imobiliária em bairros antes horizontais.

Bernal (2004) explica que os capitais incorporadores imobiliários fortalecidos pela formação de associações oligopolistas induzem as transformações socioespaciais e desencadeiam novas dinâmicas urbanas, cujo produto material é a reestruturação intraurbana da cidade de Fortaleza. Assim, os agentes imobiliários juntamente com ação do Estado estão estreitando e elitizando o mercado residencial, pois enquanto produzem principalmente espaços segregados, modernizam a cidade para as elites, acentuando a separação dos grupos sociais.

Na produção do espaço, é importante evocar “as alterações verificadas nos processos de valorização imobiliária, bem como o aparecimento de novos tipos de empreendimentos relacionados com reestruturação do setor da construção, e o papel do estado”. (SALGUEIRO, 1998, p.45). Nesse sentido, as novas formas de modalidade de gestão dos espaços urbanos incluem desde as formas condominiais diversificadas como os loteamentos fechados, condomínios residenciais, passando pelos empreendimentos de usos múltiplos que reúnem funções residenciais, comércio, lazer, ensino e serviços especializados (REIS, 2006). De qualquer modo, o que tem preocupado os pesquisadores, como bem assinala Gondim (2001), é a proliferação de formas espaciais segregadoras e a emergência de uma nova forma de sociabilidade urbana, que compromete a possibilidade de contato entre os diferentes.

Inegavelmente, a distribuição dos homicídios na cidade de Fortaleza resulta das condições históricas, sociais e políticas que engendraram uma cidade fragmentada: espaços dotados de melhor infraestrutura e serviços e outros ocupados por população vulnerável aproveitando pouco as oportunidades resultantes do crescimento econômico do estado do Ceará.

3. Considerações finais

Os fatores estruturais influenciam decisivamente na elevação e distribuição dos crimes letais. Não há uma relação forte e nítida entre a renda média e as taxas de homicídios na RMF. Todavia, as correlações entre as variáveis analisadas para a criminalidade letal mostraram visível influência da urbanização e metropolização. Nesta ótica, os municípios com maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes foram os mais urbanizados e industrializados - Eusébio, Maracanaú, Caucaia, Aquiraz e Fortaleza.

Ao que tudo indica, a expansão da metrópole cearense é condicionante para o aumento da criminalidade letal. Houve considerável crescimento econômico de alguns municípios sem necessariamente serem seguidos de infraestrutura minimamente “aceitável”. A urbanização rápida e desordenada de alguns municípios altera sensivelmente as relações sociais nas comunidades, ao inserir novos hábitos e costumes ligados ao consumo, o que pode explicar a progressão de homicídios em municípios com rendas e PIBs elevados. Evidentemente, a forma, o modo como a renda é dividida na sociedade é outro fator determinante no aumento da violência nesses municípios.

No espaço intraurbano, o padrão distributivo dos homicídios é influenciado pela desigualdade social e/ou segregação socioespacial em Fortaleza. No século XXI, o debate sobre a desigualdade social ganha novos horizontes, sobretudo pela (re) distribuição das categorias sócio-ocupacionais na RMF. As “arestas” devem ser aparadas para esse tema. Tratado como conceito ambíguo ou equivocado, o problema da desigualdade social persiste, embora se apresente com uma “roupagem” nova. Então, se, por um lado, os dados disponíveis no **Atlas de desenvolvimento humano** (2013) apontaram para pequena redução da desigualdade social na cidade, por outro, as disparidades socioeconômicas entre ricos e “pobres” ainda são conside-

ráveis, o que explica a perpetuação e agravamento da criminalidade letal em certas APs.

Por esse ângulo, os tipos com as maiores taxas de homicídios por 10 mil foram o popular operário e o popular. Não por acaso, são eles que reúnem maior quantidade de APs com população em situação de vulnerabilidade; é o caso da AP Pirambu/Cristo Redentor e Dom Lusstosa/Autran Nunes no popular operário, e Bom Jardim e Jangurussu no popular. Nesses tipos, o contexto social e econômico torna os indivíduos ou famílias fragilizados perante as situações de riscos de homicídios, seja como vítimas ou agressores. Desta maneira, a ascendência da criminalidade letal nos municípios deve ser observada também no interior das comunidades (APs ou bairros) nas quais vítimas e agressores dividem o mesmo espaço.

Portanto, as taxas de criminalidade letal mais críticas foram registradas nas APs com populações detentoras de menores rendas *per capita*, baixos níveis de instrução e altos índices de mulheres com filhos e chefiando a família, ou seja, com maior número de famílias em situação de vulnerabilidade social. Evidentemente, as mulheres que chefiam famílias, sem apoio de um parceiro e submetidas a grande carga horária de trabalho, têm tempo reduzido para se dedicar a educação dos filhos, ficando os jovens mais expostos a uma socialização na direção de crimes e violência.

Em outras palavras, as maiores taxas de homicídios ocorrem onde há superposição de carências, atingindo desde o acesso à educação, saúde e emprego. Na população jovem, mais vulnerável a situações de violência, os fatores de proteção são menos efetivos, como a presença de pessoas com melhor renda e escolaridade, que talvez possam propiciar melhor supervisão das crianças e jovens.

Referências

ANDRADE, L. T.; DINIZ, A. M. A. (2013). A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização. *Revista Brasileira de Estudos de População* (Impresso), v. 30, p. 171-191.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 21 de junho de 2014.

BERNAL, Maria Cleide Carlos (2004). **A metrópole emergente**: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A.

CANO, I.; SANTOS, N. 2007. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras.

CÉLULA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS). Disponível em: <http://www.sms.fortaleza.ce.gov.br>. Acesso em: 10 de fev. 2014.

COSTA, M.C.; FREITAS, F. L. S. (2013). Crimes letais em escala metropolitana: o caso de Fortaleza. In: **Homicídios nas regiões metropolitanas** / organizadores Luciana Teixeira de Andrade, Dalva Borges de Souza, Flávio Henrique Miranda de A. Freire ; colaborador Marco Antônio Couto Marinho. Rio de Janeiro: Letra Capital.

FREITAS, F. L. S. (2010). **A territorialidade da criminalidade violenta no bairro Jardim das Oliveiras** – Fortaleza - CE. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

FREITAS, F. L. S.; COSTA, M. C. (2009). Violência, vulnerabilidade e desigualdade socioespacial na RMF. In: COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. (org.). **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC.

GONDIM, Linda Maria de Pontes (2001). O dragão da cultura contra a cidade partida: o Centro Cultural Dragão do Mar e a problemática do espaço público em Fortaleza. In: **IX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)**, 2001, Rio de Janeiro. Ética, planejamento e construção democrática do espaço. Rio de Janeiro, RJ: Anpur, v. II. p. 922-935.

HARVEY, D. (1980). **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec,

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2000). **Censo Demográfico 2000/2010**. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. (2007). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de junho de 2010.

MARICATO, Ermínia (1996). **Metrópole na Periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: HUCITEC Ltda.

MEIO NORTE. Disponível em: <http://www.meionorte.com/noticias/policia/grande-fortaleza-terminou-2013-com-2-754-homicidios-232667.html> Acesso em: 05 de janeiro de 2014.

OBSERVATORIO DAS METROPOLES: Relatório de Pesquisa, Observatório das Metrôpoles, 2012.

O POVO online. Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/04/11/noticiasjornalcotidiano,3234699/pesquisa-reafirma-fortaleza-como-7-cidade-mais-violenta-do-mundo.shtml>. Acesso em: 10 de abril de 2014.

PEQUENO, L. R. B. (2008). Análise sócio-ocupacional da estrutura intra-

urbana da Região Metropolitana de Fortaleza. **Mercator**. Fortaleza. (Online). V. 7, p. 71-86.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Gestão compartilhada. Belo Horizonte: PMBH. <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/estrutura-territorial/setores-censitarios-e-areas-de-ponderacao>. acesso em: 2 de fevereiro de 2015

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - **PNUD**: Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=1735>. Acesso em: 27 de março de 2014.

REIS, Nestor Goulart (2006). **Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas do tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz (2004). Metrôpoles: entre a coesão e fragmentação, a cooperação e o conflito. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz (org). **Metrôpoles: entre a coesão e fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Rio de Janeiro: Fase.

SALGUEIRO, Barata Teresa (1998). Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. Revista Território, Rio de Janeiro, ano III, n. 4.

SANTOS, Milton (2008). **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE (SIM) - **DATASUS**. Disponível em: < <http://datasus.saude.gov.br>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes de (2000). **O desafio metropolitano**. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 360 p.

_____ (2008). **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,

Bem-estar urbano na Região Metropolitana de Fortaleza

*Alexandre Queiroz Pereira
Cleiton Marinho Lima Nogueira*

Resumo: O capítulo analisa o bem-estar urbano na Região Metropolitana de Fortaleza com base em um índice elaborado pela Rede de Pesquisas Observatório das Metrôpoles. Mencionado índice considera cinco dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais, serviços coletivos e infraestrutura. De acordo com as conclusões, um número reduzido de bairros apresenta índices de bem-estar classificados entre excelente e bom, enquanto na periferia metropolitana, de maneira geral, ainda permanecem as piores condições de bem-estar urbano na RMF. A análise do Índice de Bem-Estar Urbano evidenciou a necessidade urgente de planejamento na escala metropolitana.

Palavras-chave: Bem-estar urbano, metrópole, qualidade de vida, planejamento.

Abstract: The article analyzes the urban well-being in Fortaleza Metropolitan Region from an index prepared by the Metropolis Observatory Research Network. The index considers five dimensions: urban mobility, urban environmental conditions, housing conditions, collective services and infrastructure. It was found that a small number of neighborhoods has welfare rates ranked from excellent to good, while in the metropolitan periphery still remains the worst urban welfare conditions in the RMF. The analysis of urban well-being index (IBEU) highlighted the urgent need for planning in the metropolitan scale.

Keywords: Urban well-being index, metropolis, quality of life, planning.

10.1 Introdução

A institucionalização e o crescimento das regiões metropolitanas são fenômenos marcantes da urbanização contemporânea no Brasil. Esses processos resultam de diversas condicionantes que, simultaneamente, produzem efeitos complementares e contraditórios: concentração demográfica, ampliação da diferenciação social e fragmentação socioespacial do tecido urbano (SPOSITO, 2006). Assim, o tecido urbano metropolitano é exemplo da diversidade social nas suas dimensões econômica, cultural, política e espacial.

Na região Nordeste os espaços metropolitanos, diante de fragilidades político-econômicas de centros urbanos secundários, tornam-se mais enfaticamente espaços de comando da hierarquia urbana (REGIC, 2007). A constituição da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) é exemplo cabal desse quadro (SILVA, 2007). Em termos demográficos, a RM de Fortaleza concentra 42,8% da população cearense¹ (IBGE, 2010). Com Produto Interno Bruto (PIB) superior a R\$ 57,7 bilhões, a RMF abarca 65,8% de toda a riqueza produzida no Estado (IPECE, 2013).

Se na escala estadual é perceptível a concentração, na escala intrametropolitana são latentes as desigualdades econômicas e sociais. A RMF acumula a maior parte das riquezas produzidas no Estado, mas, também, uma expressiva desigualdade social confirmada em sua morfologia urbana e em seus indicadores sociais.² Em face deste quadro socioespacial multifacetado, fragmentado e articulado, torna-se questão relevante a compreensão das condições de vida constituídas nos espaços metropolitanos.

Neste âmbito, o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) criado pela rede de pesquisas INCT Observatório das Metrôpoles com o objetivo de avaliar o bem-estar dos cidadãos residentes nas metrôpoles brasileiras pode contribuir para aprofundar o conhecimento sobre as desigualdades socioespaciais existentes na RMF.

Este índice possibilita análises em três diferentes escalas: entre as

¹ A concentração tem significado ainda maior quando se percebe que a população do município de Fortaleza alcança o percentual igual a 29% do total estadual.

² De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas - Habitat de 2012, Fortaleza é a segunda metrópole mais desigual do Brasil. Esse fato é, também, um dos reflexos da expressiva concentração mencionada que engloba diferentes grupos sociais no mesmo território municipal.

metrópoles, entre os municípios metropolitanos e entre bairros (áreas de ponderação). É calculado com base em cinco dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais, serviços coletivos e infraestrutura.³ Na construção dos índices, utilizam-se dados do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo Ribeiro e Ribeiro (2013, p.6), a concepção de bem-estar urbano adotada decorre da compreensão daquilo que a cidade deve propiciar às pessoas em termos de condições materiais de vida, a serem providas e usadas de forma coletiva.

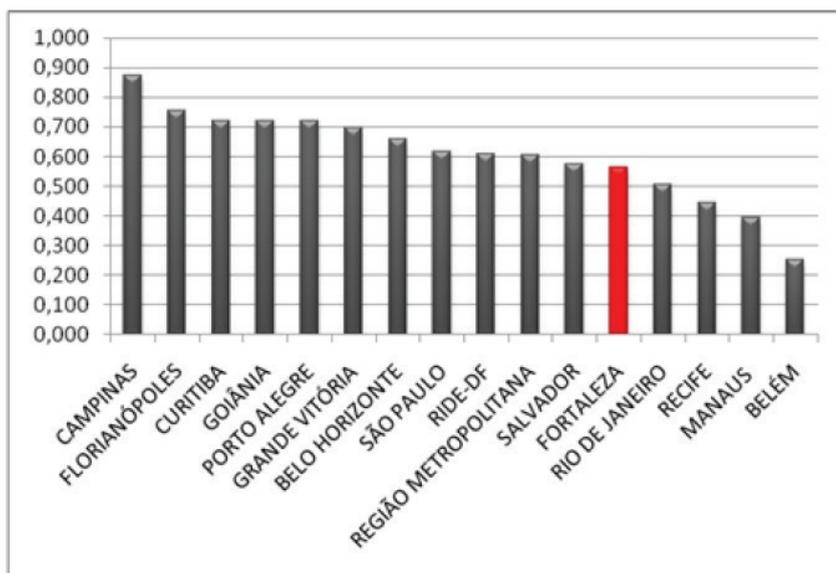
Em meados de 2013, divulgaram-se os índices criados pela rede de pesquisa. No estado do Ceará, os principais veículos de comunicação divulgaram os resultados do IBEU enfatizando as condições desfavoráveis de bem-estar urbano da RMF quando comparada a outras regiões metropolitanas do país. Neste capítulo os resultados do IBEU serão analisados à luz das pesquisas realizadas pelo Observatório das Metrópoles - Núcleo Fortaleza e por outros pesquisadores do espaço metropolitano desta cidade.

10.2 Fortaleza e o IBEU global

Dentre as escalas espaciais de análise, o cálculo do IBEU global permite a avaliação comparativa do contexto da RM de Fortaleza em relação às demais aglomerações urbanas de caráter metropolitano. O índice global evidencia o quanto as desigualdades regionais são marcantes na constituição das metrópoles. Ao observar o Gráfico 10.1, constata-se que das seis regiões metropolitanas abaixo da média nacional, cinco estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste. A exceção é o caso do Rio de Janeiro. Como exposto, a RM de Fortaleza apresenta índice mediano de 0,564, contudo, bem distante dos índices de Campinas, Florianópolis e Curitiba, respectivamente, as três com melhores quantitativos (Gráfico 10.1).

³ Para mais detalhes sobre a metodologia de criação do IBEU, ver o livro **IBEU**: índice de bem-estar urbano. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/images/abook_file/ibeu_livro.pdf

Gráfico 10.1 – Índice de Bem-Estar Urbano Global



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2014.

Em livro dos anos 1990, Manuel Correia de Andrade destaca o crescimento desordenado das cidades como um dos principais problemas na formação regional nordestina. O autor menciona a avaliação de Gilberto Freyre que caracterizava, à época, as transformações nas cidades nordestinas como derivadas não do crescimento, mas do “inchaço”. Neste contexto, Andrade (1993) foi além e detalhou o panorama urbano problemático, ainda hoje não superado.

As cidades ficam superpovoadas, as pessoas se marginalizam, por não encontrarem trabalho, se ligam a atividades informais, ou, pior ainda, enveredam pelo roubo e a prostituição. Observa-se então uma queda do padrão arquitetônico e social das cidades. Do ponto de vista arquitetônico surgem os bairros marginais, formados por habitações que não atendem a um mínimo de conforto e higiene, formando favelas que muitas vezes abrigam percentuais muito elevados da população urbana [...]. Naturalmente que a repercussão social destas aglomerações traz sérios problemas de ordem sanitária e política (ANDRADE, 1993, p. 53).

Para a Região Metropolitana de Fortaleza, o contexto anteriormente descrito pode ser caracterizado ao analisar o desempenho desta aglomeração urbana nas dimensões integrantes do IBEU. Das cinco

dimensões, a RM de Fortaleza aparece acima da média nacional apenas em uma: mobilidade urbana. Neste quesito, a metrópole cearense detém índice igual a 0,790, o terceiro melhor entre todas as aglomerações analisadas, inclusive as demais nordestinas (Salvador e Recife). Vale mencionar que o resultado é obtido quando se analisa o tempo médio de deslocamento casa-trabalho.

Nas outras dimensões, a RM de Fortaleza, comparativamente, aproxima-se dos piores resultados, seguindo assim situação semelhante à das metrópoles nordestinas. No referente às condições ambientais urbanas (arborização, condições de esgoto e forma de deposição dos resíduos sólidos), a RMF registra o quarto pior índice: 0,498. Situação similar ocorre nos quesitos atendimento de serviços coletivos (abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e coleta de lixo) e infraestrutura urbana (iluminação pública, pavimentação de vias, calçadas, meio-fio, rampa para cadeirantes, entre outros) posto ocupar, em ambos, o quarto pior desempenho, com índices inferiores a 0,500.

Na dimensão condições habitacionais (avalia as características físicas da moradia) a RMF apresenta índice considerado intermediário (0,613), todavia abaixo da média geral, ocupando assim o quinto pior resultado.

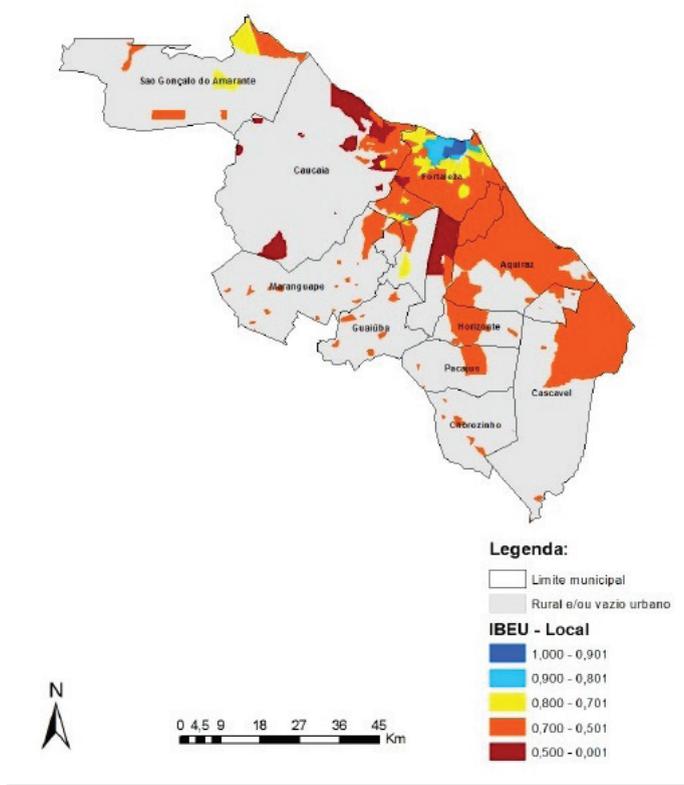
Consoante breve análise comparativa que leva em conta as dimensões integrantes do IBEU demonstra, as políticas públicas de construção e fortalecimento de novas atividades econômicas elaboradas pelos governos ditos modernizadores não foram capazes de solucionar significativamente as problemáticas sociais. Ainda são enormes as desigualdades entre a RMF e as demais metrópoles da chamada região concentrada do Brasil (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

10.2.1 IBEU local da RMF

Conforme indicado, o IBEU também foi calculado na escala intrametropolitana. Ao examinar os dados fica nítida a concentração das áreas de maior bem-estar no setor centro-leste da cidade de Fortaleza. Portanto, verifica-se a sobreposição entre as áreas de maior bem-estar e os bairros de maior prestígio social de Fortaleza. As áreas com excelentes indicadores de bem-estar foram: Meireles (0,954), Joaquim Távora (0,929), Fátima (0,927) e Aldeota (0,905). No entorno dos bairros com elevado índice de bem-estar encontram-se os bairros com indicadores considerados bons.

Já nas áreas de expansão do tecido urbano de Fortaleza estão localizados os bairros com indicadores classificados entre médio e ruim (figura 10.1). Notadamente, eles se situam na periferia geométrica de Fortaleza, ou seja, nas bordas da área originária de ocupação da cidade. No Bairro Siqueira, periferia sudoeste de Fortaleza, está a área de ponderação com o pior índice de bem-estar de toda a RMF (0,417).

Figura 10.1 – Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU local) – Região Metropolitana de Fortaleza.



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2013.

Observa-se, também, a total ausência de áreas de ponderação com indicadores situados na faixa de excelente a bom nos municípios periféricos da RMF. Em Itaitinga e Caucaia concentram-se as áreas com os piores índices.

10.3 Fortaleza, o IBEU local e suas dimensões

10.3.1 Mobilidade urbana (D1)

Para a elaboração da dimensão mobilidade urbana do IBEU utilizou-se a variável tempo de deslocamento casa-trabalho da população ocupada, presente no Censo Demográfico de 2010. Para a análise dos indicadores de mobilidade urbana na RMF deve se considerar as já mencionadas desigualdades econômicas, demográficas e, de maneira especial, as desigualdades espaciais existentes em seu recorte territorial. A princípio, ao se examinar apenas os dados do indicador de mobilidade em Fortaleza, percebe-se que as áreas de ponderação detentoras de números mais positivos estão concentradas, sobretudo, no setor centro-leste e sudeste de Fortaleza. Entre as áreas da capital situadas em um patamar excelente estão: Centro (0,978), Meireles (0,972), Fátima (0,964), Aldeota (0,946), Papicu (0,941), Joaquim Távora (0,933), São João do Tauape (0,913) e Presidente Kennedy (0,901).

Já as áreas de ponderação com indicador de mobilidade considerado bom estão localizadas, sobretudo, no setor sudeste da cidade, a exemplo dos bairros: Cocó (0,896), Messejana (0,893), Jardim das Oliveiras (0,857) e Sapiranga (0,856).

Diante dos números ora expostos, levantam-se algumas hipóteses capazes de ajudar a explicar tal situação. Uma delas reside na proximidade entre os locais de moradia e trabalho. Como evidenciado, nos bairros do setor centro-leste e sudeste estão importantes atividades comerciais e de serviços da metrópole. Deste modo, os moradores destes setores da cidade possuem mais possibilidades de viabilizar o deslocamento casa-trabalho em menor fração de tempo, o que eleva o indicador de mobilidade. Porém, conforme esclarece Villaça (2001), a acessibilidade é modificável não somente com base na localização do imóvel em relação a áreas privilegiadas. Segundo o autor, deve-se levar em conta os transportes utilizados e a infraestrutura de circulação disponível.

Consoante se percebe, as áreas de ponderação (AP) da metrópole com melhores indicadores de mobilidade coincidem com bairros onde estão concentradas as categorias sócio-ocupacionais com maior renda. Pode-se pressupor que os moradores destas áreas detenham maior capacidade financeira para adquirir automóveis particulares e deste modo aumentar as probabilidades de empregar menos tempo

em seus percursos em direção aos locais de trabalho (quando comparados aos trabalhadores usuários de transporte público).⁴

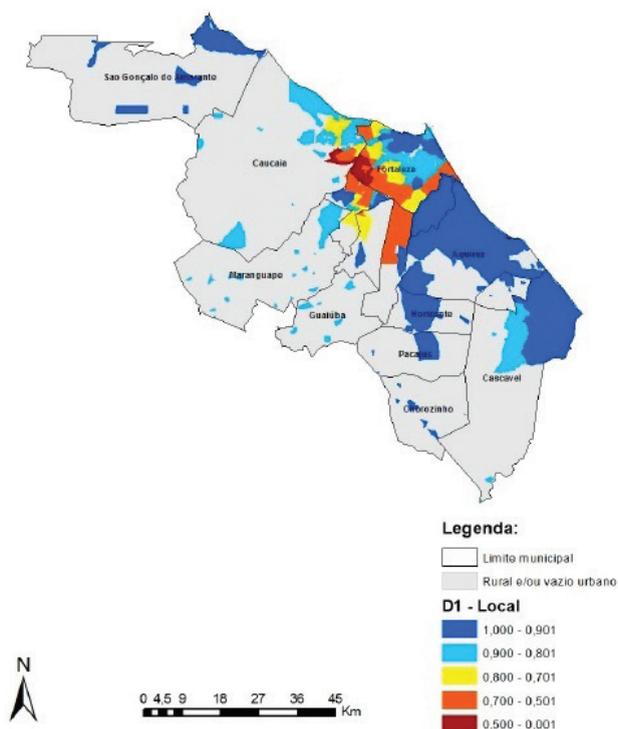
Situação inversa verifica-se nas áreas de menos prestígio social, localizadas na periferia geométrica e social da cidade de Fortaleza. Entre os bairros com índices de mobilidade ruim e péssimo estão: Siqueira (0,024), Granja Lisboa (0,245), Conjunto Esperança (0,287), Granja Portugal (0,405), Canidezinho (0,420) e Prefeito José Walter (0,498). Além da distância física entre os bairros periféricos e aqueles com maior concentração de atividades comerciais e outros serviços, uma parte significativa dos moradores desses bairros utiliza o transporte público ou recorre a formas alternativas de transporte como a bicicleta. Conforme detectou França (2011) ao estudar a mobilidade dos trabalhadores no Bairro Bom Jardim, boa parcela dos seus moradores usa a bicicleta como meio de transporte “para se livrarem do encargo financeiro da passagem de ônibus, revertendo-o como complementando o baixo salário que recebem.” (p. 111).

Já os trabalhadores que utilizam os transportes coletivos (no caso de Fortaleza, especialmente, os ônibus), na maioria das vezes recorrem aos terminais do Sistema Integrado de Transporte (onde se verifica a integração física e tarifária). Apesar de propiciar a diminuição dos custos de deslocamento, essa opção pode prolongar o percurso diário.

No tocante aos municípios periféricos, deve-se analisar os resultados considerando suas peculiaridades. No caso dos municípios situados na periferia imediata da metrópole (ou franja metropolitana), especialmente os bairros Conjunto Metropolitano (0,438), Marechal Rondon (0,439) e Araturi (0,468), Nova Metrópole (0,510) do município de Caucaia e Distrito Industrial (0,631) e Novo Oriente (0,637) de Maracanaú, a situação se assemelha à dos bairros periféricos da capital. São áreas que correspondem a grandes conjuntos habitacionais e, além da proximidade física com o polo metropolitano, possuem em oferta de transporte (ônibus, vans e metrô) que fortalece a integração com o polo. Porém, em virtude das distâncias desses bairros em relação às áreas centrais de Fortaleza, os percursos casa-trabalho são longos (figura 10.2).

⁴ Compreende-se que os transportes públicos em Fortaleza, em virtude de trajetos mais rígidos (entre outros problemas como atrasos, elevada demanda, preço passagens), podem dificultar o acesso dos trabalhadores em desvantagem econômica aos seus locais de trabalho.

Figura 10.2 – Mobilidade urbana – Região Metropolitana de Fortaleza – 2010



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2013.

Quanto aos municípios periféricos detentores de resultados bons e excelentes nos indicadores de mobilidade (Pacajus, Horizonte, Aquiraz, Eusébio, Cascavel, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante) deve-se considerar que seus territórios possuem uma área urbana reduzida. Isto possibilita um deslocamento casa-trabalho em menor fração de tempo. Ademais, o crescimento dos postos de trabalho em atividades industriais nesses municípios também deve ser considerado.

10.3.2 Condições ambientais urbanas (D2)

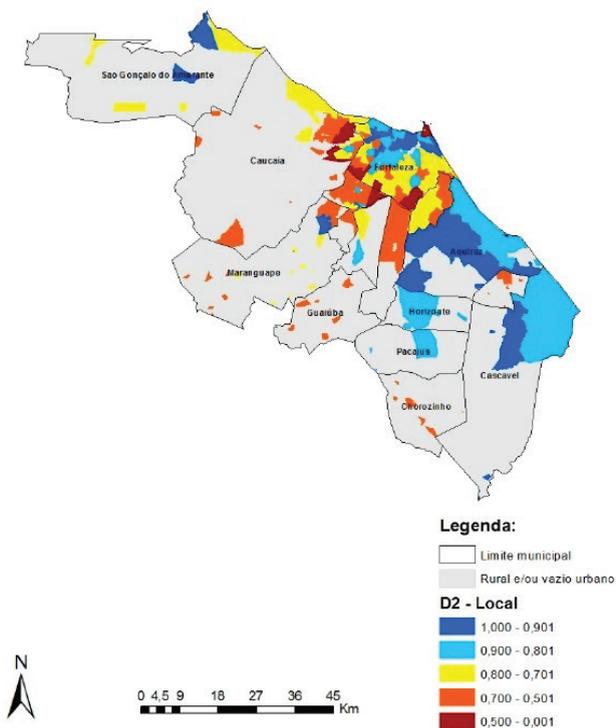
Na elaboração da dimensão condições ambientais urbanas do IBEU foram empregados os seguintes indicadores: arborização no entorno do domicílio, esgoto a céu aberto no entorno do domicílio e lixo acumulado no entorno do domicílio. As áreas de ponderação com indicadores tidos como excelentes foram: Fátima (0,959), Joaquim Távora (0,958), Meireles (0,946) e Aldeota (0,916) em Fortaleza. Diante dos números, nota-se a continuação da sobreposição entre

as áreas com melhores indicadores e os bairros de maior prestígio social na capital.

Já ao analisar as áreas com indicadores tidos como bons, percebe-se uma predominância no setor oeste da cidade, entre elas, áreas que apresentaram IBEU médio, como: Antônio Bezerra (0,866), Barra do Ceará (0,843) e Carlito Pamplona (0,842). Os resultados decorrem, sobretudo, da baixa presença de esgotos a céu aberto e lixo acumulado no entorno dessas áreas residenciais.

Todavia, entre as áreas de ponderação detentoras dos piores indicadores, destacaram-se as correspondentes aos seguintes bairros: Ancuri (0,479) e Canidezinho (0,489), com indicadores péssimos; Planalto Ayrton Senna (0,510), Vicente Pinzón (0,518), Siqueira, (0,520) e Bonsucesso (0,569) com indicadores ruins. Nestes casos, as condições ambientais seguem a tendência de resultado negativo já verificada no IBEU local (figura 10.3).

Figura 10.3 – Condições ambientais urbanas – Região Metropolitana de Fortaleza, 2010



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2013.

Entre os municípios periféricos, alguns setores de Maracanaú, São Gonçalo do Amarante, Cascavel e Aquiraz também atingiram níveis excelentes conforme evidencia o mapa. Porém, em Caucaia, Maracanaú e Itaitinga verificam-se extensas áreas de ponderação com indicadores ruins e péssimos.

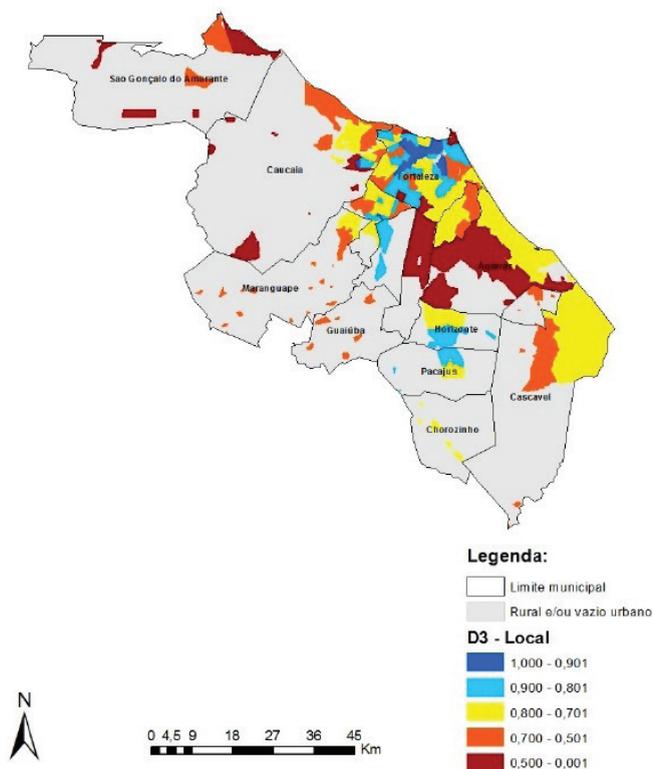
10.3.3 Condições habitacionais (D3)

Na construção da dimensão condições habitacionais do IBEU utilizaram-se como indicadores: aglomerados subnormais, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro, material das paredes de domicílio e espécies de domicílio.

Assim como a primeira e a segunda dimensões do IBEU, as condições habitacionais na escala intrametropolitana encontram maior diversidade na tessitura urbana da cidade de Fortaleza. É possível neste recorte espacial constatar as áreas de ponderação com maior homogeneidade de domicílios com características próximas ao ideal estabelecido para a estrutura física da habitação. Todavia, na mesma cidade, evidenciam-se índices preocupantes em quatro recortes: em dois subespaços litorâneos e em dois outros nos limites interioranos. No litoral leste, o caso mais visível é do espaço situado no entorno da área portuária do Mucuripe, como Vicente Pinzón (0,476), localização historicamente habitada por trabalhadores da zona portuária e outras categorias sócio-ocupacionais também de baixa renda. O contexto ora descrito demonstra a diferenciação socioespacial na metrópole, haja vista a área anteriormente mencionada estar rodeada de bairros com os melhores índices em destaque (bairros Praia de Iracema, Meireles, Praia do Futuro e Dunas).

No litoral oeste, Cristo Redentor (0,447) sobressai negativamente. Esta área de ponderação localiza-se no Grande Pirambu, uma das primeiras favelas de Fortaleza surgida na década de 1950, quando se verificou elevado crescimento populacional na capital (figura 10.4).

Figura 10.4 – Condições habitacionais urbanas – Região Metropolitana de Fortaleza, 2010



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2013.

Nos demais municípios metropolitanos os recortes espaciais com índices mais elevados são detectados em Caucaia, Maracanaú, Pacatuba, Horizonte e Pacajus. Nos três primeiros, as áreas correspondem a conjuntos habitacionais construídos nas três últimas décadas do século passado. Para o caso de Horizonte e Pacajus é preciso mencionar que tais municípios conformam um dos principais eixos industriais do Estado e, desta forma, acredita-se que o processo de urbanização foi seguido do aumento da renda média familiar, fator preponderante para propiciar melhoramentos nas condições habitacionais da população destes municípios.

As áreas com precariedades mais evidentes nesta dimensão estão situadas em Aquiraz, Caucaia, Itaitinga e São Gonçalo do Amarante.

Em comum, estes subespaços têm a característica de enquadrar-se como sede de distritos com baixa densidade populacional e baixos rendimentos monetários por domicílio. Pode-se dizer que formam um conjunto de localidades cuja população possui como atividades econômicas predominantes as de agropecuárias de subsistência, o circuito inferior do terciário (pequenos estabelecimentos comerciais e autônomos) e os empregos vinculados aos serviços públicos municipais (servidores públicos). Mesmo em menor número, ainda hoje, nestes subespaços é possível encontrar várias famílias que residem em casas feitas de taipa com telhado de palha e sem banheiro interno na residência.

10.3.4 Serviços coletivos (D4)

Se a dimensão condições habitacionais está diretamente relacionada às características socioeconômicas dos domicílios, a dimensão serviços coletivos urbanos é estritamente vinculada à capacidade das administrações municipais de prover aos seus habitantes serviços essenciais ao bem viver no espaço urbano. Para o cálculo desse indicador empregaram-se as características: atendimento de água, atendimento de esgoto, atendimento de energia e coleta de lixo.

No tocante ao atendimento de água, esgoto, coleta de lixo e energia, o espaço intraurbano de Fortaleza, em quase sua totalidade, apresenta índices superiores a 0,701. Ainda como se percebe, as áreas com melhores índices coincidem com o conjunto de áreas de ponderação onde se concentram as categorias sócio-ocupacionais médias e superiores (na porção urbana centro-litoral leste), entre eles Meireles (0,996) e Aldeota (0,962).

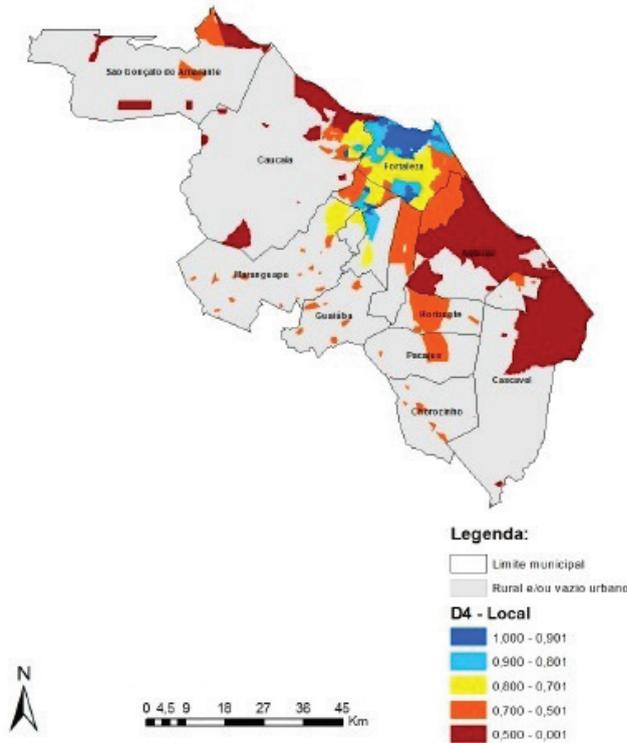
Os bairros com índices entre 0,500 e 0,800 correspondem aos espaços de expansão urbana, na maioria, não atendidos com condições ideais de esgotamento sanitário,⁵ entre eles Passaré (0,711), Dias Macedo (0,700), Messejana (0,674) e Luciano Cavalcante (0,666).

Exceto a capital, o subespaço metropolitano com índices adequados nesta dimensão é constatado nas áreas no entorno do I Distrito Industrial do Ceará em Maracanaú (nos anos 1960), justamente onde o governo estadual construiu conjuntos habitacionais com infraestrut-

⁵ De acordo com o *ranking* de saneamento divulgado pela organização Trata Brasil, dados de 2010, a rede de saneamento de Fortaleza atende apenas a 48,30% dos domicílios. Para mais detalhes consultar <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/pdfs/Tabela-Ranking.pdf>.

tura básica para recepcionar os trabalhadores na zona industrial (no final dos anos 1970)⁶ (figura 10.5).

Figura 10.5 – Atendimento de serviços coletivos urbanos – Região Metropolitana de Fortaleza, 2010.



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2013.

Como é possível observar, Cascavel, Aquiraz, Caucaia e São Gonçalo do Amarante apresentam IBEU local referente aos serviços coletivos inferior ou igual a 0,500. Todos são municípios litorâneos e apesar de atraírem empreendimentos turísticos e imobiliários em suas

⁶ “Os conjuntos habitacionais de Maracanaú, construídos entre os anos de 1979 e 1983, são os seguintes: Conjunto Jereissati, este dividido em cinco setores: A, B, C, D e E, constituindo o maior aglomerado populacional do Município, com cerca de 40 mil habitantes; Conjunto Novo Maracanaú, com uma população de aproximadamente sete mil pessoas; e Conjunto Novo Oriente, o menor deles, mas com uma população na ordem de quatro mil habitantes; Conjunto Industrial, com uma média de sete mil moradores; Conjunto Acaracuzinho, por volta de oito mil habitantes; Conjunto Timbó, quase doze mil.” (CARVALHO, 2009, p. 101-102. Dados do censo de 2000).

respectivas orlas, não há investimentos públicos proporcionais no tangente, principalmente, à expansão da rede de coleta e tratamento de esgoto, assim como água tratada. O único caso de localidade litorânea com sistema de tratamento de esgoto encontra-se na sede do distrito de Pecém (São Gonçalo do Amarante), onde também está situado o porto homônimo.

No perímetro urbano dos municípios, coleta de lixo e acesso à energia elétrica são serviços praticamente universalizados. Todavia, as municipalidades e o governo estadual, através da sua Companhia de Água e Esgoto (Cagece), demonstram incapacidade na efetivação de um plano de expansão da rede de tratamento de esgoto. A principal alegação são o custo das obras e a inexistência de recursos públicos suficientes. Tal avaliação não se sustenta, pois, conforme se percebe, historicamente, estes serviços não alcançaram, nas premissas dos governos, *status* de política pública urgente.

10.3.5 Infraestrutura (D5)

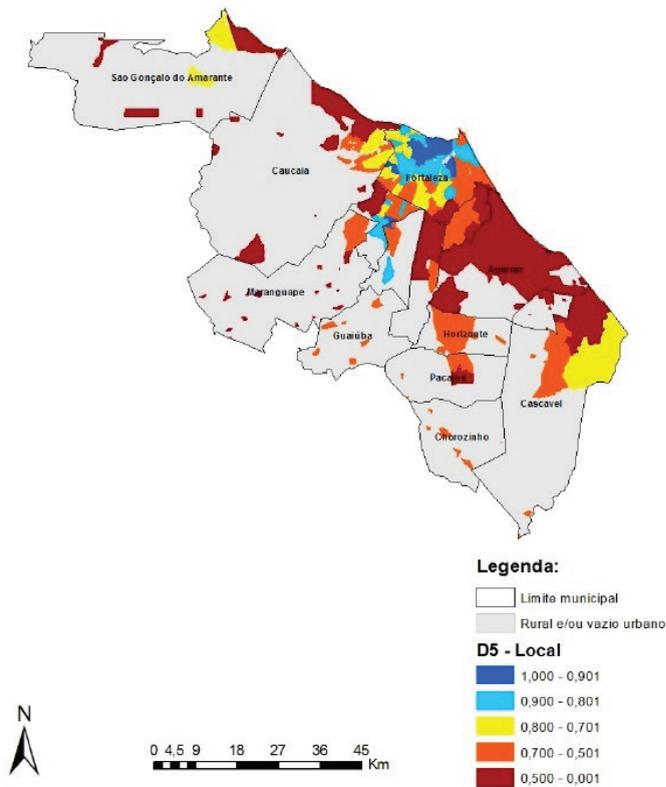
A dimensão do IBEU infraestrutura considera as características básicas do entorno de domicílios situados em aglomerações de natureza urbana: iluminação pública, pavimentação do logradouro, calçada, meio-fio, bueiro/boca de lobo, rampa para cadeirantes e identificação do logradouro. Assim, como a dimensão serviços coletivos, essa depende de investimentos públicos, essencialmente municipais. Desta maneira, há intensa semelhança com os resultados obtidos na avaliação da dimensão anteriormente mencionada, principalmente para o caso intraurbano de Fortaleza.

Analisar essa dimensão para os demais municípios metropolitanos requer informar acerca de três contextos morfológicos constituintes do território destas unidades da federação: a aglomeração-sede (a cidade), os aglomerados-sede de distritos e os trechos urbano-costeiros. O primeiro contexto urbano agrega as melhores condições nesta dimensão. No caso dos demais fragmentos urbanos, são rarefeitas as subáreas que agreguem todos os indicadores desta dimensão. Muito pelo contrário, nos distritos e ocupações litorâneas dos municípios de Cascavel, Caucaia, São Gonçalo do Amarante e Aquiraz são comuns ruas sem pavimentação e sem sistema de drenagem de água pluvial.

Sobressai o caso dos espaços litorâneos à medida que estas espacialidades nas últimas décadas têm recebido recursos milionários tanto da iniciativa pública como da privada para estruturação de em-

preendimentos turísticos e imobiliários destinados à moradia e ao lazer. Entretanto, na maioria, os recursos são focados no entorno dos empreendimentos, em detrimento de logradouros públicos das chamadas comunidades litorâneas (PEREIRA, 2013) (figura 10.6).

Figura 10.6 – Condições de infraestrutura urbana – Região Metropolitana de Fortaleza, 2010



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2013.

10.4 Considerações finais

No quadro de desigualdades intrametropolitanas existentes na RMF, segundo se verificou por meio do IBEU, um número reduzido de bairros apresenta índices de bem-estar classificados entre excelente e bom. Esses bairros estão localizados exclusivamente em Fortaleza, enquanto na periferia metropolitana, de maneira geral, ainda permanecem as piores condições de bem-estar urbano na RMF.

A análise dos resultados sintetizados no IBEU tem a relevante função de evidenciar a necessidade urgente de planejamento e intervenção na escala metropolitana.

Evidentemente, a integração metropolitana deve ser constituída não somente de fluxos de mercadorias, capitais e pessoas, mas, também, de políticas públicas (deposição adequada de resíduos sólidos, transporte coletivo, sistemas de saneamento básico e tratamento de água) compartilhadas entre as municipalidades componentes da RMF.

Referências

ACCIOLY, V. M. (2008) **Planejamento, planos diretores e expansão urbana: Fortaleza 1960-1992**. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ANDRADE, M. C. (1993) **O nordeste e a questão regional**. 2. ed. São Paulo: Ática.

CARVALHO, K. (2009) **Territórios produtivos: Estudo geográfico do I Distrito Industrial do Ceará**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.

FRANÇA, C. F. de S. (2011) **Acessibilidade e direito à cidade: um estudo sobre a mobilidade espacial urbana dos moradores do bairro Bom Jardim**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

INCT/Observatório das Metrôpoles. (2012) **Metrôpoles em número: crescimento da frota de automóveis e motocicletas nas metrôpoles brasileiras 2001/2011**. Relatório. Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2008) **Regiões de influências das cidades 2007 - REGIC**. Rio de Janeiro.

_____. (2011) **Sinopse preliminar do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IPECE. (2012) **Perfil Básico Regional 2012: Região metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza, 2012. Disponível em http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/Perfil_Regional_R1_RMF_2012.pdf. Acessado em 10 ago. 2013.

PEQUENO, L. R. B. (2009) **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrôpoles.

PEREIRA, A. Q. (2013) **A vilegiatura marítima na metrópole: morfologias**

e tipologias espaciais. In: PEREIRA, A. Q. et al (orgs.). **Maritimidade na metrópole**: estudos sobre Fortaleza-CE. Porto Alegre: Editora Liro, p. 9-47. Disponível em <http://www.moodlelivre.com.br/e-book/ebook-maritimidade-na-metropole-estudos-sobre-fortaleza>. Acessado em 20 nov 2013.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. (orgs.) (2013). **IBEU**: índice de bem-estar urbano. Rio de Janeiro: Letra Capital.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (2008) **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 12. ed. Rio de Janeiro: Record.

SILVA, J. B. (2007) Região Metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, J. B. et al. (orgs.). **Ceará**: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, p. 101-124.

SPOSITO, M. E. B. (2011) A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, M. Encarnação B. (orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, p. 123-145.

VILLAÇA, F. (2001) **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute.

PARTE III

Governança metropolitana em Fortaleza

José Borzacchiello da Silva

Resumo: O texto contempla aspectos da gestão metropolitana na Região Metropolitana de Fortaleza. Enfoca a dinâmica sócio-espacial em face ao processo de metropolização do território, contido no recorte regional. A tentativa de apreender procedimentos de gestão que ultrapassassem os limites escalares impostos pelos recortes municipais e localização das sedes municipais e distritais resultou no levantamento de dados e informações capazes de revelar a distância entre um discurso pautado na governança metropolitana e os problemas mais elementares expostos pela ausência de soluções urbanas possíveis de dialogar entre si no contexto da trama metropolitana em busca de maior oportunidade para os municípios metropolizados, mais equidade socioespacial e melhoria da qualidade de vida sob a perspectiva ambiental. Os dados revelam baixo nível de integração entre os municípios componentes da região metropolitana, mas apontam ao mesmo tempo, para um processo incipiente de integração. A capital continua exercendo forte poder de comando e de concentração de atividades e de serviços.

Palavras-chave: Governança metropolitana, institucionalização, integração, planejamento.

Abstract: The text includes aspects of metropolitan management in Fortaleza Metropolitan Region. It focuses on the socio-spatial dynamics regarding territory metropolization process included in the regional cropping. The attempt to seize management procedures which exceeded the limits imposed by municipal scalar clippings and location of the municipal headquarters and district, it resulted in the collection of data and information, able to reveal the distance between a guided speech in metropolitan governance and the most basic problems, exposed by the lack of possible urban solutions to dialogue with each other in the context of metropolitan plot in search of greater opportunity for citizens that live in metropolis, more socio-spatial fairness and improving the quality of life in the environmental perspective. The data shows low level of integration among the municipalities components in the metropolitan region but at the same time indicate an incipient integration process. The capital continues to play a strong and powerful command and concentration of activities and services.

Keywords: metropolitan governance, institutionalization, integration, planning.

11.1 Introdução

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) é constituída por quinze municípios. Fortaleza, a cidade matricial, amplia cada vez mais seu poder de comando e mostra pujança em vários setores. Os municípios localizados a leste da metrópole, especialmente ao longo da Rodovia CE-040 - Eusébio, Aquiraz, Pindoretama e Cascavel, dão lugar à construção de muitos hotéis, *resorts* e residências para fins de veraneio. Eusébio se distingue dos demais pelo número de condomínios residenciais e loteamentos fechados construídos. São muitos e de vários portes, alguns com razoável número de unidades, ocupados, principalmente, por antigos residentes de Fortaleza. Ademais conta com três loteamentos fechados com a marca Alpha-ville, o primeiro com 1.188 200 m², lançado em 2001, o segundo, com 543.313 m², lançado em 2005 e o terceiro, em fase de lançamento está projetado para ser um grande polo metropolitano de residências, comércio e serviços. Prevê ocupar uma área de aproximadamente 18.000.000 m² com torres residenciais e de serviços, aeroporto, escolas e empresas.

A atividade industrial resultou num corredor extremamente dinâmico que se estende entre os municípios de Horizonte e Pacajus e Itaitinga, ao longo da BR-116. Como observado, a paisagem industrial é bem presente nos municípios de Maracanaú, Pacatuba e Maranguape. Mas o destaque é Maracanaú, onde se localiza o Distrito Industrial, com indústrias de grande e médio porte. Caucaia e São Gonçalo do Amarante sofrem fortes impactos com a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém enquanto Guaiuba e Chorozinho são os mais isolados. Independentemente da constatação da melhoria dos serviços e ampliação da infraestrutura e de equipamentos, o território metropolitano expõe suas contradições, comprovando que as políticas públicas adotadas não são capazes de impedir visíveis diferenças sociais contidas na paisagem. Esses contrastes estão presentes em todos os municípios componentes da Região Metropolitana de Fortaleza, o que permite identificar distintas territorialidades.

Quando analisada em conjunto, a RMF forma uma expressiva mancha urbana que evidencia os problemas ligados à governança e à governabilidade a se manifestar em múltiplos aspectos. Em sua maioria a diferenciação sócio-espacial e seus corolários datam de 1973,

quando da institucionalização e implementação da região metropolitana¹ como os que mostram precariedade do nível de integração ao núcleo polarizador. Os municípios do entorno metropolitano acusaram forte incremento demográfico e intensificaram o processo de uso e ocupação do solo e com isso aumentaram a malha urbanizada. Conforme dados do censo de 2010, do IBGE, a taxa de urbanização da RMF é de 96,2%, praticamente toda a área regional. Esse processo ampliou as distâncias entre bairros novos e antigos e suas respectivas sedes. Entretanto, a integração física ainda é mantida pelas sedes municipais.

Quanto à gestão, quando da criação da Região Metropolitana de Fortaleza, o governo do Estado criou também a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza (AUMEF), conduzida por um administrador que tinha o cargo de superintendente. Em virtude da natureza da gestão e sua extensão territorial, sua ação continha e exercia um poder supramunicipal, mesmo não se tratando de cargo eletivo. Da presença de um órgão centralizador, emergiram os conflitos gerados pelos diversos interesses contrariados, bem como os primeiros questionamentos. A insatisfação decorria do choque entre as diferentes esferas de governo e o processo decisório, envolvendo várias autoridades. Sob forte pressão, o órgão não sobreviveu à Constituição de 1988, quando os estados da federação adquiriram o direito de institucionalizar novas regiões metropolitanas, identificadas em seu território. Adquiriram também o direito de ampliar o número de municípios das regiões metropolitanas já institucionalizadas, independentemente da malha original. Por estas razões, e, principalmente, devido aos graves problemas que feriam a autonomia municipal, a AUMEF foi desativada e encerrou suas funções.

Afora a ação do estado e de outras medidas oficiais, na incipiente formação metropolitana de Fortaleza, a integração de vários setores mantidos entre os municípios e Fortaleza adquiria certa nitidez. Contudo, os diagnósticos mais simples e elementares da dinâmica territorial revelavam um grande fosso entre as ações políticas dos gestores e as demandas municipais. Segundo se constata, a falta de conhecimen-

¹ A Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, que regulamentou o Artigo 164 da Emenda Constitucional (EC) nº 1, de 17 de outubro de 1969, e a criação Região Metropolitana de Fortaleza decorre da Lei Complementar no 14, de 8 de junho de 1973, que regulamentou o Artigo 164 da Emenda Constitucional (EC) nº 1, de 17 de outubro de 1969, e institucionalizou, de forma compulsória, as primeiras regiões metropolitanas no Brasil em pleno regime militar,

to da realidade multifacetada do mosaico metropolitano gera sérios entraves de gestão que afetam diretamente a governança. Inevitavelmente, também, “a agenda metropolitana não avançou mais porque não se firmou e enraizou como escala política na sociedade brasileira”. (KLINK, 2010, p.8 e 9).

Por sua vez, a integração metropolitana tem sido objeto de interesse e pesquisa de diversos órgãos e instituições. No Ceará, o estado como agente administrativo tem sido lento em suas pesquisas e propostas. Há pouco investimento em estudos e levantamentos capazes de evidenciar, com maior nitidez, a dinâmica metropolitana. De modo geral, a anexação de novos municípios, a implantação de infraestrutura, de equipamentos e serviços em municípios mais consolidados no contexto metropolitano ou os mais recentes provocam entraves quanto à compreensão e apreensão da realidade metropolitana. Assim, a ausência de política integrada de investimentos segundo a lógica do planejamento territorial resulta em mosaico complexo e de difícil leitura. Ademais, a deficiência do setor de informações e a excessiva polaridade de Fortaleza culminam em adoção de políticas que reforçavam a centralidade da cidade sem os conhecimentos dos seus efeitos sobre a retaguarda metropolitana. Neste âmbito, os primeiros planos de caráter mais abrangente, envolvendo os demais municípios, continham propostas voltadas, principalmente, para o aspecto físico territorial. No plano da integração física, intensificou-se a malha radioconcêntrica que potencializou a capacidade centrípeta de Fortaleza num processo de forte captura de atividades, de quadros mais qualificados e de capital. Em sua trajetória, a RMF foi se configurando como extenso bolsão periférico, onde se instalavam distritos industriais, indústrias isoladas, conjuntos habitacionais de grande porte, lixões e aterros sanitários, represamento de água para o abastecimento de Fortaleza e outras atividades.

Contudo, o conhecimento acumulado, os dados e informações oficiais eram pouco consistentes para dar conta da tarefa de reflexão e propostas de políticas públicas metropolitanas. Como observado, os vários projetos elaborados não dialogavam entre eles, não acumulavam *expertise* no plano da gestão metropolitana. Uma conjuntura favorável em contexto dinâmico traz à tona o tema voltado à complexidade urbano-metropolitana que emerge no Ceará em trabalhos realizados pela equipe ampliada organizada pelo setor privado, responsável pelo Plano

Estratégico de Fortaleza (Planefor).² Trata-se de uma experiência inédita que contribuiu para o avanço da discussão em torno do tema da gestão metropolitana. Malgrado todas as críticas geradas em torno da perspectiva estratégica de planejamento, o Planefor adquiriu formato próprio e legitimidade em amplos setores da sociedade, inclusive, junto a vários segmentos dos movimentos sociais populares. Na sua organização e atuação, este plano conseguiu mobilizar intelectuais e representantes de diferentes segmentos sociais. Foram muitas as concorridas conferências e reuniões que suscitavam debates acalorados, extensa pauta de propostas e agenda política. Os textos de apoio, os profissionais convidados e os diferentes eventos organizados contribuíram para a constatação de que as grandes aglomerações urbano-metropolitanas trazem em seu cerne sérios problemas de gestão que se manifestam num quadro de injustiça social. As diferentes equipes de órgãos estaduais, federais e municipais, voltadas ao planejamento metropolitano, indicaram representantes para atuar nas comissões do Planefor.

Verifica-se, atualmente, um contexto bem diferente do início dos anos 1970, quando a Prefeitura Municipal de Fortaleza, com o apoio do governo federal, contratou uma equipe de planejamento de São Paulo para elaborar o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (Plandirf). O plano foi realizado em 1972, logo, anterior à institucionalização da referida região metropolitana. Essa antecipação, essa prática, a preocupação com o conhecimento da realidade sob a perspectiva do planejamento metropolitano, não foi seguida pelos órgãos oficiais nos anos posteriores. Quando da criação do Planefor, a discussão sobre o processo de metropolização de Fortaleza adquiriu maior vigor e legitimidade.

² Planefor – Planejamento Estratégico de Fortaleza foi concluído em 1999, era custeado por um Consórcio Mantenedor liderado por várias entidades do setor empresarial e órgãos públicos (Centro Industrial do Ceará – CIC, Câmara dos Dirigentes Lojistas de Fortaleza – CDL, Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, Federação do Comércio – Fecomércio, SEBRAE, Embratur, Governo do Estado do Ceará e Prefeitura Municipal de Fortaleza. Tinha como objetivo central: “Estruturar a Região Metropolitana de Fortaleza como espaço vertebrado, articulado e equilibradamente desenvolvido, tornando-a centro de referência comercial, turístico, cultural, industrial, logístico e de serviços das regiões Norte e Nordeste, mantendo e potencializando a identidade conjunta e as específicas dos municípios, distritos e bairros que a compõem. Fortalecer a coesão e a justiça social na RMF e valorizar o bem comum mediante a educação, o exercício da cidadania e o acesso da população ao trabalho, aos serviços públicos e os equipamentos sociais”. In: *ciudadesdobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl...arecod=17&newcod...Pesquisa realizada em 9.7.2014.*

No plano da gestão, são muitas as entidades políticas e jurídicas envolvidas na administração do território metropolitano, composto por comunidades autônomas que, em contexto democrático, questionam e ou reclamam participação direta no processo decisório dos seus destinos. A institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil deu-se em ambiente autoritário, de modo que várias dessas questões não foram postas. Em contexto democrático, perguntas frequentes surgem diante de um feixe de problemas que afetam várias comunidades ou municipalidades. São muitas as indagações preocupadas em saber como transpor os obstáculos. De que forma solucionar as demandas de abastecimento de água, do destino dos resíduos sólidos e dejetos, transporte e consumo de energia elétrica? Como administrar a instalação de infraestruturas, equipamentos e serviços compatíveis com as demandas, desejos e necessidades? Como equacionar o problema da mobilidade e da acessibilidade? De que maneira os gestores podem e devem compartilhar os problemas? Quem paga as contas? Como viabilizar justiça e equidade social em comunidades economicamente diferenciadas? Como organizar social e politicamente a representatividade política das comunidades nos órgãos de avaliação, controle e decisão?

Os problemas de gestão e de governabilidade estão na ordem do dia e despertam atenções da administração pública de várias esferas, inclusive a federal, de grupos de pesquisa organizados em instituições de diversas naturezas, como é o caso do Observatório das Metrôpoles que tem uma linha específica voltada à análise e compreensão dos fenômenos e processos ligados à governança.³

³ Linha III - Governança Urbana, Cidadania e Gestão das Metrôpoles - **Coordenadores da linha 3:** Maria do Livramento Clementino – UFRN e Raquel Rolnik – USP. Esta linha de trabalho está dedicada ao estudo das condições que constroem a **construção de um sistema** de governança dos aglomerados urbanos metropolitanos que atenda aos requerimentos da eficiência e eficácia na gestão dos problemas comuns e das políticas públicas. O conjunto de projetos considera os condicionantes decorrentes da nossa ordem jurídica que, por um lado, afirma a competência dos governos estaduais para instituir regiões metropolitanas para o planejamento e execução de funções públicas de interesse comum. Por outro, afirma a autonomia municipal na arrecadação de tributos e na função de regulação pública do uso e ocupação do solo urbano. Esse quadro institucional impõe, ao menos no horizonte do médio prazo, a necessidade de um sistema de governança urbana das áreas metropolitanas fundado na cooperação intergovernamental e entre os poderes públicos e as entidades de representação da sociedade. Ao mesmo tempo buscamos compreender as razões pelas quais o funcionamento do sistema político-eleitoral não favorece a constituição de representações políticas na escala metropolitana, prevalecendo a prática de aglutinação localista de interesses. Consideramos também os possíveis bloqueios decorrentes das tendências

Quanto à administração pública, merece destaque o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República que, em parceria com o Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), aplicou a Plataforma IPEA de Pesquisa em rede do Projeto Governança Metropolitana no Brasil com a Oficina nº 1, denominada Arranjos Institucionais de Gestão Metropolitana – Região Metropolitana de Fortaleza com o título: Análise Preliminar do Arranjo Institucional de Governança da Região Metropolitana de Fortaleza. Redefinido o documento recupera o aparato institucional do sistema de gestão, apresenta a metodologia preliminar de avaliação do sistema de gestão e, em seguida, elenca os aspectos positivos do sistema e os entraves para a gestão.

No caso específico de Fortaleza, a expectativa é se estabelecerem políticas capazes de gerar uma cultura metropolitana que compreenda o conglomerado urbano como uno e único em termos de gestão, sem ferir a autonomia municipal. Cultura metropolitana significa inserir no cotidiano dos munícipes integrantes da aglomeração a ideia segundo a qual os problemas comuns exigem soluções comuns, operacionalização mais simples e compartilhada, bem como custos mais vantajosos. No caso de Fortaleza, dá-se o contrário. Consonante o contexto da gestão, o território metropolitano que extrapola a capital é percebido e tratado como periférico ou dependente da cidade polo. Na análise preliminar de dados e informações inerentes à distribuição de oportunidades de acesso a vários serviços e práticas sociais no espaço metropolitano, não se constata ações de solidariedade territorial, de busca de soluções mútuas, caracterizadas pela cooperação. Uma postura política capaz de evitar e reduzir essas distorções deve alcançar as municipalidades e os órgãos legislativos e executivos, criando, na medida do possível, condições de ultrapassar a tradição individualista que vê no metropolitano apenas a junção de unidades municipais isoladas formando um todo sem nenhuma conectividade e reciprocidade. Toda gestão pressupõe ações aptas a solucionar problemas e garantir continuidade no processo administrativo. É neste contexto que emergem novos conhecimentos, práticas e formas de gestão.

fragmentadoras dos processos de segregação e segmentação residenciais, observadas em nossas metrópoles. Esse conjunto de condições tende a inibir o surgimento de um sistema de atores sociais e políticos com um campo de interesses mais amplo do que o estritamente local. In: www.observatoriodasmetropoles.net/ Pesquisa realizada em 9.7.2014

No referente à governança, o conceito em sua elaboração preocupa-se com a capacidade de coordenação. Para as regiões metropolitanas, considerando o conjunto de municípios e a multiplicidade de territórios, admite-se a pertinência da discussão em torno do conceito de governança, que segundo Gaudin (1997 p.132) “se definiria inicialmente, como uma capacidade de coordenação tornando possível a ação. Trata-se de uma perspectiva de análise que permitiu se dar conta da intensidade crescente das relações público-privada na condução de políticas públicas”.

Sob esse aspecto, o tema tornou-se recorrente entre autores nacionais e estrangeiros e aos poucos passou a ser adotado por órgãos oficiais, gerando alguns entraves conceituais quanto à sua compreensão e aplicação. Dentre os autores que discutem a governança sob uma perspectiva crítica, Novarina (1997, p. 214) se destaca ao afirmar:

Os teóricos da governança insistem sobre as dificuldades que encontram as elites políticas para governar. O poder não deve ser mais analisado a partir somente das instituições e da ação pública, não consiste somente na elaboração e implementação de normas jurídicas. A fragmentação do sistema político administrativo e a complexidade crescente das redes de atores conduzem a se interessar mais com os problemas de coordenação e de cooperação.

Por sua vez, o tema da governança ultrapassa os limites da pura administração e, nesta direção, a crítica maior está centrada no pressuposto da emergência de uma sociedade de direitos, com seus anseios e reclamos. Contudo, a abrangência e adoção do conceito de governança pelas agências internacionais voltadas ao desenvolvimento urbano devem observar a emergência do fato metropolitano como característica do crescimento econômico desigual e aumento das grandes aglomerações demográficas, acompanhadas do aumento crescente da pobreza e da urbanização incompleta ou precária. Isto se aplica, especialmente, nos países em vias de desenvolvimento.

11.2 Institucionalização e gestão metropolitana

Fortaleza cresceu muito em curto espaço de tempo, e guarda poucos vestígios do seu passado recente. Com a expansão urbana surgiram bairros equipados, alteração no sistema viário, implantação de in-

fraestrutura e equipamentos que atendem parcialmente às demandas de uma aglomeração urbana extremamente dinâmica. Fortaleza ocupa hoje a posição de quinta cidade brasileira, com população superior a dois milhões e meio de habitantes. Desde os anos 1960, a capital cearense acusa acentuado crescimento demográfico, a justificar sua inclusão no rol das capitais reconhecidas como as que apresentavam formato metropolitano.

No plano da gestão, a institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil impôs a adoção de instrumentos autoritários, porquanto, nos idos de 1973, o país vivia em plena vigência da ditadura militar. O processo de democratização ensejou questionamentos sobre os diferentes órgãos criados naquele período, especialmente os que colocavam em xeque pontos vitais da democracia e da governabilidade urbana. De modo geral, as discussões referiam-se aos direitos conquistados com a autonomia municipal e a responsabilidade dos prefeitos com a gestão do território.

Noutra direção, os desafios postos pela gestão metropolitana extrapolaram outras formas de aglomeração institucionalizadas ou não. Ademais, o advento da questão ecológico-ambiental revelou problemas e realidades que atingiam diversas e diferentes municipalidades. Como evidenciado, a crise econômica iniciada nos anos 1970 impôs a necessidade de soluções coletivas, de redução de despesas, a resultar em consórcios municipais e outras formas associativas envolvendo municípios, estabelecendo novos recortes regionais.

Sob a perspectiva da escala, os problemas de gestão da cidade independem do porte e do tamanho que elas possuem. Podem ser as grandes, de forma metropolitana, integradas à rede mundial de cidades, ou as de porte médio ou pequeno, que em seu cotidiano vivem, de maneira completa ou incompleta, o modo de vida urbano. Então, a gestão metropolitana passa a requerer uma atenção especial, uma vez que as áreas metropolitanas concentram elevado contingente demográfico bem como parte considerável da riqueza gerada nos países. Entretanto, os efeitos decorrentes das profundas desigualdades e carências sociais revelam-se cada vez mais crescentes no nível intraurbano. Fortaleza enquadra-se nesse contexto. Transformada em metrópole em período marcado pela forte repressão política que se inicia em 1964 e se estende até o começo dos anos 1980, a cidade expressa em sua forma urbana vestígios de práticas autoritárias, como remoção de assentos precários, localização de conjuntos habitacionais, entre ou-

tros. Somem-se a isso fatores estruturais e conjunturais, explicativos da sua expansão recente, o aumento da pobreza urbana e o rápido processo de favelização.

Na cidade, a expansão da malha urbana se intensifica com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1964, quando seu território deu lugar à implantação de enormes e longínquos conjuntos habitacionais. É o início da formação de extensas áreas periféricas. A coroa metropolitana, pouco expressiva nos primórdios dos anos 1970, quando era dominada por atividades ligadas ao campo, se estende num rápido processo de adensamento demográfico e acusa forte incremento das densidades. Neste prisma, o processo de ocupação e uso do solo na periferia metropolitana imediata torna-se cada vez mais intenso e também aumenta a dependência dos municípios periféricos em relação à infraestrutura e aos serviços ofertados pela capital. Ao mesmo tempo, a construção desses conjuntos populares acentua o movimento de migrantes que alimentam o fluxo migratório. Nos últimos anos, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) ampliou consideravelmente o parcelamento, uso e ocupação da terra urbana no espaço metropolitano de Fortaleza. O fluxo migratório para a capital e seu espaço metropolitano é marcado por intensa mobilidade demográfica intermunicipal. É um processo que se inicia quando da instalação de novas indústrias e outras atividades econômicas de porte nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza. Nos anos 1960, 1970 e 1980, as taxas de crescimento demográfico acusam enormes percentuais. A mancha urbana assume porte e importância considerável na economia da cidade e do estado, o que exige atenção especial no tocante às políticas públicas de gestão do território. Assim, o conjunto metropolitano transforma-se em excelente mercado produtor e consumidor.⁴ Com uma população total de quase três mi-

⁴ Quanto à sua oficialização, a Região Metropolitana de Fortaleza foi do tipo compulsório, ou seja, instituída e definida por força legal (Lei Complementar n° 14/73). No tangente à realidade sócio-espacial, sua institucionalização deu-se antes que o processo de metropolização se manifestasse. No seu início, quando da sua instalação, a RMF era constituída pelos municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz. Em conformidade com a legislação em vigor, um novo município para integrar a região metropolitana teria de ser resultado de desmembramento ocorrido em face da emancipação de distritos dos municípios matriciais. Foi o que aconteceu com os distritos de Eusébio, Guaiuba, Itaitinga e Maracanaú que após o processo emancipatório passaram a integrar o espaço metropolitano. A Constituição de 1988 transferiu para os governos estaduais o poder de agregar mais municípios ou criar novas regiões metropolitanas. No caso de Fortaleza, por força de leis posteriores a 1988, foram agre-

lhões e meio de habitantes, cerca de 43,0% dos 8.452.381 de habitantes do Ceará, a RMF assume relevância nacional.

Ao se tornarem cada vez mais competitivas, as cidades firmam-se como local excepcional para a produção e reprodução do capital. Fortaleza não foge à regra. Para exercer esse papel, a governabilidade é fundamental para garantir segurança aos investidores e, mesmo de forma aparente, a paz social. A metrópole incorpora uma totalidade funcional, objeto das diferentes intervenções, e não se apresenta mais fragmentada em cidades e bairros desfavorecidos ou campos setoriais bem delimitados.

Sob essa perspectiva, Fortaleza se consolida como produto e condição do processo de acumulação. A cidade adquire expressão como artefato produzido com diferentes tipos de infraestrutura, de equipamentos, de polo de múltiplas atividades, de centro de fluxo e refluxo de pessoas, mercadorias e capitais e pela intensa rede de relações sociais que propicia. Na fase atual do movimento do capital ela é também condição de medida do nível de desenvolvimento econômico das diferentes sociedades. Na cidade a instrumentalização faz-se claramente a serviço da expansão da forma ultraliberal do capitalismo, que subentende o atual processo de globalização.

É neste contexto do mundo globalizado que as aglomerações urbanas apresentam sérios problemas sócio-espaciais. Com o decorrer do tempo, o Estado é chamado para assumir um papel fundamental na manutenção do equilíbrio social. Diante da crise imposta pela globalização, conforme se constata, os instrumentos clássicos do planejamento não servem mais para a gestão urbana.

Para Silva (2007, p. 90), “as grandes cidades e as aglomerações metropolitanas tornaram-se manchas de alta concentração demográfica, áreas de forte demanda e de constantes conflitos com múltiplos interesses”.

No seu cerne, a década de 1950 traz a dinâmica econômica do pós Segunda Guerra Mundial. O Brasil e Fortaleza conhecem transformações substanciais com o processo de modernização que enseja os primórdios da globalização da economia e a intensificação das redes. Por sua vez, o Brasil passou por mudanças bruscas nos últimos sessenta anos. De país com maioria de população rural acusou, a partir da

gados os municípios de Horizonte, Pacajus, Chorozinho, São Gonçalo do Amarante, Cascavel e Pindoretama.

década de 1950, taxas que registravam predomínio de população residente em cidades e vilas. Num processo contínuo, as cidades cresceram muito e rápido e assumiram proporções gigantescas. As aglomerações urbanas reconhecidas e identificadas como metrópoles foram diferenciadas no plano da gestão. Criadas por força de instrumento legal (Lei Complementar n° 14/73), enquanto algumas se enquadravam nos preceitos do conceito, outras apresentavam tênues sinais de um processo incipiente de conglomerado urbano/metropolitano.

Tais mudanças evidenciam diferenças internas no território do subespaço urbano e do tênue contexto metropolitano que se avizinha. A dinâmica espacial interna nos casos nacional, regional e cearense apresenta variadas formas e diferentes graus de intensidade. Nos anos 1970, após a adoção de políticas de desenvolvimento regional encetadas pela criação da Sudene, fundada na concessão de incentivos fiscais para as empresas que se instalassem no Nordeste, alterou-se a dinâmica territorial do que viria ser a Região Metropolitana de Fortaleza.

Neste prisma, a cidade matricial se expande em todas as direções e modifica substancialmente seu perfil urbano a partir dos anos 1950, quando vivencia crescimento econômico acompanhado de melhorias em sua configuração espacial, com maior qualidade na organização territorial e ampliação do leque de serviços. Quanto à mobilidade espacial, é expressivo o número de antigos moradores a migrar para os municípios do entorno metropolitano. Essa fase de crescimento aguçou a especulação imobiliária com a valorização ou não da terra ocupada e aumento dos vazios urbanos.

Em pouco tempo a paisagem urbana da cidade passa por frequentes transformações. A instalação do Distrito Industrial de Fortaleza, construído em Maracanaú (na época, distrito de Maranguape que se emancipa em 1984), foi fundamental para a reconfiguração urbano/metropolitana de Fortaleza. Sua concretização se deu conforme as políticas públicas pensadas pela Sudene para a região de acordo com normas e regras do planejamento regional em vigor naquele período. Apesar das dificuldades iniciais no tocante ao abastecimento de água e extensão da rede de energia, a instalação do Distrito Industrial expandiu a área urbanizada de Fortaleza e iniciou um processo de configuração metropolitana. Ele se contrapôs ao setor industrial tradicional da cidade que se estruturou ao longo da Avenida Francisco Sá, em sua porção oeste.

Com a consolidação da Zona Industrial da Francisco Sá, a cidade

alterou sensivelmente sua estrutura. A concentração de estabelecimentos industriais e oficinas provocou intensa ocupação da terra urbana, especialmente como habitação precária. Até hoje esse setor da cidade é conhecido pelo número expressivo de favelas e por sua vulnerabilidade socioambiental. Como observado, o crescimento de toda a área se deu de forma espontânea, alterando, entretanto, a trama urbana da cidade. Neste âmbito, o Distrito Industrial de Maracanaú inaugura nova fase no incipiente processo de metropolização da cidade. Inserido em novo contexto histórico da expansão urbana de Fortaleza, sua instalação e transferência de indústrias mais poluidoras fomentaram o crescimento daquele distrito e do seu entorno. Assim, o Distrito Industrial garantiu dinâmica e expansão da economia cearense. No início, de forma mais tímida, todavia, na década de 1980 já estava consolidado, atraindo novas indústrias e diversificando as atividades necessárias para atender às demandas das empresas nele instaladas. No tangente ao espaço metropolitano, incipiente nos idos anos de 1960, quando eram raras as manchas de ocupação, com exceção dos pequenos núcleos tradicionais, o Distrito Industrial promove extraordinário processo de uso e ocupação do solo urbano e gera uma área ocupada no seu entorno e da antiga sede do distrito, depois cidade de Maracanaú.

Enquanto isso, em Fortaleza, a partir da década de 1970, há intensa ocupação da sua porção oeste e sudoeste com a construção de vários conjuntos habitacionais. No começo dos anos 1980, observa-se expansão da malha urbana dessa porção da cidade e ocupação das bordas do município de Caucaia, nas zonas de contato com Fortaleza.

Inserida neste contexto dinâmico, Fortaleza muda e se ajusta às novas imposições contemporâneas, forjadas pelo desenvolvimento industrial e aumento do consumo do período pós-Segunda Guerra Mundial. A cidade intensifica seu crescimento demográfico e firma-se como polo de importância regional de recepção e distribuição de mercadorias, como praça comercial e prestadora de serviços especializados e como sede de diversas empresas e órgãos públicos. Ao mesmo tempo, a cidade atravessa momentos de incorporação de vários aspectos de um novo modo de vida. Pouco a pouco, a população de Fortaleza ajusta-se às condições impostas pelas inovações industriais do pós-guerra incorporadas à produção do espaço urbano e à intensificação do mercado, agora repleto de novas mercadorias e de recursos técnicos. À medida que incorpora novos comportamentos nos modos

de morar, de se alimentar e de se vestir, dá-se o avanço dos sistemas de transportes e de comunicações que aproxima e facilita os deslocamentos e tráfego de mercadorias, dados e informações. Para Hugon (2003, p. 36):

As cidades são, todavia igualmente, além de sua dualidade, novos espaços organizacionais. Nota-se uma complexificação e uma diversificação de atividades, uma densificação de pessoas, e uma aceleração de ritmos. Além da aglomeração da população, a metropolização traduz por seu ritmo, por sua intensidade, por suas diversas formas, uma transformação do modo de viver, de morar, de produzir, de trocar, ou de consumir e um novo modo de socialização.

Na perspectiva da gestão do território, o espaço metropolitano tem suas especificidades. Coordenar a administração de municípios com autonomia formal e representação popular exige uma organização resultante de acordo voluntário entre agências governamentais autônomas. A gestão e a organização de regiões metropolitanas podem dar ênfase aos aspectos funcionais por meio de agências especiais. São vários os órgãos e empresas a atuar sobre o território da RMF, exigindo ações de planejamento e de políticas públicas capazes de alcançar melhor conhecimento sobre a realidade do território contido no recorte metropolitano para demandas e projetar o futuro.

O crescimento acentuado de Fortaleza alterou, sobremaneira, sua estrutura urbana bem como o modo de vida dos seus habitantes. Essa nova configuração em constante movimento exigiu inúmeras intervenções no território à retaguarda da capital, que funcionou como suporte para que ela garantisse determinados serviços, embora alguns já precarizados. Um bom exemplo remete ao abastecimento de água⁵ que impôs a construção de extensos reservatórios, capazes de garantir o abastecimento da capital. Esses reservatórios localizam-se em Paca-

⁵ O abastecimento de água da Macrorregião RMF beneficia 94,1% da população urbana destacando-se entre as macrorregiões com maior taxa de cobertura do estado. Já o esgotamento sanitário chega a 42,4% da população urbana, ocupando a primeira posição quando comparada às demais macrorregiões. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) a preço de mercado da Macrorregião RMF, participava com 64,1% do PIB estadual, ocupando a primeira posição entre as demais macrorregiões. O PIB *per capita* é também o 1º do Estado (R\$ 10.696,00). In: **Planejamento Participativo e Regionalizado** – Oficinas Regionais-PPA 2-12 – 2015, Macrorregião da Região Metropolitana de Fortaleza, editado pela Vice-Governadoria e a Secretaria de Planejamento e Gestão. s/d.

tuba, principalmente. Referido crescimento gerou também aumento e acúmulo de resíduos sólidos, detritos e outros tipos de dejetos de toda natureza. Criou-se, então, o aterro sanitário que atende às demandas da capital e se encontra no município de Caucaia. Já o Distrito Industrial encontra-se em Maracanaú, enquanto os enormes conjuntos habitacionais voltados à classe trabalhadora estão localizados em grande parte dos municípios da franja metropolitana, particularmente, nas áreas contíguas da capital. Itaitinga abriga os presídios de segurança. Ademais, o novo Porto do Pecém que em sua retaguarda abrigará um grande complexo industrial situa-se nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Contudo, a distribuição de atividades de diferentes portes no território metropolitano não indica reciprocidade quando se pergunta: o que Fortaleza oferece em troca?

Outra grande demanda vincula-se à integração da malha viária e melhoria do sistema de transportes coletivos. No tocante à mobilidade e acessibilidade, não há integração satisfatória. Fortaleza conta com sete terminais de integração de transportes coletivos, (Papicu, Messejana, Parangaba, Lagoa, Siqueira, Conjunto Ceará e Antônio Bezerra), sem existir, porém, integração metropolitana. O desenho das linhas metropolitanas de ônibus em operação é marcado pela radioconcentricidade. Todas as linhas têm ponto final no Centro de Fortaleza, o que dificulta o acesso da população residente nos municípios metropolitanos às novas centralidades da cidade. Vários municípios possuem linhas internas que funcionam como linhas coletoras, ou seja, conduzem os passageiros aos terminais das áreas centrais consolidadas dos municípios, locais de onde partem as linhas que chegam ao Centro de Fortaleza. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, vários conjuntos habitacionais são implantados ao longo das Linhas Troncos Sul(Maracanaú) e Norte(Caucaia) do Setor de Trens Suburbanos da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e nas imediações do Distrito Industrial. Hoje, os serviços metroviários e ferroviários são prestados pelo Metrofor, responsável pela linha de metrô que liga o Centro de Fortaleza a Maracanaú e Pacatuba e a de trem que liga o Centro a Caucaia.

Constata-se também um quadro de carência/ausência de infraestrutura na área do saneamento básico, como abastecimento regular de água, rede de esgotamento sanitário, estações de tratamento de esgotos, ensino público de nível superior, melhoria dos equipamentos e serviços de saúde. O somatório de políticas voltadas à descentraliza-

ção ganhou forte expressão e se consolidou com a construção desses grandes conjuntos habitacionais, inicialmente nos limites sul e sudoeste de Fortaleza.

Afora esses municípios, os demais não sofreram mudanças significativas em sua estrutura interna. Guaiuba, o mais isolado, integrou-se à RMF, devido ao seu desmembramento de Pacatuba. Dos municípios da área em estudo é o que possui maiores características do mundo rural. Eusébio, desmembrado de Aquiraz, deu uma arrancada em seu crescimento e conheceu uma pujança ímpar, com a instalação da Fábrica Fortaleza, pastificio do Grupo M. Dias Branco. A conjugação da emancipação municipal com a instalação desta fábrica favorece a consolidação do antigo distrito que se torna município. Atualmente, vários condomínios e loteamentos fechados de luxo aí se instalam. Aquiraz, se analisada a partir da sua sede, aparenta pouca alteração em sua fisionomia urbana. Na verdade, o crescimento do município é praticamente periférico, sendo seu litoral extremamente dinâmico para as atividades de turismo e lazer. Porto das Dunas, Prainha e Iguape são algumas das localidades bem conhecidas. A primeira é expressiva pelo volume de capital empregado no setor de entretenimento, lazer e turismo. Importante também é a expansão e melhoramento da malha viária litorânea.

No tocante a Fortaleza, a aparente perda de certas funções nada mais é do que o reforço da sua capacidade de comando. Assim, a desconcentração verificada comprova a acelerada expansão da sua área de influência, verdadeira seletividade socioespacial. Portanto, a expansão da região metropolitana demonstra um processo combinado de desconcentração, expansão e adensamento em torno do desenho de novas centralidades no território da metrópole, como também do complexo porto-industrial, corredores de atividade industrial e eixos litorâneos, decorrentes das atividades ligadas ao lazer e ao turismo. No plano das práticas cotidianas, o território da RMF vivencia profundas transformações. São novas rodovias, instalações industriais e comerciais, grandes estruturas voltadas aos ramos do entretenimento, turismo e lazer como o Beach Park, no município de Aquiraz, o Museu da Cachaça, em Maranguape, o polo de *kite surf*, na Praia do Cumbuco, município de Caucaia. São muitos os hotéis e *resorts* construídos ao longo do litoral metropolitano, os quais, somados às demais iniciativas, comprovam esse movimento gerado pelo setor.

11.3 Gestão metropolitana e planejamento

Os órgãos de planejamento no Ceará não voltaram a atenção para a necessidade de institucionalizar ações capazes de pensar a realidade metropolitana. Como forma urbana, o estado reconhece duas regiões metropolitanas, uma de grande porte, a de Fortaleza, datada da década de 1970, e a do Cariri, criada em 29 de junho de 2009 - Lei Complementar n° 78. São dois universos distintos, considerando a consolidação da RMF e a incipiente região do Cariri.

No Ceará os serviços essenciais são prestados por empresas como a Cagece - Companhia de Água e Esgoto do Ceara, pela Coelce, de energia elétrica. Quanto à telefonia, após o processo de privatização, dá lugar à atuação de várias empresas. Por sua vez, a coleta de lixo é de responsabilidade municipal, mas na maioria das vezes o serviço é realizado por empresas privadas, ficando a limpeza pública por conta dos municípios. Com o avanço técnico científico surgiu uma série de serviços inexistentes até pouco tempo atrás, como é o caso da internet, de extrema importância e que ficou incorporada ao modo de vida urbano/metropolitano, tornando-se uma das exigências das comunidades.

A demanda se justifica tanto no referente à organização administrativa quanto na promoção de facilidades de acesso aos serviços de emissão e recepção de televisão a cabo ou via satélite e às redes sociais, o que exige a instalação de equipamentos especiais. Destaca-se também a telefonia móvel e de longa distância. Sob esse aspecto, os municípios metropolitanos de Fortaleza são carentes e precários, impondo profundos desafios para uma gestão mais eficiente.

No contexto metropolitano, os municípios guardam suas individualidades. Entretanto, formam uma unidade, pois estão inseridos num contexto histórico que os aproxima. No tocante à memória coletiva, eles podem recuperar em bloco seu passado, compreender seus traços culturais mais caros, podem projetar o futuro de forma una e divisível para que os ganhos e conquistas cheguem a todos indistintamente. Contudo, os recortes das semelhanças que agrupam alguns municípios raramente coincidem com o recorte metropolitano.

Neste prisma, o território metropolitano com suas municipalidades não evidencia uma configuração legislativa pautada nos pressupostos da governança, que leve em conta os princípios da proximidade, da cooperação, do conforto, da segurança e do bem-estar. Assim os setores de saúde e de educação com as infraestruturas e serviços ne-

cessários ao seu funcionamento emergem mais em função da pressão provocada pelo aumento das necessidades e dos reclamos populares. Ao se posicionar sobre a retomada da discussão metropolitana, Klink (2010, p.08) é enfático ao dizer:

Mas não é apenas no âmbito do campo mais operacional, alimentado pelos gestores, políticos e profissionais envolvidos no planejamento urbano e regional, e na gestão das metrópoles, que o debate sobre as regiões metropolitanas é “reerguido das cinzas” após um silêncio de quase duas décadas [...] Entretanto, é inegável que no bojo das análises multidisciplinares sobre interdependências entre a globalização, a reestruturação produtiva e territorial e a emergência de novas governanças, o tema da gestão metropolitana assumiu paulatinamente uma posição mais destacada.

De modo geral a gestão municipal é igual para todos os municípios. Todavia, não se pode negligenciar a questão da escala que exige soluções diferenciadas conforme a abrangência territorial e demográfica que estiverem postas em cada contexto comunitário. Como evidenciado, o princípio da cooperação, de fórmulas condominiais de gestão de bacias, de associação de municípios, de consórcios de compras coletivas, apresenta resultados positivos e direciona para novas conquistas no plano da gestão.

Essas ações são necessárias no caso da gestão metropolitana, pois permitem identificar problemas comuns, bem como suas respectivas soluções. Nesse caso, o Fórum Metropolitano é uma urgência. O Conselho Metropolitano emerge da capacidade dos gestores de conduzi-rem o Fórum. O mesmo acontece com o Fundo Metropolitano. Uma assessoria competente pode fazer com que a gestão metropolitana obtenha bom desempenho municipal e garantir maior fluidez na gestão metropolitana. Assim, pode ensejar o diálogo, a discussão do problema com a socialização de propostas simples ou ousadas e mesmo inovadoras que impulsionem os municípios em seu conjunto para outro patamar de conquistas sociais, ecológicas e econômicas.

11.4 Considerações Finais

Na RMF, há problemas ligados à ausência de reciprocidade. A cidade polo oferece considerável leque de oportunidades, principal-

mente empregos e serviços, o que alimenta um movimento pendular da população da franja metropolitana em direção aos diversos núcleos do polo. Antes, quando da criação da região metropolitana, Fortaleza era uma cidade com um centro comercial e administrativo onde se reuniam os principais serviços da capital. Data dessa época o início do surgimento de novas centralidades, o que dispersou as atividades por vários subcentros. Compras e serviços de educação e saúde eram as mais importantes.

Em termos gerais os níveis de integração são frágeis. Os avanços constatados se dão mais no plano da institucionalização, sem rebatimento quanto à funcionalidade e operacionalidade correspondentes. Alguns instrumentos legais não ultrapassam a realização de reuniões e relatórios como os do Conselho Metropolitano. É interessante folhear a publicação do governo do Ceará intitulada Planejamento Participativo e Regionalizado – Oficinas Regionais - PPA 2-12 – 2015, Macrorregião da Região Metropolitana de Fortaleza, editada pela Vice-Governadoria e a Secretaria de Planejamento e Gestão. O texto é geral e evoca a necessidade do planejamento para o estado do Ceará como totalidade. Seu longo sumário contempla os itens necessários a uma boa gestão metropolitana, contendo: Introdução que enfoca temas relevantes, como: 1. Estratégia de gestão participativa e regionalizada do planejamento público estadual; 2. Informações regionais, com indicadores demográficos, de educação, de saúde, de saneamento básico, econômicos e execução orçamentária regionalizada.

Quanto às demandas participativas, o documento apresenta: Eixo sociedade justa e solidária, educação básica, educação superior, profissional, ciência e tecnologia, saúde, segurança pública, justiça e defensoria, desenvolvimento social e trabalho, cultura e esporte, economia para uma vida melhor, desenvolvimento agrário e pesca, desenvolvimento econômico, infraestrutura e recursos hídricos, desenvolvimento urbano e integração regional e meio ambiente.

Ao contrário do que sugere o título, não há um tratamento específico para a Região Metropolitana de Fortaleza, na perspectiva de um enfoque participativo tendo em vista a discussão da governança e da governabilidade desse território. Contudo, este reúne significativo contingente demográfico e é marcado por múltiplas e diferentes atividades voltadas a todos os setores. O tema da governança metropolitana emerge num contexto de ampliação da noção de direitos nas sociedades democráticas, reforçados por uma postura de participa-

ção, avaliação e controle dos diferentes modos de gestão. Diante da dimensão metropolitana, essa complexidade se amplia porquanto, na composição do quadro regional, o mosaico formado é extremamente dinâmico. Entretanto, ele expõe as diferenças escalares e revela as porções territoriais especializadas que alimentam fluxos que intensificam a economia local e regional e que, ao mesmo tempo, geram problemas de acesso aos serviços, equipamentos e infraestrutura. Eis uma das muitas questões contemporâneas que argüem a justiça social e a equidade no plano da gestão. Conforme exemplo inquestionavelmente:

As cidades são espaços de trocas culturais e econômicas que potencializam as nossas possibilidades de sobrevivência, crescimento e felicidade. Elas aceleram multiplicam e diversificam essas trocas, alargando os horizontes dos cidadãos (BORELLI, 2002, p.8).

Não se pode negligenciar que o tema da gestão metropolitana assume paulatinamente uma posição mais destacada. Por exemplo, conforme a nova geografia econômica, inspirada pela reflexão de Krugman (1997), citado por Klink (2010, p. 8/9), “as aglomerações econômicas desempenham papel central de ‘nós’, ou plataformas territoriais de criatividade, talento e inovação no sistema mundial crescentemente interconectado”.

Como se percebe, a expectativa em relação à governança metropolitana é positiva, embora na tentativa de apreender formas, modelos e procedimentos de gestão, ela não ultrapasse os limites escalares impostos pelos recortes municipais e localização das sedes municipais e distritais num contexto metropolitano em constante mutação. Neste sentido, o levantamento de dados e informações revela um quadro que constatou a distância existente entre um discurso pautado na governança metropolitana e os problemas que expõem a ausência de soluções urbanas capazes de dialogar entre si. Por um lado, as propostas oficiais para o território metropolitano estão pautadas na busca de mais oportunidades para os municípios metropolizados. Por outro lado, o pressuposto da agenda política repousa no princípio da maior equidade sócioespacial e melhoria da qualidade de vida sob a perspectiva ambiental. Os dados existentes, quando confrontados com as proposições básicas do plano de gestão, revelam, entretanto, baixo nível de integração entre os municípios que compõem a região metropolitana. Contudo, apontam ao mesmo tempo para um processo incipiente

de integração. No tocante à atuação de Fortaleza no contexto metropolitano, a cidade continua exercendo forte poder de comando e de concentração de renda, de atividades e de serviços.

Referências

BORELLI, Ana (2002). Uma exposição múltipla, surpreendente e polêmica – como o Rio. In: **Penso Cidade, Centro de Arquitetura e Urbanismo, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro.

GAUDIN, Jean-Pierre (1997). Contrats et convention: la négociation des politiques publiques. In: **Le Gouvernement des villes**, Rennes, Jean-Marc. Godard, Francis, Body-Gendrot, Sophie, Oaquot, Thierry (orgs), Paris. Descartes & Cie.

HUGON, Philippe (2003). Mondialisation, métropolisation et effet de crise dans les économies en développement. In: **Villes et citoyens dans la mondialisation**. OSMONT, Annik; GOLDBLUM, Charles. Paris: Karthala/GEMDEV, pp. 29/49.

KLINK, J. A (2010). Reestruturação produtivo-territorial e a emergência de uma nova agenda metropolitana: o panorama internacional e as perspectivas para o caso brasileiro. In: **Governança das Metrôpoles**, KLINK, J. (org). São Paulo: Annablume.

KLINK, J (2010). Posfácio – Por um Programa Nacional para as Regiões Metropolitanas? In: **Governança das metrôpoles**. KLINK, J. (org). São Paulo : Annablume, p. 290.

NOVARINA, Gilles (2007) Les réseaux de politique urbaine: concurrences et coopération entre acteurs In: **Le Gouvernement des villes** - Rennes, Fr. Jean-Marc, Godard ; Francis, Body-Gendrot, Sophie; Paquot, Thierry (orgs.). Paris : Descartes & Cie, 1997.

SILVA, J. B. (2007). Diferenciação sócio-espacial. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 89/100.

Conexões eleitorais da representação política cearense: arranjos institucionais, processos e atores políticos

*Valmir Lopes
Brenda Cunha*

Resumo: Este texto trata da forma como funciona a atividade política cearense nos últimos anos, com ênfase ao aspecto da manutenção do poder por parte dos representantes legislativos. Mudanças significativas foram detectadas nas conexões eleitorais que envolvem lideranças comunitárias, vereadores, deputados estaduais e federais. No passado, políticos profissionais apelavam para o clientelismo puro com a tradicional lógica de troca de favores e benefícios individualizados. Recentemente, abandonaram a base eleitoral fixa e se servem de uma rede de lideranças comunitárias mobilizadas na época das eleições. Diferentemente do clientelismo clássico, não há obrigação e dívida moral contraída a ser saldada pós-eleição, pois as lideranças comunitárias são heterogêneas e fora do período eleitoral vivem de pequenos expedientes, controlando a associação, firmando convênios com órgãos públicos. Para contextualizar a alteração na estrutura da atuação dos atores políticos, foi discutida a história recente da política estadual cearense.

Palavras-chave: políticos, eleições, clientelismo e instituições

Abstract: This text deals with the manner how Ceará political activity has been working in recent years, with emphasis on the aspect of maintaining the power by legal representatives. Significant changes were found in the electoral connections involving community leaders, councilmen, member of the Legislative Assembly and Federal deputies. In the past, professional politicians appealed to the straightforward patronage with the traditional exchange of favors and individual benefits. Recently, they dropped out of fixed electoral base and take advantage of a community leaders network assembled at election time. Unlike the classic patronage, there is no obligation and moral debt contracted to be netted out post-election, because these community leaders are heterogeneous and outside the electoral period, they of small expedients, controlling the association, signing agreements with public agencies. To contextualize the change in performance of the structure of political agents, it was discussed the recent history of Ceará state politics.

Keywords: politicians, elections, patronage, institutions.

12.1 Introdução

Quando o candidato Cid Gomes venceu o pleito para o governo do estado do Ceará nas eleições de 2006, muitos se perguntaram sobre o significado dessa vitória. Após vinte anos de hegemonia do PSDB à frente do Estado, a emergência dessa nova administração suscitava questões sobre a possibilidade ou não de um rompimento com o grupo político anterior e do início de um novo ciclo político. Questões como esta não suscitam apenas reflexões sobre o tipo de política que passou ou virá, mas especialmente sobre a natureza das relações estabelecidas entre os atores políticos e a maneira como estas se desenvolveram ao longo do tempo.

As análises da política brasileira expressam a tendência a querer fechar numa única gramática política todas as relações políticas existentes entre o Estado e a sociedade brasileira. Elas esbarram no obstáculo da complexidade de relações existentes. Relações sociais do tipo clientelista, corporativista, insulamento burocrático e universalismo de procedimento podem conviver em cada governo sem haver exclusão nem predominância de uma única gramática. Mesmo que no plano federal possa se demonstrar haver em cada governo a composição de gramáticas utilizando algumas disponíveis e deixando outras de lado, não se pode afirmar ser este arranjo gramatical o mesmo aplicado em cada unidade da federação.

Por muito tempo, o Ceará foi identificado como estado dos coronéis, permeado de clientelismo. Entretanto, o clientelismo é um mecanismo usado pelos estratos mais baixos da população para ter acesso aos benefícios públicos. Os políticos controlam este mecanismo intermediário de acesso e apresentam-se como os únicos mediadores – intermediários – legítimos entre os interesses dessa população e os detentores dos recursos públicos. Favores e benefícios de toda ordem são trocados por promessas de apoio eleitoral. Assim, enquanto os envolvidos no sistema de favorecimento esperam que os melhor posicionados continuem olhando para eles e atendendo aos seus pedidos, os melhor posicionados, ao saber que dependem do apoio destes beneficiados, os agradam e procuram atendê-los.

O passado não desaparece de imediato, ele se transfigura no presente. Embora a política atual não dispense antigas práticas, atento às mudanças, podemos constatar o surgimento de uma novidade na forma de fazer política. Existe a estruturação de uma rede de lideranças

comunitárias que se organizam de maneira independente e autônoma. Estas lideranças são dirigentes de associações de várias espécies ou não controlam nenhum tipo de associação. Parte da ação dos serviços públicos chega ao cidadão não mais diretamente de um órgão ou agência pública, mas por intermédio destas associações pertencentes à sociedade civil.

Diante disto, os políticos profissionais que apelavam para o clientelismo puro deixam de manter uma base eleitoral fixa e passam a se servir desta rede de lideranças comunitárias mobilizadas na época das eleições a serviço da sua candidatura. Ao contrário do clientelismo clássico, nesta relação não há obrigação e dívida moral contraída a ser saldada na época da eleição com o apoio ao candidato. Como as lideranças comunitárias são heterogêneas, elas vivem, de certa forma, fora do período eleitoral, de pequenos expedientes, controlando a associação, fazendo convênios com órgãos públicos. O fundamental é que no período eleitoral disponham de um tipo de liderança que as faça ter poder de negociação com líderes políticos dispostos a pagar pelo seu apoio político.

Este capítulo é uma apresentação geral da forma da política cearense nos últimos anos, com ênfase ao aspecto da manutenção do poder por parte dos representantes legislativos. Aqui pretendemos expor as mudanças mais significativas detectadas nas conexões eleitorais que envolvem lideranças comunitárias, vereadores, deputados estaduais e federais.

12.2 Breve evolução da política no Ceará

Um breve panorama da política cearense a partir da década de 1980 até as eleições de 2006 permite compreender a emergência de alguns dos principais atores políticos do estado, observar a dinâmica das disputas entre os quadros partidários e reunir elementos que ajudem a compreender como se deu a conformação do quadro de forças políticas atuais. A ruptura política ocorrida há duas décadas é definida pela ascensão e consolidação do grupo político de Tasso Jereissati, cujo início encerra o modelo tradicional coronelista em vigor por longas décadas e consolida a redemocratização no Ceará, imprimindo, desde então, um novo conceito de administração no estado.

Até as eleições de 1982 pôde-se observar com êxito a união de

forças entre os coronéis Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra para manutenção do seu poder político no Ceará¹. A decisão dos coronéis pela candidatura de Gonzaga Mota, do quadro técnico do Banco do Nordeste, fazia do seu nome uma opção relativamente neutra. Tinha-se por finalidade evitar os conflitos de interesses entre as três correntes no futuro governo, passíveis de ocorrer com a indicação de um nome vinculado a alguma das três lideranças coronelistas. Pelos resultados eleitorais daquele período confirma-se a hegemonia do PDS na Assembleia Legislativa, o qual dominava 34 das 46 vagas parlamentares. As doze cadeiras restantes eram ocupadas pelo PMDB (MORAIS, 2001). Gonzaga Mota também fortaleceu os resultados para o partido ao sair vitorioso nas urnas. No entanto, no decorrer do seu mandato, o governador rompeu com seus padrinhos políticos, enfraquecendo a força da tríade coronelista nas eleições seguintes para o governo do estado (CARVALHO, 2009).

Ademais, o enfraquecimento da força política dos coronéis também pode ser relacionado a mudanças na conjuntura política e econômica brasileira. Após duas décadas de ditadura, sistema que vinha dando sustentabilidade ao governo coronelista no Ceará, um processo de redemocratização e de abertura política começava a se realizar. O engajamento político articulado em torno da campanha pelas “Diretas-já”, verificado logo após os pleitos estaduais de 1982, favoreceu a surgimento de novas correntes e atores políticos, que no Ceará foram representados pelo grupo dos “Jovens Empresários”.² (BARREIRA, 2008). O grupo dos “Jovens Empresários”, cujas ações tiveram origem no âmbito das entidades empresariais, propagava em seus discursos os valores de racionalidade, eficiência e competência, ou seja, valores bastante diversos daqueles até então praticados na política cearense coronelista.

Durante o penúltimo ano do mandato de Gonzaga Mota também ocorreram importantes acontecimentos políticos. Após a formação da

¹ Essa união ficou conhecida como “Acordo dos Coronéis” - ou “Acordo de Brasília” -, “sacramentado no mês de abril pelo então Presidente da República, João Figueiredo, unindo as três forças políticas do Ceará dentro do PDS”. (BARREIRA, 2008).

² Foi mediante o engajamento nesse grupo – caracterizado por uma “mentalidade política” baseada em discursos de racionalidade e competência – que Tasso Jereissati se tornou conhecido nos debates públicos. Os jovens empresários, ora referidos, eram oriundos de famílias tradicionais pertencentes à elite econômica local, cuja geração passou a ocupar cargos-chave em tradicionais grupos econômicos e a mobilizar-se politicamente na diretoria do Centro Industrial do Ceará (CIC) (BARREIRA, 2008).

Aliança Democrática, o PDS, considerado a maior agremiação do país naquele período, sofreu uma divisão em duas alas no interior do partido. A Aliança Democrática consistiu em um acordo entre uma facção do PDS e o PMDB para garantir o apoio à candidatura de Tancredo Neves (PMDB) para Presidente da República durante as primeiras eleições pós-regime autoritário, que foram decididas em regime de votação indireta no Colégio Eleitoral. No Ceará, a adesão de Gonzaga Mota e do coronel Aduino Bezerra à candidatura de Tancredo Neves acabou por provocar um afastamento entre o governador e os demais coronéis, Virgílio Távora e César Cals, que apoiavam Paulo Maluf. Com a ruptura política, os quadros do PDS no Ceará passaram a ser dominados pelas correntes do governador e de Aduino Bezerra. Com a criação do PFL e a saída de Gonzaga Mota do PDS deu-se um esvaziamento dos quadros dessa legenda no estado e no Legislativo.³ Apesar do apoio pioneiro de Gonzaga Mota à Aliança Democrática desde seus primeiros passos, a presidência regional de PFL foi concedida a Aduino Bezerra, motivando-o a ingressar no PMDB. Mantida a parceria entre o governador e o vice, o PFL e o PMDB ainda tentaram firmar aliança, dificultada pela recusa do PMDB em incluir o PDS na coligação, numa suposta tentativa de evitar a recomposição da tríade coronelista. Ao final do processo, sem que nenhum dos partidos abrisse mão da cabeça de chapa, Gonzaga Mota pôs fim às negociações com o PFL, anunciando seu rompimento com Aduino Bezerra e o fim da Aliança Democrática no estado do Ceará.⁴

Em 1986, enquanto o PFL lançava a candidatura de Aduino Bezerra e formava aliança com o PDS, Gonzaga Mota lançava pelo PMDB a candidatura do empresário Tasso Jereissati ao governo do estado. Em virtude do posicionamento progressista defendido por Tasso na campanha pelas Diretas-já e nos debates públicos, ele conquistou a simpatia dos que se opunham às lideranças coronelistas, desse modo, emerge na disputa eleitoral como forte candidato (BARREIRA, 2008). A candidatura de Tasso representou uma perspectiva de rompimento com as “forças do passado”, contrariando uma lógica de décadas de apadrinhamento político. Apesar do meio acadêmico atribuir como um dos fatores para sua vitória a influência proporcionada pelo apoio do governador e da máquina administrativa do estado (CARVALHO,

³ Fonte de pesquisa: Jornal **O Povo**, edições publicadas entre 1984 e 1985.

⁴ Fonte de pesquisa: Jornal **O Povo**, edições publicadas entre maio de 1985 e abril de 1986.

2009), desentendimentos entre Gonzaga Mota e Tasso se manifestavam desde a campanha, sendo observado um distanciamento entre ambos já neste período. Após assumir o governo, Tasso rompeu oficialmente com Gonzaga Mota e com grande parte da bancada estadual peemedebista, especialmente aqueles ligados ao ex-governador (CARVALHO, 2002). Depois de uma série de rompimentos Tasso marcou a emergência de um novo grupo político, cuja hegemonia manteve-se por duas décadas na política do Estado.

12.2.1 O “Governo das Mudanças”

Tasso foi eleito governador em 1986 pela coligação PMDB/PDC/PC do B/PCB, alcançando 52,3% dos votos válidos. Seu governo teve início com o apoio da maior bancada da Assembleia Legislativa. Dos 46 deputados estaduais eleitos, 24 eram do seu partido, o PMDB.

Contar com o apoio da maioria do Legislativo era fundamental para dar sustentabilidade política ao seu projeto de mudanças. No entanto, Tasso também teve de enfrentar algumas dificuldades no interior da sua bancada governista em razão de disputas internas e de insatisfações geradas pelo distanciamento da administração do Executivo Estadual em relação à classe política.

Internamente, o grupo político do ex-governador Gonzaga Mota, rompido com Tasso durante a campanha, foi o que mais se mobilizou na disputa por espaços dentro do partido. Há apenas dois meses para o término do governo, Gonzaga Mota fez prevalecer, durante reunião deliberativa do partido, sua indicação para os cargos mais importantes na chapa que disputaria eleição para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, como o de Presidente e o de 1º Vice-Presidente. Além disso, Tasso não conseguiu convencer a maioria da bancada peemedebista a manter Ciro Gomes, nome da sua preferência para ser seu futuro líder de governo, como única liderança do partido na Casa. E, ainda, a proposta de que as funções de líder da bancada e líder do governo fossem unificadas foi rejeitada por maior parte da bancada.

A escolha do secretariado e, em especial, a nomeação do segundo escalão do governo provocaram insatisfações no interior da bancada governista com o novo governador. Composta majoritariamente por técnicos e empresários ligados ao CIC, foram poucos os nomes reservados ao partido para compor a administração estadual, fazendo-os se sentirem marginalizados no processo de formação do governo. Havia também queixas por parte dos deputados dirigidas ao secretariado

devido ao tratamento dispensado a eles próprios e a seus assessores.

Como divulgado, a reforma da máquina administrativa do estado foi uma das primeiras ações do seu governo. Após criar e extinguir secretarias, Tasso deu início a um processo de enxugamento da máquina estatal, no qual incluía a demissão de servidores públicos em situação irregular e redução da folha de pessoal. Essa iniciativa visava sanear as despesas e combater o uso do funcionalismo como moeda de troca clientelista, cujo pagamento de salários endividava o estado com o comprometimento de 140% dos gastos de todas as receitas. Quinze decretos foram baixados estabelecendo os critérios e dando validade para as demissões. Ao final do mandato, como resultado dessas ações, a folha de pagamento passou a representar 65% da receita do estado.

Ao final do primeiro ano do seu mandato, os conflitos internos da sua bancada passaram a se manifestar com mais evidência. A crise interna no partido levou os parlamentares a discutirem suas diferenças em Plenário, causando uma divisão na bancada. Entre as lideranças conflitantes estava o líder da bancada peemedebista; o presidente da Mesa Diretora; o 1º vice-presidente da Mesa; alguns deputados da ala gonzaguita; e membros de influência no partido, como o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Paes de Andrade.

Apesar da ala oposicionista não representar a maioria da bancada governista, Tasso passou a contar com a colaboração de parlamentares de outras siglas para votação de matérias do seu interesse. Neste prisma, a proposta apresentada pelo deputado oposicionista Edson Silva (PDT), que solicitava a presença de Tasso Jereissati no Plenário da Casa para expor aos deputados seu plano de metas para o governo, foi derrotada pelo PMDB com a ajuda dos votos do PDS e PFL, e caracterizou o apoio que Tasso vinha recebendo. Para contornar os problemas de instabilidade política, o governador adotou como estratégia a tentativa de controle total do PMDB, contando, para isso, com a colaboração do presidente da sigla, Mauro Benevides, para o isolamento de Paes de Andrade e de Antônio Câmara.

No ano seguinte, período de disputas eleitorais para a prefeitura de Fortaleza, Juracy Magalhães, aliado político de Mauro Benevides, foi escolhido para ser vice de Ciro Gomes na chapa que disputaria com êxito este cargo. O ano de 1988 foi também o de criação do PSDB, partido ao qual o governador Tasso Jereissati e seu grupo político, um ano após, viriam a fazer parte. A saída de Tasso e do prefeito de Fortaleza, Ciro Gomes, do PMDB para o PSDB foi acompanhada por

vários outros integrantes peemedebistas, promovendo uma verdadeira debandada e esvaziamento do partido. Em consequência, o desgaste sofrido entre governo e PMDB ao longo dos quatro anos de mandato resultou na escolha do PDT como novo aliado na formação da chapa que iria disputar as próximas eleições para o governo do estado. Os nomes escolhidos para se candidatarem foram: Ciro Gomes, para governador (cujo fator decisivo para a escolha foi a primeira colocação na preferência dos eleitores segundo institutos de pesquisa) e Lúcio Alcântara - recém-saído dos quadros do PDS -, para vice, representando o PDT (MOTA,1992).

A disputa para as eleições estaduais de 1990 incluiu as seguintes forças políticas: PMDB/PDS/PFL/PTdoB/PTR, chapa conservadora de oposição ao governo, com o ex-deputado federal Paulo Lustosa (PDS) como candidato; PCB/PSB/PC do B/PT, chapa oposicionista representando os partidos de esquerda, tendo à frente João Alfredo (PT); PTN, representado por Aguiar Júnior; e a chapa governista, PSDB/PDT/PDC, com Ciro Gomes (PSDB) na disputa. Como a prefeitura de Fortaleza ficara sob o controle do PMDB, após a renúncia de Ciro para candidatar-se às eleições, Tasso optou por manter-se no cargo até o final do mandato, indicando a candidatura de Beni Veras para o Senado.

A ampla vitória da chapa governista foi consolidada com a eleição de Ciro Gomes no primeiro turno com 54,32% dos votos contra 36,98% de Paulo Lustosa, e o preenchimento de 22 das 46 vagas para deputado estadual, sendo dezenove do PSDB, duas do PDT e uma do PDC. Além desses resultados, a chapa conseguiu eleger seu candidato para o Senado e mais dez deputados federais.

Na oposição, os partidos de esquerda elegeram três deputados estaduais, sendo um de cada sigla, PT, PSB e PC do B. Já a ala conservadora obteve quatorze cadeiras para o Legislativo estadual, com o PDS e o PFL elegendo cinco cadeiras, cada um, e o PMDB apenas quatro - saindo, este, bastante enfraquecido em relação às eleições estaduais anteriores. As outras vagas ficaram divididas entre partidos menores: PTB e PL com duas vagas, PSD, PRN, PCN com uma, totalizando, assim, as sete vagas restantes. Com esse resultado, o governo de Ciro Gomes iniciou seu governo com a maior bancada partidária na Assembleia Legislativa.

12.2.2 Consolidação do projeto mudancista

A vitória de Ciro Gomes como sucessor de Tasso Jereissati nas eleições de 1990 foi fundamental para a continuidade do projeto político iniciado em 1987 e para a consolidação da liderança política de Tasso e seu grupo no Ceará. Na primeira experiência de governo, apesar do Executivo possuir o apoio majoritário na Assembleia Legislativa, foram observados períodos de instabilidade política na sua própria bancada devido à existência de conflitos com outras tendências peemedebistas. Em face das rupturas ocorridas nos primeiros anos do governo Jereissati e do êxito da sua administração surgiram condições para que, nas eleições de 1990, o PSDB se tornasse a força política mais expressiva do Ceará e para que uma grande renovação dos quadros do Legislativo estadual se concretizasse (BONFIM, 2002).

Tal como Tasso Jereissati, Ciro Gomes começou seu governo com a maior bancada do Legislativo estadual, mas não garantiu de imediato a maioria no Parlamento. Entretanto, o novo governo alcançou mais estabilidade na base governista do que o seu antecessor. Após fundarem o PSDB no estado ao final do primeiro mandato, Tasso e seus correligionários, apoiados pela Executiva Nacional, ocuparam a diretoria do partido no Ceará e assumiram o controle da agremiação. Isso garantiu ao governo de Ciro a eliminação de problemas provocados por disputas internas. Era necessário, todavia, construir uma maioria parlamentar. Na relação com os parlamentares e com a classe política, Ciro Gomes se diferenciou de Tasso Jereissati por se posicionar mais aberto ao diálogo e ter mais contatos com lideranças municipais. Incluiu na montagem do governo membros da sua base política no Legislativo, como o PDT, e até mesmo políticos de agremiações da base oposicionista, como o deputado federal peemedebista Mauro Benevides.

O bom relacionamento entre governo e oposição se estendeu também nas aprovações de emendas parlamentares, a exemplo de cinco emendas propostas por Eudoro Santana (PSB) na votação das diretrizes orçamentárias realizadas no primeiro semestre do seu governo. Apesar do governo conseguir aprovar com folga seus projetos no Legislativo, a oposição continuou a marcar presença sistemática nas votações durante todo o mandato, em especial os partidos progressistas como PSB e PT, além das bancadas conservadoras: PMDB, PDS, PFL. Como evidenciado, a conclusão do mandato de Ciro Gomes⁵ com altos índices de

⁵ Ciro renunciou ao mandato poucos meses antes do seu término para comandar a

popularidade e o retorno de Tasso Jereissati ao governo estadual, com vitória nas urnas em primeiro turno (55,32% dos votos válidos), eram os indicativos do êxito do projeto mudancista, ainda em curso.

A conquista do segundo mandato de Tasso em 1994 para o governo estadual do Ceará ocorreu concomitante à vitória do candidato do PSDB – Fernando Henrique Cardoso – para a Presidência da República. Para esta gestão, Jereissati apontava, logo de início, um novo comportamento em relação à sua primeira experiência, ao tentar se aproximar do estilo do seu antecessor, mais aberto e disposto à negociação com as lideranças políticas. Nas primeiras declarações à imprensa após a vitória, Tasso dava a garantia de que este seria um governo de coalizão partidária.

Nas articulações para a formação de uma maioria governista de 36 parlamentares incluíram-se vinte parlamentares tucanos, quatro pedetistas e mais doze deputados de pequenos partidos – PPR, PFL, PSD, PL, PSC e PTB. Apesar do assédio do governo sobre o PT para apoiá-lo, a agremiação se manteve na oposição. Para fazer-lhe frente, os três parlamentares petistas se somaram a um do PSB e a outro do PPR. Contudo, os cinco parlamentares eleitos pelo PMDB oscilaram entre apoio e oposição, a depender do dinamismo da conjuntura política.

Após as duas primeiras gestões dirigidas pelo grupo político de Tasso, consolidado politicamente no PSDB, observou-se um crescimento e fortalecimento do partido e das lideranças tucanas por quase todo o estado. Apesar de não possuir uma boa penetração na capital Fortaleza, diversos municípios do interior, com apoio das prefeituras, passaram a se constituir como base política da maioria dos parlamentares tucanos. Diferentemente do seu primeiro mandato, o segundo mandato de Tasso pôde contar com um partido mais coeso e com o aumento do arco de alianças na Assembleia Legislativa. Os segundo e terceiro mandatos de Tasso, reeleito em 1998 com 62% dos votos, foram marcados pela execução de projetos estruturantes, obras de infraestrutura, atração de capitais e investidores internacionais para o estado (BONFIM, 2002).

Sucessor de Tasso no comando do governo do Ceará, Lúcio Alcântara foi eleito em 2002, após vitória apertada em segundo turno,

pasta do Ministério da Fazenda no governo de Itamar Franco. Francisco Aguiar assumiu o cargo como governador-tampão.

com 50,04% dos votos contra 49,96% obtidos pelo candidato do PT, José Airton Cirilo. Era a primeira vez, desde 1988, que as eleições para o governo do estado não se decidiam em primeiro turno. No plano federal, a vitória para Presidente da República foi conquistada por Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

Como nos governos anteriores, Lúcio Alcântara começou seu mandato com o apoio da maioria do Legislativo cearense, renovado em 43% nestas últimas eleições. Apesar de integrar o partido de maior bancada na Assembleia, com dezessete parlamentares, o PSDB contava ao final do governo anterior com dezenove parlamentares, chegando ao governo Lúcio com cinco parlamentares a menos do que quatro anos atrás. Na totalização da base de apoio do novo governo, seis partidos se aliaram ao PSDB somando-se mais nove deputados, dos quais quatro eram do PPS, dois do PPB e um de cada uma das legendas, PSL, PFL e PDS, chegando-se ao total de 26 deputados.

Na eleição da Mesa Diretora, o PSDB dividiu cargos com outras legendas, garantindo para si a Presidência, a 1ª Vice-Presidência e a 1ª Secretaria. Ao invés de usar o Cambéba, marcado como ícone do governo tucano como sede do seu governo, Lúcio Alcântara optou por um Centro Administrativo do BEC como novo local para ocupar a sede administrativa do governo. Apesar da mudança da sede do governo, treze nomes das gestões Tasso e Beni Veras permaneceram no novo secretariado. Portanto, a mudança se fazia apenas no nível simbólico entre o governo Lúcio e seus antecessores.

O governo estadual teve início em 2003 com dificuldades. Neste sentido, a ocorrência de um ajuste no modelo econômico em nível nacional gerou turbulência em toda a economia nacional e uma queda de arrecadação que atingiu o Ceará, entre outros estados, induzindo o governo a cortes de gastos. De forma semelhante, o campo político também se apresentava com instabilidade: o governo sofreu sua primeira derrota na Assembleia Legislativa, com a negação da indicação de Soraia Victor como conselheira do Tribunal de Contas do Estado; e descontentamentos foram manifestados por parte de deputados da base governista em relação a projetos do Executivo, a exemplo dos tucanos Francisco Cavalcante e Tânia Gurgel.

Ao final do seu mandato, o governo Lúcio aparecia muito bem avaliado nas pesquisas de opinião perante seus eleitores e contava, até o último encontro realizado com as prefeituras municipais antes das eleições, com o apoio maciço dos prefeitos do interior do estado. No

entanto, com a aproximação das eleições novos choques de interesses no interior do partido trouxeram à tona os conflitos que pareciam estar adormecidos, levando as tensões a contornos drásticos.

Tensões internas se acumulavam no PSDB no decorrer do governo Lúcio devido à incapacidade do gabinete do governador em fazer uma boa articulação política e intermediar os conflitos. Os choques provocados pelas disputas por bases eleitorais entre os deputados governistas; as queixas contra o apoio do governador à candidatura de ex-secretários; e alegações de desprestígio por parte dos deputados pela falta de convites para participação de anúncios, de inaugurações de obras e nas ações do governo (O POVO 19.3.2006) foram fatores que corroeram o apoio dos seus correligionários e influenciaram na conformação da chapa a ser definida mais adiante.

Ao final da campanha eleitoral de 2006, veio a surpresa. O PSDB perdeu o controle do governo estadual para um ex-aliado, Cid Gomes. A explicação para a derrota se deve em grande parte aos conflitos internos do partido entre o desejo do governador Lúcio Alcântara de ser candidato à sua sucessão e a decisão de Tasso Jereissati de ter continuidade do projeto mudancista mediante apoio à eleição de Cid Gomes.

12.3 O clientelismo como meio de dominação política

O clientelismo é a mais antiga marca da política brasileira, sendo utilizado ao longo do tempo como instrumento de barganha política e legitimação. Com origem nas relações oligárquicas de poder, a lógica do clientelismo político acompanhou todo um processo de modernização e urbanização, e ainda hoje permanece nos variados tipos de instituições políticas, associações, agências públicas, partidos políticos, etc. Embora permeie setores modernos da sociedade, é nos redutos políticos tradicionais que sua prática ganha maiores contornos. Nestes, o monopólio do poder local é disputado por grupos familiares com tradição na vida pública, havendo casos em que um único grupo se consolida como dominante. Além do prestígio político, são famílias detentoras de poder econômico, inseridas nas camadas mais abastadas da sociedade, em contraste com a massa do eleitorado, oriunda das classes mais pobres. Uma característica muito comum dos municípios onde firmam base eleitoral é a fragilidade econômica decorrente da pouca arrecadação de receitas, não alcançando a autossuficiência. Em conseqüência disso, os representantes locais passam a receber um volume elevado de demandas daquela

população, como obras e serviços públicos, entre outras de caráter privado. A obtenção de verbas extras para o atendimento dessas necessidades torna-se fundamental, pois serão utilizadas como uma importante moeda de troca que garantirá a essas elites os meios para se perpetuarem por longos anos, ou mesmo gerações, no poder.

Contudo, a viabilização dessas práticas torna-se mais fácil quando uma parceria é firmada entre os políticos locais, partidos políticos e as diferentes esferas de poder. Deputados estaduais, por exemplo, demonstram prestígio junto ao governador, ou a ministros, quando obtêm sucesso em acordos, muitas vezes informais,⁶ que facilitam a destinação de recursos para suas bases. No entanto, o esforço individual deste representante nem sempre é suficiente para a concretização desses acordos, que na maioria das vezes são viabilizados por intermédio de uma aliança entre os partidos das diferentes partes.

Conforme estabelecido, os deputados estaduais atuam como articuladores entre as lideranças políticas, na maioria dos casos os prefeitos e o governo do estado. A proximidade com as bases propicia-lhes informações privilegiadas acerca dos problemas e necessidades dessas regiões, as quais são repassadas e encaminhadas na forma de projetos para o governador e suas secretarias. Outra forma dos deputados tentarem assegurar recursos e benfeitorias é mediante elaboração de emendas parlamentares. Ao incorporar esta tarefa, o parlamentar atua indiretamente na execução de políticas públicas assumindo na prática funções que formalmente não fazem parte das suas atribuições. Ademais, os compromissos assumidos durante o firmamento desses acordos também podem comprometer o exercício das verdadeiras funções desse parlamentar. Isso porque o tempo dispensado ao recebimento das demandas, - em parte, durante as recorrentes viagens aos municípios interioranos e, em outra, durante as visitas de eleitores nos escritórios e gabinetes políticos - absorve parcela considerável do tempo que o parlamentar deveria dedicar à elaboração de leis e à fiscalização das ações do governador. Cabe ressaltar: a lógica da troca de favores pode tornar cada vez mais flexível a análise dos projetos do Executi-

⁶ Essa informalidade tem a ver justamente com a natureza clientelista desses acordos. “A participação das redes clientelistas não está codificada em nenhum tipo de regulamento formal; os arranjos hierárquicos no interior dessas redes estão baseados em consentimento individual e não gozam de respaldo jurídico [...]. O clientelismo se baseia numa gramática de relações entre indivíduos, que é informal. Não legalmente compulsória e não legalizada”. (NUNES, 2003, p.42-41).

vo, dando margem para que nem sempre sejam cumpridos requisitos como relevância, preservação e atendimento dos interesses da sociedade consoante suas prioridades.

Esta opção, no entanto, pode não trazer resultados satisfatórios quando está em jogo a manutenção do domínio sobre as bases eleitorais dos membros da agremiação, principalmente se ocorre a situação contrária: partidos acomodados por um longo tempo no poder, com os recursos necessários para atender suas clientelas, serem subtraídos das suas antigas posições. Neste caso, as coalizões políticas podem se apresentar como uma alternativa capaz de reintegrá-los. Para a coalizão governista, a adesão de novas forças elimina possíveis resistências ao seu programa. Para os novos aliados, derrotados na disputa eleitoral, esta opção pode satisfazer a expectativa de obtenção de recursos para a manutenção das suas posições políticas.

A tendência para a formação de uma maioria parlamentar de apoio ao Executivo estadual tem sido observada na política cearense desde as eleições de 1986.⁷ Embora dotado de uma maioria, todos os mandatos estaduais subsequentes concorreram no Plenário com uma bancada de oposição. Assim, o governo de Cid Gomes, como os governos anteriores, inaugurou seu primeiro mandato (2006-2010) com a predominância da sua base de apoio na Assembleia Legislativa. Todavia, diferentemente dos demais, sua bancada de sustentação abrangeu quase a totalidade dos parlamentares, conquistando apoio hegemônico. Este fato chamou atenção, pois, do início até as vésperas das eleições seguintes,⁸ Cid Gomes pôde gozar da ausência⁹ de uma bancada de oposição sistematizada, incapaz de fazer frente ao seu governo.

Durante os anos em que o PSDB esteve à frente do governo estadual evidenciou-se a presença de um bloco de oposição liderado por parlamentares cuja base eleitoral era formada predominantemente por camadas médias urbanas, representadas, majoritaria-

⁷ Considera-se, neste trabalho, o período referente à redemocratização iniciada na década de 1980.

⁸ A base de sustentação do governo Cid apresentou-se unida e coesa até poucos meses para o final do seu primeiro mandato. O rompimento anunciado pela cúpula do PSDB ocorreu às vésperas das eleições de 2010, quando já se aproximava o término do prazo para definição das candidaturas para as eleições daquele ano.

⁹ A oposição manifestada por alguns parlamentares – como foi o caso de Heitor Férrer (deputado cujo partido, PDT, integrava a base do governo), além de, variavelmente, um ou dois deputados – não foi suficiente para consolidar uma base de oposição ao governo Cid Gomes.

mente, pelos partidos de esquerda. Por sua vez, a base governista era composta predominantemente pelo eleitorado do interior do estado. Segundo Nelson Rojas de Carvalho, o comportamento parlamentar tende a ser influenciado de acordo com a natureza da sua base eleitoral. Deputados cuja base é dispersa e compartilhada, típica dos grandes centros urbanos, tendem a defender políticas universalistas, enquanto aqueles cuja base é concentrada e dominante tendem a práticas políticas tradicionais, de cunho particularista e regionalizado. A realização desse tipo de prática, por diversas vezes, de matriz clientelista, requer recursos elevados. Recursos que, no estado do Ceará, puderam ser garantidos durante as duas décadas em que estiveram “à sombra” do poder, tornando possível a consolidação dessas carreiras políticas. Ao levar em conta a natureza da economia cearense, frágil, com a maior parte dos municípios dependente dos recursos do governo do estado – assim como a sobrevivência política dos parlamentares cujos votos estão concentrados nesses municípios – não haveria nenhum incentivo para esses representantes abdicarem da sua permanência nos centros do poder. O governismo é a característica mais acentuada da política cearense nos últimos anos.

Um observador conhecedor da política cearense das últimas décadas no Ceará ao entrar na Assembleia Legislativa cearense rapidamente constata que o Parlamento estadual é composto maciçamente de deputados oriundos de cidades do interior do estado. Portanto, o grosso da representação política continua sendo de base territorial. São políticos que geralmente iniciaram sua carreira política como prefeitos ou vice-prefeitos. Consolidada sua liderança na própria cidade, a ampliam via contatos partidários com outras regiões, e estruturam uma base eleitoral territorializada. Passam a ser eleitos por uma base territorial definida. Assegurarão sua reeleição, caso consigam contemplar aliados locais com favores e pedidos voltados ao eleitorado dessas cidades. Para esses deputados o grande temor é ver surgir nesta mesma base eleitoral competidores com recursos superiores ao que eles detêm. Manter uma base eleitoral distritalizada exige muito esforço e trabalho constante de intermediação de interesses orientados ao poder público estadual. São especialistas em tarefas e obras voltadas para suas bases eleitorais.

Em 2010, a Região Metropolitana de Fortaleza congregava doze municípios, os quais concentravam 40% dos eleitores do Ceará. Sur-

preendentemente existiam apenas cinco deputados estaduais com forte identificação com essa região. A Região Metropolitana de Fortaleza era formada por Fortaleza, com 1.612.155 eleitores; Caucaia, com 193.059; Maracanaú, com 147.396; Maranguape, com 71.430; Cascavel, 51.476; Horizonte, com 45.405; Aquiraz, com 45.139; Pacajus, com 45.053; Pacatuba, com 42.429; São Gonçalo do Amarante, com 36.275; Eusébio, com 30.318; Itaitinga, com 25.603; Guaiuba, com 18.397; Pindoretama, com 16.228, e Chorozinho, com 16.055. Enquanto o Ceará tem 6.192.371 eleitores, a Região Metropolitana de Fortaleza concentra 2.441.823, correspondente a 39,43% do eleitorado de Ceará. Ou seja, quase 40% do eleitorado do estado estão concentrados na RMF.

Pela ordem de concentração de votação na RMF há os seguintes deputados eleitos com forte representação: Heitor Férrer (PDT) tem 81% dos votos para sua eleição de votos da RMF; Pastor Ronaldo Martins (PRB) 79%; Lucívio Girão (PMDB) 78%; Lula Moraes (PCdoB) 78%; Eliane Novaes (PSB) 77%; Júlio César (PTN) 77%; Agostinho Moreira (PV) 76%; Paulo Facó (PTdoB) 76%; Mário Hélio (PMN) 73%; Fernando Hugo (PSDB) 68%; Eli Aguiar (PSDC) 63%; Patrícia Saboia (PDT) 60%; Tim Gomes (PHS) 59%; Fernanda Pessoa (PR) 58%; Ferreira Aragão (PDT) 57%; e Roberto Mesquita (PV) 52%.

Os deputados Heitor Férrer, Pastor Ronaldo Martins, Lucívio Girão, Lula Moraes, Eliane Novaes, Agostinho Moreira, Paulo Facó, Mário Hélio, Patrícia Saboia, Tim Gomes e Roberto Mesquita possuem algo em comum: todos eles foram vereadores de Fortaleza e nunca ocuparam uma função de executivo municipal. Dois deles, Eli Aguiar e Ferreira Aragão, são apresentadores de programas policiais importantes na televisão local. Um deles, Ronaldo Martins, é representante da Igreja Universal do Reino de Deus.

Considerando a eleição desses dezesseis deputados pela RMF correspondente a 34% da Assembleia Legislativa (46 deputados), poderíamos dizer que há distorção na representação. Se do ponto de vista puramente quantitativo podemos falar de uma distorção, em relação à expressão política desses representantes é notório que não representam a totalidade dos habitantes da metrópole.

Se tomarmos a bancada de deputados federais eleitos pelo Ceará (21 deputados), encontraremos os seguintes índices de concentração de votos na RMF: Edson Silva (PSB) tem 86%; Chico Lopes (PCdoB) 79%; Artur Bruno (PT) 77%; Eudes Xavier (PT) 67%; e Raimundo Gomes de Matos (PSDB) 50%. O número de deputados eleitos com

base eleitoral na RMF corresponde a 23% dos eleitos. Enquanto a RMF tem aproximadamente 40% do eleitorado do estado, tem apenas 23% de representantes. Diante desses dados, podemos falar de sub-representação política da RMF.

Os traços marcantes e persistentes do clientelismo e do governismo nas relações políticas cearense podem ser compreendidos quando apresentamos o cenário político da atuação dos políticos que atuam na esfera mais próxima do eleitor na escala municipal. Logo, a política com forte componente tradicional, expressa na atuação de grande parte dos deputados estaduais do Ceará, somente pode ser explicada quando entendemos a natureza das mudanças ocorridas recentemente na ordem política municipal de Fortaleza.

12.4 Território político e declínio eleitoral

Pelo cenário político traçado até o momento é possível imaginar uma representação política parlamentar na Assembleia Legislativa do Ceará dividida entre dois tipos de parlamentares. De um lado, a ampla maioria, eleita em redutos eleitorais de médias e pequenas cidades do interior do estado. De outro, o grupo formado por deputados eleitos com base na Região Metropolitana de Fortaleza. Supostamente a representação política oriunda da região metropolitana deveria expressar um perfil político diferente dos demais deputados interioranos.

Neste capítulo nos ocuparemos apenas dos deputados estaduais como representantes da Região Metropolitana de Fortaleza e principalmente suas conexões eleitorais com os agentes políticos mais importantes do poder local: vereadores e líderes comunitários. Atualmente a Assembleia Legislativa do Ceará tem dezesseis deputados, num universo de 46 deputados, com forte concentração eleitoral na região. Na tese de doutorado sobre as bases do Poder Legislativo da cidade de Fortaleza, Lopes distingue três categorias de vereadores: os comunitários, os ideológicos e os institucionais. A seguir faremos uma breve descrição dessas categorias. Tanto o vereador comunitário como o corporativo tendem a se auto-identificarem com as características apresentadas. O terceiro tipo – vereador institucional – é uma criação analítica, logo, de difícil identificação pelos próprios envolvidos.

Já há algum tempo em campanhas eleitorais é acentuado o destaque de lideranças locais que agem como porta-vozes do candidato na

comunidade da qual pretendem representar os interesses. Ele parece ser a chave para se entender o surgimento de um tipo de liderança política dominante atualmente no cenário das câmaras municipais e também da Assembleia Legislativa. Nos governos locais a vida política não gira em torno de organizações partidárias e sim no uso clientelista dos recursos disponíveis pelo governante. Para deputados e vereadores, o alinhamento político com as posições do Poder Executivo é uma questão de sobrevivência política, pois sem o uso político da estrutura da administração municipal, não há como contemplar seu eleitorado e manter sua complexa rede de atendimento e prestação de serviços. A troca de favores, mediante atendimento de pequenas demandas coletivas, faz a atuação do vereador se voltar unicamente para a manutenção dos laços de confiança junto ao eleitorado. Ele desempenha seu mandato parlamentar na expectativa de tirar algum tipo de proveito para seus representados.

Os vereadores tradicionais, de comunidade local ou comunitários, como preferem ser chamados, são tributários de uma prática de mediador dos interesses coletivos e representantes de um eleitorado definido. Eles são com muita frequência base eleitoral de deputados. Seu desempenho parlamentar é orientado inteiramente para satisfazer aos interesses do seu eleitorado. Muitos são incapazes de manter-se como liderança política local pelo excesso de demanda apresentada pela comunidade e pelo eleitorado isolado. Preferem criar estruturas intermediárias de poder comandadas por lideranças locais. Estas estruturas mediadoras são de mais fácil controle. Recursos financeiros para a realização de pequenos eventos na comunidade são suficientes para manter a posição de líder local. De modo geral, o vereador clientelista mora num bairro de periferia, tem formação escolar precária e uma vida modesta, mantém relações de aproximação muito intensa com seus representados e possui grande dependência do seu eleitorado.

Uma observação atenta à política municipal em Fortaleza, desde os primeiros anos da década de 1980, constatará que o sistema de liderança, diretamente exercido pelo vereador numa comunidade, tende a desaparecer. Dos atuais vereadores tradicionais, alguns já abandonaram seu lugar de moradia e se mudaram para bairros mais nobres da cidade. A liderança desse vereador estava baseada no convívio cotidiano com a comunidade que representava. Havia uma impossibilidade real de distinção entre lugar de moradia e lugar de trabalho porque

estas duas funções se confundiam. A diferenciação e a mudança somente são possíveis quando se assegura uma estrutura de liderança local fiel, de modo que o representante pode se ausentar fisicamente, mas deixa um membro da família que o representa diretamente. Engana-se quem pensa que o eleitorado destas lideranças tradicionais não sabe reconhecer seus interesses. Ao contrário, este eleitor da periferia força o representante político a tomar posição, normalmente, favorável ao prefeito, e desta aproximação obter benefícios imediatos para a comunidade ou para a distribuição de bens individuais. O comportamento deste vereador é baseado na constante troca entre seus eleitores e seu representante. Esse vereador sabe que depende estreitamente do eleitorado da sua área. E a manutenção da lealdade política fundamenta-se na troca constante de favores e serviços. Não há política possível fora deste universo entre representantes e representados. Assim, o voto é apenas uma das relações que o eleitor mantém com seu líder local, além de sistema de troca de favores, empréstimos, prestação de serviços por parte do poder público. Embora o eleitorado seja disperso, pode ser controlado por um capilar sistema de lideranças locais identificadas como representantes do político tal. Estas lideranças não são políticas, mas pessoas que atuam junto dos moradores e em momentos de eleição procuram atualizar estes contatos para render votos para um candidato.

Conforme se percebe, a vida política municipal em Fortaleza criou um sistema de lideranças comunitárias não identificado imediatamente com qualquer político, mas livre para agir, profissionalmente, na defesa do seu interesse. O surgimento desta camada intermediária entre o eleitorado, que não está mais formando sua sociabilidade nos laços de vizinhanças, e as lideranças políticas formais permite se compreender a continuidade de uma prática clientelista sem base tradicional. O vereador retira uma votação significativa em vários lugares da cidade, significando uma liderança não tradicional, porém não efetiva esta votação por apoio da sociedade civil ou pelos meios de comunicação. Ou seja, a conquista desta votação dispersa ocorre pela rede capilar de lideranças comunitárias dispostas, na época de eleição, a trabalhar para o candidato que lhes pagar valor mais expressivo.

Dentro da classificação ora proposta, o vereador comunitário é aquele caracterizado pela alta concentração de votos, normalmente numa dimensão territorial do bairro, tem vínculos muito estreitos de afetos com seus eleitores. O clientelismo é uma relação política de de-

pendência entre os membros, apoiada na troca de favores, onde a dependência dos envolvidos é mútua. Assim como o eleitor depende de favores do líder local, ou vereador, este também se mantém numa forte dependência do seu eleitorado. O clientelismo defendido abertamente por muitos vereadores é apenas o reconhecimento da sua condição de dependente das lideranças locais. É o mecanismo para assegurar sua posição de líder político local.

Neste sentido, o controle local dos recursos públicos, que chegam às comunidades por via de vários programas sociais do estado, por meio de lideranças locais, é o mecanismo para assegurar a criação de uma rede de dependência entre os beneficiados destes programas e seus promotores diretos. O uso político destes recursos ocorre justamente no elo menor da cadeia da sua implementação. Manter o controle sobre a distribuição destes recursos é fundamental para as lideranças locais, pois todo seu poder advém deste controle. Qualquer mudança na natureza da distribuição, adoção de regras impessoais provoca forte reação por parte deles, justamente porque afeta seu poder de liderança.

Em muitos casos, a rede de lideranças locais em que se apoia o vereador é comandada diretamente por ele; contudo, em alguns casos, isto se faz de forma indireta, por intermédio dos seus assessores parlamentares. São estes muitas vezes lideranças locais que também atuam no Parlamento municipal. O vereador pode comandar pessoalmente a rede de distribuição de favores e prestação de serviços ou pode instituir um sistema de atendimento coordenado por auxiliares diretos. Normalmente os vereadores médicos dão assistência à comunidade durante certo dia da semana, quando atendem gratuitamente. É uma forma de prestar um serviço na própria atividade profissional. Caso não possam resolver os problemas, têm uma rede de amigos médicos, situados em diversos pontos hospitalares, com os quais podem contar. É uma rede extremamente complexa de obrigações mutuamente estabelecidas. Aquele médico que faz um favor ao colega médico-vereador sabe que numa eventualidade poderá contar com o auxílio do edil amigo. Para a população assistida por ele, resta a esperança na gratidão de um atendimento prestado sem nenhum tipo de obrigação e possível de ser recompensado no momento devido com um voto de confiança. Portanto, a relação do representante político com seu eleitor não é de forma alguma uma representação de interesses, mas um pacto de ajuda mútua.

Muitos dos atuais vereadores apelam para os serviços de lideranças locais em épocas de eleição. São líderes locais de naturezas diversas que trabalham na conquista de voto para seu candidato. Isto explica a dispersão de votos de muitos candidatos. De modo geral, os detentores de votos muito concentrados são lideranças que ascenderam à condição de vereadores e ainda não dispuseram de tempo e recursos para a montagem do mecanismo de rede de lideranças locais. Assim, a rede de auxílio e atendimento mantida por um vereador determina seu poder eleitoral.

A estrutura de clientela é estabelecida entre indivíduos que ocupam posições assimétricas e que dependem econômica e politicamente de outros. Para boa parcela deles as relações são sempre diretas. Mas o vereador que utiliza o mecanismo da liderança local não busca este tipo de contato direto com a comunidade. Ele raramente vai ao encontro dos seus representados, pois deixa o trabalho de convencimento e de assistência para os amigos e auxiliares. Contudo, a cadeia de relações intermediárias na qual a liderança local ocupa um papel importante não pode ser quebrada e precisa ser mantida. A manutenção deste vínculo com a comunidade vai desde a presença do vereador numa festa local, aniversário, ao apoio aos eventos realizados na área. Mas a relação clientelista exige do vereador fornecer bens e serviços para seus representados. Normalmente, os serviços são públicos, porém aparecem como se tivessem sido conquistados pelo vereador por causa do seu empenho em encaminhar as reivindicações das comunidades aos órgãos responsáveis. Entre os serviços prestados pelo vereador à sua clientela incluem-se levar os jovens para tirar o título de eleitor, obter uma consulta médica, um medicamento, regularizar uma escritura, conseguir um emprego para um filho, uma bolsa de estudo, um enterro, uma ajuda para uma viagem de um parente, o pagamento da conta de luz e água – pedidos comuns, mas tudo pode ser objeto de pedido. Hoje, o clientelismo não pode mais ser entendido como se pensava: uma relação praticada no campo tradicional e de subjugação dos atores sociais envolvidos. Ao contrário, esta é uma prática corrente no meio urbano onde eleitores têm acesso às informações e por isso mesmo praticam o ato de negociar o voto. O voto somente é objeto de negociação porque se tem uma representação exata da sua importância e se procura obter os benefícios privados desta relação. O clientelismo urbano exercitado nos grandes bairros periféricos atinge um eleitorado livre, ativo e que negocia abertamente seu poder de

escolha eleitoral. Portanto, a sedução do eleitor numa base clientelista não pode ser feita apenas no período eleitoral.

Todo vereador, independentemente da classificação aqui adotada, desenvolve atividades de representante do Legislativo municipal dentro da Câmara e uma atuação fora da instituição. Muitos vereadores designam esta primeira atividade como ações institucionais, pois se relacionam com o cumprimento do seu papel de vereador, atuando nas comissões e no Plenário. Já as atividades realizadas fora da Câmara dependem da natureza da representação ou do mandato. Os vereadores comunitários atuam no atendimento aos seus eleitores, em peregrinação pelos gabinetes de secretários e dirigentes de órgãos públicos, na busca de soluções para os problemas das comunidades que dizem representar; na ação de mediador das demandas sociais de uma comunidade junto ao poder público. Diferentemente, os vereadores ideológicos costumam participar de atividades relativas às questões públicas mais abrangentes, manifestações públicas, atos de protestos, etc. Não há atendimento ao eleitor individualmente. O vereador de comunidade atua como um despachante que atende aos pedidos do seu eleitorado pelo uso de influência direta ou indireta de relações com diversas autoridades. Aqui, também, o vereador faz uma peregrinação por órgãos públicos, à procura de solução para as demandas coletivas da comunidade. Secretarias e agências municipais, diretorias de hospitais públicos, casas de saúde são passagens obrigatórias para estes “profissionais do pedido”. Aquele que um dia esteve num ponto da rede de atendimento das demandas comandadas por um vereador tende num dado momento a se aventurar a tentar ele mesmo um mandato parlamentar.

Por todas estas observações, é possível assegurar que em Fortaleza se assiste ao abandono da identificação local, territorial de bairro, como critério para o desempenho eleitoral. Assim, os representantes locais estão buscando cada vez mais formas dispersas de representação. Isto exige da parte deles mais condições materiais para esta independência do eleitorado. Os muito dependentes de uma base eleitoral concentrada estão sujeitos aos interesses imediatos dos eleitores dispersos e sempre ávidos por algum benefício. Todavia, o custo da manutenção de uma base eleitoral é bem alto, pois requer constante presença na área. Todos os problemas da comunidade devem passar por ele. Este custo não é somente material e financeiro, em parte coberto pelo Poder Executivo, mas principalmente de empenho permanente.

Representar segmentos diversos parece ser a forma mais corrente de os vereadores atuarem, pois a representação de única região da cidade, uma comunidade determinada, é muito perigosa e sempre sujeita ao descontentamento do eleitorado. Para evitar a estreiteza da representação que aumenta enormemente o trabalho do representante, opta-se por uma representação mais difusa de segmentos variados. São poucos os vereadores que atualmente retiram seus votos de fonte única. Os que no passado a obtinham do segmento comunitário ampliam hoje sua área de atuação, enquanto outros buscam a identificação com segmentos profissionais ao longo do mandato, com vistas a votos futuros.

Como observado, a fragilidade e o provável declínio de liderança do vereador comunitário se expressaram nas recentes eleições, quando muitos deles, liderança das mais antigas, desistem de ser candidatos; outras passam a candidatura para o filho, e por fim, a não eleição. Ao mesmo tempo, verificamos o abandono de bases comunitárias de algumas antigas lideranças. Tudo isto ocorre concomitante ao fortalecimento do vereador do tipo institucional. Ademais, a mudança de liderança tradicional comunitária, que parece estar ocorrendo em Fortaleza neste momento, pode ainda ser entendida pelo esgotamento desta própria liderança, dinâmica de circulação de elites, mas também pelo efeito da mudança institucional na descentralização administrativa recentemente implementada na prefeitura de Fortaleza. Não se pode negar também a modernização de procedimentos na atuação pública, que impossibilitou estas antigas lideranças atender às novas demandas do seu eleitorado. Embora estes fatores apontados para o declínio da liderança do vereador comunitário não sejam excludentes, podem ser complementares e agir numa mesma direção.

O vereador com identificação em segmento de interesses e que retirou seu voto de grupos organizados tende a usar mais na sua atividade parlamentar os instrumentos legais facultados pela ocupação do cargo. Estes desempenham de forma mais interna seu mandato por meio de uma atuação constante na tribuna, nas sessões legislativas e nas comissões técnicas da Casa. Esta é uma forma de agir usando os instrumentos legais disponíveis no cumprimento do seu mandato parlamentar.

Evidentemente, os vereadores desempenham seu mandato de acordo com a natureza da sua base parlamentar. Aqueles que tiveram votação dispersa e representam interesses de comunidades ideológicas

agem usando os instrumentos legais disponíveis na Casa Legislativa; os que representam interesses “paroquiais” de pequenas comunidades locais desempenham seu mandato diretamente na sua área de atuação e influência. Os vereadores representam interesses de várias naturezas, desde uma pequena comunidade local até comunidades de valores. Mas a natureza da sua representação e o modo como fizeram a campanha determinam em grande parte o tipo do seu desempenho no Legislativo municipal.

Desse modo, a natureza do voto do vereador comunitário reflete-se na sua atuação parlamentar, pois ele pauta sua atuação institucional pelas regras da convivência pacífica e troca de favores com o Poder Executivo. A posição de vereador não é senão uma forma de exercer uma profissão bem remunerada. Não há outro propósito em seu desempenho parlamentar. Portanto, os vereadores tradicionais que atuam numa comunidade de área reduzida estão constantemente em busca de melhorias para sua área e se preocupam pouco com o debate mais geral sobre os problemas da cidade. Voltam sua atenção principalmente para a comunidade de interesse ou área onde foram bem votados. Exercem seu mandato orientados pelo eleitorado desta área ou pela comunidade de interesse restrito.

Já o vereador ideológico tem um mandato mais independente, pois é normalmente eleito por uma comunidade de indivíduos com escolaridade mais elevada, com renda mais alta e que não dependem de favores de uma liderança política. Esta só recorre a um representante parlamentar em caso de um problema coletivo que exija a mediação de um parlamentar.

Os vereadores tradicionais costumam criar algum tipo de instituição que permite realizar o trabalho social de assistencialismo à população da sua área. Esta rede de assistência inclui normalmente ambulâncias e carros para o transporte das pessoas. A força de um líder local e de um vereador é expressa pela capacidade de atrair recursos e investimentos do poder público para sua área. Com esta finalidade, o vereador tradicional precisa convencer o prefeito a efetuar obras coletivas em sua área; são os dividendos que tentará explorar na sua campanha seguinte. Sem o mecanismo de troca de favores, o vereador tradicional está sujeito a perder seu mandato.

O segundo grupo de vereadores é caracterizado por pertencimento ideológico a organizações partidárias ou profissionais. Mesmo sem me deter na determinação aprofundada dos vínculos de cada vereador

deste grupo, gostaria apenas de mencionar esquematicamente aquilo que julgo ser sua fonte de votação

Certamente, a figura do representante político institucional não é uma novidade nem na política nacional nem na municipal. Não se trata de encontrar a novidade política desta categoria de representantes. O técnico que serve à administração pública e, depois, apoiado pelo líder político a quem serviu, lança-se na disputa por um cargo eletivo, tem longa história no Ceará e no Brasil. Na história mais recente do estado, há uma geração inteira de técnicos formados no Banco do Nordeste que depois servem ao governo estadual e, posteriormente, seguem o caminho da política eleitoral. No âmbito municipal, a nosso ver, isto somente vai ocorrer na década de 1990. Ao longo de anos, os quadros dirigentes da administração pública municipal em Fortaleza foram recrutados entre pessoas indicadas por políticos partidários. Raramente encontramos indivíduos que depois de assumirem funções de secretário municipal lançam-se na vida política eleitoral. Somente recentemente este fenômeno está acontecendo. Há maior circulação de funções do Legislativo municipal para o Executivo e da máquina administrativa para a função legislativa.

Na eleição, o vereador institucional não é detentor de um segmento social no qual atua. Esse grupo de vereadores tem sido dominado por médicos, mas que não representam a categoria médica. Na campanha eleitoral, habitualmente, procuram associar sua imagem à do candidato majoritário. Desse modo, a presença mais acentuada de médicos na categoria de vereador institucional deriva justamente da sua condição anterior de dirigente ou ocupante de posto na administração pública na área de saúde.

O fenômeno da clientela e das relações de clientelismo refere-se a estruturas sociais tradicionais, embora, em sociedades que se modernizam, exista igualmente a dificuldade de romper com os vínculos remanescentes de uma época quando a dominação não passava pelo aparelho público, mas pela intervenção direta do líder político. Então, a dependência de alguns indivíduos de outros com posição e recursos mais elevados significava uma relação que se estendia para a dominação política. No entanto, a mudança significativa das condições de vida em diversas áreas de dominação tradicional vai corroendo a base da dominação local do vereador tradicional. Eis o paradoxo do vereador tradicional – ele não pode assegurar sua dominação sem trazer melhorias de vida para a sua área; ao fazer isto, ele permite uma au-

tonomia destas pessoas e sua dominação estará em colapso no futuro. Todavia, não pode ser de outro modo, caso contrário, não mantém sua liderança no presente. Sem dúvida, as lideranças tradicionais devem fazer melhorias de vida na área onde vivem, mas não a ponto de comprometer sua dominação clientelista.

Isto permite entender por que algumas lideranças tradicionais antigas deixam aos poucos sua dominação tradicional em uma área e passam a agir em toda a cidade. O controle de área única é arriscado e pode ser minado por outra liderança mais importante. Para assegurar, então, sua sobrevivência política, apelam para a ampliação da sua dominação política. Aqui, porém, já não atuam diretamente, e, sim, por intermediários locais, seus representantes diretos nestas comunidades.

Embora as relações clientelistas sejam típicas de sociedades tradicionais, a modernidade e as sociedades em transição podem ainda conviver por algum tempo com este fenômeno. O clientelismo é um mecanismo de proteção social contra a rapidez das mudanças operadas na sociedade.

Relações tradicionais e aparelho administrativo centralizado não combinam e entram em colisão. Em cada região da cidade, as lideranças tradicionais tratam de sobreviver no novo ambiente e assegurar a manutenção das formas preexistentes. Portanto, o vereador da área precisa continuar como mediador e alocador privilegiado dos recursos públicos canalizados para esse espaço. Apesar das novas formas de comando moderno tenderem a pressionar, modificar e romper os antigos vínculos de dominação local, a ruptura da rede de vínculos entre moradores de uma área da cidade e seu representante político local – o vereador comunitário – não se faz sem conflito. Esta ruptura nem sempre é completa, pois pode ocorrer apenas a mudança de liderança local ou uma acomodação de novas formas de relação às antigas.

Dessa maneira, o sistema de rede de vínculos clientelistas espalhado pela cidade e comandado por vereadores não foi destruído, mas adaptado, coligado com as novas forças emergentes. Nesse contexto, as antigas lideranças passaram a ocupar uma posição de subordinação dentro da nova ordem municipal, continuam dentro da rede clientelista, contudo, perderam muito poder. A cada dia, a dominação em rede de clientelas torna-se mais difícil de se manter. É preciso muito esforço, trabalho constante para preservar uma base eleitoral em forma de área geográfica. Hoje a maneira mais usada é conjugar uma parcela da

dominação local na área e dispersar sua liderança por outras esferas de relações.

Atualmente, a figura mais importante na dominação local é o vereador institucional. Ele tem um vínculo apenas momentâneo com algumas comunidades organizadas, portanto, não mantém uma vinculação orgânica. Aparece como representante e deixa um representante orgânico presente na comunidade, de modo que pode assegurar a dominação usando intermediários. Neste caso, a base territorial não deixa de existir, muda apenas o agente controlador.

O certo é que se distinguem duas formas de ação de um parlamentar local: a institucional e a social. A primeira e mais importante atividade do vereador é comprometida em seu exercício no cumprimento da segunda, enquanto a segunda, para muitos vereadores, é praticada na base do clientelismo. Para que isto se faça, uma função institucional básica deve deixar de ser cumprida: fiscalizar as ações do Poder Executivo, do qual provém parte dos recursos utilizados para proporcionar serviços para sua clientela.

Como afirmado, a ação parlamentar de um vereador é feita de duas formas. Uma é o trabalho legislativo propriamente dito, o cumprimento do exercício do seu mandato confiado pelo eleitor. Outra é uma atividade externa ao trabalho legislativo. Todavia, o modo como se desincumbe desta tarefa depende enormemente da natureza da base social que representa. Assim, o de perfil tradicional e que mantém reduzido eleitoral definido em uma área da cidade possui uma rotina de atendimento aos eleitores e uma peregrinação aos órgãos do governo, encaminhando as solicitações dos eleitores. Já o de perfil ideológico e progressista atua nos diversos setores organizados da cidade por intermédio da participação em assembleias, reuniões de discussões com grupos variados que lutam e reivindicam algo ao poder público. Observa-se nítida distinção entre as duas categorias de representantes no entendimento do modo como devem desempenhar o mandato eletivo. O vereador de perfil de voto tradicional e concentrado tende a ter pouco desempenho no trabalho institucional. Ele prefere a atuação nos bairros, agindo como intermediário na solução de problemas de natureza individual e, às vezes, coletiva. Enquanto isso, o representante ideológico atua na defesa de prerrogativas de natureza institucional, isto é, procura desempenhar função dentro da estrutura legislativa.

Um vereador institucional é destituído de uma base social de representação política. Sua atuação, desde a época da eleição, é for-

jada como representante do Poder Executivo. Age em decorrência do prestígio da administração no poder, extraíndo sua força eleitoral desta aproximação. Para este tipo de vereador, o alinhamento com o Executivo é uma questão de sobrevivência política. Amplia seu poder não em virtude de inserção na sociedade, mas na defesa aguerrida dos interesses do Poder Executivo e também por forte atuação dentro do Legislativo municipal.

É justo dizer que o fortalecimento do município – como unidade de governo – ocorrido com a Constituição de 1988, e a implementação da descentralização e transferência financeira para estas unidades consolidaram a força do Poder Executivo local. Em seguida, na década de 1990, a reforma do Estado, implementada nacionalmente, implicou a modernização de alguns procedimentos na esfera pública. Ao lado de tudo isto, em Fortaleza assistiu-se a uma reforma administrativa, com a criação de secretarias regionais, dividindo a cidade em seis zonas. Todas estas alterações fortaleceram o poder do prefeito. As mencionadas mudanças institucionais são importantes fatores na explicação do declínio do poder tradicional do vereador comunitário, pois este se verifica concomitante ao fortalecimento do vereador institucional.

Como mostra a realidade, ampliou-se o poder do vereador com maior dependência da máquina da prefeitura. Agora não se trata mais de um processo de cooptação, ocorrido após o pleito, para composição de uma base de sustentação parlamentar para o prefeito, e sim do esforço para assegurar esta dependência e representação direta, já durante o período eleitoral, com candidatos fortemente vinculados ao Poder Executivo. Segundo denota a origem do poder do vereador institucional, o Poder Executivo é hoje detentor de quase todo o poder local, não dando mais margem para atuação autônoma de vereadores de feição tradicional e comunitária. A consequência mais imediata para uma representação política constituída na base de vereadores institucionais são o comprometimento absoluto da autonomia do Poder Legislativo e a consequente impossibilidade de cumprir um dos pilares da divisão do poder: a fiscalização constante dos atos do Executivo.

Se existe o declínio de um tipo de liderança tradicional no Legislativo municipal de Fortaleza, isto não decorre unicamente das dificuldades de se continuar mantendo um reduto eleitoral fechado, mas, principalmente, da expansão de oferta de bens públicos. Em grande parte, esta expansão se dá na base de programas dos governos federal e estadual nos quais as regras de concessão dos benefícios já estão

definidas. Tal fato estreita a margem de atuação de políticas clientelistas. Diminuir os espaços do arbítrio pessoal na concessão do bem público é apenas um dos elementos deste complexo processo de transformação social ora vivido pela sociedade; ainda não significa, definitivamente, sua extinção. Diante da complexidade da atuação exigida pelo novo quadro institucional criou-se uma figura correspondente no plano político. Conforme evidencia a atuação da liderança institucional, as formas clássicas de clientelismo não podem mais existir abertamente, pois, ao se ampliar os espaços democráticos e competitivos na sociedade, haverá, inevitavelmente, o declínio de formas tradicionais de atuação política.

Raramente a dinâmica eleitoral coincide com o desempenho parlamentar. Um candidato a vereador sabe que, para assegurar sua eleição, necessita ter uma comunidade de identificação explícita, aquela para quem fala e trabalha. Mas já não pode situar esta comunidade numa base territorial porque os laços de identificação e as exigências deste eleitor-morador são, muitas vezes, de alto custo financeiro. Outro elemento precisa ser ressaltado para se poder entender o que se passa no universo da política municipal de Fortaleza. Como o retorno à vida democrática permitiu uma frequência de eleições a cada dois anos, isto forjou uma camada de lideranças comunitárias intermediárias que são a base de sustentação eleitoral do vereador institucional. Esta liderança comunitária não é o tradicional cabo eleitoral, pois detentora de poder e controle de certos benefícios ofertados à sua comunidade. Entre o eleitorado disperso e o político em busca de voto e apoio político, encontra-se estruturada uma rede de lideranças comunitárias pronta para servir ao primeiro que chegar e aceitar a proposta financeira mais tentadora. Trata-se de um círculo de líderes sustentados com as eleições periódicas.

O líder institucional é fruto de maior diferenciação social. Ele simboliza o estado de desenvolvimento em que a sociedade se encontra; permite a emergência de uma representação do tipo burocrática que trata a representação não mais com laços tradicionais, mas com forte ênfase em trocas mercantis. Não sugerimos que sua base eleitoral seja toda sustentada na troca monetária, mesmo porque ele não teria recursos suficientes para este ônus. Contudo, uma parte considerável deste encargo com a manutenção desta base de sustentação é feita pelo controle da máquina pública. Alguém poderia, com justeza, dizer que este fenômeno não tem absolutamente nada de novidade na política

brasileira. O Estado cartorial foi caracterizado pelo controle sobre recursos públicos disponíveis e sua distribuição de acordo com critérios pessoais. Afirmando apenas que existe a criação de um círculo de dominação mais estreito entre o poder instituído e uma parcela muito ampla da população periférica. No comando desta vasta rede de interesses, está um grupo de vereadores que denomino de institucionais.

12.5 O sistema de lideranças comunitárias: político clientelista sem base eleitoral territorial

As trocas eleitorais no tempo das eleições não são idênticas às práticas fora deste tempo. É muito raro encontrar um candidato que retire sua representação de interesses de uma única forma. Quase todos se utilizam dos meios disponíveis para extrair o voto do eleitor. Não se busca na maior parte do tempo uma representação do interesse na qual ele se mostre como um simples canal de expressão dos interesses organizados. Mesmo os parlamentares de feição mais corporativista não mantêm uma sólida base de sustentação eleitoral no sentido de cultivarem contatos frequentes e corriqueiros com seu eleitorado. Muitas vezes, as idas às festas de categorias expressam o seu pertencimento à categoria e são tidas como uma forma de contato, pois aí sempre se discutem os principais problemas da cidade e se procura saber a opinião do seu representante.

Outros parlamentares agem de forma dispersiva nas eleições, pois mesmo dominando uma rede de representação preferem atuar por fora, porquanto não há certeza de serem plenamente aceitos na eleição. Um parlamentar local já detentor de vários mandatos sustenta-se numa rede ampla de apoio ao esporte amador nos bairros. É um trabalho que não se manifesta jamais como representação de interesses, pois estas ligas esportivas não agem em nenhum momento como grupos sociais estritamente falando, não chegam a se constituir em atores sociais propriamente ditos. Desta impossibilidade, o parlamentar pode ser o elo entre os interesses dispersos, mas não expressos em interesses definidos.

Vereadores de bairro são os candidatos que recebem uma votação concentrada de votos, proporcionalmente elevada, numa mesma área geográfica que coincide com seu lugar de moradia. Com os eleitores que os procuram, estabelecem laços de amizade e de troca, atendimen-

to de favores diversos. Tudo isso sem horário reservado. Sua casa está sempre aberta ao atendimento do eleitorado. Engajam-se em relação ao poder público, sobretudo na defesa de benefícios concretos para esta área e pelo auxílio aos que os procuram em busca de solução para pequenos problemas.

Vereadores de segmento social são candidatos que se apresentam como defensores de categorias profissionais organizadas ou de causas sociais como educação, saúde, transporte, trabalho. Estas são atividades que encontram na Câmara Municipal defensores dos seus interesses coletivos.

Como uma subcategoria dos representantes de segmentos sociais não poderia deixar de mencionar a forte presença de votos concentrados de natureza religiosa. Parlamentares que se mostram como defensores de certos interesses religiosos ocupam hoje expressivo número. A identificação religiosa é um critério importante ao se escolher o candidato a vereador, mas isto pode ser menos pela identificação propriamente dita e mais por se preferir eleger alguém com maior proximidade afetiva. Menos que um voto baseado na identificação religiosa, expressando seus valores religiosos e a preferência por uma política orientada por estes valores, pode ser mais a oportunidade de acesso por meio deste político.

Atualmente, os vereadores institucionais são os que ocupam boa parte dos acentos no Legislativo municipal. Alguns não exercem unicamente a função de vereador, políticos profissionais, portanto continuam em suas atividades profissionais anteriores. Todavia, a grande diferença destes em relação aos demais é que não mantêm ligações com corporações profissionais, nem bairros, pois moram em áreas mais nobres da cidade e têm uma votação dispersa em pequenos núcleos. Guardam, no entanto, forte dependência da máquina administrativa de obras do Executivo.

As lideranças comunitárias com mandato parlamentar precisam ser fiéis aos seus eleitores. Neste tipo de liderança predomina uma característica mais marcante: sua submissão à vontade do eleitor. Há nela uma autonomia mínima. Assim, o vereador torna-se um meio de atrair benefícios para a comunidade e para indivíduos isolados. Por isto, a manutenção desta posição de liderança depende diretamente do seu poder de continuar fornecendo os bens exigidos pela comunidade. De acordo com a expectativa dos eleitores, o político deve manter um canal de acesso constante com o Poder Executivo com vistas a sempre

atender aos seus pedidos. Cultivar a posição de líder político numa comunidade de bairro é submeter-se a uma engrenagem de troca constante e expectativa de retribuição em forma de voto.

Cada vereador que conserva o mandato por muitos anos sem sofrer abalo em sua liderança possui sua base política, uma maneira de servir àqueles que o procuram. Como atendia todos os eleitores diretamente em sua residência, sobretudo os moradores da vizinhança, numa atividade permanente ao longo de anos, esse tipo de vereador não precisava correr tanto na época de eleição, porque tinha como certo o voto de gratidão pelo trabalho. Tal expectativa já não existe mais de parte dos atores deste sistema. Tanto o político não confia que somente atendendo terá uma eleição assegurada, como o eleitor busca mesmo na época de eleição diversos candidatos que lhe propiciem algum benefício imediato.

Normalmente, o vereador de comunidade de bairro tem amplo contato e acesso ao poder público. Isto favorece o encaminhamento dos pedidos da sua comunidade naquilo diretamente dependente de decisão do poder municipal. Outros pedidos requerem intermediações, com outras pessoas, membros da rede de contato do parlamentar, geralmente um deputado, com acesso num nível mais elevado no poder estadual ou federal. Contudo, o parlamentar com base em bairro possui um comportamento político extremamente discreto dentro do Parlamento. Raramente se expõe ou cria inimizade, tem sempre uma posição ao votar as mensagens do Executivo, entretanto, sem grandes comentários ou envolvimento nas discussões internas de mérito. De modo geral, ele é um morador muito antigo no bairro e desse fato retira boa parte do seu prestígio, e usa com frequência como argumento para garantir sua preferencia em relação “aos que vêm de fora”. Sempre esteve presente, nunca se afastou da defesa dos interesses da comunidade. Neste prisma, o pertencimento à comunidade é tido como o maior capital político destes vereadores, sua marca e seu trunfo eleitoral. Morador antigo, aliado ao fato de estar sempre disponível para o atendimento, firma laços de confiança entre a comunidade local e seu representante.

Na periferia da cidade de Fortaleza, em decorrência da pobreza e do rompimento de laços clientelistas, a mercantilização do voto vai ocorrendo. Em época de eleição, a ampliação das agências fornecedoras de benefícios aos pobres gera uma situação de independência relativa deste eleitorado ante o político. Já não é mais possível manter laços

de dependência fixa porque dentro de uma situação de competição eleitoral acirrada não há como assegurar a fidelidade eleitoral deste eleitor contemplado com um favor. Por isto, o candidato aposta mais em laços de transferência de prestígio para as pequenas lideranças locais que se encarregam de assegurar este voto disperso e negociado. Na ausência de lealdade política, resta a compra do voto. Lealdade e gratidão já não são os valores correntes no meio desta população pobre que aprendeu rapidamente que na época da política o “rico olha para o pobre”.

Como evidenciado, a rede de atendimento clientelista mantida por um vereador inclui desde ônibus para conduzir pessoas para enterros, a assistência de transportes para postos de saúde e hospital. O eleitor tudo solicita ao vereador e este deve prestar pronta assistência. Somente em casos extremamente difíceis ou dependentes de alto investimento, o vereador deixa de satisfazer o pedido do eleitor. Muitas vezes o cálculo não é puramente eleitoral, como ocorreu com uma candidata vereadora. Pediram-lhe um telefone. Na época, o preço deste era muito alto. Ela ouviu o pedido nem tanto por causa do retorno eleitoral, mas pelo simples fato de ter prometido e não poder mais retroagir.

Em face da natureza da base social do vereador de comunidade, ele se expressa de maneira mais genérica, mesmo tendo ações voltadas para a defesa de interesses particulares do seu grupo de pertencimento. O comportamento político parlamentar é focado em uma luta constante em torno do cumprimento das normas legais inerentes à função do vereador. Há nessa convicção o claro entendimento de que as leis instituídas, os recursos legais postos à sua disposição para o exercício da sua função lhe são favoráveis, enquanto os vereadores com base social em agrupamentos restritos e territoriais normalmente relegam esses instrumentos legais, e usam elementos informais no seu desempenho.

Entretanto, a eleição de um candidato não pode ser atribuída unicamente a um segmento social, tornando esse candidato o representante desse segmento. Alguns candidatos eleitos conseguiram monopolizar a representação de um setor da sociedade, mas isto é raro. O padrão normal da votação de todo candidato é uma heterogeneidade de origem do voto. Mesmo quando ele se apresenta como o candidato dos evangélicos, do servidor público, dos bancários, dos estudantes, das mulheres, dos jovens, etc., não se pretende que terá voto unica-

mente nesse segmento com o qual se identifica ou busca a identificação. Como a diferença de votos entre os candidatos é muitas vezes pequena, a dispersão na representação é fundamental. Todo candidato precisa contar com uma pequena, média ou grande base sólida de apoio eleitoral. Somente com uma sustentação de voto cativo, pode expandir sua busca de voto para outros setores da sociedade. Quando se entra em setores novos, corre-se sempre o risco de não se obter eleitoralmente o esperado.

Embora a campanha seja um jogo de definição de posições dentro do campo político, a posição conquistada por cada concorrente nem sempre é a desejada. Todos anseiam por uma campanha na qual a posição desejada seja a ocupada por ele e mantida. Contudo, para a conquista política, a ação dos outros concorrentes é não somente definir sua posição, mas fazer com que a posição ocupada neste momento por outros seja deslocada. Portanto, a disputa é por posições, jogo de acusações. De acordo com estas, muitas vezes, perdem posição já conquistada e outros ocupam novas posições. O resultado do posicionamento de cada candidato depende não somente do seu desejo e esforço para se deslocar no meio dos demais, mas também da defesa destas mesmas posições cobiçadas por outros.

Quanto à trajetória do voto, passa do voto de cabresto, no qual havia algum tipo de laço de submissão e dominação material de um dos membros da relação, ao voto de gratidão. Neste, mesmo não havendo dominação material, existe o atendimento de solicitação de ajuda por parte de uma pessoa a outra, retribuição paga em época de eleição com o voto; por fim, há o voto mercantilizado segundo o qual as relações se estabelecem entre parceiros absolutamente iguais e independentes e um solicita algo em troca da sua escolha eleitoral. Quem tem mais recursos financeiros pode perfeitamente conquistar um mandato eletivo usando apenas esse mecanismo da “compra de voto”. Na opinião de muitos analistas, a situação de privação material e o analfabetismo são apresentados como os causadores da situação de risco do eleitorado pobre impossibilitado de resistir ao poderio econômico na época da eleição. Laços de subjugação direta de indivíduos sobre outros praticamente inexistem na cidade; mas laços de confiança motivadores de laços de gratidão por favores prestados são mais comuns. Predominam, porém, os laços frouxos entre indivíduos despossuídos, presa fácil para os aliciadores de votos. Conquistam o voto deste eleitor sem nenhum esforço de convencimento, apenas em

troca de alguma ajuda material. Normalmente, as trocas eleitorais são firmadas por lideranças comunitárias que mantêm laços de confiança e de influência num círculo de eleitores.

Se considerarmos a distinção entre os três tipos de votos mencionados, é raro um candidato obter uma votação pura de um único tipo de voto. Mesmo o candidato habituado ao uso do mecanismo de voto comprado tem entre seus eleitores voto consciente e voto de gratidão. Da mesma forma, o candidato que recebe voto consciente não tem a totalidade dos seus votos obtida unicamente desta mesma fonte, pois complementa estes com votos de gratidão. Como o candidato atua em circuitos sociais distintos, pode obter votos heterogêneos. O voto de segmento social organizado por confissão religiosa ou organização profissional é um tipo de voto consciente, mas pode eventualmente envolver algum tipo de auxílio pessoal. Isso porque a eleição é representada como o instante em que mais há trocas entre os desejosos de voto e os que o detêm.

12.6 Nova estrutura de lideranças comunitárias

Geísa Mattos (2012), em pesquisa sobre as eleições legislativas em Fortaleza, acompanhando a vida política num bairro periférico, constatou a existência de mudanças muito significativas nas práticas políticas. Segundo a autora, a ação do poder público estadual e municipal concorrendo ou agindo para atender aos interesses da população da periferia teria provocado a ocorrência de um fenômeno não intencional. Os eleitores desta região tornaram-se independentes dos políticos e líderes locais. Já não dependem mais de um único fornecedor das suas demandas individuais e coletivas, pois há intensa concorrência pelo voto. Esta maior assistência do poder público nas comunidades requer dos indivíduos se filiarem a uma rede social de proteção comandada localmente por uma liderança, a qual, por sua vez, está ligada a um vereador que atua na área. No passado recente, havia a prestação de serviços por parte do poder público, porém este era controlado por funcionários indicados pelas lideranças políticas com atuação na área. No entanto, a posição de funcionário diretamente dependente de uma indicação política impedia qualquer tipo de atuação independente deste funcionário. Com a nomeação não mais por critérios políticos, este funcionário torna-se mais independente. Isto não significa que

ele não possa mais servir a uma liderança política, porém há uma diferença: sua independência. Ele pode ou não trabalhar para o candidato. Numa outra eleição, pode perfeitamente trabalhar para outro. Por exemplo, a rede na qual estava ligado o dirigente de uma escola o impedia de qualquer independência. Quando existe disponibilidade maior de ofertas de serviços por parte de concorrentes, a submissão do indivíduo a uma única rede social de proteção se reduz. Todavia, há profunda diferença entre este indivíduo que recebe favor de uma rede de proteção ligada a um vereador e um outro que vai pedir ao vereador um auxílio. Este que pede algo ao político está automaticamente entrando em negociação sobre uma ação futura a ser realizada em favor de quem está lhe concedendo o benefício.

Nenhum candidato ou político profissional é capaz de manter uma base eleitoral fixa. Uma base eleitoral é uma rede social ampla na qual, de alguma forma, seus membros tiram vantagem da posição de destaque ocupada por seu líder. Mas a maior penetração do estado em serviços públicos para a população impede a esta rede continuar agindo. No passado, os recursos públicos chegavam à comunidade sempre intermediados por uma liderança local. Atualmente, a maior presença do poder público agindo, conforme a lógica da impessoalidade, dificulta serem estes serviços monopolizados por uma liderança local e também retirar beneficiamentos políticos desta ação.

Se não há mais uma rede ampla de sustentação clientelista, não estão completamente ausentes práticas de assistência à população local. Se não se pode assegurar a manutenção de uma vasta rede de clientelas, pode-se, no período eleitoral, contar com o apoio de vasto sistema de pequenas redes. Estas redes não são integradas num único esquema nem exigem os mesmos benefícios. A manutenção delas é uma espécie de terceirização do clientelismo. Com estas pequenas estruturas de assistência, estes líderes locais conseguem manter sob seu “controle” um reduzido número de pessoas que pode acompanhá-lo na sua decisão política. A diferença está na natureza desta liderança e na quantidade de pessoas que consegue ter sob seu controle eleitoral. No entanto, o tipo de benefício nunca é de natureza material, e sim uma espécie de favor que não custa muito e tem em troca a gratidão de quem o recebe.

No antigo sistema clientelista, o próprio político ocupava-se de uma ampla rede de assistência a seu eleitorado. Mas atualmente a manutenção de uma rede social em forma de base eleitoral não é segura.

Por isso, é preferível contratar o serviço destas lideranças no período eleitoral. Estes pequenos líderes são os responsáveis pela manutenção da base de sustentação da sua liderança. Desaparece, assim, um agente tradicional que sempre se serviu do mecanismo de clientelismo para a permanência no poder, porém não desaparece o mecanismo, pois este representa uma realidade mais profunda que remete a um estado de abandono social. Portanto, o modo clientelista de atuar por parte dos vereadores não desapareceu, no entanto houve uma renovação no tipo de liderança que se serve deste mecanismo. Embora o vereador institucional sirva-se do mecanismo de clientelismo, não pode ser identificado como um vereador tradicional que presta atendimento no bairro e está sempre presente na comunidade. Sua ação é mais dispersa e conta com o uso de uma rede maior de assessores espalhados pela cidade, assegurando uma liderança difusa. Ao agir desta forma, não preserva mais como o seu colega tradicional uma base eleitoral restrita ao lugar de residência, não se submete imediatamente ao eleitorado, nem depende dele. Goza de certa liberdade ante este porque mesmo sendo clientelista retira sua base de apoio principalmente nas alianças com o Poder Executivo.

A grande diferença entre esta nova liderança e o vereador tradicional é sua total submissão ao Poder Executivo, enquanto o vereador tradicional mantinha certa distância e independência da fonte do Poder Executivo porque tinha uma aliança mais forte com sua comunidade e com uma rede social de influência espalhada por vários lugares da máquina pública.

É possível se pensar na emergência, no ambiente urbano, da articulação de uma forma tradicional de clientelismo, contudo não mais fundada nos mesmos princípios e sim na autonomia das redes de círculos de afinidades. São estes círculos de afinidades que se atualizam de modo a agir na defesa de um candidato no tempo da política. A razão da conversão destes laços ocorre por causa da forte influência exercida pelo líder do círculo. Se a construção de uma rede de círculos de afinidades e sentimentos foi possível em virtude da decadência do líder comunitário que agia comandando diretamente as pessoas da sua relação, mais do que isto houve um aumento do custo da manutenção de uma organização clientelista no ambiente urbano. Em sua atuação, o líder político tradicional tendia a formar sua comunidade como um agente político unificado, isto é, como uma organização centralizada. Isto somente seria possível mediante vastos recursos disponíveis para

poder contemplar inúmeros membros. Ante a competição decorrente da escassez de recursos, o líder tradicional precisou migrar para uma sustentação não mais direta, mas numa rede dispersa e difusa de pequenas redes de afinidades que se espalham pela cidade e são mantidas em torno de pequenas atividades. Estas redes sociais de afinidades são autônomas e podem, na época da política, ser contatadas com vistas a servirem a objetivos políticos.

Uma rede de colaboradores de um político, como nos referimos, pode ser exemplo deste tipo de relacionamento do poder público com uma sustentação em rede privada. Indivíduos que participam desta rede de sustentação política não ocupam a mesma função e nem têm a mesma importância, mas todos podem em qualquer momento se servir desta rede para solucionar algum problema. A solução do problema pode ser a alocação de um bem ou serviço que passa a ser realizado sem que o membro da rede tenha de necessariamente pagar diretamente por ele. Num sistema de rede de sustentação política de determinada posição política não se pode imediatamente falar de corrupção política, pois na verdade parte das trocas e do favorecimento mútuo verifica-se entre particulares e fora da esfera do estado ou da política.

A única retribuição esperada dos membros desta rede de sustentação política é sua resposta imediata em forma de apoio político eleitoral. Não se pretende que os membros menos favorecidos de uma rede social contribuam com mais, apenas com apoio e conquista de novos adeptos para a rede social. Portanto, a expectativa de retribuição de uma ação futura é o que sustenta a teia da rede de troca.

No passado, a modalidade do clientelismo mais usada era ter acesso aos recursos públicos e disponibilizá-los de forma pessoal. Neste tipo de relação, patrimonialismo se confundia com clientelismo, ou melhor, o clientelismo se fazia na base do patrimonialismo. Este, porém, não é o único modo de sustentação do clientelismo. Hoje pode-se mesmo dizer que a base de acesso aos recursos públicos para o clientelismo, clientelismo de base patrimonialista, está desaparecendo. Desaparece o patrimonialismo e contudo não desaparece o clientelismo porque este se estrutura de outro modo. Sua razão de ser não era o controle dos bens públicos e sua alocação de forma personalista, mas a manutenção de uma posição na base de expectativas futuras. O clientelismo atualmente estruturado na sociedade brasileira é todo ele de natureza privada e em base de sustentação ampla, numa rede

social complexa. Como o patrimonialismo deixou de ser praticado diretamente por recursos públicos via patrimonialismo, muitos dizem que ele desapareceu ou está em declínio. A mudança na ação do estado e a expansão da rede de atendimento e serviços públicos impedem se atuar de forma patrimonialista. Entretanto, haverá sempre muita importância nas posições de mando do estado. Em sua maioria, a rede social clientelista é sustentada por membros privados com auxílio de membros do poder público, embora a alocação de bens seja fundamentalmente de natureza privada.

Conforme se percebe, a grande novidade da política local é a emergência de uma estrutura de lideranças comunitárias controladoras de recursos públicos por meio destas instituições transformadas no período eleitoral em pessoas que trabalham para candidatos. Elas não formam uma base eleitoral de um candidato, mas se dispersam na defesa dos interesses daquele que comprar seu serviço. O serviço que vendem é seu prestígio na comunidade que representam. São profissionais que vendem de alguma forma seu poder de contato e os laços com pessoas em determinada área da cidade.

O vereador institucional ou burocrata apoia-se fundamentalmente numa vasta rede social formada por pequenas lideranças comunitárias detentoras de certo prestígio oriundo do controle de alguma instituição ou aparelho de prestação de serviços a um número reduzido de pessoas. Tais pessoas beneficiadas por esta prestação de serviços fazem parte da microrrede social de sustentação desta liderança comunitária. Nem todos os líderes comunitários comandam diretamente algum tipo de associação ou instituição de prestação de serviços, pois há uma outra gama de lideranças comunitárias forjadas com fundamentos em laços informais e que cultivam intenso ativismo na defesa dos interesses de um número considerável de pessoas. São estes dois tipos de lideranças que formam a base flutuante de apoio político deste tipo de vereador que designo por vereador institucional ou burocrático.

Esta vasta rede de microrredes de laços diretos comandada diretamente pelos líderes comunitários tem uma posição intermediária entre o eleitor isolado e o político profissional. Os assessores destes vereadores são lideranças cooptadas para sua rede mediante recursos públicos. Logo, o acesso à máquina administrativa é extremamente importante no sentido de poder beneficiar e contemplar as amplas demandas da sua base eleitoral. Uma diferença muito acentuada entre o vereador clientelista tradicional e o clientelista patrimonialista é que

este último se serve muito de relações mercantilistas nas relações políticas. Por sua vez, o vereador clientelista tradicional media sua relação com seu eleitorado de forma direta, sem usar intermediários e dispendo na maior parte do tempo de serviços originados da sua rede social privada de colaboradores ou de acesso aos recursos públicos.

O sistema político em vigor na arena política municipal em Fortaleza é marcado pela inclusão periódica de uma camada social de intermediários formada por lideranças comunitárias heterogêneas que prestam serviços eleitorais para os políticos profissionais. Mas a novidade não está no uso dos serviços dos intermediários e, sim, na relativa autonomia e quase profissionalização da intermediação política local. Criou-se ao longo de anos uma camada intermediária de lideranças comunitárias que em épocas eleitorais se dispõem a prestar serviços de contato e influenciar o voto daqueles sob seu controle. Este controle não é mais, como existia com o cabo eleitoral passado, fundado em laços de confiança e lealdade política e endividamento moral por algum favor recebido ou prestado. Os laços entre estes controladores de pequenas redes sociais não são fundados em qualquer tipo de lealdade, porém em serviços prestados em favor da comunidade que no momento da eleição são atualizados.

Hoje, não se encontra mais uma base eleitoral definida e com uma identificação precisa. O sistema de dominação direta e controlado por uma base política não é o recurso mais usual de manutenção da condição de líder político, pois o uso de um sistema de lideranças intermediárias, possível de ser mantido por meio de um salário pago como assessores parlamentares, evita a atividade da ação direta do vereador com sua base eleitoral. Evidentemente, o vínculo de lealdade com o político pode ser forte ou fraco, o mais importante é que esta vinculação ao vereador impede ou neutraliza sua capacidade de lançar-se como candidato independente. O vereador institucional está não apenas comprando a intermediação com uma comunidade de indivíduos aos quais de outro modo ele não teria acesso, porém, sobretudo, cooptando esta liderança para sua esfera pessoal. Esta cooptação assegura-lhe não ter concorrentes fortes na mesma área na eleição seguinte. De olho no futuro, o vereador institucional age de modo a assegurar a manutenção de certas áreas sob seu controle, mas não por meio da estruturação de uma máquina local de atendimento clientelista. Em parte isto é feito por lideranças comunitárias que estão a seu serviço.

Segundo afirmam alguns analistas, o voto nas periferias das grandes cidades tornou-se frouxo e sem dono. Este padrão de comportamento eleitoral permite a compra do voto. Assim, a mercantilização do voto seria expressão da mudança significativa de relações pessoais existentes nestas periferias, pois as pessoas já não estariam mais presas a círculos de proteção clientelistas formados na base do apoio e mútua ajuda. Conforme indicam os laços clientelistas estudados, sempre há necessidade da manutenção de laços constantes firmados na confiança e na troca de favores. Para estes, não há direito, apenas favores. A inexistência de uma regra formal que oriente certos procedimentos de distribuição de bens e serviços possibilita ser a autoridade controlada por meio de pedidos de favor. Se todos dependem de favores, não há espaço para conflito. Hoje alguém não foi contemplado, mas seguindo a mesma regra, amanhã poderá sê-lo.

Na compra do voto não existe nenhuma relação duradoura de confiança entre os participantes. Se houvesse, a autonomia destes indivíduos seria relativamente prejudicada porque o clientelismo funciona na base de um sistema de assistência e proteção de uma rede de amigos.

Também distinta é a criação de um sistema de pequenas redes sociais de auxílio de pessoas tendo o líder comunitário como centro e controlador desta rede. No entanto, a função intermediária já existia no passado – o cabo eleitoral clássico. A diferença reside na autonomia desta rede de lideranças intermediárias que sustentadas em diferentes fontes de recursos podem ter autonomia relativa na manutenção de uma estrutura assistencialista.

A forte diferenciação de recursos – municipal, estadual, federal ou de organização social privada – proporcionou a estas pessoas se tornar autônomas. Trabalhar para a comunidade significa conseguir benefícios públicos e privados para atender às suas necessidades. Ao dispor de mais recursos, estas associações ganham sua autonomia política ante seus fornecedores de benefícios.

Conforme observado, a frequência eleitoral é um fator decisivo para explicar o modo como foi possível a emergência de estruturas intermediárias desta natureza agindo em época eleitoral, porém sem vinculação precisa com políticos profissionais.

Se o eleitor tornou-se dono do seu voto, não estando mais preso a compromissos assumidos por dívidas contraídas e pagas em forma de apoio político, isto significa a extensão de uma rede de assistência

pública direta sem a intermediação de líderes comunitários que controlem estes recursos.

Ou seja, para o eleitor poder vender seu voto é necessário ser dono deste poder e não ter compromisso com dívida de favor eleitoral. Para isto acontecer, é preciso o Estado prestar mais serviços a esta população ou não mais funcionar o esquema clientelista clássico de atuação constante.

Esta rede de atendimento de uma clientela fixa está desaparecendo. Contudo, ela desaparece porque o custo da sua manutenção é muito elevado ou porque não demonstra ser mais eficiente sua manutenção. Diante dos riscos, foi preferível terceirizar a rede de assistência clientelista. Esta rede não é mais mantida e controlada por políticos profissionais, e sim diretamente por pessoas da comunidade de interesses.

Evidentemente, a vida cotidiana dos moradores de bairros periféricos é repleta de dificuldades, pequenos e grandes problemas, dramas individuais ou coletivos. Muitos destes problemas chegam às lideranças locais seja por sua iniciativa ou porque os moradores procuram ajuda, ao se sentirem impotentes para solucioná-los sozinhos. Ocorre, então, constantemente, a troca de apoio. Para esses moradores, a política é o momento de saldar dívidas contraídas com as lideranças comunitárias. É mister dar prova de lealdade, sobretudo ao aceitar a indicação dos candidatos, permitir se afixar na porta da casa o cartaz deles, comprometendo-se a convencer outros membros da família e amigos a apoiá-los também. Em troca dos favores e da ajuda concedida, não assumem o compromisso de sufragar o nome de outro candidato. Para muitos, esse é um gesto demasiadamente simples, indiscutível.

Em Fortaleza, a política municipal centrava-se numa organização tradicional, segundo a qual os líderes políticos estavam concentrados nos bairros. Em cada bairro se organizava uma força política arrematada por este líder. Líder político porque controlava o acesso aos benefícios oriundos do poder municipal, o vereador era a principal figura deste sistema de alianças que mantinha a dominação política na cidade.

Com o passar dos anos e ante os efeitos das transformações institucionais, políticas, econômicas e sociais verificadas na cidade, a base social e organizacional do poder político dos vereadores se altera. Pouco a pouco, as antigas lideranças que tinham base territorial definida, controlando diretamente sua estrutura de trocas e recompensas de

aliados leais, vão se desfazendo sob os efeitos da força desta nova situação criada institucionalmente.

Fruto das mudanças sociais, os territórios dos bairros deixam de ser o lugar privilegiado de controle, enquanto as redes de clientela são paradoxalmente desmontadas. O resultado destas pequenas mudanças é percebido já na década de 1980 com a introdução de novo padrão de organização comunitária, caracterizado pela organização, de forma independente, de pequenos núcleos comunitários em estruturas de pequenas redes de controle. Assim, a cada liderança caberá um pequeno poder de influência restrito a uma rede de relações com laços múltiplos e variados, mantidos na base da troca constante.

Contudo, o sistema de lideranças comunitárias existente, produzido pela organização de políticas públicas, principalmente de habitação popular, provoca o surgimento e ao mesmo tempo a decadência de uma figura clássica da representação do vereador. O comportamento do vereador de comunidade com controle direto sobre seus liderados deixa de existir, passando a se constituir um padrão de dominação e controle, forjado na base do uso profissional, ação racional instrumental em relação aos fins, na qual será importante o uso dos laços sociais conquistados e mantidos fora do tempo de movimentação política.

Quando as bases da dominação tradicional são rompidas, a política municipal não se modifica no sentido de uma representação política mais ideológica ou fundamentada em valores sociais. Ao contrário, a base dos laços clientelistas permanece sob uma nova forma, agora mais difícil de ser desmontada porque alimentada a cada dois anos pela atualização da política eleitoral. A simples ocorrência de eleições gerais para renovação dos poderes a cada dois anos permite às pessoas orientarem suas expectativas para ganhos imediatos e futuros de acordo com o evento da próxima eleição.

Até então, os laços de controle da vontade consciente do eleitorado tradicional não se faziam pontualmente, mas constantemente. Nesta ótica, a indicação de um candidato para ser votado era apenas um momento dos laços de confiança estabelecidos entre estas pessoas. Não se intensificava nem havia maior gasto na época de eleição porque a permanência e o auxílio constante e direto à comunidade faziam se dispersar a atenção ao longo dos anos. Logo, o contato não era apenas na época de eleição, embora este se intensificasse, pois havia laços de confiança a assegurar que determinada pessoa que recebeu um benefí-

cio, uma ajuda não votaria em outro candidato. Desse modo, a política era vivida como um instante de “ajuste de débitos”.

Em certo sentido, muitas das redes de ajuda sistemática foram transferidas para os líderes comunitários, mesmo sem os recursos de uma posição política privilegiada na ordem municipal. Entretanto, os líderes contam com o reconhecimento das pessoas da comunidade mediante trabalho, contatos e possíveis benefícios.

Na cidade de Fortaleza, a base da organização política tinha na força da liderança de cada vereador seu apoio mais importante. No passado, a organização de cada base política era imprescindível para assegurar a manutenção e reprodução da sua condição de líder político em seu respectivo território. Não havia controle direto sobre outros indivíduos; a situação de desamparo social era o motor de aproximação e subjugação destas pessoas ao líder político. Nunca se tratava de ajuda de grande vulto, mas diante das condições de privação reinante era sempre melhor do que nada. Além disso, não havia uma troca imediata e, sim, o compartilhamento de um sentimento de gratidão pelo ato praticado. As ajudas vinham não diretamente da riqueza acumulada pelo líder, pois este se servia muito mais da estrutura distributiva paternalista do governo.

Na estrutura de controle do poder municipal, o vereador desempenhava papel extremamente relevante, porquanto controlava diretamente os votos deste eleitorado mais necessitado. Havia neste tempo menos elo de intermediação entre o líder político e os moradores do bairro. Então, a posição do vereador era mesmo de agente intermediário e distribuidor de recursos e benefícios diretamente para a comunidade que representava.

Contudo, os vereadores comunitários deixam a cena por causa das mudanças ocorridas na década de 1980, as quais, somente na década de 1990, começam a desempenhar papel significativo na vida política municipal. A sociedade fortalezense não é suficientemente organizada para, na decadência da liderança do vereador comunitário, ver surgir um padrão de liderança mais identificado com valores organizacionais de trabalho ou pertencimento religioso, afetivo, etc. Como referido, o vereador que substitui a liderança tradicional é o vereador institucional. Este, pela sua origem, não tem uma identidade própria, mas assume posições políticas profissionais na defesa da política municipal.

O surgimento da liderança do vereador institucional aconteceu em virtude da modificação verificada na década de 1970 que fechou o

sistema político local para novas lideranças. Já não se usava o sistema de recrutamento das lideranças políticas originadas de associações da sociedade civil. As associações de moradores ou de outra natureza não desempenhavam o mesmo papel. Sua maior transformação ocorreu como mecanismo de seleção de novas lideranças. Eram associações onde se permitia a incorporação de novas lideranças que experimentavam estreita aproximação com o Poder Executivo.

No entanto, já não se utiliza deste mecanismo porque uma mudança na sociedade forçou a mudança de mecanismo de incorporação. As transformações recentes na ordem administrativa da prefeitura abriram e deram maior acesso às novas lideranças. Com a ampliação destes novos acessos ao Executivo colocou-se em xeque a antiga função de intermediário entre as demandas da comunidade e a oferta de bens do Executivo. Ao permitir maior acesso, cria-se maior pressão pelas ofertas. Mas até que ponto o Poder Executivo é capaz de resistir à pressão pelas novas demandas!

O movimento de ampliação e fechamento de novos canais de acesso ao Executivo fundamenta-se em estratégias para diminuir a pressão de certos segmentos sociais organizados ou simplesmente de pleitos e demandas de indivíduos bem posicionados. Por receio de perder apoio político, não há como resistir a estas pressões.

Pergunta-se, porém: Quais as consequências da descentralização política ocorrida depois de 1988 quando o governo municipal passou a existir como um dos elos de governo dentro do federalismo brasileiro? Criou-se uma nova elite política municipal representada principalmente por médicos, em decorrência da proliferação da prestação de assistência médica por parte do governo municipal à população. Enquanto isto, os antigos vereadores que detinham estruturas de assistencialismo montadas no bairro não conseguem resistir ao avanço da competição política. Já não basta a adesão ao antigo sistema de voto de gratidão; é preciso sair das limitações estreitas de uma base política homogênea e centrada nos mesmos princípios. Consoante mencionado, a unicidade do voto é um obstáculo quando se tem uma arena eleitoral competitiva. Tanto que praticamente todos os candidatos buscam estruturar uma base eleitoral mais diversa, apelando para modalidades distintas de inserção em agrupamentos sociais.

A competição eleitoral torna a manutenção de uma base eleitoral fixada no bairro custosa e arriscada politicamente porque não há garantia de retorno eleitoral. Se existe o “sistema de lideranças comuni-

tárias” disponível para operar como mediadores entre as expectativas da população, não há por que manter esta custosa estrutura de assistência no bairro. De modo geral, as lideranças comunitárias atuam de maneira fragmentada, com pequenas estruturas não mais de auxílio direto aos mais necessitados, porém carreando obras e benefícios para suas comunidades.

São estes os herdeiros do voto de gratidão, agora “negociado politicamente” com o candidato institucional. Ainda como mencionado, o atual quadro de representação política no Legislativo municipal é marcado pela presença de muitos médicos e vereadores com base eleitoral em pequenos agrupamentos sociais. Os antigos vereadores de comunidade de bairro estão em extinção. Resultou deste processo um eleitorado mais independente, menos sujeito ao voto de gratidão, entretanto seduzido por benefícios pessoais e imediatos na época das campanhas eleitorais.

12.7 Considerações finais

A novidade nas eleições municipais da região metropolitana é a presença de lideranças comunitárias. Extremamente complexo, o sistema de lideranças comunitárias é uma rede de pessoas atuando em cada comunidade com algum tipo de influência sobre outras pessoas e moradores de uma mesma localidade. Cada associação tem um número de pessoas a ela ligadas. Estas pessoas podem ser filiadas em torno de um projeto de moradia popular ou para receber outro tipo de benefício. Cada associado fará parte automaticamente do que o líder chamará de minha comunidade, isto é, as pessoas sob sua responsabilidade ou influência direta.

Clientelismo urbano é a expressão usualmente empregada para se referir à permanência de práticas políticas correntes na sociedade brasileira, herdeiras do mandonismo e do patrimonialismo. A evolução política deveria forjar cidadãos capazes de agir de modo independente. Estes seriam representados por interesses de classe ou partidários. Entretanto, no nosso caso, o Estado continua distribuindo serviços e bens públicos não pelo critério da impessoalidade e, sim, em troca de voto e apoio político.

Ao entendermos “relação clientelista” como uma forma de intermediação personalista entre o político e grupos ou indivíduos que se beneficiam de recursos públicos, não podemos negar a persistência

desta relação na sociedade brasileira. Todavia, como vimos, a manutenção de uma base eleitoral de natureza puramente clientelista torna-se cada dia mais difícil. Diante desta realidade, o vereador que age de maneira unicamente clientelista está correndo sérios riscos de não voltar a eleger-se. Por isto mesmo ele diversifica sua atuação política por vários grupos.

Atualmente o agente político mais característico em Fortaleza é o que chamamos de liderança política institucional. Esta, apesar de ter sua base de sustentação no poder público, não mantém vínculos com comunidades organizadas ou facilmente identificadas. Por preferir agir mediante uma grande capilaridade de atuação em pequenas redes sociais, não precisa estar constantemente trabalhando no intuito de atender a demandas localizadas.

A atuação do político não se dá no sentido de viabilizar uma demanda ilegal, mas apenas de permitir o mais rápido acesso àquilo que se tem direito. Assim, o direito passa a ser sempre mediado por meio de uma autoridade capaz de agilizar um processo. Por exemplo, o cidadão tem por direito determinado benefício público, no entanto não sabe quando chegará a sua vez. Neste caso, a interferência mediadora do político não é para romper as barreiras da legalidade, mas, sim, para agilizar a efetivação de um direito.

Como assinalamos, a posição política de um representante clientelista é mantida em função de uma rede social de colaboradores que fornecem algum tipo de bem ou serviço. Temos ainda uma segunda rede social, composta por indivíduos que recebem algum tipo de ajuda. Eles são integrados mediante critérios de carência. Desse modo, a contrapartida da sua manutenção na rede social se dá justamente no momento da eleição quando o líder político – coordenador das duas redes sociais – solicita sua contribuição em forma de voto. Neste instante, as duas redes sociais se imbricam e demonstram toda sua dependência. Não se trata propriamente de dominação, mas de participação numa rede de ajuda mútua capaz de trazer benefícios para seus membros. Um vereador solicita a um empresário do transporte coletivo o empréstimo de um ônibus para conduzir pessoas da sua comunidade a um enterro. No sentido ora analisado, o empresário faz parte de uma rede social de ligações na qual o vereador é o elo dominante.

Uma rede social é uma integração de pontos e posições dentro de uma estrutura de interação. A estrutura de rede facilita fundamentalmente a redução dos custos de produção de determinado bem. Muitos

bens trocados dentro de uma rede não são equivalentes a mercadorias, pois um bem pode ser produzido como mercadoria, porém na outra ponta da rede de troca aparecer como um favor. Nem sempre a equivalência das trocas é feita entre bens de valor semelhante. As trocas efetuadas dentro de uma organização são mais definidas e têm um custo superior em comparação com as feitas em rede social. Numa organização, as posições já estão relativamente definidas, implicando relações de obrigação com custos definidos. Como a estrutura de rede social tem posições distintas para as pessoas, os ocupantes de posições privilegiadas ganham mais. As pessoas participam de rede e como membros desta se beneficiam de acordos e contatos com um número considerável de outras pessoas.

Um aspecto importante da situação de rede poucas vezes ressaltado é serem os membros destas redes absolutamente atores racionais, isto é, sua ligação com a rede de contatos existe em função da retribuição possível de advir desta adesão. Não há fidelidade sentimental, mas ação utilitária de se servir do que está disponível. A fidelidade política dentro de uma rede social política se mantém pela troca constante; ela não existe fundada em outro valor que não sejam a troca e o interesse. Não há controle dos membros de uma rede social exercida por membros diferenciados, ao contrário do verificado na forma social organizacional onde se diferencia uma função com a finalidade exclusiva de controlar as demais partes do agrupamento. Enquanto numa organização social há sempre algum tipo de coerção reconhecido como válido para os que rompem a regra da solidariedade, numa rede social chama atenção a inexistência de qualquer mecanismo deste tipo. Nesta não se criam forças de coerção para os membros retribuírem aquilo que receberam, apenas se espera que o façam. Como há uma grande disponibilidade de redes sociais, os indivíduos são incentivados à total falta de retorno. Se não há forças de coerção exigindo a contrapartida, há em quase todos os casos a retribuição, ou seja, independentemente da existência de coerção, o eleitor ainda é grato pelo favor recebido. Isto apenas por causa da liderança comunitária e não do político.

Na periferia de Fortaleza é generalizada a concordância entre eleitores: o bom político ajuda as pessoas necessitadas; o mau político trabalha apenas para si, esquecendo os que o ajudaram na eleição. Para o eleitor periférico, ajudar significa estar disponível a “quebrar o galho” em algum tipo de situação. Não há muita distinção entre esfera

de problemas públicos e privados. Todos exigem a intermediação do político e somente por sua intermediação o bem é ofertado.

O clientelismo é uma forma de ação política marcada pela alocação desigual de recursos públicos, uma forma de assegurar a sobrevivência política de políticos tradicionais. No entanto, não é só uma ação orientada do político; conta com a demanda do eleitorado, pois o político age como intermediário na defesa de interesses de determinada comunidade. Ademais, o clientelismo é uma forma de ação racional de acumular e concentrar poder e riqueza. Todavia, os membros do sistema clientelista não têm uma hierarquia; estão todos ali para se beneficiarem de algo que o político pode alocar. Determinada comunidade recebe benefícios individualizados. O benefício pode ser um bem coletivo – uma escola, um posto de saúde, um chafariz, uma rua asfaltada – qualquer coisa que não traga favorecimento privado para nenhum membro da comunidade.

Referências

- BARREIRA, César. (2008). **Os pactos na política cearense: passado e presente**. In: HEREDIA, Beatriz A. de (org.). Continuidades e rupturas na política cearense. Campinas, Pontes
- BARREIRA, Irllys. (2008) **Pensamento, palavras e obras: as bases de legitimação do Governo de Tasso Jereissati**. In: HEREDIA, Beatriz A. de (org.). Continuidades e rupturas na política cearense. Campinas, Pontes.
- BONFIM, Washington Luís de S. (2002). **De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará**. In: PARENTE, F. Josênio C.; ARRUDA, José Maria (orgs.). A era Jereissati: modernidade e mito. v. 1. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. (1999). **Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política**. Campinas, Pontes/Fortaleza: UFC.
- _____. (2009). **O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais**. Campinas, Pontes/Fortaleza: UFC.
- CARVALHO, Nelson Rojas de. (2003) **E no início eram as bases: geografia do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro, Revan.
- CINTRA, Antônio Octávio ; AVELAR, Lúcia (orgs.). (2007) **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 2.ed. São Paulo, Konrad/UNESP.
- HEREDIA, Beatriz A. de (org.). (2008) **Continuidades e rupturas na política cearense**. Campinas, Pontes.

- INACIO, Magna; RENNÓ, Lúcio (orgs.). (2009). **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- LOPES, Valmir. (2005). **As lógicas da representação política – o processo de mudança de lideranças políticas em Fortaleza**. Tese de Doutorado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.
- MATTOS, Geísa. (2012). **A favor da comunidade – modos de viver a política no bairro**. Campinas, Pontes.
- MENEGUELO, Raquel. (1998). **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo, Paz e Terra.
- MORAIS, Filomeno. (2001) **A dinâmica da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará: 1995 a 1998**. In.: SANTOS, Fabiano. (org.). O Poder Legislativo nos Estados: divergência e convergência. Rio de Janeiro, FGV.
- MOTA, Aroldo. (1992). **História política do Ceará (1987-1991)**. Fortaleza, Multigraf Editora.
- NUNES, Edson. (2003). **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- PARENTE, F. Josênio C. (2000). **A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. Fortaleza, Editora UFC.
- PARENTE, F. Josênio C; ARRUDA, José Maria (orgs.). (2002). **A era Jereissati: modernidade e mito. v. 1**. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha.
- VIEIRA, Márcia Paula C. (2011). **Poder Legislativo no Ceará: geografia do voto e ação política na Assembleia Legislativa. 2011**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.

AUTORES

Maria Clélia Lustosa Costa – Professora Associada do Departamento de Geografia da UFC integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC. Mestre em Geografia pela USP e doutora pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris III, coordena o núcleo Fortaleza da Rede Observatório das Metrôpoles (INCT-CNPq). Sócia efetiva do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico - Instituto do Ceará. Pesquisadora nas áreas de Geografia Histórica, Regional, Urbana e da Saúde, com publicações sobre urbanização, segregação socioespacial, problemática ambiental e vulnerabilidade socioambiental. Email: clelialustosa@gmail.com

Renato Pequeno – Professor Associado do curso de Arquitetura e Urbanismo, do Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Design (UFC) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFC). Graduado em Arquitetura e Urbanismo FAU-USP (1991); mestre em Planejamento de Infraestruturas, Universität Stuttgart (1995), doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2002) e pós-doutor pela PUC-SP (2008). Pesquisador nas áreas do planejamento e política urbana e habitacional coordena o Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB) no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC. Co-líder do grupo de pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU). Email: renatopequeno@gmail.com

Eustógio Wanderley Correia Dantas – Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Geografia e Planejamento – Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) (2000). Professor dos programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) e em Geografia. Professor Visitante na Université de Paris IV - Sorbonne (Institut de Géographie), em 2008. Membro efetivo eleito do Instituto do Ceará (Geográfico, Histórico e Antropológico), desde 2013. Coordenador de Área da Geografia na CAPES para o triênio 2014-2016. Atua na área de Geografia e Estudos multidisciplinares, com ênfase na temática urbana: comércio, emprego informal, maritimidade e urbanização litorânea. Email: ewcdantas@gmail.com

José Borzacchiello da Silva – Professor titular do Departamento de Geografia, da Universidade Federal do Ceará, onde integra o corpo permanente da Pós-Graduação em Geografia. Doutor e Mestre em Geografia pela USP. Pós-doutor em Geografia Humana, Université de Paris 4 - Sorbonne. Atua na área da Geografia Urbana e possui extensa produção bibliográfica. Foi presidente Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Geografia (ANPEGE) e Coordenador da Área de Geografia na CAPES. É membro do conselho científico de vários periódicos nacionais e estrangeiros. Email: borza@ufc.br

Zenilde Baima Amora – Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará no curso de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROPGEO-UECE. Mestre em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1978) e doutora em Geographie et Amenagement du Territoire pela Université de Toulouse II - Le Mirail (1984). Coordena o Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade – LEURC - UECE e os Grupos de Pesquisa Cidades Médias e Metropolização, Mobilidade e Redes: perspectivas sobre o Espaço urbano no Ceará. Email: zenildeamora@yahoo.com.br

Alexandre Queiroz Pereira – Professor Adjunto no Departamento de Geografia da UFC. Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles - Núcleo Fortaleza, coordena o Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) da UFC. São temas correntes em seus escritos: metrópole, região metropolitana, planejamento em geografia, espaço litorâneo, turismo, vilegiatura marítima e cidades no semiárido. Email: aqp@metrowiki.net

Edilson Alves Pereira Júnior – Professor Adjunto dos Cursos de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordenador do Laboratório de Estudos do Território e da Urbanização (LETUr) e vinculado ao Grupo de Pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP Campus de Presiden-

te Prudente – SP), com estágio Sanduíche na Université Paris Dauphine/Paris 9. Temas de pesquisa: território, industrialização, urbanização, reestruturação produtiva e economia urbana. Email: edilsonapjr@hotmail.com

Denise Cristina Bomtempo – Professora Adjunta dos Cursos de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos do Território e da Urbanização (LETUr) e do Grupo de Pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU). Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/Unesp de Presidente Prudente, com estágio Sanduíche na Université Paris Dauphine - Paris 9 na cidade de Paris, França. Seus temas de pesquisa são dinâmicas territoriais vinculadas à atividade industrial, cidades médias e movimentos migratórios. Email: denise.bomtempo@uece.br

Valmir Lopes – Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais, área de Ciência Política, da Universidade Federal do Ceará. Graduado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, mestre em Antropologia Social e Sociologia Comparada - Université René Descartes - Paris V - França e Doutorado em Sociologia pela UFC. Membro do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM). Atua na área de Teoria Política Contemporânea e Teoria Sociológica dedicando-se ao estudo dos Partidos políticos e da representação política no governo municipal. Email: lopesvalmir@gmail.com

Vera Mamede Accioly – Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFC), mestre em Economia pelo CAEN-UFC e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2008). Realiza pesquisas em Arquitetura e Urbanismo, atuando nos temas: produção do espaço urbano, planejamento e legislação urbana. Email: veramamede@hotmail.com

Cleiton Marinho Lima Nogueira – Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará e doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, IF-Sertão - Pernambuco realiza pesquisa em Geografia Urbana, atuando nos temas: expansão metropolitana e dinâmica imobiliária. Email: cleitonmarinho10@gmail.com

Fabiano Lucas da Silva Freitas – Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (2010). Atualmente professor de Geografia da Secretaria de Educação do Estado do Ceará e do EJA da SME. Realiza pesquisas na área de Geografia Urbana, enfatizando os estudos sobre a violência na escala metropolitana e intraurbana, a partir de múltiplas dimensões e privilegiando a vulnerabilidade social e a territorialidade. Email: geolucasufc@gmail

Brenda Cunha – Mestranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), Graduada em Ciências Sociais pela UFC. Membro do Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON). Atua principalmente no tema Relação executivo e legislativo subnacional. E-mail: brendaratm@yahoo.com.br

Esta obra foi impressa em processo digital,
na Oficina de Livros para a Letra Capital Editora.
Utilizou-se o papel Pólen Soft 80g/m²
e a fonte ITC-NewBaskerville corpo 11 com entrelinha 14.
Rio de Janeiro, junho de 2015.